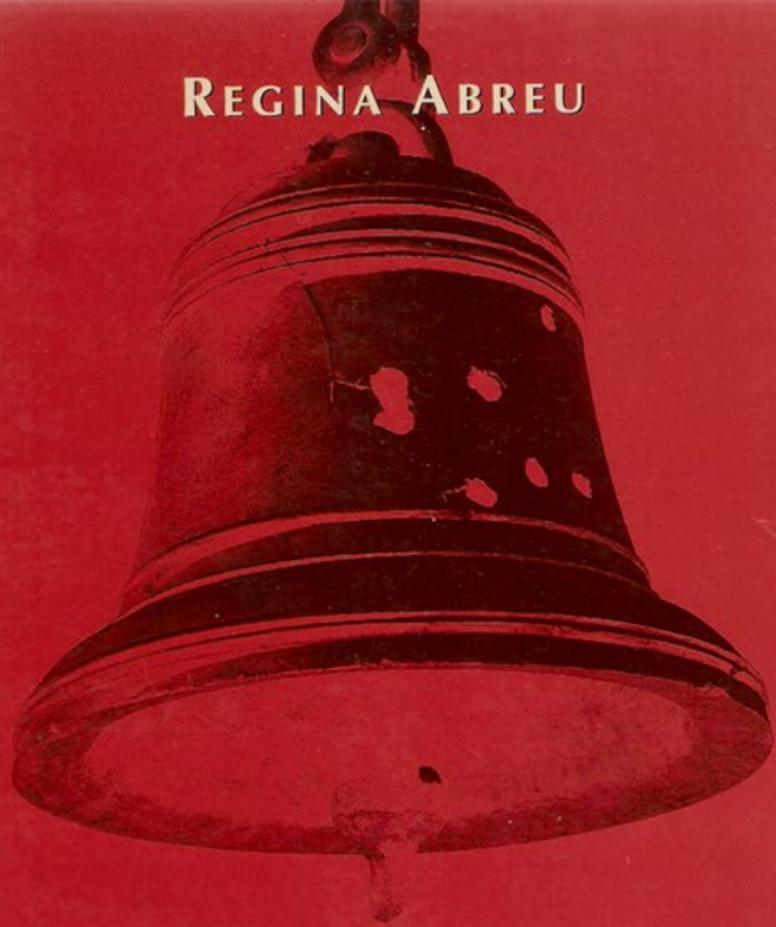


REGINA ABREU



OO ENIGMA DE  
OS SERTÕES

Poco



MINISTÉRIO  
DA CULTURA

FUNARTE

Foi a reputação de *Os Sertões* como “o livro número um” do Brasil que levou Regina Abreu a investigar as condições de surgimento da qualidade emblemática dessa obra. Buscou compreender quais os motivos que fizeram desse livro uma referência sagrada, monumento e símbolo nacionais.

A preocupação da pesquisa – originalmente realizada como parte do Doutorado em Antropologia Social no Museu Nacional/UFRJ – não é a de, mais uma vez, analisar as características e qualidades internas da obra, o que foi feito incansavelmente ao longo deste século, mas a de compreendê-la como fenômeno cultural imerso no horizonte de constituição e transformações do pensamento social sobre a nação brasileira.

Não é a primeira vez que Regina Abreu se debruça sobre a questão da identidade nacional. Seu livro anterior, *A Fabricação do Imortal*, desencadeou importante linha de trabalho sobre “memória, história e estratégias de consagração no Brasil”. Lá as coleções pessoais doadas pela viúva de Miguel Calmon ao Museu Histórico Nacional serviram de pista; aqui trata-se do enigma da imortalidade de *Os Sertões* e de seu criador.

O presente trabalho acrescenta a esse interesse comum o fenômeno crucial da “conversão” do técnico universalista a uma percepção mais matizada e complexa da Nação por meio da experiência radical do sertão ardente e ensangüentado.

Uma das singularidades de Euclides é essa de ter sofrido em Canudos sua estrada de Damasco: a diferença emerge como um grandioso desafio e ele a nomeia e lhe empresta o casulo competente e sensível de sua obra. Era o que esperavam os que auscultavam o horizonte à espreita dos novos sinais, os que não se satisfaziam apenas com os

diagnósticos de maldição racial, de determinação climática, de taras degenerativas, de culpa histórica e atraso cultural. A tudo isso – que não desaparecia – parecia somar-se doravante um inesperado sentimento de força paradoxal, de dignidade esdrúxula. É nesse novo espelho que se vão fazer refletir – como demonstra Regina Abreu – as imagens do Brasil; é a partir dele que se vai perscrutar interminavelmente o enigma da Nação.

Luiz Fernando Dias Duarte



REGINA ABREU NUNES

Regina Abreu trabalha em pesquisa desde 1976, quando ingressou no CPDOC da Fundação Getúlio Vargas para um estágio. Naquele tempo, ela ainda cursava a Faculdade de Sociologia e Política da PUC-RJ. De

lá para cá, passou por algumas instituições acadêmicas e de pesquisa, buscando o aperfeiçoamento no ofício do cientista social. O contato com a Antropologia marcou sua trajetória profissional. Em 1990 obteve o título de Mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (Museu Nacional). Em 1997 doutorou-se pela mesma instituição, com breve intervalo de estudos e pesquisas no Centre de Sociologie de l'Éducation et de la Culture da École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris.

Desde 1986 integra os quadros do Ministério da Cultura, tendo desenvolvido pesquisas no Museu Histórico Nacional e no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Atualmente é pesquisadora do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, da Funarte.

É autora, além de artigos e ensaios, do livro *A Fabricação do Imortal*, Ed. Rocco/Lapa, 1996.

OO ENIGMA DE E  
O OS SERTÕES

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

*Fernando Henrique Cardoso*

MINISTRO DA CULTURA

*Francisco Weffort*

FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTE

*Márcio Souza*

CENTRO NACIONAL DE FOLCLORE E CULTURA POPULAR

*Claudia Marcia Ferreira*

REGINA ABREU



O ENIGMA DE  
OS SERTÕES

Rever



MINISTÉRIO  
DA CULTURA

FUNARTE

Copyright © 1998 by Regina Abreu

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS

EDITORA ROCCO LTDA.

Rua Rodrigo Silva, 26/5º andar

20.011-040 – Rio de Janeiro – RJ

tel.: (021) 507 2000 – fax: (021) 507 2244

FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTE

Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular

Rua do Catete, 179

22.220-000 – Rio de Janeiro – RJ

tel.: (021) 285-0441 – fax: (021) 205-0090

*Printed in Brazil / Impresso no Brasil*

CAPA E PROJETO GRÁFICO:

*Adriana Moreno*

*Ana Carla Cozendey*

CAPA: sino de igreja do Arraial de Canudos, perfurado de balas e derrubado pelo exército brasileiro durante a guerra, 1897 (acervo Museu Nacional).

*Foto de Noilton Nunes.*

REVISÃO:

*José Laurênio de Melo*

*Jorge Abreu*

*Maria Helena Torres*

*Lucila Silva Telles*

*Marisa Colnago Coelho* (Bibliografia)

---

A162e ABREU, Regina

O enigma de *Os Sertões* / Regina Abreu. – Rio de Janeiro: Funarte: Rocco, 1998.  
412 p. : il.

Contém bibliografia.

ISBN 85-85781-61-0 (Funarte)

ISBN 85-32508-26-x (Rocco)

1. Brasil – História Social. 2. Identidade Nacional. 3. Cunha, Euclides da.

*Os sertões* – Crítica e interpretação. 4. Historiografia.

C. D. U. 308(81)

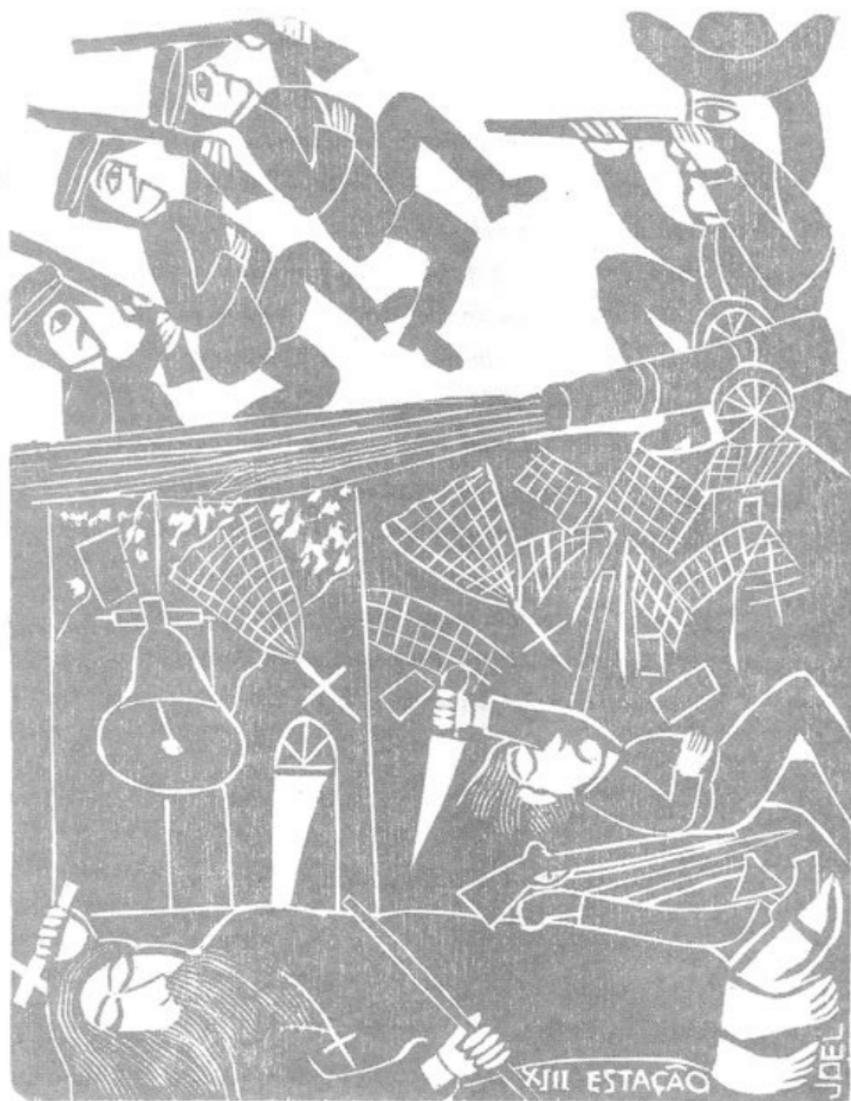
PARA JORGE ABREU, COM ADMIRAÇÃO.

PARA NOILTON NUNES, QUE TEM O DOM DA PERSEVERANÇA.



*“Vivendo quatrocentos anos no litoral vastíssimo, em que palejam reflexos da vida civilizada, tivemos de improviso, como herança inesperada, a República. Ascendemos, de chofre, arrebatados na caudal dos ideais modernos, deixando na penumbra secular em que jazem, no âmago do país, um terço da nossa gente. Iludidos por uma civilização de empréstimo; respigando, em faina cega de copistas, tudo o que de melhor existe nos códigos orgânicos de outras nações, tornamos, revolucionariamente, fugindo ao transigir mais ligeiro com as exigências da nossa própria nacionalidade, mais fundo o contraste entre o nosso modo de viver e o daqueles rudes patrícios mais estrangeiros nesta terra do que os imigrantes da Europa. Porque não no-los separa um mar, separam-no-los três séculos...”*

*Eusebio da Cunha*

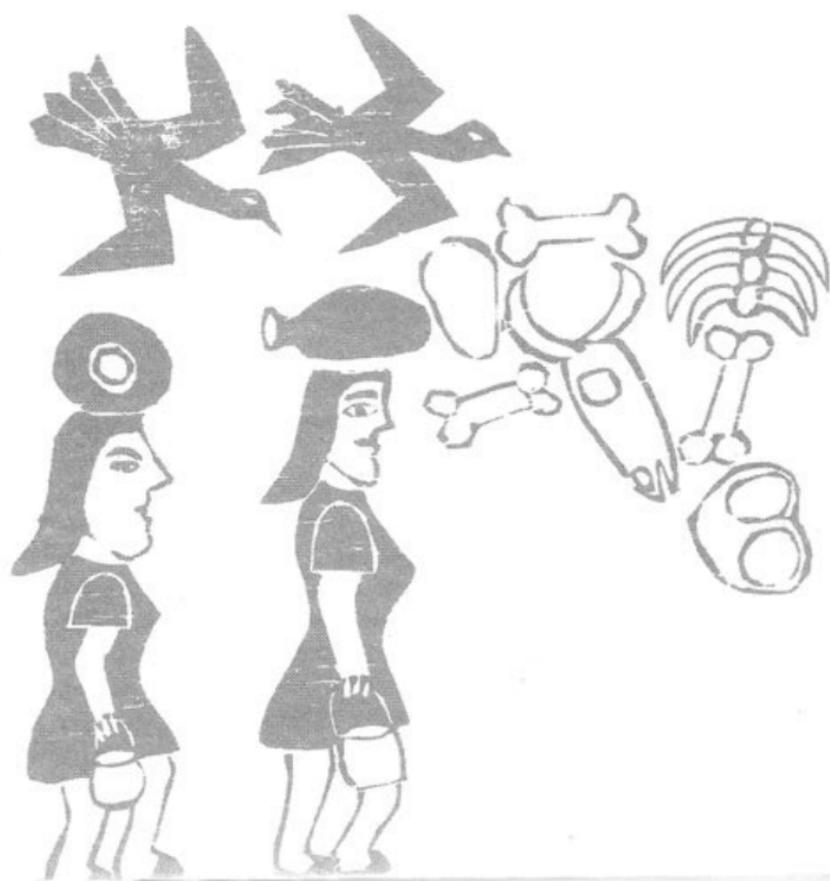


*Sino de igreja do Arraial de Canudos sendo derrubado pelo exército brasileiro, na visão de Joel Borges.*

# S U M Á R I O

O ENIGMA DA NAÇÃO <i>por Luiz Fernando Dias Duarte</i> .....	10
1. O LIVRO 'NÚMERO UM'.....	18
2. ESPAÇO DOS POSSÍVEIS.....	36
3. DOMÍNIO DAS OPÇÕES.....	64
4. UM CIENTISTA NO FRONT.....	106
5. SERTÕES NO PLURAL.....	160
6. UM ENGENHEIRO FAZ LITERATURA.....	206
7. O IDEAL BANDEIRANTE.....	268
8. A SANTIFICAÇÃO DO ESCRITOR.....	298
9. UM CLÁSSICO PARA PENSAR O BRASIL.....	366
BIBLIOGRAFIA.....	394
ILUSTRAÇÕES.....	405
AGRADECIMENTOS.....	406

# O E N I G M A



# D A N A Ç Ã O

Ainda em vida, Euclides da Cunha viu sua obra *Os Sertões* ser transformada em um sucesso de crítica e de público sem precedentes na história intelectual do país.

O livro atravessou quase cem anos aureolado por um crescente prestígio. Em 1994, uma enquête realizada com quinze dos mais consagrados intelectuais do país elegia *Os Sertões* como a obra mais representativa da cultura brasileira de todas as épocas. Entre os entrevistados estavam os antropólogos Roberto Da Matta e Darcy Ribeiro, o economista Celso Furtado, os escritores João Ubaldo Ribeiro e Josué Montello, os poetas José Paulo Paes e Ferreira Gullar, os críticos literários Alfredo Bosi, Fábio Lucas e Wilson Martins, os historiadores José Murilo de Carvalho e Francisco Iglésias, o professor de literatura e ensaísta Luis Costa Lima e o cientista político Wanderley Guilherme dos Santos.

Foi essa reputação de *Os Sertões* como “o livro número um” do Brasil que levou Regina Abreu a investigar as condições de surgimento da qualidade emblemática dessa obra. Buscou compreender quais os motivos que fizeram desse livro uma referência sagrada, um monumento e um símbolo nacionais.

O trabalho começa com a reconstituição das características políticas e sociais do período histórico que antecede o ano de 1902, data de lançamento da obra. A vida de Euclides da Cunha se inicia em 1866, numa

fazenda de café no Vale do Paraíba da então Província do Rio de Janeiro, como primeiro filho de uma família de pequeno capital econômico-social. A autora procura recuperar a trajetória desse menino, marcado pelos constrangimentos característicos de uma sociedade dividida entre os grandes plantadores e a população escrava, numa próspera área rural que logo enfrentaria acelerada decadência.

Acompanhando o percurso do personagem, o leitor percorre em detalhes os componentes da formação do futuro escritor. A passagem pela Escola Militar é apresentada como elemento essencial para a compreensão dos motivos que levariam Euclides a avançar: o cientificismo, o patriotismo e a defesa ardorosa dos ideais igualitários e republicanos. A participação ativa no movimento pela Proclamação da República forneceria as condições para que o jovem estudante de engenharia militar se aproximasse do setor de ponta do jornalismo brasileiro da época, o jornal *A Província de São Paulo*, representante da visão de mundo da burguesia cafeeira paulista. Nunca mais deixaria de colaborar com a imprensa – o que não deixou de marcar sua maneira de ser escritor.

Assim, em 1897, quando o regime republicano já estava consolidado e o jornal *A Província de São Paulo* passara a ser *O Estado de São Paulo*, Euclides – que nessa época já exercia a profissão de engenheiro militar –, foi convidado para fazer a cobertura jornalística de uma guerra que se desenrolava longe, nos sertões da Bahia, envolvendo, de um lado, o Exército republicano e, de outro, uma população pobre liderada por um beato que se recusava a aderir ao novo regime de governo instalado no país.

O “diário de expedição”, em que Euclides da Cunha registrou no calor da hora os acontecimentos e as emoções da viagem ao Arraial de Canudos, serve de fio condutor para a análise seguinte. Com ela acompanhamos o encontro do jovem intelectual fluminense, formado no estrito

cientificismo da Escola Militar, com a paisagem bárbara dos sertões. A experiência arrebatava o viajante em todos os sentidos. Como num ritual de passagem, o noviço se distancia de seu mundo de origem, do sul, da Capital, de São Paulo, com suas “serras altíssimas e denteadas de gneisse”, e se abre para um outro mundo, de serras arredondadas, um mundo vastíssimo, “afogando-se, perdendo-se no espaço, sem transições bruscas numa difusão longínqua” – desaguando na seca, no deserto, na guerra, nos sertões.

A autora desvenda com habilidade o curso dessa metamorfose iniciática em que o engenheiro racionalista encara de frente os “bárbaros sertanejos” em todas as suas variadas dimensões e começa a deslocar seu ângulo de leitura de toda a realidade nacional, em contraposição ao conjunto dos intelectuais que, como Nina Rodrigues ou Machado de Assis – das capitais litorâneas –, se referiam àqueles seres incapazes de atingir a “civilização”. Ao final da cruenta guerra, o “renascido” intelectual se deixa tomar pela emoção e louva “a coragem estóica e incoercível, o heroísmo soberano e forte dos nossos rudes patrícios” seguidores de Antônio Conselheiro.

A viagem de volta de Euclides à Capital Federal, suas inquietações, os primeiros planos e a efetivação do projeto de redação de um livro sobre o que havia experimentado em Canudos ocupam em seguida a análise da autora. Com a mesma eficácia, ela nos mostra como o livro foi editado num mundo social e intelectual tão fechado quanto o do Rio do começo do século.

Sua indagação seguinte é sobre as condições em que o livro se transformou subitamente no maior *best-seller* da virada do século, examinando detidamente as críticas consagradoras de José Veríssimo, Araripe Júnior e Sílvio Romero – principais responsáveis pela transformação do anônimo engenheiro no mais festejado escritor nacional. Quem eram esses críticos? O que disseram? Que valores foram invocados para exaltar a qualidade da nova obra, para guindá-la a tão singular posição? A viagem agora não é mais

a que leva Euclides ao sertão, mas a que o traz para o interior do universo metropolitano das academias, das confeitarias, da Rua do Ouvidor. Ouve-se aí como reagem ao fenômeno os intelectuais mais estabelecidos, como Machado de Assis ou Afonso Arinos.

A consagração leva rapidamente Euclides da Cunha ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e à Academia Brasileira de Letras, numa sucessão de glórias que se encerra subitamente por uma surpreendente morte em duelo em 1909 – no meio de uma sombria tragédia familiar.

Regina Abreu observa então como as condições inesperadas, prematuras e dramáticas do desaparecimento do autor contribuíram para a perpetuação da obra, suscitando um longo processo de fabricação da “vida exemplar” de Euclides da Cunha. Ocorre sua transformação num mártir aureolado. A acumulação dos incontáveis discursos laudatórios e homenagens póstumas vai fazendo o autor ascender a uma posição privilegiada no panteão dos “santos” cívicos da Nação.

Temos em seguida a história e a etnografia do culto formal – que se estende até hoje – ao autor e à obra. Regina Abreu descreve a constituição e as estratégias das redes de intelectuais que se vão sucedendo no trabalho de difusão e perpetuação do valor e atualidade da obra. Congressos, seminários, filmes, livros didáticos, programas escolares – e até mesmo a inclusão de *Os Sertões* no rol das leituras obrigatórias para a formulação de projetos de governo –, múltiplas e variadas são as medidas concretas e concatenadas que vieram garantindo a perenidade do lugar de destaque desse “clássico” da literatura brasileira.

A “obra-prima” de Euclides vai adquirindo cada vez mais uma importância simbólica, desempenhando funções sociais que vão muito além de suas qualidades literárias ou científicas. O livro é investido de um valor sagrado, tornando-se citação obrigatória da mais vasta gama de intelectuais brasileiros.

Tomando alguns casos exemplares, como os de Coelho Neto, Cassiano Ricardo ou Gilberto Freyre, a autora analisa finalmente os diferentes significados dessa obra singular no pensamento social brasileiro. É interessante acompanhar como a obra vai servindo a diferentes leituras ao longo das mudanças de interesses sobrevividas nestes quase cem anos de sua existência – sem parar de acumular valor sagrado enquanto “Bíblia da Nacionalidade”.

A preocupação da pesquisa – originalmente realizada como parte de um Doutorado em Antropologia Social no Museu Nacional/UFRJ – não é a de, mais uma vez, analisar as características e qualidades internas da obra, o que foi feito incansavelmente ao longo deste século, mas a de compreendê-la como fenômeno cultural imerso no horizonte de constituição e transformações do pensamento social sobre a nação brasileira.

Não é a primeira vez que Regina Abreu se debruça sobre a questão da identidade nacional. Seu livro anterior, *A Fabricação do Imortal*, desencadeou importante linha de trabalho sobre “memória, história e estratégias de consagração no Brasil”. Lá as coleções pessoais doadas pela viúva de Miguel Calmon ao Museu Histórico Nacional serviram de pista; aqui trata-se do enigma da imortalidade de *Os Sertões* e de seu criador.

Em ambos os trabalhos a autora constrói sua investigação a partir de uma intersecção entre personagem privado e herói nacional, que se revela um instrumento heurístico precioso para o conhecimento antropológico. Sobretudo numa sociedade como a brasileira, em que a adoção dos padrões “individualistas” da cultura moderna se fez (e se faz ainda) de forma tão lenta e complexa, a transformação de um personagem privado em personagem público é um fenômeno particularmente revelador. No caso de Miguel Calmon, tínhamos o exemplo polar de um “aristocrata” oriundo das elites baianas que se amolda, como engenheiro, aos novos padrões de competência da República e constrói uma reputação de “administrador”

público associado diretamente – como Ministro de Estado esclarecido – à construção da modernidade nacional. No caso de Euclides, temos o filho das camadas intermediárias fluminenses lutando por afirmar-se socialmente através do canal privilegiado de ascensão que representava a Escola Militar, adotando a ideologia do mérito que justificava as pretensões dos de seu meio à dignidade pública e assumindo – também como engenheiro – a defesa de uma visão de mundo laica, igualitária e universalista.

O presente trabalho acrescenta a esse interesse comum o fenômeno crucial da “conversão” do técnico universalista a uma percepção mais matizada e complexa da Nação através da experiência radical do sertão ardente e ensangüentado. Durante muito tempo a pedra de toque do pensamento social brasileiro permaneceu sendo a da “civilização”, a de como uma nação economicamente atrasada, com um contingente tão vultoso de “negros” recém-saídos de seu longo cativeiro, com um passado colonial ainda por tantos motivos tão arraigadamente presente, com um lastro rural, caipira, sertanejo, tão onipresente, poderia dar o salto que a igualasse às co-irmãs na sociedade das nações. Custaram a constituir-se as condições sociais de emergência de uma visão alternativa que não buscasse avaliar as efetivas condições sociais e culturais do país pelo cânon restrito do grande modelo metropolitano. De certo modo, até hoje nos debatemos simbolicamente com esse regime de possibilidades na demarcação de uma identidade nacional.

Uma das singularidades de Euclides é essa de ter sofrido em Canudos sua estrada de Damasco: a diferença emerge como um grandioso desafio e ele a nomeia e lhe empresta o casulo competente e sensível de sua obra. Era o que esperavam os que auscultavam o horizonte à espreita dos novos sinais, os que não se satisfaziam apenas com os diagnósticos de maldição racial, de determinação climática, de taras degenerativas, de culpa histórica e atraso cultural. A tudo isso – que não desaparecia – parecia somar-se doravante um

inesperado sentimento de força paradoxal, de dignidade esdrúxula. É nesse novo espelho que se vão fazer refletir – como demonstra Regina Abreu – as imagens do Brasil; é a partir dele que se vai perscrutar interminavelmente o enigma da Nação.

LUIZ FERNANDO DIAS DUARTE

*Professor do Programa de Pós-Graduação  
em Antropologia Social do Museu Nacional/  
Universidade Federal do Rio de Janeiro*

# O LIVRO



# "NÚMERO UM"

Em curiosa matéria da edição de 23 de novembro de 1994, a revista *Vêja* tornou público o resultado de enquete dirigida a "quinze intelectuais de porte do país", visando a determinar as "vinte obras mais representativas da cultura brasileira, em todos os setores e em todas as épocas". A campeã de indicações como obra isolada foi *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, unanimidade entre os entrevistados. Em segundo lugar, foi eleita a obra de Gilberto Freyre, *Casa-Grande & Senzala*, com 14 votos, seguida de *Grande Sertão: Veredas*, de Guimarães Rosa, com 13 votos, *Macunaíma*, de Mário de Andrade, com 11 votos, *Dom Casmurro*, de Machado de Assis, e *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Hollanda, ambas com oito votos.

Como autor, Machado de Assis equiparava-se a Euclides da Cunha. Lembrado por todos os intelectuais, era o único que tinha dois livros a figurar na lista: *Dom Casmurro* (1899) e *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881). Entre os 22 livros, 11 eram romances, três, de poesia, e oito, obras de não-ficção. Segundo a análise feita pelo jornalista Rinaldo Gama, o cânone não era jovem. O livro mais novo da lista era *Formação Econômica do Brasil*, de Celso Furtado, lançado em 1960, que figurava em oitavo lugar, ao lado de nomes como Gregório de Matos, Érico Veríssimo (*O Tempo e o Vento*), José Lins do Rego (*Fogo Morto*), Antônio Cândido (*Formação da Literatura Brasileira*); o mais antigo, o de Gregório de Matos, que viveu no século 17. Figuravam também Raymundo Faoro (*Os Donos do Poder*), Lima Barreto (*Triste Fim de Policarpo Quaresma*), Raul Pompéia (*O Ateneu*), José de Alencar (*Iracema*), Jorge Amado (*Gabriela, Cravo e Canela*), Carlos Drummond de Andrade e Manuel Bandeira.

O jornalista assinalava ainda que o Brasil do cânone era muito mais rural do que urbano. Lá estava o grande sertão, os sertões, as vidas secas, mas não havia grandes espaços para o Brasil urbano. Considerando que, das obras assinaladas, apenas uma não era encontrada nas livrarias, mas só nos sebos, o jornalista concluía que se tratava de obras lidas pelos brasileiros.

A enquete guarda os limites de matéria jornalística. Não colocarei em discussão os critérios adotados nem os intelectuais escolhidos. Pode-se argumentar que seria necessário maior controle e grupo maior ou mais representativo das diversas tendências da literatura e das ciências sociais.<sup>1</sup> De qualquer modo, a enquete em questão é significativa enquanto sintoma. Não resta dúvida de que efetivamente foram escolhidos intelectuais consagrados e de que a lista final é expressiva. Estou interessada particularmente em refletir sobre a escolha de *Os Sertões* como o grande livro nacional, isto é, como patrimônio e “símbolo nacional”, obra que ao longo de quase 100 anos vem sendo citada como “autenticamente brasileira”. Em inumeráveis ocasiões esse livro particular foi considerado o livro “número um” dos chamados “clássicos brasileiros”. Roquette-Pinto consagrou-o como “o grande livro nacional”, comparando-o a *Dom Quixote*, de Cervantes, e a *Os Lusíadas*, de Camões, e centenas de artigos e livros foram publicados sobre ele. Antologias vêm destacando, ao longo dos anos, a obra de Euclides da Cunha como tema obrigatório para os jovens em idade escolar.

A obra-prima de Euclides da Cunha conta com mais de 30 edições em português que se sucederam no tempo desde a primeira, no Rio de Janeiro em 1902, pela Editora Laemmert.<sup>2</sup> Foi também traduzida para diversos idiomas, tendo alguns países feito traduções sucessivas, em tentativa de contínuo aprimoramento e superação. Os dois casos mais expressivos ocorreram na França e na Alemanha. Na França, *Os Sertões* foi traduzido pela primeira vez em 1947, por Sereth Neu, sob o título *Les Terres de Canudos*, e, recentemente, em 1993, por Jorge Coli e Antoine Seel, sob o título *Hautes Terres*, para as edições Métaillié. Esta última edição recebeu aceitação calorosa da

crítica literária. O escritor e jornalista francês Gilles Lapouge dedicou ao livro elogioso artigo no jornal *Le Monde*. Na Alemanha, o professor de literatura Berthold Zilly, especializado em literatura brasileira, foi merecedor de importante prêmio literário por sua nova tradução, finalizada em 1994.<sup>3</sup>

A tradução para o inglês, em 1944, da University of Chicago Press, foi resenhada por Claude Lévi-Strauss para a *American Anthropologist*, n° 46, de 1944. Nessa resenha, o antropólogo francês destaca como uma das qualidades da obra a característica de ser um produto "autenticamente brasileiro". Como fonte dessa "autenticidade", aponta a natureza e o primitivismo, de que os brasileiros deveriam orgulhar-se. Lévi-Strauss louva o esforço de Euclides da Cunha para "trazer a elite brasileira de volta à realidade", em vez de "tentar escapar do próprio destino nacional e simular sofisticação". Em sua avaliação, Euclides teria "se recusado a ser um aprendiz infantil (*school-boy*) dos mestres europeus" e demonstrado que, "para o Brasil existir, seus aspectos mais primitivos, seus pontos mais feios (deviam) ser aceitos; não para deles se envergonhar, mas para deles se cuidar e amar com a maior paciência e compreensão". Segundo Lévi-Strauss, Euclides fez o que era preciso: "lembrar o povo brasileiro que as conquistas da civilização industrial não são tão formidáveis e incontestáveis que ele devesse tentar esquecer, em vez de se orgulhar, daquelas fontes virgens da natureza e humanidade, nas quais, entre todas as nações, ele pode se fiar para a construção de um futuro melhor."<sup>4</sup> Curiosamente, o antropólogo francês, a partir da leitura de Euclides da Cunha, coloca o Brasil no reino da natureza, remetendo para um lugar secundário os ideais de civilização nos trópicos. O destino do país, sua fonte de "autenticidade", estaria na natureza e no primitivismo...

Desse breve arrolamento da difusão de *Os Sertões*, fica evidente que a obra continua encontrando mercado consumidor no Brasil e no exterior em que pese quase um século de existência. De 1902 aos nossos dias, os brasileiros nunca deixaram de encontrá-la nas livrarias, às vezes até em edições diferentes. Em alguns anos, o livro chegou a ser publicado mais de uma vez.<sup>5</sup>

Esses piques certamente estão relacionados a razões especiais que podem ser explicitadas mediante uma investigação mais detida. Não há dúvida, por exemplo, de que durante o Estado Novo *Os Sertões* converteu-se em obra especialmente difundida. A figura de Euclides da Cunha como um dos grandes escritores nacionais foi também popularizada (ou mesmo fabricada) nesse período. Que motivos teriam provocado esse movimento? Teria sido o livro utilizado como justificativa ideológica para projetos de governo, como o plano de interiorização proposto por Vargas (a “marcha para o oeste”)?

Enquanto obra sagrada, tem sido alvo de uma série de comemorações: aniversários relacionados à obra e a seu autor, entre os quais os de nascimento e morte do escritor, de aparecimento da obra, de início e fim da Guerra de Canudos – acontecimento central sobre o qual se apóia a narrativa. Surgiram, assim, edições comemorativas, como a da passagem dos 80 anos da obra, lançada em 1982 pela Ediouro e especialmente endereçada aos jovens, acompanhada de encarte didático que sublinha exaustivamente o valor sagrado da obra.

Para se ter uma idéia da quantidade da produção em torno de Euclides da Cunha, existem três obras de referência expressivas. A primeira data de 1931 e trata do levantamento feito por Francisco Venâncio Filho de algumas centenas de obras com estudo biobibliográfico pioneiro sobre o escritor. A segunda, editada em 1971 pelo Instituto Nacional do Livro e realizada por Irene Monteiro Reis, reúne uma importante bibliografia com cerca de 3.000 títulos. A última, editada em 1995 pela Fundação Biblioteca Nacional e a Editora da Unicamp, fruto do trabalho de pesquisa de Marcia Japor de Oliveira Garcia e Vera Maria Furstenu, reúne mais de 4.700 referências de e sobre Euclides da Cunha disponíveis no acervo da Biblioteca Nacional.<sup>6</sup>

Em suma, é possível avaliar como a produção sobre Euclides da Cunha vem crescendo e como *Os Sertões* efetivamente vem sendo atualizado em sucessivas reedições, com grande preocupação de atingir o público escolar.

Esses fatos sinalizam que a matéria da revista *Vêja* não constitui um dado isolado, mas faz parte de um fenômeno muito maior e mais complexo, sob a forma da perenidade da obra e sinalizando que, entre os autores consagrados numa época ou contexto, alguns conseguem sobreviver ao tempo e persistir por décadas ou até séculos, enquanto outros se tornam descartáveis. Percebemos ainda que, desses autores perenes, alguns têm seu nome associado a uma identidade que o ultrapassa, seja ela local, regional ou nacional. O que não conhecemos ao certo são as razões dessa perenidade, as maneiras e as finalidades de sua produção. Afinal, para que e quem interessa manter viva a chama de *Os Sertões* e de Euclides da Cunha?

Minha suposição é a de que, independentemente da produção editorial e publicitária em torno dessa “grande obra” e de seu igualmente “grande autor”, sua fabricação e perpetuação estão relacionadas a demandas sociais. Ao ser transformada em monumento, símbolo nacional ou “lugar de memória”, uma grande obra literária extrapola suas características iniciais, desempenhando funções sociais que ultrapassam seu valor puramente literário. Como ocorre com um bem tombado pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, a consagração de *Os Sertões* teve o mesmo efeito de um tombamento. A partir de então, o livro de Euclides da Cunha adquiriu significação eminentemente simbólica. K. Pomian sugere que utilizemos a noção de semióforo para qualificar esse fenômeno. Os semióforos são dotados de um valor simbólico que ultrapassa o valor de uso. Considerados preciosidades, estão investidos de valor sagrado.<sup>7</sup> Assim, além das qualidades propriamente literárias de *Os Sertões*, ele foi pouco a pouco se convertendo em objeto muito valorizado com significados que extrapolam essas mesmas qualidades. Em geral, podemos encontrar um exemplar desse livro em quase todas as estantes de famílias de camadas médias e de elites no Brasil. Mesmo que não necessariamente lido ou mesmo aberto, o fato de dispor de *Os Sertões* passou a significar, para um grande número de famílias no Brasil, estar de posse de um “clássico da literatura brasileira”, um livro que não se

pode deixar de ostentar mesmo que não se saiba exatamente por quê; ou seja, no contexto da sociedade brasileira, *Os Sertões* adquiriu “aura” de livro sagrado, imprescindível para se conhecer o Brasil, uma “Bíblia da Nacionalidade”.<sup>8</sup>

Para o entendimento desse fenômeno é fundamental a reflexão sobre a noção de “clássico” e, especialmente, a de “clássico nacional”, noções, aliás, associadas. Durante todos esses anos, proliferaram as comparações de *Os Sertões* com outras obras literárias do gênero da chamada epopéia clássica, com autores representativos da chamada literatura clássica universal e, principalmente, com clássicos que identificam outros países. O exemplo mais contundente veio de Roquette-Pinto: “Percorro toda a nossa história e penso que *Os Sertões* serão no futuro, para o Brasil, o grande livro nacional; o que *Dom Quixote* é para a Espanha ou *Os Lusíadas* para Portugal; livro em que a raça encontra a floração de suas qualidades; o espinheiral dos seus defeitos, tudo o que, em suma, é sombra ou luz na vida dos povos”. Araripe Júnior, em ensaio crítico consagrador, comparou *Os Sertões* a *Revolução Francesa*, de Michelet. Outros ainda fizeram a comparação com *A Divina Comédia*, de Dante e *A Ilíada*, de Homero.

A associação da noção de “clássico” com a noção de “clássico brasileiro” revela certa ambigüidade. Levada às últimas conseqüências, a noção de “clássico” não admitiria particularizações, na medida em que embutida na noção está a pretensão ao universalismo. Ao ser colocado como um “patrimônio nacional” por excelência, um “clássico brasileiro”, *Os Sertões* seria um livro associado à construção da identidade nacional que, por sua vez, remete à idéia de singularidade, de originalidade, do caráter único e intransferível de uma nação particular. Estaria, portanto, associado à própria ambigüidade da idéia de nação. Se, por um lado, a nação moderna significou a introdução de conceitos, como progresso, civilização e humanidade, que expressam a crença no universalismo e nos ideais de liberdade e de igualdade para todos os seres humanos, por outro lado, a idéia de nação tem sido

também representada como mônada de atributos singulares, originais, únicos. Segundo Louis Dumont, a história das nações modernas no Ocidente poderia ser lida como a história de ênfases diferenciadas entre essas duas tendências: "ou o valor fundamental é atribuído ao homem e, nesse sentido, se falará no individualismo de Voltaire e dos enciclopedistas, ou então é atribuído à sociedade, ou à cultura, ao ser coletivo, e estaremos falando do holismo que aflora em Rousseau e em Herder".<sup>9</sup> Em outras palavras, Dumont refere-se à tensão entre duas vertentes às quais o ideal nacional estaria umbilicalmente associado: a iluminista e a romântica. O iluminismo geralmente é associado a filósofos franceses do século 18, efetivamente responsáveis por seu estabelecimento enquanto corpo filosófico de doutrinas, como Voltaire. O romantismo, por outro lado, floresceu sobretudo entre filósofos alemães, como Herder, e surgiu inicialmente como reação ao iluminismo. Entretanto, essas duas vertentes afirmaram-se durante todo o século 19, chegando ao início do 20 como as mais potentes correntes de pensamento do mundo ocidental moderno. Extrapolaram fronteiras nacionais para se tornar "atitudes espirituais de uma época", como observou Georges Gusdorf.<sup>10</sup> Na França, por exemplo, a tensão entre iluminismo e romantismo torna-se perceptível quando se enfocam Voltaire e Rousseau. Baluarte do romantismo na França, Rousseau distanciou-se dos enciclopedistas, pois, como "cidadão de Genebra", reconheceu plenamente a natureza social do homem, isto é, seu pertencimento a uma sociedade concreta como condição necessária de sua educação para a humanidade. O romantismo, entretanto, talvez tenha alcançado realização plena na Alemanha por intermédio da ação de filósofos, como Herder, e colecionadores, como os irmãos Grimm. Nenhuma outra tradição nacional foi formada com tanta ênfase no tema da singularidade como a da nação alemã. Peter Burke relata o trabalho incansável de filósofos e colecionadores no resgate de antigas tradições populares em vias de desaparecimento com a chegada de uma nação moderna e unificadora. Tomando por base uma filosofia da natureza, considerada como única refe-

rência aceitável para a invenção do nacional, os românticos alemães acreditavam existir alguma substância que guardava a “alma nacional”. A tarefa desses intelectuais era tão-simplesmente identificá-la, buscá-la e incorporá-la como fonte do nacional em formação. No reino da natureza eram admitidos alguns povos, considerados mais puros exatamente porque mais próximos da grande mãe natureza. Desse modo, no romantismo alemão, afirmou-se forte tendência, procurando-se na “poesia popular” a fonte da singularidade, da pureza, da essência alemã. Para esses intelectuais, “o povo, por excelência, compunha-se dos camponeses; eles viviam mais perto da natureza, estavam menos marcados por modos estrangeiros e tinham preservado os costumes primitivos por mais tempo do que quaisquer pessoas”. Herder excluía o povo das cidades como formador da tradição nacional alemã, considerando-o “a turba das ruas, que nunca canta nem compõe, mas grita e mutila”. Os românticos alemães levaram às últimas conseqüências três características centrais do romantismo: o purismo, o comunitarismo e o primitivismo. O purismo fazia distinções entre um “povo puro” e outro “impuro”, já por demais contaminado pelos males da civilização moderna e pelas múltiplas influências e inter-relações trazidas pelo progresso das comunicações. O comunitarismo atribuía importância maior às criações coletivas do que às individuais. Os intelectuais não problematizavam a relação com o objeto, não se colocavam como construtores de seus objetos, mas como coletores de antigas tradições, procurando resgatá-las, como se coletassem pedras preciosas. O objetivo era chegar o mais perto possível da natureza em seu aspecto puro, ímpar, singular. Uma antiga canção repetida há milênios por um grupo de camponeses era considerada uma criação tão natural e singular quanto a cantiga dos rios em determinada região. O primitivismo era a característica central, que embasava todas as outras. Almejando chegar mais perto da essência de um povo, acreditavam que as mais antigas tradições eram passadas de uma geração a outra sem alterações. Quanto mais acreditavam na pureza das tradições, lendas, cantos e poemas, mais

delas se utilizavam para expressar a singularidade de uma nação. A poesia popular era a grande fonte da alma nacional, na medida em que não era composta por um indivíduo, mas por uma coletividade e também porque, como o fruto de uma árvore, era o resultado final ou a manifestação de um organismo completo, contendo todas as suas substâncias. A metáfora da semente é também ilustrativa do pensamento romântico: um povo é uma semente que floresce em nação se plantada em terreno adequado e se bem adubada. Mas não era qualquer povo que poderia florescer e gerar uma nação próspera. Por isso, era preciso saber qual semente plantar, ou seja, qual o povo possível, capaz de fazer desabrochar uma nação.

Do outro lado, estava o iluminismo, que se baseava na crença e na afirmação de um modelo de indivíduo moderno, tendo como atributos a liberdade e a igualdade. A nação moderna era concebida como o grupo sociopolítico correspondente à ideologia do indivíduo e, nesse sentido, seria duas coisas em uma, como assinalou Louis Dumont: por uma parte, uma coleção de indivíduos, por outra, o indivíduo no plano coletivo em face de outros, indivíduos-nações. O individualismo moderno seria a mola propulsora de uma sociedade cuja meta eram os ideais de civilização e progresso. Nesse sentido, a ênfase maior estaria na idéia de humanidade, realização do indivíduo no plano universal e não apenas nacional. A nação moderna nesse contexto era percebida como um meio para se atingir a civilização e não um fim em si mesmo.<sup>11</sup> Como sistema de pensamento abrangente, o iluminismo aproximou-se do universalismo e da crença num modelo ideal para toda a humanidade. Durante o século 19, desenvolveu-se o ideal de fazer com que os povos espalhados por todo o planeta atingissem, por intermédio da educação, graus "mais elevados" ou civilizados de sociedade.

As idéias viajam, e, independentemente de um ou outro autor isolado, é possível perceber, associados à noção de "clássico" e de "clássico nacional", um embate e uma tentativa de conciliação entre duas tendências ou sistemas de pensamento: uma iluminista e outra romântica. Como e por que

*Os Sertões*, quase um século depois de seu lançamento, continua sendo reverenciado como um dos maiores “clássicos brasileiros”, patrimônio nacional por excelência, livro fundamental para se conhecer o Brasil?

A fim de analisar esse percurso e procurar compreender o significado de *Os Sertões* para o estabelecimento de uma tradição nacional, tomei dois fios condutores complementares. O primeiro consistiu em realizar um estudo da trajetória de Euclides da Cunha e de sua consagração como escritor; o segundo consistiu em perceber de que maneira e por meio de que ações essa consagração se manteve atual no extenso período de quase um século. Com relação ao primeiro fio condutor, procurei entender as razões e tornar explícitos os critérios que levaram à consagração de *Os Sertões*, bem como perceber a posição de Euclides na sociedade brasileira do período em que viveu, relacionando essa posição com a de seus consagradores. Quais foram os agentes de consagração? Quais os critérios utilizados? Como esse livro se tornou um “clássico”? Por quais processos? Por quais meios?

Ao se referirem à consagração de *Os Sertões*, os críticos literários fazem menção ao aspecto “fundador” da obra. Em que consiste essa fundação? O que foi fundado nesse momento? Que valores foram afirmados e por quais grupos ou agentes sociais?

Aproprio-me aqui de algumas sugestões de Pierre Bourdieu para a análise do processo de produção de um “clássico”, enunciadas em *A Regra da Arte*. Analisando *A Educação Sentimental*, de Gustave Flaubert, Bourdieu define o “clássico” como um *best-seller* na longa duração que deve ao sistema de ensino a sua consagração, logo, seu mercado extenso e durável. Bourdieu assinala dois movimentos sucessivos: o primeiro corresponde ao de descoberta e consagração, no qual os agentes são os críticos de vanguarda; o segundo, ao de difusão e construção na longa duração, no qual os agentes são, principalmente, as instituições escolares. Este último movimento distingue-se do primeiro pela extrema lentidão de sua ação no tempo.

O esquema proposto por Bourdieu foi tomado como ponto de partida para a investigação. Tomando-se *Os Sertões* como estudo de caso, foram destacados no processo de fabricação de um "clássico nacional" seus dois movimentos mais significativos: a Gênese e a Consagração. O primeiro, congregando do segundo ao quinto capítulo, reúne os antecedentes ao ato criador, as condições sociais de existência da obra, incluindo os aspectos que favoreceram que um menino com escassos recursos econômicos e pouco capital social viesse a se tornar o escritor mais festejado da virada do século. O segundo, do sexto ao décimo capítulo, focaliza o ato mesmo da produção, seguido da consagração, da difusão e da perpetuação da atualidade da obra.

No Capítulo 2, analiso o "espaço dos possíveis", ou seja, as condições materiais e intelectuais da sociedade brasileira na segunda metade do século 19. Foi nela que Euclides da Cunha nasceu e se formou. Procuo perceber o lugar a ele atribuído pelo nascimento e o leque de possibilidades numa sociedade dominada por grandes proprietários de terra e de escravos, e governada pelo Imperador D. Pedro II, em que vigorava o espírito da "sociedade de corte".<sup>12</sup> Analiso as possibilidades de carreira, educação e ascensão social para um jovem que dispunha de condições de vida bastante dificultadas pela orfandade e pelos poucos recursos materiais e que, conseqüentemente, tinha poucas probabilidades de acesso a uma carreira intelectual ou literária. Procuo mostrar as principais características do campo da literatura na segunda metade do século 19, focalizando as trajetórias de José de Alencar e Machado de Assis, considerados os maiores escritores do período.

No Capítulo 3, analiso as opções efetivamente escolhidas por Euclides da Cunha durante seu período de formação. A primeira, a Escola Militar, colocou-se em grande medida como uma das poucas alternativas viáveis em função das dificuldades financeiras e familiares do jovem Euclides. A segunda, o jornalismo, colocou-se após sua indisposição com o Exército devido a seus pendores republicanos. Convidado por Júlio de Mesquita, começou a escrever no jornal *A Província de São Paulo* (atual *O Estado de São Paulo*).

A terceira escolha importante foi a carreira de engenheiro, à qual Euclides da Cunha dedicou toda a sua vida. Analiso sua posição na Escola Militar, num momento de transição, em que não apenas forte disputa política entre duas formas de governo estava em cena, como também disputas entre modelos de sociedade diferenciados. Nessa ocasião, muitos já empunhavam a bandeira de uma sociedade regida pelos critérios do talento e do mérito, intrinsecamente relacionada à valorização do saber adquirido que, naquela ocasião, se identificava com a aquisição de difuso conhecimento científico. Procuo perceber também a posição do jornal para que Euclides da Cunha passou a escrever após sua indisposição com o Exército e no qual permaneceu no período imediatamente posterior à proclamação da República. Por fim, dedico a parte final desse capítulo ao perfil dos engenheiros na virada do século, profissão que o autor abraçou com muitos conflitos e ambigüidades, e que tornou possível sua inserção profissional e sua dedicação paralela ao trabalho intelectual.

No Capítulo 4, analiso os antecedentes da produção de *Os Sertões*, isto é, a ida de Euclides para Canudos como “correspondente de guerra” de *O Estado de São Paulo*. Procuo, sobretudo, perceber o impacto de seu encontro com os sertões da Bahia, mundo até então desconhecido para o jovem *doublé* de engenheiro e jornalista. Aos poucos, torna-se perceptível como o encontro com a paisagem “bárbara” dos sertões do norte foi transformando a visão predominantemente iluminista do jornalista e engenheiro militar imbuído da crença no poder transformador da ciência e que lutava por formas “mais elevadas” de sociedade.

No Capítulo 5, traço um quadro do campo literário no final do século 19, mostrando tendências, conflitos e principais pólos. Meu objetivo consiste em detectar os mecanismos de ingresso no campo literário, os grupos dominantes e, ainda, os escritores que enfocavam o tema do sertão e do interior e de que modo o faziam. Grande parte do capítulo gira em torno de autores que convencionei chamar de “escritores sertanejos”<sup>13</sup>, entre os

quais destaco Arthur Azevedo, Coelho Neto, Afonso Arinos, Olavo Bilac, Franklin Távora, Sílvio Romero, Araripe Júnior e José Veríssimo. Com algumas variações, todos eles têm em comum o fato de ter seguido a mesma trajetória do interior para a capital federal, ou seja, de, nascidos em diferentes províncias do interior do Brasil, ter, em algum momento da vida, partido para o Rio de Janeiro em busca da consagração literária. Procuo mostrar como utilizaram o tema "sertão" (com suas derivações, o sertanejo, o matuto, o caipira, o tabaréu, a oposição entre a roça e a cidade) enquanto capital diferencial na concorrência com o pólo dominante do campo literário brasileiro, a literatura produzida na capital.

No Capítulo 6, focalizo a produção e a consagração de *Os Sertões*. Mostro como Euclides da Cunha, diferentemente da maior parte dos autores que escreveram sobre o movimento e a guerra de Canudos, preferiu não editar suas anotações escritas no "calor da hora" dos acontecimentos, para amadurecê-las à luz de novas leituras de trabalhos científicos. A ida para uma pequena fazenda, residência do pai no interior de São Paulo e, posteriormente, para uma pequena cidade também no interior de São Paulo, São José do Rio Pardo, deu-lhe as condições necessárias para esse amadurecimento. Assim, Euclides da Cunha antecipou um comportamento que seria a tônica entre os cientistas, em especial os cientistas sociais, inaugurando, de certa forma e em condições muito especiais, o "trabalho de campo", bem como adotando postura de distanciamento e de reflexão teórica sobre esse "trabalho de campo". A trajetória do livro, sua confecção e seu lançamento deixam entrever o quanto Euclides da Cunha era um "peixe fora d'água" no mercado editorial, tendo sido obrigado a custear o próprio livro em uma das editoras mais afamadas da capital federal. O processo de consagração constitui a parte final desse capítulo, quando são analisadas as três críticas consagradoras formuladas por José Veríssimo, Araripe Júnior e Sílvio Romero. A análise dessas críticas é cotejada com a descrição das trajetórias dos três críticos, eles também "escritores sertanejos". Procuo mostrar como

esses escritores particularmente foram os arautos de uma “moderna” crítica literária no Brasil, calcada em critérios científicos. *Os Sertões* situava-se a meio caminho entre a literatura e a ciência, atribuindo valor positivo ao tema do sertão e do sertanejo. Procuo mostrar como para os referidos críticos julgar essa obra representou também a legitimação da “moderna” crítica literária, que almejavam implantar. Em certo sentido, o encontro com *Os Sertões* teve para esses intelectuais também o sabor de autoconsagração. Assim, os três enfatizaram a identidade com Euclides da Cunha, contribuindo para a transformação, quase que da noite para o dia, de um engenheiro e jornalista em um dos escritores mais reverenciados da capital federal. De consagrado, Euclides passou a glorificado, sendo aceito nas duas principais agências de consagração do período, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a Academia Brasileira de Letras.

O Capítulo 7 é dedicado ao processo de fabricação do “grande escritor nacional” por meio dos elogios fúnebres, das primeiras biografias e das homenagens póstumas. Procuo mostrar como, após a trágica morte de Euclides da Cunha, os “escritores sertanejos” apropriaram-se do “corpo e da alma” do escritor para consolidar posição no campo literário.

No Capítulo 8, a intenção foi perceber como e quando se deram o crescimento do culto a Euclides da Cunha e a cristalização da imagem do “grande escritor nacional” e do “clássico brasileiro”. São analisadas as contribuições específicas de alguns intelectuais, como Coelho Neto e Roquette-Pinto. Além disso, procuro analisar diferentes apropriações da obra euclidianiana, focalizando o período do Estado Novo, em que os nomes de Euclides da Cunha e de *Os Sertões* foram definitivamente incorporados ao panteão dos imortais da nação brasileira. Atenção especial foi conferida à leitura singular de Cassiano Ricardo, valorizando em Euclides uma “tradição bandeirante” e associando-o ao movimento dos paulistas. Defendo a hipótese de que essa tenha sido a expressão de uma leitura em grande parte vencedora, em que foi enfatizada a interpretação euclidianiana do aspecto dicotômico da

sociedade brasileira, com valorização dos sertões (natureza) em detrimento do litoral (civilização), considerado foco de contaminação. Como contraponto, finalizo com a leitura *sui generis* de Gilberto Freyre, que propõe a abolição das dicotomias e lamenta que Euclides e muitos de seus intérpretes não tenham incorporado em suas interpretações a conciliação dos antagonismos, reabilitando o litoral, culturalmente rico e plural, que só poderia sair renovado com a descoberta dos sertões.

No Capítulo 9, procuro tecer algumas conclusões ou, ao menos, sugerir algumas pistas que permitam chegar mais perto de uma chave que decifre o enigma de *Os Sertões* e de Euclides da Cunha.

#### NOTAS

<sup>1</sup> Foram consultados os antropólogos Darcy Ribeiro e Roberto da Matta, os historiadores José Murilo de Carvalho e Francisco Iglésias, o cientista político Wanderley Guilherme dos Santos, os críticos literários Fábio Lucas, Alfredo Bosi e Wilson Martins, os economistas Celso Furtado e Roberto Campos, os escritores João Ubaldo Ribeiro e José Montello, os poetas José Paulo Paes e Ferreira Gullar, o professor de literatura e ensaísta Luís Costa Lima. Desperta minha atenção, por exemplo, o fato de não haver nenhuma mulher entre os "intelectuais de porte" consultados, bem como nenhuma escritora na lista canônica. Entre as raras escritoras citadas encontramos Clarice Lispector, mas sem o número de votos para a canonização. Observamos, portanto, que a "biblioteca nacional" para os intelectuais escolhidos é fundamentalmente uma biblioteca masculina. Assim, seria possível levantar, entre outras, a objeção de que a ausência de intelectuais do sexo feminino na amostra dos consagrados pode ter levado a uma ausência de escritoras mulheres no cânone.

<sup>2</sup> A última edição, pela Francisco Alves, é a trigésima sexta. A Laemmert foi responsável pelas três primeiras, lançadas em 1902, 1903 e 1905, respectivamente. Segundo Hallewell, a Laemmert foi fundada em 1827. Com a morte de seus dois sócios, os irmãos Eduard e Heinrich Laemmert, em 1880 e 1884, respectivamente, a firma passou para as mãos de herdeiros. Em 1909, ocorreu um grande incêndio. Os direitos autorais de sua propriedade, incluindo o do mais famoso de seus títulos, *Os Sertões*, foram vendidos para a Editora Francisco Alves. O livro havia sido publicado em três edições em sete anos, num total de 10.000 exemplares, o que, para os padrões da época, era um grande êxito de vendas. Já com

os direitos autorais adquiridos, a Francisco Alves publicou a quarta edição, em 1911, seguida de outras, sendo a última de 1995. (Hallewell, 1982) Outras editoras passaram a editar *Os Sertões*, destacando-se a edição da Universidade de Brasília, de 1963, integrando a Biblioteca Básica de Brasília; as da Edições de Ouro, na coleção Clássicos Brasileiros, em 1966, 1967 e 1976, e a coleção Calouro em 1970; a da editora Três, na coleção Obras Imortais; as da editora Cultrix de São Paulo em 1973, 1975, 1982 e 1985, sendo as duas primeiras co-edições com o Instituto Nacional do Livro, sediado em Brasília; a do Círculo do Livro, em São Paulo, em 1975; a de O. Pierre, com ilustrações de Martha Poppe, em 1979, na coleção Os Grandes Clássicos, e as da editora Abril, em 1979 e 1982. Especialmente as edições da Universidade de Brasília, do Instituto Nacional do Livro, da Edições de Ouro e da Cultrix foram impressas com objetivos didáticos, com prefácios e introduções visando a iniciar estudantes na obra euclidiana, adendos elaborados por especialistas e admiradores do escritor, como Nelson Werneck Sodré (Universidade de Brasília); M. Cavalcanti Proença; Olímpio de Souza Andrade (Edições de Ouro); Hersílio Ângelo e Alfredo Bosi (Cultrix).

<sup>3</sup> A obra-prima de Euclides da Cunha foi ainda traduzida para o inglês, em 1920 (Inglaterra) e em 1944 (Estados Unidos); o espanhol, em 1938 e em 1941 (ambas na Argentina); o sueco, em 1945; o dinamarquês, em 1948; o italiano, em 1953; o holandês, em 1954; o chinês, em 1959 (mesmo ano em que saiu a primeira tradução para o alemão, mais tarde revista por Berthold Zilly). Muitas dessas traduções foram também reeditadas, como a americana (1944, 1952, 1957). Sobre a versão para o francês, ver Cunha, 1993. A recepção positiva da crítica francesa foi comentada por Betty Milan na *Folha de S. Paulo*, de 24/10/1993, pág. 6. Sobre a recepção de *Os Sertões* na Alemanha, ver Zilly, 1996.

<sup>4</sup> Lévi-Strauss, 1944a:396, citado por Lana, 1995.

<sup>5</sup> Como aconteceu em 1923, 1946, 1963, 1973, 1979, 1982.

<sup>6</sup> Venâncio Filho, 1931; Reis, 1971; Garcia e Furstenu, 1995.

<sup>7</sup> Pomian, 1983:69.

<sup>8</sup> Utilizo a noção de “aura” com o sentido atribuído por Walter Benjamin. “A ‘aura’ de um objeto está associada a sua originalidade, seu caráter único e a uma relação genuína com o passado. Benjamin reserva as noções de singularidade (*uniqueness*) e permanência para designar esses aspectos, em contraste com a reprodutibilidade e a transitoriedade dos objetos ‘não-auráticos’. Estes últimos, exatamente por serem reproduzíveis e transitórios, não guardam qualquer relação orgânica e real com um passado pessoal e coletivo.” (Ver: Gonçalves, 1988:265-266)

<sup>9</sup> Dumont, 1985:127.

<sup>10</sup> Com relação ao romantismo, Gusdorf assinala que a Alemanha saiu na frente com proposta bem-elaborada. Em 1798, Frédéric Schlegel tentava explicar o significado da

palavra "romântico" numa carta de 125 páginas endereçada ao irmão. O lançamento de uma pequena revista pelos dois marcou o início da era romântica na Alemanha. No mesmo ano, dois poetas lançavam na Inglaterra uma coletânea de "Baladas Líricas", dando origem ao romantismo na Inglaterra. Na França, o romantismo chegou 30 anos mais tarde. Gusdorf estabelece como marco do romantismo francês o "Prefácio de Cromwell". Embora possam ser observadas muitas diferenças entre variadas versões do romantismo, Gusdorf considera a denominação "romantismo" valor assegurado no mercado internacional da cultura. A idéia de uma Europa romântica tem tanta consistência quanto os conceitos de Antigüidade, Idade Média, Renascimento, conceitos-chave da historiografia no Ocidente. O romantismo formou-se no curso de um diálogo e de uma contraposição com noções antagônicas, como classicismo, iluminismo, positivismo. (Gusdorf, 1982)

<sup>11</sup> Sobre o tema nação, ver Dumont, 1985, e Mauss, 1969. Segundo Mauss, a nação é uma "sociedade material e moralmente integrada, com fronteiras determinadas, com relativa unidade moral, mental e cultural dos habitantes, que aderem conscientemente ao Estado e suas leis. Concretamente, o termo 'integração moral' significa que nesta sociedade foi abolida toda segmentação por clãs, tribos, reinos, domínios feudais".

<sup>12</sup> A expressão "sociedade de corte" foi formulada por Norbert Elias para designar um modelo de sociedade regulamentado por critérios que passam pela teia das relações sociais e pessoais. Historicamente, a ele se contrapôs um modelo de sociedade regulamentado pelo talento e pelo mérito, isto é, pela valorização do saber adquirido. (Ver Elias, 1990 e Elias, 1991)

<sup>13</sup> Por "escritores sertanejos" estou considerando todos os escritores nascidos no interior do país, por oposição aos nascidos na capital federal.

# ESPAÇO



## DOS POSSÍVEIS

## O MENINO EUCLIDES NA SOCIEDADE IMPERIAL

No ano de 1866, precisamente no dia 20 de janeiro, na Fazenda da Saudade, no Município de Cantagalo, da então Província do Rio de Janeiro, nascia uma criança do sexo masculino, primeiro filho de um jovem casal. O pai, Manuel Rodrigues Pimenta da Cunha, era guarda-livros nas fazendas de café que se haviam alastrado pelo Vale do Paraíba do Sul. Vivia viajando de fazenda em fazenda para alinhar as cifras dos caixas e dos contas-correntes. A mãe, Eudóxia Moreira da Cunha, era filha de um proprietário de pequenas posses da região do vale.

O menino recebeu o nome de Euclides Rodrigues da Cunha. Era verão, dia de São Sebastião. Os pais não tinham grandes posses, mas viviam uma vida razoavelmente tranqüila com os recursos provenientes do trabalho de Manuel como guarda-livros de prósperas fazendas de café. Manuel viera da Bahia, onde nasceu. Seu pai era português e chamava-se também Manuel. Sua atividade principal era o comércio, em que trabalhou durante muito tempo, fazendo o tráfico de escravos em navio veleiro de sua propriedade. Numa dessas ocasiões, chegando a Salvador, o comerciante conheceu Teresa Maria de Jesus e com ela se casou, tendo vários filhos, entre eles o pai de Euclides. Pouco se sabe sobre essa avó paterna. Um dos biógrafos assinala que ela “descendia de gente da terra – sertanejos dos antigos currais baianos”.<sup>1</sup>

É bem provável que os avós paternos de Euclides tenham-se constituído numa elite local. Até a abdicação de D. Pedro I, em 1831, os comerciantes portugueses constituíam uma elite expressiva que não se fixava na terra. O

objetivo principal de grande parte desses comerciantes era acumular recursos para investir em Portugal. De acordo com José Murilo de Carvalho, após a abdicação teria havido um processo crescente de nacionalização da elite que passou a se fixar na terra, caindo o número de comerciantes portugueses que aqui enriqueciam com o objetivo de voltar a Portugal.<sup>2</sup>

O avô paterno de Euclides faleceu em Lisboa numa de suas viagens. Teresa Maria de Jesus casou-se novamente com o baiano Joaquim Pereira Barreto, e o jovem Manuel Rodrigues Pimenta da Cunha, atraído pela prosperidade do café no Vale do Paraíba, resolveu migrar para tentar a profissão de guarda-livros. Relata Rabello: “Era por volta de 1860 e então imensos cafezais tinham substituído as plantações de cana-de-açúcar da Província do Rio de Janeiro. Enquanto os engenhos da nobreza fluminense: dos marqueses de Valença, dos condes de Nova Friburgo, dos viscondes de Barra Mansa e dos barões de Piabanha, de Araruama e de Campo Belo ficavam de *fogo morto*, as fazendas de café se alastravam pela baixada e subiam as serras, muito prósperas, como consequência dos altos preços do mercado europeu. Basta salientar que a exportação brasileira, de 4.500.000 sacas, entre os anos de 1836 a 1840, passou a 12.500.000 sacas, entre os anos de 1856 e 1860 – quase toda do Paraíba.”<sup>3</sup>

No vale existia boa oferta de mão-de-obra escrava, proveniente das atividades mineradoras, e a terra oferecia condições favoráveis às plantações de café. A proximidade com o porto do Rio e o mercado de consumo aí localizado também servia de estímulo à expansão da produção cafeeira. Para o jovem Manuel as perspectivas não podiam ser mais animadoras. Com a proliferação das fazendas, o futuro de um guarda-livros parecia garantido. No Vale do Paraíba do Sul, Manuel conheceu Eudóxia Moreira, a mais moça das filhas de Joaquim Alves Moreira, pequeno proprietário. “Ao baiano”, relata Rabello, “abria-se a perspectiva de fixação definitiva na terra, pelo casamento e pela propriedade. Porque, casando com Eudóxia, tornou-se proprietário de uma fazendola em Santa Rita do Rio Negro, distrito de Cantagalo.”<sup>4</sup>

Segundo Stanley J. Stein, que analisou o período áureo da produção do café no Vale do Paraíba do Sul, especialmente em Vassouras, “a próspera estrutura erigida pelos fazendeiros de café nos anos anteriores a 1850 e após esses anos já continha as sementes da decadência. Mesmo durante os anos mais prósperos, já se pressentia o declínio da economia, na medida que fazendas malsucedidas eram transferidas aos credores e os empréstimos feitos para a aquisição de escravos a fim de produzir mais café não podiam ser amortizados. Posteriormente, os preços do café passaram a flutuar, os escravos tornaram-se escassos e dispendiosos, e as encostas virgens eram transformadas em morros devastados cobertos de cafezais antigos. (...) Nas duas décadas seguintes aos prósperos anos 50, as sementes do declínio disseminadas pelos fazendeiros de café de Vassouras começaram a amadurecer. Os cafezais prósperos e os bons preços suavizaram as quedas temporárias na década de 1860. No entanto, na década seguinte, a estrutura econômica que a antiga geração de fazendeiros havia erguido com seus escravos começou a desmoronar; a autoconfiança desaparecia aos poucos, e as dúvidas quanto ao futuro se transformaram num medo permanente”.<sup>5</sup>

Com o fim do comércio de escravos em 1850, não havia mais como renovar os efetivos de mão-de-obra, o que acarretava seu progressivo envelhecimento nos cafezais. Além da falta de trabalho escravo e de crédito, a agricultura cafeeira, após breve período de auge, rapidamente começou a sentir os efeitos negativos do sistema de plantio utilizado. Duas gerações de fazendeiros orientaram os escravos a derrubar e queimar a mata virgem, a plantar e a capinar e colher ano após ano, sem nenhum cuidado especial para com a terra. A progressiva perda de fertilidade do solo aliava-se às pragas, como saúvas, gafanhotos, ervas-de-passarinho e lagartas. Com a devastação das encostas vieram a erosão e as mudanças climáticas. Na região do Vale do Paraíba, muitos cafezais haviam envelhecido tanto, que os arbustos pouco ou nada produziam.

No ano de nascimento de Euclides, dois fatos particularmente geravam inquietações no “vale do café”. Um se relacionava às primeiras crises do

café na região, o outro era a Guerra do Paraguai. No dia 20 de janeiro de 1866, os comentários no lugarejo de Santa Rita do Rio Negro provavelmente não se restringiram ao nascimento do menino Euclides. Um ou outro morador de fazendas próximas deve ter-se referido com apreensão à guerra do Brasil com o Paraguai que já durava dois longos anos. No ano anterior, a Argentina havia aderido à guerra, selando aliança com o Brasil e o Uruguai. Mas o Paraguai resistia. Com isso, cresciam as convocações. Qualquer um podia ser chamado para engrossar as fileiras do Exército dos aliados. O clima de apreensão que andava pelo ar certamente atingia a família Cunha.

Que mundo aguardava o menino Euclides? Que possibilidades se colocavam para um menino nascido em família com pequeno capital social em próspera área rural, cujos sinais de decadência começavam a se anunciar? Como seria crescer num país de dimensões continentais situado abaixo da linha do Equador, envolvido em cruenta guerra com um país vizinho? Como imaginar a infância transcorrendo em grandes plantações de café no convívio com filhos de grandes plantadores e negros meninos escravos?

Procuraremos descrever o campo de possibilidades de um menino que nasceu em 1866 e que atravessaria a virada do século ainda jovem, na casa dos 30 anos. Faremos um esforço de abstração para analisar os caminhos possíveis e as perspectivas concretas que o jovem Euclides teria pela frente. Nesse primeiro plano, o foco estará centrado na situação mais geral do país nesse período: forma de governo, grupos sociais, pólos econômicos, enfim, os traços da organização social e política. Procuraremos correlacionar a análise dessa situação com a posição social ocupada pela família de Euclides.

## O BRASIL DOS ANOS 60 DO SÉCULO PASSADO

Numa sociedade de base econômica monocultora e escravista, em que pequeno número de grandes proprietários contrastava com a massa de escravos negros, os pais do menino Euclides situavam-se na escala intermediária dos chamados "homens livres". Sendo a terra a principal fonte de

riqueza e poder, aqueles que não eram escravos ou grandes proprietários de terras estavam de algum modo vinculados ao sistema da economia agrário-exportador-escravista em ocupações necessárias a seu funcionamento. Esse sistema funcionava com divisão de trabalho bastante simplificada, sendo as alternativas ocupacionais poucas, além de insuficientes para, isoladamente, permitir a sobrevivência econômica dos indivíduos. O que significa que muitos exerciam mais de uma ocupação.<sup>6</sup>

Para se ter uma noção da origem social do menino Euclides é preciso compreender a estrutura da sociedade imperial. Carvalho, com base em dados fornecidos pelos censos realizados durante o Império, especialmente o de 1872, chama a atenção para o expressivo contingente de população rural. Uma das características da sociedade imperial consistia no vasto domínio da economia agropecuária. Quase 70% das atividades estavam concentradas no setor primário, empregando 3.261.340 pessoas de uma população total de perto de 10 milhões de habitantes. A agricultura representava mais da metade do Produto Interno Bruto. O setor urbano era dominado por atividades terciárias, e o secundário, quase inexistente, demonstrando a total dependência da sociedade com relação às atividades econômicas dominantes do setor agroexportador.

A população das capitais, onde poderia ser mais complexa a divisão do trabalho, era pequena em relação à rural, permanecendo na casa dos 10% da população total durante todo o século 19, com pequenas variações. Até o fim do Império, os habitantes das capitais não somaram 2 milhões de pessoas, metade dessa população concentrando-se em três capitais, Rio de Janeiro, Salvador e Recife. Até o final do século 19, a população total do país não ultrapassou a casa dos 14 milhões, 85% deles formados por analfabetos.

Ao exercer a ocupação de guarda-livros, o pai de Euclides não fugia à regra de um sistema socioeconômico dominado pela atividade agroexportadora. Sua ocupação era uma atividade periférica, sofrendo as vicissitudes desse sistema. Vivendo no Vale do Paraíba, seus recursos provinham das

fazendas de café da região, e sua família integrava o contingente de população rural. Além da predominância do setor agrário, outro traço importante da sociedade em que nasceu Euclides da Cunha era o lugar de destaque do sistema de mão-de-obra escrava para a economia.

“AQUI O IMPERADOR REINA, GOVERNA E ADMINISTRA”

Quem mandava no país? Quem tomava as decisões? Em 1866, ano de nascimento de Euclides da Cunha, governava o país o Imperador D. Pedro II, no poder desde 1840. Seu estilo de governo era bastante centralizado, sendo assessorado por uma pequena elite muito coesa. As decisões de política nacional eram tomadas por pessoas que ocupavam os cargos do Executivo e do Legislativo, isto é, além do imperador, os conselheiros de Estado, os ministros, os senadores e os deputados. Há razões para supor a formação de uma *sociedade de corte*, uma vez que era função do monarca indicar os principais ocupantes de cargos, distribuir títulos de nobreza, nomear professores para as principais escolas do país, além de supervisioná-las pessoalmente. Os olhos do soberano estavam por todo lugar, assinalou Ilmar R. de Mattos, e sua figura constituiu-se num verdadeiro símbolo unificador da nação. Dizia o Visconde do Uruguai que “a centralização é a unidade da Nação e a unidade do poder. É ela que leva às extremidades do corpo social aquela ação que, partindo do seu coração e voltando a ele, dá vida ao mesmo corpo”.<sup>7</sup>

“Aqui o Imperador reina, governa e administra”, sustentava o Visconde de Itaboraí, tornando claro que qualquer ordem social não ocorria naturalmente, mas resultava de ação política coordenada, por meio do aparato administrativo, subordinado, por sua vez, a comando único. O Poder Executivo, exercido pelos ministros sob a chefia do imperador, desempenhava papel fundamental na constituição de poder forte e centralizado. O Poder Administrativo devia agir no sentido de tornar eficiente o Executivo. Ainda segundo o Visconde do Uruguai, “o poder político é a cabeça, a

administração o braço”. No cume da hierarquia, estava o Poder Moderador, exercido pelo monarca, “a chave de toda a organização política”.<sup>8</sup>

José Murilo de Carvalho assinala a ênfase no treinamento, sobretudo na formação jurídica da elite política imperial. No seu entender, “a elite política portuguesa buscou reproduzir na colônia uma outra elite feita à sua imagem e semelhança. A elite brasileira, particularmente da primeira metade do século 19, era treinada em Coimbra, concentrando-se na formação jurídica, e fazia parte, em sua grande maioria, do funcionalismo público, especialmente da magistratura e do Exército”. Carvalho sugere que essa transposição de um grupo dirigente teve maior importância para a formação social brasileira do que a transposição da própria Corte portuguesa e foi fenômeno único na América.<sup>9</sup>

Havia, pois, no Brasil, desde a independência, uma elite ideologicamente homogênea, devido à formação jurídica em Portugal, ao treinamento no funcionalismo público e ao isolamento ideológico em relação a doutrinas revolucionárias. Essa elite reproduziu-se ao longo dos anos, sem grandes modificações, ao concentrar a formação de seus futuros membros em duas escolas de direito, ao fazê-los passar pela magistratura e circular por vários cargos políticos e várias províncias.

A coesão dos membros da elite reduziu as possibilidades de conflitos mais amplos na sociedade ou, pelo menos, sua gravidade. Esse fato, acrescido à longa manutenção da escravidão – compromisso da elite política nacional com os proprietários de terra – reforçou a redução da mobilidade social, realizada na sociedade imperial por poucos canais. Entre eles, estava o serviço público e, em casos raros, as artes e a literatura. O ingresso no serviço público foi a alternativa mais importante para os “marginais” do sistema econômico agrário-escravagista. “Marginais”, aliás, tanto ascendentes (os que não conseguiam entrar) quanto descendentes (os que eram expulsos devido às crises nos setores exportadores). Entre estes últimos estavam os muitos filhos da aristocracia agrária nordestina, em decadência durante a maior parte do século 19.

Quais os grupos que mantinham relações estreitas com o governo? O grupo de comerciantes e financistas (banqueiros) relacionava-se com a elite política, o próprio imperador dependendo de empréstimos pessoais e públicos. A Imprensa era em sua maioria vinculada a partidos ou, mesmo, a políticos. O governo tinha seus jornais, o mesmo acontecendo com a oposição. Os jornalistas lutavam na linha de frente das batalhas políticas, e muitos deles eram também políticos. Muitos políticos, por seu lado, escreviam para jornais, e o anonimato lhes possibilitava dizer o que não ousariam da tribuna da Câmara ou do Senado. A Imprensa era, na verdade, fórum alternativo para a tribuna, importante sobretudo para o partido na oposição que, muitas vezes, não tinha representação alguma na Câmara. Se a Imprensa era influente enquanto instituição, os jornalistas não pareciam constituir um grupo de elite à parte da elite política. Os jornais independentes eram poucos e, com raras exceções, como a do *Jornal do Commercio*, não duravam muito.

De maneira geral, o sentimento da elite política brasileira era antimilitar e anticlerical. A política imperial representava a supremacia do poder civil. De 1831 em diante, o Exército teve sempre reduzida influência nas decisões de política nacional. Após a Guerra do Paraguai, formou-se uma contra-elite militar, diferente da civil, que permaneceria marginal até a introdução do regime republicano. A Igreja era instituição influente que integrava a burocracia estatal, mas sem grande influência na formulação de políticas públicas, a não ser em pontos que lhe diziam respeito, como a educação e o casamento civil.

Os funcionários públicos ocupavam lugar estratégico entre as elites. O emprego público era procurado como sinecura, fonte estável de rendimentos. A maioria dos escritores sobrevivia à custa de empregos públicos, mesmo aqueles oriundos de famílias de elite. Os principais escritores do Império, como Machado de Assis, José de Alencar, Raul Pompéia, Gonçalves Dias, eram funcionários públicos.

No segundo escalão da burocracia incluíam-se os presidentes de província, posto que representava passo para a carreira de político, ou seja, fazer parte do segundo escalão da burocracia imperial muitas vezes representou a possibilidade de ascensão em outra carreira, como a de político ou de escritor. Nesse sentido, não havia *esprit de corps* na burocracia imperial, cujo topo identificava-se quase totalmente com a elite política.

#### A SOCIEDADE DE CORTE

Ao tempo do nascimento de Euclides já havia no país uma elite nacional, tanto em termos políticos quanto em sentido mais amplo. Com as escolas de direito criadas no país em 1827, em São Paulo e Olinda, a elite política continuava a ter formação jurídica, como nos tempos em que freqüentava a Universidade de Coimbra. Tinha, entretanto, laços mais fortes com a própria terra. Havia-se formado também uma elite de grandes proprietários de terra que se distinguia dos antigos comerciantes portugueses. Enquanto os primeiros começavam a ter interesses em se fixar na terra, os segundos estavam mais voltados para acumular recursos e investir em Portugal. O avô paterno de Euclides, comerciante de escravos, pode ser tomado como exemplo desses comerciantes portugueses que não se haviam fixado na terra.

O ponto crucial do mundo que se apresentava para o menino Euclides era em primeiro lugar a estrutura fechada da sociedade com poucos canais de mobilidade social, em que uma pequena elite política coesa e ideologicamente homogênea girava em torno da figura do imperador, que centralizava as principais decisões. Essa elite política mantinha estreitos laços com outros setores, como os financistas e os grandes proprietários de terra. Generalizar acerca das origens da elite na sociedade imperial é difícil. Stein fez alguns levantamentos com relação às origens das famílias dos fazendeiros hegemônicos no Vale do Paraíba do Sul, especialmente no Município de Vassouras no período áureo do café no século 19. Seus antepassados estavam envolvidos com o comércio ou eram donos de pequenas lavouras ou pe-

quenas propriedades, ou, ainda, eram militares. Algumas vezes, a riqueza tinha sido proporcionada pelo ciclo do ouro. Durante o reinado de D. Pedro II, os fazendeiros do vale receberam títulos de nobreza do imperador. Eram os famosos baronatos concedidos em troca das contribuições financeiras dos fazendeiros de café na Guerra do Paraguai, do apoio ao regime imperial ou de suas ações filantrópicas. Aproximadamente 14% de todos os títulos foram concedidos a fazendeiros de café.

Uma das possibilidades de ascensão social na sociedade imperial era o casamento. Entretanto, Stein comenta que grandes eram os preconceitos com aqueles que vinham de fora e que “não podiam exibir orgulhosamente uma galeria de ancestrais ilustres”. No caso dos fazendeiros, algumas vezes eram realizados casamentos com bacharéis recém-saídos de uma das escolas de direito. Desde os tempos coloniais, a posse de diploma representava um passo acima na hierarquia social brasileira, tradição reforçada no século 19. Algumas vezes, esses jovens eram de origem humilde, e o estudo representava possibilidades de ascensão, o que, entretanto, só ocorria quando gozavam da proteção de algum indivíduo de posses. Contudo, as dificuldades ainda seriam grandes, uma vez que esses jovens jamais poderiam ostentar outros símbolos de prestígio, como os títulos de nobreza e o consumo ostensivo, critério social de riqueza muito importante entre as elites.<sup>10</sup>

O Império durou 67 anos, de 1822 a 1889. Euclides da Cunha viveu sua primeira infância no período em que o Brasil enfrentava a guerra com o Paraguai (1864-1870) e profundas modificações começavam a ocorrer, principalmente relacionadas à formação de um pensamento de oposição que aos poucos foi minando o monopólio da elite imperial em vários domínios, da política à literatura. Até 1869, ou seja, até os três anos de idade, ele viveu com os pais na Fazenda Saudade, em Cantagalo. Nesse mesmo ano, a capital paraguaia caiu diante das forças aliadas. Sob o comando do Conde D’Eu, marido da Princesa Isabel, iniciou-se a perseguição ao chefe de Estado paraguaio, Solano Lopes, e aos remanescentes de seu exército

que se haviam retirado para o interior. Em 1º de março de 1870 deu-se a batalha final, em Cerro-Corá, na qual faleceu o presidente paraguaio. Terminava o mais sangrento conflito sul-americano do século 19, com o Paraguai devastado, sua população reduzida à metade, a economia destruída, e o território ocupado por um comando aliado. O fim da Guerra do Paraguai coincidiu com a morte de Eudóxia, mãe de Euclides, vítima da tuberculose, doença muito comum nas fazendas devido à poeira provocada pelo cultivo do café. Além de Euclides, Eudóxia deixou uma filha, Adélia, de um ano. O pai, Manuel, entregou Euclides aos cuidados de uma das irmãs de Eudóxia, Rosinda Gouveia, que morava em Teresópolis. As biografias não explicam os motivos que levaram o pai de Euclides a deixar os filhos sob os cuidados de parentes e a abandonar a região do vale. Muito provavelmente as crises, que começavam a ameaçar a opulência da economia cafeeira, afetaram trabalhadores que, como Manuel, viviam às expensas do sistema agroexportador.

O fim da guerra com o Paraguai trouxe enorme desgaste ao Segundo Império. O ano de 1870 é apontado por grande parte da historiografia como decisivo para a derrocada do Império. Diversos movimentos contrários ao governo e ávidos por transformações começaram a se manifestar de forma ainda não vista. No Rio de Janeiro, o Manifesto Republicano propunha o federalismo, o fim do Senado vitalício, a separação entre a Igreja e o Estado. Recrudescia o movimento abolicionista, que tinha entre seus adeptos elementos do próprio governo. A coesão da elite política via-se ameaçada. Nas faculdades de direito, jovens cheios de ideais, como Tobias Barreto e Sílvio Romero, em Recife, despontavam na cena política, desencadeando animadas polêmicas que iriam mudar os rumos dos acontecimentos. Era o despertar da campanha republicana, que seria vitoriosa 19 anos depois.

Euclides não permaneceu muito tempo em Teresópolis. Um ano depois morria sua tia Rosinda, e ele novamente se mudaria para uma fazenda de

café, a Fazenda São Joaquim, situada num dos pontos mais montanhosos de São Fidélis, onde morava uma outra irmã de Eudóxia, Laura Garcez, esposa do coronel Magalhães Garcez. De acordo com os biógrafos, os tios de Euclides eram pessoas influentes na região, tinham boa situação, e sua propriedade era de porte médio, com cerca de 100 escravos. Mas, relata Rabello, “a vida da fazenda gravitava não em torno de Euclides, mas em torno do tio e dos filhos do casal”. Em outras palavras, Euclides era um agregado.

Até 1874, dos quatro aos oito anos, o menino viveu no interior, o que o marcaria profundamente. Naquela época, a vida numa fazenda do interior, nos “sertões” do Rio de Janeiro, como se dizia, era bastante diversa da vida na cidade. Muitos escritores do período, como Joaquim Nabuco e Sílvio Romero, retiraram da singularidade do campo, especialmente da vida nas grandes fazendas, inspiração para tecer rentáveis fios de memórias, construindo a partir deles uma área temática na literatura: a dos contos e histórias sertanejas ou rurais.<sup>11</sup>

Em 1874, a família Garcez decidiu mudar-se para a cidade de São Fidélis, pois os dois filhos do casal, Cândido e Trajano, e os sobrinhos, Euclides e Adélia, já estavam em idade de freqüentar escola. “Como todos os proprietários ricos da comarca, os Garcez tinham na cidade residência de verão à margem do Paraíba, toda rodeada de grandes árvores. Aberto, de longe em longe, para as quatro festas do ano, o casarão ia agora acolher a família o ano inteiro, até o dia das férias escolares. (...) São Fidélis não invejava em nada as demais cidades florescentes da província; nem Vassouras, nem Valença, nem Resende, nem Barra Mansa. A cidade tinha porto fluvial, onde embarcava o café que ia para a Corte, teatro freqüentado por companhias portuguesas, clube, biblioteca, imprensa. E como todas as demais cidades da zona cafeeira – a sua gente que caprichava em fazer de São Fidélis não só um centro comercial, mas de animada vida de sociedade.”<sup>12</sup>

## POSSIBILIDADES DE CARREIRA, EDUCAÇÃO E ASCENSÃO SOCIAL

Quais as possibilidades de carreira e de ascensão social para um menino criado numa fazenda no Vale do Paraíba no final do século 19? Quais as carreiras possíveis? As mais prestigiadas e suas possibilidades de acesso? Quais as escolas e faculdades existentes? Qual era para Euclides o mundo possível, quais as suas opções?

As diversas atividades produtivas giravam predominantemente em torno do setor agrário. Além disso, havia fraco grau de autonomização dos diferentes campos, da política à literatura, o que fazia do espaço social uma rede complexa e de difícil apreensão. As relações entre os setores eram estreitas e de mútua interdependência. Os setores economicamente dominantes estavam intimamente ligados ao poder político e ao cume da hierarquia social, além de presos a outros domínios, como o jornalismo, a educação e a literatura, que, já naquela época, desfrutava de prestígio.

Numa sociedade desse tipo, é de imaginar que um jovem agregado numa família de pequenas posses enfrentasse duros obstáculos em sua trajetória social e profissional. O período em foco, entretanto, revela também notável incremento das lutas pela autonomização dos campos, o que viria ampliar em muito as possibilidades de ascensão pelo talento e pelo mérito, independente do capital social e econômico disponível.

A educação superior era o poderoso elemento de unificação ideológica da política imperial. Quase toda a elite possuía estudos superiores, enquanto a maior parte da população era analfabeta. Essa educação superior da elite concentrava-se na formação jurídica e fornecia em conseqüência um núcleo homogêneo de conhecimentos e habilidades. Data de 1827, ainda durante o Primeiro Reinado, a criação de dois cursos de direito no país, um na cidade de São Paulo e outro na cidade de Olinda (que seria transferido em 1854 para Recife). Esses dois cursos visavam a formar a elite política nacional, criados estrategicamente para concentrar a população do norte e a do sul do país. Durante o período da Regência foram criadas as

Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia (3/10/1832) e a Escola de Farmácia em Ouro Preto (1839), além de importante instituição científica, que seria responsável durante os anos posteriores, em especial durante o Segundo Império, pelas primeiras redações de História do Brasil, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (21/10/1838).

Em 1810 foi criada a Real Academia Militar, onde passou a funcionar a única escola de engenharia do Império, formando engenheiros militares e civis. No Segundo Império, em 1855, a Real Academia Militar foi desdobrada em duas: a Escola Militar e de Aplicação, instalada inicialmente na Fortaleza de São João, passando a funcionar dois anos depois na Praia Vermelha; e a Escola Central, no Largo de São Francisco. Em 1874, a Escola Central foi transferida para o Ministério do Império com o nome de Escola Politécnica, destinada a formar apenas engenheiros civis. A partir dessa data consolidou-se clara divisão entre a formação de engenheiros militares, na Escola Militar da Praia Vermelha, e civis, no Largo de São Francisco.

Com relação ao ensino secundário, a instituição mais importante durante o Segundo Império era o Colégio Pedro II, criado no final da Regência, em 1838, destinado especialmente aos filhos de famílias ricas, e que preparava para escolas superiores, formando bacharéis em letras. Em 1876, foi criada a Escola de Minas de Ouro Preto. Havia, ainda no Rio de Janeiro, uma escola de música, um instituto comercial e algumas escolas profissionalizantes.

As possibilidades de carreira para meninos egressos de famílias com recursos e aqueles cujas famílias tinham poucos recursos eram muito diferentes. Os ricos filhos de fazendeiros e políticos de primeiro escalão iniciavam a formação com tutores particulares, passavam depois por algum liceu, seminário ou, preferencialmente, pelo Pedro II e, afinal, iam para a Europa ou escolhiam entre as quatro escolas de direito e medicina, que cobravam anuidades e cujos cursos duravam cinco (direito) ou seis anos (medicina). Um estudante típico entraria numa dessas escolas na idade de 16 anos e se formaria aos 21 ou 22 anos. Outra alternativa era a Escola

Naval, sucessora da Real Academia, de 1808, onde, apesar da gratuidade do ensino, mantinha-se recrutamento seletivo, baseado em mecanismos discriminatórios, o mais importante dos quais era a exigência de custosos enxovais. Para as escolas de direito encaminhavam-se apenas os alunos com recursos, pois as duas cobravam taxas de matrícula. Alunos que não eram de São Paulo e de Recife tinham que se deslocar para lá e manter-se por cinco anos; para garantir a admissão muitos faziam cursos preparatórios ou pagavam repetidores.

Para onde se encaminhavam alunos com poucos recursos, como era o caso de Euclides? Estes podiam completar a educação secundária nos seminários ou em escolas públicas; a partir daí, as opções eram ingressar em seminários maiores, para a carreira eclesiástica, ou na Escola Militar, sucessora da Academia de 1810, para carreira no Exército, ou na Escola Politécnica, ou na Escola de Minas, para carreiras técnicas. Nenhuma dessas escolas cobrava anuidade; a Escola de Minas dava bolsa para alunos pobres, e a Escola Militar pagava pequeno soldo aos alunos. Esta última abrigava alunos de famílias pobres ou remediadas, nunca de famílias ricas, e sua educação era técnica, em oposição à formação jurídica e eclética da elite civil. Na Escola Militar, o jovem recebia formação profissional com grande ênfase na técnica. O objetivo principal era formar oficiais capazes, mas também engenheiros que pudessem construir estradas, portos e pontes. A partir de 1850, o positivismo constituiu-se na mais forte influência da escola. De posse dessa perspectiva filosófica, jovens oficiais deram início à oposição política a setores da elite civil.

As escolas de direito exerceram a hegemonia durante o Império. Criadas à imagem da Universidade de Coimbra, nelas predominava a idéia de formar não apenas juristas, como também advogados, deputados, senadores, diplomatas e os mais altos empregados do Estado. O ensino era centralizado e supervisionado pelo próprio imperador. Diretores e professores eram nomeados pelo ministro do Império, programas e manuais tinham que ser

aprovados no Parlamento. Por outro lado, a pressão das províncias não permitiu que fosse criada uma única escola ou universidade no Rio de Janeiro. Desse modo, o critério de haver sempre uma escola que atendesse à Região Sul e outra que atendesse à Região Norte foi seguido tanto pelas escolas de medicina (Rio de Janeiro e Bahia) quanto pelas de direito (São Paulo e Pernambuco). Minas seria compensada com escolas de farmácia e de engenharia de minas, e o Rio Grande do Sul com uma escola militar. Desse modo, as instituições ganharam feição regional e não provincial. Em média, 70% dos estudantes provinham de outras províncias, mas, em geral, da mesma região onde estavam localizadas as escolas.

Além de hegemônica, a formação jurídica constituía um bloco homogêneo, com linha de ensino única tanto para a escola do sul quanto para a do norte. Foi somente após 1870, com a introdução de novas correntes de pensamento, particularmente o positivismo e o evolucionismo, e com a ação combativa de intelectuais, como Sílvio Romero e Tobias Barreto, que a sólida homogeneidade dos cursos de direito começou a ser minada, verificando-se maior tendência para a diversificação e o pragmatismo. Em 1879, teve início a primeira reforma no ensino das escolas de direito. O curso foi dividido em duas partes: ciências jurídicas, que formava magistrados e advogados, e ciências sociais, formando diplomatas, administradores e políticos.

Num sistema econômico pouco diversificado, centrado em economia monocultora baseada em trabalho escravo, a estrutura ocupacional resultava bastante limitada. Desse modo, começou a haver excesso de bacharéis que não conseguiam encaixar-se no mercado de trabalho, uma das razões de acirramento do caráter clientelístico da burocracia imperial. O crescente desemprego dos bacharéis aos poucos transformou-se em fator de desestabilização do regime. Mais habilitados à reivindicação política, eles serviram muitas vezes como instrumentos para grupos de oposição que buscavam a queda da monarquia. Por outro lado, os bacharéis que conseguiam fazer carreira circulavam pelo país, sobretudo magistrados e militares, em cargos

que assumiam nas diferentes províncias. Essa circulação geográfica tinha poderoso efeito unificador para as elites políticas.

Em São Fidélis, Euclides estudou as letras elementares no bem-conceituado colégio do português Francisco José Caldeira da Silva, onde permaneceu dos oito aos 11 anos. Em 1877, seu pai decidiu levá-lo para o Rio de Janeiro. Envolvido com problemas profissionais, Manuel foi no entanto forçado a mandar o menino para a casa da avó paterna em Salvador. Em 1879, Euclides chegou ao Rio de Janeiro e foi morar na casa de um tio paterno, Antônio Pimenta da Cunha, no Largo da Carioca. Seguiu-se um período de instabilidade.

O menino Euclides não estudou no melhor colégio da capital, o Pedro II. Pelo contrário, perambulou por diversos: o Anglo-Americano, o Vitória da Costa, o Meneses Vieira e, por fim, o Aquino. É difícil avaliar a qualidade de ensino nos colégios por onde andou Euclides. As constantes mudanças de estabelecimento revelam “uma estranha instabilidade”, como assinalou um dos biógrafos.<sup>13</sup> Criado na casa de parentes, sob a distante supervisão do pai, Euclides teve educação “correta” para meninos de poucos recursos, sem grande investimento em seus estudos ou em sua carreira. As biografias existentes não fornecem dados explicativos sobre a freqüente distância entre Euclides e o pai. Depois de ter deixado o Vale do Paraíba, o que teria acontecido com o Sr. Manuel, pai de Euclides? Há algumas indicações de que ele estaria envolvido com o comércio. Mas que tipo de comércio? E, depois da morte da mulher, ele não mais teria se casado? No Epistolário incluído em *Obra completa de Euclides da Cunha*<sup>14</sup>, relativo à correspondência ativa do escritor reunida pelo euclidianista Francisco Venâncio Filho e a mais 25 cartas coligidas de diversas fontes, encontram-se sete cartas de Euclides ao pai. Todas são posteriores à edição de *Os Sertões*. A primeira data de 1903, e a última, de 1905. O tom é respeitoso e cordial. Nelas, Euclides refere-se a assuntos profissionais, como o sucesso de seu primeiro livro, questões relativas a direitos autorais, indicação e eleição para a Academia Brasileira de

Letras em 1903, e à viagem ao Purus em 1905. Em todas assina-se “filho e amigo” e indaga sobre a irmã, Adélia, e o cunhado, Otaviano Vieira. Sobre o período da infância e adolescência não há referências à relação dos dois, nem nas biografias, nem nas obras completas. De qualquer modo, fica evidente a dificuldade do pai de criar sozinho os filhos, necessitando recorrer a parentes. Evidentemente, com essa situação familiar, Euclides não podia almejar grandes vãos profissionais. Os biógrafos assinalam seu pendor para a literatura, registrando que durante o período escolar ele compunha versos e escrevia ensaios literários. Seu primeiro artigo foi publicado aos 18 anos no jornalzinho do Colégio Aquino, intitulado *O Democrata*.

Num pequeno caderno de folhas de couro, que integra a coleção de relíquias do Grêmio Euclides da Cunha, intitulado *Ondas*, estão 84 poesias. Os biógrafos assinalam que “são, em imensa maioria, versos de temas sociais, raros de amor pessoal e apenas em uma poesia transparece uma inicial, revelando a presença de mulher”.<sup>15</sup>

Os sonetos eram feitos “sob a inspiração dos grandes vultos da Revolução Francesa. De Danton, de Marat e de Robespierre faria ele três personagens imperecíveis na memória dos homens (...). Mas os temas dominantes dos seus versos eram personalidades ou episódios da história dos povos ou relacionados com a escravidão e a República. Esses versos, não raro os declamava no Centro José de Alencar que se reunia freqüentemente no Liceu Literário Português”.<sup>16</sup>

Em 1884, Euclides cursou o último ano no Colégio Aquino e precisava decidir-se quanto a sua profissão. Seguiria ele a carreira de escritor? Quais as alternativas para um menino de 18 anos com pendores literários mas com fraco capital social? Caso almejasse seguir a carreira literária, qual o espaço de possíveis nesse campo? Quais os caminhos traçados pelos escritores que se destacavam na segunda metade do século 19?

O CAMPO DA LITERATURA NA SEGUNDA METADE DO  
SÉCULO 19: AS TRAJETÓRIAS DE JOSÉ DE ALENCAR  
E MACHADO DE ASSIS

A literatura não constituía campo autônomo. Seu funcionamento, bem como os mecanismos de acesso às melhores posições, estava estreitamente ligado a outros domínios da estrutura social. Muito valorizado, o mundo das letras pertencia a privilegiados, cujo ingresso exigia algum capital social herdado ou o patrocínio de algum mecenas.

Durante o Império, uma das figuras de proa da literatura era José de Alencar, de exemplar trajetória. Filho de importante político do Ceará, José de Alencar nasceu em 1829 e morreu em 1877. Sua família detinha considerável capital econômico, político e social, tendo sua avó paterna sido consagrada “heroína” durante a Revolução Pernambucana de 1817, pela participação ao lado do Governo de D. João VI no vitorioso combate a um grupo que almejava criar uma república independente na região. Seu avô paterno era abastado comerciante português. O pai foi importante político, tendo chegado a ocupar o cargo de senador e o de presidente da Província do Ceará, este último de 1834 a 1837, quando José de Alencar era menino.

Alencar seguiu a trajetória típica de um jovem das elites do Império. Com 17 anos, em 1846, matriculou-se na Escola de Direito, em São Paulo, tornando-se bacharel em ciências jurídicas em 1850. Conjugou as carreiras política, literária e jornalística. Chegou a participar da cúpula do sistema político, ocupando o cargo de ministro de Estado. Apesar de ter feito alguma oposição ao governo, o que lhe valeu ter tido seu nome cortado da lista dos senadores pelo Ceará, em 1869, pelo próprio imperador, o autor de *Iracema* integrou o mais alto escalão da elite política e social.

Num país onde predominava o poder civil e onde as elites ingressavam preferencialmente nos cursos de direito, grande parte dos jovens com pen-

dores literários cursava as escolas de direito. Formados bacharéis, conjugavam a atividade literária ou jornalística com as carreiras de juiz, magistrado, advogado, diplomata, administrador ou político.

Outra via para ingressar no mundo das letras era o mecenato, sendo Machado de Assis o exemplo mais conhecido e bem-sucedido. Tendo nascido 10 anos depois de José de Alencar, em 1839, no Rio de Janeiro, Machado sobreviveu ao escritor cearense em 31 anos, falecendo em 1908. Sua história de vida tem sido exaustivamente contada em antologias e livros escolares como a de “um escritor pobre e mulato” que conseguiu ascender por mérito próprio – esforço, inteligência, autodidatismo –, consagrando-se como um dos maiores escritores do país de todos os tempos. A história, entretanto, é bem mais complexa. De fato, o menino Joaquim Maria não possuía praticamente capital social algum ao nascer. Filho de um pintor de paredes de ascendência negra e de uma lavadeira portuguesa, ele nasceu no Morro do Livramento, no Centro da cidade, onde casinholas humildes contrastavam com chácaras dos senhores do Império. Os pais tinham sido agregados de uma dessas grandes e imponentes chácaras e resolveram convidar sua proprietária, Dona Maria José de Mendonça Barroso, para madrinha do menino recém-nascido. Dona Maria José não apenas dispunha de capital econômico, como também de invejável capital político para a época. Seu marido fora senador, oficial general do Exército, ministro duas vezes, de D. Pedro I e da Regência. Viúva recente, Dona Maria José tomou-se de encantos pelo menino, protegendo-o por toda a infância. Desse modo, Machado encontraria sua primeira protetora, entrando em contato com a vida no sobradão, alternativa para a casa humilde dos pais. Tal como Euclides, Machado perdeu a mãe bem cedo. Seu pai casou-se novamente. A madrasta era pessoa humilde, mas sabia ler e escrever, ensinando-lhe as primeiras letras e operações. Machado foi para uma escola pública, seguindo a carreira típica de meninos com poucos recursos em sua

época. Em 1851, com 12 anos, perdeu o pai. Ficou vivendo com a madra-  
 ta, Maria Inês, e, para sobreviver, ajudava-a a vender doces. Foi assim que  
 conheceu outra protetora, a dona de uma padaria, M<sup>me</sup> Gallot, que lhe ensi-  
 nou o idioma francês. No início da juventude, em meados dos anos 50 do  
 século passado, Machado encontrou um de seus grandes protetores, o  
 livreiro e editor Francisco de Paula Brito. Na época, não havia ainda críti-  
 ca literária consistente nem mercado editorial e muito menos academias,  
 escolas ou instituições especializadas na profissionalização e no fomento à  
 atividade literária, dominada por alguns poucos livreiros e editores da Rua  
 do Ouvidor. Paula Brito era um deles, e sua livraria, importante ponto de  
 encontro de escritores e intelectuais. As revistas publicadas por Paula Brito,  
*Marmota* entre elas, tinham grande peso na consagração dos escritores. O  
 jovem Joaquim Maria teve a sorte e o mérito de ser por ele aceito e aco-  
 lhido. Seu primeiro trabalho, a poesia “Ela”, saiu publicado em *Marmota* em  
 1855. “Durante um ano manteve Machado a colaboração no jornal de  
 Paula Brito: poesias que variavam do estilo desvairadamente romântico de  
 então ao panegírico ao Imperador por ocasião de seu aniversário.”<sup>17</sup>

Em 1856, com 17 anos, conheceu seu segundo grande protetor no  
 mundo das letras, Manuel Antônio de Almeida, já consagrado autor de *Me-  
 mórias de um sargento de milícias* e diretor da Imprensa Nacional, uma das  
 mais importantes agências de edição na época. Machado conseguiu o lugar  
 de tipógrafo nesse estabelecimento, o que lhe permitia juntar meios para  
 sobreviver e, ao mesmo tempo, inserir-se no restrito universo de escritores  
 da Corte. Em 1858, foi trabalhar com Paula Brito como revisor. Além de  
 continuar colaborando com a revista *Marmota*, passou também a fazer parte  
 da Petalógica, sociedade lítero-humorista fundada por Paula Brito. Apesar  
 da pouca idade e de sua situação modesta, Machado, protegido por dois  
 grandes editores da época, iniciou o relacionamento com escritores con-  
 sagrados, como Joaquim Manuel de Macedo, Araújo Porto Alegre, Casimiro

de Abreu, Gonçalves Dias, José de Alencar. De 1864 até sua morte, publicou poemas, romances, peças de teatro, crônicas e ensaios de crítica literária pela Garnier, editora francesa que se instalou no Rio de Janeiro em 1844 e foi considerada a principal responsável pelo início do desenvolvimento editorial no Brasil.<sup>18</sup>

Apesar do pouco capital social herdado, Machado soube aproveitar as oportunidades que lhe chegaram por intermédio de seus protetores, construindo paciente e metodicamente seu capital social. Diferente dos filhos de grandes fazendeiros ou de grandes políticos, ele não seguiu a formação acadêmica. Formou-se no ofício de escrever, inserindo-se no meio e desfrutando da aceitação da Corte, pólo hegemônico na literatura e na política.

A consagração literária era centralizada geograficamente. Se os jovens advogados e médicos circulavam por diferentes regiões do país e encontravam reconhecimento profissional no desempenho de cargos no interior, o mesmo não se dava com os escritores. No Rio de Janeiro, e especialmente na Rua do Ouvidor, encontravam-se os formadores de opinião, os agentes consagradores, os difusores de literatura para todo o país. Essa situação perdurou até pelo menos 1920, quando surgiram as primeiras grandes editoras em São Paulo, com o movimento pioneiro de Monteiro Lobato, e em outros estados do Sul.

Em síntese, na segunda metade do século 19, quem almejasse seguir o caminho das letras tinha basicamente duas possibilidades. Para aqueles que dispunham de capital social herdado, como José de Alencar, o caminho era encontrar editor, muitas vezes fora do país, na França ou em Portugal, ou colaborar com revistas e livrarias da Rua do Ouvidor, como a de Paula Brito. O escritor podia conciliar sua atividade literária com outras, como a política ou os negócios de família. Para aqueles que, como Machado de Assis, não dispunham de capital social herdado ou adquirido pelo sistema escolar, o caminho era encontrar boa acolhida junto a um escritor consagrado, um editor,

uma livraria, uma tipografia ou uma publicação, de preferência na Rua do Ouvidor, onde “tudo acontecia” no mundo das letras. Também assim o escritor conciliava sua atividade literária com outras, mas nesse caso era com um emprego, na melhor das hipóteses, uma ocupação no funcionalismo público.

As trajetórias de José de Alencar e de Machado de Assis servem para ilustrar a configuração do campo literário na segunda metade do século 19, que, sem mecanismos próprios, dependia de outros domínios da estrutura socioeconômica. Machado de Assis dependeu durante muito tempo da ajuda dos amigos para publicar seus artigos e livros, conjugando a atividade de escritor com a de revisor, tradutor, jornalista e, por fim, funcionário público. Em 1859, passou a revisor do *Correio Mercantil*, “levado pelas mãos de Francisco Otaviano e Pedro Luís”.<sup>19</sup> Frequentava sociedades literárias, como o Clube Literário Fluminense. Em 1860, convidado por Quintino Bocaiúva, redator-chefe do *Diário do Rio de Janeiro*, passou a fazer as resenhas dos debates do Senado e esporadicamente crítica teatral. No ano seguinte, publicou, pela tipografia de Paula Brito, algumas peças de teatro e, em 1864, estreou na poesia com *Crisálidas*. Os biógrafos são unânimes em apontar que o momento de estréia de Machado na poesia coincidiu com certo vazio na atividade. Os grandes autores, como Álvares de Azevedo, Casimiro de Abreu, Junqueira Freire e Gonçalves Dias, tinham morrido, o que contribuiu ainda mais para aumentar a receptividade positiva a Machado.

O escritor fluminense também se destacou na crítica literária. Não havia crítica sistemática e consistente no país. José de Alencar, o maior nome da prosa na época, escreveu a Machado, em 1866, reconhecendo seus méritos como crítico literário e solicitando que intercedesse no caso de um então jovem e desconhecido poeta chamado Castro Alves que chegava na ocasião no Rio de Janeiro. Dizia a carta de Alencar a Machado: “Ao senhor, pois, ao primeiro crítico brasileiro, confio a brilhante vocação literária que se revelou com tanto vigor. Seja o Virgílio do jovem Dante.” Era o ano do

nascimento de Euclides da Cunha, e Machado de Assis galgava as mais altas posições no mundo das letras. Em 1867, dois fatos deram novo impulso à carreira de Machado: a nomeação para o *Diário Oficial* como ajudante do diretor de publicação e o início do namoro com Carolina. O emprego público conjugado com a intensa colaboração na imprensa lhe permitiu a renda necessária para continuar escrevendo. Machado permaneceria no serviço público até seus últimos dias.

Em 1868, D. Pedro II lhe concedeu o título de “Cavaleiro da Ordem da Rosa” por decreto imperial. Era o início da glória. Com 29 anos, o jovem Joaquim Maria era legitimado na Corte, adquirindo importante capital social e simbólico. Em 1869, o casamento com Carolina trouxe-lhe a estabilidade necessária ao ofício de escritor. A esposa desempenhava papel central em sua carreira, cuidando de suas crises de epilepsia e permitindo-lhe vida disciplinada. Acordava cedo e escrevia até a hora de ir para a reparição. Com o emprego público, sua situação financeira havia melhorado. Em 1873, foi nomeado primeiro oficial da Secretaria de Agricultura, com um bom ordenado e direito a promoção. Em 1870, com a situação financeira estável, intensificou o trabalho intelectual, publicando pela Editora Garnier seu segundo volume de poesias, *Falenas*, e uma coletânea de histórias curtas, *Contos Fluminenses*. Em 1871, publicou seu primeiro romance, *Ressurreição*, gênero que o consagrou definitivamente.

No início da década de 1870, quando Euclides da Cunha era ainda um menino, Machado de Assis, que havia iniciado sua carreira vagarosa e metodicamente sob a proteção de editores e livreiros, já estava definitivamente consagrado. Prova disso é que, em janeiro de 1873, a capa do *Arquivo Ilustrado* trazia seu retrato em grande formato, em pé de igualdade com José de Alencar. Seguiram-se mais uma coletânea de contos e o segundo romance, *A Mão e a Luva*. Em 1876, a Princesa Isabel, por meio de decreto, promoveu-o na Secretaria de Agricultura a chefe de seção. Desse modo, pas-

sou a receber maiores proventos. Machado permaneceria por 35 anos na Secretaria de Agricultura, atuando propositalmente em função burocrática e rotineira para poder dedicar mais tempo à atividade intelectual.

Em 1879, já com 39 anos, caminhava para a maturidade colaborando na imprensa e escrevendo ensaios de crítica literária. Num desses ensaios, sob o título "A nova geração", descrevia alguns dos novos intelectuais que surgiam no país, entre os quais o inquieto e polêmico Sílvio Romero. A descrição crítica de Machado desencadeou o furor de Romero que manteve violenta oposição ao escritor fluminense até o fim da vida.

Em 1881, já aos 41 anos, Machado de Assis lançou o livro que é por muitos considerado sua obra-prima: *Memória Póstuma de Brás Cubas*. Em seguida, veio *O Alienista*. Até o final do Império, galgou postos no serviço público, recebeu homenagens da elite política, foi agraciado com outras condecorações pelo imperador por serviços prestados às letras, escreveu contos, ensaios e romances.

Com o início da República, manteve o mesmo prestígio, sendo considerado o maior escritor brasileiro, opinião aceita por unanimidade, não fosse a voz destoante de Sílvio Romero. Em 1897, fundou com outros escritores, entre os quais Lúcio de Mendonça, a Academia Brasileira de Letras, criada com o objetivo de ser instância própria para legitimação do campo literário, cuja autonomia pregou em seu discurso inaugural. Permaneceu como presidente da ABL até sua morte, em 29 de setembro de 1908.

#### NOTAS

<sup>1</sup> Existem inúmeras pequenas biografias de Euclides acompanhando antologias e seleções de textos. Utilizo aqui basicamente as seguintes fontes consideradas pelos euclidianos as mais importantes: a biografia intitulada *Euclides da Cunha*, escrita por Sylvio Rabello, em 3ª edição, Editora Civilização Brasileira S.A. em convênio com o Instituto Nacional do Livro e Fundação Nacional Pró-Memória; o *Estudo Biográfico* elaborado por Francisco Venâncio

Filho ("Retrato Humano"), Olímpio de Sousa Andrade ("Instantâneo Intelectual"), Afrânio Peixoto ("Para o Conhecimento de Euclides") e a *Cronologia da Vida e da Obra* incluídas em *Euclides da Cunha – Obra Completa*, vol. 1, 1966, RJ, Companhia José Aguilar Editora. Organizada sob a direção de Afrânio Coutinho, *Euclides da Cunha – Obra Completa* reflete o ponto de vista euclidiano sobre Euclides da Cunha. A edição é dedicada ao Grêmio Euclides da Cunha, criado com o objetivo de cultivar a memória do escritor. Trabalhar com o ponto de vista euclidiano é uma opção deste trabalho, pois acredito que esse ponto de vista tenha sido fundamental para a construção do paradigma euclidiano.

<sup>2</sup> Carvalho, 1980:86.

<sup>3</sup> Rabello, 1983:10.

<sup>4</sup> Rabello, 1983:11.

<sup>5</sup> Stein, 1985:253-254.

<sup>6</sup> A análise do sistema socioeconômico do Império foi feita com base nos estudos de José Murilo de Carvalho, *A Construção da Ordem*, 1980, RJ, Editora Campus, e Ilmar Rohloff de Mattos, *O Tempo Saquarema*, 1994, RJ, Access Editora. Não levei em conta certas discordâncias desses autores com relação ao foco principal de suas análises, a formação da elite política nacional e a construção do Estado imperial. Procurei apenas sistematizar alguns dados que permitissem compreender a estrutura socioeconômica do Império, em especial do Segundo Império, bem como os mecanismos e as possibilidades de mobilidade social nesse período.

<sup>7</sup> Mattos, op. cit., pág.184-185.

<sup>8</sup> Idem.

<sup>9</sup> Carvalho, 1980:34.

<sup>10</sup> Stein, 1985:155-156.

<sup>11</sup> "O que se via pelas encostas" imagina Rabello "eram extensos cafezais. Ao lado da casa-grande, lá estava a senzala que abrigava mais de cem escravos; o curral, onde o gado recolhia à tardinha. E tanto dentro como fora da casa era o mesmo mourejar, de manhã à noite, lembrando a atividade de um engenho: eram mucamas cuidando das tachas de doces, batendo ovos, pilando milho, fazendo renda; eram moleques e pretos plantando, podando, colhendo, batendo o café, tangendo o gado até o pasto, cortando lenha, trazendo água. Nos grandes dias do ano, as salas se enchiam de visitas – gente que vinha da cidade e das fazendas próximas, de carro e a cavalo: as mulheres para contar intimidades à senhora dona Laura, os homens para conversar sobre política com o coronel Magalhães Garcez." (Rabello, 1983:14)

<sup>12</sup> Rabello, 1983.

<sup>13</sup> Rabello, 1983: 22.

<sup>14</sup> Cunha, 1966.

<sup>15</sup> Venâncio Filho, Francisco, in: Cunha, 1966, I: 34.

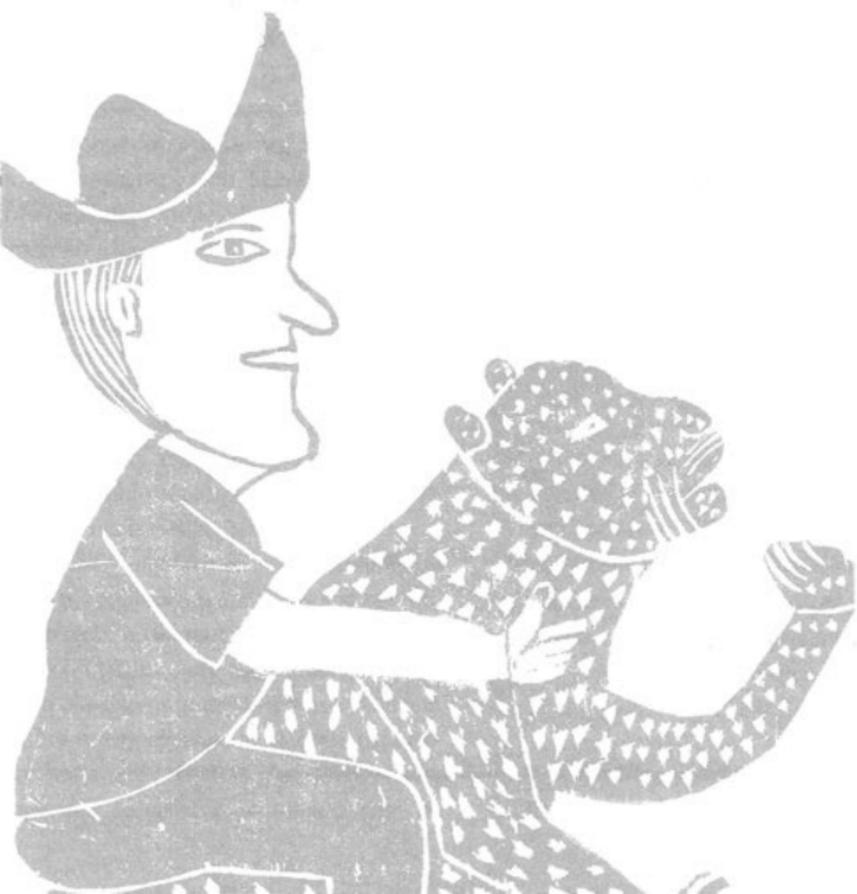
<sup>16</sup> Rabello. op. cit., pág. 24.

<sup>17</sup> Ver Pérez, Renard, "Esboço Biográfico", in Assis, 1959:XXII.

<sup>18</sup> Até os primeiros anos do século 20, a Garnier abrigou autores como José de Alencar, Joaquim Manuel de Macedo, Graça Aranha, Gonçalves Dias, Álvares de Azevedo, Joaquim Nabuco, Sílvio Romero, Olavo Bilac, José Veríssimo, Arthur Azevedo, Bernardo Guimarães e Paulo Barreto (o João do Rio), dividindo com a Laemmert (Universal) o mercado de livros e concentrando-se na publicação de literatura.

<sup>19</sup> Péres, op. cit., pág. XXIII.

# DOMÍNIO



## DAS OPÇÕES

A OPÇÃO DA ESCOLA MILITAR: POR UMA SOCIEDADE  
REGIDA PELO TALENTO E PELO MÉRITO

A trajetória de Machado de Assis pode ser lida como a famosa exceção que confirma a regra. Escritor talentoso, Machado conseguiu galgar as mais altas posições numa sociedade hierarquizada, onde uma pequena elite centrada em torno da figura do imperador decidia os destinos políticos, educacionais e até mesmo literários do país. Nesse contexto, para se tornar escritor era imperativo cair nas boas graças dos editores e livreiros da Rua do Ouvidor, dos escritores consagrados, da elite política e, se possível, do imperador. Foi o que aconteceu com Machado de Assis. Sua persistência e seu talento combinaram-se com sua extrema habilidade e sua aguda percepção das regras do jogo, às quais aderiu integralmente. Talvez fosse sua única possibilidade, já que seu capital social era quase inexistente. Vimos, no caso de José de Alencar, portador de considerável capital social, econômico e político, postura diferente. Mesmo quando, em 1869, entrou em sérios atritos com o Imperador, ingressando nas forças de oposição ao governo imperial, Alencar continuou a usufruir de seu grande prestígio nas letras e na política, chegando mesmo a aumentá-lo com o tempo.

Mas voltemos ao jovem Euclides. Em 1884, com 18 anos, ao terminar o colégio, quais as suas aspirações e quais as suas possibilidades? Que decisão tomaria com relação à sua carreira? Já conhecemos seus pendores literários. Mas seriam eles suficientes para arriscar uma carreira de escritor num meio hostil, numa cidade que não conhecia bem, ele, que vinha do

interior, que vivia de favores em casas de parentes, que não tinha familiaridade com os caminhos da cidade e, muito menos, as lógicas e os mecanismos da Rua do Ouvidor?

Um dos biógrafos assim se referiu à escolha de Euclides: “não foi sem hesitação que o poeta adolescente se decidiu pela carreira da engenharia. É possível que o próprio pai tivesse descoberto no filho pendores para a Matemática, que ainda estavam longe de ser revelados em toda a sua plenitude. É possível, por outro lado, que, encaminhando-o para a engenharia, pretendesse estancar a veia poética do filho a quem destinava uma profissão prática e de futuro”.<sup>1</sup>

Em 1885, Euclides submeteu-se aos exames da Escola Politécnica para o curso de engenharia civil. Permaneceu um ano nessa escola, mas no ano seguinte prestou exame para o curso de engenharia na Escola Militar. Para um jovem que tinha aspirações de escritor, a opção por um curso de engenharia e por uma escola militar parece ter sido, pelo menos a distância, uma súbita guinada. Para que não nos deixemos levar pelas aparências, é preciso compreender as razões de Euclides, os motivos que o levaram a tomar tal decisão. Procedendo desse modo, acreditamos também poder dizer algo sobre a sociedade na qual o escritor estava inserido.

As explicações dos biógrafos parecem excessivamente etnocêntricas. Primeiro, o que levaria a supor que Euclides tenha tomado tal decisão sob a influência do pai? Por certo, ele supervisionava a trajetória do filho, mas fazia isso de longe. A maior parte do tempo Euclides passava no convívio com parentes. No dia-a-dia, outras pessoas, certamente, teriam tido ascendência sobre ele. Mas, admitindo que tenha sido sob a influência paterna a decisão de cursar engenharia e ingressar na Escola Militar, por que o pai desejaria “estancar a veia poética do filho” se, numa das cartas de Euclides ao pai, ele se refere ao fato de Manuel R. P. da Cunha ser também um poeta? “No meu discurso de posse (à Academia Brasileira de Letras)”, escreve Euclides, “hei de recitar alguns versos de um velho poeta, Manuel Rodrigues Pimenta da Cunha – que acompanharam as primeiras edições de *Espumas Flutuantes*.”<sup>2</sup>

Outro biógrafo procura explicar a decisão de Euclides, notadamente a de ter-se transferido para a Escola Militar, como consequência da influência de Benjamin Constant, que fora seu professor de matemática no Colégio Aquino.<sup>3</sup> É pouco provável, entretanto, que essa tenha sido uma razão suficiente. No momento em que Euclides cursava o Colégio Aquino, Benjamin Constant era ainda um obscuro professor. Sua notoriedade foi alcançada muito tempo depois, e há indicações que relativizam o mito a ele atribuído de grande líder republicano. Segundo as recentes pesquisas de Celso Castro, Constant teria sido induzido a ocupar esse lugar depois de seduzido e convertido ao republicanismo por influência de seus alunos.<sup>4</sup>

Qual era o perfil dos jovens que procuravam a Escola Militar? Quais foram os motivos que levaram Euclides a se decidir pela engenharia e pela Escola Militar?

Em 1886, quando Euclides ingressou na Escola Militar, já se haviam formado no país vários pólos de oposição não apenas ao regime político, mas ao modelo no qual se ancoravam a política, a economia, a sociedade, a literatura, a ciência. Essa *sociedade de corte*, segundo a consagrada expressão de Norbert Elias, pode ser traduzida, como sugere Celso Castro, enquanto um modelo em que em todos os setores da sociedade predominava a “aristocracia de berço”. Em outras palavras, o acesso aos postos mais elevados nas carreiras mais importantes era determinado pelo capital social herdado, impossibilitando que indivíduos, mesmo talentosos e tecnicamente preparados, mas com poucos recursos econômicos e desprovidos de capital familiar, pudessem atingi-los.

Mudar a ordem das coisas, romper com esse modelo centralizado e aristocrático não foi uma contingência apenas brasileira. As nações para inscreverem-se no chamado mundo moderno necessitariam forçosamente de profissionalizar exércitos, academias, comércios, indústrias, políticas, literaturas e assim por diante. E esse movimento significava fundamentalmente “democratizar” o acesso às principais atividades. Em muitas delas, como no

Exército, a exigência de berço aristocrático ocupava lugar central. Castro observa que essa exigência fazia parte dos critérios para o ingresso dos alunos nas academias militares.<sup>5</sup>

O Brasil não fugiu à regra, mas seu processo de modernização deu-se tardiamente, se tomarmos como referência os países do chamado “velho mundo”. Na segunda metade do século 19, as principais instituições estavam ainda dominadas pelo “espírito de classe aristocrático” moldado pelos poderosos laços que uniam barões de café a magistrados, ministros, jornalistas, escritores ou, em outras palavras, os detentores do capital econômico e financeiro com os do capital social, político e cultural. Como assinalou José Murilo de Carvalho, a elite era homogênea, e essa homogeneidade não era baseada na origem social comum, como ocorreu em alguns países do velho mundo onde havia uma nobreza de base territorial coesa. A homogeneidade da elite brasileira era de natureza principalmente ideológica, produzida pelo treinamento e pela socialização profissional e política. A educação superior, com o predomínio dos cursos de direito, era importante elemento de unificação ideológica da elite política imperial.

O acesso aos cursos de treinamento da elite era bem pouco democratizado. Embora teoricamente qualquer homem livre pudesse ingressar nos cursos oferecidos pelo governo imperial, na prática, uma série de dificuldades se impunha, barrando os desprovidos de recursos e de “berço”. No caso dos cursos de direito e medicina, essas dificuldades incluíam a cobrança de anuidades e taxas de matrícula. Além disso, para garantir a admissão nos cursos, era necessário frequentar preparatórios ou pagar professores especializados. Para os que não tinham famílias onde funcionavam as escolas, era necessário manter-se durante todo o período de preparação e formação, o que variava em torno de seis a sete anos. Em algumas instituições, havia ainda outros mecanismos restritivos, como a exigência de custosos enxovais.

Além do acesso pouco democratizado aos cursos preparatórios, o espírito de *sociedade de corte* se verificava ainda na etapa de profissionalização pro-

priamente dita. Caso um jovem sem recursos e sem berço conseguisse romper todas as barreiras preliminares, seria barrado mais tarde quando tentasse algum concurso público. São inúmeros os casos de candidatos preteridos em benefício de outros com maior capital social nos concursos realizados nas principais instituições do Império. O historiador Roberto Ventura relata que Benjamin Constant, nascido em 1837 de uma família de escassos recursos, primeiro dos cinco filhos de um tenente do Corpo de Artilharia da Marinha portuguesa, “foi preterido em cinco dos sete concursos em que tomou parte: em alguns, classificou-se em primeiro lugar, sem obter a nomeação; em outros, sua inscrição foi anulada ou os exames simplesmente cancelados, provendo-se a cadeira sem exame”.<sup>6</sup>

Além de todos os mecanismos existentes para garantir o espírito de *societate de corte* e a coesão entre as elites, restava ainda, como última alternativa, o veto do imperador, impedindo que elementos destoantes tivessem acesso a postos-chave. Indivíduos com pouco capital social dificilmente chegariam a ocupar lugares destinados às elites tradicionais como, por exemplo, o cargo de professor do Imperial Colégio Pedro II ou de uma das escolas de direito do país. Os exemplos são muitos, e, entre os mais conhecidos, estão os casos dos sergipanos Tobias Barreto e Sílvio Romero. Tobias Barreto, filho de escrívão e de ascendência negra, chegou a cursar a Faculdade de Direito de Recife, mas foi preterido em concursos para o magistério em 1865 e 1867, e impedido de casar com Leocádia Cavalcanti, devido à oposição aristocrática da família da moça. Sílvio Romero, que descendia de antigos proprietários rurais da província de Sergipe, estava entre os “marginais” descendentes do sistema agrário-exportador. Sua família perdeu tudo com a decadência dos engenhos na região. Sua infância foi especialmente marcada pelo declínio da grande lavoura e da exportação do açúcar. Seguindo a trajetória clássica das elites do norte, Sílvio cursou a Faculdade de Direito do Recife. Mas sua marca era a polêmica; defendia seus pontos de vista com exaltação e, desde cedo, entrou em confronto com

a Corte, buscando afirmação diferencial. Em 1875, com 24 anos, participou de concurso para a cátedra de filosofia no Colégio das Artes, curso preparatório anexo à Faculdade de Direito. Embora classificado em primeiro lugar, não foi nomeado para o cargo, tendo sido o concurso anulado. Participou do novo concurso, ficando em segundo lugar. Recorreu ao Conde D'Eu para que intervisse a seu favor, mas foi novamente preterido. Na época, alegou-se sua filiação à doutrina positivista em oposição aos princípios cristãos. Ao perceber que não tinha mais perspectivas no ensino oficial de Recife, deixou a cidade, em setembro de 1876, para se tornar juiz de órfãos em Parati, no Rio de Janeiro, onde permaneceu até 1879.

No Império, predominavam o poder civil e a cultura dos bacharéis. A Escola Militar não estava entre as escolas mais prestigiadas. Os próprios militares que ocuparam posição de destaque nesse período, como Caxias e Osório, o fizeram predominantemente na condição de representantes de partidos, ou seja, eram, em sua maior parte, egressos da *aristocracia de berço* e não da *aristocracia de talento*. Predominavam nessa época os cursos de direito, responsáveis pela unificação ideológica da elite política imperial. Assim sendo, a tendência daqueles que almejavam uma carreira no mundo prestigiado das letras e não tinham protetores era seguir o mesmo caminho que tomou Sílvio Romero, a Faculdade de Direito.

Aos de recursos escassos, entretanto, a Faculdade de Direito não se colocava como opção plausível. Para um jovem nas condições de Euclides da Cunha, a opção da Escola Militar era sem dúvida tentadora. Além de formar engenheiros, profissão que começava a desfrutar de muito prestígio por habilitar ao manejo de inovações tecnológicas e à construção de obras públicas destinadas a fazer progredir o país, a escola concedia soldo aos alunos. Era uma possibilidade de independência financeira aliada ao afastamento da família de origem e ao estabelecimento de novas relações pessoais. "Afastado da família e de sua terra natal, o grupo de referência básico do novo aluno passava a ser os outros alunos. Era através de uma intensa convivên-

cia cotidiana com seus pares no “Tabernáculo da Ciência” – expressão pela qual os alunos se referiam informalmente à escola, deixando desde logo evidente a alta estima em que era tido o estudo das ciências – que ele se tornava parte da mocidade militar.”<sup>7</sup>

Ao contrário do ingresso nas escolas de direito, o ingresso na Escola Militar não era muito difícil. Os requisitos eram ter mais de 16 anos e menos de 25, haver sentado praça no Exército, saber ler, escrever e efetuar as quatro operações, além de se submeter a um exame de saúde. Os mecanismos de seleção e exclusão eram internos à escola e muito mais abertos ao mérito e ao talento do que ocorria nas escolas de direito. De acordo com o regulamento que vigeu de 1874 até o início de 1889, especialmente a matemática ia ficando cada vez mais difícil, dificultando o acesso ao quinto ano e, conseqüentemente, ao título de engenheiro militar.<sup>8</sup> A matemática superior funcionava como mecanismo de eliminação dos menos capazes e, inversamente, de premiação dos mais capazes. Era também exclusividade da Escola Militar, servindo como elemento de afirmação diferencial na concorrência num campo social dominado pelos bacharéis de direito.

De 1874, quando reabriu após o término da Guerra do Paraguai, até 1889, quando se deu a Proclamação da República, a Escola Militar funcionou como importante pólo concorrente à hegemonia dos bacharéis em direito. Uma das armas mais utilizadas na concorrência era exatamente o forte instrumental científico que contrastava com o que o próprio Euclides da Cunha designou, em 1890, como o “triste quadro das nossas academias de direito, onde estuda-se a sociedade sem as noções das mais simples leis naturais”.<sup>9</sup>

Aquisição de armas científicas e ascensão social pelo talento e mérito seriam dois componentes fundamentais da Escola Militar ao tempo em que Euclides ingressou como aluno, tendo sido estruturantes para sua formação. Castro aponta como o cientificismo foi utilizado enquanto elemento constitutivo da identidade social da geração de Euclides na Escola Militar. De

posse de um cabedal científico, esse grupo compartilhava de um sentimento de superioridade intelectual, considerando-se produtos de um estágio mais adiantado da humanidade. Esse sentimento de superioridade seria crucial no caso de Euclides da Cunha, jovem sem qualquer outro referencial capaz de lhe fomentar a auto-estima necessária para o desempenho profissional. Ao ingressar na Escola Militar a 20 de fevereiro de 1886, aos 20 anos, pode-se dizer que Euclides da Cunha caiu no lugar certo na hora certa.<sup>10</sup>

Castro assinala que, com a profissionalização progressiva do Exército e o acesso cada vez mais democratizado, a hierarquia da instituição militar tendeu a desvincular-se da hierarquia social. O corpo de oficiais começou a desenvolver um *éthos* específico, e a aristocracia de berço foi progressivamente substituída por uma aristocracia de mérito, forjada pela educação.<sup>11</sup> Havia importante diferença entre as “armas científicas” e a infantaria e cavalaria. Os “científicos” eram os alunos que cursavam os cursos superiores, cujas perspectivas eram de promoção e ascensão, e os “tarimbeiros” expressavam a parte do exército que não se modernizava.

No entender de Castro, a possibilidade de ascensão por mérito individual teve origem na reforma da lei de promoções feita pelo ministro da Guerra Manuel Felizardo de Sousa e Melo, em 1850. “O sistema de promoções foi racionalizado, impedindo promoções rápidas motivadas por vínculos de origem política ou aristocrática e estabelecendo alguns requisitos acadêmicos. A ascensão hierárquica dos oficiais nas armas “científicas” passou a estar condicionada à conclusão do curso na Escola Militar; caso contrário, seriam transferidos para a infantaria ou a cavalaria.”<sup>12</sup>

Outra característica da Escola Militar pós-1874 era que, ao contrário das escolas superiores civis do Império, era um pólo de atração nacional, e não regional. Castro acredita que o fato de a Escola Militar da Praia Vermelha atrair jovens de todas as províncias possa ser pensado como elemento simbólico para a afirmação do caráter nacional do corpo de oficiais do Exército. Outro ponto importante era a predominância de estudantes vin-

dos das províncias do norte do país. Para eles, chegar à Corte pela primeira vez significava deslocamento cultural, mais do que espacial. Era forte o contraste entre o litoral, mais adiantado, moderno e veloz, e a província, mais lenta e atrasada, vivendo um tempo quase colonial. Embora Euclides já morasse no Rio de Janeiro antes de ingressar na Escola Militar, vivia também esse deslocamento cultural, já que passara a maior parte de sua infância e adolescência no interior do estado. Havia ingressado, assim, numa ilha de modernidade em meio a um oceano de valores tradicionais. A Escola Militar, onde vigia o princípio do mérito e a mentalidade cientificista, contrastava com uma sociedade patriarcal, rural e hierarquizada. O aluno “ideal típico”<sup>13</sup> da mocidade militar nasceu em 1865, ingressou na Escola Militar da Praia Vermelha no início da década de 1880 e conquistou o título de alferes-aluno a partir de 1885. Esse título era exclusivo dos alunos da Escola Militar que se destacassem nos anos iniciais do curso. Era a própria materialização do princípio do mérito. A promoção a alferes-aluno significava uma promoção no soldo: “o pequeno soldo, de pouco mais de 3\$000 recebidos nos anos iniciais do curso, passava a ser de 70\$000, chegando a atingir 120\$000 no último ano. Para a maioria dos jovens que não eram ricos, isso significava a conquista da independência financeira em relação à família por volta dos 20 anos; para alguns significava mesmo a possibilidade de auxiliarem suas famílias.”<sup>14</sup>

Euclides da Cunha encarnava o protótipo desse aluno “ideal típico”. Ingressou na Escola Militar como “cadete”, título que recebiam os estudantes que integravam a base de recrutamento de oficiais.<sup>15</sup> De 1886 a 1888 cursou a escola nessa condição. Esses anos foram bastante intensos para ele. Entrou em contato com novas teorias, como o evolucionismo e o positivismo, fez novas descobertas, forjou uma identidade, iniciou-se no culto à ciência e na aversão à cultura bacharelesca. Como tantos outros, aprendeu a valorizar o ensino técnico e científico e a desprezar a retórica bacharelesca calcada em estudos de jurisprudência. Eram duas mentalidades que se

contrapunham. Na Escola Militar, havia rigor e seriedade nas formas de avaliação. Nas escolas de direito e medicina, as avaliações eram contaminadas pelo espírito de *sociedade de corte*, e, muitas vezes, professores pouco capazes deixavam muito a desejar, fazendo com que a vida extra-acadêmica superasse a da própria escola. A partir da década de 1870, bacharéis já formados e estudantes manifestavam seu descontentamento realizando comícios em praças públicas ou expressando suas opiniões divergentes em animadas reuniões que tinham como cenários cafés e restaurantes.<sup>16</sup>

Assim como Euclides da Cunha encarnava o espírito do estudante “ideal típico” da Escola Militar do período 1874-1889, Sílvio Romero desempenhou como poucos o papel do antialuno da Faculdade de Direito de Recife. Buscando informações novas fora das salas de aula, ele passava mais tempo em associações artísticas, literárias e políticas do que na escola. Como toda uma geração de jovens antenados com as inovações científicas e tecnológicas, tanto o primeiro quanto o segundo participavam de uma cruzada de culto a novas doutrinas científicas de matiz evolucionista e de combate à metafísica e à religião católica, principalmente em sua vertente tradicional. Assim, se, de um lado, a Escola Militar fortalecia-se como pólo concorrente capaz de quebrar a hegemonia da cultura bacharelesca, por outro lado, no interior das próprias escolas de direito, em especial da Faculdade de Direito de Recife, surgiam focos de rebeldia e oposição ao velho modelo transplantado de Coimbra. Um modelo alternativo à *sociedade de corte* estava em formação, mais concentrado nos laços de lealdade e camaradagem dos grupos de pares do que no peso das famílias.

Essa nova geração de intelectuais, que entrou em ação na década de 1870, teve destacada participação em importantes transformações sociais e políticas no país. Lutava a favor da abolição da escravatura, e sua maior parte era adepta dos ideais republicanos. Para a mocidade militar em particular, a República significava um regime político inspirado no interesse coletivo, com liberdade espiritual e onde “só os competentes fossem escolhidos para

as funções sociais”. A República era, pois, o regime em que a aristocracia de berço seria substituída pela aristocracia do mérito.

A historiografia descreve os últimos meses de 1888 como de intensa efervescência política e social. À abolição da escravatura, no dia 13 de maio, seguiu-se cerrada propaganda republicana. O desgaste das relações do governo com a Igreja e com o Exército é bastante conhecido. No interior da Escola Militar, a “mocidade militar” fortalecia seus laços de coesão. Castro menciona a formação de um *espírito de corpo*<sup>17</sup>, sendo até mesmo as disciplinas praticadas em conjunto. Cita alguns exemplos. O primeiro ocorreu em 1858 durante uma formatura de alunos, e o protagonista foi Benjamin Constant. “O comandante da Escola, em ordem-do-dia, levantou suspeitas contra os alunos a propósito de um roubo que ocorrera. Benjamin saiu de forma, interrompeu o ajudante que lia o boletim, tirou-o de suas mãos e, após jogá-lo no chão e pisá-lo, protestou: “Esta ordem-do-dia não há de ser lida, pois é um insulto aos alunos!” Por causa desse episódio, Constant passou alguns dias preso na Fortaleza de Santa Cruz, onde recebeu visitas de solidariedade de vários colegas e mesmo de professores. Essa punição não afetou sua carreira e, em dezembro de 1860, concluiu o curso da Escola Militar, recebeu o título de bacharel em matemática e ciências físicas e, pouco depois, foi promovido a tenente.”<sup>18</sup> Outro episódio ocorreu em 1875, quando “dois alunos exigiram que lhes fosse servido café da manhã mesmo depois de passado o horário previsto. Sendo repreendidos, desacataram ordens superiores e foram presos. Em represália, 85 alunos deixaram a Escola dizendo que iam à cidade tomar café.”<sup>19</sup>

O terceiro caso relatado por Castro se deu no final de 1888, e o protagonista foi Euclides da Cunha. Até então, o jovem cadete tinha sido, segundo os biógrafos, um aluno dedicado, pacato e sobretudo muito tímido. “Arredio e grave”, afirma Rabello, “ele preferia o silêncio da sala de leitura ou os passeios solitários pela praia ou ainda as cismas ao cair da tarde, junto aos barretes e aos velhos canhões sem uso.” Continuava a pro-

duzir trabalhos literários – prosa e verso – que publicava na revista da Escola: *Família Acadêmica*.<sup>20</sup>

Esse episódio revela a face explosiva do jovem cadete. Mas, mais do que isso, coloca em evidência seu compromisso com crenças e ideais. O ato de insubordinação de Euclides se deu na manhã do dia 4 de novembro de 1888. No dia anterior, havia desembarcado no Porto do Rio de Janeiro, vindo da Europa, o propagandista republicano Lopes Trovão. Os alunos da Escola Militar estavam em polvorosa. Para conter os ânimos e impedir que eles participassem das manifestações republicanas, o comandante, general José Clarindo de Queirós, ordenou que passaria em revista a tropa, impedindo que os estudantes deixassem a Escola. A revista coincidia também com a visita do ministro da Guerra, conselheiro Tomás Coelho. Estavam todos em forma quando Euclides da Cunha “saiu de forma sem licença e atirou ao chão a carabina e o sabre-baioneta, depois de o haver procurado quebrar”. Há várias versões para a atitude intempestiva de Euclides. Rabello insinua que ele teria feito aquilo como protesto por não ter sido promovido a alferes-aluno. Outros afirmam que teria sido principalmente pela adesão ao republicanismo. Outros consideram que seriam os dois motivos combinados.

Diferente dos envolvidos nos dois outros casos relatados por Castro, Euclides foi severamente punido. “O chefe do serviço de saúde recolheu Euclides para a enfermaria da Escola, afirmando que ele devia estar sofrendo de esgotamento mental por causa dos estudos; mais tarde, seguiu preso para a Fortaleza de Santa Cruz e, dias depois, foi expulso da Escola.”<sup>21</sup>

#### A OPÇÃO DO JORNALISMO

O rigor da punição infligida a Euclides demonstra o quanto os ânimos andavam acirrados. Mas o Império estava por um fio, e a atitude corajosa do jovem cadete enfrentando os poderosos lhe renderia bons dividendos. Mais uma vez, ele ingressava no lugar certo na hora certa. Convidado a

escrever para o jornal *Província de São Paulo*, Euclides entrou em contato com representantes do setor que era a essa altura o mais avançado e dinâmico das elites, a burguesia cafeeira paulista, e porta-voz dos interesses desse grupo que, interessado na modernização econômica e política do país, pregava reformas e apoiava o movimento republicano. Diante da inexistência já mencionada de um jornalismo autônomo, independente e profissionalizado, os jornais eram porta-vozes de grupos e partidos e alimentavam-se da colaboração de intelectuais, escritores, políticos e bacharéis.

O *Província de São Paulo* foi fundado em 1875 por uma comissão nomeada pelo Congresso Republicano de Itu liderado por Américo Brasiliense Melo e Manuel Ferraz de Campos Sales. Congregava fazendeiros de café do Oeste Novo paulista. A redação da folha foi confiada a Rangel Pestana e Américo Brasília de Campos. Em 1885, ingressou em sua redação Júlio César Ferreira Mesquita, que em pouco tempo passou a diretor, e, desde então, a direção permaneceu nas mãos da família Mesquita.

Além de congregar um setor econômico de ponta, o jornal passou a desempenhar importante papel no contexto político. Embora fosse em sua maioria favorável à República, o grupo dos fundadores mostrava-se cauteloso diante da possibilidade real da queda da monarquia. Por essa razão, em lugar de se apresentar como porta-voz do Partido Republicano Paulista (PRP), preferiu adotar política independente, intervindo de maneira autônoma “na discussão dos assuntos políticos e sociais”.

Na verdade, o *Província de São Paulo* defendeu desde o início os interesses da elite agrária, combatendo a centralização política e administrativa imposta pelo Poder Moderador ao longo do Império. Reivindicava igualmente eleições diretas para o Senado e para a presidência das províncias, a separação entre a Igreja e o Estado, a instituição do casamento e do registro civis e a substituição progressiva do trabalho escravo pelo trabalho livre. Seus editoriais eram de cunho anticlerical, antiescravagista e antimonárquico.

As biografias de Euclides da Cunha são nebulosas sobre de quem teria partido o convite para que ele se tornasse colaborador do *Província de São Paulo*. Tudo indica que o convite tenha partido de Júlio de Mesquita, que, a partir de 1888, passara a co-diretor ao lado de Rangel Pestana. Também não há indicações sobre as razões pelas quais Euclides teria se decidido a ir para São Paulo, já que poderia enviar os artigos do Rio de Janeiro, como, aliás, fez mais tarde. Há vagos comentários quanto ao fato de seu pai ter comprado uma pequena fazenda em São José do Descalvado, no interior de São Paulo, mas não se sabe em que data. O pai de Euclides viveu bastante tempo nessa fazenda, o que nos faz supor que continuasse a exercer a profissão de guarda-livros e que tenha sido movido pela prosperidade do café no oeste paulista. Fica a indagação quanto à ida de Euclides, que tanto poderia ter ido ao encontro do pai quanto se alojado na cidade de São Paulo sob as expensas do próprio jornal. Fato é que seus artigos eram pura propaganda republicana. Foram exatamente três artigos avulsos – “A Pátria e a Dinastia”, “Revolucionários” e “89” – e oito intitulados “Atos e Palavras”, escritos entre dezembro de 1888 e janeiro de 1889. O contato com São Paulo, pela primeira vez em sua vida, aos 22 anos, era significativo. Como assinalou Lília Schwarcz, “o jornal *Província de São Paulo*, futuro *O Estado de São Paulo*, criado em 1875 pelas elites econômicas paulistas, logo em sua apresentação identificava-se como um periódico “moderno”, fruto de uma “cidade progressista, científica e laboriosa”. Em suas páginas se deu publicidade a todo um ideário evolutivo-positivista, sendo sua prática a divulgação cotidiana de mestres europeus, entre eles Darwin, Spencer e Comte, como se livremente se associassem conceitos como ciência e modernidade.”<sup>22</sup>

Ao longo da década de 1880, o *Província de São Paulo* desenvolveu duas grandes campanhas, defendendo a abolição da escravatura e a proclamação da República; a primeira, mais explicitamente assumida, foi acompanhada da campanha em prol do incremento da imigração de colonos europeus. Dois dias depois da promulgação da Lei Áurea, o editorial, várias matérias

e poemas saudavam o fim da escravidão e convidavam o povo a participar de uma marcha comemorativa.

A campanha republicana, intensificada na fase final da abolicionista, viu igualmente seus objetivos alcançados com a Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, quando o *Província de São Paulo* passou a chamar-se *O Estado de São Paulo*.<sup>23</sup>

Esses artigos, primeiros escritos publicados de Euclides, merecem atenção especial sobretudo por seu tom profético. É como se jorrassem em estado bruto as lições de ciência assimiladas na Escola Militar. Baseando-se em conceitos como evolução e progresso, e utilizando como argumento de autoridade o fato de apoiar-se em “leis naturais indestrutíveis”, Euclides fazia apologia da república e da democracia, vistas como estágios necessários e inevitáveis para o “desenvolvimento natural da sociedade”. Assim, ele não se colocava como adepto do Partido Republicano, mas como adepto da ciência, que estaria em plano superior ao das disputas partidárias. Euclides considerava o advento da república e da democracia conseqüências de inevitável lei natural de evolução.

Euclides afirmava não pretender seguir a carreira do jornalismo, mas a da ciência. “Não nos destinamos à imprensa. Os artigos aqui escritos exprimirão parêntesis abertos em nosso estudo e torná-los-emos reflexos dele.”<sup>24</sup> Ao referir-se a questões pontuais, como república e democracia, tomava como referência um plano de abstração elevado, enunciando o conceito de humanidade, que “é um indivíduo secular, enorme, eterno que irrompe através dos séculos e cuja existência se prolonga pela extensão indefinida das idades”.<sup>25</sup>

Euclides acreditava que, deixando agir a força da evolução e do progresso, a humanidade naturalmente atingiria a república e a democracia que a impulsionariam para o futuro. A crença na ciência como motor da história fez com que ele acreditasse na academia que, no seu entender, se opunha à anarquia: “A anarquia não penetrou nas academias, insinuando-se no ânimo

da mocidade; desde a matemática à sociologia, toda a ciência opõe-se-lhe vitoriosamente, cada página dos livros é-lhe uma barreira insuperável, podem nelas existir talvez revolucionários, ativos e audazes, temperamentos que se expandem violentamente, altivamente e dignamente, e falamos por experiência própria – mas quando isto se dá, quando se manifesta esse desequilíbrio lamentável entre as paixões e as idéias, por sobre o delírio espantoso de nossa alma, se alevantam serenos e imaculados os grandes ideais que a iluminam como se alevantam tranquilos e grandes os brilhos das constelações sobre o delírio pavoroso das tempestades...”<sup>26</sup>

A consciência de haver adquirido moderno instrumental científico na Escola Militar fez com que ele se percebesse como parte da vanguarda, um pequeno grupo superior aos outros pela “altitude de nossas idéias”. Considerava, entretanto, essa superioridade passageira, pois acreditava que, pelas leis naturais, a humanidade atingiria a posição na qual ele e alguns poucos adeptos da ciência e do progresso já se encontravam, ou seja, uma posição nivelada “à civilização do nosso tempo”. Euclides acreditava que esse grupo estava no centro de um paradoxo: se, de um lado, eram revolucionários, “porque a força que transmitimos ao sistema social, em conflito com a sua deplorável fraqueza, produz naturalmente a perturbação, o desequilíbrio”, por outro, eram apenas veículos de uma força maior que os ultrapassava, “inteiramente subordinados às leis que regulavam o desenvolvimento natural da sociedade”.<sup>27</sup>

A ciência para Euclides era um todo indivisível, regido por leis idênticas em seus vários ramos. Atribuía clara predominância à matemática e idealizava uma ciência natural, positiva, baseada em experimentações que levariam a formulações de leis gerais. Desse modo, o estudo da sociedade deveria seguir as mesmas leis que orientavam o estudo da química ou da matemática – “como o átomo na química ou o infinitamente pequeno na matemática, o homem, em sociologia, tem a existência subjetiva de um tipo abstrato.”<sup>28</sup> Em outra passagem, cita Kant para afirmar o valor da

experiência: “Na frase de Kant – qualquer noção da realidade deve se basear na experiência”.<sup>29</sup>

Foi com base no valor sagrado da experiência que fez sua preleção a favor da República e condenou o Império e especialmente o imperador. Como era lugar-comum na época, o imperador se caracterizava por espírito erudito e gosto pela ciência. Euclides valeu-se justamente desse argumento para suas acusações. Se o monarca era esclarecido, aumentavam suas responsabilidades no sentido de conduzir a nação para o progresso e a civilização. Em lugar disso, o monarca mantinha no Brasil instituições retrógradas, como a escravidão, que ele chamava de “escândalo” que impediu na sociedade brasileira o “movimento progressista do conjunto”. Desse modo, considerava o imperador o grande responsável pela permanência das forças retrógradas na sociedade brasileira. Se, por um lado, “a ciência foi, sem dúvida a Ariadne salvadora que o orientou”, por outro, esse mesmo monarca “erudito tem deixado esta nossa terra retrógrada e inculta, para seguir, ansioso, a deslumbrante miragem da civilização que lhe acena do alto das capitais da Europa (...)”<sup>30</sup> Antecipava, aqui, um dos argumentos centrais de *Os Sertões*: a oposição entre a elite culta, refinada e com canal direto para a civilização européia, e o restante da sociedade, retrógrada e inculta, ou, ainda, a separação radical entre dois universos: o da civilização, representado pelas elites, e o da barbárie, representado pelo povo.

A propaganda republicana transformou-se, pois, para Euclides, em propaganda científica. Por isso, ele acreditava que o advento da República não indicaria a vitória de um partido – exprimiria o renascimento de uma sociedade.<sup>31</sup> Além da propaganda científica, Euclides defendia também os ideais de uma sociedade moderna, individualista, baseada no talento e no mérito como formas de ascensão social. Nesse sentido, justificava a formação da aristocracia do mérito substituindo a antiga aristocracia de berço. Esse novo grupo funcionaria como vanguarda capaz de elevar o restante do povo, atrasado, aos graus mais elevados de civilização. É nessa direção que

argumentava contra os anti-republicanos, que condenavam o “governo do povo pelo povo” por considerarem-no atrasado e, portanto, inapto para governar. “O governo republicano – digamo-lo sem temor – é naturalmente aristocrático – os pergaminhos dessa nobreza porém, ascendem numa continuidade admirável, das oficinas às academias. É o governo de todos por alguns – mas estes são fornecidos por todos.”<sup>32</sup>

Considerados trabalhos menores no conjunto da obra de Euclides da Cunha, esses artigos foram recolhidos pelo euclidiano Olímpio de Souza Andrade e incluídos na *Obra Completa*, editada em 1966, por ocasião do centenário de nascimento do escritor. Escritos em tom de entusiasmo juvenil e no calor dos acontecimentos que iriam derrubar o Império e instituir a República no Brasil, esses artigos contêm em semente alguns dos pontos mais importantes que iriam transformar um jovem desconhecido em escritor de renome. Destaco dois deles: a defesa apaixonada da ciência e a percepção de si mesmo como um homem de ciência; a defesa de uma sociedade baseada nos princípios individualistas do talento e do mérito. Euclides da Cunha tinha muitos pontos de contato com os homens de ciência do final do século 19.

Os homens de ciência eram intelectuais que começavam a se congregarem em institutos de pesquisa e, principalmente, antenar-se com as novas descobertas científicas que se processavam sobretudo na Europa. Ainda isolados e em pequeno número, eles começavam a atuar em locais como o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, o Museu Nacional, a Academia de Medicina do Brasil, além das tradicionais faculdades de direito e de medicina. Iniciavam nesses ambientes discussão independente, desvinculando aos poucos a produção científica dos setores hegemônicos e umbilicalmente ligados aos grupos agrários. Sob o manto da ciência, começava a aparecer um tipo especializado de profissional. Mais do que um grupo homogêneo, esses intelectuais guardavam certa identidade que os unia. Convertidos a correntes científicas que consideravam verdades supremas,

alguns chegavam mesmo a professar a ciência como religião. O exemplo mais contundente foi o da Igreja Positivista no Brasil. Essa conversão à ciência terminou por aproximar indivíduos de espaços sociais e geográficos bastante diferenciados, criando e fortalecendo os laços entre eles.

A crença numa nova ordem científica era basicamente a crença nos pressupostos evolucionistas da ascensão dos povos, pelo progresso, aos valores da civilização. Assim, entendia-se que o caminho da ciência deveria estar aberto a todos, entre os quais, por processo de seleção natural, se destacariam por mérito aqueles que tivessem verdadeiro talento. Mais do que a formação de um grupo político ou de idéias, esses novos intelectuais sinalizavam mudanças de pontos de vista. Não é por acaso que o setor de ponta da economia nacional, os novos empresários do café do oeste paulista, atraíam para suas fileiras indivíduos como Euclides da Cunha, portadores de novos ideais e, sobretudo, expressões de uma nova ordem. É extremamente significativo que, tanto para Euclides como para o jornal *Província de São Paulo*, o mais importante não fosse exatamente o movimento republicano, importante sim, mas como decorrência de uma ordem que Euclides classificava como natural: a ordem do progresso dos povos, considerada inevitável pela ciência no período. Na verdade, tanto a Escola Militar quanto o *Província de São Paulo* e o próprio Euclides podem ser pensados enquanto expressões de um movimento mais amplo de modernização da sociedade brasileira. Como assinalou Castro, referindo-se à Escola Militar, o que ocorria era o desenvolvimento de valores meritocráticos, em que “idealmente, o poder baseado no parentesco ou na riqueza passava a subordinar-se ao mérito dos indivíduos, decorrente principalmente de suas aptidões intelectuais confirmadas no sistema escolar. Na nova elite social que assim deveria surgir, as posições deixariam de ser *atribuídas* por privilégio de nascimento, passando a ser *adquiridas* graças à capacidade individual. A sociedade meritocrática seria aquela onde vigoraria plenamente esse princípio”.<sup>33</sup>

O domínio do instrumental científico e a hipervalorização da ciência eram utilizados como argumentos de autoridade por muitos jovens que, como Euclides, possuíam pouco ou nenhum capital social herdado. Para esses, a possibilidade de trilhar uma bem-sucedida carreira e galgar posição de prestígio dependia unicamente da afirmação de uma nova ordem em que a competência e o mérito prevalescessem. Sua colaboração no jornal *Província de São Paulo* representava o início de uma carreira em que o saber *adquirido* era valorizado.

#### A OPÇÃO DA ENGENHARIA

“Um olhar otimista e auto-suficiente, que se crê capaz de ultrapassar o potencial trágico presente na história do país, arremessando-o para o futuro, em busca acelerada de um encontro com o progresso, mediante a compreensão ética dos problemas e a intervenção científica sobre o espaço.”<sup>34</sup>

Em janeiro de 1889, Euclides voltou ao Rio de Janeiro decidido a preparar-se para os exames na Escola Politécnica, onde poderia continuar o curso de engenharia, interrompido com a expulsão da Escola Militar. Em maio, prestou os exames com sucesso, retomando seus estudos. O biógrafo Sylvio Rabello não acredita que naqueles turbulentos meses que precederam a Proclamação da República, Euclides da Cunha tivesse tido a serenidade necessária para levar a sério seu novo curso. “Tendo subido a 7 de junho o gabinete chefiado pelo rígido e inteiriço Ouro Preto, a campanha republicana já não era apenas uma forma de esgrima de panfletários nem uma surda conspiração de clubes secretos. Pelas ruas, a guarda negra<sup>35</sup> de José do Patrocínio chocava-se freqüentemente com os republicanos mais exaltados. E, nos quartéis, todas as esperanças convergiam para Deodoro, a quem o destino daria a responsabilidade suprema de chefiar o movimento de derrubada final do trono. E essa derrubada foi um golpe branco: um sítio do palácio São Cristóvão e uma proclamação que não fizeram o velho Dom Pedro II tirar confiantemente os olhos da sua revista científica.”<sup>36</sup>

A crescente agitação republicana dos primeiros meses de 1889 influiu também nos rumos da Escola Militar. Segundo o relato de Castro, o governo tomou diversas providências visando a neutralizar seu potencial explosivo: efetivou as promoções a alferes-alunos atrasadas, dividiu a Escola Militar em duas e procurou cooptar Benjamin Constant. Foi criada a Escola Superior de Guerra (ESG), para onde os cursos das armas “científicas” – portanto, todos os alferes-alunos – foram transferidos, permanecendo na Praia Vermelha apenas os cursos de infantaria e cavalaria. O tiro do governo saiu pela culatra. “A ESG foi instalada em um edifício no bairro de São Cristóvão, próximo aos quartéis do 1º Regimento de Cavalaria e do 2º Regimento de Artilharia, duas das unidades militares mais poderosas da Corte. Como não havia regime de internato na ESG, os alferes-alunos para lá transferidos foram morar em ‘repúblicas’. Em pouco tempo, estreitaram laços de camaradagem com os oficiais inferiores das unidades sediadas no bairro, a grande maioria deles também ex-alunos ‘científicos’ da Escola Militar. (...) São Cristóvão torna-se, portanto, em 1889, um reduto da ‘mocidade militar’.”<sup>37</sup>

Para cooptar Benjamin Constant, o governo ofereceu-lhe “o cargo de vice-diretor da ESG, que acumularia com os vencimentos de lente, e mais o título de conselheiro”. Constant recusou o cargo, preferindo continuar sendo o “venerando mestre” dos jovens oficiais “científicos”, desfrutando de grande prestígio perante a “mocidade militar”. Esse comportamento fazia parte do *éthos* da mocidade militar, pelo qual se rejeitava qualquer tipo de privilégio, afirmando-se o valor do merecimento.

A Proclamação da República a 15 de novembro de 1889 mudou radicalmente a situação de Euclides. Na verdade, o jovem ardoroso defensor do republicanismo só ficou sabendo do ocorrido no dia seguinte, como, aliás, a maior parte das pessoas. O ato mesmo da proclamação assemelhou-se para muitos que o assistiram a uma parada militar. Euclides ficou sabendo da mudança do regime por intermédio de um amigo da Escola Politécnica,

Edgar Sampaio, sobrinho do major Solon Ribeiro, o responsável pelo ato de entregar nas mãos do Imperador a intimação de abandonar o país, antes mesmo de clarear o dia.

Na noite de 16 de novembro, a família imperial atravessava a Baía de Guanabara com destino à Europa. Na mesma noite, levado pelo amigo Edgar Sampaio, Euclides dirigiu-se à casa do major Solon Ribeiro, onde os republicanos comemoravam a República. Euclides foi apresentado aos oficiais que ali se achavam como o intrépido estudante do episódio de rebelião da Escola Militar, que seria lembrado nos menores detalhes, relata Rabello. Ali mesmo teria ficado resolvido que o governo provisório incluiria Euclides entre os anistiados por crime de lesa-realeza, podendo, desse modo, voltar ao quadro da Escola Militar. No dia 19 de novembro, ele foi reintegrado ao Exército e promovido a alferes-aluno. Em janeiro, ingressava na Escola Superior de Guerra e, em fevereiro, concluía o curso de artilharia.

Ainda na noite de 16 de novembro, Euclides conheceu a filha do major Solon Ribeiro, Ana, que tinha na ocasião 17 anos. Euclides, então com 23 anos, apaixonou-se pela menina e, ao sair, entregou-lhe um bilhete: "Entrei aqui com a imagem da República e parto com a sua imagem..." A associação de imagem da menina com a República foi imediata para Euclides. Algum tempo depois, em 10 de setembro de 1890, ele a tomava em casamento. Vários autores sinalizam a recorrência entre os republicanos, e em especial, no interior da mocidade militar, da representação da República por uma imagem feminina. Castro assinala entre esses autores, Gilberto Freyre e José Murilo de Carvalho. Para Freyre, a imagem da República-mulher significaria "a idéia ou o sentimento ou a mística de identificação profunda da República messiânica com a mulher quase deusa". Carvalho, por sua vez, observou que o uso da alegoria feminina para representar a República opunha-se simbolicamente à representação da Monarquia pela figura masculina do rei. Além disso, na doutrina positivista, a humanidade

era representada por uma figura feminina. Certamente, a associação da filha do major Solon com a imagem da República produziu no espírito de Euclides emoção especial naquele momento festivo, em que se comemorava a chegada da República tão ansiada.<sup>38</sup>

Recém-casado, Euclides foi visitar o pai na fazenda de São José do Descalvado, no interior paulista. Ao retornar ao Rio continuou o curso na Escola Superior de Guerra, acumulando promoções até se formar, em 1893. Euclides assumia de fato a engenharia, formando-se engenheiro militar.

O que significava ser engenheiro naquela ocasião? Havia diferença significativa entre um engenheiro militar e um engenheiro civil? Era profissão de prestígio?

A profissão de engenheiro no final do século 19 estava associada às demandas de modernização do país. O papel dos engenheiros, assim como dos segmentos modernizantes das elites – em especial de alguns setores da indústria –, era o de varrer o atraso colonial, impondo as forças do progresso. Nesse sentido, os engenheiros constituíam “referência pioneira à modernidade no país: encarnavam uma nova eticidade – a burguesa –, a que subordinaram sua concepção da História, afirmando-a, a partir daí, como uma doutrina fundada sobre o binômio civilização/progresso”.<sup>39</sup>

D. Pedro II desenvolveu movimento de aproximação com as tendências do século, mantendo sempre contato amistoso com os engenheiros, muitas vezes sob a forma de apoio oficial, como assinala Maria Alice Rezende de Carvalho com relação ao Clube de Engenharia.<sup>40</sup> Entretanto, era tensa a convivência entre as elites nos últimos anos do século 19. A aproximação de D. Pedro II com a ciência e os ventos da modernidade não impediu que o Império se mantivesse identificado com o atraso colonial. As idéias do imperador nem sempre coincidiram com a prática do Império, principalmente com relação ao trabalho escravo. O peso das tradições escravista e colonial obstruía o desenvolvimento de um *éthos* burguês e moderno. A noção negativa da categoria trabalho, associada à escravidão, era questiona-

da por segmentos das elites que pleiteavam uma nova ética do trabalho. Esses setores opunham-se à política paternalista do Estado monárquico, em que a população pobre era confinada à margem do sistema produtivo e organizada em torno dos senhores e dos coronéis do setor agrário-exportador. O que as elites modernizantes reivindicavam era a incorporação dos setores mais pobres no mercado de trabalho sob uma ótica individualista e burguesa. Os intelectuais da modernização defendiam a premência da constituição de uma base real para o exercício do contratualismo burguês. Por outro lado, as populações à margem nas grandes cidades constituíam ameaça para o conjunto das elites: as cidades assumiam feições potencialmente explosivas.

As elites conservadoras perceberam-se incapazes de continuar afirmando seu discurso, posto que a cidade real impunha riscos. O programa de incorporação dos de baixo num só mundo – o mercado – começou a ser implementado ainda que de forma lenta e descontínua. Era inevitável, entretanto, que a “margem” fosse incorporada ao círculo “iluminado” da cidade. Os engenheiros foram, então, chamados a preparar as cidades para esse processo. Definidos como os “profissionais da observação”, “especialistas em olhar competentemente”, os engenheiros substituíam os viajantes europeus em passagem pelos trópicos, sendo capazes de sistematizar um trabalho de observação científica em relatórios que constituíam a base para as reformas necessárias.

Enquanto, nas grandes exposições universais em que os estados exibiam seus produtos, a burguesia celebrava a vitória do homem sobre a natureza, engenheiros tomavam como tarefa a incorporação da margem pela estandardização do espaço, isto é, “pela organização da cidade de uma forma tal que a auto-representação de seus habitantes só pudesse afirmar o igualitarismo e o conagraamento”.<sup>41</sup>

Muitos engenheiros haviam constituído sua identidade em ligação estreita com o crescimento da atividade industrial no país. Desse modo, parti-

lhavam com industriais a mesma concepção sobre o moderno, ligada a referências universais no sentido cunhado pela razão iluminista. O moderno, nesse sentido, significava a incorporação de todos a uma temporalidade comum na direção do progresso. Tomando a Europa como referência, encabeçavam um programa capaz de incorporar a “margem” ao mercado, promovendo um movimento de reforma intelectual e moral na sociedade, mediante a redução de referências culturais dispersas a um solo homogêneo comum. A cidade moderna idealizada por muitos engenheiros visava à incorporação dos pobres ao trabalho e à vida pública. Essa nova ética tornou-se o ponto de ruptura com as elites imperiais conservadoras.

Podemos traçar um perfil dos engenheiros da segunda metade do século 19, como faz Foot Hardman, como um grupo com características até certo ponto homogêneas, combinando “elementos do positivismo e do liberalismo, disciplina do trabalho e visão transformadora da paisagem, parcimônia de gastos e modernidade urbano-industrial. Nisso, aliás, se ajustavam ao espírito sóbrio e austero do setor mais dinâmico das classes dominantes, a burguesia cafeeira paulista”. Na virada do século, os engenheiros dedicaram-se a construir pontes, estradas, vias férreas e a instalar estações telegráficas, unindo os diversos pontos do país. Apóstolos do progresso, a maior parte deles tomava para si a tarefa de construir materialmente a nação; havia, entretanto, diferenças entre eles, ao menos entre engenheiros civis e engenheiros militares.

A formação técnica do engenheiro era na essência a mesma na Escola Politécnica e na Escola Militar. Os historiadores assinalam, também, que, em ambas as escolas, havia forte tendência positivista e republicanista. A grande diferença entre os engenheiros civis e militares era em termos de capital social, verificando-se a tendência de concentração de jovens com mais recursos na Escola Politécnica. Essa diferença social trazia implicações na distribuição dos engenheiros no mercado de trabalho. Os engenheiros civis, salvo uma ou outra exceção, eram oriundos dos estratos mais elevados da

sociedade, sendo sua formação complementar, agregando-se a outras atividades profissionais ou conferindo-lhes mais legitimidade para o exercício de cargos políticos. Os engenheiros militares, pelo contrário, dependiam da profissão para sobreviver. Euclides da Cunha nesse sentido é um caso exemplar. Formando-se como engenheiro, estagiou na Estrada de Ferro Central do Brasil, iniciando longa e duradoura carreira de construtor de pontes, diretor de obras de fortificações, chefe de comissões de obras de saneamento, chefe de expedição para demarcação de fronteiras.

Visando a explicitar algumas diferenças entre engenheiros militar e civil, apresento a trajetória de dois contemporâneos de Euclides, o primeiro, civil, e o segundo, militar.

A trajetória de um jovem baiano nascido em 1879, logo, 13 anos mais moço do que Euclides, de uma família das oligarquias com grande capital econômico e político, revelou que o ingresso na Escola Politécnica teve o sentido de agregar à sua futura carreira de político e administrador uma formação técnico-científica considerada moderna. Descendente direto das elites aristocráticas que se formaram em torno do imperador, esse indivíduo, Miguel Calmon du Pin e Almeida (1879-1935), participou ativamente do poder político durante os primeiros anos da República, sendo um exemplo interessante de reconversão das elites durante a mudança de regime.<sup>42</sup> Para ele, a passagem pela Escola Politécnica e a formação enquanto engenheiro significaram a consolidação de uma formação acadêmica clássica. Estudou nos melhores colégios de Salvador, dirigindo-se à capital para completar seus estudos. A Escola Politécnica significou nesse caso a iniciação a uma liturgia técnico-científica importante para o desempenho de uma já garantida carreira de administrador e político. Iniciado, retornou à cidade natal para efetuar seu primeiro trabalho: ocupar, a convite do governador, o cargo de Secretário de Viação e Obras Públicas do Estado da Bahia (1902-1906), que deixou para exercer o mandato de ministro de Viação e Obras Públicas a convite do então presidente da República,

Afonso Penna (1906-1909). Mais tarde, foi eleito deputado federal pela Bahia, assumiu a pasta do Ministério da Agricultura, foi senador da República. Para todos esses cargos contou com o apoio decisivo das oligarquias baianas.<sup>43</sup>

Já o jovem Cândido Mariano da Silva Rondon (1865-1958), um ano mais velho do que Euclides e seu contemporâneo na Escola Militar, nasceu numa pequena cidade do interior de Mato Grosso. Órfão de pai e mãe, de família de poucas posses, foi criado por parentes, estudando em escolas públicas de Cuiabá e transferindo-se para o Rio de Janeiro com o objetivo de inscrever-se na Escola Militar para estudar e sobreviver com o soldo a que tinha direito como aluno. Permaneceu estudando no Rio de Janeiro de 1881 a 1890, quando se formou engenheiro militar. Rondon integrou-se à mocidade militar, convertendo-se, como Euclides, ao republicanismo e ao positivismo. Em 1888, foi promovido a alferes-aluno, passando a receber 50.000 réis de soldo. Com a criação, nesse ano ainda, da Escola Superior de Guerra, para onde foram transferidos os oficiais, Rondon para lá se dirigiu, terminando o curso nesse estabelecimento. A primeira missão de Rondon como engenheiro militar foi integrar a comissão construtora de linhas telegráficas que, em nome do progresso, pretendia unir todo o país por meio do telégrafo. Sua posição enquanto engenheiro militar era a de um funcionário subordinado às decisões governamentais. Esteve subordinado ao engenheiro civil Miguel Calmon durante seu exercício no cargo de ministro de Viação e Obras Públicas. É interessante observar as próprias palavras utilizadas por Rondon quando chamado a chefiar a citada comissão. O então tenente-coronel Cândido Mariano Rondon dizia-se um soldado que jamais pedira nem recusara serviços, colocando-se sempre “à disposição dos interesses do país”.

Rondon permaneceu muito tempo envolvido com essa atividade de instalação dos telégrafos. Foi assim também que entrou em contato com nações indígenas, o que terminou por gerar a criação do Serviço de

Proteção ao Índio (SPI), além de notabilizá-lo como grande sertanista e protetor dos índios. Na ocasião da comissão construtora dos telégrafos, Euclides da Cunha teve participação enquanto consultor, em 1904, tendo, juntamente com outro engenheiro, o dr. Leopoldo I. Weiss, sugerido a instalação de redes do telégrafo no vale do Amazonas.

A autoridade dos estudos técnicos dos engenheiros nesse período tinha grande peso. Além disso, eram eles que deveriam chefiar as missões de integração do território, demarcação de fronteiras, construção de pontes, em resumo, introdução dos meios para fazer progredir a nação. Os engenheiros militares foram os principais responsáveis pela criação e implementação das comissões telegráficas, idealizadas para ligar os diversos pontos do país. Antonio Carlos Souza Lima assinala que o caráter estratégico da comissão conferia seu sentido propriamente militar. O engenheiro militar, por sua própria formação, além de contar, em sua bagagem, com os mesmos conhecimentos do engenheiro civil, podia fazer uso da força quando necessário. O poder do Exército cresceu e ampliou-se ao longo da Primeira República. A idéia de que a salvação da pátria era sobretudo tarefa dos militares crescera, dentro do Exército, desde a Guerra do Paraguai, fortalecendo-se com a proclamação da República.

Havia também divergências importantes com relação ao significado e ao sentido da engenharia para uns e outros. Euclides da Cunha, como Rondon, privilegiava o trabalho das comissões pelo interior do país por acreditar que nesse trabalho estavam as reformas de base necessárias, sendo absolutamente cético com relação às reformas urbanas que se multiplicaram na virada do século. No seu entender, essas reformas eram superficiais, “reformas pelas cimalhas”, e o país precisava de trabalho mais amplo, que interligasse todo o território e incorporasse o conjunto das populações dispersas no todo nacional.

Entre os engenheiros militares formou-se um *éthos* próprio. Uma das características desses profissionais era justamente rejeitar qualquer privilé-

gio, o que os diferenciava de seus pares civis. Formados no espírito de corpo da mocidade militar, esses engenheiros professavam o culto ao mérito e idealizavam uma sociedade que abolisse justamente o estilo administrativo que havia caracterizado as elites políticas até então, o da *sociedade de corte*.

A adesão incondicional aos princípios meritocráticos marcaram a trajetória de Euclides da Cunha. Relatam os biógrafos que, recém-formado, foi chamado pelo então presidente da República, marechal Floriano Peixoto, que decidira oferecer-lhe um cargo devido a seu prestígio como republicano histórico. “Floriano tinha começado a derrubada dos governadores fiéis a Deodoro e, pensando, talvez, fazer do jovem tenente um dos seus delegados estaduais, mandara chamá-lo para conversa um tanto misteriosa. (...) Recebido o recado do marechal, lá se foi Euclides mais constrangido do que nunca com a sua farda e a sua espada. (...)”<sup>44</sup> O próprio Euclides narrou o episódio em carta a Lúcio de Mendonça: “Lá fui constrangido na minha farda de segundo-tenente e atrapalhado com a espada. Encontrei o homem na sala de jantar, à vontade, e em um de seus dias de expansão. (...) E o grande dominador abriu-me a apertadíssima pasta da sua intimidade: Veio em ar de guerra... não precisava fardar-se. Vocês aqui entram como amigos e nunca como soldados. Decorei textualmente. (...) O grande doador de posições, referindo-se à minha recente formatura e ao meu entusiasmo pela República, declarou-me que tendo eu o direito a escolher por mim mesmo uma posição, não se julgava competente para indicá-la... Que perspectiva! Basta dizer-lhe que estávamos em pleno despensar dos governadores estaduais!... E eu (nesta época sob o domínio cativante de Augusto Comte, e que isto vá como recurso absolutório) – declarei-lhe ingenuamente que desejava o que previa a lei para os engenheiros recém-formados: um ano de prática na Estrada de Ferro Central do Brasil. (...) E tive ainda a inexplicável satisfação de descer orgulhosamente as escadas do Itamarati, atravessar alegremente o saguão, embaixo, e sair agitando não sei quantos sonhos de futuro...”<sup>45</sup>

A atitude de Euclides ao afirmar ao presidente da República o anseio de que se cumprisse a lei sinaliza os valores professados pelos engenheiros militares, em sua maior parte jovens vindos das províncias do interior, com pouco capital social acumulado e herdado. Ao se engajarem na política, o objetivo desses jovens não era apenas lutar por uma mudança de regime, mas pela instauração de uma nova ordem que abolisse os antigos privilégios. Esses valores foram a principal causa do desgosto profundo com os caminhos da República que pouco a pouco tomou conta de Euclides, perseguindo-o por toda a vida. Na verdade, muitos elementos das antigas elites reconverteram seu capital e, em pouco tempo, detiveram novamente cargos e privilégios compondo com os que ascenderam no novo regime político.<sup>46</sup>

De qualquer modo, a importância que os engenheiros adquiriram no final do século 19 no Brasil pode ser interpretada como sintoma de modernização do país. Ingressava-se numa ordem mais moderna, seguindo os princípios científicos positivos e as leis do progresso e da evolução. Num grau maior de abstração podemos analisar a posição de Euclides enquanto engenheiro-militar tomando os conceitos de individualismo e hierarquia propostos pelo antropólogo Louis Dumont.<sup>47</sup>

É possível afirmar que os engenheiros militares estavam mais próximos de uma lógica individualista e modernizante e que, nesse sentido, entraram inevitavelmente em choque com as elites tradicionais, movidas pela lógica hierárquica da *sociedade de corte*. Ao tratar Euclides como um “amigo”, secundarizando a identidade de “soldado”, e ao oferecer-lhe um cargo como decorrência da relação de amizade, não priorizando os conhecimentos técnicos acumulados ao longo de sua formação na Escola Militar, o presidente insultava o soldado e o engenheiro. Como Benjamin Constant, que não se deixou cooptar pelo governo imperial, Euclides levou até as últimas consequências a fidelidade a seus ideais. Na verdade, talvez por uma razão muito simples: destituído de sua formação técnico-científica, o que lhe restaria se não possuía nenhum outro tipo de capital? Assim, talvez mais

do que qualquer outra identidade profissional, Euclides assumiu a engenharia como profissão. Antes de mais nada, como Rondon, ele se colocava como um técnico a serviço de uma coletividade que o ultrapassava: a nação brasileira.

A virada do século sinaliza um momento de transição entre a predominância de uma ética tradicional, baseada na preeminência de um todo (as oligarquias) sobre as partes (os diferentes elementos associados à lógica de funcionamento do domínio oligárquico), e a incorporação de uma ética moderna, individualista. As instituições voltadas para a formação dos engenheiros, notadamente a Escola Militar, fundavam-se numa visão moderna de indivíduo e onde era valorizado o papel do engenheiro enquanto um servidor público, ou seja, um profissional voltado para a edificação dos modernos Estados-nações. A concepção de nação nesse caso era aquela apontada por Dumont, um misto de indivíduo-coletivo e de coletivo de indivíduos. Ora, essa visão moderna pressupunha a existência de indivíduos livres e autônomos, vinculados diretamente ao Estado. Como assinalou Hobsbawm, referindo-se ao período de 1870 a 1914, na história do Ocidente, a nação devia ser a nova religião cívica dos Estados, pois “oferecia um elemento de agregação que ligava todos os cidadãos ao Estado, um modo de trazer o Estado-nação diretamente a cada um dos cidadãos e um contrapeso aos que apelavam para outras lealdades acima da lealdade do Estado”.

Ao se considerarem vanguardas de uma nova ordem, os engenheiros militares atribuíam para si a tarefa de conduzir os povos espalhados pelo imenso território do país aos graus mais elevados da vida civilizada. Marcados pelas teorias de evolução social, e na condição de intelectuais, viam-se em grandes dilemas pela penetração de teorias racistas que consideravam a mistura racial imprópria para o progresso de uma nação. Como fazer de uma população híbrida e mestiça um conjunto de pessoas civilizadas e educadas?

Longas discussões eram travadas entre os intelectuais, mas eram os engenheiros militares que se deparavam com o povo em carne e osso, no esta-

do bruto de “selvageria” ou de “barbárie”, de acordo com as categorias da época. Ao participarem das comissões de saneamento, de construção de pontes, estradas, de instalação do telégrafo, o encontro era fatal. Não havia só matas e vegetação; havia índios, sertanejos, caboclos, antigos escravos. Um dos exemplos mais didáticos desse processo foram os sucessivos encontros de Rondon com os índios em suas viagens e as discussões que se seguiram. Alguns defendiam que os índios não tinham capacidade de atingir a civilização e que, portanto, deveriam ser exterminados. Outros defendiam que, sob métodos de persuasão e educação, eles poderiam vir a se tornar civilizados e, adiante, trabalhadores brasileiros. Venceu a segunda opção, e o governo apoiou várias missões religiosas para educar os povos indígenas que Rondon ia encontrando pelo caminho. Os engenheiros militares contribuía, assim, para “elevar” os “povos mais atrasados” e fazê-los caminhar no sentido do progresso para o qual, acreditava-se, caminharia toda a humanidade.

Além da participação em missões construtoras pelo Brasil afora, os engenheiros militares eram também chamados para defender a República quando havia ameaça de perigo. Assim, Euclides não permaneceu por muito tempo praticando na Estrada de Ferro Central do Brasil. Foram três meses apenas. Em dezembro de 1893, foi designado para servir na Diretoria de Obras Militares, dirigindo as obras de fortificações das trincheiras da Saúde, no Rio de Janeiro. O governo lutava contra revoltosos que, liderados pelo almirante Custódio José de Melo, se opunham ao governo de Floriano. A capital vivia seus dias de pânico sob o bombardeio dos navios rebelados na baía de Guanabara. Entre os rebelados havia monarquistas que, liderados pelo almirante Saldanha, aderiram ao movimento. Mas o estopim da Revolta da Armada foi a insatisfação de republicanos com a permanência nada legal de Floriano na presidência. Entre eles estava o sogro de Euclides, já agora general e deputado pelo Estado de Mato Grosso. As tropas rebeldes foram derrotadas em 1894. Nessa ocasião, Euclides passou a cola-

borar na *Gazeta de Notícias* com artigos pedindo o bom-senso do governo que ameaçava tomar medidas drásticas contra os prisioneiros. Os engenheiros militares, portanto, não eram cegos servidores do governo republicano. Antes, dedicavam-se à causa da República e da nação, utilizando frequentemente a tribuna para emitir suas opiniões quando percebiam abusos de poder dos governantes ou desvios de quaisquer naturezas com relação a seus ideais. O exercício de suas atividades profissionais não significava alheamento do sentido de suas tarefas. Pelo contrário.

Em fevereiro de 1894, Euclides passou a dirigir as obras de fortificações junto às Docas Nacionais. Em março, foi designado para a Diretoria de Obras Militares do Estado de Minas Gerais, na cidade de Campanha, onde residiu a partir de abril. De lá escreveu uma carta ao general Solon Ribeiro, seu sogro, tecendo considerações sobre os rumos tomados pela República.<sup>48</sup> O general Solon, descontente com o Governo de Floriano Peixoto, havia participado de rebelião contra o governo, tendo sido preso, apesar de ser amigo pessoal de Floriano e republicano histórico. Na carta, Euclides alertava o sogro quanto à decisão da cúpula do Exército de o transferir para o 7º Distrito Militar, em Mato Grosso. “Uma tal transferência, após a apreensão em ordem-do-dia do ajudante-general, patenteia-me de sobra que o velho republicano a quem tanto deve a República, persiste na posição difícilíssima de não ser compreendido pelos que governam este país.” Colocase também como companheiro de farda do general, evidenciando laços de identidade com o sogro que extrapolavam os laços familiares. Além disso, explicita seu pensamento com relação ao papel dos militares no contexto da República, que deveria ser subordinado aos interesses maiores da nação. Desse modo, mostrava-se confiante nas atitudes do general Solon, discordando da cúpula do Exército. “O General Fay dizia que a disciplina militar só é absoluta quando o soldado dá as costas para os seus concidadãos e a frente para o inimigo. Vós, meu venerando e heróico companheiro – fitais frente a frente os vossos concidadãos.” Euclides mencionava não concordar

com a posição política do general, pois considerava grave a situação do país e entendia que todos deveriam formar ao lado do governo atual, ou seja, não lhe fazer oposição. Entretanto, colocava o general Solon num plano superior: “Há uma coisa que para a nossa família e para a nossa Pátria vale mais que a vossa espada de general, é o vosso caráter de homem. (...) sondeis a vossa consciência de homem altivo e honesto; examinai o vosso passado de brilhante soldado da República, avaliai pelos dissabores que tendes tido toda a imensa brutalidade da injustiça humana; – se assim fizerdes estou certo que o velho republicano que em troca de todas as contrariedades tem dado todas as energias à República, achará que tem razão quem lhe escreve, alentado pela afeição mais sincera e mais alta consideração”.

A correspondência sinaliza alguns pontos importantes da identidade comum de dois militares. Euclides, típico representante da “pós-war generation” e da “mocidade militar”. O general Solon, típico representante da “war generation”, a geração de Deodoro e Floriano, geração que ascendeu no Exército devido às qualidades guerreiras demonstradas durante a Guerra do Paraguai. Euclides enunciava suas diferenças políticas com relação a seu sogro, mas também a identidade com o “colega de farda”. Como assinalou Castro, nesse período, “a profissionalização da carreira militar já podia levar a tomadas de posição baseadas acima de tudo na identificação comum com a profissão.”<sup>49</sup>

A concepção de Euclides sobre o papel do Exército refletia os conceitos da “mocidade militar”: preocupação com a construção da nação e, sobretudo, com os ideais científicos. É por esse motivo que ele podia relativizar o respeito à disciplina militar. Ao soldado caberia refletir sobre os rumos da nação. Euclides justificava o ato de desobediência militar do general Solon porque, nesse caso, um valor mais alto se havia levantado: a defesa dos concidadãos. Além disso, afirmava mais uma vez os valores que considerava verdadeiros: o caráter e a sinceridade.

Euclides permaneceu na pequena cidade de Campanha, no interior de Minas Gerais, durante todo o ano de 1894. Lá foi homenageado com a inauguração de uma praça a ele dedicada “em reconhecimento a serviços prestados” e assistiu à chegada da primeira locomotiva na estação local. Foi também em Campanha que tomou conhecimento de que um civil havia sido eleito para a presidência da República, Prudente de Moraes, representante do Partido Republicano Paulista e da burguesia cafeeira paulista.

De Campanha, Euclides partiu para São Paulo, permanecendo por algum tempo na fazenda do pai. De São Paulo, escreveu novamente ao sogro, manifestando dúvidas com relação a continuar na carreira militar: “o meu tempo de agregação está a expirar e preciso tomar uma deliberação qualquer”. Euclides sentia-se temeroso em “ficar adido ao quartel-general, com vencimentos reduzidos”. Mas não pretendia deixar a engenharia; trabalhava como engenheiro-ajudante de primeira classe da Superintendência de Obras Públicas de São Paulo. Manifestava também grande preocupação com os destinos da República, segundo ele ameaçada por uma onda de reações monárquicas.

Em carta a um amigo de Campanha, João Luiz Alves, dizia aspirar ser professor na Escola de Engenharia: “Creio mesmo que muito breve realizarei o meu grande sonho, a única aspiração constante que de há muito tenho: tirar, por concurso, uma cadeira na Escola de Engenharia daqui.” A afirmação da identidade de engenheiro era uma constante nas cartas que Euclides escrevia aos amigos e ao sogro nos anos de 1895, 1896, quando se sentia pressionado a tomar decisões com relação à carreira. Com “a aprovação do velho (do pai)”, confidenciava ao amigo dr. Brandão, “resolvi abraçar a minha profissão de engenheiro aqui em São Paulo – aonde estou com a família”.<sup>50</sup> Nessa ocasião, ele morava com a mulher e os dois filhos, ainda pequenos. O envolvimento com a engenharia foi ainda descrito num trecho revelador de carta a João Luís Alves: “A vida ativa de engenheiro, mas de engenheiro a braços com questões sérias (...) veio convencer-me que

tinha ainda muito a aprender e que não estava sequer no primeiro degrau de minha profissão. Por aí vê-se que a minha atividade intelectual agora converge toda para os livros práticos – deixando provisoriamente de lado os filósofos, o Comte, o Spencer, o Huxley, etc. – magníficos amigos por certo mas que afinal não nos ajudam, eficazmente, a atravessar esta vida cheia de tropeços e dominada quase que inteiramente pelo mais ferrenho empirismo. Infelizmente é uma verdade: as páginas ásperas dos *Aide-Mémoires* ou dos *Engineer's pocketbooks* são mais eloquentes, neste fim de século, do que a mais luminosa página do nosso mais admirado pensador”.<sup>31</sup> Em outra carta ao mesmo João Luís Alves, Euclides se declarava “já um quase engenheiro” por haver praticado bastante “graças às peregrinações pelo sertão e um trabalho intensivo de três meses”. Essas cartas evidenciam a seriedade de sua opção pela engenharia, embora alguns relatos biográficos tendam a menosprezar sua atividade de engenheiro, chamando a atenção apenas para seus momentos de crise profissional.

Em suma, a engenharia foi fundamental na vida de Euclides. Ao identificar-se com essa profissão, ele se identificou com o que havia de mais moderno na época e, fundamentalmente, com uma profissão em que era necessário um instrumental científico e um conhecimento técnico, o que muito prezava. Apesar de solicitar o afastamento do Exército, sendo reformado como capitão, Euclides, ao contrário do que alguns relatos biográficos assinalam, deixou-se marcar profundamente pelo espírito da “mocidade militar”, sobretudo da ala científica, da qual se tornou notável expoente. Até o final de seus dias manteve acesos os principais valores que adquiriu com esse grupo. Porque, tal como a dos demais membros, a identidade social de Euclides construiu-se basicamente pela oposição simbólica ao mundo dos capitais sociais herdados, da “aristocracia de berço”. Em sua trajetória profissional, afirmaria com frequência o valor dos capitais sociais adquiridos por mérito pessoal. A engenharia, nesse momento de sua trajetória, teve este significado. Euclides dedicava-se com afinco ao estudo

prático da tarefa de engenheiro, praticava a profissão embrenhando-se pelos sertões do país com a convicção de estar construindo, por mérito pessoal, seu próprio capital social. Para ele, era importante reconhecer-se enquanto engenheiro, enquanto construtor de obras vitais para a modernização das pequenas cidades por onde passava, contribuindo, desse modo, para a construção da nação republicana que ele tanto idealizara.

## NOTAS

<sup>1</sup> Rabello, op. cit., pág. 24.

<sup>2</sup> O pai de Euclides era autor da poesia "À Morte de Castro Alves", 1874, in Cunha, 1966: 636, carta de 22 de setembro de 1903.

<sup>3</sup> Venâncio Filho, in Cunha, 1966: 34.

<sup>4</sup> Castro, 1995:18.

<sup>5</sup> "Durante o período imediatamente posterior às guerras napoleônicas, a maioria dos países ocidentais criou academias militares e aboliu ou relaxou restrições ao ingresso no corpo de oficiais. Com isso, cada vez mais o espírito do oficialato – sua identidade social – deixou de estar referido a um espírito de classe aristocrático e passou a centrar-se na própria instituição. A hierarquia da instituição militar tendeu a desvincular-se da hierarquia social. Se, nos exércitos pré-modernos, o corpo de oficiais estava "ancorado" na sociedade em virtude de sua origem aristocrática, com a profissionalização, desenvolveu um ethos específico. Tornou-se, dessa forma, um grupo profissional dotado de relativa autonomia em relação ao restante da sociedade. A "aristocracia de berço" foi progressivamente substituída pela "aristocracia do mérito", aferido através da educação. Por volta de 1870, esse processo se encontrava razoavelmente consolidado na maioria dos exércitos ocidentais." (Castro, 1995:19)

<sup>6</sup> Ventura, 1991:129.

<sup>7</sup> Castro, op. cit., pág. 34.

<sup>8</sup> Castro descreve e analisa o currículo da Escola Militar na obra citada, pág. 49.

<sup>9</sup> Cunha citado por Castro, 1995:52.

<sup>10</sup> Celso Castro apoiado em Schulz mencionou três gerações de oficiais formados pela Escola Militar, tomando como marco a Guerra do Paraguai: *prewar generation*, *war generation* e *postwar generation*. O oficial da *prewar generation* ingressou no Exército na década de 1830. Durante sua carreira, participou de dois ou três importantes conflitos militares, entre as várias revoltas nas províncias durante a Regência (1831-1840), a campanha da Argentina

contra Rosas (1851-1852) e a Guerra do Paraguai. Em 1889, tinha cerca de 65 anos de idade e estava entre os que ocupavam os mais altos comandos do Exército. O oficial da *war generation* entrou no Exército na década de 1850. Sua única experiência de combate foi na Guerra do Paraguai, como oficial subalterno. Em 1889, tinha cerca de 50 anos de idade e era oficial superior (major, tenente-coronel ou coronel). O oficial da *postwar generation* entrou no Exército após o final da Guerra do Paraguai. Em 1889, tinha cerca de 30 anos e era tenente ou capitão. Euclides incluía-se nesta última geração, de onde saíram os elementos da chamada “mocidade militar”. A análise de Castro evidencia a mudança no perfil daqueles que ingressavam na Escola Militar, onde cada vez mais o critério de pertencimento a famílias de aristocracia era substituído pela importância atribuída ao talento e ao mérito. “Em 1850, os comandantes do Exército brasileiro eram aristocratas que haviam subido rapidamente graças a influências familiares. Por volta do fim do Império, cerca da metade dos generais brasileiros era oriunda de famílias dos estratos inferiores e havia chegado ao topo graças à sua competência profissional, seleção burocrática e amizades feitas durante os anos de serviço. O Exército passou gradualmente a tornar-se, dessa forma, uma carreira aberta ao talento.” Schulz citado por Castro, 1995:27.

<sup>11</sup> A hierarquia militar no final do Segundo Império incluía: praças (soldado, anspeçada, cabo, furriel, segundo-sargento, primeiro-sargento); oficiais inferiores ou subalternos (alferezes, segundo-tenente, primeiro-tenente; capitão); oficiais superiores (major, tenente-coronel, coronel); oficiais-generais (brigadeiro, marechal-de-campo, tenente-general, marechal-de-exército). Castro, 1995:27.

<sup>12</sup> Castro, 1995:27.

<sup>13</sup> Categoria utilizada por Castro.

<sup>14</sup> Castro, 1995:46.

<sup>15</sup> Segundo Castro, o título de “cadete” foi “introduzido em Portugal em 1757, quando ainda não havia uma academia militar, e era exclusivo de jovens nobres que estivessem recebendo educação militar nos corpos de tropa antes de ascenderem ao oficialato. O jovem nobre teria assim preservadas suas prerrogativas aristocráticas, recebendo honras de oficial. Trazido para o Brasil, esse sistema foi modificado, admitindo-se o título de “cadete” para pessoas de condição social não-nobre – como oficiais superiores do Exército e da Guarda Nacional –, e ampliando-se dessa forma a base de recrutamento de oficiais”. Op. cit., pág. 26.

<sup>16</sup> Tobias Barreto e Silvio Romero passaram para a posteridade como famosos bacharéis de oposição. Ventura relata em passagem memorável a polêmica causada por Romero durante sua defesa de tese na Faculdade de Direito, em 12 de março de 1875. Na ocasião, “o combativo bacharel entrou em conflito com a congregação da poderosa Faculdade de Direito do Recife. O exame se transformou em uma verdadeira polêmica entre Romero e a banca. O candidato interrompeu, por diversas vezes, a arguição do Dr. Tavares Belfort,

com as palavras: 'Ouça-me, Sr. Doutor, não vá adiante. Quero que cada argumento seu seja imediatamente destruído...' Com Coelho Rodrigues, outro membro da banca, criou uma discussão, em que procurava invalidar a argumentação do examinador, afirmando que o conhecimento da causa pelo efeito exigiria a utilização do obsoleto método metafísico. Ante a réplica do arguidor de que a lógica não excluía a metafísica, treplicou o candidato:

- A metafísica não existe mais, Sr. Doutor, se não sabia, saiba.

- Não sabia. Retruca este.

- Pois vá estudar e aprender para saber que a metafísica está morta.

- Foi o senhor que a matou? Pergunta-lhe então o senhor Dr. Coelho Rodrigues.

- Foi o progresso, foi a civilização. Responde-lhe o bacharel Sílvio Romero, que, ato contínuo, se ergue, toma dos livros, que estavam sobre a mesa, e diz: -Não estou para atuar esta corja de ignorantes, que não sabe nada." Ventura, 1991:127.

<sup>17</sup> Castro entende espírito de corpo "num sentido inspirado em Bourdieu (1969), como a integração e a solidariedade oriundas do 'encantamento afetivo' que nasce de poder admirar a si mesmo em seus pares e do sentimento de solidariedade que repousa sobre a comunidade de esquemas de percepção, de apreciação, de pensamento e de ação." In Castro, 1995:38.

<sup>18</sup> Castro, 1995:108.

<sup>19</sup> Castro, 1995:37.

<sup>20</sup> Rabello, 1983:27.

<sup>21</sup> Castro, 1995:148.

<sup>22</sup> Schwarcz, 1993:32.

<sup>23</sup> As informações sobre o jornal *Província de São Paulo* foram retiradas do *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*, CPDOC, verbete *O Estado de São Paulo*, pág. 1189,1190.

<sup>24</sup> Cunha, 1966, I, 549.

<sup>25</sup> Idem.

<sup>26</sup> Idem, pág. 558.

<sup>27</sup> Idem, pág. 557.

<sup>28</sup> Idem, pág. 563.

<sup>29</sup> Idem, pág. 551.

<sup>30</sup> Idem, pág. 552.

<sup>31</sup> Idem, pág. 559.

<sup>32</sup> Idem, pág. 550-551.

<sup>33</sup> Castro, 1995:39.

<sup>34</sup> Carvalho, 1988.

<sup>35</sup> De acordo com Castro, 1995:154n.33: "a guarda negra teria surgido em 1888, por iniciativa de José do Patrocínio. Seus membros seriam ex-escravos agradecidos à Princesa

Isabel pela abolição; sua missão, perturbar as conferências republicanas e coagir os adeptos da República. Segundo artigos de Rui Barbosa publicados no *Diário de Notícias* de 7 e 19/5/1889, a guarda teria entre 1.500 e 1.600 homens, recrutados entre marginais e empregados domésticos, e com cobertura velada da Polícia”.

<sup>36</sup> Rabello, 1983:43.

<sup>37</sup> Castro, 1995:150.

<sup>38</sup> Castro, 1995:144-145.

<sup>39</sup> Carvalho, 1988.

<sup>40</sup> André Rebouças (1838-1898) é um exemplo desses engenheiros formados no bojo do Império. Negro, baiano, considerado um dos principais expoentes da construção ferroviária no Brasil, Rebouças era amigo pessoal do Imperador. Essa amizade levou-o a exilar-se em Portugal, com a proclamação da República, em solidariedade à família imperial.

<sup>41</sup> Sob o signo do progresso e da modernização, os países desenvolvidos vinham realizando, desde meados do século 19, as chamadas exposições universais. O Brasil participou assiduamente desses certames. Essa participação era precedida por exposições nas províncias, seguidas por mostras nacionais, em que um levantamento sistemático das forças produtivas e dos bens produzidos em cada país era efetuado. Foot Hardman assinala que “até o fim da monarquia, o Brasil participou das exposições de 1862 (Londres), 1867 (Paris), 1873 (Viena), 1876 (Filadélfia) e 1889 (Paris), entre outras. (ver Foot Hardman, 1988:68)

<sup>42</sup> Ministro da Viação e Obras Públicas do Governo Afonso Pena em 1909, quando Euclides faleceu, Miguel Calmon esteve entre os que carregaram as alças do caixão do escritor. Sobre a trajetória específica desse político, ver Abreu, 1996.

<sup>43</sup> Nesse sentido, ver Abreu, 1990.

<sup>44</sup> Rabello, 1966:50-51.

<sup>45</sup> Carta de Euclides da Cunha a Lúcio de Mendonça, 1904, citada por Rabello, 1966:51.

<sup>46</sup> Em trabalho anterior procurei mostrar uma das faces da reconversão das elites no caso exemplar de Miguel Calmon. A análise de uma coleção biográfica possibilitou perceber as novas alianças que as antigas elites fiéis ao imperador fizeram para se manter nos postos de mando. (ver Abreu, 1996)

<sup>47</sup> Inspirado por Mauss, Dumont relativiza a noção moderna de pessoa. O argumento básico dessa relativização é o duplo sentido da categoria indivíduo, que atravessa nossos discursos e que serve justamente para a legitimação ideológica do segundo. O primeiro sentido é o do sujeito empírico, membro e condição fundamental de qualquer sociedade e cultura. O segundo é o do indivíduo como valor moral, cultural, central e básico para a configuração ideológica moderna. A civilização ocidental moderna enquanto totalidade encontra no individualismo um dos pilares de sustentação. O individualismo para Dumont

não é definido como um traço isolado, mas como uma configuração constituída sociologicamente do ponto de vista dos valores globais. Na base da cultura ocidental moderna está a noção de indivíduo, como ser moral e racionalmente autônomo, tendo como atributos a igualdade e a liberdade. Dessa concepção de indivíduo deriva uma concepção de sociedade como *societas*, isto é, como associação no sentido de contrato social de seres autônomos. Nas sociedades tradicionais, por oposição à sociedade ocidental moderna, o indivíduo concebe-se e é concebido de maneira radicalmente diversa: ele é parte de um todo, figura a totalidade do clã, para usar a expressão de Mauss. Dumont compara a civilização ocidental moderna com outra totalidade social, a sociedade indiana, em que há predominância do todo com relação às partes. Nesse caso, os indivíduos concebem-se como seres humanos socialmente determinados, existindo apenas em função de e dentro do sistema geral de mundo. O cosmo apresenta-se como um todo solidário e hierarquizado, onde cada um desempenha seu papel. A sociedade indiana está, pois, fundada em princípio onipresente – a hierarquia. Sobre esse tema ver Dumont, 1985; Duarte, 1986; Mauss, 1974.

<sup>48</sup> Cunha, 1966-I:601-602.

<sup>49</sup> Castro, 1995:101.

<sup>50</sup> Cunha, 1966,II:605.

<sup>51</sup> Cunha, 1966, II:606.

# UM CIENTISTA



## N O F R O N T

*A NOSSA VENDÉIA*

Em carta a João Luiz Alves, datada de 23 de julho de 1897<sup>1</sup>, Euclides participava sua decisão de conjugar a engenharia e o jornalismo: “Continuo abraçando a minha engenharia e nas horas vagas escrevo no *Estado*, que não quer aceitar minha colaboração gratuitamente.” O *doublé* de engenheiro e jornalista confessava uma “tristeza imensa” diante dos destinos da República e uma “amarga ironia” com “os *maitre-chanteurs* que nos governam”. Movido por senso de responsabilidade para com os destinos do país, decide-se a emitir suas opiniões por meio da imprensa. O tema central dos dois primeiros artigos era um movimento surgido no Arraial de Canudos nos sertões da Bahia, mais um, segundo as notícias, entre os muitos que pregavam a restauração monárquica. Republicano ardoroso, sinceramente preocupado com a possível retomada do poder político pelos monarquistas, Euclides intitulava os referidos artigos de *A Nossa Vendéia*, comparando o movimento dos sertanejos do Arraial de Canudos com o movimento dos camponeses da região da Vendéia, na França, ocorrido após a Revolução Francesa de 1789. O movimento da Vendéia arregimentou camponeses fiéis à monarquia e contrários à revolução e à república. Os republicanos franceses travaram intenso combate, pois acreditavam que os camponeses vendeanos ameaçavam os destinos revolucionários. Euclides, partindo do mesmo princípio, combatia pela imprensa o movimento de Canudos fazendo propaganda da República, que considerava uma forma mais elevada de governo, de acordo com os ideais da “evolução da humanidade”. O primeiro

artigo saiu publicado a 14 de março de 1897, o segundo, quatro meses depois, num sábado, dia 17 de julho de 1897. Ambos foram estampados na primeira página do jornal *O Estado de São Paulo*, o que revela a dimensão alcançada pelo movimento de Canudos.

Grande parte da responsabilidade pelo que estava ocorrendo nos sertões baianos pesava sobre o líder do movimento, Antônio Conselheiro. Antônio Vicente Mendes Maciel nasceu em Quixeramobim, no Ceará, em 1830. De uma família de comerciantes, frequentou a escola, chegando a ter alguma instrução. Cedo perdeu o pai, sendo obrigado a assumir a loja da família e a sustentar, com seus rendimentos, suas três irmãs. Infeliz no casamento devido à infidelidade da mulher, Antônio terminou envolvendo-se num processo judicial por tentativa de homicídio de um suposto amante de sua mulher. Após esse episódio, desiludido, deixou o Ceará, vagando por algum tempo pelos sertões de Pernambuco. Iniciou uma vida de eremita, rezando e pregando ensinamentos bíblicos. Além disso, como possuía alguma instrução, fato raro entre sertanejos de poucos recursos, passou a oferecer seus préstimos para defender necessitados com pendência de terra ou de família. Assim, logo tornou-se pregador, guia e conselheiro. Sua fama espalhou-se entre as camadas mais pobres, e muitos o seguiram pelos sertões. De início, o Conselheiro era um peregrino viajando pelos sertões: Jeremoabo, Cumbe (hoje, cidade Euclides da Cunha), Monte Santo, Tucano, Massacará, Natuba. Pouco a pouco, foi ganhando a confiança da população, que passou a chamá-lo de “Bom Jesus”. Relata Sylvio Rabello que “a grande seca de 1877 favoreceu o seu domínio sobre os sertanejos castigados pelo sol que lhes tinha consumido tudo. Nesse tempo, a única esperança dos sertões era mesmo o Bom Jesus. Não se sabia como ele, mais cedo ou mais tarde, poderia arrancar aquela gente de tanta desdita. (...) Os retirantes dos lugares mais assolados vinham juntar-se à multidão que nessa época seguia o santo. E a turba, agora triplicada, vagueava pelos caminhos, carregando cruzeiros, santos e estandartes”.<sup>2</sup>

Padres das pequenas localidades começaram a fazer oposição à ação de Antônio Conselheiro, considerando-o um agitador. A situação se agravou com a proclamação da República. O beato começou a pregar contra as leis do novo regime, segundo ele ofensivas às leis de Deus, que, considerava, deviam ter supremacia sobre os poderes civis. Sua crença no direito divino dos reis fazia com que defendesse a monarquia, mas sua indisposição contra a República nada tinha de sistemática.

Na verdade, Antônio Conselheiro não tinha ligação alguma com os monarquistas que ensaiavam a volta do regime deposto. Contudo, obsedado por verdades religiosas, ele começou a ameaçar os poderes constituídos por conseguir reunir número crescente de seguidores e fazer pregações contra o governo. O estopim do movimento foi o ato de rebeldia de seus seguidores, que, em 1893, na cidade de Bom Conselho, na Bahia, arrancaram e queimaram editais do governo da República autorizando os municípios a cobrar impostos da população. A repercussão em Salvador colocou em campo a força policial a fim de punir o grupo. Na localidade de Masseté deu-se o primeiro confronto. De maneira inesperada, os seguidores do Bom Jesus bateram a tropa oficial e, como conheciam bem as terras dos sertões, continuaram caminhando, procurando refúgio em lugar inacessível para defender-se de possíveis novos ataques, chegando em Canudos, onde resolveram fixar-se.

Canudos era um arruado quase deserto, ao sopé de um cerro, onde outrora se erguera a casa-grande de uma antiga fazenda de gado, às margens do rio Vaza-Barris. O lugar parecia bem defendido, tornando-se a meca do Bom Jesus, cujos adeptos logo construíram suas palhoças. Durante três anos, o Arraial de Canudos conheceu relativa tranquilidade, apesar das grandes dificuldades de habitar o sertão inóspito, castigado por duras secas e sol escaldante. Os homens cuidavam de modesta criação e poucos roçados, e as mulheres, das tarefas domésticas. A população do Arraial chegou a atingir 8.000 sertanejos que formavam verdadeira congregação religiosa, preparan-

do-se para um futuro de justiça e prosperidade, posterior ao Juízo Final, quando voltaria a reinar Dom Sebastião, rei português, mitificado depois de morto pelos mouros, em 1580, cuja volta era profetizada em épocas de calamidade. Uma comunidade que, tendo abolido a propriedade privada e se recusando a pagar impostos, representava afronta e perigo para os poderes constituídos e, principalmente, para os fazendeiros da região.<sup>3</sup>

Na maior parte das descrições, Antônio Conselheiro é comparado a um anacoreta.<sup>4</sup> Em relatório da época, do frei João Evangelista do Monte Marciano ao governador do Bispado da Bahia, ele assim foi descrito: “os cabelos crescidos, sem nenhum trato, a caírem pelos ombros; as hirsutas barbas grisalhas, mais para brancas; os olhos fundos, raras vezes levantados para fitar alguém; o rosto comprido e de uma palidez quase cadavérica; o porte grave e o ar penitente”.<sup>5</sup> Esse relatório indica a extrema preocupação que o Arraial causava às autoridades da Igreja. Sua população, entretanto, aferrava-se à crença de salvação e ao carisma de seu líder. Só ali, aos pés do Bom Jesus, orando, jejuando, fazendo penitência seria possível a salvação. O resto do mundo estava contaminado pelo universo profano que a República simbolizava. Aqueles que tivessem fé e trabalhassem com afinco um dia seriam abençoados. A profecia do Conselheiro dizia que ainda veriam “correr um rio de leite pela terra e cuscuz de milho pelos barrancos”.

A principal obra a que se dedicava a população de Canudos era a construção de uma igreja com altas torres e que fosse tão espaçosa como nenhuma dos sertões. Pedra e trabalhadores não faltavam. Precisavam contudo conseguir madeira e cal. Assim, encomendaram madeira em Juazeiro. Como a encomenda não chegou no tempo previsto, devotos do Bom Jesus partiram em direção à cidade a fim de buscá-la. Boatos de que um assalto da gente de Canudos estava por vir desencadearam novo conflito.

Na verdade, fazendeiros vizinhos, ameaçados com o crescimento do grupo, solicitavam ao governo da Bahia a intervenção de tropas policiais. A situação econômica da região não era boa, sendo a principal atividade a

pecuária (gado bovino e cabras). A agricultura, quase nula, era o produto de uma terra estéril agravada por condições climáticas desfavoráveis. Alguns autores relatam que os vaqueiros foram abandonando as grandes fazendas para acompanhar o profeta. Seguiram-se acusações por parte dos fazendeiros de que a comunidade do Conselheiro roubava cabeças de gado para sua alimentação.<sup>6</sup>

Em outubro de 1896, um juiz de direito de Juazeiro telegrafou ao governador da Bahia, solicitando providências para garantir a povoação que, segundo os boatos, seria assaltada pelos jagunços de Antônio Conselheiro. Em novembro daquele ano, o governador Luiz Viana comunicou-se com o comandante do 3º Distrito Militar que, por ironia do destino, era o sogro de Euclides, o general Solon. Ficava acertado que seria enviada força de 100 praças sob o comando do tenente Manuel da Silva Pires Ferreira e um médico para “defender” a população supostamente ameaçada. O sogro de Euclides tornava-se responsável pelo envio da primeira expedição a Canudos: uma companhia do 9º Batalhão de Infantaria que, segundo o *Diário da Bahia*, “ia com a missão de expulsar de Canudos os bandidos que ocuparam a fazenda e capturar seu chefe, o sebastianista Antônio Conselheiro”<sup>7</sup>. A tropa seguiu para Juazeiro. Os fiéis do Bom Jesus, entretanto, descobriram o plano e atacaram de surpresa os soldados quando acampavam em Uauá. Tinha início a Guerra de Canudos com a morte de 150 homens do Conselheiro, enquanto o Exército ficava com o saldo de 10 homens mortos, 16 feridos e um médico completamente louco.

A seguir, em dezembro, o governo da Bahia e o distrito militar na Bahia conseguiram formar uma segunda expedição para vingar as mortes de Uauá: eram 543 praças, 14 oficiais e três médicos. A tropa partiu para Monte Santo no final do mês de dezembro, lá chegando no dia 29. Em janeiro de 1897, os homens marcharam pelos sertões em direção a Canudos. No dia 18 teve início o primeiro combate, na travessia do Cambaio; outros três no Cambaio, às portas de Canudos, e em Bendengó, foram travados antes que

o comandante, major Febrônio de Brito, ordenasse a retirada. Como das outras vezes, o número de *jagunços* mortos e feridos era bem superior às perdas do Exército: quase 500 para 10 soldados mortos e quase 100 feridos! Mesmo assim, o Exército não conseguia vencê-los, sendo obrigado a bater em retirada dada a quantidade cada vez maior de conselheiristas dispostos à luta. A guerra alcançava sua fase mais dramática, tornando-se questão nacional e envolvendo diretamente o próprio presidente da República e o ministro da Guerra. Do Rio de Janeiro, embarcava para Canudos a terceira expedição, sob o comando do coronel Moreira César, desta vez com um contingente de 1.300 homens. Machado de Assis em sua crônica semanal na *Gazeta de Notícias* fazia longa preleção sobre o drama das mulheres dos soldados que iam despedir-se de seus companheiros no Porto do Rio de Janeiro. “Queriam acompanhá-los até à Bahia, até o sertão, até os Canudos, onde o major Febrônio não entrou (...) Dizem que choravam muitas (...)”<sup>8</sup> Machado revelava como o recrutamento dos soldados havia sido feito em outros estados, principalmente no sul do país, em Santa Catarina. Os soldados vinham com suas mulheres para o Rio de Janeiro, de onde deviam partir para os sertões da Bahia: “Delas não poucas os vieram acompanhando de Santa Catarina e nada conheciam da cidade, mas bradavam com a mesma alma que buscariam meios de chegar até onde chegasse a expedição. Talvez tudo isso vos pareça reles e chato. (...) Os soldados do 7º batalhão não são Enéias; vão à cata de um iluminado e seus fanáticos, empresa menos para a glória que para trabalhos duros”.<sup>9</sup>

Na semana seguinte, em 14 de fevereiro de 1897, Machado ainda se referia à Guerra de Canudos, dizendo-se espantado com a celebridade que Antônio Conselheiro havia alcançado no Rio de Janeiro. Relatava que o retrato de Antônio Conselheiro estampado nas folhas da cidade vinha provocando a curiosidade da população. Dizia-se ainda surpreso com a queda na cotação das ações brasileiras em Nova Iorque e Londres, devido aos ecos no exterior de notícias da Guerra de Canudos. “Esta é a celebri-

dade. Outra prova é o eco de Nova Iorque e de Londres onde o nome de Antônio Conselheiro fez baixar os nossos fundos.” Machado considerava uma inversão de valores que um “fanático”, “um homenzinho que passeia pelo sertão” conseguisse toda aquela celebridade, desbancando habitantes da cidade, “trabalhadores sem fanatismos”. “O efeito é triste, mas vê se tu, leitor sem fanatismo, vê se és capaz de fazer baixar o menor dos nossos títulos. Habitante da cidade, podes ser conhecido de toda a rua do Ouvidor e seus arrabaldes, cansar os chapéus, as mãos, as bocas dos outros em saudações e elogios; com tudo isso, com o teu nome nas folhas ou nas esquinas de uma rua, não chegarás ao poder daquele homenzinho, que passeia pelo sertão (...) Um dia, anos depois de extinta a seita e a gente de Canudos, Coelho Neto, contador de cousas do sertão, talvez nos dê algum quadro daquela vida, fazendo-se cronista imaginoso e magnífico deste episódio que não tem nada de fim-de-século.”<sup>10</sup>

Se até o próprio Machado, escritor pacato e avesso à política, voltado apenas para a literatura e sua vida modesta de funcionário público, indignava-se com a súbita celebridade alcançada pelo Conselheiro e já dava por certo de que em breve seriam extintas “a seita e a gente de Canudos”, o que não dizer do presidente da República que a essa altura assistia incrédulo o bater em retirada das tropas da República? Além de desafiar a República recém-fundada, o grupo liderado pelo Conselheiro ameaçava moralmente o governo exibindo em alto e bom som a fragilidade do Exército, algo que as autoridades constituídas não podiam suportar. Por esse motivo, Prudente de Moraes decidiu enviar para o *front* os melhores homens do Exército. Escolheu para o comando geral das tropas um combatente até então infalível: o coronel Moreira César. Florianista e republicano da ala mais radical, Moreira César tinha sido o responsável pela repressão a alguns movimentos de oposição ao regime durante o governo de Floriano Peixoto. Sua adesão incondicional ao governo do Marechal de Ferro tinha levado na ocasião a que não hesitasse em combater os focos de oposição, mesmo

quando incluíssem antigos companheiros de farda. Contava-se que, durante os combates, Moreira César havia esmagado e “passado pelas armas” todos os que ia vencendo, e entre eles encontravam-se veteranos do Paraguai de largas folhas e serviços à nação, titulares do velho regime da maior respeitabilidade, altas patentes do Exército e da Marinha. Para ele a vitória militar significava que só os vencedores deveriam guardar a memória dos feitos.<sup>11</sup>

Herói dos tempos de Floriano, Moreira César recebeu a missão de estrangular Canudos. A 3 de fevereiro de 1897, a tropa de elite do Exército sob sua chefia partiu do Rio de Janeiro. No dia 20 de fevereiro, a expedição alcançou Monte Santo, e, a 2 de março, deu-se o assalto ao Arraial de Canudos. Entretanto, para surpresa geral, nesse mesmo dia, os defensores de Canudos desbarataram a tropa, ferindo mortalmente o coronel Moreira César; dos cerca de 1.300 homens, 137 morreram; os demais, sem comando, bateram em retirada, feridos em seus brios.

No calor da hora, Euclides da Cunha escreveu seu primeiro artigo sobre o assunto sob o título *A Nossa Vendéia*. A leitura dessas páginas é reveladora. Euclides narrava os acontecimentos com o conhecimento de causa de um militar científico e republicano. O artigo procurava explicar as razões do insucesso da expedição militar. Em nenhum momento, era questionado o fato de o Exército lutar contra a comunidade do Conselheiro, tomado como ponto pacífico e, de forma implícita, necessário. Era esperado que a República saísse triunfante dessa prova, como de muitas outras, para se instalar definitivamente. Euclides via os camponeses como massa de manobra dos monarquistas. Por isso, estabelecia a comparação com o movimento da Vendéia. “Como na Vendéia, o fanatismo religioso que domina as suas almas ingênuas e simples é habilmente aproveitado pelos propagandistas do Império. (...) O *chouan* fervorosamente crente ou o *tabaréu* fanático, precipitando-se impávido à boca dos canhões que tomam a pulso, patenteiam o mesmo heroísmo mórbido difundido numa agitação desordenada e impulsiva de hipnotizados.”

Apoiando-se em Alexander Von Humboldt, ele procurava inserir a geografia e a geologia da região em que se desenrolava a guerra no contexto de um macrossistema de forças naturais em permanente interação. O homem era visto como parte da natureza. Os sertanejos, também chamados de *tabaréus*, eram os “bárbaros” habitantes de uma terra ainda desconhecida. Era preciso compreender a relação profunda desses homens com o solo para que o Exército soubesse por onde agir. “Identificados à própria aspereza do solo em que nasceram, educados numa rude escola de dificuldades e perigos, esses nossos patrícios do sertão, de tipo etnologicamente indefinido ainda, refletem naturalmente toda a inconstância e toda a rudeza do meio em que se agitam.” O militar científico Euclides esquadrihava o terreno do inimigo, analisava suas características. Era implacável, não perdoava os sertanejos. Comparando-os aos *chouans* da Vendéia, ele os considerava perigosos adversários da República: “A Revolução Francesa que se aparelhara para lutar com a Europa quase sentiu-se impotente para combater os adversários impalpáveis da Vendéia – heróis intangíveis que se escoando céleres através das charnecas prendiam as forças republicanas em inextricável rede de ciladas...”<sup>12</sup>

No dia 5 de abril de 1897, numa ordem-do-dia do general Artur Oscar, organizava-se a quarta expedição, composta por seis brigadas divididas em duas colunas que partiam de pontos diferentes para atingir o Arraial. Dessa vez, o governo federal estava empenhado em acabar de vez com Canudos. A 16 de junho, seguia a coluna Savaget, de Jeremoabo, com 2.350 homens. Três dias depois, partiam de Monte Santo mais duas brigadas chefiadas pelo general Artur Oscar. A 25 do mesmo mês chegava a Cocorobó a coluna Savaget, tendo lugar o primeiro combate, em que o general Savaget foi ferido e ocorreram 178 baixas. No dia seguinte, num segundo combate, davam-se mais 148 baixas e, no outro, chegavam ao Alto da Favela soldados comandados pelo general Artur Oscar, enquanto a coluna Savaget atingia Canudos. A 28, após intensos combates, o Exército sofria nova baixa, de 524

soldados. No dia 1º de julho, os adeptos do Conselheiro atacavam o acampamento. A guerra prosseguia, cada vez mais cruenta.

No dia 18 de julho, Euclides publicava o segundo artigo da série *Nossa Vendéia*, em que procurava refletir sobre as dificuldades encontradas pelo Exército brasileiro para pôr fim ao conflito de Canudos. Além desse artigo, o jornal estampava na primeira página outra notícia sobre a guerra. “Para a Bahia”, anunciava o título em negrito. “O embarque do 24º batalhão de infantaria (sob o comando do coronel Raphael Tobias) que se realizou ontem, às 5 horas da tarde, deixou bem claro quanto compreende o público a gravidade da situação, que só poderá ser gloriosamente resolvida pelo denodo do nosso Exército, quando se trata de levantar bem alto o prestígio da República. Da mistura com o povo, que o aclamava sem cessar, marchou garbosamente, de cabeça erguida, sopitando no fundo do coração mágoas e saudades, o nosso brioso 24º batalhão de infantaria. Foram levá-lo ao ponto de partida amigos, companheiros, oficiais de exército, de polícia e do corpo de bombeiros. Damos adiante os pormenores da partida desse corpo de valentes que vão afrontar a jagunçada audaciosa e fanatizada de Antônio Conselheiro.” O jornal informava a seguir como se deu o ritual de embarque da tropa do Exército que iria combater os revoltosos de Canudos. Descrevia a comoção das mulheres dos soldados, quando duas delas aos soluços teriam se jogado à água, tendo sido salvas por outros soldados. Relatava a solenidade do evento quando todos cantaram o hino nacional e hastearam a bandeira diante do navio prestes a partir. Enumerava as autoridades presentes, entre elas, o Ministro da Guerra, o ajudante-general do Exército, o quartel-mestre general, o diretor do Arsenal de Guerra, o ministro da Fazenda, senadores, diversos oficiais, incluindo representante do Clube Militar, comandante da cavalaria da brigada policial e oficiais de todos os corpos da guarnição. Por fim, descrevia a chegada do presidente da República que foi recebido “ao som do hino nacional pelas autoridades que ali se achavam”. Relatava ainda o jornal que o presidente se dedicara a

inspecionar pessoalmente algumas dependências do navio para informar-se das acomodações dos soldados.

Em síntese, *O Estado de São Paulo* fazia coro com o que a maior parte dos jornais do país estava noticiando: a Guerra de Canudos havia chegado a um ponto considerado intolerável pelas autoridades. Agora era questão de honra para o próprio presidente da República debelar o foco de insubordinação.

O segundo artigo de Euclides era ainda mais incisivo do que o primeiro. Nele, o jornalista falava com a autoridade de um militar “científico”, analisando ponto por ponto as estratégias e táticas do Exército. Desse ponto de vista, apontava razões para o fracasso das expedições, bem como soluções alternativas para o sucesso das tropas republicanas, que considerava inevitável numa abordagem histórica e evolutiva. O Exército brasileiro no seu entender estaria passando pelos mesmos reveses que outros exércitos já haviam experimentado em nações civilizadas, isto é, combatendo tribos bárbaras a fim de instalar um regime político mais evoluído. “Esquecemos de exemplos modernos eloquentíssimos. A Inglaterra enfrentando os zulus e os afhans, a França em Madagascar e a Itália recentemente, às arrancadas com os abissínios, patenteiam-nos entretanto reveses notáveis de exércitos regulares aguerridos, bravos e subordinados a uma disciplina incoercível, ante os guerrilheiros inexperitos e atrevidos (...) A profunda estratégia européia naquelas paragens desconhecidas é abalada por uma tática rudimentar pior do que a tática russa do deserto.”

Euclides definia o que considerava um exército: “um organismo superior com órgão e funções perfeitamente especializadas”. No seu entender, o grande erro das expedições estaria em não analisar corretamente o terreno do inimigo, terminando por utilizar o que ele chamava de “tática de fuga”, isto é, dispersando e batendo em retirada por erros básicos, cometidos desde o início. A leitura do artigo à luz dos conhecimentos que hoje temos de sua formação enquanto integrante dos corpos científicos do Exército revela um Euclides, anterior a *Os Sertões*, preocupado em aplicar os conhecimentos

apreendidos na caserna. Primeiro, a descrição da terra, prenunciando o mesmo modelo que o consagrará mais tarde em *Os Sertões*. Continuando na linha de raciocínio do artigo anterior da mesma série, Euclides fazia uma análise da situação topográfica e um estudo da geografia e da geologia da região. Advogando a necessidade da observação com instrumental científico adequado, apontava os caminhos para vencer o grupo inimigo, ou seja, criticava os métodos equivocados do Exército e contrapunha métodos mais modernos, calcados na observação científica da natureza. Somente de posse dessa observação seria possível estabelecer o procedimento correto para vencer os sertanejos. “Ora, quem observa, esclarecido embora por escassas informações, a disposição topográfica desse trecho dos sertões da Bahia, para o qual se dirige agora toda a atenção do nosso país, reconhece, de pronto, que ele se presta de modo notável à guerra de recursos com todo o seu cortejo de reveses.” À “tática de fuga” ele opunha a “guerra de recursos”.

Euclides falava em linguagem militar. Para quem ele estava falando? A quem ele estava se opondo?

Havia, naquela ocasião, uma oposição entre os corpos científicos do Exército, que seguiam a carreira da artilharia ou da engenharia, e os corpos da infantaria e da cavalaria, que não se modernizavam. Celso Castro demonstrou o fosso que se criou entre eles, chegando a ponto de os oficiais da infantaria e da cavalaria serem chamados pelos outros de “tarimbeiros”, termo utilizado em sentido depreciativo, estabelecendo clara distinção entre “os oficiais de perfil mais *troupier*, geralmente das armas de infantaria e cavalaria” e os “científicos, geralmente das armas de estado-maior, artilharia e engenharia”. Euclides realizou até o fim os estudos da Escola Militar, o que o autorizava a comentar a Guerra de Canudos não apenas como jornalista, mas com o conhecimento de causa de um militar da artilharia e da engenharia, isto é das armas “científicas”. Diante do militar “científico” estava o Exército tarimbeiro das armas de infantaria e cavalaria.<sup>13</sup>

A análise do artigo de Euclides sobre a Guerra de Canudos, se empreendida lado a lado com uma reflexão sobre o currículo da Escola Militar, permite descortinar o papel que os militares atribuíam a si próprios naquele estágio de implantação de uma nação moderna no Brasil. Pelo currículo é possível perceber como estes pretendiam – como de fato assumiram – a tarefa de implementação de redes de comunicação como o telégrafo ou de redes de iluminação ou ainda a execução dos mais diferentes projetos de arquitetura e engenharia como construção de pontes e redes de saneamento. A unidade, a defesa do território e a implementação do projeto de nação republicana eram também preocupações dos militares. Os “bárbaros jagunços” como aqueles que o Conselheiro havia arregimentado eram vistos principalmente pela vanguarda científica dos militares como ameaça ou, na melhor das hipóteses, como seres que deveriam ser incorporados pela educação a esse projeto.

Por outro lado, a importância dos dois artigos intitulados *A Nossa Vendéia* relaciona-se ao fato de ter sido neles que Euclides se referiu, pela primeira vez, ao tema que iria notabilizá-lo posteriormente: *o sertão e os sertanejos*. De que modo, sob que ângulo o então engenheiro e colaborador de *O Estado de São Paulo* se referiu a estes *outros* distantes que desafiavam o Exército “tarimbeiro” da República?

Ao reafirmar a necessidade de conhecimentos científicos apurados para uma ação correta capaz de trazer a vitória para a República, Euclides colocava o *jagunço* no lugar do inimigo, um inimigo “traíçoeiro e ousado”. Estabelecia também associação entre o *jagunço* e a natureza, colocando-o em estágio apenas um pouco mais elevado do que o de selvageria. Em suma, os seguidores de Antônio Conselheiro eram “bárbaros”. “Vestido de couro curtido, das alpercatas sólidas ao desgracioso chapéu de abas largas e afeiçoado aos arriscados lances da vida pastoril, o jagunço, traíçoeiro e ousado, rompe-os, atravessa-os, entretanto, em todos os sentidos, facilmente, zombando dos espinhos que não lhe rasgam sequer a vestimenta rústica,

vingando célere como um acróbata as mais altas árvores, destramando, destro, o emaranhado dos cipoais. Não há como persegui-lo no seio de uma natureza que o criou à sua imagem – bárbaro, impetuoso e abrupto. (...) O jagunço é uma tradução justilinear quase do iluminado da Idade Média. O mesmo despreendimento pela vida e a mesma indiferença pela morte dão-lhe o mesmo heroísmo mórbido e inconsciente de hipnotizado e impulsivo.”<sup>14</sup>

Vencer os canudenses era dobrar uma natureza hostil às forças da civilização. Assim, jagunço e sertão correspondiam a uma natureza desfavorecedora para o Exército republicano e que, inversamente, socorria o inimigo: “as próprias armas inferiores que usam, na maioria, constituem um recurso extraordinário: não lhes falta nunca a munição para os bacamartes grosseiros ou para as rudes espingardas de pederneiras. A natureza que lhes alevantou trincheiras na movimentação irregular do solo (...) fornece-lhes ainda a carga para as armas: as cavernas numerosas que se abrem nas camadas calcárias dão-lhes o salitre para a composição da pólvora e os leitões dos córregos, lastrados de grãos de quartzo duríssimos e rolados, são depósitos inexauríveis de balas”.

Permanecendo no plano de um militar que refletia sobre táticas e estratégias, um militar “científico” e republicano que acreditava na necessidade de implantar um projeto republicano para a nação brasileira, Euclides colocava os jagunços como inferiores numa escala evolutiva, “bárbaros” que precisavam ser domados.

A categoria “jagunço” é fundamental não apenas no discurso de Euclides da Cunha. Era amplamente utilizada pelos intelectuais do período, em geral com conotação negativa, diferente da categoria “sertanejo”, que possuía maior neutralidade. O “sertanejo” era um tipo do sertão; o “jagunço”, um sertanejo degenerado. Na ocasião em que se desenrolava a Guerra de Canudos, o escritor maranhense Artur Azevedo que fazia muito sucesso no Rio de Janeiro com teatro de variedades escreveu uma peça focalizando o tema da guerra, onde criou uma música centrada na figura do “jagunço”.

Nesta, fazia uma ligação entre os “jagunços” do Conselheiro e os pregadores da restauração, mostrando como de fato se acreditava na ligação entre os conselheiristas e os monarquistas. Azevedo atribuía diferentes sentidos à categoria, associando a ela tudo o que havia de mau no país:

“O jagunço não é tão somente/ O matuto fanático e mau,/ Que nos invios sertões mata a gente/ Escondido por trás de um bom pau./ É jagunço o palúrdio parola,/ Que o progresso não quer da nação,/ E, sem ter convicções na cachola,/ Prega idéias de restauração./ É jagunço, a pedir ferro e fogo,/ O bolsista caipora e incapaz,/ Que, perdendo o que tinha no jogo,/ Pescador de águas turvas se faz./ E também a jagunço promovo/ Quem, querendo fortuna fazer, especula com o sangue do povo,/ Pondo o câmbio a descer, a descer./ O malandro que come do Estado/ Que só sabe dizer “Venha a nós”,/ E não está da República ao lado,/ É jagunço, e jagunço feroz./ O estrangeiro feliz que se arranja/ E, arranjado, um coice nos dá,/ É jagunço, jagunço da Estranja,/ Que é pior do que os jagunços de cá./ Dos jagunços o grupo é tão forte,/ Que há jagunços aos cento e aos mil;/ Há jagunços no Sul e no Norte,/ Há jagunços em todo o Brasil...”<sup>15</sup>

A percepção do *jagunço* como o mal que era preciso extirpar fornecia o esteio ideológico para a sustentação de uma imagem positiva do Exército. Apesar de constatar alguns erros táticos e estratégicos na atuação do Exército, Euclides da Cunha terminou a série dos dois artigos referentes à Guerra de Canudos elogiando a marcha dos militares como “uma página vibrante de abnegação e heroísmo”. Aproveitava a ocasião para confirmar a confiança que depositava no efetivo que estava de partida naquele mesmo dia no Rio de Janeiro e que iria, por certo, iniciar as medidas urgentes necessárias, “corrigindo uma situação anormalíssima”. Elogiava os soldados da República e anunciava que “as tropas da República (seguiam) lentamente, mas com segurança, para a vitória”.

Os artigos de Euclides tinham sido escritos em meio ao estado de perplexidade geral com as sucessivas derrotas do Exército brasileiro diante de uma população pobre e sem grandes recursos bélicos. Euclides buscava justamente explicar as razões das sucessivas vitórias dos “jagunços”. Sua hipótese era de que os adeptos do Conselheiro tomavam partido do conhecimento empírico que tinham da natureza que os circundava, utilizando armas que, se por um lado, eram antiquadas, por outro lado, permitiam o aproveitamento da imensa quantidade de recursos naturais de que dispunham.

No dia seguinte à publicação do segundo, as forças republicanas tomaram de assalto o Arraial de Canudos. Mas as baixas foram enormes: 947 ao todo. Os conselheiristas não se rendiam. No dia 31, o Exército recebeu novo reforço: um contingente de 1042 praças e 68 oficiais, que ficou conhecido como a brigada *Girard*.

Foi nesse exato momento que o diretor do jornal *O Estado de São Paulo*, Júlio Mesquita, tomou a decisão de enviar Euclides como repórter para acompanhar de perto a Guerra de Canudos e compreender o que de fato estava acontecendo nos sertões da Bahia. O hábito, hoje tão comum, de enviar correspondentes não estava ainda difundido na imprensa. As dificuldades de comunicação, que eram feitas por algumas linhas telegráficas e pelo correio, impediam qualquer aspiração nesse sentido, e as notícias circulavam sempre tardiamente. Era pioneira a atitude do jornal *O Estado de São Paulo*, criando a figura do correspondente de guerra.

A viagem foi longa. Nomeado adido ao Estado Maior do Ministério da Guerra, o engenheiro militar e tenente reformado seguia de navio para a Bahia, como membro da comitiva do ministro da Guerra. Demorou-se algum tempo em Salvador, seguindo depois para o interior.

A guerra encontrava-se em sua última fase, com a chegada à Bahia, a 15 de agosto, de mais duas brigadas, formando uma divisão sob o comando do general Carlos Eugênio. No dia 24 de agosto, Euclides encontrava-se ainda em Salvador quando recebeu a notícia de que as igrejas de Canudos havi-

am sido bombardeadas, e o sino, derrubado. Era o prenúncio do fim. A 7 de setembro, o correspondente de guerra chegava a Monte Santo, partindo para Canudos no dia 13 do mesmo mês. No dia 15, em novo combate eram tomados aos jagunços duas trincheiras e 13 cargueiros. Euclides pisou Canudos no dia 16. Seis dias depois, a 22 de setembro de 1897, morria Antônio Conselheiro. No dia 24, completava-se o cerco de Canudos até o Cambaio. Em três dias, os seguidores do Conselheiro lutaram bravamente até o assalto final a 1º de outubro. No dia 2, entregaram-se mais de 300 prisioneiros (mulheres, velhos e crianças). No dia 5 morreram os derradeiros defensores do Arraial, e, no dia seguinte, foi exumado o cadáver do Conselheiro.

#### VER PARA CRER

A Guerra de Canudos foi o acontecimento jornalístico de maior importância do ano de 1897, no Brasil.<sup>16</sup> Os mais destacados jornais do país comentavam o fenômeno. Euclides não foi, portanto, o único a escrever sobre a guerra num importante jornal. Havia nessa época grande diversidade de jornais, quase todos movidos por forte conteúdo ideológico. Muitos eram porta-vozes de partidos políticos. Os artigos eram muito mais opinativos do que informativos. Rabello destaca por exemplo o papel da imprensa enquanto canal de disputa entre republicanos e monarquistas. Especialmente, durante o Governo de Prudente de Moraes, o partido da monarquia havia-se reorganizado com a volta dos exilados de maior evidência. Os ânimos se exaltavam com a intolerância da chamada velha guarda florianista, que considerava inaceitável a mínima ameaça de restauração monárquica.<sup>17</sup>

Sob a tutela da Constituição que assegurava a liberdade de pensamento, os jornais se digladiavam. “Ali estava sob as vistas patriarcais de Prudente de Moraes, o coronel Gentil de Castro, à frente da *Gazeta da Tarde* e da *Liberdade*, em plena Rua do Ouvidor, fazendo uma campanha aberta em

favor da restauração (da monarquia). Escoravam-no Ouro Preto, João Alfredo, Andrade Figueira, Lafaiete – velhas sombras imperiais. E não era só no Rio de Janeiro que a propaganda monarquista preparava o advento dos Braganças. Também em São Paulo, Eduardo Prado e Afonso Arinos faziam coro com os restauradores da capital, através das colunas da sua imprensa. Lamentava-se que não estivesse ali a espada de Floriano para decepar as mãos dos escribas alugados ao monarquismo ainda temível.”<sup>18</sup> Do outro lado, estavam as folhas republicanas. Rabello destaca a *República*, “jornal do mais escaldante fervor florianista”. Havia ainda a *Gazeta de Notícias*, onde escrevia Machado de Assis, e *O País*, sustentando a idéia de que os monarquistas ajudavam o Conselheiro com armas e munições. Esses jornais publicavam charges fazendo analogias freqüentes entre a guerra de Canudos e o movimento de restauração monárquica. Rabello cita o jornal *República* que durante o mês de fevereiro publicou sátiras de grande repercussão fazendo analogia entre Antônio Conselheiro e o Visconde de Ouro Preto, que encarnava a reação monárquica do momento.<sup>19</sup>

Com relação ao conjunto dos jornais do período, *O Estado de São Paulo* estava entre aqueles que procuravam assumir uma postura mais avançada. Abrir espaço para polêmicas científicas, manter certo distanciamento com relação às disputas partidárias e enviar um “correspondente de guerra” para ver de perto o conflito que mais repercutia no país eram medidas que representavam um avanço para os padrões jornalísticos da época. Havia no gesto de enviar um repórter para o *front* a busca da informação que fosse o mais fidedigna possível. Era o germe de uma imprensa moderna que inovava ao passar a registrar os fatos no calor da hora centrando-se no testemunho, na “objetividade dos fatos” e na “verdade da informação colhida ao vivo”.

É importante ressaltar também sua condição de porta-voz dos interesses do grupo mais moderno do país na ocasião: os grandes proprietários rurais paulistas, que apoiaram a candidatura de Prudente de Moraes, um paulista de Itu, bacharel em direito, adepto do Partido Republicano durante a

monarquia (desde 1876) e governador de São Paulo logo após a proclamação da República. Eleito senador pela Constituinte de 1890, Prudente de Moraes encabeçou a oposição a Deodoro da Fonseca, permanecendo nela até ser eleito presidente, em 1894. Sua eleição marcou o fim da era militar no governo e o início da hegemonia dos grandes proprietários rurais. O Governo de Prudente de Moraes abriu caminho para o pacto entre partidos republicanos estaduais, notadamente entre paulistas e mineiros que, a partir de então, passaram a dominar o país, originando a chamada república do café (São Paulo) com leite (Minas Gerais), que vigorou até a Revolução de 30.<sup>20</sup>

Euclides da Cunha ocupava então espaço importante num jornal conceituado, moderno e, mais do que isso, vinculado aos interesses dos setores de ponta da oligarquia paulista. Na verdade, sua trajetória sinaliza aprofundamento cada vez maior dos laços com os paulistas não apenas por meio de sua colaboração com *O Estado de São Paulo*, mas também por sua atividade contínua de engenheiro em pequenas cidades do interior do estado.<sup>21</sup>

Embora ocupasse posição de destaque no jornalismo brasileiro, *O Estado de São Paulo* não foi o único jornal a se modernizar. A guerra de Canudos parece ter coincidido com esse momento de mudança nos padrões jornalísticos, anunciando o que se tornaria mais tarde uma verdadeira febre na imprensa: os chamados “correspondentes”. José Calzans observa que enquanto Euclides ia para Canudos representando um jornal paulista, Manuel Benício, pernambucano que viveu grande parte de sua vida em Niterói, e Fávila Nunes, gaúcho, partiam também para o *front*, representando jornais do Rio de Janeiro. O primeiro era do *Jornal do Commercio*, o segundo, da *Gazeta de Notícias*. Ambos republicanos históricos de posição jacobina. De Salvador partia Lelis Piedade, baiano, representando o *Jornal de Notícias*.<sup>22</sup>

Os jornais monarquistas parecem não se ter preocupado tanto com o envio de correspondentes para os sertões de Canudos. Paradoxalmente, foi um monarquista que no calor da hora teceu as mais lúcidas análises sobre

o movimento dos canudenses. Articulista e diretor de *O Comércio de São Paulo*, o jovem Afonso Arinos passou a escrever já no final da guerra, em outubro de 1897, tendo, no dia 5, caído os últimos defensores do Arraial. Como assinalou Walnice Galvão, “Afonso Arinos se mostra bem mais lúcido que o Euclides da Cunha anterior a *Os Sertões*; e, embora à distância, soube ver através do espesso lençol de fumaça que encobria os acontecimentos. A Euclides foi necessário estar de corpo presente na última fase da campanha, sofrer em seus sentidos o impacto da carnificina despropositada, para só então reformular suas idéias e escrever o verdadeiro libelo que constitui seu livro. O jovem ativista republicano da Escola Militar, que aos 17 anos atirara seu sabre em presença do Ministro da Guerra, como contribuição pessoal para a agitação que preparava a mudança do regime, teve que aprender duramente para concluir afinal que a Bahia não é a Vendéia”.<sup>23</sup>

Walnice Galvão observa ainda que Afonso Arinos logo desmentiu qualquer conspiração restauradora por parte dos sertanejos. Quatro dias após a queda do Arraial, o escritor mineiro escrevia: “A luta da Bahia indica um estado d’alma que em parte alguma da superfície da terra, em época alguma da história, poderia ser produzida pela ação de um ou mais homens inteligentes, com fito político. Ela veio registrar a manifestação de um fenômeno, cuja elaboração deveria ter sido lenta e funda. Admitir-se que a simples ação de um indivíduo possa produzir o fanatismo de um povo, é ser cego, é não conhecer coisa alguma da História ou de Sociologia.”<sup>24</sup>

## O CORRESPONDENTE DE GUERRA

“Depois de quatro longos dias de verdadeira tortura, subo, pela última vez, à tolda do vapor na entrada belíssima e arrebatadora da Bahia. Não descreverei os incidentes da viagem, vistos todos através de inconcebível mal-estar, desde o momento emocionante da partida (...) de São Paulo e do Rio, até o seu termo final, nas águas desta histórica paragem.

Escrevo rapidamente, direi mesmo, vertiginosamente, acotovelado a todo o instante por passageiros que irradiam em todas as direções sobre o tombadilho (...)

E, realmente, o quadro é surpreendedor.

Afeito ao aspecto imponente do litoral do sul, onde as serras altíssimas e denteadas de gnaise recortam vivamente o espaço investindo de um modo soberano as alturas, é singular que o observador encontre aqui a mesma majestade e a mesma perspectiva sob aspectos mais brandos, as serras arredondando-se em linhas que recordam as voltas suavíssimas das volutas e afogando-se, perdendo-se no espaço, sem transições bruscas numa difusão longínqua de cores em que o verde-glauco das matas se esvai lentamente no azul puríssimo dos céus..."

No dia 7 de agosto de 1897, Euclides da Cunha iniciou seu "diário de uma expedição", a bordo do navio *Espírito Santo*, que o conduziria a Salvador, rumo aos sertões da Bahia. O trecho inicial que aqui reproduzimos dá a dimensão narrativa do conjunto. O militar divide as páginas com o poeta e o cientista. Em meio a referências sobre a guerra, como a organização das trincheiras e o avanço dos destemidos jagunços, o correspondente de guerra traça longas descrições sobre a fauna, a flora, a disposição topográfica e a constituição geológica dos terrenos.

A experiência da viagem arrebatava-o em todos os seus sentidos. O "inconcebível mal-estar" dos primeiros quatro dias funciona como ato purgatório de iniciação. A viagem é um ritual de saída de um mundo – o sul, São Paulo e Rio de Janeiro, com suas "serras altíssimas e denteadas de gnaise" – para outro, de serras arredondadas, um mundo vastíssimo, "afogando-se, perdendo-se no espaço, sem transições bruscas numa difusão longínqua", um mundo que deságua na seca, no deserto, na guerra, nos sertões.

O rito de iniciação é também um rito de passagem. O engenheiro militar tornado viajante vai adentrar outro universo, desconhecido. Sua busca é a do conhecimento. Escreve vertiginosamente, procurando registrar tudo

o que vê, fiel à realidade dos fatos. Não se trata de romancear, ficcionar, mas, sim, de utilizar os instrumentos científicos a seu alcance para bem expressar cada pormenor. A viagem vai aos poucos humanizando o articulista de “A Nossa Vendéia”, obsedado pela adesão ideológica à causa da República. Singrando os mares, o *Espírito Santo* vai deixando para trás as idealizações do republicano exaltado. Adentrando o sertão, o militar vai ao encontro da guerra em sua crueza e também em sua humanidade. Mas é sobretudo o cientista que galga a cena e se impõe com vigor.

O que ele vê diante de si é o desconhecido e um outro, “bárbaro”, quase descarnado, quase desossado; mas, ainda assim, um outro em carne e osso. Seu “diário de uma expedição” nos traz à lembrança o diário de campo de Malinowski: a mesma forma narrativa, o mesmo rigor descritivo, a mesma preocupação científica. Paralelamente, a narrativa da viagem do Rio de Janeiro para Canudos no final daquele tenebroso ano de 1897 em tudo se distancia do relato da vida nas pacatas ilhas Trobriand. Não há festa, não há paz, e o mar vai ficando cada vez mais distante. Avançam a guerra, a seca e a terra avermelhada e ferruginosa dos sertões.

Partindo do sul e do litoral em direção ao norte e ao interior, o viajante estranha a mudança da paisagem. Adentrando o sertão, o correspondente de *O Estado de São Paulo* refaz a trilha dos bandeirantes paulistas, únicos que em épocas anteriores penetraram aqueles sertões, iniciando pequenas povoações no caminho das bandeiras. Além de militar, poeta e cientista, Euclides da Cunha percebe-se também herdeiro dos bandeirantes paulistas, repetindo ritualmente a viagem mítica da descoberta do interior áspero e bravo.

O diário compreende o período de 7 de agosto a 3 de outubro de 1897. O maior período corresponde a praticamente todo o mês de agosto, quando Euclides permaneceu em Salvador aguardando condições para adentrar o sertão. Apenas no dia 31 de agosto, ele relata o início, numa “possante locomotiva”, da viagem para os sertões. Os primeiros 15 dias de setembro são intensos. Euclides passa por Queimadas, Tanguinhos, Cansação,

Quirinquiná, Monte Santo até finalmente chegar em Canudos no dia 15. A partir daí, num acampamento militar, Euclides da Cunha assiste ao desfecho da guerra.

Longas descrições da natureza da Bahia convivem com relatos sobre os horrores da guerra. Salvador transformara-se numa praça de guerra, e Euclides comove-se com o vai-e-vem de soldados que chegavam “mutilados e combalidos da luta”, enquanto outros, “entusiastas e fortes”, partiam para a campanha. “Sobre a lendária cidade, (passava) uma aura guerreira impetuosa e arrebatadora...”

Em toda a primeira parte do diário, os adeptos do Conselheiro permanecem como uma miragem do mal; Euclides demora a ter algum contato com eles. Suas primeiras conversas são com os oficiais do Exército. Aos poucos, vai colhendo informações junto aos oficiais que, por algum motivo, estivessem de passagem por Salvador. “Diversos soldados que inquiri afirmam, surpreendidos, que o *jagunço* degolado não verte uma xícara de sangue.” Os conselheiristas são designados ora por *jagunços*, ora por *fanáticos*, ora por *tais seres*. No início do diário eles tomam mesmo a feição de animais (símios, cobras): “Acredita-se quase numa inversão completa das leis fisiológicas para a compreensão de tais seres, nos quais a força física é substituída por uma agilidade de símios, deslizando pelas caatingas como cobras, resvalando céleres, descendo pelas quebradas, como espetros, arrastando uma espingarda que pesa tanto como eles – magros, secos, fantásticos, com as peles bronzeadas coladas sobre os ossos – ásperas como peles de múmias...”

Euclides mostra-se surpreso com a agilidade e a eficiência desses seres “animalescos”. “(Os oficiais) afirmam o que eu já previra: quatro ou seis *jagunços* faziam estacar perturbado um batalhão inteiro. Ao atravessarem a estrada ladeada de caatingas, em cujo seio fervilham espinhos de mandacarus e xiquexiques, assaltadas por tiros certos e rápidos, e sem poderem sequer saber qual a direção do ataque, porque a pólvora sem fumaça

não o revela, as tropas sentem-se invadidas de um desânimo singular e atiram ao acaso, em inevitável disciplina de fogo.”

Na crueza da guerra, o exaltado republicano emociona-se. No dia 12 de agosto, ainda em Salvador, narra o quadro desolador do desembarque de um grupo de 80 feridos que chega de Canudos. “É como uma procissão dan-tesca de duendes; contemplo-a através de uma vertigem, quase. (...) Alguns trazem à cabeça um paupérrimo troféu – o chapéu de couro dos jagunços.” Essa descrição de feridos contrasta com outra, de três dias depois: a chegada de batalhões vindos de vários pontos do país para reforçar o Exército. Euclides recobra o ânimo, eloqüente. “Há dias era o batalhão paulista que aqui saltava, definindo uma ressurreição histórica – a aparição triunfal dos *bandeirantes*, renovando as investidas ousadas no sertão; depois os batalhões do Sul, netos e filhos de *farrapos* (...); agora, do extremo norte, da Amazônia, (...) são os filhos do Pará que aqui chegam.” O Exército nacional integrado pelo “paulista empreendedor e altivo”, pelo “rio-grandense impetuoso e bravo” e pelo “filho do Norte robusto e resistente” contrasta com os adeptos de Antônio Conselheiro, “espécie bizarra de grande homem pelo avesso” cujo grande valor consiste em “sintetizar admiravelmente todos os elementos negativos, todos os agentes de redução do nosso povo”. Enquanto o Exército representa uma força da “organização superior da nossa nacionalidade, em virtude da energia civilizadora acrescida”, o bando do Conselheiro expressa “velhos vícios orgânicos e hereditários tolerados pela política expectante do Império”. Canudos é “notável exemplo de retroatividade atávica”, que é preciso extirpar para entronizar as forças do progresso. Justifica a guerra por se tratar de “um largo movimento nacional tonificante e forte” que congrega “os elementos sãos da nossa terra”. O que se está destruindo com a guerra “não é o arraial sinistro de Canudos: – é a nossa apatia enervante, a nossa indiferença mórbida pelo futuro, a nossa religiosidade indefinível difundida em superstições estranhas, a nossa compreensão estreita da pátria, mal esboçada na inconsistência de uma população espalhada em país vasto e mal

conhecido; são os restos de uma sociedade velha de retardatários, tendo como capital a cidade de taipa dos jagunços...”.

Nesse primeiro momento, a visão de Euclides sobre o outro – o sertanejo, habitante do interior – é de inaceitável etnocentrismo em nossos dias. Aos poucos, entretanto, principalmente ao entrar em contato com os prisioneiros, mulheres, crianças e homens simples, Euclides vai substituindo o etnocentrismo por maior universalismo. Fundava na razão a preferência que sentia pelos valores da civilização e pelo ideal do progresso em detrimento dos valores da sociedade tradicional, para ele, sinônimo de atraso. Vai, entretanto, sendo cada vez mais cauteloso com suas opiniões e seu juízo sobre a população sertaneja. Nas últimas páginas do diário, dá-se uma reviravolta: “Sejamos justos – há alguma coisa de grande e solene nessa coragem estoíca e incoercível, no heroísmo soberano e forte dos nossos rudes patrícios transviados, e cada vez mais acredito que a mais bela vitória, a conquista real consistirá no incorporá-los, amanhã, em breve, definitivamente, à nossa existência política”.<sup>25</sup>

No entender do correspondente de guerra, a ação do homem sobre a natureza era uma das grandes forças motrizes da História. Explicava o movimento de Canudos como o resultado da ação de um “doente grave”, Antônio Conselheiro, incidindo sobre seres primitivos, simples, mais próximos da natureza em escala evolutiva, “rudes patrícios”. Antes mesmo de Nina Rodrigues haver publicado seu artigo na *Revista Brasileira* (o artigo saiu publicado em novembro, Euclides escreveu em agosto) sobre a “doença” do Conselheiro, Euclides já tomava como pressuposto que o Conselheiro era um degenerado, um doente, capaz de pérfida influência sobre os mais ignorantes.<sup>26</sup>

Na primeira parte do diário, Euclides trabalha com oposições duras. Essas vão sendo nuançadas pouco a pouco à medida que ele adentra os sertões. Em dado momento, formula uma oposição entre dois brasis: um, movido pelas forças do progresso e da civilização – o Brasil dos engenheiros, dos

militares e dos republicanos – outro, movido pelas forças conservadoras, fadado ao atraso – o Brasil da religiosidade tradicional e dos monarquistas. Preocupado com essa oposição, chega a considerar a penosa luta do Exército um mal necessário, contribuindo para unir o sul e o norte, a fim de tornar “com certeza mais harmônicos os variados fatores da nossa nacionalidade”. A guerra era vista como parte de um “rude trabalho de adaptação a condições mais elevadas de existência”. A despeito de todas as misérias e provações, a médio e longo prazos, ela se justificava sobretudo pelo didatismo: “recebemos uma lição proveitosa e inolvidável”.

Euclides acreditava que a guerra contra o Arraial de Canudos significava uma redescoberta dos sertões. Seguindo a trilha dos bandeirantes, ela tinha o sabor da conquista e incorporação do interior ao projeto da nação republicana. Como resultado positivo do assalto a Canudos, assinalava que os governos teriam que reconhecer de uma vez por todas “os inconvenientes graves que resultam, de um lado dessa insciência deplorável em que vivemos acerca das regiões do interior, de todo desconhecidas muitas, e, de outro, o abatimento intelectual em que jazem os que a habitam. Sobretudo este último é um inimigo permanente. Quando voltarem vitoriosas as forças que ora convergem aqui – completemos a vitória. Que, pelas estradas, ora abertas à passagem dos batalhões gloriosos, que por essas estradas amanhã silenciosas e desertas siga, depois da luta, modestamente, um herói anônimo sem triunfos ruidosos, mas que será, no caso vertente, o verdadeiro vencedor: o mestre-escola”.

Para o Euclides recém-chegado, que ainda não tinha de fato entrado em contato com os adeptos do Conselheiro, o trabalho para tornar paulistas, nortistas, fluminenses e sertanejos antes de tudo brasileiros, ou seja, a missão de colocar a identidade nacional acima das outras e a lealdade ao Estado acima das lealdades à Igreja, à paróquia, ao líder local só poderia ser conseguida pela força. Na ante-sala dos sertões do norte, ele estava convicto de que o Exército abriria caminho para os mestres-escolas. Como

partes de um mesmo movimento, militares e educadores contribuiriam para integrar os sertões à nação e, em última análise, ao “patrimônio da humanidade triunfante”.<sup>27</sup>

Mas, à medida que a viagem avança, o correspondente de guerra mostra-se cada vez mais paradoxal, cheio de dúvidas e incertezas. E é nesse aspecto que ele se mostrará grande, queimando a si mesmo, abrindo espaço para interrogações e novas descobertas. “É possível que das notas rápidas de um diário ressumbrem exageros; é possível mesmo que eu os releia mais tarde com surpresa.”

Algumas indagações voltam sempre. Intriga saber, em meados de agosto, “por que razão os jagunços desmoralizados, em número reduzido, tendo ainda franca a fuga para o sertão (...) no seio de uma natureza que é a sua melhor arma de guerra – esperam que lhes fechem a única estrada para a salvação, aguardam que se complete o sítio do qual resultarão a rendição e todas as suas funestas conseqüências?”.

No dia 19 ele encontra pela primeira vez um “jagunço em carne e osso”. É um menino, “chama-se Agostinho, quatorze anos, cor exatíssima de bronze; fragilimo e ágil; olhos pardos, sem brilho; cabeça chata e fronte deprimida; lábios finos, incolores, entreabertos num leve sorriso perene, deixando perceber os dentes pequeninos e alvos”. Foi trazido de Canudos para Salvador pelo coronel Carlos Teles. Euclides faz do menino seu principal informante, fazendo-lhe uma batelada de perguntas. Suas “revelações” têm para o correspondente de guerra “um valor inestimável”, “não mentem, não sofismam e não iludem, naquela idade, as almas ingênuas, dos rudes filhos do sertão”.

O pequeno informante inicia-o no conhecimento da vida em Canudos e dos jagunços. Aqui, pela primeira vez, o Arraial deixa de ser um fantasma para ganhar realidade e, mais do que isso, humanidade. São descritos personagens que mais tarde serão incluídos em *Os Sertões*: João Abade, Pajeú, Vila Nova, Pedrão, Macambira, Joaquim Macambira, Manuel Quadrado, José Félix – o Taramela – e, por fim, Antônio Conselheiro.

A partir do relato do menino, Euclides obtém informações sobre os hábitos do Arraial, como a condenação da cachaça. Surpreende-se com novos dados sobre o Conselheiro: “ao invés da sordidez imaginada dá o exemplo de notável asseio nas vestes e no corpo. Ao invés de um rosto esquelético agravado no aspecto repugnante por uma cabeleira mal tratada onde fervilham vermes – emolduram-lhe a face magra e macerada longa barba branca, longos cabelos caídos sobre os ombros, corredios e cuidados”.

Aguardando a condução que o levaria para Canudos, Euclides procura dedicar-se à pesquisa. Após ter recolhido informações com os oficiais, após ter feito do menino Agostinho seu “informante”<sup>28</sup>, o correspondente de guerra vai ao encontro da “poeira dos arquivos”. “A poeira dos arquivos de que muita gente fala sem nunca a ter visto ou sentido, surgindo tenuíssima de páginas que se esfarelam ainda quando delicadamente folheadas, esta poeira clássica – adjetivemos com firmeza – que cai sobre tenazes investigadores ao investirem contra as longas veredas do passado, levanto-a diariamente. E não tem sido improficuo o esforço.” Euclides encontra duas brochuras com relatórios locais, datados de 1894, que focalizaram os primeiros conflitos do grupo do Conselheiro com cidades vizinhas nos sertões baianos. A primeira é a reprodução de um jornal de São Félix de Paraguaçu, nº 38, de 20/5/1894. O jornal referia-se ao conflito e atribuía aos adeptos de Antônio Conselheiro “fazerem parte do Exército garantidor das instituições imperiais”. O segundo documento é de 1882. Trata-se de relatório do tenente-coronel Durval Vieira de Aguiar, incumbido pelo governo provincial da inspeção de todos os destacamentos policiais da Bahia. Euclides observa que “o digno funcionário atravessou de extremo a extremo as paragens perigosas do sertão, revelando-se observador perspicaz e inteligentíssimo”. Em seu relatório “condensam-se dados estatísticos valiosos sobre as povoações visitadas e interessantes notas acerca da existência primitiva das mais afastadas povoações – emolduradas por um estilo fluente e claro”. Num dos trechos do livro intitulado *Descrições Práticas da*

*Província da Bahia*, o Conselheiro é descrito como um fanático que realizava officios como batizados e casamentos sem cobrar por isso, o que fazia com que o povo afluísse em massa.

Se Euclides oscila com relação aos adeptos do Conselheiro ora considerando-os “jagunços fanatizados”, ora considerando-os “rudes filhos do sertão” carentes de educação, no caso de Antônio Conselheiro não há oscilação. O místico é sempre visto negativamente.

### A CAMINHO DOS SERTÕES

“A viagem correu rápida num trem ruidoso e festivo, velozmente arrebatado por uma locomotiva possante, e ao traçar estas notas rápidas no Diário não tenho sobre o dólma uma partícula de pó.”

Após a longa espera de quase um mês, em que o correspondente de guerra se preparou recolhendo informações sobre Canudos, Antônio Conselheiro e a região dos sertões, finalmente, no dia 31 de agosto ele partiu, adentrando o interior da Bahia. Nessa viagem, Euclides não perdeu um minuto sequer. Nada lhe passou despercebido. Demonstrava grande disposição para o conhecimento científico e enorme curiosidade. As anotações sucediam-se, desordenadas, procurando registrar os aspectos da região nos mais diversos planos: botânica, geologia, geografia, sociologia, aspectos locais da língua portuguesa, detalhes arquitetônicos, costumes.

Bastante excitado, o viajante descobria o sertão. Ou, melhor, tinha início a invenção euclidiana dos sertões. O olhar enciclopédico, detalhista, descritivo e, sobretudo, fortemente embasado nas ciências naturais aparecia pela primeira vez. A eloquência desse primeiro olhar constituiria a matéria bruta para o futuro livro. Nos registros dessa viagem, de cidade em cidade, até desembarcar em Canudos, estava o embrião da visão que se consagraria mais tarde.

A geografia, a geologia, a botânica determinavam e se confundiam com as populações locais. Os sertanejos e as plantas são descritos como espéci-

mens para um viajante ansioso por tudo classificar: “Pelo que consegui perceber, a partir de Camaçari, os terrenos antigos do litoral desaparecem prestes sobre grandes camadas terciárias de grés – um solo clássico de deserto – em que os tabuleiros amplos se desdobram a perder de vista, mal revestidos às vezes, de uma vegetação torturada. Em muitos pontos, porém, ilhados como oásis, uma povoação ridente ou um engenho movimentado (...) A flora é variada e muda continuamente de aspecto (...) Uma sucessão ininterrupta de quadros interessantes e novos destrói a monotonia da viagem.”

Ao chegar na pequena cidade de Alagoinhas, Euclides constata a interferência que a guerra vem provocando em toda a região. Pela primeira vez, refere-se aos sertanejos enquanto uma população, procurando descrever a vida na região. “(...) o tabaréu anda esquivo e foragido; a grande praça principal da cidade em cujo centro se alevanta o barracão de feira de há muito não tem, aos sábados, a animação antiga. Cada trem que vai pra Queimadas repleto de soldados, cada trem que de lá volta repleto de feridos é um espantinho assombroso para as populações sertanejas. (...) Tanto quanto nós, a população laboriosa almeja o termo da campanha.”

Segue viagem, atravessando a região das caatingas: “um quadro absolutamente novo; uma flora inteiramente estranha e impressionadora, capaz de assombrar ao mais experimentado botânico. (...) A cada passo uma cactácea, de que há numerosas espécies, além dos *mandacarus* de aspecto imponente, dos *xiquexiques* menores e dos espinhos envenenados que produzem a paralisia, dos *quipás* reptantes e traiçoeiros, das *palmatórias* espalmadas, de flores rubras e acúleos finíssimos e penetrantes. Expressiva e feliz a denominação da cabeça-de-frade dada a uma espécie anã (...) É uma flora agressiva. (...) Agressiva para os que a desconhecem – ela é providencial para o sertanejo”. Nessa passagem, Euclides percebe que não encontra nenhuma informação nova sobre Canudos, mas, em compensação, descobre o sertão e o sertanejo “em plena exuberância de vida”.

As anotações feitas no dia 1º de setembro, em Queimadas, demonstram grande euforia. Euclides estava, enfim, diante do sertão e do sertanejo. Nesse dia, ele abandona completamente o tema da guerra para se dedicar à minuciosa classificação das espécies encontradas na natureza áspera da caatinga. Não é exagero dizer que exatamente nesse dia o cientista se sobrepôs ao militar, e Euclides iniciou um trabalho de pesquisa, sobre uma região pouco explorada, com base no instrumental das ciências naturais, que nenhum outro narrador da Guerra de Canudos se aventurou a fazer. Esse trabalho – base para o livro – seria um dos fatores que o distinguiria.

Euclides da Cunha mostrava-se absolutamente deslumbrado diante do desconhecido mundo do sertão, exatamente por ter introjetado difuso conhecimento de teorias evolucionistas e darwinistas das ciências naturais. Era esse conhecimento que lhe permitia ver o que outros não viam, descobrir um universo invisível por trás das aparências do mundo físico: “um quadro absolutamente novo; uma flora inteiramente estranha e impressionadora, capaz de assombrar ao mais experimentado botânico”. Esse olhar que logo construía, a partir da observação da natureza, um objeto de pesquisa e investigação, estava diretamente associado a um conhecimento teórico, metabolizado por Euclides de ideários científicos em voga, produzidos na Europa e por naturalistas dos museus etnográficos brasileiros. Vez por outra, ele cita os autores que leu ou de que ouviu falar, como o naturalista alemão Alexander Von Humboldt: “Não se pode avaliar, de longe, o que é uma viagem nestas regiões estéreis onde não se encontra o mais exíguo regato, o mais insignificante filete de água. (...) (onde) os mandacarus esguios levantam-se silentes e rígidos, como imensos candelabros implantados no solo, segundo a bela comparação de Humboldt”.<sup>29</sup>

O nome de Humboldt era particularmente importante no contexto em que se inseria Euclides. Mais do que naturalista de renome e autoridade no ramo das ciências naturais, ele estava associado à valorização das expedições *ao interior* dos continentes, particularmente na América, onde esteve em

viagem. Segundo Mary Louise Pratt, ele foi não apenas um precursor das viagens *ao interior* da América do Sul, do México e dos Estados Unidos durante o final do século 18, mas fundamentalmente um cientista que afirmou a importância das viagens *pelo interior* das colônias americanas. De 1807 a 1834, publicou cerca de 30 livros baseados em suas viagens, que marcaram o momento da *descoberta do interior* na América. Em um de seus livros, registrou o momento de mudança das grandes expedições marítimas para a ênfase na exploração terras adentro: “Não é navegando ao longo da costa que podemos descobrir o caminho das cordilheiras, sua constituição geológica e seu clima”. O discurso científico voltava-se para o interior: “(...) o famoso *Sobre estepes e desertos*, começa com um viajante imaginário que desvia seu olhar das zonas cultivadas do litoral da Venezuela para dirigi-lo às planícies do interior.” Havia também uma dimensão simbólica nessas viagens ao interior. O naturalista alemão fazia parte da primeira geração dos românticos voltada para a problematização de temas como a terra, a natureza, as origens, o cerne, a verdade íntima das coisas e dos homens. Traçando um paralelo entre Humboldt e Euclides, é possível observar que em Euclides a dimensão simbólica da penetração do interior era também especialmente acentuada e ficava cada vez mais explícita à medida que ele avançava para o centro da terra brasileira. O viajante imaginário de Humboldt era um novo Colombo que, dessa vez, desembarcava e penetrava o interior para repetir o gesto fundador. Euclides era um novo bandeirante que enviado pelas elites paulistas dissecava o território áspero e ferruginoso dos sertões na mesma caminhada mítica para dentro e para o centro do país.<sup>30</sup>

Diante da riqueza e da diversidade geológica, botânica, arqueológica, que só um cientista seria capaz de perceber, Euclides procurou anotar tudo em seu diário para estudos posteriores. Ele explicita que pretendia, a partir dos dados recolhidos, dar sua contribuição dentro dos parâmetros e objetivos da ciência na época. Dia após dia, perseguia o problema da descrição física da região dos sertões da Bahia, problema que certamente estava referenciado

em suas leituras dos naturalistas europeus. Era comum encontrar em naturalistas como Humboldt e Buffon, ambos citados por Euclides, o tema da descrição física do globo. Era palmilhando cada parte do seu território que seria possível conhecimento mais aprofundado sobre o planeta Terra. É surpreendente o vínculo estreito entre as descrições de Euclides e as preocupações dos cientistas europeus, embora com acentuada diferença de datas. Segundo Mary Louise Pratt, os livros de Humboldt “são tratados de taxonomia botânica e zoológica – sobre plantas equinociais, um par de livros dedicados exclusivamente ao estudo das mimosas, alguns atlas físicos, zoologia e anatomia comparadas – além da descrição demográfica de base ecológica dos célebres *Ensaio políticos*.”<sup>31</sup> O naturalista alemão mostrou-se deslumbrado com a natureza na América do Sul: “em nenhum outro lugar, a natureza nos impressiona mais profundamente com sua sensação de grandeza; em nenhum outro lugar nos fala tão poderosamente como no mundo tropical.” Essa visão de uma América ainda em estado primitivo fez com que profetizasse duas possibilidades de futuro: elevar-se à glória da civilização ou cair em sua corrupção. Vinculada ao projeto de descrição física do globo num momento de expansão política e comercial da Europa, a visão de Humboldt deixava entrever profundo universalismo. A geografia e as ciências naturais eram, nesse contexto, aparelhos discursivos mediante os quais os Estados passavam a definir e representar seus territórios.

A referência de Euclides da Cunha a Humboldt em suas notas de viagem aponta ainda para a valorização do conhecimento. Quanto mais o viajante vai adentrando o território, mais o cientista vai superando o correspondente de guerra. Implícito na necessidade do conhecimento, estava o ideal de incorporação dos sertões à nação republicana. Era preciso perscrutar o solo, conhecer as ligações naturais entre as regiões, os caminhos das cordilheiras e dos rios, era preciso traçar mapas, definir contornos para que fosse efetivamente possível ao Estado-nação apossar-se do território. Se os bandeirantes tinham aberto as primeiras trilhas, eles não possuíam ainda co-

nhecimento adequado para tornar perenes os vínculos entre as regiões. Euclides pressentia que poderia dar nova contribuição nesse sentido, objetivo que começava a ser maior do que o de analista da guerra.

A preocupação com o registro, o traçado de mapas e descrições minuciosas de topografia, relevo, geologia, botânica não era casual, estava comprometida com modelo de ciência descritiva e classificatória. Como Humboldt, ele acreditava poder contribuir não apenas para a descrição física de uma região, mas para a descrição física do globo. As grandes categorias descritivas da ciência taxonômica cobririam o globo, designando tudo, submetendo tudo a um conjunto de sistemas classificatórios que, como Humboldt esperava, expressaria finalmente, a harmonia e a unidade subjacentes ao cosmo.

E o sertanejo? Em que lugar ele foi colocado na visão do cientista Euclides nesse primeiro momento de encontro ritual com os sertões do norte? Euclides não disfarçava ambigüidades. Em primeiro lugar, os habitantes dos sertões eram “bárbaros”, ou seja, estavam em posição inferior na escala evolutiva da sociedade. Em segundo lugar, eram mestiços, o que colocava para Euclides dificuldade adicional numa época em que os intelectuais ainda questionavam a possibilidade de os mestiços atingirem a civilização. Não eram poucos os que, no fim do século 19, acreditavam ser o mestiço uma espécie condenada. Para esses, as melhores características de cada raça isolada se haviam misturado, resultando num tipo híbrido e contaminado.<sup>32</sup> Euclides considerava alguns jagunços maus, degenerados; mas não todos. Ao entrar em contato direto com o menino Agostinho e outros adeptos do Conselheiro, foi sendo tomado por dúvidas e indagações, que, no diário de viagem, vão ocupando as páginas até o desfecho final de Canudos. Euclides não utiliza a categoria povo. Refere-se ao “tabaréu”, ao “sertanejo” ou “homem do sertão” e, por fim, aos “rudes patrícios do sertão”. O texto tem exatamente essa gradação. Primeiro, menciona o “tabaréu ardiloso”, que se utiliza da natureza ao seu redor como estratégia de sobrevivência. Com a casca das *umburanas*, ele faz

“sinetes admiráveis”, com as “raízes úmidas do umbú” e com os “caules repletos de seiva dos mandacarus” extingue sua sede quando em viagem pelos sertões. Com os cocos de *dicuri*, as pinhas silvestres do *araticum*, os frutos da *quixaba*, da *mari* ou das *mangabeiras* de folhas delicadas ele se alimenta. As folhas do *icó* cobrem-lhe a cabana; a *caruá* de fibras longas permite-lhe obter cordas flexíveis. E, à noite, para aclarar o caminho, acende um galho verde de *candombá*.

Bastante próximo da natureza, o “homem do sertão” é ele mesmo um elemento da ordem da natureza, “um *espécime*”, um tipo. “(...) o homem do sertão tem, como é de prever, uma capacidade de resistência prodigiosa e uma organização potente que impressiona. (...) Dificilmente se encontra um *espécime* igual de robustez soberana e energia indômia. Pela janela entreaberta vejo neste momento um deles, a cavalo, no meio da praça, todo vestido de couro, calçando botas que sobem até a cintura, chapéus de abas largas meio inclinado sobre a frente – as vestes rústicas de um vermelho escuro imprimem-lhe o aspecto de um cavaleiro antigo coberto ainda da poeira da batalha.”

Deslumbrado ante a visão do “cavaleiro antigo”, Euclides começava a reformular seu pensamento com relação à Guerra de Canudos. Sutilmente, ele passava a conferir peso diferente e novo aos acontecimentos, sublinhando não mais o caráter destruidor e exemplar da guerra, mas o caráter construtor que cada vez lhe pesava mais sobre os ombros. Assumia para si e para os representantes das instituições republicanas que lá se encontravam o “dever de incorporar à civilização” aqueles “rudes patricios”. E, levando às últimas conseqüências o ponto de vista romântico, ocupado em procurar o centro, o cerne, a verdade íntima das coisas e dos homens, encontrava no sertanejo “o cerne da nacionalidade”: “(...) a nossa vitória não deve ter exclusivamente um caráter destruidor. (...) resta-nos o dever de incorporar à civilização estes rudes patricios que – digamos com segurança – constituem o cerne da nossa nacionalidade”.

A visão do sertanejo como “cerne da nacionalidade” era paradoxal se levarmos em conta que, paralelamente, Euclides estava imbuído das teorias racistas que encontravam na mestiçagem um obstáculo para o acesso da sociedade brasileira à civilização. Por outro lado, essa idéia adquiria cada vez maior expressão. É possível compreendê-la no contexto da formação das nações modernas, quando os intelectuais tomavam para si a tarefa de revelar (ou inventar) os aspectos mais autênticos e singulares de cada formação nacional. Os intelectuais alemães, por exemplo, construíram como base de sustentação para a singularidade da nação alemã a poesia e o folclore das antigas tradições populares. Era uma maneira inclusive de conciliar as antigas etnias com a idéia de um povo falando língua única, habitando um mesmo território, sendo governado por conjunto único de leis e devendo ser fiel ao Estado e seus representantes. Ao situar o sertanejo como o “cerne da nacionalidade”, Euclides da Cunha privilegiava numa formação nacional recente (diferente da francesa e da alemã) a natureza como fonte de identificação e singularização.<sup>33</sup>

#### A HEGEMONIA DAS CIÊNCIAS NATURAIS<sup>34</sup>

O desenvolvimento das ciências naturais encontrava solo fértil no Brasil. Desde o início do século 19, já havia uma instituição dedicada aos estudos de botânica e zoologia. Criado mediante decreto de 6 de julho de 1808, o Museu Nacional representou a pedra fundamental para a instalação das ciências naturais no Brasil. Seu desenvolvimento foi lento e só a partir do início dos anos 70 é que o museu começou efetivamente a se organizar de acordo com moldes modernos e científicos. Euclides da Cunha foi contemporâneo da época áurea de estruturação dessa instituição e certamente não passou incólume pelas novidades que ali foram difundidas. Schwarcz assinala que, sob a administração de Ladislau Netto (1874-93) e de Batista de Lacerda (1895-1915), o estabelecimento foi especialmente impulsionado com a reorganização do museu e a criação de uma revista trimestral –

os *Archivos do Museu Nacional* –, que rendia homenagens a naturalistas estrangeiros, figuras de destaque, como Paul Broca, Charles Darwin, Quatrefages ou L. R. Turlaine. As seções da revista e os regulamentos do museu revelavam o predomínio absoluto das ciências naturais: zoologia, botânica e geologia, sendo reservado à antropologia espaço diminuto. Além disso, a antropologia constituía um ramo das ciências biológicas e naturais, e seus ensaios teciam análises sobretudo físicas, pautadas em modelos da craniometria. Os cursos pioneiros de antropologia tiveram como programa a análise da anatomia humana. O primeiro professor foi João Batista de Lacerda, que afirmava, em 1877, que “os conhecimentos anatomo fisiológicos (constituíam) a base da antropologia”. As teorias evolucionistas marcaram esses anos do Museu Nacional, quando os povos passaram a ser estudados tendo como principal referência o modelo das ciências naturais. Por oposição à visão romântica da literatura, que idealizava os povos indígenas, surgiam os “índios da ciência”, que, nas palavras de Lilian Schwarcz, se transformaram em “objetos diletos de pesquisa”, grupo que representava o máximo do atraso, a base de uma pirâmide humana. Monogenistas e poligenistas concordavam quanto à suposição de que a evolução dos povos deveria ser única em direção à civilização.

Em São Paulo, o Museu Paulista, fundado em 1824 por ocasião das comemorações de 7 de setembro como um monumento à independência do Brasil, foi reorganizado em moldes científicos nos anos 90 do século passado. A contratação, em 1894, do zoólogo Herman Von Ihering, graduado em medicina e ciências naturais na Alemanha, abriu para o estabelecimento a perspectiva do “estudo da história natural da América do Sul e, em particular, do Brasil, por meios científicos”.<sup>35</sup> Apesar de manter disputa com o Museu Nacional, o Museu Paulista, sob a direção de Von Ihering, seguiu o mesmo perfil do predomínio absoluto das ciências naturais. Tal como no Museu Nacional, a antropologia era entendida como um ramo dos estudos zoológicos e botânicos. Acreditavam esses cientistas que o modelo evoluti-

vo da biologia servia de base para todos os seres vivos da terra e até para explicar a evolução da humanidade.

O terceiro museu etnográfico que abrigou cientistas na virada do século foi o Museu Paraense Emílio Goeldi. Criado em 1866 e extinto após longo período de decadência em 1888, ressurgiu em 1891 e, em 1893, passou a contar com o zoólogo suíço Emílio Goeldi, após sua demissão do cargo de naturalista do Museu Nacional. A nova estrutura proposta por Goeldi visava a organizar a instituição nos moldes de suas congêneres européias com seções de zoologia, botânica, etnologia, arqueologia, geologia e mineralogia. Também o Museu Paraense tinha suas publicações para fazer circularem artigos de estudiosos no campo das ciências naturais. Seguindo a mesma tendência das outras instituições museológicas, verificava-se ali o predomínio das ciências naturais, com os “estudos de naturalistas” correspondendo a 95% dos ensaios da revista, conservando-se o mesmo tipo de divisão encontrado no Museu Paulista.

Segundo Schwarcz, esses três museus cumpriram na virada do século papel relevante no incentivo de estudos e pesquisas em ciências naturais e antropologia física no país, bem como personificaram certo ideal de cientificidade e objetividade muito estimado naquele momento. O modelo de ciência adotado entendia que explicar animais e vegetais era o mesmo que refletir sobre homens. A humanidade, tal como os reinos animal e vegetal, era dividida em raças e espécies, passíveis de um processo evolutivo único.

#### A “RELEITURA” DE EUCLIDES DA CUNHA DAS TEORIAS CIENTÍFICAS

Os modelos científicos que circulavam nos museus etnográficos eram o que de mais avançado havia no país. Batista de Lacerda, Von Ihering e Goeldi, por exemplo, correspondiam-se diretamente com naturalistas na Europa. As revistas eram instrumentos de difusão das novas teorias. Schwarcz chama a atenção que nas revistas dos três museus grande parte

dos artigos era escrita por cientistas estrangeiros. Essa circulação de idéias atingia certamente a nata dos intelectuais locais, da qual Euclides da Cunha é exemplo emblemático. Mas para entender o papel da absorção de certos ideários científicos por um intelectual em particular, como é o caso de Euclides da Cunha, concordo com Schwarcz quanto a ser menos importante alinhar os autores citados por esse intelectual ou tecer longas considerações sobre os autores lidos na virada do século do que entender “a lógica peculiar” da inserção de determinados ideários científicos no país, as “releituras” feitas pelos “homens de ciência” em contextos locais.

De modo geral, as biografias e os principais estudos sobre Euclides da Cunha e sua obra sinalizam, pelo contrário, a “influência” que ele teria recebido de correntes de pensamento e de autores específicos. Sodré, por exemplo, destaca a importância da matemática para o espírito euclidiano. A ênfase no ensino da matemática na Escola Militar serviria para contrastá-la com as faculdades de direito, que priorizariam o ensino de humanidades e regras jurídicas, “peculiar, na época, aos elementos da classe dominante e destinado a armá-los para a defesa de seus interesses”. Pelo estudo da matemática teriam chegado “aos espíritos mais jovens as idéias de Augusto Comte”. O positivismo, de grande repercussão nas camadas cultas, teria sido esposado por Euclides “ardentemente, como era de seu feitio”. O mesmo autor distingue o Euclides do *Diário de uma Expedição* e o de *Os Sertões*. O primeiro seria ainda fraco em conhecimentos das ciências da natureza, enquanto o segundo demonstraria grande conhecimento nessa área, “apresentando uma série de nomes autorizados: Teodoro Sampaio, Derby, Spix e Martius, Hartt, Gardner, Burton, Halfeld, Rathburn, Allen, Aires do Casal, Príncipe de Neuwied, Wells, Bulhões, Bailys, Lopes Mendes”. Euclides “vinha fortemente calçado. E nem perde oportunidade, aqui e ali a propósito de alguma observação mais ousada, ou mesmo sem propósito, de alinhar as suas “catacumbas famosas”, os seus Broca, os seus Gumpowicz, os seus Foville, os seus Tanzi. (...) A autoridade científica dos seus autores predile-

tos parecia-lhe incontestável. (...) As teorias de Darwin estavam em fastígio, e Euclides as acompanha. Fala em “seleção natural”, em muitas oportunidades, e acredita honestamente em tudo o que fala. Apresenta-se, em *Os Sertões*, com um espírito científico que assusta os leitores, como se os enfrentasse de armadura e o livro fosse uma fortaleza poderosamente artilhada cuja simples aparência seria convincente”.<sup>36</sup>

Afirmações como essas tornaram-se verdades quase definitivas sobre Euclides da Cunha. À luz de novos estudos, elas podem ser relativizadas. A relação da Escola Militar com as faculdades de direito me parece bem mais complexa. É certo que a Escola Militar, no período que estamos focalizando, distinguiu-se pela ênfase nos estudos de matemática, o que lhe conferiu grande respeitabilidade por aproximá-la de padrões científicos mais valorizados em certos meios. A Escola Militar efetivamente contrastava com a retórica bacharelesca que caracterizava as faculdades de direito. É preciso, entretanto, não esquecer as lutas que se travaram no interior dessas mesmas faculdades, principalmente em Recife, tendo à frente Tobias Barreto e Sílvio Romero. A chegada de novas teorias científicas e a mudança nos padrões e valores atingem de modo diferencial vários setores e instituições. As faculdades de direito e de medicina, as agências de produção e de difusão literárias, a imprensa, os museus foram tão afetados quanto a Escola Militar por essas transformações; os pesos, sim, foram diferentes.

A segunda afirmação de Sodré apontando relação de causa e efeito entre a matemática, a Escola Militar, o positivismo e Euclides da Cunha pode ser nuançada a partir de estudos como o de Celso Castro. De fato, os professores de matemática da Escola Militar, Benjamin Constant e Roberto Trompowsky, eram positivistas. O curso de Benjamin Constant seguia a matemática de Comte. Entretanto, é preciso qualificar esse positivismo. Segundo Castro, tanto no caso de Constant quanto no de Trompowsky, o positivismo se restringia à matemática. Não há nesses autores referências com relação a outras áreas da filosofia positivista nem tampouco a pen-

sadores posteriores a Comte, nem a outras doutrinas científicas. O depoimento de um contemporâneo transcrito por Castro afirma, por exemplo, que Constant nada sabia de ciências naturais ou de qualquer outro assunto que não fosse a matemática. Castro assinala significativa diferença entre os professores de matemática e a geração seguinte, na qual se inclui Euclides da Cunha. Muitos dessa geração, diferentemente dos mestres, eram ávidos pelo conhecimento e buscaram novas fontes. Enquanto os mestres declaradamente positivistas se mantinham fiéis à filosofia de Comte, os alunos “(tratavam) de outros momentos da filosofia de Comte e (mencionavam) outros pensadores científicistas. (...) Nos escritos dos alunos, já (apareciam), portanto, referências a aspectos mais extensos da filosofia de Comte e a outros pensadores científicistas, e que os (tornavam) diferentes do ensino de seus professores. Saindo do âmbito estritamente matemático – dentro do qual os elogios a Comte e seu lugar de pai fundador (estavam) sempre garantidos –, os escritos dos alunos nos mostram um ambiente intelectual muito mais heterogêneo e diversificado que o de seus mestres.”<sup>37</sup>

O terceiro ponto apresentado por Sodré diz respeito às referências explícitas que faz Euclides em seu diário com relação a seu pouco conhecimento em matéria de geologia e botânica, referências que merecem releitura. É verdade, como diz Sodré, que ao longo dos anos que se seguiram, Euclides procurou suprir essa suposta falta de conhecimento com leituras específicas, mas o que me parece importante nesse caso é a direção apontada no “diário”. A viagem a Canudos serve para definir o projeto de estudos que se consolidará com a redação de *Os Sertões*. E é claro que ele já sabia “para onde” e “como” olhar; já sabia o que buscava, ou seja, ao realizar essa viagem, ele já dispunha de instrumental analítico, que, nos anos posteriores, foi apenas aprofundado.

“Em alguns cortes da estrada pareceu-me distinguir nitidamente a transição entre os dois terrenos: a minha observação, porém, já de si

mesma resumida aos breves horizontes de imperfeitíssimos conhecimentos geológicos, fêz-se em condições anormais na passagem rápida de um trem. Mudo cautelosamente de assunto.”

“Um quadro absolutamente novo; uma flora inteiramente estranha e impressionadora, capaz de assombrar ao mais experimentado botânico. De um, sei eu, que ante ela faria prodígios. Eu, porém, perdi-me desastrosamente no meio da multiplicidade das espécies e atravessando, supliciado como Tântalo, o dédalo das veredas estreitas, ignorante deslumbrado – nunca lamentei tanto a ausência de uma educação prática e sólida e nunca reconheci tanto a inutilidade das maravilhas teóricas com as quais nos iludimos nos tempos acadêmicos.”

“Recolhi um pouco de areia claríssima, destinada ao exame futuro de pessoa mais competente.”<sup>38</sup>

O que todas essas citações parecem apontar é o deslumbramento do “homem de ciência” diante da possibilidade do conhecimento. O correspondente de guerra secundarizava seu objetivo em vários momentos para priorizar a pesquisa científica. As ciências naturais constituíam a viga mestra do pensamento desse homem empolgado com suas descobertas. A matemática também aparecia em outros trechos:

“A matemática oferece-nos uma apreciação perfeita. Antonio Conselheiro não é um nulo, é ainda menos, tem um valor negativo que aumenta segundo o valor absoluto da sua insânia formidável. Gravita pra o minimum de uma curva por onde passaram todos os grandes aleijões de todas as sociedades.”

Concordando com a afirmação de Schwarcz, mais do que uma ou outra corrente científica ou um ou outro autor determinado, o que passou a ser valorizado no país no final do século 19 era “uma certa ética científica, uma ‘cientificidade difusa’ e indiscriminada. (...) A ciência penetra primeiro como ‘moda’ e só muito tempo depois como prática e produção”.<sup>39</sup>

Euclides da Cunha situa-se a meio caminho entre a “moda” dos manuais e livros de divulgação científica que aqui chegavam vindos da Europa e a prática e produção de pesquisas originais que utilizavam, além da pesquisa empírica, obras e relatórios originais. De qualquer modo, é certo que “no caso brasileiro, a ciência que chega ao país em finais do século não é tanto uma ciência de tipo experimental, ou a sociologia de Durkheim ou de Weber. O que aqui se consome são modelos evolucionistas e social-darwinistas originalmente popularizados enquanto justificativas teóricas de práticas imperialistas de dominação. (...) esses modelos darão legitimidade científica à dominação europeia sobretudo dos continentes asiático e africano. Ganhava a ciência evolutiva e determinista de finais do século 19, portanto, uma visibilidade e penetração desconhecidas até então”.<sup>40</sup>

Se a predominância das ciências naturais no pensamento do diário conduziu à análise do social com esse instrumental analítico, também pode ser analisada enquanto sintoma da seleção que aqui se fez do instrumental científico que chegava de fora. Por um lado, como Castro e Sodré, por exemplo, apontaram, isso se deveu à concorrência de novos centros que se queriam científicos, como as faculdades de direito, tradicionais porta-vozes da cultura bacharelesca fundada nas humanidades e nos estudos jurídicos. A partir dos anos 70 essas mesmas faculdades de direito foram também forçadas a incorporar as novidades da ciência após forte movimento de jovens bacharéis “científicos”, como Sílvio Romero e Tobias Barreto.

Outra razão para esse predomínio pode ser encontrada no embate das ciências com a literatura. No caso brasileiro, até o final do século 19, a literatura representava “o fenômeno central da vida do espírito”, na feliz expressão de Antônio Cândido. A literatura era de fato a tradição de maior força e penetração. A adesão ao instrumental das ciências da natureza como principal modelo explicativo pode ter significado estratégia, mais ou menos consciente, necessária à concorrência com a literatura que advogava o papel de intérprete do social. Diante de uma literatura forte, os

“homens de ciência” sentiam necessidade de se diferenciar dos “homens de letras”. Como transparece em seu diário, Euclides da Cunha procurava construir uma literatura científica e fazer ciência mais do que literatura. A matemática e as ciências naturais eram armas para afirmação de uma nova ética científica que, esboçada no diário, florescerá em sua plenitude em *Os Sertões*.

Lepenius, analisando a emergência das ciências sociais na Alemanha e na França, sinalizou processos muito diferentes. Na Alemanha, foi necessário dar mais ênfase à narrativa literária, monográfica, como contrapeso às pretensões monotécnicas das ciências exatas. Já na França, deu-se o contrário. Como a literatura era campo de muito destaque, as ciências sociais procuraram distinguir-se e, para isso, aproximaram-se das ciências da natureza. Com medo de misturar-se com a literatura e perder sua identidade, a sociologia na França preferiu correr o risco de tornar-se uma ciência natural do mundo social. Para construir sua própria identidade, teve que se estabelecer de forma precária entre as ciências da natureza e as humanidades e letras.

O diário de Euclides (e também *Os Sertões*) coloca em evidência esse meio caminho entre a literatura e a ciência. A viagem aos sertões fornecia a possibilidade de exercitar o conhecimento científico adquirido. Para demonstrar que não estava fazendo literatura, mas ciência, Euclides afirmava o uso das ciências naturais e da matemática. A descrição de Antônio Conselheiro por meio de conceitos matemáticos é exemplar. O diário constitui importante documento no sentido de expressar a tendência moderna da separação entre a literatura e a ciência. O correspondente de guerra inseria-se, assim, no contexto de intelectuais preocupados em afirmar a hegemonia das ciências da natureza como expressão da fé no progresso e na evolução dos povos.<sup>41</sup>

O predomínio das ciências naturais na seleção que os intelectuais brasileiros fizeram das correntes científicas produzidas na Europa teve outras conseqüências com relação ao pensamento social. Como assinalou

Schwarcz, os intelectuais elegeram teorias raciais de análise em detrimento de outros modelos de sucesso na época. Entender esse fenômeno não tem sido tarefa simples para os cientistas sociais. Pois, “se é certo que o conhecimento e a aceitação desses modelos evolucionistas e darwinistas sociais por parte das elites intelectuais e políticas brasileiras traziam a sensação de proximidade com o mundo europeu e de confiança na inevitabilidade do progresso e da civilização, isso implicava, no entanto, certo mal-estar quando se tratava de aplicar tais teorias em suas considerações sobre as raças. Paradoxalmente, a introdução desse novo ideário científico expunha, também, as fragilidades e especificidades de um país já tão miscigenado”.<sup>42</sup>

Havia grande pessimismo nessa época. Schwarcz aponta como, para vários viajantes, o Brasil representou um “exemplo de nação degenerada de raças mistas”. Louis Agassiz e o Conde de Gobineau, que estiveram no país, rememoravam aos brasileiros, por meio de seus relatos, as tristes implicações das teorias raciais européias quando aplicadas ao contexto local: a inviabilidade de uma nação composta por raças mistas. Esse tipo de interpretação pessimista via no Brasil um modelo da falta e do atraso em função de sua composição étnica e racial.

A interpretação pessimista apoiava-se também na análise da relação do homem com a natureza. Thomas Buckle (1821-62), autor muito conhecido pelos intelectuais brasileiros da segunda metade do século, em pensamento que hoje soa paradoxal e que destoa completamente da visão humboldtiana, condenava o homem brasileiro à decadência em função da pujança de sua vegetação. Sobre o Brasil, concluía que a natureza local “tão abundante” deixava pouco espaço ao homem e suas obras. “Em nenhum outro lugar há tão precioso contraste entre a grandiosidade do mundo externo e a pequenez do interno. E a mente acovardada por essa luta desigual não só foi incapaz de avançar, mas sem a ajuda estrangeira teria indubitavelmente regredido.”<sup>43</sup>

## PROSSEGUINDO VIAGEM ATÉ CANUDOS

Euclides estava ainda em Queimadas a 2 de setembro. A guerra aproximava-se do fim. “Não se tocam mais sinos nem se entoam rezas em Canudos; à noite não brilha a menor luz – o arraial desaparece silenciosamente na sombra”, relatava em seu diário. No dia 4 de setembro, partiu em direção a Canudos chegando a Tanquinho no mesmo dia. De lá, às 10 horas da noite, traçou algumas notas em seu diário “sob a imagem opulenta de um juazeiro”. A descrição da paisagem continuava sendo uma obsessão: “Tanquinho é positivamente um lugar detestável”, “o viajante tem a pior das decepções”, “cactos esguios (emergem) imprimindo à paisagem uma feição monótona e tristíssima”, “não se pode avaliar, de longe, o que é uma viagem nestas regiões estereis onde não se encontra o mais exíguo regato, o mais insignificante filete de água”. Chegando em Quirinquinquá a 5 de setembro descobria novos detalhes na paisagem: “começam a aparecer em maior número os *angicos* de folhas miúdas e porte elegante, as *baraienas* altas, as *caralbas* de folhas lanceoladas e *cassuquingas* de cheiro agreste e agradável”. A 7 de setembro chegava a Monte Santo, qualificando-a de “repugnante”. Fazia ainda reflexões sobre a guerra, começando a acreditar que alguns batalhões aprendiam as táticas de guerra dos jagunços, tirando partido da natureza do sertão. “Uma aprendizagem perfeita com instrutores selvagens”, dizia ele, “porque ninguém deve acreditar que os jagunços combatam sem ordem; há leis naquele tumulto aparente”.

Euclides tecia algumas hipóteses sobre o relevo da região de Monte Santo. Uma delas era a de que a região “idêntica, com ligeiras variantes, à que circunda o arraial conselheirista era uma das partes mais modernas talvez do nosso continente e surgira das águas provavelmente depois da lenta ascensão da Cordilheira dos Andes, como um fenômeno complementar”. Essa passagem ajustava-se às preocupações das ciências naturais de descrever a geografia do globo terrestre. A região palmilhada por Euclides era apenas uma pequena partícula da crosta terrestre. “A falta de matas, de

vegetação opulenta, além das causas que resultam da natureza geognóstica do solo e dos agentes meteorológicos, tem como motivo preponderante essa idade recente. O *lichen* ainda está decompondo a rocha; a natureza inteira ainda se prepara para a organização superior da vida. Tudo indica o fundo, descoberto por uma lenta sublevação, de um mar geologicamente moderno, terciário talvez, em cuja amplidão a ponta culminante de Monte Santo despontava como um cachopo de quartzito.”

No dia 12 de setembro de 1897, finalmente, Euclides chegou ao destino da viagem: Canudos. “...E vingando a última encosta divisamos subitamente, adiante, o arraial imenso de Canudos. Refreei o cavalo e olhei em torno.” A descrição que se seguiu era o embrião da visão que consagraria o futuro escritor de *Os Sertões*. Euclides se dava conta de que era capaz de descrever uma novidade graças a seu instrumental científico: “É extraordinário que os que aqui têm estado e escrito ou prestado informações sobre esta campanha, nada tenham dito ainda acerca de um terreno cuja disposição topográfica e constituição geológica são simplesmente surpreendedoras. As inúmeras colinas que se desdobram em torno da cidadela sertaneja, todas com a mesma altitude quase e dando, ao longe, a ilusão de uma campina unida e vasta, alevantam-se dentro de uma elipse majestosa de montanhas.”

Sobre o Arraial, sua surpresa não era menor: “O arraial não se distingue prontamente ao olhar, como as demais povoações; falta-lhe a alvura das paredes caiadas e telhados encaixados. Tem a cor da própria terra em que se erige, confundindo-se com ela na mesma tinta de um vermelho pardo e carregado, de ferrugem velha (...) Tenho-a percorrido de longe, cansado de acomodar a vista às lentes dos binóculos.”

Descrevia os combates assinalando que “à audácia indômita do jagunço contrapõe-se neste momento a bravura inigualável do soldado”. Sua atitude ao se deparar com prisioneiros de Canudos revelava curiosidade. Anotava a maneira diferente de falar das mulheres como um antropólogo faria em

nossos dias: “Vila Nova esta noite *lascou o pé* no caminho e há *um lote de dias* que um *despotismo de gente* tem *abancado* para o Cumbe e Caipã. Está *com muitos dias* que há fome em Monte Santo”. Ao lado, Euclides anotava as traduções para cada novo termo: *lascou o pé* = fugiu; *um lote de dias* = muitos dias; *despotismo de gente* = muita gente; *abancado* = saído.

O correspondente de guerra surpreendia-se com o povo de Canudos. Em certos trechos, parecia repetir a cantilena rousseauiana observando que os bons sertanejos teriam sido corrompidos pelo fanático Conselheiro. O beato era a fonte do mal: “Tem a mais sólida, a mais robusta *têmpera* essa gente indomável! (...) Ainda não consegui *lobrigar* a mais breve *sombra* de desânimo em seus rostos, onde se desenham *privações* de toda a sorte, a *miséria* mais funda; não tremem, não se acobardam e não negam as crenças mantidas pelo evangelizador fatal e sinistro que os arrastou a uma *desgraça* incalculável”.

Euclides assiste ao desfecho da guerra; as cenas são cruéis, trágicas. Mostra-se cada vez mais impressionado com a resistência dos jagunços. No dia 26 de setembro, escreve: “São cinco horas da tarde. Os jagunços continuam inamolgáveis, na resistência. Tivemos ontem cerca de cinquenta baixas e as de hoje não serão talvez menores”. E, mais tarde: “Como explicar essa prodigalidade enorme dos *jagunços*? (...) Os *jagunços* lutam agora pela vida, no sentido mais estrito da frase. Lavra entre eles a sede e as cacimbas ali estão, a poucos metros apenas, em nosso poder. Mas não vacilam, não recuam, não se entregam, e atiram, atiram sempre dentro de um círculo de fogo formado pelas armas vivamente disparadas de seus batalhões. A igreja sinistra avulta nas trevas, dominadora, formidável. Reflui sobre ela o relampaguear do tiroteio e a essa claridade indistinta e turva creio distinguir, deslizando no alto dos muros estruídos, engrimponados alguns, nos restos desmantelados das torres derrocadas, os nossos rudes patrícios transviados”.

Com o passar dos dias crescia o sentimento contraditório de Euclides com relação aos canudenses, num misto de admiração pela coragem e

resistência e tristeza em ver que se teriam deixado levar pelo erro ao seguir “o evangelizador fatal e sinistro que os arrastou a uma desgraça incalculável”. Crescia também sua inquietação em tentar decifrar o enigma dos canudenses: de onde tiravam tamanha resistência? Por que não se entregavam? O que os fazia continuar em condições tão precárias de existência ou sacrificando mesmo as próprias vidas?

De um lado, buscava a explicação na natureza, na constituição biológica do sertanejo e nos componentes físicos que foram desenvolvidos no processo de adaptação ao meio inóspito do sertão. Essa tese seria válida para todos os sertanejos, canudenses ou componentes dos batalhões do Exército ou da polícia. Para desenvolver sua tese analisou um desses batalhões: “o 5º de polícia é todo constituído por sertanejos do interior da Bahia e de outros estados e o seu desassombro no combate e capacidade singular de adaptar-se às mais duras condições de uma campanha, *patenteiam admiravelmente o valor e a tempera resistente dos nossos rudes patrícios dos sertões.*” (os grifos são meus).

Por outro lado, sob o termo *fanatizado* encontrava a explicação na fé, na crença que para os sertanejos seria especialmente potencializada. Desse ponto de vista, o jagunço paradoxalmente demonstraria algo que Euclides bem conhecia: a sinceridade diante de seus ideais. Ele, que havia lançado a espada aos pés do ministro da Guerra para demonstrar sua adesão incondicional a seus ideais, sabia internamente o que significava a adesão a um ideal. Assim sendo, os *jagunços* de certo modo o emocionavam. Ele se sentia por demais próximo deles: “Sejamos justos – há alguma coisa de grande e solene nessa coragem estóica e incoercível, no heroísmo soberano e forte dos nossos rudes patrícios transviados e cada vez mais acredito que a mais bela vitória, a conquista real consistirá no incorporá-los, amanhã, em breve, definitivamente, à nossa existência política”.

Constituindo o “cerne da nacionalidade”, Euclides concluía, tardiamente, que os “nossos rudes patrícios” estavam apenas “transviados”, fora do rumo. Teria sido melhor enviar os mestres-escolas para “incorporá-los à

nossa existência política”. Mas a guerra estava no fim, não havia mais como recuar. As últimas páginas do diário são do dia 3 de outubro. Euclides narrou: “pela encosta acima, defluindo da sanga profunda, dentro da qual se estendia a linha avançada do 25º batalhão – longa, constante, subia sempre a trágica procissão dos mortos e feridos em direção ao hospital de sangue”. E “a verdade”, conclui, “é que ninguém poderia prever uma resistência de tal ordem”.

“Canudos não se rendeu. Exemplo único em toda a história, resistiu até ao esgotamento completo. Expugnado palmo a palmo, na precisão integral do termo, caiu no dia 5 ao entardecer, quando caíram seus últimos defensores, que todos morreram. Eram quatro apenas: um velho, dois homens feitos e uma criança, na frente dos quais rugiam raivosamente cinco mil soldados. (...) Caiu o arraial a 5. No dia 6 acabaram de o destruir desmanchando-lhe as casas, cinco mil e duzentas cuidadosamente contadas.”<sup>44</sup>

## NOTAS

<sup>1</sup> Cunha, 1966, II:610-611.

<sup>2</sup> Rabello, 1983:67.

<sup>3</sup> *Nosso Século*, 1990/1910, I, 26.

<sup>4</sup> O primeiro autor a se referir a Antônio Conselheiro foi Sílvio Romero, que encontrou Antônio Vicente Mendes Maciel no início de sua pregação messiânica. “Em Sergipe, por volta de 1875, Sílvio teve notícia de um ‘missionário a seu jeito’, chamado Antônio Conselheiro, também conhecido por Santo Antônio Aparecido, que andava dando conselhos, fanatizando populações sertanejas, munido de um exemplar das *Horas Marianas*, livro de rezas muito divulgado na época. O registro a respeito data de 1879 e apareceu nos *Estudos Sobre a Poesia Popular do Brasil*.”

“Em 1895, quando Antônio Vicente já era o Bom Jesus, estabelecido no Arraial de Canudos, cercado de milhares de acompanhantes, o arcebispo de Salvador, Jerônimo Tomé, encarregou três sacerdotes de tentar dissolver, pela palavra, o ajuntamento. O resultado foi negativo. Ficou, porém, um documento valioso, embora apaixonado, o *Relatório Sobre Antonio Conselheiro e Seu Séquito no Arraial de Canudos*, apresentado por frei João Evangelista do Monte Marciano, capuchinho que chefiou a missão. Nele há boa informação sobre o

cotidiano do povoado, o místico cearense e seus principais 'apóstolos'. Bem escrito, o relatório teria sido redigido pelo monsenhor Basílio Pereira, figura destacada do clero baiano. Possivelmente, frei João apenas forneceu anotações. O núcleo é apontado como perigoso centro de fanatismo, anti-republicano e desobediente aos postulados da Igreja, um cisma que devia ser combatido. Publicado na imprensa baiana e depois divulgado em folheto, o relatório muito serviu a autores que escreveram sobre Canudos, inclusive o próprio Euclides." (Calasans, s/d)

<sup>5</sup> Citado por Rabello, 1983:71.

<sup>6</sup> Macedo, 1981:27.

<sup>7</sup> Llosa, 1990:20.

<sup>8</sup> Crônica de 7 de fevereiro de 1897, Assis, 1959, III:778.

<sup>9</sup> Idem.

<sup>10</sup> Crônica de 14 de fevereiro de 1897, Assis, 1959, III:779-781

<sup>11</sup> Rabello, 1983:77.

<sup>12</sup> Cunha, 1966, II:575-578. Ver também Galvão, 1976:55.

<sup>13</sup> O fosso entre "tarimbeiros" e "científicos" tendeu a se acirrar com os anos desde a reforma da lei de promoções de 1850 que estabelecia que a ascensão hierárquica dos oficiais nas "armas científicas" estaria condicionada à conclusão do curso na Escola Militar; caso contrário seriam transferidos para a infantaria ou a cavalaria. De acordo com Castro, "a lei estabelecia privilégios para os que possuísem curso superior. Como resultado, já em 1857 todos os oficiais das armas 'científicas' haviam concluído o curso de suas armas na Escola Militar. Na infantaria e na cavalaria, a evolução foi mais lenta (...) Até o final do Império, permaneceu, portanto, clara a separação entre 'científicos' e 'tarimbeiros'".

<sup>14</sup> Castro observa ainda que "os infantess e cavalarianos não apenas estudavam menos anos que os membros das 'armas científicas': o curso destas incluía os estudos de infantaria e cavalaria, inclusive no ensino prático. O fosso entre as armas 'tarimbeiras' e as 'científicas' foi ainda maior entre 1881 e 1887, quando os cursos de infantaria e cavalaria foram reduzidos a apenas um ano, pois o comandante da Escola na época achava que os oficiais dessas duas armas não precisavam de mais que sumário ensino geral. O curso, portanto, apontava claramente para a superioridade intelectual das armas 'científicas', e a forma como os alunos apelidavam os anos de infantaria e cavalaria não poderia ser, a esse respeito, mais eloquente: 'curso de alfafa'". (Castro, 1995:27)

<sup>15</sup> Cunha, 1966-II:580.

<sup>16</sup> Azevedo, 1987:523

<sup>17</sup> Essa observação foi feita por Walnice Galvão, em Galvão, 1976:55.

<sup>18</sup> Rabello, 1983.

<sup>19</sup> Rabello, 1983:79.

20 Rabello, 1983:80.

21 Ver *Almanaque Abril*, 92:83-84.

22 Não podemos esquecer que seu pai ficou residindo no interior de São Paulo até o fim da vida. A forte ligação com o setor mais moderno do jornalismo paulista e com amigos que foi fazendo em suas andanças pelo interior foi determinante. Mais tarde, quando Euclides se tornou um nome consagrado, esse estreito relacionamento não apenas com o jornal, mas com o Estado de São Paulo, passou a ser insistentemente lembrado por seus admiradores paulistas.

23 Calasans, s/d.

24 Galvão, 1976:67-68.

25 Arinos, citado por Galvão, 1976:67.

26 Sobre etnocentrismo e universalismo, ver Todorov, 1993.

27 Nina Rodrigues escreveu o artigo "A loucura epidêmica de Canudos" em 1897, em que atribuía a Antônio Conselheiro toda a responsabilidade pelo movimento de Canudos e pelo conflito com o Exército. Nina Rodrigues expressava tendências científicas da época que classificavam comportamentos considerados desviantes como o do Conselheiro como um tipo de doença mental. Ao louco era atribuído o mesmo lugar contaminador do bandido no horizonte das teorias sobre a "degeneração". O louco deveria ser isolado da sociedade, pois suas características degenerativas poderiam corromper o tecido social. (Calasans, s/d)

28 Essa expressão foi utilizada alguns anos depois pelo tenente-coronel Cândido Mariano Rondon em missão pelo interior do país. Transcrevo-a aqui por sintetizar, mais do que uma visão pessoal de Rondon, o pensamento de militares na virada do século.

29 O termo é usado pelo próprio Euclides.

30 Cunha, 1966II:537.

31 Segundo Pratt, na perspectiva europeia, esse momento de "virada para o interior", simbolizado pelas expedições de Humboldt, estava associado ao aceleração da expansão capitalista. Os capitalistas europeus buscavam comércio mais direto com o exterior sem intermediários locais. Ao longo do século 19, a exploração e a descrição do interior do continente foram atividade de capital importância para esse processo de expansão do capitalismo europeu, tanto do ponto de vista instrumental (confecção de mapas, documentação, contatos iniciais) quanto do ideológico. (Ver Pratt, 1991)

32 Pratt, 1991:151-165.

33 Especialmente sobre esse tema ver Schwarcz, 1993.

34 Sobre esse tema, ver Burke, 1989.

35 Todas as informações relativas aos museus etnográficos brasileiros foram retiradas de Schwarcz, 1993:67-98.

36 Citado por Schwarcz,1993:79.

37 Sodré,1966:32-35.

38 Castro,1995:70.

39 Cunha,1966II:493-582.

40 Schwarcz,1993:30.

41 Schwarcz,1993:30; 253.

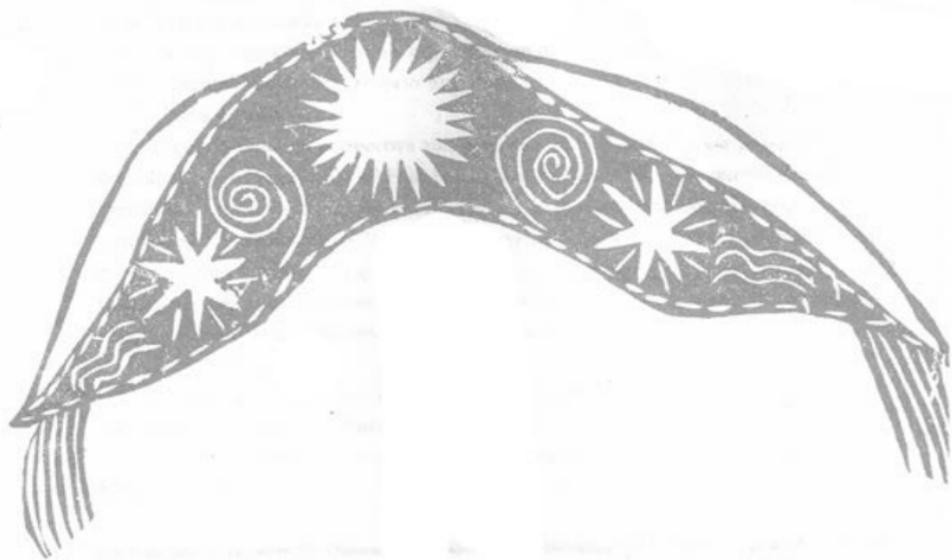
42 O século de Luís XIV não fazia nenhuma diferença entre as ciências e as letras; o Dicionário da Academia Francesa remete a palavra “ciência” à palavra “literatura” e define as letras como “toda a espécie de ciência e doutrina”. Massillon, Montesquieu, Bossuet e La Bruyère representavam todos uma literatura – teológica, política, histórica e moral. A *História Natural*, de Buffon, ainda era uma prova de que as ciências naturais e a literatura poderiam ser unas. (Ver Lepenies,1990: 9)

43 Schwarcz,1993:34-35.

44 Schwarcz,1993:36.

45 Trecho de *Os Sertões*, Cunha,1966-II:488.

# SERTÕES



# NO PLURAL

No dia 9 de outubro de 1897, Euclides chegou a Salvador alquebrado. De lá, seguiu para o Rio de Janeiro, publicando no *Jornal do Commercio* o plano de um livro intitulado *A Nossa Vendéia*, em duas partes: “A Natureza” e “O Homem”. A 16 de outubro encerrava o trabalho de correspondente de guerra para o jornal *O Estado de São Paulo* com o último de uma série de 23 artigos. Curiosamente, intitulava-se “O Batalhão de São Paulo”. Era uma saudação aos “briosos soldados paulistas” que voltavam da luta. O artigo não media elogios às forças paulistas que realizaram em Canudos “uma marcha brilhante e rápida”. “O batalhão era perfeito na disciplina. Cumpria as ordens que recebia, mas rigorosamente, estritamente, com uma precisão verdadeiramente militar (...)” Euclides afirmava mais uma vez a sinceridade de seu depoimento para afirmar sua credibilidade enquanto “uma testemunha pouco afeiçoada à lisonja banal e inútil”. De fato, segundo ele, o batalhão paulista teria se distinguido “na rara e notável subordinação ao dever e na extraordinária dedicação à República que ele sempre patenteou”. Euclides recorria a explicações históricas formulando a teoria da “tradição bandeirante”, da qual iria lançar mão outras vezes.<sup>1</sup>

Ainda em outubro, já em São Paulo, Euclides requereu licença de seu cargo de engenheiro-ajudante na Superintendência de Obras Públicas de São Paulo. Foi descansar na fazenda do pai, em Belém do Descalvado, onde passou cerca de três meses, retificando e ampliando o plano primitivo do livro. Decidiu então mudar o título de *A Nossa Vendéia* para *Os Sertões*. Em janeiro de 1898, publicou em *O Estado de São Paulo* o artigo “Excerto de

um livro inédito". Tratava-se do famoso trecho sobre o sertanejo que mais tarde figuraria em *Os Sertões* no Capítulo III, O Homem.

Nos últimos meses de 1897, alguns dos que haviam visto a luta de perto começaram a publicar seus registros sobre a Guerra de Canudos. O historiador José Calasans aponta três grupos: militares, estudantes de medicina e jornalistas. Entre os militares, estavam Dantas Barreto, Duque Estrada Macedo Soares e Antônio Constantino Néri. Entre os estudantes de medicina, Martins Horcades e Francisco Mangabeira. Entre os jornalistas, Fávila Nunes, Manuel Benício e Lélis Piedade.

Dos militares, a produção maior coube ao então tenente-coronel Dantas Barreto, que comandara uma das brigadas da expedição chefiada por Artur Oscar, a quarta e última expedição, que decidiu a sorte de Canudos. No início de 1898, publicou o livro *Última Expedição a Canudos*, destacando o ponto de vista de um militar envolvido com a guerra como oficial combatente. Em linhas gerais, critica a condução da campanha.<sup>2</sup> Ainda em 1898, o ponto de vista militar foi também expresso pelo paraense Constantino Néri, que integrou a coluna Savaget, no livro *A Quarta Expedição Contra Canudos*. O terceiro militar, o tenente de infantaria Henrique Duque Estrada Macedo Soares, publicou seu livro muito mais tarde, em 1902, com o título *A Guerra de Canudos*.

Um dos estudantes de medicina, Alvim Martins Horcades, publicou em 1899 descrição de uma viagem a Canudos e uma série de artigos que traziam várias denúncias, incluindo as de degolamentos dos jagunços. O outro, Mangabeira, publicou em 1900 um livro poético sobre o que havia presenciado, intitulado *Tragédia Épica*.

Os jornalistas também aproveitaram suas observações *in loco* para redigir livros sobre o polêmico tema. O pernambucano Manuel Benício, que escrevia para o *Jornal do Commercio*, pretendeu fazer uma "crônica histórica e de costumes sertanejos", editando seu livro, *O Rei dos Jagunços*, em 1899. De acordo com Calasans, a vida cotidiana do interior foi bem retratada nas

páginas de Manuel Benício e constitui um documento de quem viu uma das fases mais difíceis da luta. O representante do jornal fluminense *Gazeta de Notícias*, Júlio Procópio Fávila Nunes, chegou ao Vaza-Barris quando a guerra se aproximava do final. Calasans observa que “suas reportagens revelam um jacobino, florianista dos mais exaltados, proclamando-se amigo íntimo dos chefes militares e sugerindo medidas drásticas para liquidar a jagunçada monarquista. Terminada a campanha, propôs-se a escrever um livro para mostrar que os sertanejos não eram monarquistas, por lhe faltarem as mínimas condições para tanto. O trabalho foi anunciado em 1898. Sairia em fascículos”. Calasans não tem informações sobre se a obra foi concluída e conseguiu recuperar apenas o terceiro fascículo, intitulado *A Guerra de Canudos*, que contém várias cartas de conselheiristas, consideradas boas contribuições para pesquisadores e estudiosos. O terceiro jornalista, Lélis Piedade, representante do *Jornal de Notícias*, de Salvador, reuniu num mesmo volume, que publicou em 1901, seus artigos para a imprensa e o relatório do Comitê Patriótico da Bahia, organização criada para ajudar militares e suas famílias, que amparou, depois, os jagunços vencidos. O relatório é considerado uma das melhores fontes para a história da guerra, sobretudo no que se refere aos jagunços.

Outros estudiosos se voltaram para o tema sem que tivessem presenciado a guerra, conhecido o Conselheiro ou mesmo a região. Fizeram estudos específicos utilizando o instrumental científico da época. Um dos que mais se notabilizou foi Nina Rodrigues. Catedrático da Faculdade de Medicina na Bahia, iniciador das pesquisas sobre o negro brasileiro, mestre de psiquiatria, preocupava-se com as manifestações de “loucura das multidões”. Assim, logo após o fim da guerra, em 1º de novembro de 1897, Nina Rodrigues publicou na *Revista Brasileira* o artigo “A Loucura Epidêmica de Canudos”, em que diagnosticava o Conselheiro. Segundo ele, o beato sofria de “psicose sistemática progressiva”, era “indivíduo degenerado”, portador de “delírio crônico”. Mais tarde, coube-lhe diagnosticar o crânio de An-

tônio Vicente. Declarou tratar-se de “crânio normal”, mas confirmou o diagnóstico de “delírio crônico de evolução sistemática”.

Outro estudioso que escreveu sobre a guerra foi Aristides Augusto Milton, que por solicitação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do qual era sócio, redigiu uma memória sobre a guerra, publicada na revista do Instituto em 1902, sob o título “A Guerra de Canudos”. Relata Calasans que, “como baiano, Aristides procurou, numa primeira produção de caráter nitidamente histórico, defender sua terra natal da pecha de monarquista. As origens do Conselheiro e do seu movimento são expostas em ordem cronológica, como convinha a uma memória do Instituto, servindo-se do autor de documentação que lhe teria sido fornecida pelo governador Luís Viana”.

Outro baiano legou às gerações que lhe sucederam um estudo sobre Canudos. De caráter altamente panfletário, procurava lançar sobre os ombros de Prudente de Moraes e Luís Viana a responsabilidade pelos acontecimentos. De autoria de César Zama, político baiano, adversário do governador Luís Viana, constitui no entender de Calasans “a mais violenta publicação existente na bibliografia não euclidiana”.

Como resultado de cuidadosa reflexão sobre o fenômeno, após a publicação de alguns artigos no jornal do qual era diretor, *O Comércio de São Paulo*, o escritor Afonso Arinos editou, em 1898, o livro *Os Jagunços*, com o subtítulo *novela sertaneja*. Editado a partir de outubro de 1897 em fascículos no jornal, no ano seguinte, o material foi reunido em livro em edição do próprio jornal, com tiragem de apenas 100 exemplares.<sup>3</sup> A contribuição de Afonso Arinos foi bastante singular. Escritor mineiro, Arinos dedicava grande parte de suas novelas ao tema do interior, dos sertões mineiros. Em 1896, já havia publicado em *O Estado de Minas*, de Ouro Preto, contos sertanejos. Em 1898, ao publicar o livro *Os Jagunços – novela sertaneja*, reunindo os artigos sobre a Guerra de Canudos, lançou outro, sobre lendas e histórias sertanejas, intitulado *Pelo sertão*. Afonso Arinos, diferente dos demais autores, inseria-se, portanto, numa tradição com longa vida no Brasil,

a tradição da literatura sertaneja. O enfoque literário de Arinos contrastava com a perspectiva dos analistas de guerra. De modo geral, a tônica destes últimos consistiu na afirmação do discurso do vencedor, fora uma ou outra exceção, como a do estudante de medicina que fez algumas denúncias de degolas de jagunços e a do jornalista baiano, Lélis Piedade, que sugeria a criação de uma organização que cotemplasse as famílias dos mortos na guerra, incluindo os jagunços.<sup>4</sup>

#### SERTÕES, O AVESSE DO LITORAL

Quando Euclides, em 1898, decidiu mudar o título do livro que pretendia escrever de *A Nossa Vendéia* para *Os Sertões*, optou por radical mudança de perspectiva. Diferente dos autores que se dedicaram a analisar a guerra, Euclides tomou outro rumo, que de certo modo o aproximou de Afonso Arinos, mas que também dele se distinguiu. O livro não trataria apenas da Guerra de Canudos, nem ficaria circunscrito ao terreno literário. Pelo contrário, o relato do conflito configurava um mote para que Euclides refletisse sobre outros temas, principalmente de caráter científico: geologia, botânica, geografia, sociologia, costumes, tradições e folclore. Com a divisão do plano do livro em duas partes, “a natureza” e “o homem”, ficava mais uma vez estampada a primazia das ciências da natureza no interesse de Euclides. Começava também a aparecer um objetivo mais amplo: o estudo, a partir de bases científicas, dos sertões.

O que significava “sertões” no final do século passado? Na linguagem corrente, a melhor definição era *interior*, o que equivalia a um imenso território pouco explorado situado costa adentro. Os relatos da época são unânimes em apontar o total desconhecimento em que vivia a população do *litoral* com relação ao *interior* do Brasil que continuava pouco habitado, com comunicações precárias e ainda sem mapas de boa qualidade que descrevessem o curso dos rios, a geologia, o relevo, a flora, a botânica da região e muito menos as características dos agrupamentos populacionais.

É recorrente entre cronistas e escritores contemporâneos de Euclides a referência à oposição entre *litoral* e *interior*, o primeiro mais densamente habitado, mais desenvolvido e concentrando as atividades econômicas de ponta, o segundo geralmente associado ao atraso e à pobreza. Essa oposição tinha explicações de ordem histórica, relativas ao modelo de colonização implantado no país. Para um território descoberto por povos vindos de além-mar, era o mar, até pelo menos meados do século passado, a referência central. Pelo mar chegaram os primeiros colonizadores portugueses e os “invasores” franceses e holandeses que os portugueses se encarregaram de expulsar. Pelo mar chegaram os produtos do exterior, os escravos, os imigrantes, as idéias, os livros, a moda de Paris, os ideais de progresso e civilização. Durante muito tempo, os portugueses permaneceram “arranhando a costa como caranguejos”. Construíram fortificações para defender a costa dos possíveis “invasores”, fundaram cidades para reproduzir nos trópicos o modo de vida da “terrinha portuguesa” e comercializar produtos e escravos pelas rotas marítimas. A cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, fundada em 1565, sob o pretexto da expulsão dos franceses da Baía de Guanabara, é um bom exemplo desse estilo de colonização. A cidade conjugava as funções de porto e fortaleza, permitindo a defesa do território ao mesmo tempo em que mantinha as caravelas prontas para partir. Os colonizadores estavam sempre com um pé na terra e outro no mar. Não foi por acaso que o avô de Euclides morreu em Portugal. Ele, como muitos comerciantes portugueses que viviam no Brasil, passava parte de seu tempo em Portugal. Muitos queriam fazer fortuna e voltar. Nunca se desligavam da terra-mãe. O mar fez-se, assim, o mais importante caminho. E mesmo quando as elites aqui decidiram se fixar, enviavam seus filhos a Coimbra para estudar, reproduzindo no Brasil a cultura bacharelesca portuguesa. Assim, a fixação do colonizador no território brasileiro não se iniciou pela terra ferruginosa e áspera da caatinga, mas, antes, pela areia fina e branca das praias do litoral.

Durante todo o primeiro século de colonização, os portugueses seguiram seu tradicional costume de povoar apenas as costas e as regiões litorâneas, em evidente contraste com o tipo de colonização praticado na época pelos espanhóis. O avanço das expedições deu-se inicialmente no sentido do sul para o norte, beirando a faixa litorânea, cuja conquista significou a expulsão e o extermínio de grupos indígenas.<sup>5</sup> A fundação de vilas e cidades foi também motivada pela defesa do território contra “invasores estrangeiros”.<sup>6</sup>

Tomé de Souza, primeiro governador-geral do Brasil-Colônia (1549-1553), procurou impedir expedições para os sertões. Embargou até mesmo uma missão jesuítica, terra adentro, para construir uma “grande cidade”, que seria, na realidade, a porta aberta para o povoamento dos sertões. Além de só se estabelecerem à beira-mar, a ponto de serem chamados na Índia de “bate-praia” e, no Brasil, de “caranguejos”, os colonizadores portugueses mereceram de cronistas seus contemporâneos críticas severas pela pouca afeição que tinham à terra, ocupando-se apenas de nela “fazer açúcares”. Diogo Campos, escrevendo em 1612, queixava-se dos colonos que por aqui viveram “ao longo do mar, mais hóspedes que povoadores”. O malogro de algumas raras expedições em busca dos tesouros dos sertões reforçava essa tendência de ocupação litorânea, limitando por muito tempo a atividade econômica à lavoura canavieira, em algumas regiões costeiras.

Quais os fatores que viriam modificar essa tendência de ocupação territorial concentrada no litoral?

Alguns fatores contribuíram para modificar essa tendência, um deles ligado ao destino das bandeiras. Em meados do século 16, foram organizadas incursões ao interior, a partir de São Paulo. As bandeiras – formadas às vezes por milhares de homens e mantidas durante meses ou anos – visavam principalmente ao apresamento de índios para a lavoura, capturados nos aldeamentos organizados pelos jesuítas (estima-se que 300 mil índios foram escravizados entre 1614 e 1639, quando o bandeirantismo de apresamento

começou a declinar) e, até o final desse século, desbravaram vários pontos do território brasileiro, alargando as fronteiras muito além dos limites fixados pelo Tratado de Tordesilhas.<sup>7</sup>

Outro fator que contribuiu para a ocupação do interior foi o crescimento da pecuária como atividade periférica ao desenvolvimento da cultura do açúcar, exigindo mais terras para pastagem.<sup>8</sup> Com isso, pouco a pouco, as fronteiras do litoral Norte foram-se expandindo para o interior. O gado foi seguindo o curso dos rios. Como assinalou Afonso Arinos, os rios foram em muitos casos as portas dos sertões, guiando a conquista e o povoamento do território.<sup>9</sup> Pernambuco e Bahia foram os grandes irradiadores da pecuária pelo interior do Brasil. A partir de Pernambuco, a expansão da pecuária favoreceu a conquista do “sertão de fora”, ou seja, da Paraíba e Rio Grande do Norte até o interior do Ceará. Da Bahia, essa expansão se deu em direção ao “sertão de dentro”, rumo ao Rio São Francisco e, posteriormente, até a bacia do rio Parnaíba, o sul do Piauí e do Maranhão. No final do século 17 essas regiões começavam a ser povoadas, embora com intensidade desigual de região para região.

O ímpeto expansionista dos paulistas manifestou-se no século seguinte, dessa vez voltado para a busca de pedras e metais preciosos. Portugal vivia crise econômica que exigia novas fontes de riqueza e pôs-se, então, a incentivar a busca das minas de ouro e prata e das jazidas de pedras preciosas. Até 1620, as notícias que se tem do encontro de “minas” limitavam-se à capitania de S. Vicente e ao pouco ouro de lavagem aí encontrado. Em 1674, Fernão Dias Pais, juntamente com Manuel da Borba Gato, saiu de São Paulo em direção ao interior, em busca de prata e esmeraldas e, embora só tenha encontrado pedras verdes sem grande valor, sua bandeira desbravou o caminho para o encontro, pouco mais tarde, do que seria a rica região das Minas. Praticamente na mesma época saiu de São Paulo Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera, passando por Goiás rumo ao Brasil central, onde, mais tarde, também se acharia ouro.

Uma vez palmilhadas pelos colonizadores, as regiões do interior do Brasil tiveram destinos diversos. Os sertões seguiram muitos, e também suas histórias. Histórias dos “sertões de dentro”, dos “sertões de fora”, dos “sertões do norte”, dos “sertões do sul” e até dos “sertões do Rio de Janeiro”... Algumas tiveram seus contadores, outras se perderam nas memórias das gentes.<sup>10</sup>

Até meados do século 19, podem-se destacar duas grandes tradições de relatos sobre os sertões. Uma ligada à literatura de ficção, e outra a expedições de cunho científico. Na primeira incluem-se os autores que tomaram os sertões como tema para escrever novelas, contos, romances de folhetim, peças de teatro; na segunda englobam-se viajantes estrangeiros, militares e funcionários do governo que percorriam regiões longínquas para informar ao governo e embasar políticas e estratégias de ação. Essas duas grandes tradições partiam de preocupações diversas. Enquanto a primeira era marcada por questões de ordem literária, procurando criar estilo e temática próprios, a segunda definia-se principalmente pela ordem do conhecimento, tivesse ele fins de intervenção prática e política ou de agregação de novos dados ao conhecimento das regiões do globo terrestre.

#### O SERTÃO COMO VALOR, “ESCRITORES SERTANEJOS”

Machado de Assis, em crônica do dia 14 de fevereiro de 1897, ao tecer comentários sobre a Guerra de Canudos, aproveitava a ocasião para discorrer sobre o lançamento do novo livro de Coelho Neto, “contador das cousas do sertão”, intitulado *Sertão*. A crônica revelava algumas das opiniões de Machado sobre o tema. O evento em si da Guerra de Canudos não o sensibilizava. Depois de se referir com amarga ironia ao “fanático” Antônio Conselheiro “que fazia baixar os nossos fundos em Nova Iorque e Londres”, ele deixava claro o que considerava o único aspecto positivo que podia decorrer de toda aquela história: que tudo acabasse em literatura. Profetizava a emergência de um grande livro sobre o tema. Em sua previsão, Machado de Assis errava apenas com relação ao nome do autor. Para o

escritor fluminense, esse livro um dia seria escrito por Coelho Neto e não por Euclides da Cunha, como de fato ocorreu. Naqueles tempos, ele não poderia pensar mesmo de outro modo. Em primeiro lugar, porque Euclides da Cunha não era escritor. Em segundo lugar, porque havia uma tradição de “escritores sertanejos”, e Coelho Neto era um deles.

“Um dia, anos depois de extinta a seita e a gente dos Canudos, Coelho Neto, contador de cousas do sertão, talvez nos dê algum quadro daquela vida, fazendo-se cronista imaginoso e magnífico deste episódio que não tem nada de fim-de-século. Se leste o *Sertão*, primeiro livro da “Coleção Alva”, que ele nos deu agora, concordarás comigo. Coelho Neto ama o sertão, como já amou o Oriente, e tem na palheta as cores próprias de cada paisagem. Possui o senso da vida exterior. Dá-nos a floresta, com os seus rumores e silêncios, com os seus bichos e rios, e pinta-nos um caboclo que por menos que os olhos estejam acostumados a ele, reconhecerão que é um caboclo. Este livro do *Sertão* tem as exuberâncias do estilo do autor, a minuciosidade das formas, das cousas e dos momentos, o numeroso rol das características de uma cena ou de um quadro. Não se contenta com pinceladas breves e fortes; o colorido é longo, vigoroso e paciente, recamado de frases como aquela do céu quente “donde caía uma paz cansada”, e de imagens como esta: “A vida banzeira, apenas alegrada pelo som da voz de Felicinha, de um timbre fresco e sonoro de mocidade, derivava de um rio lodoso e pesado de águas grossas, à beira do qual cantava uma ave jucunda.” A natureza está presente a tudo nestas páginas. (...)

“Os costumes são rudes e simples, agora amorosos, agora trágicos, as falas adequadas às pessoas, e as idéias não sobem da cerebração natural do matuto. Histórias sertanejas dão acaso não sei que gosto de ir descansar, alguns dias, da polidez encantadora e alguma vez enganadora das cidades. Varela sabia o ritmo particular desse sentimento; Gonçalves Dias, com andar por essas Europas fora, também o

conhecia; e, para só falar de um prosador e de um vivo, Taunay dá vontade de acompanhar o Dr. Cirino e Pereira por aquela longa estrada que vai de Sant'Anna de Paranaíba a Camapuama, até o leito da graciosa Nocência. Se achardes no *Sertão* muito sertão, lembrai-vos que ele é infinito, e a vida ali não tem esta variedade que não nos faz ver que as casas são as mesmas, e os homens não são outros. Os que parecem outros um dia é que estavam escondidos em si mesmos. Ora bem, quando acabar esta seita dos Canudos, talvez haja nela um livro sobre o fanatismo sertanejo e a figura do Messias. Outro Coelho Neto, se tiver igual talento, pode dar-nos daqui a um século um capítulo interessante, estudando o fervor dos bárbaros e a preguiça dos civilizados, que os deixaram crescer tanto, quando era mais fácil tê-los dissolvido com uma patrulha, desde que o simples frade não fez nada. Quem sabe? Talvez então algum devoto, relíquia dos Canudos, celebre o centenário desta finada seita."<sup>11</sup>

A literatura sertaneja constituída na virada do século já era tradição consolidada. Machado cita precursores, como Fagundes Varela e Gonçalves Dias, e também contemporâneos, como o Visconde de Taunay e Coelho Neto. O cronista considerava uma das características distintivas da literatura sertaneja a ênfase nas descrições da natureza e de costumes rudes e bárbaros.

Além de Coelho Neto e Taunay, que outros escritores podiam ser considerados "escritores sertanejos"? Em que consistia a tradição da literatura sertaneja?

Antônio Cândido assinala que o regionalismo, desde os primeiros romances produzidos no Brasil, constituiu uma das principais vias de auto-definição da consciência local. No final do século passado, com José de Alencar, Bernardo Guimarães, Franklin Távora, Visconde de Taunay, essa vertente regionalista transformou-se no "conto sertanejo", alcançando voga surpreendente. Na opinião de Cândido, esse gênero era "artificial e pretensioso, criando um sentimento subalterno e de fácil condescendência em

relação ao próprio país, a pretexto de amor à terra”. O crítico considera ainda que a literatura sertaneja desse período expressou “um meio de encarar com olhos europeus as nossas realidades mais típicas”. O “conto sertanejo”, no seu entender, “tratou o homem rural do ângulo pitoresco, sentimental e jocoso, favorecendo a seu respeito idéias-feitas tanto do ponto de vista social, quanto, sobretudo, estético”. Uma “aluvião sertaneja” teria desabado sobre o país no final do século passado: “é a banalidade dessorada de Catulo da Paixão Cearense, a ingenuidade de Cornélio Pires, o pretensioso exotismo de Valdomiro Silveira ou de Coelho Neto de *Sertão...*”.<sup>12</sup>

Nessa “aluvião sertaneja”, é possível observar, sobretudo na década de 1890, a recorrência do tema da oposição entre a “roça” e a “cidade grande” e a emergência de tipos como o sertanejo e suas variantes, o caipira, o tabaréu e o jagunço, em oposição a tipos urbanos como o malandro, o burguês, o espertalhão e o capitalista. A literatura oscilava entre enaltecer a “cidade grande”, em especial a capital federal como *locus* da civilização e do progresso, e, pelo contrário, atribuir à cidade a fonte do mal, da corrupção e do perigo para desprotegidos e puros sertanejos que nela chegavam. Uma das características dessa literatura era atribuir à roça, ao sertão, à área rural a pureza, a fonte da autenticidade, a honestidade, mesmo que muitos “escritores sertanejos” concordassem não haver nada melhor para si próprios do que a vida na cidade grande, em especial na capital federal.

Como assinalou Luiz Fernando Duarte, o tema da oposição entre o universo rural, fonte das antigas e autênticas tradições em vias de desaparecimento, e o urbano, fonte de perigo e expressão de inevitável e avassalador progresso, é recorrente desde finais do século 18 na cultura ocidental.<sup>13</sup> O historiador Peter Burke observa que foi justamente nessa época que a Europa foi tomada pelo movimento de volta às “origens” das antigas “tradições populares”, procurando resgatar o que se estava perdendo com a mudança radical do panorama da Europa pré-industrial. Enormes transformações culturais foram empreendidas com a industrialização e o avanço dos ideais

de progresso e civilização. Burke aponta mesmo uma divisão entre dois mundos a partir do século 18. A televisão, o rádio e o cinema geraram efeito padronizador e profundamente modificador das atitudes e valores dos artesãos e camponeses dos inícios da Europa moderna. As estradas de ferro, o serviço militar obrigatório e a propaganda governamental foram fatores decisivos para corroer a cultura específica de cada província e converter as regiões em nações. A educação e a alfabetização transformaram-se em fenômenos universais, bem como a consciência de classe e o nacionalismo. A moderna confiança no progresso, na ciência e na tecnologia gerou um mundo absolutamente novo que, no alvorecer do século 19, se deu conta de que havia perdido imenso domínio cultural. Foi desse modo que um movimento surgido inicialmente na Alemanha, mas que logo se espalhou por diversas regiões da Europa, começou a resgatar antigas tradições desaparecidas ou em vias de desaparecimento que se concentravam sobretudo no universo essencialmente rural. Para muitos desses intelectuais, dos quais se destacaram o pioneiro Herder e os irmãos Grimm, o “artificial”, como “polido”, tornou-se termo pejorativo, e o “natural”, como “selvagem”, virou elogio. Muitos viajavam em busca de relíquias do que havia sobrado do velho mundo. Iam em busca de maneiras e costumes, de preferências dos mais simples e incultos. Procuravam resgatar a “inocência e a liberdade natural dos séculos pastoris”. Na Europa, “a maioria desses intelectuais provinha das classes superiores, para as quais o povo era um misterioso “eles”, descrito em termos de tudo o que os seus descobridores não eram (ou pensavam que não eram): o povo era natural, simples, analfabeto, instintivo, irracional, enraizado na tradição, no solo e na região, sem nenhum sentido de individualidade (o indivíduo se dispersava na comunidade). As relíquias desse mundo rural desaparecido eram consideradas de “uma simplicidade agradável e com muitos encantos naturais”. Antigas etnias eram consideradas “raças valorosas”. Povos considerados selvagens, naturais e livres das regras do classicismo exerciam forte atração num mundo civilizado e urbanizado.”<sup>14</sup>

No Brasil, nos últimos anos do século 19, entre as tendências mais significativas da literatura destacavam-se, de um lado, crônicas e romances que tematizavam o mundo urbano e cosmopolita, dos quais Machado de Assis foi a expressão mais bem acabada e, de outro lado, crônicas e romances que tematizavam a nostalgia da vida do campo. Esse sentimento nostálgico dos costumes tradicionais na área rural desaguou naquilo a que Antônio Cândido se referiu como “aluvião sertaneja”.

Entre os autores que exploraram a temática da oposição entre a “roça” e a “cidade grande” estão Artur Azevedo e Coelho Neto. Artur Azevedo foi autor bastante conhecido na época. Encenava peças de teatro de gênero satírico e humorístico. Nascido em São Luís do Maranhão, em 1855, o escritor fez o mesmo trajeto que faziam aqueles que queriam vencer nas letras e não haviam nascido no Rio de Janeiro: veio para a capital federal. No Rio de Janeiro, destacou-se por introduzir o teatro musicado e redigir numerosas revistas, burletas e operetas de sucesso, entre as quais, *Tribofe* (1891); *A Capital Federal* (1897) e *O Jagunço* (sobre a guerra de Canudos, em 1897). Foi também poeta lírico, humorista e jornalista, e membro da Academia Brasileira de Letras.

Nove anos mais moço do que Artur Azevedo, Henrique Coelho Neto era também natural do Maranhão, da pequena cidade de Caxias. Filho de pai português e mãe brasileira (os biógrafos usam a categoria “índia civilizada” para se referir à sua origem), Coelho Neto seguiu para o Rio de Janeiro com os pais em 1870, com a idade de seis anos. Em 1882, iniciou o curso da Faculdade de Medicina, mas o abandonou. Em 1883, foi para São Paulo cursar a Faculdade de Direito, mudando-se para o Recife um ano depois para continuar o curso. Lá conheceu Tobias Barreto. Abolicionista e republicano, retornou à Corte em 1885, escrevendo no jornal de José do Patrocínio, *Gazeta da Tarde*. Em 1890, casou-se. O casamento teve o significado de ascensão social e de inserção na capital federal. O pai da noiva era secretário da Fazenda do Estado do Rio, e Coelho Neto foi nomeado

secretário de governo. Escreveu numerosos romances, entre os quais *A Capital Federal* (1893) e *Sertão* (1896). Em 1901, conheceu Euclides da Cunha em Campinas, dele ficando muito amigo. Quando Euclides morreu tragicamente em 1909, foi Coelho Neto o autor de um comovido discurso durante a cerimônia do enterro. Em 1928, completou 100 volumes publicados com o livro *A cidade maravilhosa*, sendo então consagrado como “Príncipe dos Prosadores Brasileiros”. Morreu em 1934.

Coincidentemente, esses dois escritores maranhenses escreveram livros com o mesmo título: *A Capital Federal*. Uma breve análise desses dois livros fornece a medida de como o tema da oposição “interior (sertões) X cidade grande” estava em voga e, mais do que isso, era um dos temas prediletos dos “escritores sertanejos”, que, de maneira geral, eram oriundos de outros estados e chegavam à capital federal em busca de consagração nas letras.

O romance de Coelho Neto, publicado em 1893, traz o sugestivo subtítulo *impressões de um sertanejo*. O argumento central é a viagem de um rapaz que sai do interior em direção à capital federal para a casa de um tio que lá enriqueceu. O livro gira em torno das impressões de viagem desse “sertanejo” que deixa a fazenda, a paisagem bucólica do campo, as galinhas e os milhos para ganhar a estrada em direção às maravilhas da civilização de uma cidade que sempre sonhou conquistar. A viagem do “sertanejo” de Coelho Neto segue a direção inversa da viagem que Euclides acabara de realizar, quando de grandes cidades, como o Rio de Janeiro e São Paulo, partiu para a penetração do interior, dos sertões áridos e “bárbaros”. Esse livro dá indicações preciosas com relação a dois temas importantes para as elites e os escritores do período. Primeiro, é possível observar a idealização da cidade como o *locus* da civilização e do progresso, meta de todo provinciano com algum recurso; em segundo lugar, é também possível perceber como nesse momento começava a ocorrer um movimento no sentido inverso, um movimento de valorização dos sertões, do interior, como o lugar da pureza e da autenticidade. Não é por acaso que o subtítulo do romance de Coelho

Neto atribuía sentido mais amplo à categoria “sertanejo”, que não se referia a uma região em especial, mas a todo e qualquer habitante do interior. Além disso, o herói do romance, Anselmo, não era egresso das camadas populares, mas, sim, de uma pequena elite local. Seu tio é apresentado como o exemplo do sertanejo que venceu na cidade grande. O romance expressava, assim, a meta dos escritores que, como o próprio Coelho Neto, nasceram em províncias obscuras e de pouca visibilidade. Num mercado literário que apenas começava a se esboçar, tornara-se condição *sine qua non* seguir em direção ao Rio de Janeiro, ser um nome conhecido nas rodas da Rua do Ouvidor. É importante observar que essa característica centralizadora do campo literário brasileiro vigorou da segunda metade do século 19 até o incremento do surto editorial nos anos 20 em São Paulo, tendo à frente o escritor Monteiro Lobato.

#### TRAJETÓRIAS E POSSIBILIDADES DOS “ESCRITORES SERTANEJOS”

Se tomarmos para “escritores sertanejos” a definição ampla dos escritores nascidos no interior, em diferentes províncias e regiões do país, em oposição àqueles que nasceram nas principais cidades, especialmente na capital federal, percebemos que esse grupo era bastante amplo, integrando escritores vindos de diversas regiões do país. Os “escritores sertanejos” contemporâneos de Euclides da Cunha, como Afonso Arinos, Coelho Neto, Artur Azevedo, Sílvio Romero, Franklin Távora, Araripe Júnior, José Veríssimo, começaram suas carreiras nas regiões de origem. Alguns efetivamente realizaram, por algum tempo, trabalhos literários no estreito campo literário local ou regional, como foi o caso de José Veríssimo, no Amazonas, que escreveu contos e ensaios sobre costumes e lendas na região amazônica, ou Araripe Júnior que fundou uma “Academia Francesa” no Ceará, ou ainda Sílvio Romero que, como assinalaram seus contemporâneos, nunca perdeu o ar de “matutão zangado” e escreveu seus mais importantes trabalhos sobre folclore inspirando-se nas antigas histórias que ouvia quando criança no

engenho Moreira, em Sergipe. Exemplo mais contundente ainda foi o de Franklin Távora que, assumindo positivamente sua identidade de “escritor do norte”, decidiu lançar um manifesto em defesa da “literatura do norte”, assinalando mesmo que se tratava de literatura mais autenticamente brasileira do que a do sul. Mas, ainda que alguns desses escritores tivessem encontrado algum campo de trabalho em suas províncias de origem, a posição da maioria era de extrema ambigüidade. Se, por um lado, representavam uma certa elite local em seus lugares de origem, desfrutando de posição de vanguarda nos salões e nas instituições das províncias, por outro lado, ressentiam-se do estreitamento das idéias nesses locais. A saída, de modo geral, era partir em direção à capital federal. Chegando no Rio de Janeiro, a situação se complicava, pois a maior parte desses escritores não dispunha do capital necessário e não manipulava adequadamente os códigos para “vencer na cidade”. Muitos deles passavam a freqüentar as confeitarias, procurando aprender os hábitos e costumes “civilizados” da capital. Alguns, como Coelho Neto, alcançaram boas posições em parte por meio do casamento. De modo geral, procuravam assegurar relativa estabilidade financeira em empregos e cargos no serviço público. Para editar seus livros, tinham que disputar espaço nas poucas editoras existentes no país ou mandá-los para a França ou Portugal.

O mercado editorial era dominado por editores franceses ou portugueses. Francisco de Paula Brito foi o único editor brasileiro, de finais do século 19 até 1919. Criou a revista de maior duração no período, a *Marmota Fluminense*. Publicou autores do Romantismo, como Gonçalves Dias e Gonçalves de Magalhães, além das comédias de Martins Pena, e teve Machado de Assis como seu revisor de provas. No coração do centro comercial destacavam-se duas livrarias, uma em frente à outra, a Garnier e a Laemmert. Eram, na verdade, duas casas editoras que, tendo iniciado suas atividades em meados do século anterior, representaram um marco no setor editorial. Foi com elas que a publicação de livros se separou da edição de

jornais. Porém, sobretudo no caso da Garnier, os livros eram impressos no exterior, principalmente na França ou em Portugal, uma vez que a indústria de papel era incipiente, os equipamentos gráficos praticamente inexistiam, e toda a indústria nacional engatinhava.

A Laemmert iniciou suas atividades como livraria, a Livraria Universal, em 1833. Dirigida por dois irmãos, Heinrich e Eduard Laemmert, começou a funcionar também como editora a partir de 1837, inaugurando a *Typographia Universal*. Entre suas publicações, a mais famosa era o *Almanack Laemmert* que surgiu ainda no Império como o almanaque administrativo, mercantil e industrial da Corte e província do Rio de Janeiro. Os Laemmert publicavam obras gerais, como dicionários, uma coleção de máximas, obras de medicina, seleção de poesias brasileiras, estudos de literatura contemporânea. Publicavam ainda livros traduzidos do francês, mas seu forte eram os originais alemães. Chegaram a editar Goethe e foram pioneiros na literatura infantil, editando, entre outros, *As Aventuras do Barão de Münchhausen*. A editora aventurou-se também, embora em pequena escala, na edição de livros didáticos.

A Livraria Garnier dividia com a Laemmert (Universal) o mercado de livros, concentrando-se na publicação de literatura. Dirigida pelo francês Baptiste Louis Garnier, seus livros eram impressos em Paris e Londres. Criada em 1844 e considerada a principal responsável pelo início do desenvolvimento editorial brasileiro, a Garnier teve a seu favor pontos importantes como pagamento regular de direitos autorais, boa remuneração aos tradutores, formação de um corpo fixo qualificado de redatores-revisores e maciço investimento em literatura, tanto européia quanto nacional. Baptiste Louis publicou, entre outros, Honoré de Balzac, Walter Scott, Charles Dickens, Alexandre Dumas e Oscar Wilde. Com forte tino comercial, conservador e nada afeito a riscos, ele priorizava a edição de autores consagrados. Editou a maioria das obras dos romancistas brasileiros importantes de seu tempo. A numerosa equipe de autores da Garnier incluía José de Alencar, Joaquim

Manuel de Macedo, Graça Aranha, Gonçalves Dias, Álvares de Azevedo, Joaquim Nabuco, Sílvio Romero, Olavo Bilac, José Veríssimo, Artur Azevedo, Bernardo Guimarães, Paulo Barreto (o João do Rio). Baptiste Louis Garnier foi também o primeiro e principal editor de Machado de Assis.

No interior da Editora Garnier, no andar térreo, um em frente ao outro, dois extensos balcões de madeira de lei polida separavam as estantes das 12 cadeiras que serviam de palco aos informais debates literários que se realizavam todas as tardes sob a liderança de Machado de Assis. Eram as “cadeiras dos doze apóstolos”. O mestre era Machado de Assis, o único a ter lugar cativo. Os demais se revezavam entre os escritores que alcançavam consagração em diferentes períodos. Machado de Assis manteve longa liderança nessa que foi praticamente a única grande editora a publicar autores brasileiros. Por esse motivo, escritores que almejassem editar seus livros na Garnier disputavam a possibilidade de desfrutar das conversas de fim de tarde na editora e, na melhor das hipóteses, a condição de serem incluídos entre os “apóstolos”. José Veríssimo, Mário de Alencar, Joaquim Nabuco, Clóvis Beviláqua, Coelho Neto, Olavo Bilac foram assíduos nesse ritual e desfrutaram da benevolência do mestre.

Numa sociedade restrita, em que uma editora reinava soberana na publicação de autores brasileiros, os “escritores sertanejos” não tinham muitas opções para editar seus livros: deviam “cair nas boas graças” de Machado de Assis ou dos poucos editores da capital. Outra forma era publicar em fascículos nos jornais na capital federal ou mesmo nas capitais mais importantes, como São Paulo. Fora dessas opções ou até mesmo para atingi-las deveriam freqüentar livrarias, cafês, salões e confeitarias, anunciando seus produtos, ou seja, recitando seus poemas, declamando suas crônicas ou lendo os capítulos dos livros que escreviam. Esse ritual mundano era tão intenso, que Brito Broca menciona autores, como Paula Nei, que permaneceram toda a vida alimentando o circuito da “literatura oral” dos cafês e confeitarias, sem ter conseguido editar um livro sequer.

Grande parte dos “escritores sertanejos”, como Coelho Neto e Olavo Bilac, procurou inserir-se no circuito da capital federal, seguindo os princípios rituais de uma sociedade de corte comandada por Machado de Assis. Mas havia também aqueles que não se sujeitaram a essas regras e realizaram oposição sistemática ao “pólo fluminense”. O exemplo de Sílvio Romero é paradigmático. Tendo recebido crítica negativa de Machado de Assis, Romero partiu para a ofensiva, adotando um estilo polêmico.<sup>15</sup>

Outra alternativa para os “escritores sertanejos” consistia em seguir para o exterior, principalmente para Paris. Os que dispunham de maior capital econômico e social, como Afonso Arinos de Mello Franco, viviam parte do tempo em suas regiões de origem e parte em Paris. Havia ainda a alternativa de ir para São Paulo que, além de vir-se tornando grande pólo econômico, congregava uma elite de grandes proprietários e industriais muitas vezes dispostos a patrocinar artistas e intelectuais. Afonso Arinos e Euclides da Cunha foram “escritores sertanejos” que tiveram boa acolhida na capital paulista, inserindo-se em dois importantes jornais do período.

Muitos desses escritores foram percebendo que uma das maneiras de participar do restrito mundo das letras era por meio da afirmação de um capital diferencial que só eles possuíam: as histórias e lendas “sertanejas”. Quanto mais a cidade se modernizava, quanto mais o país se industrializava, mais a nostalgia do campo, do rural, do sertanejo, da natureza bucólica entrava em voga. Afonso Arinos, Coelho Neto, Sílvio Romero, para citar só alguns, souberam fazer uso desses temas.

Valorizar o sertão na literatura não impedia que muitos desses escritores se adaptassem plenamente aos costumes e hábitos cosmopolitas das cidades. Afonso Arinos, Coelho Neto, José Veríssimo e Franklin Távora estavam entre aqueles que demonstravam saudade da terra natal por *chic*, pois integraram-se plenamente à “vida civilizada” da capital federal, da capital paulista ou da capital francesa. Mas havia aqueles “matutões zangados”, Sílvio Romero e Euclides da Cunha entre eles, que afirmavam sua con-

dição de interiorano, ostentando positivamente sua inadaptação à “vida fútil da cidade grande”.

Em suma, podemos distinguir um grupo de escritores vindos de diferentes províncias, buscando a afirmação na capital federal. Esse grupo manteve uma identidade e fez uso dos “temas sertanejos”, criando uma literatura diferente da que era produzida pelos escritores fluminenses, como Machado de Assis. Entretanto, essa identidade não foi suficientemente forte a ponto de criar um pólo alternativo ao da capital federal. A tendência principal foi a de procurar a incorporação junto ao pólo dominante, tendência que se acentuou com a fundação da Academia Brasileira de Letras, em 1897, e com o fortalecimento da crítica literária, cuja hegemonia ficaria com três “escritores sertanejos”: Araripe Júnior, Sílvio Romero e José Veríssimo.

É importante observar que as diferenças entre “escritores de províncias” e “escritores da capital” não foi fenômeno apenas brasileiro. Anne-Marie Thiesse, do Centre d’Ethnologie Française, situa no período da *Belle-Époque*, isto é, durante a virada do século, o surgimento do movimento literário regionalista francês, que perdurou até 1945. Segundo a autora, esse movimento era constituído de uma rede de escritores preocupados com o tema do regionalismo, especialmente a oposição entre o mundo rural tradicional e a modernidade urbana. A idéia de uma rede no espaço e no tempo expressa o que de fato aconteceu, já que esse movimento não chegou a formar escola com doutrina clara e líderes especialmente voltados para a causa do regionalismo. Por meio dessa rede, diferentes laços entre os escritores e as obras estabeleceram-se — individuais ou coletivos, estáveis ou transitórios. Incluíram-se nesse movimento tanto poetas camponeses quanto romancistas consagrados e até mesmo professores universitários preocupados com a questão regional, sem que todos tenham tido necessariamente relações entre si.

O período conhecido por *Belle-Époque* foi justamente um período de grande efervescência nos meios artísticos e intelectuais franceses, marcado

pela constituição das chamadas “vanguardas” voltadas para a inovação e a pesquisa no campo literário e estético. Enquanto em Paris, nos cafés e quartos do Quartier Latin, pequenos círculos de artistas e intelectuais viviam em clima de grande agitação e efervescência, em várias cidades do interior criavam-se revistas e grupos de jovens escritores. Em geral, esses movimentos literários das províncias eram compostos por indivíduos pertencentes a segmentos das elites locais. Num primeiro momento, esses grupos que adotavam as modas e as controvérsias de Paris injetavam as novidades da capital nos “poeirentos salões das províncias”. Mas, desde o início, começou a esboçar-se a tendência à descentralização literária ou, como assinalou um crítico parisiense, “o despertar literário das províncias”.

Mas, indaga-se Anne-Marie Thiesse, qual era de fato o estatuto desses grupos e desses escritores? Visavam eles a se impor sobre o campo local ou sobre a cena nacional, isto é, parisiense? Segundo a autora, o segundo objetivo era mais atrativo, mas também mais custoso e arriscado. A circulação no campo cultural nacional era muito difícil, principalmente para os provincianos pouco armados para vencer. Eles não dispunham dos relacionamentos e dos conhecimentos necessários, transmitidos pelas famílias ou adquiridos nos bancos dos liceus e colégios da capital. Conheciam mal os costumes dos meios artísticos e intelectuais. Não sabiam tomar parte em conversações que lhes pareciam fúteis. Essas dificuldades eram ainda maiores quando esses provincianos eram de origem social modesta, precisando ganhar a vida em empregos subalternos.

Os jovens escritores de província viviam o dilema – que se refletia em seus escritos e em suas correspondências – entre o desaparecimento anônimo numa capital saturada de intelectuais e a anulação de suas capacidades numa província incapaz de estimular e de acolher a vida cultural. Um tema aparecia com frequência, o da jovem camponesa seduzida pela cidade grande que terminava seus dias na miséria e na prostituição.

Uma das alternativas para esse impasse foi a de reforçar e enriquecer o campo local, aderindo a reivindicações descentralizadoras e regionalistas. Para tornar mais vivo o espírito da província, apregoavam também a autonomia administrativa e econômica das regiões e a criação de centros locais que não estivessem submissos a Paris. Os mais engajados lançaram programas de regionalização do ensino, da criação de museus regionais e de escolas de arte que valorizassem o patrimônio local, além do desenvolvimento de rubricas regionais da imprensa nas províncias e o encorajamento de artistas e escritores locais. Em 1900, foi fundada a Federação Regionalista Francesa por um dos maiores nomes do regionalismo, o escritor Jean Charles-Brun.

Durante os anos 1900-1930, multiplicaram-se as associações literárias regionais e suas revistas. Mas, apesar de essas revistas e associações regionais fornecerem aos escritores provincianos certa visibilidade e possibilidades de expressão, o campo local era percebido como restrito. Por esse motivo, foram desenvolvidos laços transregionais. A preocupação de marcar a existência de um campo literário provincial e sua autonomia com relação ao campo parisiense deu-se por meio da evocação da vida provinciana e, particularmente, da vida popular. Julgados demasiadamente rústicos pelos escritores parisienses, eles transformaram essa inferioridade em trunfo. O regionalismo designava-se como renascimento, opondo a autenticidade, o frescor, a saúde da cultura que lhe era fonte de inspiração à decadência e decomposição da produção literária parisiense. Os regionalistas acusavam os escritores parisienses de tematizarem o adultério, o crime, o roubo. O espírito da província seria são, bastante vigoroso, capaz de renovar e purificar a arte de escrever romances. Os escritores regionalistas identificam-se com a saúde, a sinceridade, a verdade. Principalmente os poetas guardavam o gosto pela evocação elegíaca ou nostálgica da natureza. Cultivavam analogias entre paisagens e estados da alma. O romance regionalista na França conheceu grande desenvolvimento durante toda a primeira metade do século 20. Uma das

características era a representação da cidade como elemento perturbador e fonte do perigo. A tentação do mundo da cidade grande era freqüentemente personificada por uma mulher, em geral uma costureira. Alguns desses escritores representaram de forma bastante maniqueísta a oposição entre o universo rural tradicional e a modernidade urbana.<sup>16</sup>

#### O “ESCRITOR SERTANEJO” ANSELMO

O livro *A Capital Federal*, de Coelho Neto, é eloqüente por expressar dois movimentos importantes nas trajetórias de muitos “escritores sertanejos” no Brasil do final do século 19: a chegada à capital federal acompanhada do deslumbramento inicial; a sensação de perda das referências originais e a retomada dos antigos valores rurais e sertanejos.

Ao chegar à capital federal, o “escritor sertanejo” Anselmo foi recebido pelo tio na estação e conduzido num *tour* pela cidade. Anselmo ficou absolutamente extasiado diante das maravilhas da capital federal. Na suntuosa residência do tio, fez longa reflexão que representou tomada de consciência da situação em que se encontrava até então. Vivendo toda a sua vida no campo, ele se dava conta de que lhe faltava algo. Concluía com alguma angústia que, até então, tinha sido um ignorante. Mas acreditava que ainda haveria tempo para sair do estado em que se encontrava. Levado pelo tio, estava tendo a grande oportunidade de sua vida. Na cidade, aos poucos, entraria para o mundo do conhecimento, de “uma vida nova, buliçosa e surpreendente”. Diante dessa certeza, Anselmo decidiu, num gesto dramático, entrar na banheira de mármore da residência apalaçada do tio para “receber o batismo da civilização, deixando na água morna a poeira dos caminhos e a barbárie da sua alma ignorante e insaciada”. Administrando-se o ritual de iniciação, o sertanejo introduzia-se em outro mundo: o urbano.

“De papo para o ar comecei a pensar na delícia da vida e achei mesquinha a casa paterna, taciturna e calada, entre árvores murmu-

rantes, invadida pelas moscas e pelos gafanhotos, com os corredores sombrios, atravancados de selins, às vezes visitada pelos bacorinhos que vêm grunhir em baixo da mesa de jantar, catando os restos do almoço. Pareceu-me triste e acanhada a existência que eu levava nesse vale melancólico sem agitação e sem conforto, ignorante de tudo, longe de imaginar que o mundo podia proporcionar delícias de tal ordem – delícias como aquela sala de jantar, delícias como aquele banheiro, onde meu tio tonificava as suas banhas e onde eu ia, enfim, lavar-me para entrar limpo e lépido na vida nova, buliçosa e surpreendente, que eu sentia rumorejar ao longe, nessa grande cidade atravessada, amolecida e sonolentamente, nas almofadas fofas do carro do ruivo. Ia enfim ver o mundo. Aquele banheiro que ali estava era a pia onde o mais novo, o mais esperançoso rebento dos Ribas ia, contrito e nu, receber o batismo da civilização, deixando na água morna a poeira dos caminhos e a barbárie da sua alma ignorante e insaciada. Confesso que tive inveja da sorte de meu tio e lastimei profundamente os meus que lá haviam ficado chocando pintos e debulhando o grão.”<sup>17</sup>

Entretanto, com o passar do tempo, Anselmo foi-se dando conta de que a miragem da cidade grande não correspondia exatamente à realidade. Ao mesmo tempo, foi tomado pela nostalgia dos sertões e da casa paterna:

“comecei a sentir-me invadido por uma tristeza que me caía na alma, suave e melancólica como um crepúsculo. (...) vi como em cenário, num longínquo horizonte nebuloso, aéreo, a paisagem silenciosa da minha terra, no vale fresco e verde, no fundo do qual escorre, quase sem bulha, o córrego das Almas, que vai de sítio em sítio, abeberando as hortas e os rebanhos, sempre manso e sempre claro, que não o toldam senão as flores dos espinheiros que o margeiam, e essas, pobrezinhas! com um leve frêmito d’água, desfazem-se, desaparecem e passam quase invisíveis como um porem sutil.”<sup>18</sup>

Além da nostalgia do sertão, Anselmo passou a valorizar cada vez mais sua identidade de sertanejo por constatar que os jovens da capital federal seriam “rapazes pálidos, de olhos tristes, que passavam acobreados e exaustos, sem viço, sem entusiasmo, frouxos e melancólicos, sugados pelo vampiro da anemia, derreados pelas vigílias devassas”. Por oposição, Anselmo emitia sua opinião sobre o sertanejo: “um homem sólido e másculo”. Nessa passagem, o sertanejo aparecia como um tipo sólido, forte e viril, por oposição ao tipo da cidade mais frouxo, pálido, anêmico, desvitalizado.

É importante ressaltar que o romance de Coelho Neto tinha muito de autobiográfico. A valorização do tema do sertão e do sertanejo era moeda corrente para a afirmação dos escritores recém-chegados das províncias. Percebe-se aqui a construção de um capital simbólico que traria boas repercussões para os “escritores sertanejos”. Em estilo menos eloqüente, o personagem principal de *A Capital Federal* estava expressando uma das fórmulas que consagrariam alguns anos depois o autor de *Os Sertões*. Coelho Neto referia-se ao sertanejo como um tipo forte e viril; Euclides da Cunha usaria também a categoria *forte* para qualificá-lo: “o sertanejo é antes de tudo um forte”. O sertão passava a ser valorizado com os escritores sertanejos e geralmente associado à autenticidade, pureza, sinceridade, por oposição à cidade que remetia à contaminação, poluição, ao engano, à ilusão. O próprio Machado, escritor urbano por excelência, ao comentar a literatura sertaneja, deixava escapar ambigüamente o quanto lhe parecia “enganadora”, se bem que “encantadora”, a polidez das cidades. A literatura sertaneja construía-se tendo por base a oposição campo/cidade, com a valorização do primeiro termo sobre o segundo. O sertanejo era descrito como um tipo rude, primitivo, simples, mas, também, puro, autêntico, honesto, sincero.

“O Rio começava a aparecer-me. A vitória corria cruzando-se com outros carros elegantes, onde iam senhoras faustosamente vestidas. Dos *bonds* espiavam-nos com interesse curioso. Eu encolhia-me para

que me não vissem, ia ali assim com um deus num nicho, apenas visível para os que, como eu, passavam luxuosamente em carruagens e que nos procuravam reconhecer. Meu tio, habituado ao luxo, ia indiferente, todo preocupado com o seu charuto, eu não, mostrava-me, queria que as mulheres olhassem para o meu rosto rosado e fresco, para os meus olhos femininos, para os meus lábios purpúreos e carnudos, para os meus bigodes sedosos, para o meu largo peito forte, e que reconhecessem em mim um modelo de homem, um remanescente da idade morta, quando a força era divinizada e o músculo merecia poemas; um sólido e másculo exemplar de sertanejo capaz de amá-las com mais ardência e com mais impetuosidade do que esses rapazes pálidos de olhos tristes, que passavam acabrunhados e exaustos, sem viço, sem entusiasmo, frouxos e melancólicos, sugados pelo vampiro da anemia, derreados pelas vigílias devassas.”

Em contínuo processo de desilusão, Anselmo começava a desdenhar a Rua do Ouvidor, emblema da capital federal:

“uma desilusão, meu tio, disse eu, murcho. (...) Pode ser que esta rua seja uma maravilha, mas infelizmente, antes de vê-la, antes de pisá-la, eu a sonhara (...) uma avenida como as que tenho admirado em gravuras, como as que tenho visto descritas: com grandes casas apalaçadas, ruas cuidadosamente calçadas de mármore... arquitetura e gosto, arte e elegância, e largueza, sobretudo, meu tio; largueza, muita largueza... (...) Parado em meio da rua, olhando, eu sentia caírem dentro de mim, um a um, todos os meus sonhos ingênuos de roceiro. (...) a rua que eu antevira, a rua que eu sonhara... Ó divinos jardins suspensos! ó avenidas de loureiros e anêmonas! como estais longe da esplêndida passagem que meus olhos viam em arruobos, quando me punha a pensar nesta viagem ao Rio e realizava, embevecido, de olhos fechados, deitado na relva, tamborilando no ventre, o meu passeio elegante pela calçada de mármore branco, refrescada,

duas vezes ao dia, com esguichos d'água de rosas. (...) perdoa-me, artéria da civilização patricia, perdoa-me, avenida da elegância e do espírito fluminense, não passas de uma viela atarracada e sórdida."

O tio de Anselmo contra-argumentava que a Rua do Ouvidor tinha lá os seus encantos, que era preciso a Anselmo iniciar-se nos seus segredos, nos seus mistérios. O tio enunciava o que a seus olhos lhe parecia ser o paradoxo da Rua do Ouvidor. Se à primeira vista ela efetivamente se assemelhava a um beco, por outro lado, era nesse beco que estavam concentradas algumas das instituições e dos órgãos mais importantes da economia, da política, da literatura, enfim, da "vida nacional":

"Mas queres saber a razão principal da sua nomeada? (...) É que ela é o centro da vida nacional. (...) Todos os fatos da nossa política e da nossa literatura derivam da rua do Ouvidor – ela é o estuário que recebe todas as correntes, o centro para onde convergem todas as forças da nação e de onde escoa a seiva intelectual... Tem ali a imprensa, e levantou a bengala para uma sacada onde havia uma comprida tabuleta negra com grandes letras brancas – e passando a bengala com um ponteiro prosseguiu: o comércio, a indústria (...) o câmbio, as leis, tudo quanto orienta e desorienta o Brasil sai daqui... A meu ver a nossa forma de governo é a rua do Ouvidor, a nossa religião é a rua do Ouvidor – as constituições, os figurinos e os atos de fé saem desse beco. Isto é a a pia lustral que consagra os fatos e os homens. Esta rua ecoa todos os sucessos do mundo como na vida fisiológica o cérebro, por um fenômeno de repercussão nervosa, reflete todas as sensações do corpo. (...) As mulheres, para imporem a sua formosura, descem e sobem a rua várias vezes. Há um talento prodigioso por aí, além... quem o conhece? Ninguém! Quantos poetas vivem ignorados por esses recantos, sem jamais alcançarem a glória da publicidade ? (...) Para imortalizar um homem só o sufrágio coletivo, e a urna aqui está. Tenho a certeza de que o Simão (re-

fere-se a um escritor de suas relações) com um dia de rua do Ouvidor, faria mais pela glória do seu estro do que tem feito com 28 anos de trabalho modesto no canto obscuro do Tamanduá, entre os milhos. Bastava que recitasse dois ou três sonetos. (...) O caminho da glória é este, Anselmo.”

Outro personagem, dr. Gomes de Almeida, também chegado do interior, comentava com Anselmo, num bar da Rua do Ouvidor, que ao chegar à capital tivera a mesma decepção com a afamada rua. Sua decepção tinha sido ainda maior, quando, viajando pelo mundo, se deparara com outras cidades famosas. O dr. Gomes de Almeida fez longo discurso sobre o valor negativo da civilização e do progresso, que estaria descaracterizando a face autêntica e verdadeira do interior, dos sertões e, por consequência, das nações: “Quando desembarquei em Beirute, que é, por assim dizer, a porta da Síria, senti tal aperto d’alma que a minha vontade foi voltar para a cabine, a bordo do paquete, que ainda se balançava no porto. Tudo nessa terra ancestral estava entulhado pela civilização, aluído pelo progresso: a indústria fincara os obeliscos das chaminés, que fumegavam como em Londres, como em Bruxelas, como em Amsterdã, a pátria da genebra e dos organistas. O beduíno, em vez de trajar, como nos tempos históricos, o albornoz listrado, encolhia-se sentado a um canto, fumando um cachimbo *Cambier*, raspando com as unhas as pernas magras, vestido com um paletó cor de cinza, de gola de veludo. (...) É verdade que encontrei um filho do deserto, autêntico, mas apesar do seu traje pitoresco de *scheik*, apesar do *yatagan* e do cinto vermelho, ruminava um francês duro, oferecendo umas pedrinhas claras de uma fonte milagrosa citada pelo Profeta”.<sup>19</sup>

O tema da perda das raízes, da ameaça de perda da autenticidade e, por conseguinte, da singularidade dos povos pela chegada diluidora do progresso e pela tendência pasteurizadora da civilização era já freqüente entre “escritores sertanejos”. Uma das soluções apontadas para a resolução desse

impasse consistia justamente em estimular que se fizesse o movimento inverso dos portugueses, ou seja, dar as costas ao mar e penetrar o interior. Em recônditas regiões dos sertões, fossem eles mineiros, paulistas, fluminenses, baianos, maranhenses, sergipanos e assim por diante, alguns escritores acreditavam estarem depositadas as fontes mais autênticas da nacionalidade, aquelas características que singularizariam o Brasil enquanto nação, resguardando a população da perda da identidade pelo avanço da civilização. O romance de Coelho Neto me parece emblemático por expressar, ainda que de forma pouco eloqüente e até caricatural, temática e debate que ganharam relevância na virada do século. Foi com esse romance que o escritor, então com 19 anos, debutou na literatura, em 1893, publicando-o no jornal fluminense, *O País*, sob o pseudônimo de Anselmo Ribas, o protagonista da estória. O subtítulo *impressões de um sertanejo* sinaliza ainda para o aspecto autobiográfico desse livro que efetivamente chegou a fazer sucesso no período, tendo sido reeditado quatro vezes até 1915.<sup>20</sup>

O escritor sinalizava de maneira didática como o deslumbramento dos “escritores sertanejos” face às “maravilhas da civilização” desvanecia-se gradativamente ao contato com a realidade nua e crua da capital federal. Prosseguindo no relato do percurso de Anselmo, numa confeitaria da Rua do Ouvidor, local de encontro e confraternização dos escritores, o autor mostra como o sertanejo teria sido levado a refletir sobre as contradições da cidade por um distinto cavalheiro com ares cosmopolitas que passou a relatar-lhe as viagens que fez ao redor do mundo. É a autoridade desse cavalheiro viajante que reforça as conclusões de Anselmo sobre os paradoxos e os perigos do progresso que fatalmente destruiriam as tradições mais autênticas dos povos: “O passado vai desaparecendo sob cartazes de cores. Não há mais antigüidades, não há mais tradições, o que hoje há é uma avidez sórdida de dinheiro – conclui Anselmo”.

A confeitaria passou a ser o lugar onde Anselmo desenvolvia com o dr. Gomes de Almeida suas idéias. As confeitarias, especialmente a Colombo,

eram os trampolins dos novos. Os consagrados, como Machado de Assis, preferiam as livrarias, como a Garnier ou a Paula Brito.<sup>21</sup> Em sua estada na capital federal, Anselmo freqüentava a confeitaria religiosamente todos os dias. Lá conheceu pessoas que julgava importantes. A cada dia, um tema diferente era debatido em animadas prosas. Numa dessas ocasiões, o tema da literatura nacional tomou a cena. O dr. Gomes de Almeida afirmava não acreditar na existência de literatura nacional no Brasil pela “falta do caráter de originalidade”. Os escritores brasileiros estariam copiando fórmulas do exterior: “Não há propriamente uma literatura nacional porque, por infelicidade, ninguém se preocupa com a terra. Os olhos dos nossos poetas vêem as constelações de outros céus, as águas de outros rios, a verdura de outras selvas”.<sup>22</sup>

Na voz de seu personagem, Coelho Neto reivindicava que os sertanejos – considerados o povo mais autêntico, posto que campestre e rústico – fossem o objeto privilegiado da poesia: “Quando (os poetas) trazem para o descante uma mulher, de preferência rústica, porque a Poesia, por um resto de bucolismo, só compreende o amor fiel na devesa campestre, vestem-na à moda da aldeia européia, como uma pastora da Alsácia, como uma montesina dos Alpes, porque a Musa indígena não se atreve a apresentar na estrofe a sertaneja patricia, mais linda do que a Amaryllida das églogas de Virgílio (...)”.

O tema da civilização européia enquanto fonte contaminadora da pureza do nativo estendia-se para a paisagem. A literatura no Brasil pecaria por utilizar a paisagem européia, rejeitando a exuberante natureza tropical, fonte possível de singularização: “não há paisagem mais sugestiva do que a nossa, cheia ainda do rumor da vida primeva, selvas, vales e montes, onde a lenda põe um mistério em cada talisca, uma iara em cada regato (...)”.<sup>23</sup> O escritor condenava a “nossa mania imitativa”, expressa não apenas na literatura, mas também na moda: “Quando o inverno inteiriça Paris, nós aqui, nesta fornalha dos trópicos, desfazemo-nos em suor, estalamos, e nossas mulheres, que se vestem pelos moldes da Saison e do Coquet, embrulham-se em

peles, revestem-se de arminhos, trazem pesadas cachemiras e capas com que um groenlandez zombaria do mais duro inverno, na sua toca de neve”. Emitia parecer cético quando se tratava de definir o povo brasileiro: “o nosso povo, na sua coletiva densidade, é uma massa heterogênea, na qual o elemento adventício faz desaparecer o elemento autóctone, absorvendo-o como uma célula mais forte absorve a mais fraca”. Ou ainda: “somos um povo do acaso com três períodos de servidão – a servidão da colônia, a servidão do eito e a servidão do espírito”.<sup>24</sup>

Aqui, percebe-se fortemente o impasse em que se encontrava grande parte dos intelectuais do período. Ao incorporarem as teses evolucionistas, que consideravam lei natural que os mais fortes incorporassem e absorvessem os mais fracos, esses intelectuais viam no Brasil trágico dilema: o elemento nativo havia sido englobado pelo colonizador. O produto dessa mistura seria híbrido, sem as características que antes singularizavam cada um dos elementos. Desse modo, como construir uma identidade para uma massa heterogênea e híbrida? Coelho Neto expressa uma tendência entre os intelectuais do período, incorporando terminologia calcada na biologia para referir-se ao social. No centro desse pensamento estava a noção de raça, fundada em caracteres biológicos e genéticos e não sociais. O escritor argumentava como saída a educação do povo. Entretanto, mantinha certa ambigüidade ao frisar que seria uma “educação com elementos próprios, (...) tratando-se de formar espíritos nacionais, genuinamente nacionais”. Já que o povo havia perdido definitivamente a ligação natural com a terra, a educação poderia promover a religação pelo espírito: “só assim (com a educação) haveria uma Arte nacional, porque o povo, ligando-se à terra pelo espírito, sentiria necessidade de conhecer-lhe os segredos e viria disso, talvez, a noção de patriotismo que ainda não existe entre nós”.<sup>25</sup>

Ambigüidades, contradições, indagações, afirmações... o romance de Coelho Neto é útil para o mapeamento dos temas e questões que preocupavam os intelectuais e, sobretudo, os escritores no período que antecedeu

a publicação de *Os Sertões*. É com algumas dessas questões que o recém-chegado correspondente de guerra teria que lidar ao optar por uma parada em São Paulo que lhe desse condições de refletir sobre tudo o que havia presenciado.

Vindo dos sertões em direção à capital federal, o sertanejo Anselmo realizava uma viagem familiar ao próprio Euclides. Também ele um dia partiu do interior do Rio de Janeiro para os estudos na capital federal. Também ele realizou o mesmo exercício de estranhamento de um sertanejo na cidade grande. Por outro lado, a viagem que acabara de fazer, saindo da capital federal para os sertões representava o movimento inverso. Os dois sertões diferiam em muitos pontos. No caso do sertanejo Anselmo, sertões significavam o interior, a roça, o campo em vias de desaparecimento com a chegada triunfal do progresso que aniquilava antigas tradições. No caso dos sertões desbravados por Euclides havia aridez, deserto, seca, miséria, e o local à primeira vista parecia ocupado por “fanáticos” e “bárbaros”. Se os sertões eram diversos, é preciso, entretanto, sublinhar o sentido amplo atribuído à categoria nessa época. Só muito mais tarde, e para isso contribuiu decisivamente a consagração de *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, é que sertanejo e sertão passaram a ser usados para se referir a uma região geográfica específica, região árida e desértica, como a que Euclides pisou enquanto correspondente de guerra.<sup>26</sup>

#### A CAPITAL FEDERAL DE ARTUR AZEVEDO

Conterrâneo de Coelho Neto, o escritor maranhense Artur Azevedo já havia tematizado a oposição entre o mundo da roça e o da cidade grande, em 1891, na burlata *Tribofe*. Em 1897, explorava o mesmo tema da viagem do sertanejo para a cidade grande em outra burlata que levava o mesmo título do romance de Coelho Neto: *A Capital Federal*. Diferente do romance anterior, com apenas um personagem central, havia uma família de roceiros que, vinda de São João do Sabará, interior de Minas Gerais, chegava à ca-

pital federal. As categorias 'roceiro', 'sertanejo', 'matuto', 'tabaréu' desfilam diante do leitor como sinônimas, associadas à ingenuidade, à pureza, à honestidade. Por oposição, os habitantes da cidade grande são caricaturalmente apresentados como ladinos, astutos, desonestos, aproveitadores. O ingênuo agrupamento de tabaréus vai sendo enrolado e passado para trás de uma seqüência para outra. Literalmente, ninguém presta na cidade. O Rio de Janeiro é a sede de espertos gerentes de hotel, proprietários de imóveis e mulheres sem escrúpulos que apenas almejam o enriquecimento ilícito. A cada novo ato, os roceiros vão sendo seduzidos e contaminados por esse mundo sem ética, sem moral. O carioca é um tipo "reclamão", "nunca satisfeito".

Azevedo faz uma paródia da introdução do progresso nos trópicos, apresentando o deslumbramento do proprietário do hotel mais importante da cidade, o "Grande Hotel da Capital Federal", diante das novidades da eletricidade e dos equipamentos domésticos:

"Nunca houve no Rio de Janeiro um hotel assim! Serviço elétrico de primeira ordem! Cozinha esplêndida, música de câmara durante as refeições da mesa-redonda! Um relógio pneumático em cada aposento! Banhos frios e quentes, duchas, sala de natação, ginástica e massagem! Grande salão com um *plafond* pintado pelos nossos primeiros artistas! Enfim, uma verdadeira novidade!"<sup>27</sup>

O teatrólogo introduz o uso da "fala caipira" produzindo efeito cômico e jocoso. A ingenuidade dos roceiros é bastante explorada e, um a um, os membros da família sertaneja vão caindo em "contos do vigário". As mulheres, especialmente, mostram-se bastante desorientadas no espaço urbano:

"Fortunata: Que terra! Eu bem que não queria vir no Rio de Janeiro!

Quinota: Que vida tão diversa da vida na roça!

(...)

Quinota: A vida fluminense é cheia de sobressaltos para as verdadeiras mães de família!

Fortunata: Olhe seu Eusébio, um home de cinquenta ano, que teve até agora tanto juízo! Arrespirou o a da capitá federá, e perdeu a cabeça!

Gouveia: Apanhou o micróbio da pândega!

Quinota: Aqui há muita liberdade e pouco escrúpulo... faz-se ostentação do vício... não se respeita ninguém... É uma sociedade mal construída.

Gouveia: Não a supunha tão observadora...

Quinota: Eu sou roceira, mas não tola, que não veja o mal onde se acha."

A capital federal aparece como lugar contaminado e perigoso ameaçando a pureza dos roceiros. Artur Azevedo explora de forma maniqueísta a oposição entre a roça e a cidade grande, associando o bem a uma natureza pura, livre dos vícios e de toda a sorte de poluição, e, inversamente, o mal ao espaço urbano, onde os laços de família se dissolvem e os indivíduos se vêem presos por todos os tipos de armadilhas. Assim, como no romance anterior, o tema da oposição entre natureza e cultura é retomado. A natureza é pura, enquanto a civilização é perversa, embora inevitável.

A capital federal traz o "micróbio da pândega", e os roceiros, depois de muitas desventuras, concluem na voz de Fortunata, mulher do chefe da família: "é mió trabaia na roça que fazê vida de vagabundo na cidade!" Ao final da burleta, os roceiros são salvos da doença da cidade e do individualismo e decidem voltar para a pequena fazenda que deixaram no interior de Minas. Antes de fechar o pano, ouve-se a fala apoteótica do chefe da família, Eusébio, conclamando todos a abandonar a ilusão da cidade grande e retornar à pureza do campo e da vida rural: "A vida da capitá não se fez para nós... E que tem isso?... É na roça, é no campo, é no sertão, é na lavoura que está a vida e o progresso da nossa querida pátria".

Num país em que, como assinalou Antônio Cândido, a literatura desfrutou de “uma longa soberania (contribuindo) com eficácia maior do que se supõe para formar uma consciência nacional e pesquisar a vida e os problemas brasileiros”<sup>28</sup>, o papel desse tipo de literatura não pode ser subestimado. Tanto Coelho Neto quanto Artur Azevedo foram autores de muito sucesso na década de 1890 e no início deste século. Situavam-se no mesmo pólo dos “escritores sertanejos”, embora fossem freqüentes as disputas internas entre eles. Se, de um lado, as obras aqui analisadas expressam a contemporaneidade da polêmica entre as contradições e diferenças entre o litoral e o interior e, principalmente, entre os espaços urbano e rural, por outro lado, no que tange especificamente a esses autores, há tomada de partido da valorização do interior. Remando contra a corrente de escritores que tomavam o espaço urbano como referência para seus romances, como Machado de Assis, e ironizando o discurso das elites urbanas que traziam a bandeira da modernização e do progresso a qualquer preço, esses escritores maranhenses engrossaram as fileiras dos “escritores sertanejos”, empunhando a bandeira da valorização das especificidades regionais, dos costumes locais e das antigas tradições do campo. Na década de 1890, os sertões começavam a se transformar em valor sagrado ao menos para aqueles que, despojados de outro tipo de capital social ou literário, iam aos poucos retirando dos baús antigas histórias, cantigas e lendas sertanejas.

#### ○ RIO DE JANEIRO, A MECA DOS “ESCRITORES SERTANEJOS”

O mesmo Coelho Neto que, em *A Capital Federal*, descreveu o sertanejo Anselmo às voltas com a nostalgia de sua bucólica cidade natal, em outro romance, *A Conquista*, afirmava veementemente a necessidade de permanecer na capital federal, único lugar onde um homem de letras poderia obter consagração e visibilidade:

“- Ai! ai! suspirou Fortúnio. Quem me dera a minha terra!

- Ora! a sua terra...! Por que vieste?

- Sei lá!

-Vieste atraído pela vida. Que diabo querias fazer em Maceió ? Nós temos muita saudade da terra em que nascemos por *chic*: a prova é que nenhum de nós pensa em tornar aos penates natais. A vida é aqui, meu amigo. Também eu tenho saudade do meu sertão, mas que poderia eu fazer se lá vivesse? estava em plena natureza, nos campos gordos, vendo o gado e vendo as culturas, trabalhando como um campônio. A esta hora, junto ao alpendre da casa, o cavalo da sela escavando a terra e eu, com uma malga de café no buxo, o rebenque enfiado no punho, pronto para partir a galópe, pelos campos úmidos de orvalho, ouvindo o mugir dos touros, aspirando o aroma das silvas e ao sol violento idas e vindas, do algodoal, até a hora da tarde, para recolher-me estafado à minha rede e procriar bastante como os rebanhos, como a terra, dando filhos com a mesma regularidade com que o algodoeiro dá o algodão e a ovelha põe em terra o anho. É hediondo! Aqui não.”<sup>29</sup>

Segundo Machado Neto, “o Rio de Janeiro (do Império para a República) era o fascínio de todos os provincianos cujas condições de pecúnia ou de talento pudessem fundamentar a justa ambição de ver o seu nome luzir nas altas rodas mundanas ou nas *cottérias* literárias da Capital”. O cronista João do Rio, que no início da República realizou pesquisa sobre o momento literário que atravessava o país, concluía que o Rio era o lugar onde todas as províncias se encontravam, enquanto Lima Campos dizia que “o Rio é e será sempre a grande atração das intelectualidades provincianas; daí a superioridade do meio literário do Rio sobre os dos Estados; ele é o núcleo dos méritos mais apurados de todo o Brasil”. Souza Bandeira considerava o Rio de Janeiro “o grande centro para onde converge a vida social, política e cultural do país. Sem a sua consagração, dificilmente se podem formar estas reputações literárias. Sem a sua animação, dificilmente

estas reputações podem produzir os resultados que procura todo o homem de letras”.

Em pesquisa realizada por Machado Neto sobre o local de nascimento e de morte dos escritores no Império e início da República, apenas oito escritores entre 60 nasceram no Rio de Janeiro, 50 por cento da totalidade faleceu nesta cidade. Desses 60 escritores, apenas 10% nada publicou no Rio de Janeiro. De fato, era na Corte e, com a proclamação da República, na capital federal, que se localizavam as principais editoras, embora São Paulo já começasse a apresentar o início de um movimento editorial. Cerca de dois terços dos 60 escritores mencionados viveram no Rio nos anos de sua plenitude criadora. E, se houve os que, como Sílvio Romero, protestaram contra essa preeminência, defendendo o “provincianismo deliberado”, parece fora de dúvida, como assinalou Dante Moreira Leite, que, apenas por ter escrito no Rio de Janeiro, a sua voz tenha sido ouvida.<sup>30</sup>

O Rio de Janeiro transformara-se no caldeirão nacional. Parte significativa de sua população não era nativa. Além dos candidatos a escritores, muita gente vinha de fora, das muitas “províncias” que o país congregava. Os objetivos da vinda para a capital eram os mais diversos: estudar, trabalhar, arriscar bons negócios, ingressar no mundo consagrado da literatura ou da política. E foi desse contingente expressivo de “interioranos” ou “sertanejos”, como muitos deles se auto-identificavam, que saíram alguns dos mais ardorosos combatentes da sociedade de corte, que ainda vigorava na política e na literatura e da qual a capital federal passou a ser o símbolo. Entre esses há que se destacar o sergipano Sílvio Romero. De maneira apaixonada, o escritor, original de Lagarto, prosseguia na cruzada, iniciada ainda no Império, de combater os resquícios da famigerada “corte”, cujo prestígio seria, no seu entender, todo feito de corrupção e privilégio, e à qual a cultura do país nada deveria de fértil e consistente. A capital do país representava para Romero e outros intelectuais da chamada geração de 1870, como Tobias Barreto, a centralização não apenas política, mas sobretudo

cultural, submetendo consciências e obras dos homens de letras a seu poder homogeneizador, desestimulando a individualidade e a crítica renovadora. Assim, para esses intelectuais auto-intitulados “provincianos independentes”, a divergência caracterizadora do Brasil dos anos do final do Império e início da República estabelecia-se entre as “aspirações livres” das províncias, de um lado, e a “aura mórbida e corrupta” da “Corte”, de outro. Essa polaridade estendeu o alcance do protesto e encorpou a demanda de reação ampla e organizada.<sup>31</sup> Os “provincianos independentes” expressavam grande descontentamento com relação aos nativos da cidade do Rio de Janeiro, acusando-os de deterem privilégios e ocuparem as melhores posições. Com relação ao campo literário, acusavam os escritores “fluminenses” de serem favorecidos pelo espírito de sociedade de corte que vigorava na cidade. Romero chegou a ser rude com Machado de Assis, escritor que, no seu entender, melhor expressava o espírito “fluminense” das panelinhas e dos pistolões.<sup>32</sup> O crítico sergipano deixou-se levar pelo total destempero, acusando as sociedades literárias dos amigos de Machado e mesmo o próprio Imperador de únicos responsáveis pelo sucesso e consagração de um escritor como Machado que, segundo Romero, não possuía talento algum. Outros escritores “provincianos”, como o cearense Araripe Júnior, o pernambucano Franklin Távora e o maranhense Coelho Neto, chegaram a entrar no combate contra a hegemonia “fluminense” nas letras e na cultura. Nesse sentido, me parece bastante aguda a percepção de Coelho Neto sobre a desproporção entre o poder das agências de consagração literária no Rio de Janeiro e os parcos recursos das províncias no interior do país que não chegaram a possuir nenhuma agência consagradora à altura das agências fluminenses, a maior parte localizada na rua do Ouvidor: “com um dia de Rua do Ouvidor”, dizia o tio do sertanejo Anselmo, “(um escritor de província) faria mais pela glória do seu estro do que em 28 anos de trabalho modesto no canto obscuro do Tamanduá entre os milhos”.

Surgia nesse período a tese da existência de um “Brasil real e potencial” em contraposição a um Brasil cada dia mais descaracterizado pela influência estrangeira, da qual a capital federal passava a ser o protótipo. O Rio de Janeiro ingressava num período de importantes transformações e reformas urbanas. Com a proclamação da República, a cidade havia deixado de ser município neutro da corte, passando a Distrito Federal. Em 1892, uma lei estabeleceu que o Poder Executivo seria exercido no Distrito Federal por um prefeito nomeado pelo presidente da República, pelo período de quatro anos, com a aprovação do Senado. No plano da representação, esse fato teve conseqüências importantes. A idéia de que a capital federal deveria ser o cartão-postal do país alimentou os reformadores urbanos que introduziram reformas urbanísticas e política de saneamento atingindo a população da cidade. Nesse cenário, a ainda recente abolição da escravidão contribuiu para aumentar o enorme caldeirão. Livres dos senhores, os antigos escravos procuravam adaptar-se à nova situação. Para as elites do período, a massa de antigos escravos representava perigo potencial. Não são poucos os cronistas da época que se referem com desdém aos costumes dos negros. A capoeira, o candomblé, as romarias e os batuques representavam a barbárie ameaçadora das ruas, que era preciso controlar, disciplinar, civilizar. Sugeriam que essas manifestações fossem reprimidas pelas autoridades; entre eles, Olavo Bilac, que, numa crônica para a revista *Kosmos*, logo após a inauguração da Avenida Central, escrevia: “Num dos últimos domingos vi passar pela Avenida Central um carroção atulhado deromeiros da Penha: e naquele amplo *boulevard* esplêndido, sobre o asfalto polido, contra a fachada rica dos prédios altos, contra as carruagens e carros que desfilavam, o encontro do velho veículo, em que os devotos bêbedos urravam, me deu a impressão de um monstruoso anacronismo: era a ressurreição da barbaria – era uma idade selvagem que voltava, como uma alma do outro mundo, vindo perturbar e envergonhar a vida da idade civilizada... Ainda se a orgia desbragada se confinasse ao arraial da Penha!

Mas não! acabada a festa, a multidão transborda como uma enxurrada vitoriosa pra o centro da *urbs*...”<sup>33</sup>

Mesmo sendo alvo de críticas, a cidade do Rio de Janeiro desfrutava de posição privilegiada por concentrar as agências consagradoras do campo literário. Diferentemente do que ocorreu em países como a França, no Brasil, o pólo sertanejista ou de “escritores sertanejos” não produziu seus próprios mecanismos de consagração. Isolados ou em grupo, esses escritores entraram na concorrência com o pólo “fluminense”, composto por escritores nativos ou consagrados na capital federal, alguns poucos, mas influentes, livreiros e editores brasileiros, como Paula Brito, e estrangeiros, como os irmãos Laemmert e o Garnier, alguns poucos críticos literários, em geral escritores consagrados conjugando o trabalho de literatura com o de crítica. Variável importante, que tornava mais complexa a caracterização do campo literário brasileiro no Brasil da virada do século, era a íntima relação de vários escritores com Paris. Viagens para a capital francesa e o domínio da língua francesa apareciam para muitos como a aquisição de capital adicional. Muitos “escritores sertanejos” estabeleciam contato direto com Paris e com editores franceses. A edição do livro *Canaã*, de Graça Aranha, por exemplo, foi decidida em Paris por Hyppolite Garnier, após ter sido submetida à sua apreciação por Joaquim Nabuco. Para a decisão foi fundamental a insistência de Joaquim Nabuco, diplomata com muitas relações. Graça Aranha era seu assistente. A publicação de *Canaã* foi uma exceção na linha de edições de Hyppolyte Garnier que só publicava escritores da velha geração e com venda garantida. Publicado em 1902, o romance de estréia de Graça Aranha foi um sucesso de vendas, alcançando cinco edições entre 1902, ano do lançamento, e 1913, além de mais duas até 1922. O enredo tematizava justamente a fuga de um alemão, desencantado com a civilização européia, para o interior do Brasil.

Muitos “provincianos” vindos de famílias tradicionais e de grande capital econômico da área rural freqüentavam a capital francesa com as-

siduidade. Alguns chegavam a morar em Paris durante parte do ano. O escritor Afonso Arinos, bastante engajado no tema do sertão, tendo sido designado por “caçador de matutos”, conjugava o gosto pelo cosmopolitismo francês e as viagens pelo interior dos sertões mineiros, que serviam de base para seus livros. Analisando as diferentes trajetórias, é possível afirmar que os “escritores sertanejos” que polemizaram com maior intensidade com o “pólo fluminense” foram os que ou faziam parte do grupo dos marginais “descendentes” do sistema, ou não possuíam capital disponível para ter acesso a outras alternativas. Sílvio Romero encontra-se no primeiro caso, e Euclides da Cunha, no segundo. Escritores como Afonso Arinos, de certa forma, passaram ao largo do “pólo fluminense”, preferindo editar seus livros em fascículos pelo jornal, com apoio dos monarquistas, contentando-se em fazê-los circular em pequeno grupo de aristocratas com fortes vínculos internacionais. O perfil dos escritores que mais se engajaram na concorrência, além de caracterizar-se pela origem interiorana, passava também pela condição republicana, pela disposição de pequeno capital econômico e social e pela crença nos valores do talento e do mérito. Cada vez em maior número, desembarcavam na capital federal escritores ou candidatos a escritores, trazendo na bagagem histórias pitorescas, de espaços pouco urbanizados que ainda guardavam muito de natureza pródiga em vias de desaparecimento pela ação do progresso e das reformas urbanas.

## NOTAS

<sup>1</sup> “Mas, não era a primeira vez que os paulistas se aventuravam a arrancadas nos sertões. O episódio trágico dos Palmares e a epopéia ainda não escrita dos *Bandeirantes* foram criados pela índole aventureira e lutadora dos sulistas ousados. E o Batalhão de São Paulo, heróico e desassombrado no combate, fez reviver, por um momento, numa página de história do presente, todo o vigor guerreiro e toda a índole varonil.” (Cunha, 1966-II:583-4)

<sup>2</sup> Em 1912, esse livro foi reeditado com novo título, *Destruição de Canudos*, no qual o autor acrescentou um capítulo sobre os costumes sertanejos. Dantas Barreto publicou outro livro sobre o assunto, em 1905, uma novela histórica intitulada *Acidentes da guerra*. (Calasans, s/d)

<sup>3</sup> Só em 1970, esse livro foi reeditado, pela editora Aguilar, incluído em um dos volumes das *Obras Completas* de Afonso Arinos.

<sup>4</sup> Walnice Galvão em artigo intitulado "Sertões e Jagunços" comparou as perspectivas dos dois escritores: "Afonso Arinos e Euclides da Cunha, vivem, no ano de 1897, que assinalou o fim da guerra de Canudos, na mesma cidade de São Paulo. Ambos trabalham em jornais prestigiosos e adversários: Arinos n' *O Comércio de São Paulo*, folha monarquista, onde era diretor de redação, e Euclides n' *O Estado de São Paulo*, folha republicana, onde era articulista e redator de notas. A essa altura de suas carreiras, ambos já são conhecidos nos círculos intelectuais, mas sua obra está apenas se iniciando. Inéditos ainda em forma de livro, a produção deles até então destinara-se à leitura em periódicos. Mas, nos jornais em que trabalhavam, ocupavam posições de destaque: Arinos por ser diretor de redação, articulista e autor de folhetim, Euclides ganhando primeira página com suas reportagens enviadas de Canudos. Ambos são moços, tendo Euclides 21 e Arinos 29 anos, em 1897." Galvão observa a possibilidade de leitura mútua, embora fosse pouco provável a hipótese de os dois terem mantido contatos pessoais. Arinos – um Mello Franco – pertencia "a um círculo aristocratizante e monarquista, integrado por homens ilustrados que tinham um pé no Brasil e outro em Paris". Arinos encarnava, portanto, valores não compartilhados e mesmo combatidos por Euclides da Cunha: os valores da *sociedade de corte*. (Galvão, 1976:76)

<sup>5</sup> Um exemplo foi a conquista e colonização de Sergipe por uma expedição comandada por Cristóvão Cardoso de Barros que venceu os caetés em 1590.

<sup>6</sup> A primeira vila fundada no Brasil foi a de São Vicente em 1532 no atual Estado de São Paulo. Em 1534, foi fundada a vila de Olinda que se tornou sede da capitania de Pernambuco. Em 1549, foi fundada a cidade de Salvador, capital da colônia até o século XVIII. Em 1585, uma nova cidade foi fundada no litoral norte, a cidade de Filipéia, atual João Pessoa. Em 1599, foi fundada a cidade de Natal, no Rio Grande do Norte. Um pouco mais tarde, em 1612, após intensas lutas com indígenas na região, os colonizadores, aliados aos índios Jaguaribe, fundaram um forte na foz do rio Ceará, ao redor do qual floresceu a cidade de Fortaleza.

<sup>7</sup> O apresamento de índios em larga escala teve início com a bandeira de Diogo Quadros e Manuel Preto (1606). Uma grande bandeira composta de 900 mamelucos e 2.200 índios, dirigida por Antônio Raposo Tavares e Manuel Preto, destruiu os florescentes aldeamentos de Guaíra, escravizando milhares de índios (1629). Expedição de Pedro Teixeira sobe o rio Amazonas e chega até Quito (1637), regressando ao Pará em 1639. Os indígenas, armados pelos jesuítas, derrotaram os bandeirantes em Mbororé (1641). Bandeira comandada por Antônio Raposo Tavares dirige-se para oeste, aproxima-se do Peru e percorre o Rio Amazonas até chegar ao Pará em 1651 (1648).

<sup>8</sup> Nas primeiras décadas do século 17, no litoral norte a cultura da cana-de-açúcar firmara-se como o grande empreendimento econômico da colônia brasileira. Essa lavoura monocultora de base escravocrata (no início, índios cativos e, mais tarde, escravos negros vindos da África) funcionava num grande latifúndio que tinha como unidade básica o engenho de açúcar, englobando a casa-grande, a senzala dos escravos e uma capela. O crescimento da produção açucareira foi vertiginoso. Estima-se que, em fins do século 17, existissem no Brasil 528 engenhos de açúcar que garantiam a exportação anual de mais de 37 mil caixas de 35 arrobas cada. A título de comparação, o Reino de Portugal consumia à época uma média de apenas 3 mil caixas ao ano.

<sup>9</sup> Arinos, 1917:65-66.

<sup>10</sup> Carlos Maul se refere a um livro editado em 1936 pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro sob o título *O Sertão Carioca*, de autoria de Armando Magalhães Correia, que descreve o “mundo agreste que se alarga para as fronteiras fluminenses”, “um sertão autêntico em que avultam caatingas, restingas, planícies arenosas, matas soberbas, morros descalvados, montes cobertos de vegetação bravia, e tudo isso povoado por uma fauna típica e palmilhado por criaturas que aí nasceram, e outras que até aí chegaram (...)”. (Ver Maul, 1965)

<sup>11</sup> Assis, 1959-III:779-780.

<sup>12</sup> Cândido, 1976:112-114.

<sup>13</sup> Duarte, 1986.

<sup>14</sup> Burke, 1989.

<sup>15</sup> Roberto Ventura compara o estilo de Romero com o do “desafio” praticado entre cantadores no nordeste do país. (Ventura, 1991)

<sup>16</sup> Thiesse, 1988-3:220-223.

<sup>17</sup> Coelho Neto, 1915:38,39.

<sup>18</sup> Coelho Neto, 1915:72-73.

<sup>19</sup> Coelho Neto, 1915:104-105.

<sup>20</sup> Na Biblioteca Nacional há indicações de quatro edições posteriores. A terceira edição é de 1889, pela Laemmert, a mesma que publicou pela primeira vez *Os Sertões*. A quarta edição é de 1915, pela Livraria Chardron, Porto. A edição aqui utilizada é esta última.

<sup>21</sup> Ver, nesse sentido, Sevcenko, 1983:119.

<sup>22</sup> Coelho Neto, 1915:150.

<sup>23</sup> Coelho Neto, 1915:150-151 (esse trecho e o anterior, respectivamente).

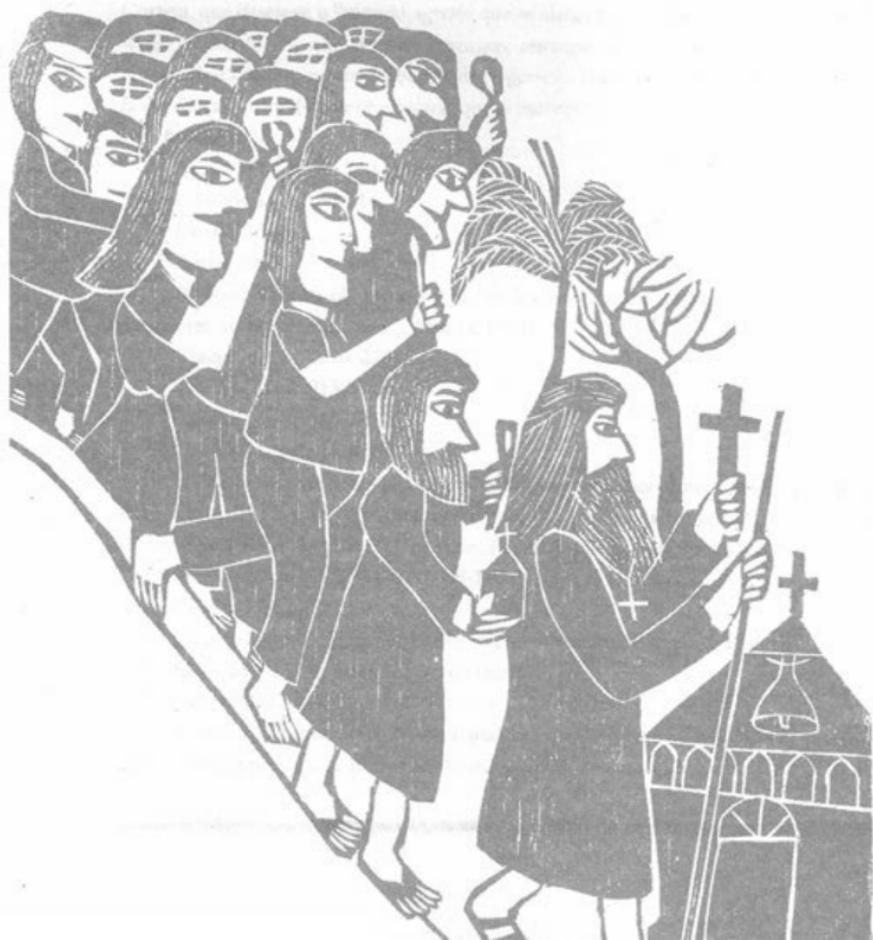
<sup>24</sup> Idem, 156-157 (moda), 161 e 163 (povo)

<sup>25</sup> Idem, 175-176.

<sup>26</sup> A tradição de uma literatura centrada no tema do sertão ou tomando-o como paisagem e cenário prosseguiu ainda com outros autores, dos quais se destaca Guimarães Rosa.

- 27 Azevedo, 1987[1897]:320-321.  
28 Cândido, 1976.  
29 Coelho Neto, citado por Machado Neto, 1973:62.  
30 Machado Neto, 1973:64-65.  
31 Mattos, 1994:23-24.  
32 Ver a esse respeito, Ventura, 1991.  
33 Bilac, Crônica, revista *Kosmos*, out., 1906, citado por Sevcenko, 1983.

# UM ENGENHEIRO



## FAZ LITERATURA

“as páginas ásperas dos Aide-Mémoires ou dos Engineer's pocket-books são mais eloqüentes, neste fim de século, do que a mais luminosa página do nosso mais admirado pensador.”

(Euclides da Cunha em carta a João Luís Alves, SP, 26 set. 1895)<sup>1</sup>

Em 1898, Euclides foi designado pela Superintendência de Obras de São Paulo para reconstruir uma ponte de ferro, erguida em 1896, que havia ruído após enchente numa pequena cidade do interior de São Paulo, São José do Rio Pardo. Percebendo que se tratava de trabalho demorado, Euclides mudou-se para seu novo posto com a família, nesse tempo composta por Ana, sua esposa, e dois filhos, Solon e Euclides. Escolheu um sobradinho situado na Rua Floriano Peixoto, esquina com a Rua Treze de Maio, onde improvisou, na medida de seus poucos recursos, moradia com algum conforto para a família.

Como o trabalho de reconstrução da ponte exigia presença permanente no local, Euclides mandou erguer uma pequena barraca com telhado de zinco à sombra de uma paineira, que passou a servir de escritório tanto para os assuntos de engenharia como para os intelectuais. Durante três anos, na cabana de São José do Rio Pardo, ele refletiu sobre os acontecimentos que presenciou como repórter em Canudos. A partir das anotações de seu diário de campo, procurou pesquisar outras fontes para enriquecer as informações recolhidas nos sertões baianos e as pesquisas realizadas em Salvador. Relatam os biógrafos que Euclides muito se valeu nesse sentido do apoio

e da solidariedade de amigos que fez em São José, como Francisco Escobar, intelectual local que lhe abriu sua biblioteca particular e que se encarregava de buscar livros de acordo com as necessidades do engenheiro. Nessa época, um engenheiro de obras públicas era figura de prestígio, comprometida com os ideais de fazer progredirem pequenas localidades, como a cidade em questão. Além disso, Euclides da Cunha era, muito provavelmente, conhecido por uma parcela das elites locais por conta de seus artigos sobre a Guerra de Canudos publicados em *O Estado de São Paulo*. Por intermédio de Escobar e de outros amigos, como Lafaiete de Toledo, Adalgizo Pereira, José Honório de Silos, Valdomiro Silveira, Euclides teve acesso a livros e revistas que chegavam a São Paulo.<sup>2</sup> No campo da literatura, pode-se supor que ele tivesse lido alguns dos “escritores sertanejos”, como Coelho Neto, de quem se tornou muito amigo pouco depois, quando se mudou para Campinas. No campo das ciências, há muitas evidências de que ele lesse predominantemente autores vinculados às ciências naturais. É bem provável que tivesse tido acesso às revistas do Museu Paulista, que circulavam em São Paulo desde 1895.

As cartas de Euclides a seus amigos revelam que muitos deles prestaram efetiva colaboração ao então engenheiro, não medindo esforços para encontrar em São Paulo ou até no Rio de Janeiro os livros de que o escritor necessitava. Veja-se, por exemplo, esta carta de Euclides a Escobar: “Escobar. Insisto num pedido: encontra-me em São Paulo, por qualquer preço, o *Ferro e Fogo* de Sienkiewicz, mas em inglês. Talvez já exista um no Garraux e com certeza no Rio. Euclides, 1901”

Além dos pedidos de livros, outro tema recorrente na correspondência é a dificuldade em conjugar a atividade de engenheiro com a de intelectual. Nessas cartas, ora atribuía à engenharia valor positivo, associando-a a “questões sérias”, importantes para impulsionar o país na direção do progresso, ora atribuía-lhe valor negativo, associando-a à falta de tempo que constantemente o dilacerava, não lhe permitindo dedicar-se à atividade intelectual.

A angústia de Euclides, dividido entre essas duas atividades, é exemplar para pensar o lugar em que viviam os intelectuais brasileiros, pioneiros que se dedicavam a fazer ciência no Brasil. Ainda não havia instituições adequadas para abrigar cientistas. As poucas que começavam a ser fundadas tinham, em muitos casos, suas vagas preenchidas por pesquisadores estrangeiros, como os museus nacionais. Euclides exasperava-se, com frequência, ante a divisão entre a engenharia fatigante e o trabalho intelectual: “agito às vezes este ponto de interrogação sinistro como o *Hamlet* nas malhas do ser ou não ser e como herói *shakespeareano* deixo-me dominar pelas mais dolorosas dúvidas”. E, mais adiante: “A vida ativa de engenheiro, mas de engenheiro a braços com questões sérias e não cuidando de emboços e rebocos em velhos pardieiros – veio convencer-me que tinha ainda muito a aprender e que não estava sequer no primeiro degrau de minha profissão.”<sup>4</sup>

Se, de um lado, Euclides opunha a engenharia à atividade intelectual, de outro, sinalizava a valorização de uma engenharia a braços com “questões sérias”. Existiria uma engenharia que ele prestigiava em oposição a outra que ele menosprezava. Os relatos sobre a disposição de Euclides em seguir para São José do Rio Pardo revelam que, nesse caso, ele estava às voltas com a “boa” engenharia. Tratava-se de reconstruir um trabalho importante, uma ponte metálica de origem francesa, obra de alto nível técnico: encontrar melhor localização, desmontá-la e remontá-la. Esse trabalho requeria grande habilidade, e Euclides aprenderia com ele detalhes importantes para sua profissão de engenheiro. Quem lê as anotações minuciosas que fez, arrolando parafuso por parafuso, transcrevendo em plantas cada aspecto da ponte, percebe que de modo algum ele se desinteressava da engenharia, que entrava em sintonia com o *étos* moderno entronizado por Euclides, sendo signo da eficácia e da positividade das leis da ciência, únicas em que o pensamento moderno poderia confiar.

Em seu barracão de zinco, às margens do Rio Pardo, Euclides realizou de fato duas reconstruções: a da ponte metálica e a de sua viagem a

Canudos como testemunha ocular de uma guerra que ao final lhe pareceu plena de equívocos. Isolado e interagindo com a literatura científica da época, o engenheiro seguia intuitivamente o caminho do cientista que revê os dados à luz de novas teorias para avançar e produzir novo conhecimento. A ponte era a metáfora de Canudos, pois, tanto numa situação como na outra, havia algo a reconstruir. A atividade de engenheiro nesse caso não era incompatível com a do escritor. Nas duas, imperava a ciência.

Durante três anos, Euclides trabalhou obstinadamente nas duas atividades, permanecendo mais tempo no pequeno barracão do que em casa com a família. Ao final de 1901, dava por terminado o trabalho de reconstrução da ponte e do livro. Para um engenheiro que nunca havia escrito um livro, entretanto, não era fácil debutar na literatura, campo muito disputado e ainda dominado por pequeno grupo de livreiros, editores e escritores. Euclides não era um freqüentador das rodas literárias da Rua do Ouvidor, não tinha proximidade com nenhum escritor consagrado. Sua única opção era editar seu livro em fascículos por algum jornal conhecido. Deixou os manuscritos em poder de Júlio de Mesquita, de *O Estado de São Paulo*, enquanto se ocupava com a mudança de São José do Rio Pardo para São Carlos, para onde a Superintendência de Obras Públicas do Estado de São Paulo o designara. Em seguida foi para Lorena. Longos seis meses se passaram desde o encontro de Euclides com Júlio de Mesquita. Retornando à redação do jornal, encontrou seu pacote de originais no mesmo lugar em que o deixara. Decepcionado, resolveu procurar algum conhecido entre os escritores da capital federal. Foi desse modo que conseguiu do amigo Garcia Redondo uma carta apresentando-o a Lúcio de Mendonça, no Rio de Janeiro, por intermédio de quem conseguiu que a Editora Laemmert publicasse o livro com a condição de que ele custeasse a edição. A editora não queria correr o risco editando o livro de estréia de um engenheiro e jornalista que se aventurava na literatura.

De regresso a São Paulo, Euclides passou todo o ano de 1902 fiscalizando obras do estado. No final desse ano, o engenheiro recebeu do editor, pelo correio, o aviso de que poderia vir ao Rio de Janeiro assistir ao lançamento do livro. Euclides chegou à Rua dos Inválidos, onde ficava a editora, e encontrou alguns exemplares da primeira edição de *Os Sertões* sobre o balcão. Relatam os biógrafos que, bastante inseguro, ainda procurou, em vão, impedir à última hora o lançamento do livro. Ao folheá-lo, percebia grandes incorreções e temia o fracasso. Voltou para Lorena, seu posto na ocasião, bastante temeroso, mas, pouco tempo depois, recebeu carta do editor anunciando que o livro era um grande sucesso de vendas.

Como um escritor estreante podia, de uma hora para outra, fazer grande sucesso na capital federal? Em que consistia esse sucesso narrado pelos biógrafos? Quais as agências que tiveram papel decisivo na consagração de *Os Sertões*? Sob quais critérios e por quem o livro foi consagrado?

#### AS PRIMEIRAS CRÍTICAS: JOSÉ VERÍSSIMO E ARARIPE JÚNIOR

O primeiro ensaio crítico sobre *Os Sertões* partiu de José Veríssimo no *Correio da Manhã*; pequeno, mas contundente. Entre outras observações, Veríssimo era definitivo ao considerar “o livro do Sr. Euclides da Cunha, ao mesmo tempo o livro de um homem de ciência, um geógrafo, um geólogo, um etnógrafo; de um homem de pensamento, um filósofo, um sociólogo, um historiador; e de um homem de sentimento, um poeta, um romancista, um artista, que sabe ver e descrever, que vibra e sente tanto aos aspectos da natureza como ao contato do homem e estremece todo, tocado até ao fundo da alma, comovido até às lágrimas, em face da dor humana, venha ela das condições fatais do mundo físico, as secas que assolam os sertões do Norte brasileiro, venha da estupidez ou da maldade dos homens, como a Campanha de Canudos”.<sup>5</sup>

Pouco depois, em março de 1903, o *Jornal do Commercio* estampava a crítica de Araripe Júnior que, além de mais longa e elaborada, era também

mais efusiva e entusiasmada. “Crítico esse trabalho”, dizia, “não é mais possível. A emoção por ele produzida neutralizou a função da crítica. E, de fato, ponderando depois calmamente o valor da obra, pareceu-me chegar à conclusão de que *Os Sertões* são um livro admirável, que encontrará muito poucos, escritos no Brasil, que o emparelhem – único no seu gênero, se atender-se a que reúne a uma forma artística superior e original, uma elevação histórico-filosófica impressionante e um talento épico-dramático, um gênio trágico como muito dificilmente se nos deparará em outro psicologista nacional. O Sr. Euclides da Cunha surge, portanto, conquistando o primeiro lugar entre os prosadores da nova geração.”

Para Araripe, pela primeira vez, aparecia um trabalho interessante partindo do tema de Canudos. De tal modo considerava de má qualidade tudo o que havia sido produzido até então sobre as “lendas do Conselheiro”, que já havia desistido de prestar atenção a tal assunto quando apareceu *Os Sertões* de Euclides da Cunha. Citava o trabalho do major Barreto Dantas que, segundo ele, não passaria de uma “exposição de fatos”, o livro do repórter Manuel Benício, que denominava “anedotas petalógicas” e, por fim, o “romance histórico detestável” de Olívio de Barros. Essas leituras tinham deixado nele uma “espécie de plenitude gástrica”. Diferentemente de todos esses trabalhos, considerava *Os Sertões* uma obra comparável a *Monte Cristo*, de Dumas, e *Mistérios do Povo*, de Eugênio Sue.

Como José Veríssimo, Araripe Júnior sublinhava a idéia de totalidade encontrada no livro, resultado da soma da arte com a ciência, do épico com o trágico e da emoção com a razão. O escritor produzira uma obra científica, uma “obra histórica”, mantendo “a continuidade da emoção, sempre crescente, sempre variada, que sopra rija, de princípio a fim, no transcurso de 634 páginas...”. Emoção e razão, arte e ciência... o crítico considerava o livro fascinante, feliz resultado de um “conjunto de qualidades artísticas e de preparo científico”.

O que impressionava ambos os críticos era não apenas a utilização correta dos modernos métodos científicos, mas principalmente a conjugação da ciência com a arte. O livro de estréia de Euclides da Cunha era uma obra de “elevação histórico-filosófica impressionante”. Mas o que despertava a atenção de Araripe era que *Os Sertões* ia além em seu relato científico, incorporando também a emoção e a sensibilidade. Seu autor emergia como um misto de cientista e poeta. Para Araripe, só alguém com “alma de poeta” poderia ter aliado tão bem os dois elementos: a ciência e a literatura.

Ao sublinharem a idéia de uma totalidade presente em *Os Sertões*, tanto José Veríssimo quanto Araripe Júnior permaneciam nos limites da concepção romântica, evocando a noção de organismo. O livro era enaltecido por expressar uma totalidade cujas metades eram a ciência e a arte (literatura); a razão e a emoção; o épico e o trágico. Euclides da Cunha era alinhado a autores clássicos da literatura romântica, como Jules Michelet.

Particularmente, a crítica de Araripe Júnior seguia outros fios condutores. Em primeiro lugar, o argumento de autoridade, que ele acreditava ter em quantidade suficiente para julgar a obra de Euclides pelo fato de ser “um filho do norte”, um “cearense”, como o personagem central da tragédia de Canudos, Antônio Conselheiro, uma “pessoa familiarizada com os sertões da Bahia, de Pernambuco, do Ceará” e que, portanto, seria capaz de “conhecer no seu justo valor” a realidade analisada pelo escritor. “O escritor destacou o jagunço com rara perícia da opacidade do ambiente, no qual ele vivia mergulhado, e que somente nós, filhos do Norte, e as pessoas familiarizadas com os sertões da Bahia, de Pernambuco, do Ceará, podíamos conhecer no seu justo valor.” A esse argumento somava-se o da ciência. O texto de Euclides da Cunha continha valor especial por se tratar do resultado de pesquisa feita no próprio local, o que não era habitual na ocasião. Euclides da Cunha era um pesquisador “que viu”, “que experimentou as agruras da guerra”, refletindo sobre uma realidade que observou. O fato de haver presenciado

os fatos como repórter e o de ter utilizado moderno instrumental científico eram reiterados diversas vezes como qualidades importantes. “Ele viu, seguiu, surpreendeu em flagrante, em todas as suas variedades, descrevendo-os agora na mais bela síntese que se tem feito no Brasil dos habitantes dos sertões, esses membros de uma sociedade, conforme diz o próprio autor, de todo estranha ao Brasil organizado em nação.” Ou ainda: “O Sr. Euclides da Cunha observou de perto, estudou como filósofo, viu os efeitos”...

O fato de Euclides da Cunha descrever uma campanha militar sendo ele mesmo militar era também mencionada como fator de competência comprovada: “O autor de *Os Sertões* foi militar e deve saber o que escreveu”. Esse era, aliás, um aspecto decisivo do livro. Euclides analisava criticamente a ação militar em Canudos, e o fato de o livro ter sido publicado em 1902, cinco anos após a tragédia de Canudos, vinha reavivar no Exército brasileiro uma lembrança bastante indesejada. Tinha ficado visível perante a opinião pública o desgaste dessa ação militar.<sup>6</sup>

Portanto, ao lançar *Os Sertões* passados cinco anos da tragédia, Euclides abria de novo a cortina de um espetáculo que para muitos teria sido melhor manter no esquecimento. O escritor temia a reação dos militares, como expressou em seu diário. Entretanto, fora um ou outro caso isolado, os militares preferiram o silêncio. O fato de ter sido egresso do Exército era importante para a consagração de Euclides. Aos olhos de críticos como Araripe, Euclides tinha conhecimento de causa e a “autoridade dos fatos”. Sobre esse ponto o próprio escritor assim se referiu: “Devia vir de militar a contradita mais bem acentuada ao livro que fui obrigado a escrever sobre a lastimável campanha de Canudos. Quis aparecer só, absolutamente isolado na grande fraqueza do meu nome obscuro diante dos que compartilhavam aquela luta. E apareci só. Não apareceram, porém, os protestos. Não podiam aparecer: desafiariam imprudentemente a réplica inflexível dos fatos.”

Mas o fio condutor mais importante do ensaio crítico de Araripe dizia

respeito ao papel do meio físico na narrativa euclidiana. Araripe encontra em Euclides um aliado na defesa da tese da determinação do meio físico na formação nacional e via nas idéias expressas em *Os Sertões* aproximações com sua teoria da obnubilação brasílica<sup>8</sup>, privilegiando o tema da oposição entre os sertões e o litoral como uma das comprovações de sua teoria. O primeiro equivalia à maior proximidade do homem com a natureza tropical, estando, portanto, mais associado à idéia de pureza e autenticidade. O segundo equivalia à maior proximidade do homem com o exterior, o além-mar, a Europa civilizada e estava associado à idéia de contaminação, de inautenticidade por força da ação de uma realidade estrangeira e de fora. Araripe identificava-se com a valorização da produção local, interna, interior, por oposição ao que vinha de fora. O tema do nacional reaparecia com vigor, e o crítico percebia no livro de Euclides a possibilidade de uma civilização nacional singular, própria, autônoma, que viesse “de dentro” do território, que fosse produzida por seus habitantes. A terra e a natureza, associadas às idéias de pureza e singularidade, representavam a fonte da diferença real sobre a qual podiam ser erigidas as bases dessa civilização nacional singular. Num país com muitas misturas, influências e instabilidades, apenas o meio físico havia restado como fator original e estável.

O crítico emocionava-se com o livro por encontrar nele confirmações de idéias suas, principalmente com relação à descrição do jagunço como produto do meio físico. Desse modo, assinalava: “Terminada a descrição da terra, isto é, da região das secas, feita a sua história natural e social, o jagunço salta das páginas do livro como um fruto maduro da árvore que o gerou e desenvolveu”. A noção romântica de organismo encontrava-se aqui em sua plenitude. O homem estaria integrado ao meio físico do mesmo modo que os frutos estariam umbilicalmente ligados à árvore que os gerou. A analogia era didática. Araripe fazia uso de representação muito utilizada pelos cientistas de inclinação romântica: a árvore, modelo por excelência tanto

para os homens quanto para as sociedades organizadas em nações. Homens e nações deveriam encontrar em si mesmos a substância interna capaz de defini-los e de lhes forjar uma identidade.

Era preciso discernir na natureza os aspectos bons dos maus. Se, por um lado, os sertanejos, mais próximos da natureza, eram mais puros e por isso mais próximos da fonte autêntica da nacionalidade, por outro, a ação do meio físico sobre eles podia ter efeitos negativos: “a caatinga os fizera dissimulados e tenebrosos”. Araripe invocava o dilema em que se encontravam os intelectuais do período. Por um lado, nos costumes bárbaros estaria a possibilidade de encontrar a fonte interna, a alma da nação. Por outro, nacionalizar os bárbaros habitantes do território tinha o significado de civilizar, modificar seus costumes, fazê-los progredir para estágios mais elevados de sociedade. Araripe mostrava-se ambíguo, ora criticando, ora elogiando os sertanejos. Seguindo o próprio raciocínio de Euclides, ora eles eram qualificados como “centauros brancos”, “Hércules-Quasímodos”, ora como “pobres diabos”, “gente bárbara”, dominados pela “selvatiqueza de costumes” e até mesmo “vermes dissimulados e tenebrosos”. A mesma tensão atravessava o ensaio crítico de Araripe e o próprio livro de Euclides da Cunha. Era preciso eliminar o mal, os “vermes dissimulados e tenebrosos”, mas, paradoxalmente, era entre esses sertanejos que podia ser encontrada a fonte autêntica da nacionalidade, a alma nacional. Fazer avançar a civilização representava, portanto, uma ameaça de perda, ao mesmo tempo que se colocava como tarefa inevitável.

Se a terra (o meio físico) detinha a propriedade de engendrar o homem e de provocar o fenômeno da obnubilação, o sertão adquiria valor adicional na medida em que era associado à idéia de pureza (natureza). O ritual de ingresso no sertão tinha o significado simbólico de purificação dos “males” da civilização. E esse ritual se aplicava duplamente: para os colonos que um dia penetraram as terras do interior e lá se foram fixando e se misturando aos povos indígenas pela miscigenação; para o próprio Euclides da Cunha

que, vindo do litoral, com instrumental analítico que primava pelo ideário iluminista da civilização, tinha-se deparado com a natureza tropical em seu estado mais puro e com os “bárbaros” sertanejos. Araripe encantava-se, de modo especial, com o encontro de Euclides com aquelas populações dos sertões do norte. Euclides era um escritor obnubilado inserindo-se na peculiar genealogia de José de Anchieta e Gregório de Matos.<sup>9</sup>

O aspecto singular que distinguia as populações dos sertões do norte de outras populações igualmente “bárbaras” explicava-se pelo fenômeno do isolamento, uma das teses de *Os Sertões*. Após o período inicial de povoamento pelos bandeirantes que a desbravaram, a região dos sertões do norte, onde se formou o Arraial de Canudos, teria ficado isolada durante muitos anos. Aqueles “rudes patrícios do interior” eram herdeiros dos bandeirantes paulistas que começaram a segregar-se da civilização litoral desde que cessou o movimento dos paulistas. O isolamento foi valorizado por Euclides enquanto possibilidade de maior proximidade com a natureza tropical, *sui generis*, fonte autêntica da nacionalidade. Pelo isolamento, as forças da natureza puderam sobressair-se com relação às forças contaminadas e contaminadoras da civilização estrangeira. Assim, formara-se uma sociedade peculiar nos sertões. Isolados, os sertanejos foram absorvendo as características de uma natureza especialmente singular, ao mesmo tempo em que puderam conservar antigas e remotas tradições, principalmente de seus ancestrais indígenas: “essa sociedade movia-se como os répteis, segundo o feitio do solo; a caatinga fazia-se homem (...), o jagunço estava preparado pela natureza”. Em conclusão, mantivera-se uma sociedade retrógrada, mas não degenerada como a do litoral. Araripe identificava-se com a visão de Euclides da Cunha: era a partir dessa sociedade retrógrada, mas portadora dos atributos da autêntica nacionalidade, que poderia florescer uma civilização verdadeiramente nacional. Em contraposição, estava a sociedade do litoral definitivamente perdida, porque por demais contaminada, uma sociedade degenerada.

Em diversas passagens, Araripe assinalava a identidade entre o seu pensamento e o de Euclides, e não disfarçava o deslumbramento diante do estilo de Euclides da Cunha, citando longos trechos de *Os Sertões*. Entre eles, desperta atenção o trecho em que o *curiboca* era descrito como produto do mestiçamento somado à influência do meio físico e ao isolamento e representando uma cultura autêntica com tradições remotas (hábitos antigos e folclore belíssimo). O *curiboca*, oriundo dos mamelucos, dos “índios de São Paulo” e da “gente de João Ramalho” teria “vacinado todos os que tiveram que penetrar nos seus domínios. Eram os mais adaptados para o meio. O fazendeiro de gado, o branco não pode dispensá-lo”. Concordando com Euclides da Cunha, Araripe reiterava a visão de que apesar da derrota final dos adeptos do Conselheiro, em Canudos, “o sertão saiu vitorioso”.

Para ele, o grande paradoxo consistia em o sertão (fonte autêntica da nacionalidade) não haver sido incorporado ainda à nacionalidade. O próprio Exército sofria com esse erro histórico: o Brasil não tinha um Exército que correspondesse a suas necessidades singulares. O Exército do litoral era como a sociedade do litoral, contaminada por uma formação técnica transplantada de outras sociedades, correspondendo, portanto, a outras necessidades.

O crítico admitia ainda que a leitura de *Os Sertões* havia provocado “uma revolução em sua alma”: “O autor a conquistara de modo violento e irreatável. Daí por diante, não li mais, desfilei pelo livro afora dominado pela sensação que se experimenta percorrendo paisagens abruptas, alcandoras de presepes, de dentro de um comboio, em carreira vertiginosa e sem destino”. Euclides da Cunha é qualificado como o grande psicologista nacional, que apontou o caminho para desvendar a “alma da nação”.

DE UM LADO, JAGUNÇOS, MAMELUCOS E CURIBOCAS;

DE OUTRO, MULATOS

O jagunço na concepção de Araripe Júnior, congregava extremos ou “gradações”, para usar suas palavras, do “bruto inconsciente” ao “matuto

mitrado”. Oscilando entre extremos da bondade à maldade, o jagunço era visto ora positiva, ora negativamente, demonstrando talento natural para a luta, em “atitude de centauro” que “(espantava) o país”, “(surpreendia) o governo” e dava ao “soldado disciplinado” (leia-se do litoral) “uma lição empírica da tática dispersiva”, mas também “bárbaros” orientados pelos “instintos selvagens” e operando “sob o influxo único das forças naturais, sugestionados pelo clima, pelo temperamento e pelo meio bárbaro em que se agitavam como vermes, tão-somente perigosos para o homem disciplinado”. Araripe reproduzia alguns trechos de *Os Sertões* onde, segundo ele, Euclides mostrava “mão de mestre” ao descrever os jagunços, fornecendo “uma bela síntese” “dos habitantes dos sertões, esses membros de uma sociedade, conforme (disse) o próprio autor, de todo estranha ao Brasil organizado em nação”. O vaqueiro correspondia a uma das feições do jagunço que se “não é vaqueiro finge sê-lo; pelo menos tem a aptidão para exercer essa profissão, porque é a mais consentânea com a sua índole e com as tendências para a atividade intermitente, nômade do sertão”.

Dando prosseguimento à antiga polêmica com Sílvio Romero, Araripe verificava, entusiasmado, que a análise de Euclides da Cunha sobre as características dos habitantes dos sertões do norte era uma comprovação empírica da forte determinação do meio físico sobre a mistura racial.<sup>10</sup> Num país onde as raças estavam em processo crescente e diversificado de miscigenação, “o valor relativo da influência do meio” tinha sido aumentado. O meio estampava “melhor no corpo em fusão os seus traços característicos”. Segundo Euclides, “para essas reações biológicas complexas” que eram as misturas raciais, o meio físico tinha “agentes mais enérgicos que para as reações químicas da matéria”. Aos processos particulares que se desenrolariam nas misturas raciais, adicionavam-se “então a disposição da terra, as modalidades do clima e essa ação de presença inegável, essa espécie de força catalítica misteriosa, que difundem os vários aspectos”. Euclides constatava que, no Brasil, não tinha havido uniformidade com relação às

misturas raciais produzidas justamente pela determinação diferencial do meio físico sobre o processo de miscigenação. Além disso, constatava não haver “um único tipo antropológicamente brasileiro”, ou seja, um tipo mestiço com características uniformes, justamente pela ação muito diversificada do meio físico sobre os homens. Se era “fato inegável que as condições exteriores (atuavam) gravemente sobre as próprias sociedades constituídas”, o que não dizer da atuação das condições exteriores em sociedades ainda em formação? – sugeria Araripe, a partir de Euclides. “Se (a atuação das condições exteriores) se verifica nas raças de todo definidas abordando outros climas, protegidas pelo ambiente de uma civilização, que é como o plasma sanguíneo desses grandes organismos coletivos, que não diremos de nossa situação muito diversa?”

○ Mas, se não havia um “tipo antropológicamente brasileiro”, Euclides da Cunha revelava para o Brasil que “no centro do país”, isto é, “na zona aproximadamente correspondente ao fenômeno das secas”, tinha-se formado “um tipo, o curiboca, tipo valoroso, astuto e forte, o qual predominou no isolamento a que foram condenados os sertões do Norte”. Araripe fazia o leitor acompanhar passo a passo as análises feitas por Euclides para caracterizar o “curiboca”, tipo formador do sertanejo, e distingui-lo do “mulato”. A associação da determinação do meio físico com a miscigenação aparecia em toda a sua plenitude. Além disso, havia outro aspecto: a identificação dos métodos de análise e descrição com aqueles utilizados pelos naturalistas. As misturas raciais e os efeitos da ação diferencial do meio físico sobre elas eram descritas como espécies de plantas que se tenta catalogar em seu desenvolvimento a partir de condições ambientais diversificadas. Do mesmo modo que registrou cuidadosamente as diferentes espécies encontradas em sua viagem aos sertões, anotara as diferentes espécies de mestiços encontrados no território brasileiro.

○ Os mamelucos, “oriundos dos índios de S. Paulo e da gente de João Ramalho”, teriam fomentado a atividade dos bandeirantes. O curiboca ou

cabra seria “o tipo do sertão”. Como uma planta, ele se teria desenvolvido “nas terras adjacentes ao rio S. Francisco, ao Jaguaribe e aos vales que se despenham da Serra Grande”. Araripe, utilizando “expressão engenhosa de Sílvio Romero”, assinalava que o curiboca “vacinou moralmente todos os que tiveram de penetrar nos seus domínios”, ou seja, como os curibocas “eram os mais adaptados para o meio”, “os seus hábitos, as suas tendências deveriam impor-se soberanamente às populações intermédias”. O “branco”, o “fazendeiro de gado” teve que submeter-se ao curiboca, no sentido de “identificar-se com o seu *modus faciendi* e adotar, quase por assim dizer, a sua alma, desde que revestia-se do gibão, das perneiras e do guarda-peito”. Como a região dos sertões estava fechada ou insulada, sem comunicações com o restante da nação, separada por acidentes geográficos, teria ocorrido o fenômeno da obnubilação:

“Fechado o sertão, como o autor de *Os Sertões* o mostra, o português, o mazombo e o praieiro, quando cuidaram em si, tinham esquecido a respectiva estirpe. Encourados, vivendo na caatinga, as suas idéias pouco distanciavam da dos miseráveis que os cercavam. A consciência deles não ia além da de vaqueiros graduados. Sob a sua aparente direção, essa sociedade movia como os reptis, segundo o feitio do solo; a caatinga fazia-se homem; e o gênio *loci* tripudiava e invadia a alma atrasada dessa pobre gente, a cujos ouvidos mal chegavam os ruídos da civilização, que os pais de alguns desses mestiços haviam feito aportar às costas do Brasil nas caravelas de Pedro Álvares Cabral. O jagunço estava preparado pela natureza.”

Ora, se a ordem da natureza era considerada perfeita, quanto mais próximos os homens dela estivessem maiores eram suas condições de fazer emergir uma sociedade que beirasse a perfeição. A reflexão de Araripe, desencadeada pela leitura de *Os Sertões*, sugeria a máxima romântica de Rousseau: “o homem é bom, nasce bom, a sociedade é que o corrompe”.

No caso em análise, a corrupção, a contaminação viria da civilização estrangeira. Araripe sinalizava um tema recorrente entre muitos intelectuais brasileiros do período: como seria possível o florescimento de uma sociedade autenticamente brasileira num país que vivia sob permanente interferência dos povos de fora. E propunha solução romântica, acreditando que só a natureza pudesse solucionar o caso da sociedade brasileira, pois só ela era original e fonte de singularidade. O país sofria de um gravíssimo mal, pois, para Araripe, como para Euclides, não se tratava apenas de atingir a civilização. Havia ambigüidade nesse sentido; quando Euclides proclamava a civilização, o fazia como condenação e não como conquista almejada: “estamos condenados à civilização, ou progredimos ou desaparecemos”. E também não bastava progredir, não bastava atingir a civilização. O dilema é que era preciso construir uma civilização sobre bases nacionais, singulares, autênticas.

Euclides procurava explicar em *Os Sertões* como é que aqueles “bárbaros” habitantes da terra inóspita dos sertões do norte puderam vencer seguidas expedições militares. A questão que o norteava era saber as razões que fizeram dessa população perdida nos sertões do norte num certo sentido “um povo superior”. Assim, procurou explicar sua superioridade (de força física) por condições genéticas advindas das misturas raciais e pela ação do meio sobre essas condições. Araripe estava prioritariamente preocupado em provar a predominância da ação do meio sobre a explicação racial. De qualquer modo, ambos permaneciam no terreno da biologia ou das ciências da natureza. Ambos também pareciam concordar com a descoberta de que o sertanejo do norte formaria o “cerne da nacionalidade”, constituindo uma raça mais forte do que as outras, o feliz resultado do caldeamento de duas raças, a branca e a indígena, acrescido de certas condições do meio físico que teriam propiciado o desabrochar da coragem e a conservação de algumas tradições necessárias à formação de um povo. Araripe citava o próprio Euclides nessa direção:

“Nasciam, como se vê (os curibocas), de um amplexo forçado e feroz de vitoriosos e vencidos. Criaram-se numa sociedade revolta, aventureira e sonhadora, sobre a terra farta; e tiveram, ampliando-lhes os atributos ancestrais, uma rude escola de força e coragem naqueles gerais amplíssimos, onde ainda hoje ruge impune o jaguar e vagueia a ema velocíssima, ou nas serranias de flancos despedaçados, em busca de veeiros, quando as lavras baianas, mais tarde, lhes deram esse derivativo à faina de rodeios.

“Fora longo traçar-lhe a evolução do caráter. Caldeadas a índole aventureira do colono e a impulsividade do indígena, tiveram posteriormente o cultivo do próprio meio propiciando-lhes, pelo insulamento, a conservação dos hábitos e atitudes avoengos ligeiramente modificados, apenas consoante as novas exigências da vida. – E ali estão com as suas vestes características, os seus hábitos antigos, e seu estranho aferro às tradições mais remotas, o seu sentimento religioso levado ao fanatismo e o seu exagerado ponto de honra e o seu folclore bellissimo de rimas de três séculos. Raça forte antiga, de caracteres definidos e imutáveis mesmo nas maiores crises, – quando a roupa de couro do vaqueiro se faz armadura flexível, oriunda de elementos convergentes de todos os pontos, mas diversa das demais deste país, ela é, inegavelmente, expressivo elemento de quanto importam as reações do meio.”

Ao elogiar o sertanejo do norte como tipo singular capaz de dar personalidade à nação brasileira, tanto Araripe como Euclides estavam, de certo modo, retomando a vertente indianista.<sup>11</sup> O sertanejo do norte seria o resultado do “caldeamento” do indígena com o branco e o negro. Até aí, eles estariam fazendo o elogio da mestiçagem simplesmente. Mas o que diferenciava o sertanejo do norte de outros tipos mestiços encontrados no país e que autorizava Euclides a elegê-lo como “cerne da nacionalidade” era a ação do meio físico, fazendo com que do caldeamento das três raças sobressaíssem as características indígenas. Euclides fornecia longa explicação histórica nessa direção, citada por Araripe: “os atuais povoados sertanejos se formaram em velhas

aldeias de índios, arrebatados em 1758 do poder dos padres pela política severa de Pombal”. Acrescentava que, precisamente no trecho dos sertões baianos, “mais ligado ao dos demais estados do norte, – em roda do sertão de Canudos, – se estabelecera, desde o repontar da nossa história, intenso povoamento em que sobressaía o aborígene amalgamando-se ao branco e ao negro, sem que estes se avolumassem ao ponto de lhe dirimir a influência inegável”.

Duas idéias eram centrais e decisivas para a consagração do livro do ponto de vista de Araripe: a idéia de natureza como mola propulsora de uma civilização nacional autêntica e a idéia do jagunço como “cerne da nacionalidade”. A caminhada dos colonos para o centro, para o interior, acentuada com a miscigenação desses com os “selvagens” e conjugada com a ação decisiva de um meio físico singular, havia produzido um “tipo valeroso”, base para a edificação de uma nacionalidade autêntica. Novamente, reaparecia um tema caro aos “escritores sertanejos”: o elogio do interior. Mas, dessa vez, com o valor adicional da autoridade de argumentos científicos que saíam da pena de um intelectual formado no litoral e egresso do Exército e que, além disso, tinha acabado de realizar a viagem para os sertões inóspitos e constatado essa verdade com seus próprios olhos.

Do outro lado e por oposição, estava o mulato, definido como “produto da mestiçagem começada em Portugal e aqui continuada” e visto negativamente: “neurastênico do litoral, e inconsciente, o acolhido dos latíbulos das caatingas”. O mulato estaria mais próximo da antiga ordem da colonização portuguesa e, nesse sentido, representava o passado. Dizia Araripe, com base em Euclides, “esse produto era já muito afeito ao português, para que se desligasse dele; o mulato preferiu o litoral à vida nômade e às inclemências da vida de vaqueano”. Em outras palavras, o mulato era um degenerado, sofrendo a contaminação de influências estrangeiras que turvavam suas características originais. Sem base, sem manutenção de essência, o mulato era o ser que ficava à deriva, arranhando a costa como caranguejo, numa mistura nociva de tradições, sempre pronto a incorporar novidades que che-

gavam pelo mar. Não tinha a defesa do insulamento nem os anticorpos do interior. Nele, as propriedades mais fortes das antigas raças indígenas haviam adormecido, não servindo mais para vacinar os colonos, cujas características haviam predominado, características estrangeiras, sobre a portentosa natureza tropical na qual o povo organizado em nação devia se espelhar. O mulato perdera as oportunidades de se tornar obnubilado.

#### ANTÔNIO CONSELHEIRO

Na visão de Araripe, em que o meio físico determinava as possibilidades de ação dos indivíduos, Euclides da Cunha teria dado muita importância a Antônio Conselheiro. O beato não passaria de “um despeitado da vida que o meio torceu”, “um instrumento que o sertão carecia para arremeter (...) contra os soldados (...) do litoral, enviados pela civilização para puni-los de seu atraso”, ou seja, “Antonio Conselheiro pessoalmente não tinha nada de extraordinário. Fizeram-no santo”.

Araripe tinha uma visão instrumental do Conselheiro. Era preciso que surgisse alguém com o seu perfil para que os sertanejos fizessem correr “como boiada assombrada” os soldados do litoral. No seu parecer, “qualquer Conselheiro sertanejo que surgisse era suficiente para constituir um centro de Canudos, desde que o sertão rodasse como rodou”.

O crítico concordava com a afirmação de Euclides de que o Conselheiro “não deslizou para a demência porque o meio o amparava, corrigindo-o, fazendo-o estabelecer encadeamento nunca destruído nas mais exageradas concepções, certa ordem no próprio desvario, coerência indestrutível em todos os atos e disciplina rara em todas as paixões”. O Conselheiro seria um “gnóstico bronco”, um “doente”, “o seu temperamento era o do obstinado, violento e mau”. E insistia que a bravura e o heroísmo dos jagunços que derrotaram sucessivas vezes o Exército do litoral não teria sido obra sua, “nem dos seus instintos. A maloca o dominou e infligiu-lhe, posteriormente, uma responsabilidade a que ele não aspirava”.

## A LOUCURA DO DESERTO

“O Arraial de Canudos, descrito pelo sr. Euclides da Cunha, de cima do alto da Favela, é uma cena de impressionar o leitor mais xucro.” Araripe citava a descrição do Arraial de Canudos para tecer considerações sobre o estilo de Euclides, a sua “arte” de escrever: “é notável a arte do sr. Euclides da Cunha. Não perdendo uma só emoção experimentada pelos soldados que se aproximam de Canudos, surpreende o espírito com situações que fulminam a imaginação do leitor desprevenido”. Euclides relata passo a passo o avanço das forças do governo que se “engolfam nos desfiladeiros”. Esse estilo narrativo era elogiado por Araripe que, como leitor, afirmava ter pensado estar “de mochila às costas, de arma ao ombro, acompanhando, na tenebrosa aventura, o coronel Moreira César, ou outro qualquer oficial, em demanda da fera truculenta e desconhecida, que se oculta no labirinto do Vaza-Barris como o Minotauro da fábula”.

Compara, então, *Os Sertões* aos romances de Walter Scott, em que, tal como Euclides, o escritor escocês conjugava em suas descrições “fatos verdadeiros” com “ficções poéticas”. Novamente, o tema da conjugação da ciência com a arte. Nas narrações das peripécias da guerra, Euclides estaria mais uma vez confirmando a hipótese de Araripe da subordinação dos homens ao meio: “o meio sertanejo teria de subordinar os generais por uma espécie de hipnose satânica e incurável. Essa hipnose passa a ser, daí em diante, a verdadeira alma do livro”. O crítico argumenta o quanto o meio do sertão era poderoso sobre os homens que ali chegavam, chegando a falar em “loucura do deserto”. Diz que Euclides descreve em cada pormenor esse fenômeno, comprovando sua teoria da determinação do meio. A loucura do deserto causaria embriaguez nos soldados que se aproximavam do Arraial, uma embriaguez maior do que a cachaça. “Não há duvidar que as expedições mandadas contra Canudos, à proporção que se afastavam de Monte Santo, entravam numa embriaguez maior do que a cachaça. Generais, oficiais, soldados, todos, sem exceção, eram invadidos pela loucura do

deserto. Os jagunços, que observavam o fenômeno, atribuíam-no às partes divinas de que se dizia dotado o Conselheiro; o povo e o soldado xucro pensavam naturalmente na influência de feitiços. Ora, sucedia que todos esses elementos concorriam juntos para debilitar a força do governo, incrementando, dia a dia, a fascinação do centro psíquico de Canudos. O desastre da expedição Febrônio determina a do Coronel Moreira César.”

Retomando a descrição do fracasso da expedição Moreira César, Araripe nos remete às críticas que na época eram feitas ao “Exército tarimbeiro” despreparado. Moreira César anuncia: “vamos almoçar em Canudos!” A partir daí, ergue-se o pano e começa a assombrosa tragédia. O relato de *Os Sertões* é, no entender do crítico, uma “crítica pungente de toda a tática desenvolvida pelo comandante das forças expedicionárias em Canudos, o qual invadira o arraial com o seu temperamento de impulsivo, com a sua bravura de melancólico, com a sua paciência enfermiça; e, não podendo refletir, viu tudo quanto era necessário fazer para vencer, mas não evitou o lapso de inteligência, que ocasionou o esquecimento da tática defensiva”. Enquanto Moreira César não refletiu sobre a psicologia do inimigo, na visão do crítico, “os jagunços, brancos embora, conheciam melhor a psicologia dos soldados civilizados. Tinham certeza de que eles fariam o que fizeram. Abandonaram-lhes o arraial, militarmente falando, esconderam-se na caatinga, nas grotas e nos buracos das pacas e esperaram que a noite caísse sobre Canudos”. A seguir, derrubaram Moreira César “com uma bala traiçoeira”. “Morto ele, estava despedaçado o elo da corrente moral. E as forças apatetaram-se.” O crítico observa que “a descrição da entrada em Canudos e da debandada das forças do Coronel Moreira César ocupa vinte e quatro páginas fulgurantes de emoção”. Após a derrota da expedição Moreira César “os jagunços, cujo misticismo e rudeza já haviam crescido à vista dos sucessos anteriores, ficaram crentes de que a força do Governo era realmente fraqueza, e que com eles estava o milagre”.

O AUTOR DE OS SERTÕES FOI MILITAR E DEVE SABER  
O QUE ESCREVEU

O crítico dedica algumas páginas sobre “a lição” da Guerra de Canudos. Diz que “era inevitável que a recebêssemos, (...) dada a organização, que temos, de um exército de litoral”. O erro de Canudos é comparado ao erro de alguém que habituado “às manhas do florete, da espada ou do revólver” se bateu “a laço e bolas com um *cowboy*”, ou seja, um Exército despreparado para a ação no território brasileiro porque teria ficado circunscrito ao litoral. Considera também que não seria o caso de o contingente militar do litoral aprender as técnicas de “capoeiragem do sertão”. Pelo contrário, “seria um elefante a dançar o minuete”. Considera que Canudos mostrou a grande debilidade do Exército brasileiro. Inspirando-se no livro do presidente Roosevelt, *Vida de Rancho*, indica como solução a inclusão no Exército brasileiro de “soldados intermédios, os *rough riders*, junto ao hábito de organizá-los nos momentos em que se têm de haver com o *Far West*, trate-se de índios ou de bandidos lincháveis”: indivíduos acostumados à vida em certas regiões inóspitas, como os sertões do norte, formados por este meio físico, que pudessem vir a ser integrados numa organização nacional superior como o Exército.

Como Euclides era militar, foi-lhe possível perceber certos detalhes militares narrando “com intensidade quase igual à dos romances de Dostoievski, que foi um dos maiores, senão o maior dos psicólogos das multidões, produzido pelo século XIX”. “(Euclides), o historiador da guerra de Canudos atinge (...) um grau de emoção inolvidável. Lembra, ao mesmo tempo Xenofonte e Flaubert. Os sofrimentos dos gregos nos desertos da Pérsia e os desesperos dos mercenários, trancados nos desfiladeiros de La Pache, não me comoveram mais do que os dos nossos patrícios (...)”. E, ainda, “o sr. Euclides da Cunha não pinta (...) o militar clássico e de convenção, agindo por honra do ofício e medindo geometricamente o emprego da coragem; ele descreve o homem, na fase psíquica e animal, em que entram aqueles a

quem a ameaça de morte toma o caráter crônico, que foi o que sucedeu no alto da Favela”.

A qualidade narrativa do texto de Euclides era associada à agudeza de sua percepção com relação ao fenômeno de Canudos, principalmente no que tangia ao papel da natureza como fator decisivo na guerra. “Quem sitiava o exército? Ninguém. A natureza; as circunstâncias. Os jagunços entravam nessa operação como um fator diminuto, de importância relativa, porque era móvel, mesquinho e, como o mosquito da fábula, podia, a todo o instante, enfurecer o leão prostrado, sem ação contra o vento, com o qual o inseto vivia associado.”

#### A POTÊNCIA TRÁGICA DE OS SERTÕES

“Não conheço, em língua portuguesa, fora do teatro, em livro de história, cena descrita com potência trágica superior à que se encontra nas 55 páginas que fecham *Os Sertões*.” Ou ainda: “o traço característico do escritor de *Os Sertões* é o sentimento da tragédia na sua expressão cáustica”. O crítico definia a narrativa como essencialmente trágica, carecendo de lirismo. E concluía, reafirmando a conjugação no escritor da “alma poética” com a psicologia e a sociologia, lembrando que do “ponto de vista sociológico”, o escritor era “um admirador de Buckle, o nunca assaz lembrado autor da *História da Civilização da Inglaterra*”. “Aplicando os princípios desse mestre no estudo dos fenômenos da vida brasileira, ele sempre a ilumina com um raio de luz agudo e penetrante. Todavia, não é um exclusivista; nem a variada, e ao mesmo tempo segura, educação científica que teve, permitiria essa subordinação pedagógica, aliás profundamente antipática ao seu temperamento de artista.”

Em resumo, no ensaio crítico de Araripe Júnior, o livro de Euclides da Cunha saía consagrado, e os sertões do norte, vitoriosos, associados à idéia de uma natureza pura e singular. Nesse ponto geográfico do mapa do Brasil poderia ser encontrada a fonte de autenticidade para construir uma civi-

lização verdadeiramente nacional. A oposição entre o jagunço e o mulato acirrava e alimentava a oposição entre os sertões e o litoral. A consagração de *Os Sertões* era também a consagração de uma proposta de construção da identidade nacional pelo interior.<sup>12</sup> O litoral e, evidentemente, seu maior símbolo, o Rio de Janeiro, mais uma vez eram vistos como fonte da contaminação e do mal, cidade identificada com a colonização portuguesa, com o Império, com a sociedade de corte e, sobretudo, com a mistura, a ambigüidade, a indefinição – fonte do perigo e degeneração. Por outro lado, o ensaio crítico consagrador retomava a concepção romântica de nação, apropriando-se do livro de Euclides da Cunha muito mais por essa via do que pela vertente iluminista do progresso e da civilização. Para Araripe, Euclides da Cunha, formado numa ciência positiva e numa concepção materialista de engenharia e matemática, ao fazer a viagem purificadora aos sertões do norte, havia-se transformado num escritor obnubilado, cedendo aos encantos da natureza tropical e dos “bárbaros” sertanejos, e aproximando-se de outra via para pensar o nacional.

#### A GLÓRIA DE EUCLIDES PARTE 1: INGRESSO NO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

Euclides da Cunha ficou radiante ao ler o artigo de Araripe sobre seu livro. Escreveu para ele de Lorena cerca de quatro cartas, entre fevereiro e março de 1903. Numa delas, ao ler a primeira parte da crítica, dizia ter saído da redação do jornal onde trabalhava “com o enorme estontecimento de um recruta transmudado repentinamente num triunfador”. O ensaio de Araripe tinha tido tamanha repercussão (“tinha-o lido quase toda a roda literária paulista”), que “no dia seguinte”, ele, “que até então era um engenheiro letrado, com o defeito insanável de emparceirar às parcelas dos orçamentos as idealizações da Arte, era um escritor, apenas transitoriamente desgarrado na engenharia”. Em suma, Euclides atribuía ao juízo crítico de Araripe sua entronização definitiva como escritor. A

crítica de Araripe acabou se tornando a grande responsável pela conversão da identidade profissional de Euclides da Cunha, incluindo-o no rol dos escritores.

O livro era um *best-seller*.<sup>13</sup> Em carta ao pai na mesma época em que escrevia para Araripe (fevereiro de 1903), o escritor dizia ter recebido comunicação da Editora Laemmert, notificando-o de que tinha sido obrigada a apressar a segunda edição, já em andamento, para atender a pedidos que lhe chegavam até de Mato Grosso. A primeira edição esgotara-se em dois meses. Em outra carta ao pai, ainda em fevereiro, Euclides mostrava-se bastante satisfeito. O livro agradara a todos (“a opinião nacional inteira está inteiramente do meu lado”). Citava até o juízo do grande chefe monarquista, o Visconde de Ouro Preto: “*Os Sertões* são o único livro digno de tal nome, que se publicou no Brasil depois de 15 de novembro”. Euclides generalizava: “toda a gente assim pensa”. E terminava a carta com um final retumbante: “Venci por mim só, sem reclames, sem patronos, sem a rua do Ouvidor e sem rodas. E dado esse primeiro movimento, continuarei, se o permitir a engenharia ingrata e trabalhosa”.<sup>14</sup>

Um dos coroaamentos do sucesso de Euclides veio com a nomeação para o cargo de sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, instituição das mais renomadas do país na ocasião. Em carta de Lorena do dia 29 de maio de 1903, Euclides agradecia a Max Fleiuss “tão grande distinção”, a de participar da instituição, aceitando o encargo que lhe era confiado de escrever uma monografia sobre o Duque de Caxias. Sobre a posse, escreveu ao amigo Francisco Escobar manifestando enorme alegria em ingressar numa instituição que reunia intelectuais voltados para a atividade científica: “era o Brasil, o Brasil velho e bom. (...) Tu não calculas como me senti bem, ali, no meio daquela gente, que não distribui empregos; e como avalei bem o vigor desta minha belíssima alma sonhadora, tão desprendida das infinitas esquirolas e da poeirada de coisinhas interessantes que deslumbram tanta gente”.<sup>15</sup>

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro havia sido fundado ainda no Império, a 21 de outubro de 1838, com o objetivo de “construir uma história da nação, recriar um passado, solidificar mitos de fundação, ordenar fatos buscando homogeneidades em personagens e eventos até então dispersos”.<sup>16</sup> Ao longo do tempo, foram sendo também criados institutos regionais. Ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro cabia “o papel de demarcar espaços e ganhar respeitabilidade nacional”, ficando os institutos regionais com o encargo de “garantir as suas especificidades regionais” e, quando possível, “definir certa hegemonia cultural”. Entre os institutos regionais mais importantes estavam o Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, fundado em 1862, e o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, fundado em 1894.

A sede era no Rio de Janeiro e, desde sua fundação, recebia financiamento do imperador e dos sócios, arregimentados pela rede de relações com o imperador e não por critérios acadêmicos. Durante o Império, sobressaíram o papel central do Estado e sua vinculação ao círculo ilustrado imperial. O perfil dos sócios combinava desde políticos e proprietários de terra até literatos e pesquisadores de renome. O instituto tinha como função a consagração da elite local. Com a passagem do Império para a República, a organização interna do instituto, em linhas gerais, se manteve. Euclides tinha sido convidado para o cargo de sócio correspondente pelo comendador Henrique Raffard, então primeiro-secretário. Por exigência do cargo, o comendador lhe encomendara o estudo sobre o Duque de Caxias. Na carta a Max Fleiuss, Euclides se dizia honrado com o convite e já disposto a trabalhar sobre a “figura notável do Duque de Caxias, uma vida que, como sói suceder com a de todos os grandes homens, foi um aspecto da nossa própria vida nacional”. Propunha apenas que, em vez de redigir uma memória sobre o tema, redigisse um discurso, dado o pouco tempo de que dispunha devido à sua vida atribulada de engenheiro. Em carta a José Veríssimo,

de Lorena, de 12 de junho de 1903, dizia: “continuo na minha engenharia fatigada e errante – e, agora, com a sobrecarga de uma monografia sobre o Duque de Caxias. Felizmente me habituei a estudar nos trens de ferro, nos *trollys*, e até a cavalo! É o único meio que tenho de levar por diante esta atividade dupla de chefe de operários e de homem de letras (...)”. Comunicava ainda sua candidatura à Academia Brasileira de Letras, a grande agência consagradora dos escritores do país. Dizia Euclides: “Cumpro o dever de lhe comunicar a minha candidatura, antes mesmo de me dirigir ao Presidente da Academia, porque ao Sr. devo o favor da apresentação do meu nome, então obscuro, à sociedade inteligente da nossa terra, amparando-o com extraordinária generosidade”. O motivo da candidatura à Academia desencadeou uma série de correspondências entre Euclides, o presidente da instituição, Machado de Assis, e outros membros, a quem escreveu para pedir voto. A 22 de setembro de 1903, em carta ao pai, Euclides comunicava sua eleição, ocorrida no dia anterior, para a cadeira que tinha como patrono Castro Alves, cuja vaga fora aberta por ocasião da morte de Valentim Magalhães. O escritor revelava-se bastante realizado por ter conseguido por merecimento próprio a referida vaga: “o desvio que abri nesta minha engenharia obscura, alongou-se mais do que eu julgava. É ao menos um consolo neste tempos de filhotismo absoluto, verdadeira idade de ouro dos medíocres. Tive eleitores como Rio Branco e Machado de Assis”.<sup>17</sup>

À eleição de Euclides para a Academia Brasileira de Letras revelava outro aspecto decorrente da consagração de *Os Sertões*. Vencendo sua candidatura, vencia a sociedade do talento e do mérito. Um engenheiro transformava-se repentinamente em escritor, sem padrinhos, apenas com a arma do talento e do mérito. Esse seria um ponto importante para a cruzada de Sílvio Romero e para o início do processo de autonomização do campo literário e do campo científico.

## A GLÓRIA DE EUCLIDES PARTE 2: ELEIÇÃO PARA A ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS

Por uma série de motivos, entre os quais uma demorada viagem ao Alto-Purus, na região amazônica, Euclides da Cunha só veio a tomar posse na Academia Brasileira de Letras a 18 de dezembro de 1906. Nessa ocasião, teve maior contato com Sílvio Romero, responsável pelo discurso de recepção. Romero havia ingressado na Academia a 20 de julho de 1897, como membro fundador. Ocupava a cadeira que tinha como patrono Hipólito da Costa. Foi nesse mesmo ano que iniciou longa polêmica com o presidente da instituição, lançando o livro *Machado de Assis*, em que tecia críticas contundentes ao escritor fluminense.

A Academia Brasileira de Letras foi fundada em finais de 1896 por um grupo de escritores, tendo à frente Machado de Assis e Lúcio de Mendonça. Seguindo os moldes da Academia Francesa, tornou-se desde logo uma das mais importantes agências de consagração dos escritores do país. O discurso inaugural foi proferido por Machado de Assis, eleito seu primeiro presidente, em 20 de julho de 1897. Nele, Machado colocava como objetivo da Academia “conservar, no meio da federação política, a unidade literária”. A instituição visava a manter um estatuto acima das disputas partidárias e “sobreviver aos acontecimentos de toda a casta, às escolas literárias e às transformações civis”.<sup>18</sup>

Na sessão de encerramento de 7 de dezembro de 1897, Machado de Assis enunciava que a Academia era o lugar de cultivo da literatura, os problemas sociais deveriam ficar fora de seus muros. “Nascida entre graves cuidados de ordem pública, a Academia Brasileira de Letras tem de ser o que são as associações análogas: uma torre de marfim, onde se acolham espíritos literários, com a única preocupação literária, e de onde estendendo-se os olhos para todos os lados, vejam claro e quieto. Homens daqui podem escrever páginas de história, mas a história faz-se lá fora.” Machado colocava como objetivo principal da Academia “a guarda da nossa língua”.

Uma de suas mais importantes tarefas era pesquisar “elementos do vocabulário crítico dos brasileirismos entrados na língua portuguesa e das diferenças no modo de falar e escrever dos dois povos (brasileiro e português)” para redigir um dicionário bibliográfico nacional.<sup>19</sup>

Posição diversa defendia Sílvio Romero, entre outros, sustentando que a Academia deveria contemplar escritores preocupados com questões sociais. O ingresso de Euclides da Cunha expressava a inclusão de um “homem de ciência” profundamente preocupado com questões sociais, para quem a função da literatura era, acima de tudo, servir ao conhecimento e à descoberta das leis que regem o mundo natural e social.

O ritual de ingresso de Euclides na Academia teve início a 12 de junho de 1903, quando, na carta a José Veríssimo, Euclides admitiu estar interessado em uma vaga nessa “sociedade inteligente da nossa terra” e solicitou que o mesmo encaminhasse o seu nome, “então obscuro”, “amparando-o com extraordinária generosidade”. Com a aquiescência de José Veríssimo, Euclides dirigiu a Machado de Assis carta formal datada de 21 de junho de 1903, onde solicitou sua “inclusão entre os candidatos à vaga existente na Academia de Letras”. Euclides observava ainda que a “aquiescência” de Machado lhe valeria “como o melhor dos títulos”. O passo seguinte foi escrever uma seqüência de cartas pedindo o voto dos acadêmicos, começando pelo presidente Machado de Assis. A 26 de julho, escreveu novamente a Machado agradecendo a garantia de voto do presidente, “garantia que por si só” representava para ele a consagração: “o sufrágio que me vai dar será para mim uma consagração”. Entre os acadêmicos a quem Euclides pedia o voto estavam Afonso Arinos, Rodrigo Otávio, Coelho Neto. A 10 de setembro de 1903, escreveu de Lorena a Coelho Neto, solicitando que ele se encarregasse de acompanhar sua eleição que se realizaria no dia 15. Na ocasião dizia ter como certos os votos de “Lúcio de Mendonça, Salvador, Araripe Machado, Rio Branco, Afonso Celso, Inglês de Sousa, Silva Ramos, Artur, José Veríssimo, João Ribeiro, Garcia, Filinto,

Raimundo, Murat, Arinos (se tomasse posse) e do próprio Coelho Neto”.

Em 1904, já eleito, Euclides dirigiu-se novamente a Machado de Assis, dizendo-se impossibilitado de tomar posse naquela data. A sessão solene foi transferida para o dia 18 de dezembro de 1906.

#### AINDA NA ACADEMIA: O DISCURSO DE POSSE DE EUCLIDES

Em seu discurso de posse, o autor de *Os Sertões* começava assumindo a identidade de “homem de ciência” e refletindo sobre as dificuldades de ingressar numa casa de “homens de letras”. Essa reflexão sinalizava que não havia separação nítida entre as fronteiras da literatura e da ciência e de que não havia ainda agências consagradoras no campo científico com o mesmo prestígio da Academia Brasileira de Letras. Confessando ser a ciência seu maior objetivo, observava que cada vez que dela se aproximava, mais se distanciava da estética, da ficção e das “impressões artísticas”: “Escritor por acidente – eu habituei-me a andar terra a terra, abreviando o espírito à contemplação dos fatos de ordem física adstritos às leis mais simples e gerais; (...) vai-se-me tornando mais e mais difícil esse abranger os caracteres preexcelentes das cousas, buscando-lhes as relações mais altas e formadoras das impressões artísticas, ou das sínteses estéticas”. Discorrendo sobre as dificuldades de conjugar a literatura e a ciência, atribuía à primeira o subjetivismo, enquanto que à segunda, a objetividade: “(...) me desviei sobremodo, dessa literatura de ficções, onde desde cedo se exercita e se revigora o nosso subjetivismo (...)”.

Auto-identificando-se como “filho da terra e perdidamente namorado dela”, dizia sentir-se “constrangido” de ocupar a cadeira de Castro Alves por encontrar-se, diferentemente deste poeta, preso ao “terreno massiço das indagações objetivas”. Fazia longa digressão sobre o difícil caminho da ciência e da objetividade, e das diferenças entre a poesia e a ciência: “O poeta, o sonhador em geral, (...) é soberano no pequeno reino onde o entroniza a sua fantasia. Nós, não. (...) No submeter a fantasia ao plano

geral da natureza, iludem-se os que nos supõem cada vez mais triunfantes e aptos a resumir tudo o que vemos no rigorismo impecável de algumas fórmulas incisivas e secas. Somos cada vez mais frágeis e perturbados. No perpétuo desequilíbrio, entre o que imaginamos e o que existe, verificamos, atônitos, que a idealização mais afogueada apagam-no-la os novos quadros da existência”.

Ao receber a incumbência de falar de Castro Alves e de Valentim Magalhães, patrono e último ocupante da cadeira que passaria a ocupar, respectivamente, procurava analisar o valor desses dois escritores sob o ponto de vista de um “homem de ciência”. Assim, observava que à primeira vista não compreendia Castro Alves, não se sentindo apto a julgá-lo. Do ponto de vista da ciência, o autor de “Navio Negreiro” não passaria de um “fabricante de quimeras”. Entretanto, recuperava o poeta assinalando seu valor enquanto um homem de letras que havia se engajado com o ideal da luta abolicionista. “Então o que se nos afigura um quimerizar adoidado resultaria lógico; e naquelas visões radiosas veríamos os reflexos de um ideal.” Castro Alves teria colocado sua palavra em defesa “das esperanças de uma raça titânica, que durante trezentos anos trouxe ao colo a nossa nacionalidade criança”.

Em outras palavras, Euclides explicitava outro tema importante como divisor de águas dos intelectuais: a preocupação com as chamadas “questões sociais”, mostrando-se mais afinado com Sílvio Romero do que com Machado de Assis e conseguindo uma via para referir-se positivamente à trajetória de seus dois antecessores. Se não se tratava de intelectuais, como ele, antenados com o tema da ciência, ao menos eram sensíveis ao das “questões sociais”.

Sobre Valentim Magalhães, explorava esse ponto de contato que o aproximava de Castro Alves e de si próprio. Ao contrário dos escritores que ficaram atrelados a suas vozes internas, subjetivas ou a assuntos únicos, Valentim teria sido um homem de seu tempo, antenado com as “questões

sociais”. Procurando atribuir valor positivo a Valentim, ele o opunha a Flaubert e aos escritores preocupados consigo mesmos, descrevendo-o como o avesso desses homens. Como exemplo do engajamento de Valentim Magalhães, Euclides citava seu apoio aos “escrevedores da província”, tendo sido o mestre-sala da “nova geração”.

Abria, então, um parêntese para elogiar a chamada “nova geração” de intelectuais brasileiros que havia surgido a partir de 1875. Não perdia a oportunidade de reiterar duas de suas teses: a de que novos princípios filosóficos teriam chegado ao país a partir dessa data-chave (positivismo e evolucionismo), mas que, como não havia uma cultura científica própria, esses princípios teriam caído num certo vazio, numa certa repetição de fórmulas. “Começamos a aprender de cor a civilização: cousas novas, bizarras, originais, chegando, cativando-nos, desnordeando-nos, e enriquecendo-nos de graça. (...) Os novos princípios que chegavam não tinham o abrigo de uma cultura e ficavam no ar, inúteis, como forças admiráveis, mas sem pontos de apoio; e tornaram-se frases decorativas sem sentido, capazes de todos os sentidos; e reduziram-se a fórmulas irritantes de uma caturrice doutrinária inaturável (...)”. Outra tese reafirmada no discurso é a da oposição entre o litoral e o sertão, com a valorização do segundo em detrimento do primeiro. Euclides definitivamente mudava o eixo do confronto entre “escritores do norte” e “escritores do sul” para confrontar “escritores do sertão ou do centro” com “escritores do litoral”. Essa mudança de eixo era significativa. A teoria de determinação do meio físico sobre os homens era válida também para os intelectuais. Os escritores refletiriam o meio físico onde nasceram e no qual se formaram.

O novo membro da Academia valorizava os escritores que viveram seus primeiros anos no interior, pois estariam mais próximos de um ambiente autenticamente nacional. Em certo sentido, referia-se também à sua própria trajetória. Essa teoria de que os escritores formariam seu caráter e sua literatura em contato com o meio ambiente em que nasceram e se criaram

até a adolescência era recorrente também em intelectuais como Sílvio Romero e Araripe Júnior, preocupados, como Euclides, em valorizar o interior do país. Sobre esse ponto, Euclides era enfático: os escritores formados no litoral refletiriam a “cultura européia”; os escritores formados no interior refletiriam o que ele chamava de “uma raça obscura”, mas efetivamente brasileira: “a raça sertaneja”. Desse modo, também os escritores e os cientistas estariam determinados pela lei do clima que, no Brasil, por uma “inegável anomalia” variaria mais em longitude do que em latitude: “Já se tem feito um confronto instrutivo dos nossos escritores do norte e do sul. Talvez fosse mais útil defrontar os que se formam na orla litorânea sob a luz variamente refletida da cultura européia com os que passam as primeiras quadras no remanso das gentes sertanejas, mais em contato com o gênio obscuro das nossas raças. Neste ponto o regime moral do Brasil reproduz a sua inegável anomalia climática: varia mais em longitude do que em latitude”.

Em síntese, o discurso de Euclides reforçava duas posições: a do “homem de ciência” e a do escritor ou cientista voltado para as questões sociais e políticas (o que, contemporaneamente, poderíamos chamar de “intelectual engajado”). O discurso deixava claro que uma das alternativas de produzir ciência no Brasil naquele momento era fazer uso de uma roupagem literária.

A posição dominante na Academia era a de Machado de Assis, segundo a qual os escritores deviam dedicar mais tempo às questões propriamente literárias no sentido de se preocupar com a formação e os usos da língua, ao invés de fazer uso instrumental da literatura para polemizar sobre questões sociais ou políticas. Machado foi, em diversas ocasiões, comparado a Flaubert, escritor preocupado apenas com o ofício de escrever. Euclides da Cunha, ao pronunciar seu discurso, deixava entrever posição divergente, afirmando-se acima de tudo um intelectual preocupado com questões sociais. Por outro lado, mostrava certo desconforto ao ingressar na Academia por se colocar na fronteira entre a ciência e a literatura. Essa posição diver-

gente o aproximava de Sílvio Romero, encarregado na ocasião de o entronizar no panteão dos imortais.

#### A RECEPÇÃO DE ROMERO

Fomentador de polêmicas e grande orador, Sílvio Romero não poderia estar diante de melhor ocasião para afirmar suas posições e confrontar-se com Machado de Assis, um de seus desafetos prediletos. Assim, recebeu Euclides tocando de frente a oposição entre escritores preocupados unicamente com o ofício de escrever e aqueles que faziam literatura como meio de conhecimento da realidade e de atuação política. “A Academia recebe em seu seio um poderoso escritor, mas um que pode colocar idéias, além de pronomes, porque estuda e medita, porque sabe ver e inquirir.”

Romero elogiava a posição de Euclides enquanto escritor-cientista, valorizando nele o predomínio das idéias, do pensamento sobre a forma. O escritor levaria a sério seus estudos e teria “o pundonor dos escritores que forcejam por ser verídicos e escrupulosamente exatos”. Essa mesma oposição conteúdo/forma; idéias/pronomes era ressaltada quando Romero discorria sobre o patrono, Castro Alves. A essa oposição, acrescentava outra, endossando as observações que haviam sido feitas pelo próprio autor de *Os Sertões*, de uma literatura que era expressão da observação da realidade *versus* uma literatura que dizia respeito unicamente ao mundo interno ou à subjetividade do escritor. Destacava a “significação histórica de Castro Alves em nossas letras”, observando seu “apurado senso crítico, percuciente tino filosófico, seguro saber das letras clássicas latinas” e, para completar, “esse ingênuo faro de finura estética que não abandona jamais o homem genuinamente do povo, o filho autêntico das classes sertanejas”. Em Castro Alves, ele observava que “o senso da natureza, da realidade, das cousas, por maiores que pretendessem os desregramentos da fantasia (...), interpunha-se”. Castro Alves não se situaria no conjunto dos escritores que se perdiam no terreno da subjetividade, mas, pelo contrário, ancorava-se na observação

do mundo da natureza. "(...) também imaginava um mundo a seu modo, filho da fantasia, mas um tal que não escapava de todo às forças eternas do Cosmos e às leis imanentes da humanidade". Nas descrições do autor de "Navio Negreiro", havia lugar para "matutos e tabaréus recordando e memorando as folganças e lendas da noite de S. João, ou batendo o baiano ao som das violas", descrições que eram retiradas da observação da realidade. E, quando resvalava para romantismo exacerbado, era porque tinha intenções políticas. Segundo Romero, Castro Alves tinha sido "um dos nossos maiores espíritos e mais insolitamente atacado pela malevolência letrada".

Já Valentim Magalhães era atacado por Romero por ter sido, segundo o crítico sergipano, o responsável por uma oposição sistemática aos membros da Escola do Recife, como Tobias Barreto, Vitoriano Palhares, Castro Alves e Franklin Távora.

Além da afirmação da ciência na literatura, Romero apontava outro valor para o escritor que a Academia recebia, o fato de ter vencido pelo próprio mérito: "De um ímpeto, adejastes por cima dos mais altos píncaros, onde flutuam aos ventos as flâmulas dos entusiasmos e das glorificações brasileiras. Lá chegastes e lá deveis ficar, porque não vos fizeram favor. Fostes levado pelo mérito inegável de um livro que é uma das obras-primas da mentalidade nacional".

Com relação ao escritor, portanto, as maiores qualidades estariam na utilização da ciência na literatura e no mérito pessoal de haver escrito uma grande obra e galgado as posições sem patronos. Referindo-se à obra, Romero considerava, em primeiro lugar, que a "crítica indígena" não teria compreendido o valor do livro, tomando-o por "um produto meramente literário, como as dezenas de tantos outros que se afez a manusear". A crítica teria visto apenas "as cintilações do estilo, os dourados da forma, e, quando muito, considerou-o como uma espécie de panfleto de oposição política que dizia da organização de nosso exército, de nossas cousas militares, umas tantas verdades que ela, a crítica, não se atrevia a dizer. Daí os aplau-

sos. Não era desses que precisáveis”. Romero não explicitava a que setores da crítica se referia.

Em contrapartida, ele, Romero, definia o livro como “um sério e fundo estudo social de nosso povo”, objeto de suas constantes pesquisas, leituras, observações diretas, viagens e “meditações de toda a hora”. Não considerava que Canudos fosse o centro do livro: “a narrativa, que ocorre na segunda parte, da campanha de Canudos, é uma simples exemplificação de caráter subalterno”. O “nervo do livro”, no seu entender, “seu fim”, “seu alvo”, “seu valor” estavam “na descritiva do caráter das populações sertanejas de um dos mais curiosos trechos do Brasil”. Romero identificava-se como grande conhecedor dessas “populações sertanejas”, considerando que “para os que não as conhecem”, e esse seria “o caso de todos os deliquêsscentes que enfiam frases no Rio de Janeiro, foi como a revelação de um mundo longínquo, afastado, estranho, alheio a tudo que os toca, tudo em que pensam, tudo de que fabulam, em suas irisadas vacuidades de imortalizados em vida... Era como se tratasse de populações da Mongólia, do Turquestão ou do Saara...”. Elogiava o ponto de vista de Euclides ao tomar a terra como centro do estudo, mostrando a partir dela “a lenta elaboração das almas, e dos caracteres”.

Considerava que do livro era possível tirar lição relativa ao futuro das populações sertanejas e, por conseqüência, dos “doze milhões de brasileiros que de norte a sul ocupam o corpo central do nosso país e constituem o braço e o coração do Brasil”. Em última análise, o valor do livro estaria em ter tocado dois temas para ele centrais e interligados: a terra e o povo brasileiro. Euclides teria focalizado a terra, a geografia, o relevo, as condições climáticas de forma científica, isto é, procurando descrever (e valorizar) a realidade. Do mesmo modo, Euclides teria percebido a relevância de discorrer sobre as populações sertanejas, segmento populacional que, no entender do crítico, era bastante característico de uma região do país. Duas metáforas sugestivas sinalizavam a importância atribuída ao tema da consti-

tuição do povo brasileiro no discurso de Romero. Se “o nervo” do livro eram as populações sertanejas, “o braço e o coração do Brasil” eram “os doze milhões de brasileiros”, ou seja, o “povo brasileiro”.

Como Araripe, Romero observava a importância dos estudos realizados sobre o meio físico (a terra), concordando com a visão determinista de que a terra moldava os homens à sua imagem e semelhança.<sup>20</sup> Contudo, com maior intensidade do que Araripe, enfatizava o tema da formação do povo brasileiro. Como Veríssimo e Araripe, elogiava a conjugação de um estilo brilhante com “a veracidade dos fatos”: “vós sabeis retratar ao vivo a natureza física, dando intensidade às notas, sem prejudicar a veracidade dos fatos, a qualidade dos fenômenos. É o grande escolho da arte descritiva: exatidão e relevo, naturalismo e brilho, consistência e colorido, poesia e verdade”. Considerava que “as dez ou doze páginas consagradas à flora” não encontravam “superiores ou sequer iguais em nossa língua”. Mas era especialmente a descrição dos tipos étnicos o que mais surpreendia o escritor sergipano. “Não é, todavia, a natureza física que tem o condão de arrancar à palheta do escritor imagens, que são fotografias. Os tipos étnicos, os caracteres das coletividades, as índoles individuais, moldadas no cadinho dos vícios ambientes, os vínculos deixados nas almas pela atmosfera social fazem-se reproduzir com firmeza e são, a meus olhos, mais meritórios; porque mais difíceis de concretizar”.

Classificava como “magnífica” a descrição do sertanejo, “tipo aparentemente mole, preguiçoso”, mas que se transfigura subitamente pelas imposições da necessidade. Na visão de Romero, Euclides teria destacado “com segurança” as múltiplas faces de “nossas gentes dos centros”. Os indivíduos descritos por Euclides eram “índices ou sumários de um meio, de uma situação, de um momento”. Comparando o autor de *Os Sertões* a Dostoiévski (“parece uma página do *Purgatório* ou dos quadros tétricos de Dostoiévski”), Romero acrescentava que no caso de *Os Sertões*, os indivíduos efetivamente eram expressões do social. Esse critério era fundamen-

tal, pois diferenciava Euclides de outros escritores voltados unicamente para as subjetividades dos personagens. Tratava-se de um critério sociológico. Para usar as próprias palavras do crítico, os personagens em Euclides configuravam “uma galeria de indivíduos” “como índices ou sumários de um meio, de uma situação, de um momento”, “como feixes de fatos, cada um com seu rótulo, sua rubrica inapagável e eterna”; “como expoentes indicadores das correntes subterrâneas das multidões (...). Cada indivíduo é um resumo e um compêndio. Ali estão as cristalizações humanas obtidas por quatrocentos anos do labutar de uma meia cultura incongruente, cheia de falhas, grosserias e indisciplinas de toda a casta. E todas são reais e pegadas em flagrante”.

Na definição dos indivíduos enquanto “feixes” ou “resumos de coletividades mais amplas” estava o embrião da noção de povo para os estudos do folclore. Os personagens eram valorizados por expressar hábitos e costumes coletivos. Romero citava trechos de *Os Sertões* onde os personagens desfilavam um a um como tipos ou espécies. Assim como as plantas, os homens eram classificados. Bastava um mandacaru para que o cientista retirasse leis gerais sobre todos os mandacarus. Bastava um sertanejo, fosse José Venâncio, ou Pajeú, Lalau, Chiquinho e João da Mata, Pedrão, Joaquim Trancapés, major Sariema, Raimundo Boca-Torta, o velho Macambira, João Abade, Antonio Beatinho, José Felix, o Taramela ou tantos outros encontrados pelos caminho, para que Euclides pudesse descrever o “compacto grupo varonil dos homens, mostrando idênticos contrastes: vaqueiros rudes e fortes; (...) criadores, abastados outrora (...); e, menos numerosos, porém, mais em destaque, gandaieiros de todos os matizes, recidivos de todos os delitos”.

Na leitura de Romero, Euclides havia conseguido definir os tipos humanos, do mesmo modo que havia feito com a natureza selvagem. Citava mesmo um “tipo adorável”, Manuel Quadrado, o “curandeiro, o médico” que, segundo Euclides, olhava “para tudo” (ele se referia à guerra) “com

indiferença nobilitadora”, “devoto da natureza, alheio à desordem, vivendo num investigar perene pelas drogarias primitivas das matas”. Por todos esses motivos, concluía que o valor de Euclides estaria justamente em colocar idéias de forma brilhante na forma e de cunho científico no conteúdo.

Outro aspecto ressaltado era a “lição” que *Os Sertões* teria dado ao país. Qual seria esta grande “lição”? Mostrar que “os homens inteligentes” deveriam voltar-se para “o Brasil social”, “onde pulsa a mor intensidade dos problemas nacionais, que exigem solução, sob pena, senão de morte, de retardamento indefinido no aspirar ao progresso, no avançar para o futuro”. Voltar-se para “o Brasil social” significava “reformular pela base, pelo alicerce” em oposição à atitude de “reformular pelas cimalhas”, conceito que Romero retira do próprio Euclides.

O “Brasil social” era identificado com “as populações sertanejas”, a “maior parte da nação”, “aquela que tem mantido a nossa independência; porque é aquela que sempre trabalhou, sempre se bateu e ainda se bate...”. O “Brasil social” teria-se formado historicamente a partir do modelo de colonização implantado no país. Os colonizadores, acostumados com o comércio, o pastoreio e a produção agrícola, aqui procuraram seguir o mesmo modelo de economia agropastoril. Condições adversas de clima, de solo, de comunicações transformaram essa economia numa “cultura rude e penosa”. Recorreram para o trabalho pesado à “força do cativo de índios e negros”. Formaram-se, assim, três grupos: os escravos; os “colonos reinóis, de gradações e categorias várias, que se encarregavam do suavíssimo ofício de mandar”; e um grupo intermediário que concentrava a maior parte da população, “o grosso proletariado rural – não escravo”. Esse grupo “não possuía um palmo de terra, porque esta foi desde o começo ficando açambarcada em enormes latifúndios pelos concessionários das sesmarias interminas” e teve “fatalmente de acostar-se, como agregado, à patronagem dos grandes proprietários”. A esse proletariado rural teriam vindo somar-se “os ex-escravos” recentemente libertados em 1888. Lembremo-nos de que o

discurso de Romero é de 1906, quando apenas 18 anos haviam transcorrido do fim da escravidão. Sentiam-se no país ainda fortemente as consequências do fim do regime de mão-de-obra escrava, sem que tivesse havido um projeto de realocação da força de trabalho liberta.

Como decorrência dessa “anomalia inicial”, originaram-se “várias anti-nomias” que faziam o país “manquejar”. A primeira delas seria “a disparidade entre uma pequena elite de possuidores e proprietários e o avultadíssimo número de analfabetos ou incultos que constituem a nação por toda a parte”. Romero assinalava enorme desvalorização com relação às “gentes do centro” difundida pelos meios de comunicação. “Intelectuais de toda a casta” falariam mal das “gentes do centro, sertanejos ou não”, “produzindo soma incalculável de males, desviando os governos, e todos os que disso podiam curar, de cumprir o seu dever para com a maioria da população nacional”. O crítico aproveitava a ocasião para fazer contundente discurso de valorização das populações sertanejas, em que se percebe o quanto o livro de Euclides da Cunha havia contribuído para fortalecer o pólo alternativo aos valores calcados na civilização européia e no culto às cidades cosmopolitas, expressões de modernização e progresso. Os intelectuais deviam voltar seus olhos para o centro do país, onde estava a “autêntica” cultura rústica dos sertanejos e onde a fauna e a flora tropicais se manifestavam em sua selvagem exuberância.

O ponto-chave do discurso relacionava-se, portanto, à oposição formulada por Euclides entre o *litoral* e o *sertão*, com todos os seus desdobramentos, incluindo o que opunha *escritores do litoral* e *escritores do sertão*. Romero ampliava o sentido dessa oposição. Para ele, o sertão era “o Brasil social”, enquanto o litoral era “o Brasil da politicagem”.

Euclides, engenheiro, militar, herói da República, que a esse movimento se ligou logo nos primeiros momentos, ainda cadete da Escola Militar, homem de ciência, sério e austero, avesso a pedidos e empenhos, distante dos padrinhos e da Rua do Ouvidor, reunia todas as condições para se

transformar em porta-voz dos interesses e anseios de intelectuais que, como Romero, procuravam fazer com que fosse conferido outro estatuto ao Brasil da área rural, dos matutos, sertanejos, caipiras e também dos fazendeiros e senhores-de-engenho. No plano sociológico propriamente dito, pesava o fato de que grande parte desses intelectuais era originária de áreas rurais, como o próprio Romero, descendente de antigos proprietários de um engenho de açúcar em Sergipe. Mas, no plano das idéias, eram duas visões contrastantes que implicavam representações diversas do nacional. Uma, que enfatizava os ideais de progresso e civilização, baseada num modelo universalista e cosmopolita das grandes reformas urbanas, das obras que difundiam novas regras de higiene e bom-gosto. Outra, que procurava construir as nações com base na busca de suas singularidades, fossem elas da ordem da natureza ou da ordem das antigas tradições populares, consideradas genuínas fontes de nacionalidade. Na primeira, as elites percebiam-se condutoras de um processo que, progressivamente, iria apagando as diferenças entre os povos por intermédio da entronização dos padrões de civilização europeus. Nessa visão, enfatizava-se a unidade em torno de um ideal que deveria ser comum a toda a humanidade. Romero dela compartilhava, preocupando-se pioneiramente com a constituição do povo brasileiro, que deveria ter suas próprias características e não ser igual a nenhum outro. Como outros intelectuais do período, entretanto, Romero considerava também que a nação deveria ser construída com base em valores de progresso e civilização. A diferença era de ênfase: unificar a partir do molde europeu ou construir alternativa própria, *sui-generis*, tropical. No primeiro pólo, estava a maior parte da elite política do período, seduzida pelas maravilhas da técnica e da civilização que buscava copiar da Europa. No segundo, intelectuais como Sílvio Romero e Araripe Júnior. Euclides da Cunha distinguia-se em alguns aspectos de Romero e Araripe, mas aproximava-se deles em muitos pontos. Se, num primeiro momento de sua trajetória profissional, havia aderido à vertente iluminista para pensar o nacional, indi-

cando a necessidade de projetos que a fizessem progredir no sentido da caminhada de toda a humanidade para a civilização, por outro lado, num segundo momento, após a passagem por Canudos, mudou seu ponto de vista, inclinando-se para a vertente romântica. A partir da experiência como correspondente de guerra em Canudos passou a se preocupar com temas antes ausentes ou de pouca expressão em sua trajetória intelectual, como encontrar fonte original onde pudesse ser construída a autenticidade nacional. Araripe Júnior e Sílvio Romero apropriavam-se em Euclides da Cunha das idéias que corroboravam seus pontos de vista, privilegiando alguns aspectos em detrimento de outros. Na leitura que faziam de *Os Sertões* ficavam muito mais nítidas a primeira e a segunda parte, “A Terra” e “O Homem”, do que a terceira, “A Luta”.

Euclides teria fornecido algumas chaves para a compreensão do “problema brasileiro”, segundo Romero, que propunha uma espécie de geografia econômica da nação, em que no pólo sertanejo eram incluídos tanto os trabalhadores quanto os grandes produtores ou fazendeiros. Incluía também “as gentes do interior” do sul, como os gaúchos. Efetivamente, crescia a idéia de que no centro do território estava o cerne da nacionalidade:

“Quero falar da singularíssima teima dos nossos intelectuais de toda a casta, de dizerem mal das gentes do centro, sertanejos ou não, nem se lembrarem que, há quatrocentos anos, elas é que trabalham e produzem, elas é que se batem, isto é, sem se lembrarem que elas é que tem sustentado o Brasil como povo que vive e como nação que se defende. “Aos fazendeiros e senhores-de-engenho tratam como adversários e maus sujeitos.

“Magnatas, senhores feudais, déspotas, insaciáveis parasitas, são as gentilezas com que os brindam.

“Aos homens do trabalho do campo consideram uma turba amorfa que vai desaparecer, bandos de sertanejos, jagunços, matutos, tabaréus, caboclos, caipiras, gaúchos, quase sem valia.

“E não lhes ocorre, repito, que essas gentes é que, com os ex-escravos, nelas hoje incorporados, criaram com todas as falhas a riqueza existente no país.

“O fazendeiro exerceu e exerce ainda a natural patronagem própria do regime agrícola ou pastoril dos países como o nosso: os sertanejos, matutos, caipiras, gaúchos e roceiros de todas as gradações – são os únicos operários pastoris ou agrícolas – com que temos contado, não metendo em conta alguns milhares de colonos que só recentemente foram introduzidos e em raras zonas do território vastíssimo. A força da existência, em que pese aos fantasistas da população nacional, está precisamente nessas gentes do interior, nos doze milhões de sertanejos, matutos, tabaréus, caipiras, jagunços, caboclos, gaúchos...

“O problema brasileiro por excelência consiste exatamente em compreender este fato tão simples e tratar de fazer tudo que for possível em prol de tais populações, educá-las nos destinos desta pátria.

“O maior obstáculo a isto tem sido as literatices dos escritores e políticos que se julgam eles, esses defraudadores de empregos públicos, posições e profissões liberais, os genuínos e únicos brasileiros, a alma e o braço do povo – por isso se arvoraram em nossos diretores...”

Em última análise, a entronização de Euclides da Cunha na Academia Brasileira de Letras representava a afirmação de um ponto de vista diferencial. O escritor e o livro eram reverenciados como símbolos de novas idéias e nova maneira de abordar questões relativas à nação. Para Sílvio Romero, com Euclides da Cunha, além da abordagem científica, o tema do povo começava a aparecer ao mesmo tempo em que ganhava corpo a idéia de que no centro, no interior do país estava o “Brasil real”. Dizendo-se seu grande admirador, Sílvio Romero pregava o culto ao escritor: “Também sei queimar gostosamente bagas de incenso, quando o altar não está vazio e nele existe realmente o que se deva venerar. Para tanto, (...) basta-me abrir o vosso livro e ler nele como se lê nos *Missais* nas cerimônias de culto”.

Já ia longe o tempo da Guerra de Canudos, tempo de grandes medidas repressivas, quando a República buscava se afirmar e, para isso, usava da força a todo e qualquer movimento de oposição que porventura despontasse no horizonte. Cinco anos se passaram entre o fim da guerra, em 1897, e o lançamento do livro, em 1902. O panorama havia mudado. A República consolidara-se. Novos projetos ganhavam a cena política. Grandes obras públicas, reformas urbanas e uma política de saneamento alteravam a paisagem do país. Nos quatro anos que precederam o ingresso de Euclides da Cunha na Academia Brasileira de Letras, em 1906, predominou no país um clima de euforia com o progresso e a remodelação das principais cidades, sob moldes europeus, inspirada na experiência pioneira que o prefeito Pereira Passos introduzira na cidade do Rio de Janeiro, então capital federal.<sup>21</sup>

O modelo de civilização, em moldes europeus, incluía a domesticação da natureza e sua reordenação em novos traçados paisagísticos, como a construção de parques e jardins com grutas, riachos, cascatas, animais soltos e pontes, desprezando as exuberantes florestas tropicais. Importava afirmar o domínio do homem sobre a natureza, e o modelo se apoiava sobretudo na idéia de ostentação. As residências das elites eram verdadeiros espetáculos de demonstração de *status* superior. Segundo Brito Broca, o Rio de Janeiro começava a perder “o caráter semiprovinciano de velha urbe, com a vida centralizada numa pequena área, onde todos se encontravam e todos se conheciam. A abertura da Avenida Central (em 1906) veio deslocar, em parte, os pequenos grupos que se formavam, à tarde, em diferentes pontos da rua do Ouvidor”.<sup>22</sup>

As elites projetavam nas mercadorias de luxo importadas a fantasia da identificação com as elites européias, valorizando “marcas” e a “fama” das lojas e escolhendo como símbolos da civilização e do “bom-gosto” a frequência a lugares públicos, como o Teatro Lírico, o Cassino Fluminense e o Jockey Clube. A Avenida Central emerge como novo lugar público para “a expressão da identificação da elite na fantasia”, local de reunião de políti-

cos, literatos, engenheiros, empresários, homens de sociedade, mulheres elegantes e *cocottes*.<sup>23</sup>

Nesse modelo de construção nacional calcado nos ideais de progresso e civilização predominava a negação, ocultação, dizimação ou, na melhor das hipóteses, a tentativa de transformação da natureza tropical e dos povos bárbaros que habitavam o território. As elites cosmopolitas da capital federal continuavam voltadas para o exterior, separadas por enorme distância dos “rudes patrícios do interior”.

Intelectuais como Sílvio Romero situavam-se em outro pólo, defendendo outra maneira de construir a nação. Além de preocupado com os aspectos que singularizavam a nação brasileira, acreditava ser fundamental que o conjunto da população fosse “educado nos destinos desta pátria”, ou seja, incorporado à nação. “Não conseguimos formar ainda um povo devidamente organizado de alto a baixo”, dizia o crítico sergipano, acusando a “famosa elite de bacharéis palreiros”, que não se preocupava em criar as condições para que a massa de ex-escravos se inserisse produtiva e ideologicamente no contexto nacional. Romero fazia longa análise do processo de transformação dos escravos em homens livres no Brasil, afirmando que, diferente do que ocorreu em todo o Ocidente, no Brasil, os ex-escravos não tiveram as mínimas condições para se transformar ou em “pequenos proprietários agrícolas”, ou em “operários rurais”. O motivo estava no modelo de civilização implantado pelas elites dirigentes que preferiram atrair imigrantes estrangeiros a fornecer condições de incorporação dos antigos escravos.

O problema central do país era, no seu entender, a incapacidade da elite que, em nenhum momento, interrompeu “seus graves afazeres para pensar no povo, na plebe, nos matutos, nos sertanejos, nos ex-escravos, na lavoura!”. Para os dirigentes do país, entrar em contato com o povo seria “afeiar o estilo, aleijar a frase, esquecer, por instantes que fosse, os embebecimentos idiomáticos, com plebeísmos rebarbativos” num momento em que “tudo

devia ser *chic*, como os palacetes e a moda”. Entregues à própria sorte, os ex-escravos viviam “aos trambolhões nuns empregos reles”, “prolongando uma vida de misérias”.

Romero opunha, assim, dois segmentos populacionais radicalmente distintos: a elite, que “flana na rua do Ouvidor, julgando-se digna rival da que percorre o *Bois de Boulogne* ou a *Unter den Linden*”, e o povo, “que produz os pesados milhões com que se pagam os encargos e esbanjamentos da lista civil, do funcionalismo público”, “população que trabalha, que suporta os ásperos afazeres dos seringais, da cana de açúcar, do café, da mineração, dos criatórios e pastoreios, das charqueadas e de todos os duros misteres da produção nacional”. Para o crítico sergipano, o livro de Euclides da Cunha era a comprovação empírica da necessidade de implantar um novo modelo no país, onde essa massa populacional fosse preparada “na consciência coletiva nacional”, ou seja, viesse a formar efetivamente o povo brasileiro. “Falta-nos a radicação à terra pela propriedade espalhada largamente, pelo cultivo, pela produção autônoma da riqueza nacional. O nosso povo está em geral desenraizado do solo ou nele subsiste como uma vegetação estranha.” Ou ainda: “A escravidão foi abolida e com ela a realeza; mas, com as nossas loucuras políticas todas feitas pelas admiráveis classes dirigentes, não curamos de educar as populações no trabalho remunerado e autônomo, não cuidamos de preparar o operariado livre nacional, nem da colonização habilmente encaminhada, nem da exploração da terra pela indústria magna – a da cultura”. No seu entender, as elites viviam “iludidas”, “fascinando-se com faustosas miragens, decretando avenidas e boulevards, multiplicando fantásticamente os empréstimos, avolumando as dívidas a um ponto inacreditável, e gravemente perigoso. (...) Julgam que com o alargamento de ruas podem resolver os tremendamente inquietadores problemas brasileiros. A nação chegou ao século XX, o século em que se vai resolver o seu destino, inteiramente despercebida para a luta. (...) Não estamos no caso de ter academias de luxo, quando o povo não sabe ler; de

ter palácios de Monroe, quando a mór parte da gente mora em estalagens e cortiços e as casas de pensão proliferam, de ter avenidas à beira-mar e teatros monumentais, que vão ficar fechados, quando não temos fartas fontes de renda, quando a miséria é geral e quase todas as cidades e todas as vilas do Brasil são taperas (...)."

Romero concluía, parafraseando a célebre expressão "ou progredimos ou desaparecemos" do escritor que, naquela ocasião, ingressava na Academia Brasileira de Letras: "ou nos transformamos pela base ou sucumbiremos". Conclamava a todos para que se transformassem: "Trabalhem, eduquem-nos, reformemo-nos para viver...".

Mais tarde, acrescentou em sua *História da Literatura Brasileira* um julgamento conciso e definitivo sobre o autor de *Os Sertões*. Nele afirmava que "o verdadeiro mérito do jovem autor" era ser "um grande talento formado fora do círculo das literatices da moda". Romero chamava a atenção para o estilo, o tema e o preparo científico do autor. "O que mais despertava a atenção dos leitores foi o estilo imaginoso, brilhante, marchetado de metáforas do escritor, além do assunto, que parecia longínquo, exótico, inesperado à grande maioria dum público sofrivelmente ignorante como o do Rio de Janeiro e do Brasil em geral." O polêmico escritor não perdia a ocasião para reafirmar seu confronto com seus desafetos da capital federal. Na "trama das idéias" dizia sentir "o vinco de certas doutrinas sérias acerca das questões brasileiras" e "o interesse pela genuína população nacional, a grande massa rural e sertaneja, na qual palpita mais forte o coração da raça". Euclides, diferentemente de outros autores, conseguia captar "esse não sei que de apaixonado e sentido em que se vaza a alma do povo". O autor de *Os Sertões*, ao contrário de alguns "diplomatzantes das letras, essencialmente devotados às cortesanicices d'estranhos", teria alcançado "o espírito, a alma, a visualidade interior e subjetiva do sentir nacional". "Um dos livros máximos na língua portuguesa" justamente por não ser "um produto de literatura fácil nem de politiquices irrequietas", mas, sim, "um sério estudo

social de nosso povo, firmado, até certo ponto, na observação direta”. Reafirmava ainda uma vez seu ponto de vista de que “o nervo do livro” não estava apenas na ação do meio físico sobre os homens, como via Araripe, mas, sim, “na descritiva do caráter das populações sertanejas” “sob a vara mágica e evocativa do poderoso estilo do observador”.

Ao julgar um livro como *Os Sertões*, José Veríssimo, Araripe Júnior e Sílvio Romero encontravam boa ocasião para exercitar seus métodos científicos de crítica literária. Consagravam-se como críticos ao encontrar uma obra à altura de suas pretensões modernizadoras. O livro era um marco também no sentido de fornecer nova baliza para o julgamento literário. Depois de *Os Sertões*, a própria crítica saía transformada, e os críticos, fortalecidos. O trio mais importante da ocasião via em *Os Sertões* também o fortalecimento de uma literatura regionalista e sertaneja, à qual, de uma maneira ou de outra, os três estavam ligados.

#### A TRINDADE DA “NOVA CRÍTICA”: SÍLVIO ROMERO, JOSÉ VERÍSSIMO E ARARIPE JÚNIOR

A análise das trajetórias desses três intelectuais indica alguns pontos de contato interessantes. Primeiro, todos são oriundos de “Províncias do Norte” e seguem a mesma direção: vão para a Corte. Romero é um desafeto da Corte, não é bem-aceito, é reprovado em concursos e criticado por Machado de Assis. Veríssimo é bem-aceito, conquistando a amizade e tornando-se grande admirador de Machado de Assis. Araripe desfruta desde o início de boa posição devido à herança intelectual do tio, José de Alencar. Apesar de desavenças pontuais, os três partilhavam idéias próximas e, sobretudo, ocupavam o mesmo lugar de representantes de novo método de crítica literária calcada em critérios científicos por oposição aos antigos métodos acusados de pecar por excesso de subjetivismo.

A atuação desses escritores intensificou-se na crítica a partir dos anos 80 do século passado, após a publicação de ensaios científicos sobre literatura,

dos quais a *Introdução à História da Literatura Brasileira*, de Sílvio Romero, lançada em 1882, foi um marco. Após idas e vindas de suas províncias de origem para a Corte, os três se fixaram definitivamente no Rio de Janeiro: Araripe Júnior a partir de 1877 até seu falecimento em 1903; Sílvio Romero em maio de 1879 até 1914, ano de seu falecimento; José Veríssimo, o que mais resistiu à vinda definitiva para a capital, pois fazia muito sucesso em Belém, liderando um movimento local de renovação literária, em 1891, até a morte, em 1916.

Dos anos 80 em diante, os ensaios críticos desse trio de escritores, publicados em colunas de jornais, tornaram-se nova alternativa para os mecanismos de consagração já consolidados (sociedades de elogio mútuo, salões, editoras, livrarias e confeitarias da Rua do Ouvidor, apadrinhamento). A “nova” crítica literária não substituiu de uma hora para outra os antigos mecanismos. Esses persistiram ainda por muito tempo. Mas seus arautos procuravam fazer passar a idéia de que a introdução de uma crítica literária, cujo principal argumento de autoridade era a ciência, representava uma novidade no campo intelectual brasileiro que em breve destronaria todos os “antigos” (e “ultrapassados”) mecanismos. Todo esse movimento se deu em via de mão dupla, em que os novos críticos necessitavam de obras literárias produzidas de acordo com os novos critérios que estabeleciam. Ao consagrar determinadas obras eram eles mesmos que se consagravam, assegurando para três escritores vindos de três diferentes províncias do norte, Sergipe, Ceará e Pará, um lugar na capital federal, onde estavam localizadas as agências hegemônicas do campo literário.

A evocação da ciência enquanto argumento de autoridade articulava-se plenamente com a posição social marginal e descendente de Sílvio Romero. Diferente de outros “escritores sertanejos” com boa posição social em suas regiões de origem, a trajetória familiar de Sílvio Romero foi a da progressiva decadência. Marcado desde a infância pelas crises da produção açucareira e pelas seguidas epidemias nas fazendas que levaram sua família à

mais completa ruína, desde muito cedo uma das poucas alternativas que lhe restaram foi emigrar para outra região e encontrar nova atividade. Desse modo, se comparamos sua trajetória com a de outros “escritores sertanejos”, percebemos de imediato que, diferente de um José Veríssimo ou de um Araripe Júnior, ele pouco produziu em sua região de origem, Sergipe. Profissionalmente, após ter-se formado pela Faculdade de Direito de Recife (1873), tentou várias vezes seguir o magistério em Recife, sendo em todas elas preterido. Numa dessas ocasiões, recorreu ao Conde D’Eu, mas, mesmo assim, não obteve a nomeação. Na década de 1870, só conseguiu ocupações em cargos políticos, como o de deputado provincial, em Sergipe. Frustrado em suas pretensões, Romero partiu em direção ao sul, obtendo nomeação como juiz em Parati, no Rio de Janeiro. Sua estréia na literatura foi um fiasco. Publicou em 1878 *Cantos do Fim do Século* e *A Filosofia no Brasil*, livros que lhe valeram crítica negativa de Machado de Assis. Em 1879, Romero fixou-se definitivamente na Corte, decidindo ficar para sempre na oposição. Manteve-se nessa posição até o fim da vida. Inteligente, bem-informado, atento às novidades da ciência, Romero estava sempre procurando formas de afirmar as novidades e combater os antigos privilégios da sociedade de corte. A ciência, como ele mesmo assinalou, era sua arma de combate.

Segundo Antônio Cândido, “(...) bacharel, sem preparo suficiente, como tantos dos seus contemporâneos, Sílvio (Romero) teve uma admiração sem limites pelas correntes do tempo e, até o fim da vida, não perdeu mais certo ar de novo-rico da cultura, usando e abusando de termos técnicos, inventando designações, apelando a cada instante para os seus mentores”.<sup>24</sup> O “novo-rico da cultura” ocupou estrategicamente o lugar de arauto da ciência e do nacionalismo no campo da literatura. O escritor sergipano promovia o debate sobre a literatura e a aproximação com o real em nome do combate ao idealismo romântico e em defesa de literatura autenticamente nacional. No plano propriamente sociológico, travava ainda outro combate: contra os mecanismos de consagração literária calcados na lógica da sociedade de corte.

Se Sílvio Romero foi marcado pela trajetória de decadência familiar, o mesmo não ocorreu com José Veríssimo. Pelo contrário; dos três críticos, José Veríssimo foi o que desfrutou de melhores condições de trabalho no campo da literatura em sua região de origem. Seu pai era médico com algumas posses. Veríssimo nasceu em 1857, em Óbidos, no interior do Pará, vindo para o Rio de Janeiro ainda criança, estudando no melhor colégio da Corte, o Colégio Pedro II, e, posteriormente, cursando engenharia na Escola Central, depois chamada de Escola Politécnica, para a qual, em geral, se dirigiam indivíduos com maior poder aquisitivo. Tinha um bom padrinho na corte, seu tio, o conselheiro Antonio Veríssimo de Mattos.

Mas Veríssimo foi obrigado a retornar ao Pará por problemas de saúde. No final da década de 1870, quando Sílvio Romero, desencantado com a possibilidade de inserir-se no magistério em Recife, estava a caminho da mudança definitiva para a corte, José Veríssimo editava seus folhetins *Viagem no Sertão* e *A Literatura Brasileira, sua formação e destino* em *O Liberal*, do Pará. Funcionário público do governo regional e, mais tarde, diretor e proprietário de uma escola, José Veríssimo conciliava ocupações que lhe rendiam salário razoável com a literatura. Chegou a publicar livros, por meio de jornais ou de uma editora em Lisboa. Os temas eram sobretudo regionais, ligados à Amazônia, como o livro *Cenas da Vida Amazônica*, publicado em 1886. Nessa mesma linha, produziu uma revista de “estudos amazônicos” intitulada *Revista Amazônica*. Foi com relutância que acabou transferindo-se para o Rio de Janeiro. Mas conseguiu angariar a simpatia e impor-se profissionalmente na capital federal, sendo nomeado, em 1892, diretor do Externato do Ginásio Nacional, antigo Colégio Pedro II, cargo em que permaneceu até 1897. Trabalhou no magistério em outros estabelecimentos e, como Sílvio Romero, também escreveu a sua ‘história da literatura brasileira’, concluída em 1907, sob o título *Estudos de Literatura Brasileira*. Nessa obra, destacavam-se o regionalismo e o nacionalismo. Procurava rastrear o nacionalismo em poetas e ficcionistas, também seguindo linha evo-

lutiva em que os autores iam-se sucedendo no tempo. Além dos livros em que predominavam histórias regionalistas, Veríssimo dedicou-se ao tema da raça, realizando estudo sobre as raças cruzadas no Pará que publicou na *Revista do Instituto Histórico*, sob o título “Populações Indígenas e Mestiços. Sua linguagem, sua crença e seus costumes”. Diferente de Sílvio Romero, considerava Machado de Assis um dos maiores romancistas brasileiros, escrevendo diversos ensaios elogiosos a respeito do escritor, que considerava seu mestre e amigo. Freqüentava o grupo dos “doze apóstolos” na Editora Garnier, conciliando o pendor para os temas regionais com um nacionalismo “universalizado”. Sua tendência ao cosmopolitismo o aproximaria, em termos de posição, mais de um Afonso Arinos do que de um Sílvio Romero ou de um Euclides da Cunha. Tinha o hábito de viajar para a Europa. Numa dessas viagens, além de editar seu livro em Lisboa (1886), participou de um Congresso de Antropologia e Arqueologia Pré-Histórica em Paris (1889). Foi depois dessa viagem que tomou a decisão de mudar-se para o Rio de Janeiro. O mundo da província começava a lhe parecer pequeno. Na capital federal, transformou a sua *Revista Amazônica* em publicação nacional: a *Revista Brasileira*, que contava com a colaboração de Machado de Assis. Era obcecado pela questão do nacional. Em seu livro *Estudos Brasileiros*, escreveu que “o estudo da pátria brasileira (...) como uma nacionalidade consciente deve ser o ponto de partida de todos os seus artistas, e a única base positiva para assentarem uma cultura verdadeiramente nacional”, considerando ser essa a “inspiração” para a sua vida literária. Se, de um lado, sabia fazer uso e valorizar o capital de histórias dos sertões amazônicos acumulado nos muitos anos vividos no Pará, por outro, procurava antenar-se com as novas tendências de um mundo em acelerado processo de modernização. Seus ensaios sobre a vida amazônica procuravam descrever observações sobre a natureza amazônica e lendas de sua cidade natal, como o conto *O Boto*.<sup>25</sup> Um de seus objetivos era lutar por uma literatura autônoma com relação à portuguesa e européia. Segundo ele, a literatura brasileira estava referida muito mais a

Portugal e, depois, à Europa, sobretudo à França, do que ao próprio Brasil. Condenava o excesso de influências estrangeiras sem, contudo, fazer do combate a essas influências uma bandeira, como fez Euclides da Cunha. “Não me venham tomar por um nacionalista e, menos, por um nativista. Verifico apenas um fato com a indiferença com que faria no domínio da geologia. Procuo a explicação de um fenômeno, julgo achá-la e dou-a.”<sup>26</sup> Para ele, a explicação para a falta de autonomia da literatura nacional com relação à estrangeira devia-se à extrema valorização desta última: “(...) nós aprendemos muito francês, algum inglês e italiano, um nada de alemão e desnacionalizamo-nos intelectualmente. (...) O sucesso em literatura, como no vestuário, vem de Paris já feito”.

Outra bandeira de luta para Veríssimo era a de maior “comunicabilidade” entre as regiões e maior relacionamento entre os escritores de diferentes regiões, condenando a centralização da literatura na capital federal. Assim como Romero, tomou como arma o argumento da ciência, conseguindo fazer passar a idéia de ser representante da chamada “crítica naturalista ou realista” que, por fazer uso de instrumental científico, se contrapunha à “crítica romântica”. Segundo Tristão de Ataíde, por exemplo, seu trabalho como crítico literário tinha o “espírito anti-romântico ou pós-romântico” que redundou no “realismo crítico”, uma transição de uma “fase subjetiva” para uma “fase objetiva” da crítica literária. “Os críticos românticos foram naturalmente subjetivos, como era da índole da escola e do tempo. A reação dos novos críticos foi precisamente a de deslocar o interesse da crítica do sujeito para o objeto; da imaginação para a realidade, do adjetivo para o substantivo; das divagações para os fatos; do vago para o concreto. Cada crítico à sua maneira própria (...). Mas com um traço comum que era realmente considerar a literatura dentro do conjunto das atividades sociais e as obras como sendo, afinal o objeto próprio da crítica, procurando (...) destacar os sinais novos de uma literatura nova e que mal se destacara do tronco português de origem. Veríssimo, mais do que seus próprios compa-

nheiros de grupo crítico e de geração, foi um espírito eminentemente realista. Realista no sentido de procurar as obras mais que os autores. Realista no sentido de evitar toda a adjetivação encomiástica ou depreciativa. Realista no sentido de atender sempre aos dois pratos da balança, os prós e os contras da obra estudada.”<sup>27</sup>

Tomando o conceito de campos de força, que sugere Pierre Bourdieu, é possível perceber o estabelecimento dessa “nova crítica” como estratégia para o alcance de posição nova no campo literário para “escritores sertanejos” com novas e diferentes aspirações. As diferenças entre os três críticos deixam entrever alguns pontos em comum: a origem provinciana, a crença no valor da ciência e em uma sociedade regida pelos princípios do talento e do mérito.<sup>28</sup> Araripe Júnior pertencia a uma família tradicional do Ceará que se notabilizou principalmente na política. Era filho de um conselheiro do Império e nasceu em 1848, sendo o mais velho dos três. Quando *Os Sertões* foi lançado, em 1902, Araripe tinha 54 anos, enquanto Romero tinha 51, e José Veríssimo, 45. Euclides da Cunha era o mais jovem, debutando na literatura aos 36 anos. Assim como a de José Veríssimo, a família de Araripe tinha boa situação financeira e não se encontrava em situação de descenso econômico, como a de Romero. O parentesco com José de Alencar era de grande importância em sua carreira. Araripe considerava-se, sob muitos aspectos, seu seguidor e herdeiro intelectual. O escritor cearense estudou no Recife, nos melhores colégios e na Faculdade de Direito, seguindo a trajetória clássica dos filhos das elites do norte. Foi colega de turma de Tobias Barreto e contemporâneo de Sílvio Romero na Faculdade de Direito. Depois de se formar como advogado, passou um período em sua região de origem, exercendo o cargo de juiz de direito. Foi nessa ocasião, em meados da década de 1870, que fundou uma academia de letras regional chamada Academia Francesa do Ceará. Araripe desfrutava de boa situação em sua região de origem, mas, como Veríssimo, não resistiu ao anseio de alargar

os horizontes de seu campo intelectual, partindo para o Rio de Janeiro, ainda no Império, em 1877.

Seu primeiro trabalho literário foi um ensaio sobre o tio, José de Alencar. Também preocupou-se com o tema da autonomização literária. Como crítico literário, evocava o argumento da ciência do mesmo modo que Romero e Veríssimo, considerando importante julgar as obras pelo critério do nacional. Mas, enquanto para Romero a noção de **raça** era determinante enquanto fator de diferenciação nacional, para Araripe era a noção de **meio físico** o fator primordial. De qualquer modo, ambos enfatizavam a concepção (romântica) de que a **natureza** desempenhava papel principal na formação das sociedades e na determinação dos homens. Na verdade, a chamada “trindade crítica do realismo” tinha muito mais vínculos com o romantismo do que gostaria de fazer supor. Particularmente no caso de Araripe, é possível perceber uma linha direta entre o indianismo romântico de José de Alencar e suas concepções a respeito da preeminência da natureza na formação da identidade nacional, sobretudo, no sertanejismo. Associada às suas concepções sobre o predomínio do meio físico como elemento diferenciador das nações, estava a visão romântica de alma, de essência, de fonte interna, de autenticidade.

A “trindade crítica do realismo” mantinha também vínculos importantes com os principais focos de renovação intelectual e política, compostos de intelectuais com pequeno capital social, em grande maioria vindos das diversas províncias espalhadas pelo território, que tomaram contato com o ideário científico em instituições como a Faculdade de Direito de Recife ou a Escola Militar no Rio de Janeiro ou nos livros “científicos” traduzidos para o português pela Laemmert ou a Garnier. Intelectuais como Sílvio Romero, Tobias Barreto, Euclides da Cunha não levantavam pura e simplesmente a bandeira da ciência; ela vinha articulada com a aspiração de nova postura ética, o valor do talento e do mérito em substituição à sociedade de corte, e também com a aspiração de um novo nacionalismo.

A literatura devia estar a serviço da “realidade nacional”, e os escritores, regidos por novos critérios de consagração, pautados por crítica moderna e científica. Romero expressava o ponto de vista de muitos dos excluídos da Rua do Ouvidor e das principais agências: arregimentar suas forças na novidade da ciência e com ela mudar os rumos da literatura. Esse movimento, que se processou a partir dos anos 70 do século passado, foi crucial não apenas para que um engenheiro como Euclides da Cunha viesse a produzir *Os Sertões*, bem como para que essa obra viesse a ser consagrada. A consagração de *Os Sertões* significaria o exercício da nova crítica que buscava se afirmar no país. O criador e a criatura se encontravam. Um alimentaria o outro. Tanto a crítica moderna e científica seria fundamental para a consagração de *Os Sertões* quanto o aparecimento de *Os Sertões* seria fundamental para o exercício e afirmação da nova crítica.<sup>29</sup>

O livro do engenheiro Euclides da Cunha se tornaria um divisor de águas. Símbolo de uma proposta de literatura científica, só foi destronado no final dos anos 30, quando uma nova sociologia começou a ser produzida no país. Até então, permaneceu como modelo de boa ciência associada à literatura. E, mesmo após ter deixado de ser uma referência no campo intelectual, permaneceu como monumento nacional, como um dos livros cuja leitura é imprescindível para aqueles que querem conhecer o Brasil.

## NOTAS

<sup>1</sup> Cunha, 1966II:606.

<sup>2</sup> Francisco Escobar foi um dos grandes amigos de Euclides da Cunha depois que ele se mudou para São José do Rio Pardo. Essa amizade durou até o fim da vida. No arquivo de Euclides, organizado pelos euclidianos, a correspondência trocada entre ambos é a maior, contendo cerca de 60 cartas.

<sup>3</sup> Cunha, 1966II:614.

<sup>4</sup> Trechos de carta de Euclides a João Luís Alves, São Paulo, 26 set. 1895, in: Cunha: 1995:636-637.

<sup>5</sup> Veríssimo, 1910:73.

<sup>6</sup> Antes do lançamento de *Os Sertões*, estudantes de direito da Bahia em *Manifesto à Nação* denunciaram e reprovaram como “aberração monstruosa” o procedimento das forças republicanas, ao afogar inutilmente em sangue os vencidos da campanha. O próprio general Artur Oscar, comandante da quarta expedição, teria de certa forma assinalado o erro de Canudos ao confessar que estava “convencido de que Antônio Conselheiro era monarquista por fanatismo... O seu monarquismo era meramente religioso, sem aderência à política”. (Citado por Rabello, op. cit.)

<sup>7</sup> Diário íntimo, citado por Rabello, op. cit.

<sup>8</sup> Segundo Afrânio Coutinho, “influenciado pelas teorias positivistas de Buckle e Taine sobre o ambientalismo, (Araripe Júnior) destacou a influência do meio físico, do cenário tropical, como elemento diferenciador, aconselhando sempre os escritores nessa direção e aplaudindo com entusiasmo os que se mostravam, na sua obra, o predomínio do meio brasileiro, fosse físico, social ou humano, haja visto os casos de Gregório de Matos, Gonzaga, Alencar e Euclides da Cunha, aos quais dedicou páginas definitivas de crítica. (...) Araripe Júnior buscou enquadrar nos seus romances os motivos locais, os assuntos históricos, a natureza brasileira, os costumes sertanejos, os personagens típicos. Filiou-se, dessa maneira, às correntes que então empolgavam os romancistas, como Alencar e Távora, o sertanismo, o regionalismo, o indianismo, o naturalismo campesino aproveitando elementos do folclore e aliando, em muitos casos, uma técnica romântica e certas tendências naturalistas para a representação de casos clínicos.” Ao atribuir ao sertanejismo a continuidade natural do indianismo, utilizava-o como arma de combate em oposição ao que considerava as nefastas influências externas, principalmente portuguesa e francesa, que se abatiam sobre a “população propriamente civilizada” do país. Focalizar a vida campestre e o universo dos sertanejos era procurar alternativa menos “contaminada” que servisse à ansiada literatura nacional. Uma das expressões singulares do pensamento de Araripe foi a formulação da **teoria da obnubilação brasílica**. Partia do pressuposto de que “a questão da história da literatura nacional só (podia) ser resolvida pela concentração de nossas vistas sobre o meio físico, por ser este o único fator estável de nossa história – o único que se consegue acompanhar sem solução de continuidade. (...) Por causa do meio, surge a raça; a raça modifica o meio; e o meio modificado reage já de modo diferente sobre o modificador”.<sup>9</sup> Segundo Coutinho, “a força diferenciadora da pressão exterior, isto é, do meio físico – solo, paisagem, flora, clima – sobre as forças mentais do homem, deu lugar ao fenômeno que Araripe (designou) como a obnubilação brasílica: a adaptação dos colonos ao novo meio, por um processo de mimetismo, esquecendo os hábitos da mãe-pátria”. Araripe definia o fenômeno da obnubilação brasílica como “a transformação por que passavam os colonos atravessando

o Oceano Atlântico, e na sua posterior adaptação ao meio físico e ao ambiente primitivo. (Bastava) percorrer as páginas dos cronistas para reconhecer esta verdade. Portugueses, franceses, espanhóis, apenas saltavam no Brasil e internavam-se, perdendo de vista suas pinaças e caravelas, esqueciam as origens respectivas, cedendo lugar a um verdadeiro homem novo, o brasileiro. Dominados pela rudez do meio, entontecidos pela natureza tropical, abraçados com a terra, todos eles se transformavam quase em selvagens, e se um núcleo forte de colonos, renovado por contínuas viagens, não os sustinha na luta, raro era que não acabassem pintando o corpo de jenipapo e urucu e adotando idéias, costumes e até brutalidades dos indígenas". (Araripe, citado por Coutinho, 1968:129) Em certo sentido, Araripe antecipou a visão tropicalista na valorização do selvagem e, por extensão, do homem rude do campo, do "bárbaro", "não civilizado" enquanto fontes da singularidade nacional. Os obnubilados disputavam com os selvagens o domínio da terra. "Foi necessário que alijando a bagagem de homem civilizado, os mais inteligentes para a situação se adaptassem ao novo *terrier* e se habilitassem para concorrer com os primitivos incólas."

<sup>10</sup> A teoria da obnubilação brasílica levou Araripe a aproximar contribuições singulares que, de outro modo, não poderiam figurar juntas, como as de José de Anchieta e de Gregório de Matos; umas como outras teriam sido resultados do mesmo processo de comunhão com a terra. Anchieta teria colocado a seu serviço a feitiçaria indígena, a mitologia tupi, o poder sobre os selvagens, as feras, a flora, num processo eloqüente de identificação brasílica e obnubilação de seu mundo de origem. Esse "esquecimento", Anchieta teria utilizado em proveito da sociedade nova, brasileira, utilizando todas as armas a seu dispor, como a catequese, a literatura, o exemplo, a administração, a diplomacia, o misticismo. Araripe tomava os exemplos de José de Anchieta e de Gregório de Matos para afirmar que a literatura da fase colonial já era uma manifestação literária nacional, brasileira, autônoma.

<sup>11</sup> Sílvio Romero desenvolveu uma teoria de positivação da mestiçagem, recusando as teses que condenavam a mistura de raças no Brasil. Foi dos primeiros intelectuais a afirmar a positividade do mestiço, ao declarar que "somos um povo mestiço". Além disso, contribuiu enormemente para combater os preconceitos contra o negro, assinalando sua importância para a formação racial brasileira. Como observou Schwarcz, em vez de "lamentar a 'bárbarie do indígena e a inépcia do negro', partiu para soluções originais: estava na mestiçagem a saída para a situação deteriorada do país e era sobre o mestiço – enquanto produto local, melhor adaptado ao meio – que recaíam as esperanças do autor". (Schwarcz, 1993:115)

<sup>12</sup> Segundo Afrânio Coutinho, Araripe Júnior deu prosseguimento à tarefa iniciada pelo romantismo. O "indianismo constituiria, durante o romantismo, o centro do processo de nacionalização, polarizando a nascente consciência literária nacional, chamando a literatura para a posse do país e para a apreensão da realidade brasileira. Embora esgotado em 1870, o indianismo deixara os seus frutos, as suas sugestões, que se transformariam no ser-

tanismo, no caboclisto, no regionalismo". Araripe, envolvido com a formulação de uma literatura "autenticamente" nacional, privilegiava no julgamento das obras a utilização do critério nacionalístico, isto é, um bom livro deveria valorizar o meio físico, os cenários tropicais, os assuntos históricos, o homem local, os costumes populares, as tradições nacionais. (Coutinho, 1968:126-136)

<sup>13</sup> É preciso lembrar que havia uma tradição de pensamento político que pregava a transferência da capital para o interior desde o ano de 1824.

<sup>14</sup> Num país onde cerca de 85% da população era analfabeta, ser um *best-seller* representou, no caso de *Os Sertões*, a venda de 10.000 exemplares de 1902 a 1909, em três edições que se sucederam. (Ver Hallewell, Laurence, 1982:175)

<sup>15</sup> Todas as cartas citadas encontram-se no Epistolário, in: Cunha, 1966-II.

<sup>16</sup> Carta de Lorena, de 27 de novembro de 1903.

<sup>17</sup> Analisando o perfil de 27 sócios fundadores, Schwarcz destaca que "entre eles, 22 ocupavam posições de destaque na hierarquia interna do Estado". No IHGB, durante o Segundo Império, "estava reunida a nata da política imperial, boa parte dela nascida em Portugal e fiel defensora da Casa de Bragança". O imperador não apenas auxiliava financeiramente o instituto com 75% do orçamento, como freqüentava as reuniões, a ponto de, em novembro de 1889, durante sua última participação, ter agradecido ao instituto, afirmando: "o Instituto bem sabe que eu sou todo dele". Apesar da definição de "estabelecimento científico-cultural", as marcas do saber oficial estavam presentes, e a história do Brasil que ali era escrita era a história oficial dos feitos da Coroa. A história deveria ser de exaltação e comemoração dos grandes feitos e dos grandes heróis. Uma análise da hierarquia interna, empreendida por Schwarcz, revelou as seguintes divisões entre os sócios: "1) efetivos, para os quais era exigida residência na Capital Federal e apresentação de trabalho sobre história, geografia ou etnografia do Brasil, abonando a capacidade literária do autor; 2) correspondentes, a quem era requerida ou a mesma condição de idoneidade intelectual dos primeiros ou a oferta de 'um presente de valor' que se destinasse ao museu do Instituto; 3) honorários, que teriam como condição, além de 'idade proveta', 'o consumado saber e distinta representação'; 4) beneméritos, os sócios efetivos que por serviços relevantes viriam a se tornar merecedores de tal distinção, ou pessoas que tenham feito doações de importância superior a 2:000\$ em dinheiro ou outros objetos de valor; 5) por fim, o título de presidente honorário, só conferido ao chefe de Estado e aos chefes de outras nações." (Schwarcz, 1993:99-140)

<sup>18</sup> Cunha, 1966, op. cit.

<sup>19</sup> Assis, 1959, III:935-936.

<sup>20</sup> Assis, 1959, III:936-937.

<sup>21</sup> "Estudastes a terra, sua organização, seus aspectos, sua flora, seu clima, suas falhas, seus

recursos, e pudera dizer, seus males, seus padecimentos, e tomastes nas mãos a mor porção dos fios invisíveis com que ela prende o homem e o faz à sua imagem e semelhança.” (Romero, 1906)

22 Uma lei de reorganização administrativa, de 29 de dezembro de 1902, conferindo amplos poderes a Pereira Passos, possibilitou reformas urbanas de grandes amplitudes na cidade, visando a transformá-la numa “Paris dos Trópicos”, para usar palavras do próprio prefeito. O Rio de Janeiro foi saneado, o porto, modernizado, e a cidade, remodelada com a construção de grandes avenidas, parques e edifícios públicos.

23 Brocca, 1975: 4-10.

24 Needell, 1988.

25 Segundo Antônio Cândido, entre os mentores de Sílvio Romero estavam Buckle, Taine, Haeckel e Spencer. “Embora tenha sempre conservado a impregnação de alguns ensinamentos do positivismo comteano, foram esses autores (acessíveis e de fácil leitura) que lhe forneceram os fundamentos da intuição, – para usar o seu termo predileto. Um livro como a *História da Criação*, de Haeckel, expando teorias de Kant, Lamarck, Goethe, Lyell, Darwin, Wallace, devia constituir o verdadeiro tesouro para os nossos bacharéis. Estribado nele, podia-se discutir, num país de pouca cultura como o Brasil, cosmogonia, geologia, biologia; os mais curiosos – e é o caso de Sílvio – usavam-no talvez mais como fio de Ariadne para chegar a estudos mais detalhados. Papel semelhante desempenharia o livro de Buchner, *Força e Matéria*, traduzido e popularizado em nossa língua.” (Cândido, 1963:30-31) O crítico sergipano também recebeu influência preponderante dos estrangeiros. Ele próprio relatou que as três primeiras leituras que fez no Recife foram um estudo de Emílio de Lavelley acerca dos Niebelungen e da antiga poesia popular germânica, um ensaio de Pedro Lerroux sobre Goethe e um livro de Eugênio Poitou sob o título *Filósofos Franceses Contemporâneos*. Cândido assinala que Romero sofreu influências alemãs, mas essas atuaram “através dos autores franceses, que estes sim, iam buscá-las na fonte. Sílvio esteve provavelmente sujeito ao fenômeno, tão freqüente no Brasil, da mediação cultural francesa”.

26 Montenegro, 1958:7.

27 Veríssimo, 1958:61-62.

28 Prefácio a Veríssimo, 1969:xiii-xix.

29 A identidade regional ou sertaneja foi freqüentemente acionada por José Veríssimo e os admiradores de sua obra. Segundo Tristão de Ataíde, “(...) foi José Veríssimo um provinciano e um sertanejo (...). Por mais que seu espírito se tivesse universalizado desde cedo, pela sua sede prematura de cultura e até mesmo pela sua ida precoce ao Velho Mundo, de que se enamorou por toda a vida, ficou sempre marcado por esse apego à gleba natal. Foi o oposto do *dénaciné*, no sentido *barrésiano* da expressão. Mas o seu enraizamento na gleba

amazônica, a mais tipicamente brasileira das nossas regiões geográficas, longe de o levar a uma limitação do espírito, como que estimulou o seu universalismo crítico." José Veríssimo morreu em 1914, aos 63 anos no Rio de Janeiro. (Idem)

<sup>30</sup> A literatura detinha a hegemonia na vida intelectual do país e estava intimamente relacionada com as tentativas de construção de uma identidade nacional. A ciência para se apresentar fazia uso de uma roupa literária. Só muito mais tarde, nos anos 30 com a criação das primeiras universidades, é que essa situação se modificaria, e, especialmente, a sociologia ganharia seu próprio lugar como disciplina autônoma, integrando o contexto universitário. A cientificação da literatura, sobretudo sua sociologização, também foi determinante para a consagração de *Os Sertões*. Antônio Cândido percebeu com especial clareza esse processo: "Eu acho que a minha geração foi a última em que ainda a literatura aparecia como um *must*. Antes, a medicina precisava se apresentar com roupa literária; o direito, também; a sociologia, para se apresentar, tinha que se apresentar como *Os Sertões*". Depoimento a Marisa Peirano, in: Peirano, 1991:35.

O IDEAL



## B A N D E I R A N T E

“Ando cada vez mais animado em levar o meu **ideal de bandeirante** por diante. Que melhor serviço poderei prestar à nossa terra? Além disto, não desejo a Europa, o *boulevard*, os brilhos de uma posição, desejo o sertão, a picada malgradada, e a vida afanosa e triste de pioneiro.”<sup>1</sup>

Afirmar o desejo de partir em direção aos sertões inóspitos era postura original para um escritor que havia adquirido o prestígio de Euclides. Assim, ele passou a simbolizar a necessária virada para dentro do país. O desejo de ir ao Acre, manifestado em carta ao amigo Luís Cruls, soou como uma bandeira.<sup>2</sup> Olhar o Brasil sob o prisma do interior significava opor-se ao ponto de vista das elites dirigentes que, nas palavras do próprio escritor, reformavam “pelas cimalhas”, alargando avenidas, decretando *bulevares*, botando abaixo os cortiços e afastando a população pobre do Centro da cidade. A palavra de ordem de penetrar o grande território ecoava positivamente para muitos dos “escritores sertanejos”, como Romero e Arinos. Tornava-se hegemônica a visão de que o Brasil era maior do que o Rio de Janeiro. Começava a ganhar força uma representação da nação essencialmente como **território**. Uma representação que procurava identificar as substâncias que compunham a parte interna do mapa do Brasil. Que território era esse? Quais os seus rios? Quais as suas cordilheiras? Onde ocorriam as depressões e as elevações? Como eram formados os seus minérios, as dife-

rentes consistências de terra, de vegetação, os diferentes climas? Quais eram as suas “riquezas naturais” e em que medida elas poderiam identificar o país? Uma leve linha estava sendo traçada separando o Brasil do Peru, da Bolívia e de outras nações da América do Sul. O território brasileiro adquiria duplo contorno, físico e simbólico. Os dois se imbricavam. Como resultado de um trabalho sutil de “cientistas do território”, as singularidades nacionais eram inventadas. Aqui a natureza era mais pródiga neste ou naquele fator, ali naquele outro. Era preciso identificar o que fazia o Brasil diferente e único com relação a seus vizinhos latino-americanos.

Enquanto não chegava a hora de partir para territórios mais distantes, Euclides continuou sua vida errante de engenheiro de obras públicas, viajando por pequenas cidades do interior de São Paulo. Permaneceu longo tempo em Lorena, que ele chamava “a minha tranqüila Lorena” ou “a minha melancólica Lorena”. Em cartas aos amigos, emitia opiniões sobre as cidades por onde passava, fazendo sempre a oposição entre a tranqüilidade e a pureza das pequenas cidades do interior e o bulício das grandes cidades que ele com ironia chamava de “civilização”. Definia-se como “caboclo” e “filho da roça” e valorizava uma certa pureza nativa que acreditava lhe dar essa condição: “os meus pressentimentos de caboclo nunca me enganaram”, “graças à minha rigidez nativa de caboclo, continuo bem nos *steeples-chases* desta profissão errante...”. Os engenheiros eram os reformadores do espaço urbano, os arautos da modernidade, apóstolos do progresso, mas uma modernidade e um progresso que, em muitos casos, Euclides entendia como cópia e não como embrião de uma civilização autenticamente nacional. De qualquer modo, era uma profissão moderna e, além do mais, lhe rendia o necessário para sobreviver. Embora fosse um escritor consagrado, o campo literário estava longe de autonomizar-se e, por conseguinte, os escritores de sucesso estavam ainda longe de poder realizar o sonho de viver de literatura.

Mais uma vez foi José Veríssimo que interveio para que ele realizasse seu desejo de conhecer o Acre, solicitando a intervenção de Oliveira Lima junto ao Barão do Rio Branco, então ministro das Relações Exteriores, para que Euclides participasse de uma comissão que demarcaria os limites do Brasil com o Peru na região amazônica. Domício da Gama levou-o à residência do Barão em Petrópolis, onde, ao final de uma longa conversa, foi nomeado chefe da comissão do Alto Purus. O escritor partiu para Manaus a 13 de dezembro de 1904.

Em Manaus, escreveu a Afonso Arinos uma carta mencionando sua “ânsia de partir, buscando a forte diversão do (seu) duelo com o deserto, na majestosa arena de 500 léguas que nos dá o Purus”. Seu nacionalismo exacerbava-se ao descrever Manaus: “a gente é boa. Em que pese o cosmopolitismo excessivo dessa Manaus – onde em cada esquina range um português, rosna um inglês ou canta um italiano – a nossa gente ainda os domina com as suas formosas qualidades de coração e a mais consoladora surpresa do sulista está no perceber que **esse nosso Brasil é verdadeiramente grande porque ainda chega até cá**. Realmente, cada vez mais me convenço que essa deplorável Rua do Ouvidor é o pior prisma pôr onde toda a gente vê a nossa terra”.<sup>3</sup>

Euclides partiu de Manaus para as nascentes do Purus em abril de 1905. Depois de várias peripécias, atingiu o referido rio em agosto do mesmo ano. Concluiu os trabalhos de demarcação das fronteiras do Brasil com o Peru a 16 de dezembro de 1905, voltando para o Rio de Janeiro. Em 1906, entregou ao ministro do Exterior o relatório, que foi publicado em junho. Convidado pelo Barão, passou a trabalhar como adido ao Ministério do Exterior, no gabinete de Rio Branco.<sup>4</sup> No ano seguinte, publicou *Contrastes e Confrontos* e *Peru Versus Bolívia*, coletâneas de artigos versando sobre os mais variados assuntos, política, economia, literatura e, sobretudo, questões relativas ao território e à nação, como a demarcação das fronteiras, as rela-

ções com as repúblicas latino-americanas, o modelo de nação da América do Norte, o tema da educação.

Euclides da Cunha nunca mais escreveu um livro. Produziu ensaios, artigos, discursos, conferências, relatórios. Pretendia escrever outro grande livro com o material que havia começado a recolher na viagem à Amazônia. Entretanto, não teve tempo para isso. O ano de 1909 lhe seria fatal. Chegou a realizar um concurso para professor de lógica no Colégio Pedro II, sendo nomeado para o cargo de catedrático no mês de julho. Mas nem mesmo pôde desfrutar da nomeação. Ministrou algumas poucas aulas entre o dia 21 daquele mês e o dia 3 do seguinte. No dia 15 de agosto, entrou em duelo com o cadete Dilermando de Assis, movido pela infidelidade de sua esposa, Ana, sendo ferido mortalmente. Faleceu aos 43 anos de idade.

O cotejamento dos ensaios escritos por Euclides posteriormente à publicação e consagração de *Os Sertões* é extremamente revelador. Neles, Euclides afirmava com ênfase cada vez maior a virada para o interior, encarnando o intelectual voltado para o tema do território. Partindo da premissa de que a civilização era um mal necessário e de que o litoral, notadamente a capital federal, estava por demais contaminado pela influência estrangeira, a virada para o interior representava a ampliação da busca iniciada com *Os Sertões* de uma referência original para a construção de uma civilização autenticamente nacional. Para isso, ele propunha interferências concretas como as “explorações científicas da terra”, tarefas “preliminares obrigatórias do nosso progresso”. A missão dos intelectuais na virada do século pressupunha prioritariamente profundo estudo das características físicas do território. Para se contrapor à forte tendência de uma “civilização de empréstimo”, era preciso palmilhar a natureza tropical, original, *sui generis*, única, por isso mesmo capaz de fornecer as referências necessárias para diferenciar o Brasil das outras nações já constituídas ou em vias de constituição. Nos diferentes ensaios, que iam desde propostas objetivas para solu-

cionar o problema das secas no Norte do país, até reflexões elaboradas de geopolítica, era recorrente o projeto de qualificação da noção de território como alternativa para a construção da identidade nacional.

As “explorações científicas da terra” colocavam-se como tarefas urgentes. Euclides pretendia interferir nos destinos do país, corrigir a tendência de esquecimento da terra, tendência que, segundo ele, vinha-se desenvolvendo desde os tempos da independência. O estudo dos sertões (interior) impunha-se como garantia de autenticidade, já que o litoral havia sido despojado de toda a pureza, originalidade e feição *sui generis*. “Mas, precisamente ao adquirirmos a autonomia política – talvez, porque com ela ilogicamente se deslocasse toda a vida nacional para os litorais agitados – olvidamos a terra; e os esplendores do céu, e os encantos das paisagens, e os deslumbramentos recônditos das minas, e as energias virtuais do solo, e as transfigurações fantásticas da flora, entregamo-los numa inconsciência de pródigios sem tutela, à contemplação, ao estudo, ao entusiasmo, e à glória imperecível de alguns homens de outros climas.”<sup>5</sup>

Queixava-se de que no Brasil as explorações científicas da terra tinham sido entregues aos cientistas estrangeiros. “Koster, John Mawe, Wied-Newied, Langsdorf, Auguste Saint-Hilaire... primeiros termos de uma série, onde aparecem, num constrangimento de intrusos, raros nomes brasileiros – e que veio quase interrupto até Frederico Hartt, e que aí está contínua, imperecível e fecunda com Eugen Hussack, Orville Derby e Emílio Goeldi. Ora, quaisquer que sejam os inestimáveis serviços deste grupo imortal de abnegados, são desanimadores. Não lhes admiremos o brilho até a cegueira. Porque afinal é lastimável que ainda hoje procuremos nas velhas páginas de Saint-Hilaire... notícias do Brasil. Alheamos desta terra. Criamos a extravagância de um exílio subjetivo, que dela nos afasta, enquanto vagueamos como sonâmbulos pelo seu seio desconhecido.”<sup>6</sup>

Para Euclides, apenas com o trabalho de cientistas brasileiros seria possível escrever a história natural e a geografia física do Brasil. “As nossas mesmas descrições naturais recordam artísticos decalques, em que o alpestre da Suíça se mistura, baralhado, ao distendido das landes: nada do arremessado impressionador dos itambés a prumo, do áspero rebrilhante dos cerros de quartzito, do desordenado estonteador das matas, do dilúvio tranqüilo e largamente esparso dos grandes rios, ou do misterioso quase bíblico das chapadas amplas... É que a nossa história natural ainda balbucia em seis ou sete línguas estrangeiras, e a nossa geografia física é um livro inédito.”<sup>7</sup>

Colocando no território e, em última análise, na natureza a fonte da nacionalidade, Euclides estabelecia como “verdadeira missão do intelectual” e “o mais belo ideal” do engenheiro “a definição exata e o domínio franco da grande base física da nossa nacionalidade”. Para ele, “a base física” era fonte, sustentáculo e etapa preliminar de um grande projeto de construção da nação. Empenhava-se, sobretudo, em alterar o rumo de “uma civilização de empréstimo” que se teria formado no litoral pelas influências estrangeiras que lá teriam predominado. Associava explicitamente “o interior” à “base física real da nossa nacionalidade”. “Deslumbrados pelo litoral opulento e pelas miragens de uma civilização, que recebemos emalada dentro dos transatlânticos, esquecemo-nos do interior amplíssimo onde se desata a base física real da nossa nacionalidade.”<sup>8</sup> Ou ainda: “O verdadeiro Brasil nos aterra; trocamos-lo de bom grado pela civilização mirrada que nos acotovela na rua do Ouvidor; sabemos dos sertões pouco mais além da sua etimologia rebarbativa, desertus; e, a exemplo dos cartógrafos medievos, ao idealizarem a África portentosa, podíamos escrever em alguns trechos dos nossos mapas a ignorância e o nosso espanto (...)”<sup>9</sup>.

Chamava ainda a atenção para a necessidade urgente de redirecionar o país, educando as populações que estariam provocando sérios desastres

ecológicos. “Numa época em que dominam os milagres da engenharia e da biologia industrial – tão grandes que os *yankees* em três anos transformaram num prado o deserto clássico de Colorado – a nossa cultura tem um efeito final, o de barbarizar a terra.” Euclides referia-se ao mau aproveitamento do solo, quando “sobre o solo estéril, as populações vegetam miseravelmente num quase deserto” ou quando, inversamente, “sobre o solo exuberante, as populações atacam-no ferozmente, a ferro e fogo, nas derrubadas e nas queimadas das largas culturas extensivas, e vão fazendo o deserto”.

O conhecimento deveria adequar-se à realidade física de cada nação para direcioná-la no sentido do progresso. A ciência deveria realizar-se a serviço da realidade de cada país, modificando-se de acordo com suas características físicas. Deveria ainda abarcar todo o território e não apenas uma faixa isolada. Euclides pregava insistentemente o nacionalismo. Para ele, o cosmopolitismo era “uma espécie de regime colonial do espírito que transformava o filho de um país num emigrado virtual, vivendo, estéril, no ambiente fictício de uma civilização de empréstimo”. E, parafraseando Theodore Roosevelt, assinalava que mais valia “ser um original do que uma cópia”, embora esta valesse mais do que aquele. E, aplicando ao caso brasileiro, dizia que “o ser brasileiro de primeira mão, simplesmente brasileiro, malgrado a modéstia do título” valia “cinquenta vezes mais do que ser a cópia de 2ª classe, ou servil oleografia, de um francês ou de um inglês”. Considerava que “os nossos melhores estadistas, guerreiros, pensadores e dominadores da terra, os que engenharam as melhores leis e as cumpriram, os homens de energia ativa e de coração, que definiram com mais brilho a nossa robustez e o nosso espírito – todos sentiram, pensaram e agiram principalmente como brasileiros”.<sup>10</sup>

Concluindo, o ideal de bandeirante em Euclides refletia o ensejo de construir um ponto de vista nacional a partir da qualificação da noção de território. O país ainda demarcava os contornos do que viria a ser o mapa defi-

nitivo. Euclides da Cunha propunha a virada para o interior em moldes científicos, com a liderança dos cientistas brasileiros no mapeamento do território. O interior representava a possibilidade de construir uma nova civilização sem os vícios produzidos por um modelo de colonização europeu. Euclides como outros de sua geração, especialmente Sílvio Romero e Araripe Júnior, partiam de um esquema de pensamento por oposições. De um lado, estaria a civilização nacional e autêntica, pura, sediada no interior, cuja fonte era a natureza selvagem e primitiva (as florestas), de outro, uma civilização de empréstimo, contaminada, cosmopolita, sediada no litoral, cuja fonte era a natureza transformada (os jardins cultivados em padrões europeus).

#### CONSTRUÇÃO PÓSTUMA:

##### A FABRICAÇÃO DO “GRANDE ESCRITOR NACIONAL”

Até 1909, ano da morte de Euclides da Cunha, *Os Sertões* continuou sendo um sucesso de vendas. Três edições foram publicadas pela Laemmert, sucessivamente em 1902, 1903 e 1905, o que era notável num país com cerca de 80% de analfabetos. Euclides efetivamente morreu consagrado como um dos maiores escritores do país. Entretanto, foi ao longo do tempo, em metucioso trabalho de construção póstuma, que ele se tornou a grande singularidade reverenciada ainda em nossos dias. Com sua morte trágica, a obra adquiriu novo significado e passaria a ser lida junto com as biografias, que, ano após ano, apresentavam fatos inéditos sobre sua trajetória. A figura do escritor foi construída passo a passo, tornando-se lendária e objeto do maior culto de que já se teve notícia sobre um escritor brasileiro.

Como assinalou Pierre Bourdieu, um clássico é um *best-seller* de longa duração e que necessita, para se afirmar, de intenso trabalho de mobilização da opinião pública, por meio de contínuas reedições, elaborações de biografias e inclusão de seu estudo nos currículos escolares. Tudo isso teve Euclides da Cunha. E muito mais. Ainda hoje, os euclidianos formam uma

verdadeira legião de admiradores voltados para a preservação de sua memória. Por meio dessa construção póstuma, cujos passos podem ser reconstruídos e analisados, podemos perceber de que modo, para que segmentos e em função de que interesses Euclides da Cunha passou a representar notória singularidade, objeto de profissão de fé.

É possível, pois, analisar de que modo um indivíduo real foi pouco a pouco constituído em personagem, destacado enquanto singular, admirado enquanto grande e celebrado enquanto santo. Da publicação de *Os Sertões* às recentes declarações de intelectuais na imprensa de que o livro representa “o livro número um dos brasileiros”, “um patrimônio que identifica o país”, levou-se um século inteiro para que fosse instaurado um consenso quanto à sua excelência. Euclides da Cunha passou a representar no Brasil uma grande singularidade, freqüentemente invocada como *são*, em outros contextos, outras grandes singularidades: Joana D’Arc, Napoleão Bonaparte, Rousseau, Voltaire, Mozart, Flaubert, Van Gogh, por exemplo.

Num mundo cada vez mais individualizado, a referência ao escritor da primeira obra considerada um clássico no Brasil provocou também efeito de retotalização para um grupo específico de admiradores. Por intermédio de seu culto, essa legião de admiradores de Euclides da Cunha inventou a tradição *sui generis*, que já dura quase um século, de cultuar e reverenciar sua memória. Todos os anos, nos aniversários de nascimento e morte do escritor, esse grupo se reúne para reafirmar suas crenças e seus valores. O movimento euclidiano tem importância decisiva para a perpetuação da memória e difusão da palavra de Euclides da Cunha, e seus membros formaram um dos maiores arquivos de um escritor brasileiro, além de promover conferências, reuniões, edições e reedições de tudo que a ele se refira.

A questão da grande singularidade, como observou Nathalie Heinich, pode ser abordada a partir de muitos exemplos, mas cada caso tem o seu interesse particular.<sup>11</sup> Heinich, por exemplo, dedicou-se ao estudo de Van

Gogh motivada pelo fato de esse pintor representar para público abrangente o primeiro grande herói artístico. O caso de Euclides da Cunha circunscreve-se à esfera nacional, simbolizando para o grupo de admiradores mais próximos alguém que não se deixou dobrar, que foi fiel aos princípios de uma ciência e de uma civilização autenticamente nacionais, que lutou para introduzir os valores do talento e do mérito numa sociedade dominada pelo princípio da sociedade de corte, representando, portanto, a possibilidade de uma sociedade democratizada. Sua obra é exemplo vivo da potência de um indivíduo que não nasceu aquinhoado pelo destino, mas que, pelo contrário, lutou contra as agruras de um destino repleto de eventos trágicos.

O relato de sua biografia passou a compor a própria obra após sua morte trágica. Era como se ele tivesse se igualado à tragédia de Canudos e redimido os “bárbaros” sertanejos com sua própria tragédia. E essa história precisava ser contada para as futuras gerações. Assim pensavam os primeiros biógrafos, os primeiros euclidianos, os primeiros admiradores, que eram seus amigos e conviveram com ele, como o escritor maranhense Coelho Neto, que proferiu o discurso do enterro, e o escritor amazonense Alberto Rangel, um dos fundadores do movimento euclidiano.

### EUCLIDES MORREU, VIVA EUCLIDES!

Na segunda-feira, dia 16 de agosto de 1909, a população seria despertada com a dolorosa notícia: “Varado de balas, num subúrbio distante e ermo, a que o conduzira a perturbação de uma idéia fixa e o aguilhão mordente de uma suspeita alucinadora, morreu ontem Euclides da Cunha, o escritor poderoso, que com a publicação de *Os Sertões*, o seu primeiro livro, deu ao Brasil a glória de um novo estilista e a segurança de uma alta capacidade de estudo e de trabalho posta ao serviço constante do país”.<sup>12</sup>

Noticiando a morte do escritor, a imprensa dava início ao processo de construção póstuma. Os jornais mais importantes do país, como *O Estado*

de São Paulo, *O País*, *Jornal do Commercio*, *Gazeta de Notícias*, *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã*, aproveitavam a ocasião para tecer os primeiros esboços biográficos.

Seguindo estrutura comum, os diferentes jornais variavam em alguns pontos. O *Estado de São Paulo*, curiosamente, apresentava Euclides como um paulista “de espírito” e relatava a história de seu “nascimento espiritual” em São Paulo, atribuindo valor especial à passagem de Euclides não apenas pelo jornal como também pelo Estado de São Paulo. A ida para aquele estado teria configurado o rito de passagem de um mundo que não o compreendia (que, geograficamente, se situava no Rio de Janeiro) para outro, que reconhecia seu valor e lhe abria as portas para a iniciação na literatura, onde Euclides encontraria o seu lugar. “Desde então, o seu nome começou a aparecer no mundo literário, ora em trechos de prosa de um vigor másculo e de um colorido extraordinário, ora em versos robustos e retumbantes, de feição pronunciadamente hugoana.”

Situada no limiar entre a vida e a morte, a narrativa biográfica de Euclides segue ritmo cíclico, em que uma ação provoca sempre uma reação. Ou o biografado teria sido condenado e punido, ou consagrado. A característica marcante relaciona-se ao fato de Euclides ter seguido um comando interno, sempre fiel a seus ideais, nunca se adaptando às situações, mas, pelo contrário, em constantes lutas para afirmar seus pontos de vista. Os jornais louvavam sua competência, sua honestidade, seu profissionalismo, seu talento, seu caráter e suas qualidades artísticas e intelectuais. Características inco-muns eram atribuídas ao escritor na intenção de divinizá-lo: “esforço de vontade quase sobre-humano”, “legítima ambição de glória”, “a imaginação febril do nosso desventurado companheiro que tomou a iniciativa de seguir como correspondente de guerra para Canudos, entrando triunfante na glória dos grandes escritores”.

Um dos traços do personagem descrito seria a conjugação de muitas qualidades, como ser um “homem de letras” ao mesmo tempo que “um

patriota” e “um cientista”. Citando a confiança que nele depositou o Barão do Rio Branco para cuidar da “complicada questão de limites com o Peru e a Bolívia”, *O Estado de São Paulo* frisava ainda uma vez o “heroísmo” e a “abnegação” do escritor, que, já laureado, partiu em expedição para os confins da Amazônia. Comparado a Ulisses, ele realizara uma “verdadeira Odisséia, da qual triunfaram o patriotismo, o brio e a tenacidade do grande brasileiro”.

A conclusão era a de que se tratava de uma “vida exemplar”. Em sua individualidade, eram admirados “o prodigioso talento e a imensa ilustração” e o “puríssimo caráter”. No dia 16 de agosto de 1909, dia seguinte ao da morte do escritor, o relato dessa “vida exemplar” apenas se iniciava. Um longo trabalho da memória, produzido por seus admiradores, teria lugar em quase um século de narrativas.<sup>13</sup>

No Brasil de 1909, o gênero das histórias de “vidas exemplares” era conhecido principalmente nos meios mais intelectualizados. Além das histórias das vidas dos santos divulgadas pela Igreja Católica, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro encarregava-se de produzir histórias dos heróis nacionais. O próprio Euclides da Cunha para ingressar nesse instituto foi incumbido da tarefa de produzir uma biografia do Duque de Caxias. Como assinalou Manoel Guimarães, a “Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, penetrada da concepção exemplar da História, abriu uma rubrica em seu interior dedicada às biografias, capazes de fornecerem exemplos às gerações vindouras, contribuindo desta forma também para a construção da galeria dos heróis nacionais”.<sup>14</sup>

A Academia Brasileira de Letras também trabalhava para o desenvolvimento desse gênero, quando exigia que os novos membros tecessem estudos sobre os patronos e o antigo membro da cadeira a ser ocupada. Mas, nesse caso, os estudos eram mais genéricos, e, neles, a vida dos escritores mesclava-se com suas obras.

O dado novo que surge com as narrativas sobre “a vida exemplar” de Euclides da Cunha, desencadeadas a partir de sua morte, é a referência a um escritor como grande herói nacional. O autor do primeiro grande clássico brasileiro passaria a ser cultuado enquanto herói, mártir e santo. Se outros escritores tiveram suas vidas vasculhadas após a morte, como Artur Azevedo e Machado de Assis, falecidos menos de um ano antes, é com Euclides da Cunha que tem início o culto do escritor como mártir nacional, um culto organizado e de longa duração. Se os funerais de Victor Hugo, em 1885, assinalaram na França a entronização dos escritores no panteão dos grandes homens da nação, no Brasil, foram os funerais de Euclides da Cunha que marcaram o culto a um escritor não apenas como grande homem, mas como herói nacional. As narrativas acentuam esse caráter heróico, repetindo ciclicamente os grandes feitos de Euclides: a defesa dos ideais republicanos na Escola Militar; a viagem para os sertões inóspitos, buscando o contato com os “bárbaros” sertanejos e as terras desérticas; a expedição à Amazônia, aceitando a importante missão de atuar na delimitação das fronteiras do Brasil com o Peru e a Bolívia. O herói que, mesmo laureado pelos grandes feitos, recusou em vida o repouso, almejando a vida bárbara, sem conforto, atendendo ao chamado interno de servir a causa da nação.

A construção da figura do mártir é especialmente desenvolvida nos relatos que se seguiram à sua morte. Entre os temas retomados, estavam a tragicidade de sua infância marcada pela orfandade, o permanente sentimento de incompreensão que o teria acompanhado desde menino, a falta de afeto e de família que o tivesse acolhido, o que o transformou em indivíduo ensimesmado e voltado para seu “eu interior”, a incompreensão na Escola Militar seguida da incompreensão no casamento, tudo isso associado à sua visão mais avançada, sua inteligência extraordinária, sua adesão ao que havia de mais moderno no pensamento científico da época. Euclides teria-se colocado como um missionário da nacionalidade, o que comple-

xificava o tema do martírio, trazendo o sentimento de culpa nacional por sua morte, evidenciado nos relatos dos jornais da época. Sua dedicação à causa da nação teria feito que ele se descuidasse de tarefas domésticas e até de si mesmo para seguir por viagens e expedições para o interior do território. Os outros não tiveram a mesma dedicação para com ele, a começar por sua esposa, que o teria traído. O tema da traição era expandido. De certo modo, escritores, intelectuais, políticos, enfim, todos se sentiam um pouco traidores, por não terem dado ao grande gênio as condições de que ele necessitava para levar a bom termo seus projetos de construção da nação. Dedicara toda a sua vida a um coletivo que o ultrapassava. A nação não teria sabido recompensá-lo, sendo co-responsável pela tragédia. Os jornais faziam referência à saúde precária do escritor, nervoso ultimamente, e atacado também pela tuberculose, que herdara da mãe. Com o passar do tempo, as biografias tenderiam cada vez mais a identificar essa nação culpada com a figura da esposa de Euclides. Ana representava a nação republicana. Euclides havia sido duplamente traído. Construindo a figura do mártir, o culto a Euclides da Cunha seria tentativa de redimir essa grande culpa.

Entretanto, a construção do imaginário dos heróis, mitos e grandes personalidades é o resultado de batalha permanente de símbolos e alegorias.<sup>15</sup> O culto a Voltaire e a Rousseau, na França, é bom exemplo. Um artigo de Jean-Marie Goulemot e Éric Walter, intitulado “Les Centenaires de Voltaire et Rousseau”, sinaliza que correspondeu à permanente tensão entre dois modelos distintos de nação, em poucas palavras, entre o iluminismo e o romantismo. Historicamente, os cultuadores de um e de outro escritor nem sempre foram os mesmos, embora, durante o século 19, Voltaire e Rousseau tivessem sido as figuras que mais mobilizaram a imprensa e as forças políticas, catalisando o imaginário de diversos segmentos, principalmente o camponês. Possível explicação para as diferenças entre os cultos aos dois es-

critores, cujas histórias de vida foram e continuam sendo narradas, é fornecida por Louis Dumont: as figuras lendárias de Voltaire e Rousseau expressariam com cristalina clareza o embate e as diferenças entre as vertentes iluminista e romântica no estabelecimento das tradições nacionais. “Em última análise, ou o valor fundamental é atribuído ao homem e, nesse sentido, se falará do individualismo de Voltaire e dos enciclopedistas, ou então é atribuído à sociedade, ou à cultura, ao ser coletivo, e estaremos falando do holismo que aflora em Rousseau e em Herder.”<sup>16</sup> Contraindo-se ao culto desses escritores, emergiu, trazida pela Igreja e em oposição principalmente a Voltaire, a figura de Joana D’Arc, apresentada como a pura menina contra o velho corruptor, a humilde camponesa contra o amigo dos grandes, a patriota contra o cúmplice do prussiano Frederico.

Na batalha de símbolos, os santos, os heróis, os mártires são opções; não existe unanimidade quanto a eles. Euclides da Cunha, transformado em mártir e herói nacional, passou a representar um projeto de nação que enfatizava a idéia de território, de virada para o interior, projeto que deveria ser iniciado com estudos científicos da terra. Tendo iniciado sua vida estudantil e profissional dentro dos princípios universalistas da ciência, Euclides da Cunha durante muito tempo empunhou a bandeira iluminista de educar os povos nos princípios do progresso e da civilização. Sua adesão ao republicanismo foi uma face da adesão a esses princípios científicos que, adequados às realidades nacionais, visavam a conduzir todos os indivíduos a formas mais elevadas de sociedade. Em última análise, Euclides da Cunha antes de partir para Canudos tinha como meta principal contribuir com seu trabalho para que todos, despojados de suas diferenças locais, regionais e até mesmo nacionais, pudessem um dia atingir o grau supremo da humanidade. A decepção com os caminhos imprimidos pelos militares aos primeiros governos republicanos, acrescida das transformações internas por que foi passando com a viagem para os

sertões de Canudos, provocou importante guinada em sua maneira de pensar. A vertente romântica, até então secundarizada, aflorou ao contato com as terras áridas e os “bárbaros” habitantes dos sertões. Por algum tempo, ele colocou em dúvida as premissas da vertente iluminista de seu pensamento de reformador dos costumes e de propulsor do progresso. Por algum tempo, colocou em xeque a fé quase inabalável pela ciência. Adotou, entretanto, postura conciliatória, assinalando a inevitabilidade do progresso: “ou progredimos ou desaparecemos”. A saída original era buscar as bases para uma civilização autenticamente nacional. E não apenas passou a pregar a incorporação dos habitantes do interior, dos sertões ao projeto nacional, como adotou a perspectiva romântica ao propor que os sertanejos fossem considerados “o cerne da nacionalidade”, ou seja, a população autenticamente nacional. Desse modo, Euclides da Cunha tornou-se um dos exemplos mais contundentes de conciliação de vertentes de pensamento até então tidas como inconciliáveis. A figura do engenheiro que se mesclava com o escritor, construindo uma ponte de acordo com as tecnologias mais avançadas da técnica e da ciência, ao mesmo tempo em que escrevia um livro sobre as qualidades dos “bárbaros” habitantes de uma região inóspita do interior do Brasil, passava a ser uma metáfora para aqueles que se dedicariam a pensar o Brasil daí em diante. As apropriações sobre o personagem Euclides da Cunha e sua obra foram múltiplas. Em comum, tiveram talvez a tônica de apontar a conciliação de contrastes. O Brasil passou a ser visto como “terra de contrastes”, país que era no mínimo “dois” e procurava a conciliação consigo mesmo, com suas metades, com suas múltiplas faces.

No momento de anúncio da morte do escritor, o que se observa pelos relatos dos jornais é a unanimidade em torno dele. Sobre ela seria edificado o culto. *O País*, mencionando as qualidades do morto, fazia crer tratar-se de um escritor de alcance nacional, original e que mantinha um consenso quanto a

seu nome. No caso desse jornal, é possível observar a ênfase na idéia de originalidade e na noção de gênio na construção da narrativa biográfica. O biografado era apresentado como ser especial que, com sua primeira obra, teria revelado algo que já estava germinando dentro dele há muito tempo. Teria ele nascido com um dom especial, um talento inato; era diferente dos outros, “tinha já antes de sua primeira obra um perfil distinto”. Esse “perfil distinto” iria fatalmente um dia “revelar-se”, fato que teria ocorrido após longa trajetória de estudos. O jornal traçava uma analogia com o reino vegetal: “como planta em uma estufa, se desenvolveram as suas faculdades vertiginosamente”. A “estufa” era a Escola Militar, estabelecimento onde Euclides teria conseguido inserir-se: “A Escola Militar era como um arsenal em que se fundiam e se modelavam as idéias avançadas, em que crepitava a chama viva das aspirações generosas e em que ao mesmo tempo o ardor desses impulsos da mocidade se temperava no trato severo da ciência”.

Outra característica marcante desses relatos biográficos consistia em situar o escritor entre a ciência e a arte, e destacar sua perícia em realizar, de maneira singular, a conjugação entre as duas; era a vitória de uma literatura científica preconizada por Romero e outros de sua geração. Além disso, enfatizava-se o caráter original de sua obra, evidenciado sobretudo no estilo: “seu estilo era um motivo de pasmo: era pomposo, animado, colorido, quente. O período ora cortava como uma lâmina, seco e breve; ora se enchia sonoramente e rolava com um fragor de onda a quebrar-se”. Novamente, a metáfora da “frase encachoeirada”, cunhada por Araripe, e, sobretudo, a alusão ao “estilo natural” de Euclides, cuja originalidade vinha da natureza, fonte pura, autêntica e não contaminada pelas “civilizações de empréstimo”.

Outro aspecto enfocado era relativo à conjugação de razão e emoção. Ele era um “emotivo, e mais do que isso, um impulsivo. Ímpetos de rebeldia agitavam-no por vezes, porque se o meio altamente intelectual em que se achava garantia-lhe a consecução do necessário cabedal aos seus ulteriores

trabalhos, as peias da disciplina militar, dificultavam-lhe de alguma forma a adesão franca e eficaz à causa republicana, que era o seu grande sonho de patriota”. A “emotividade” vinha aliada à “sinceridade”: o escritor defendia até a morte suas crenças, seus ideais. O episódio da insubordinação na Escola Militar era narrado em detalhes como exemplo dessa “sinceridade” e de firmeza de caráter: “E, um dia, quando o ministro da guerra, que era então, o conselheiro Tomás Coelho, passava em revista o corpo de alunos, notou com espanto que um, tomando a espada (...) partia-a violentamente contra o joelho erguido e atirava ao chão em dois pedaços a arma que devia ser, nas mãos de um soldado, a guarda permanente e a defesa vigilante do regime monárquico. Era um ato de indisciplina, se o tivermos de olhar sob o critério exclusivo e estreito dos regulamentos; mas era antes de tudo uma manifestação de sinceridade. (...) republicano ardente julgou que não podia e não devia servir à monarquia como soldado, sem trair a sinceridade do seu sonho de moço”.

É ressaltado o grande mérito do jovem autor de *Os Sertões* que em pouco tempo conseguiu tirar a segunda edição da obra, confirmando efetivamente ter sido ela um *best-seller* para a época. O ingresso para a Academia aparece como a coroação de uma carreira bem-sucedida, recheada de realizações e encerrada pela morte prematura “em pleno vigor dos seus 43 anos de idade, quando já havia chegado à plenitude do talento, da ilustração e da vida”.

O *Jornal do Commercio*, onde Euclides foi por algum tempo colaborador, elogiava no escritor a “integridade moral”, a “alta compreensão dos seus deveres cívicos”, a “disciplina mental formidável”, “o gosto da perfeição”, “o sentimento de justiça”. Já a *Gazeta de Notícias* enfatizava suas qualidades de cientista, fazendo a ressalva, contudo, de seu pouco conhecimento de literatura: “Seria capaz de discutir um dia inteiro abstrações matemáticas e de explicar desde as leis da filosofia às leis da sociologia, mas desconhecia por

completo a maioria dos poetas franceses e não falaria de chofre de um poeta grego ou de um dramaturgo clássico”. Enaltecia, entretanto, o seu “temperamento de escritor” que lhe dava “um estilo absolutamente inédito, um estilo seu”. A *Gazeta* fazia coro com os demais jornais ao relatar um episódio onde mais uma vez era confirmado o estilo brilhante, produto da conjugação de genialidade e neurastenia. Euclides teria levado um artigo para ser publicado na seção livre da *Gazeta*. No balcão, o funcionário pediu-lhe um visto da redação. “Euclides subiu nervoso, irritado. (...) Era um neurastênico com acalmias intermitentes. O escrúpulo do balcão excitara-o.” Ao chegar, estendeu o artigo para o jornalista Ferreira de Araújo: “Não querem aceitar. Responsabilizo-me por ele!”. Ferreira de Araújo leu o todo e, por fim, dobrando as tiras: “Sai amanhã na primeira coluna da primeira página. Quem escreve assim tem o direito de ser o primeiro”.

Outros jornais da capital federal, como o *Jornal do Brasil* e o *Correio da Manhã*, igualmente não poupavam elogios ao escritor recém-falecido, referindo-se à consternação causada em outras cidades, como Porto Alegre, e até em outros países, como a Argentina, onde os jornais publicaram “longos e minuciosos telegramas do Rio de Janeiro narrando o crime”.

Esses primeiros esboços biográficos traçados pelos jornais do período, ainda no calor da hora, no dia da tragédia e nos dias imediatamente posteriores, foram os primeiros de uma longa série de estudos sobre a vida do escritor, entre os quais destaco os dos euclidianos Francisco Venâncio Filho, Elói Pontes, Oswaldo Galotti, Sílvio Rabelo e Olímpio Souza Andrade.<sup>17</sup> Como observou Walter Benjamin, “no momento da morte, o saber e a sabedoria do homem e sobretudo sua existência vivida assumem pela primeira vez uma forma transmissível. Assim como no interior do agonizante desfilam inúmeras imagens – visões de si mesmo, nas quais ele se havia encontrado sem se dar conta disso –, assim o inesquecível aflora, de repente em seus gestos e olhares, conferindo a tudo o que lhe diz respeito aquela

autoridade que mesmo um pobre diabo possui ao morrer, para os vivos em seu redor".<sup>18</sup>

As biografias ou histórias de vida estão intimamente relacionadas ao domínio da história, como assinalou Pierre Bourdieu, significando a afirmação de pressupostos que repousam na idéia de que a vida constitui um todo, um conjunto coerente e orientado, que pode e deve ser apreendido como expressão unitária de uma intenção subjetiva e objetiva, de um projeto. Ou, ainda, na idéia de que a vida obedece a uma ordem cronológica (que é também lógica) com origem e final; de que os acontecimentos da vida de um indivíduo formam uma seqüência ordenada, e toda existência tem um sentido. Toda vida é descrita como um caminho, uma rua, uma carreira, com suas encruzilhadas, suas armadilhas, suas emboscadas, comportando início e fim. A narrativa biográfica preocupa-se geralmente com um sentido, uma razão, uma lógica, uma consistência e uma constância mediante o estabelecimento de relações. Afirma-se a idéia de que existe uma causa eficiente e final entre as etapas sucessivas de um desenvolvimento necessário. Assim, a narrativa biográfica de alguém que já morreu, em comparação com a de alguém que ainda vive, aparece como um produto mais bem acabado e, talvez por isso, mais valorizado. Nesses casos não se corre o risco de se ter a biografia desautorizada pelo próprio sujeito biografado nem tampouco de haver mudança súbita no comportamento do biografado que jogue por terra todas as afirmativas traçadas sobre o sentido de sua vida.

O tema da *construção póstuma* foi objeto de reflexão de autores que se preocuparam com a questão da morte e da memória. O historiador Philippe Ariès, que escreveu *A História da Morte no Ocidente*<sup>19</sup>, assinala que o ritual de "falar sobre o morto" ou "lembrar o morto", que hoje nos parece tão banal e corriqueiro, não existiu sempre. Ele assinala que até o século 12, a morte era considerada coletiva, ligada ao destino da espécie, podendo

ser resumida na fórmula “todos nós morreremos”. A morte individual, a de si próprio e a do outro é preocupação característica dos tempos modernos. A partir do século 18, nas sociedades ocidentais é possível verificar a tendência crescente de tematização da morte individual. Já no século 19, inicia-se o culto que perdurará por todo o século 20: o dos túmulos e dos cemitérios, ligado à lamentação pela perda e à saudade do morto. Se uma longa história foi necessária para a produção do “falar sobre o morto” e do “lembrar o morto”, Michel Foucault assinala que outra não menos longa história foi necessária para que se privilegiassem certos mortos a serem falados, lembrados e cultuados. Em artigo publicado em 1969, Foucault<sup>20</sup> chamou a atenção para a necessidade de cuidadosa reflexão sobre o significado do culto póstumo a artistas de todos os gêneros, em especial aos escritores. Por que se lembrar de um escritor após sua morte? Por que falar sobre ele? Por que dedicar páginas e páginas de jornal para narrar sua biografia, lembrar seus feitos, lastimar sua perda, cultuar sua saudade? Em qual sistema de valores os escritores passaram a ser reverenciados? A partir de que momento começaram a contar as vidas não mais dos heróis militares ou revolucionários, mas dos escritores? Como foi instalada essa categoria fundamental da crítica, “o homem e a obra”?

Falar sobre a morte de Euclides da Cunha no Brasil de 1909 representava um fato especial, pois permitia narrar como nunca antes a biografia de um dos primeiros grandes escritores nacionais. A situação extraordinária em que se deu o fato (o duelo com o amante da esposa, Dilermando de Assis) conferia ainda características espetaculares à narrativa. O escritor de um dos primeiros clássicos nacionais transformava-se em personagem, objeto de um culto que perduraria por muitos anos. Se o país já tinha o seu grande clássico, teria agora o seu grande escritor transformado em mártir nacional.

## O RITUAL DO ENTERRO

No dia seguinte ao da tragédia, terça-feira, 17 de agosto de 1909, os principais jornais do país estamparam na primeira página as notícias sobre o enterro de Euclides da Cunha. *O País* noticiou em detalhes os acontecimentos que cercaram o trajeto do “corpo do estimado literato” para uma sepultura no Cemitério São João Batista, enfatizando as longas romarias que se formaram no necrotério e, posteriormente, no silogeu da Academia Brasileira de Letras, onde o escritor foi velado.<sup>21</sup>

Posteriormente, o caixão mortuário foi transportado para o coche. Pegaram nas alças do caixão o tenente Galvão Bueno, representando o presidente da República, Pecegueiro do Amaral, representando o Barão do Rio Branco, senador Rui Barbosa, Miguel Calmon du Pin de Almeida, Augusto Cunha e seu cunhado, Astolpho Solon, representando a família do morto.

Antes de deixar a Academia Brasileira de Letras, o escritor Coelho Neto, em nome da instituição, pronunciou “um sentido discurso de despedida”. O cortejo seguiu pela Av. Beira-Mar, com destino ao Cemitério São João Batista, e “compunha-se de mais de 300 carros”. Entre os muitos que o acompanharam, destacavam-se as presenças de Olavo Bilac, José Veríssimo, Sílvio Romero, Afrânio Peixoto (então diretor do Instituto Médico Legal, responsável por um longo e detalhado atestado de óbito e pela retirada do cérebro do escritor para estudos<sup>22</sup>), os parentes Arnaldo Pimenta da Cunha e Luiz Nestor Augusto da Cunha, seus filhos, representantes do Instituto Histórico, representantes do Exército, Júlio de Mesquita, Rui Barbosa, alunos do Colégio Pedro II, representantes de todos os jornais e uma lista de mais de uma centena de nomes representativos. O corpo seguiu num coche, acompanhado por dois carros com muitas coroas, entre as quais a do amigo e crítico literário Araripe Júnior, “Ao bom Euclides, saudades de Araripe Júnior”; a de um grupo de tenentes do Exército com os dizeres: “Ao maior escritor brasileiro, veneração dos tenentes...”; a do pai (“Saudades

eternas de seu pai”); a da irmã, Adélia; a do Barão do Rio Branco; a da Academia Brasileira de Letras, a dos primos, a de Júlio de Mesquita; e, ainda, a da esposa, Ana Solon Ribeiro da Cunha. “O féretro chegou ao cemitério de São João Batista às 6 horas da tarde, baixando logo o corpo à sepultura no carneiro nº 3.026. Não houve discursos. (...) Estava finda a tragédia.”<sup>23</sup>

A imprensa passou a especular sobre o que a teria ocasionado. Relatava ainda as manifestações de pesar e as homenagens feitas por diversas instituições, entre as quais o Senado. O senador João Luiz, representante do Espírito Santo, chamou a atenção para o fato de que, menos de um ano antes, o Senado havia manifestado seu pesar pelo falecimento de Machado de Assis e Artur Azevedo, e que agora o fazia para um outro grande escritor. Falou ainda o senador Quintino Bocaiúva, que concordava com o senador pelo Espírito Santo quanto ao fato de o moço Euclides ser “uma das glórias mais legítimas da geração atual”.

Na Câmara, “não repercutiu com menos intensidade e sem grande sentimento de horror a notícia emocionante da aterradora tragédia”. Foi lá que falou Coelho Neto, “um dos amigos mais íntimos do morto, que produziu um formosíssimo discurso”. O discurso de Coelho Neto era particularmente expressivo. Nele estavam contidas algumas das idéias-chave que terminaram originando o culto póstumo ao escritor: a referência ao “homem do interior” que foi Euclides, “o sertanejo”, voltado não apenas para o “Brasil periférico”, mas principalmente para o “Brasil dos sertões”. “Esse que desapareceu corporalmente do nosso convívio (...) foi um forte escritor e um dos mais robustos representantes da literatura da língua portuguesa porque no próprio berço da língua, não há quem se lhe compare em vigor e pureza verbal. (...) Não quis entrar perifericamente na nossa Pátria; abalou-se aos sertões.” E, comparando Euclides da Cunha a Alexander Von Humboldt, elogiava a “descrição palpitante e viva” da “nossa natureza”, das “nossas terras interiores”. “Quem é capaz de se

emparelhar, em estilística soberba, na palavra tensa, na frase extrema, nos períodos (...) com esse homem subitamente roubado por uma tragédia? (...) finda essa tragédia, aparece robusto, brônzeo, o caráter viril daquele escritor possante. Caiu, mas a sua obra aí está: é o bronze perene. (...) O voto que faço é que o Brasil acompanhe o grande espírito de Euclides da Cunha, como Israel acompanhou a ascensão dos anjos visitantes, de olhos levantados para o céu – primeiramente para o céu da História, depois para o céu de Deus, em que há de ficar perenemente vivo o espírito do honrado mártir que desapareceu. (...) *é com a gratidão de sertanejo, com a minha alma de filho das terras interiores deste país, que agradeço aquele beneficiador dos simples o livro primoroso que veio mostrar a nossa Pátria, que lá dentro, nessas grandes terras, há uma raça forte: a dos trabalhadores, dos sofreadores, dos que plantam e colhem, dos que vão à peleja, dos que vão explorar as regiões do norte, a raça que integra o patrimônio do Brasil, a raça do caboclo que tem naquele livro o seu grande poema de reivindicação de direitos, que tem naquela obra o protesto contra o esquecimento do sul, protesto em que ele pede alguma coisa, uma parte de amor a que tem direito como filho desta terra, protesto que ele foi achar na pena desse homem, nascido no Estado do Rio, e que tanto amava as regiões do norte, porque era o poeta da simplicidade, da saudade, da natureza, e principalmente o poeta dos humildes.*” (Os grifos são meus.)

O discurso inflamado de Coelho Neto expressava o pensamento de um grupo altamente identificado com o escritor de *Os Sertões*: os “escritores sertanejos”. Naquele momento, acionar a categoria “sertanejo”, reivindicando seu pertencimento a esse grupo, significava colocar-se ao lado do “Brasil real”, integrando uma “raça forte”, “cerne da nacionalidade”. O enterro de Euclides e as homenagens póstumas que se seguiram configuraram-se em excelente ocasião para a afirmação desse grupo. Transformado em mártir nacional, o escritor já começava a ser objeto de um culto nacionalista e, sobretudo, regionalista. Coelho Neto fazia referência ao fato de

que Euclides era também um homem do interior do Estado do Rio para chamá-lo de “sertanejo”, de “homem do interior”. Atribuía em grande parte ao fato de Euclides ser “filho do interior” a sensibilidade de compreender e expressar a vida e a natureza dos sertões. A analogia com Humboldt era altamente significativa nesse momento. Euclides era definido como o “Humboldt brasileiro”, o homem que deu as costas para o Atlântico e embrenhou-se no interior, dando vida às florestas, aos rios, a uma natureza original, pioneiro na descrição da natureza tropical, nomeando e classificando com o instrumental científico à sua disposição as espécies que encontrou pelo caminho.

Assim como Humboldt, Euclides abriu uma trilha. Muitos o seguiriam, alargando o caminho. Não foi sem maiores intenções que Coelho Neto, natural da antiga província do Maranhão, grande amigo do escritor, enfatizou em seu discurso de despedida justamente o Euclides “sertanejo”, preocupado com “o Brasil do interior”. Sua morte trágica fortalecia o pólo dos “escritores sertanejos”. Durante todo o transcorrer do século 20 o nome de Euclides da Cunha seria lembrado e venerado por aqueles que se apropriavam de sua potência sagrada e sacralizadora de autor do “grande clássico nacional” e, concomitantemente, “filho das terras interiores deste país”.

## NOTAS

<sup>1</sup> Carta a José Veríssimo, do Guarujá, datada de 7 de julho de 1904, in: Cunha, 1966, II:647.

<sup>2</sup> “Alimento há muito o sonho de uma viagem ao Acre. Mas não vejo como realizá-la. Nesta terra, para tudo fazer-se é necessário mil pedidos e mil empenhos, duas coisas que me repugnam.” (Carta a Luís Cruls, de Lorena, datada de 20 de fevereiro de 1903)

<sup>3</sup> Os grifos são meus.

<sup>4</sup> No mesmo ano tomou posse na Academia Brasileira de Letras, sendo recebido por Sílvio Romero.

<sup>5</sup> Cunha, 1995, I:157.

<sup>6</sup> Cunha, 1995, I:158.

<sup>7</sup> Idem.

<sup>8</sup> Cunha, 1995, I:163a.

<sup>9</sup> Cunha, 1995, I:158.

<sup>10</sup> Idem:195-196.

<sup>11</sup> Heinich, 1991.

<sup>12</sup> Jornal *O País*, 16 de agosto de 1909. No dia 30 de setembro de 1908, ao estar entre os que carregavam o caixão de Machado de Assis para o jazigo da Academia Brasileira de Letras no Cemitério São João Batista, no Rio de Janeiro, Euclides da Cunha não poderia jamais supor que em pouco menos de um ano ele também faleceria. Muito menos suspeitaria da forma trágica com que encontraria a morte. Machado e Euclides continuaram a ser cultuados durante todo o século 20 como dois dos escritores mais representativos da virada do século. Expressando visões e preocupações literárias muito diferentes, os dois passaram à posteridade glorificados.

<sup>13</sup> O relato da "vida exemplar" de Euclides da Cunha insere-se numa tradição historiográfica precisa, fazendo parte de um gênero muito antigo de história diretamente ligado à educação e à transmissão de valores (ética). Segundo Arnaldo Momigliano, especialista em história antiga, a Antigüidade teria conhecido "histórias exemplares", um gênero indeciso entre a história e o romance, útil principalmente para a educação dos futuros governantes e homens políticos, servindo como referência para a transmissão de valores. Biografias de filósofos, santos e reis, bem como memórias de generais, tiveram grande sucesso na Antigüidade. Relata Momigliano que as memórias de dois generais, Ptolomeu (o rei Ptolomeu I do Egito) e Gerônimo de Cárdea, foram as principais fontes da história de Alexandre e seus sucessores. Era muito difícil nessa época distinguir nesse gênero de memórias os elementos biográficos, autobiográficos e históricos. Os historiadores sabiam que a biografia de um general não se confundia com a história dos acontecimentos com os quais o general esteve envolvido, mas não estabeleciam claramente essa distinção. Com a ascensão das monarquias, inicialmente no Oriente helenístico e depois em Roma, a história tendeu à biografia. Essa floresceu nas épocas helenística e romana: todas as espécies de personagens representativos de certa maneira de viver (contemplativa, prática, voluptuosa e outras) foram contempladas com biografias. As biografias de intelectuais colocavam problemas metodológicos particulares: ignorava-se freqüentemente quase tudo de suas vidas, salvo aquilo que se podia deduzir das obras. Mesmo com relação a autores do século 4 ou mais tardios ainda era feita essa correlação entre a obra e o caráter do autor. Segundo Momigliano, a facilidade e a arbitrariedade com que os biógrafos concluíam sobre a vida dos autores a partir de suas obras era inacreditável. A biografia helenística sob sua forma original quase desapareceu, mas os mestres da biografia grega e latina da época imperial tra-

balharam sobre os modelos helenísticos, criando seus próprios modelos. Nos séculos 3 e 4, a biografia serviu para defender o paganismo, enquanto os cristãos compunham as “vidas exemplares” dos bispos, santos e mártires. Modelos de biografia pagã do começo do século 2 continuaram vivos até a Idade Média, apesar da introdução de novos métodos e de novos temas cristãos. Momigliano distingue vários gêneros de biografia nesse período, como a descrição de uma vida de acordo com um plano cronológico, da descrição sistemática de um indivíduo. Esses dois tipos derivam da biografia helenística e remontam às duas partes – vida e virtudes – da história de um indivíduo. A distinção que hoje se faz entre “história de vida” e “traços de caráter” provavelmente originou-se dessa tradição de separar a descrição da vida de um indivíduo nessas duas partes, vida e virtudes. Existiram ainda, desde o século 4 a.C., cartas com temas biográficos ou autobiográficos. Algumas das mais famosas e mais antigas são as atribuídas a Platão. Outros gêneros autobiográficos são os monólogos e as confissões. Um dos carros-chefes desse gênero foi *As Confissões*, de Santo Agostinho. (Momigliano, 1983:29-31)

As “histórias exemplares” proliferaram notadamente na Europa do Renascimento ao Iluminismo, quando predominava a concepção clássica de história. Essa concepção antes de fundar no tempo, como a moderna, estabelecia “espaço de experiências” onde podiam ser reunidos exemplos, histórias excepcionais, extraordinárias, exemplares, em suma, capazes de fornecer orientação e sabedoria a todos os que dele viessem a se aproximar. Tratava-se de uma formulação ética e pedagógica da história, resumida na velha expressão latina de Cícero: *Historia Magistra Vitae* – história mestra da vida. A concepção clássica de história era distinta de outra que se tornou dominante a partir do final do século 18: a concepção moderna. Essa passou a se voltar cada vez mais para a objetividade e a imparcialidade, tomando como tarefa a busca da verdade dos fatos. Passava-se de uma verdade que se identificava com a ética para uma verdade que se confundia com o fato, afastando-se tudo aquilo que se pudesse aproximar das fronteiras da fantasia ou da imaginação. (Koselleck apud Araújo, 1988:28-54)

Uma das dimensões das “vidas exemplares”, enunciada tanto por Koselleck quanto por Momigliano, relaciona-se ao aspecto educativo. Koselleck reitera o aspecto retórico dessas histórias que são contadas e recontadas com a finalidade de transmitir valores e ensinamentos. Em momentos de crise ou de querelas acirradas, as histórias dessas “vidas exemplares” surgem como “vozes da experiência” fornecendo caminho seguro para a ação ou legitimando idéias e valores. Constituem reservatórios de múltiplas experiências que podem indicar caminhos para o futuro, uma escola que visa a tornar os homens prudentes. A idéia de que a história é a grande professora da vida está contida nessas histórias de “vidas exemplares”. Koselleck refere-se ao cristianismo, cujos apologistas escreviam histórias rela-

tando bons e maus exemplos. Os primeiros deveriam ser imitados, e os segundos funcionavam como advertências. Fontes para a educação, esse gênero de narrativa funciona com base em retórica repetida indefinidamente (as histórias são contadas e recontadas) com o sentido de transmitir valores. Diferentemente da narrativa moderna, calcada na idéia da informação, essas histórias transmitem experiência, mais do que fatos novos. Por esse motivo, elas não envelhecem, como a maior parte das informações contidas nos jornais; mantêm-se sempre vivas.

<sup>14</sup> O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, criado em 1838, sob os auspícios do Imperador D. Pedro II, representou o primeiro esforço sistemático no sentido das narrativas de “vidas exemplares” dedicadas à construção da nação brasileira. Com visão marcadamente iluminista e visando a fornecer imagem da nação brasileira enquanto continuadora de tarefa civilizadora iniciada pela colonização portuguesa, o instituto abriu espaço especial para as biografias. A esse respeito, ver Guimarães, 1988:5-27.

<sup>15</sup> Carvalho, 1990.

<sup>16</sup> Dumont, 1985:127.

<sup>17</sup> Ainda no ano de 1909 e nos anos imediatamente posteriores, foram muitos os contemporâneos que escreveram sobre Euclides: Araripe Júnior, “Dois vulcões extintos”, *Jornal do Commercio*, RJ, 7/9/1909; Júlio Bueno, “Euclides da Cunha”, *Muzambinho*, Minas Gerais, 22/8/1909; “Elogio Histórico de Euclides da Cunha”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 72, parte 2ª, RJ, 1910; Jorge A. G. de Araújo, “Euclides da Cunha” (Excerto), *Revista Americana*, RJ, out. 1909; Cândido Junqueira, “Euclides da Cunha”, *O Comércio de São Paulo*, SP, 26-6-1910; Oliveira Lima, “Euclides da Cunha” (recordações pessoais), *O Estado de São Paulo*, out 1911; Afonso Taunay, “Os Homens Bons”, Homenagem do Grêmio Literário Euclides da Cunha, RJ, 1914; Francisco Venâncio Filho, “Euclides da Cunha”, 1915, RJ; Otaviano Vieira, “Euclides da Cunha”, Homenagem do Grêmio Literário Euclides da Cunha, RJ, 1914; “Euclides da Cunha”, *Almanaque Brasileiro Garnier*, RJ, 1909; *Ciência e Musa*, número consagrado a Euclides da Cunha, RJ, 1912. (Cunha, 1966, I:57-80)

<sup>18</sup> Benjamin, 1987: 208.

<sup>19</sup> Ariès, 1989.

<sup>20</sup> Foucault, 1969.

<sup>21</sup> *O Estado de São Paulo*, 17/8/1909.

<sup>22</sup> O cérebro de Euclides da Cunha foi retirado pelo dr. Afriânio Peixoto e depositado no Instituto Médico Legal para estudos. Naquela época, a medicina legal seguia uma vertente de estudos genéticos, procurando detectar a partir de casos específicos diferentes anomalias entre os indivíduos. Nina Rodrigues, por exemplo, dera veredicto para o caso de

Antônio Conselheiro, dizendo tratar-se de doença mental. O caso de Euclides da Cunha era inversamente proporcional ao de Antônio Conselheiro: tratava-se de um gênio. Assim como os loucos, os gênios também eram considerados casos especiais, desviantes. Seu caso era especialmente atraente para estudos médicos. Euclides era um mestiço. Até então, alguns teóricos racistas haviam defendido a idéia de que os mestiços eram incapazes de atingir a civilização; Euclides da Cunha podia ser usado para colocar por terra essas teorias. Essa pode ter sido explicação plausível para a retirada do cérebro do escritor e seu envio para o Instituto Médico Legal. Posteriormente, o cérebro foi remetido, por solicitação de Roquette-Pinto, para o Setor de Arqueologia do Museu Nacional, onde permaneceu até 10 de setembro de 1983, quando foi trasladado para Cantagalo, cidade natal do escritor. Em Cantagalo, o cérebro foi exposto e, posteriormente, guardado no interior de um sacrário, na Casa Euclidiana, pequeno museu dedicado ao escritor. De objeto de estudo transformou-se em relíquia.

<sup>23</sup> *O País*, 17/8/1909.

# A SANTIFICAÇÃO



## DO ESCRITOR

## A CRIAÇÃO DO GRÊMIO EUCLIDES DA CUNHA E O INÍCIO DO MOVIMENTO EUCLIDIANO

A tragédia que vitimou o escritor Euclides da Cunha ficou conhecida como “Tragédia da Piedade”, pelo fato de ter tido como cenário uma pequena casa, onde morava Dilermando de Assis, naquele subúrbio do Rio de Janeiro. Os jornais continuaram durante muito tempo a referir-se ao acontecimento, acompanhando a formação do processo e o julgamento do principal acusado, Dilermando. No ano de 1911, ocorreu o inesperado. Contrariando as expectativas dos admiradores do escritor que, de maneira incansável, acorriam à imprensa exigindo a condenação do réu, ele foi absolvido, sob a alegação da tese da “legítima defesa”. O advogado de defesa de Dilermando, Evaristo de Moraes, lançou em 1914 um livro em que relatou o episódio e apontou seus motivos para agir em defesa do homem que tirou a vida do consagrado escritor. Segundo Moraes, os admiradores de Euclides, inconformados com sua morte, teriam alimentado versões difamatórias do réu. A princípio, o advogado não se sentiu inclinado a defender Dilermando que, ainda se recuperando dos ferimentos, no Hospital Militar, o mandou chamar. Influenciado pelos jornais, Evaristo de Moraes quase recusou defender a causa, mas, ao avistar o réu, convenceu-se de que se tratava de um caso de “legítima defesa”. “O julgamento de Dilermando só se realizou no ano seguinte, dando-se a absolvição. Desabaram contra o júri as catilinárias do costume, mostrando-se exaltadíssimos alguns parentes e fervorosos admiradores de Euclides da Cunha.”<sup>1</sup>

Evaristo de Moraes não sofismava. A reação à absolvição de Dilermando foi sem precedentes. No aniversário da morte do escritor, seus amigos e admiradores decidiram iniciar um movimento “por protesto” contra a absolvição de Dilermando e “por adoração” a Euclides da Cunha. Reunidos no Cemitério São João Batista diante do túmulo do escritor, fizeram o juramento de levar adiante sua palavra. Entre os iniciadores do movimento estavam o escritor amazonense Alberto Rangel e o maranhense Coelho Neto. Na mesma época foi criado o Grêmio Euclides da Cunha, que funciona até hoje, com o objetivo de estudar e divulgar a obra do escritor. Nasceram os “euclidianos” ou “euclidianistas”, grupo de amigos e admiradores fiéis que passaram a se reunir nos aniversários de nascimento e morte do escritor e em datas comemorativas para marcar o protesto e cultuar o escritor que tanto admiravam. Um ritual foi-se formando. Desde as primeiras celebrações até os dias atuais, o ponto alto tem sido o discurso à beira do túmulo, relembrando os feitos notáveis do herói e do mártir, incompreendido na vida e na morte.

No ano de 1915, o orador foi Coelho Neto. Seu discurso primou pelas comparações da trajetória de Euclides com a do próprio Jesus Cristo, anunciando que, assim como o Cristo havia ressuscitado, Euclides também ressuscitaria por meio da celebração dos amigos. E prosseguia: “Euclides, homem de gênio e de coração, foi o verdadeiro intérprete das massas ignoradas. Foi o poeta taciturno das solidões, o áspero historiador dos bárbaros. Descreveu os desertos e os habitantes trágicos das terras bravas (...)”. Essa representação do escritor como o canal pelo qual “as massas ignoradas” puderam exprimir-se é recorrente nas descrições sobre o escritor. As “massas ignoradas”, “os bárbaros” em sentido estrito seriam os sertanejos que ele descreveu em *Os Sertões*.

É interessante a utilização dessa categoria “bárbaros” por um contemporâneo, como Coelho Neto. De fato, em Euclides predominou a visão do cientista marcado pelo evolucionismo. Embora nutrisse certa simpatia pelos

sertanejos de Canudos ou pelos *matutos*, a população camponesa de maneira geral, ele nunca deixou de considerá-los “bárbaros”, isto é, seres que deveriam ser educados para uma civilização superior. Mas, para Euclides, a categoria *bárbaros* nunca deixou de ser positivada, na medida em que considerava ser a partir desses “bárbaros” sertanejos que uma civilização autenticamente nacional poderia erigir-se. Euclides discordava dos que de forma simbólica ou literal defendiam a eliminação dessa população de “bárbaros” mestiços. Os reformadores urbanos que no afã de civilizar as cidades afastaram a população pobre e mestiça do Centro da cidade eram condenados por Euclides, do mesmo modo que os governantes e militares que lideraram o massacre de Canudos. Uma das sínteses do pensamento euclidiano com relação à questão social pode ser expressa na fórmula contida já antes de *Os Sertões*, em seu “diário de uma expedição”. Já naquela ocasião, antes mesmo de presenciar o fim da guerra, ele concluíra que Canudos tinha sido um erro. O governo teria feito melhor se, em vez de enviar soldados, tivesse mandado para Canudos os “mestres-escolas”, porque, afinal, era um “dever incorporar à civilização” aqueles “rudes patrícios” que constituíam “o cerne da nossa nacionalidade”.

Se associarmos esse discurso de Coelho Neto, proferido em 1915, com o anterior, proferido na Câmara por ocasião da morte do escritor, é possível perceber a positivação da categoria “bárbaro”, com aproximação com a categoria “sertanejo” e com a expressão “filho do interior”, sinalizando duplo sentido, positivo e negativo. Coelho Neto assinalava ainda que a sepultura de Euclides havia sido transformada em altar e incitava os presentes a continuar ano após ano a romaria ao túmulo do escritor no aniversário de sua morte. “Que a romaria de hoje se torne uma religião da mocidade. Somos um povo sem cultos – honremos os nossos heróis, observando-lhes os exemplos e nenhum outro, mais do que o vosso patrono, no-lo deixou tão belos, porque ele foi grande no gênio, no amor da pátria, na austeridade e no brio.”

O discurso de Coelho Neto marcou o início da beatificação do escritor. No ano seguinte, novamente os admiradores encontraram-se à beira do túmulo no Cemitério São João Batista. O presidente de honra era Alberto Rangel que, de Paris, enviou uma carta para ser lida na ocasião, em que destacava algumas das razões para o culto à memória do escritor: sua integridade moral, o protesto contra o crime que o vitimou, a valorização das “terras interiores, impiamente desdenhadas”. “Memorando Euclides da Cunha exercitamo-nos no preito à integridade moral, educando-nos na repugnância à deslealdade, ao crime e à injustiça que o vitimaram. (...) O homem que deu das nossas terras interiores, impiamente desdenhadas, essas manchas de sobressaltante emoção (...)” Rangel reiterava a alusão ao martírio de Euclides ao atribuir sua morte a uma conspiração dos que não queriam fazer do Brasil uma sociedade autenticamente nacional, dos que queriam permanecer numa “sociedade decomposta nos sentimentos de triste parodiagem aos dos romances franceses de terceira classe”. “Fuzilaram-no à queima-roupa”, afirmava. E prosseguia: “Parece justo e nobre que em nossa terra haja uma desforra às misérias desse gênero”. O escritor amazonense instituiu como “dia santo” o dia do “fatal desaparecimento do intelectual brioso e limpo, cuja pena intimou à consciência pública os mais altos e prementes deveres para com a sua terra selvagem e um punhado de broncos e retardados patrícios”.

No ano seguinte, 1917, durante a visita ao túmulo do escritor, o euclidiano Edgar de Mendonça lançou um “Plano de Campanha”. Nele, foram discutidos os objetivos do *movimento euclidiano*. O primeiro passo consistiu na “glorificação da memória de Euclides da Cunha” e no protesto “contra o destruidor de um lar” e “o assassino impune”. A esses, Edgar propunha acrescentar objetivos de cunho intelectual: “Além das demonstrações da nossa adoração (...) temos que promover uma série de estudos sobre os variados aspectos da personalidade e da obra de Euclides da Cunha”. Em suma, Edgar de Mendonça propunha que o movimento entrasse numa nova fase,

de difusão da palavra do escritor. Os membros do Grêmio incumbiram-se de realizar conferências sobre a obra euclidiana com a participação de “grandes figuras da intelectualidade”: Roquette-Pinto, Basílio de Magalhães, Pacheco Leão, Escragnolle Dória, Juliano Moreira, Coelho Neto e Ignácio do Amaral. Um dos itens do plano era reunir num livro essas conferências “para melhor alcance do seu intento, publicando-as pelo Brasil inteiro”.

Os outros itens do “Plano de Campanha” incluíam a redação pelo Grêmio de uma *biografia* e a *difusão da obra em estudos críticos divididos por áreas*. A “*vertente naturalista*” ficaria a cargo de Roquette-Pinto; a “*vertente dos estudos amazônicos*” seria uma tarefa de Pacheco Leão; a “*vertente histórica*” seria confiada a Ignácio do Amaral; as *vertentes geográfica, filosófica, da originalidade estilística, de crítica literária, da engenharia, das expedições, da cartografia e da arte* ficariam com Basílio de Magalhães que procuraria ver em todos esses aspectos “uma preocupação nacionalista”, uma “feição brasileira”. Por fim, os *traços psicológicos* de Euclides seriam analisados por Juliano Moreira, que deveria “explicar a razão dessa obra excepcional, descrevendo, ao impulso das verdades científicas, a genialidade que a gerou”.

Fazia ainda parte da campanha a intenção de erigir um monumento em bronze com a figura do escritor no Morro da Babilônia, na Praia Vermelha, onde ficava a Escola Militar, “cenário do primeiro gesto expressivo da série de gestos irmãos que ele havia de fazer na vida”. “Entregaremos a Correia Lima, um mestre da arte glorificadora, a feitura desse busto de 8 metros do nosso patrono incomparável”. “O monumento de Euclides exigirá que o contemplem, num afastamento da cidade, pois o local onde será erigido vê-se a cidade ao longe, na sua profusão de cosmopolitismo, onde vivem tantas gentes que não se entendem, e muitos que, ou se ostentam como iconoclastas, ou se anulam como indiferentes.”

Com este “Plano de Campanha” estava traçado o destino de Euclides da Cunha. Incansáveis, os euclidianos partiriam para metuculoso trabalho de

levantamento de fontes, reunião de cartas, documentos e relíquias do escritor. Imbuídos da missão de manter viva a chama euclidiana, esses intelectuais agiriam como verdadeiros sacerdotes divulgando a palavra do mestre. Nunca antes, no país, um escritor teve tantas pessoas a seu serviço.

Nessa direção, a consagração de *Os Sertões* na virada do século pela “nova e moderna” crítica literária representou apenas o passo inicial de um longo processo. Após a morte do escritor, o movimento euclidiano iria desempenhar importante papel nessa seqüência, mantendo ao longo do tempo a atualidade desse “clássico” e do pensamento do escritor.

Outro passo para o crescimento do *movimento euclidiano* foi a criação da Sala Euclides da Cunha, no Museu Nacional, ao lado da Sala Humboldt. A identidade entre os dois naturalistas era reforçada por iniciativa do pesquisador Edgar Roquette-Pinto (1884-1954).<sup>2</sup> No discurso de inauguração, ocorrido provavelmente a 6 de junho de 1917<sup>3</sup>, Afrânio Peixoto estabeleceu analogia de Euclides com os bandeirantes: “Euclides da Cunha foi o novo bandeirante de uma nova entrada para a alma da nacionalidade brasileira”. O euclidiano Francisco Venâncio Filho narrava para a *Revista do Grémio* de 1918 como os euclidianos pretendiam transformar a Sala Euclides da Cunha num pequeno museu dedicado à sua memória.<sup>4</sup> A Sala passou a integrar a Seção de Etnografia Sertaneja, representando para os euclidianos a “consagração científica” póstuma do escritor. Segundo Venâncio Filho, um dos objetivos da sala era concorrer para que se perpetuassem as lembranças dos sertões brasileiros, de que Euclides da Cunha foi o maior historiador.

Roquette-Pinto é um capítulo à parte no euclidianismo. Abraçando a causa euclidiana, além de organizar a “Sala Euclides da Cunha” no Museu Nacional, ele proferiu palestras, redigiu artigos e contribuiu para aumentar o prestígio do escritor. Entre esses ensaios destaca-se “Euclides da Cunha naturalista”, escrito originalmente em 1917 e publicado posteriormente em 1933 na *Coleção Brasileira*.<sup>5</sup> Nele, referia-se às descrições da natureza

feitas pelo escritor e destacava suas qualidades como ecólogo e como etnólogo. No entender de Roquette-Pinto, “a moderna ecologia” podia ser definida como “o estudo do organismo no meio”. Seria um ramo da ciência natural. Haveria os morfologistas, os biólogos, os taxonomistas e, por fim, os ecólogos. O pesquisador comparava Euclides e Varnhagen, intelectuais preocupados com as ligações das ciências sociais com as naturais.

A outra característica da obra euclidiana no entender do professor de antropologia do Museu Nacional era seu caráter etnográfico. Como Ratzel, que considerava a nação “um pedaço de terra habitado por um povo”, Euclides teria privilegiado o povo (o homem) e o território em suas análises. A terra seria o suporte do homem e as plantas, “elementos circunstantes, governando sua vida”. Roquette-Pinto estava envolvido num grande debate sobre a questão racial e também analisou o autor de *Os Sertões* sob esse ponto de vista. Segundo ele, embora Euclides tivesse se deixado influenciar num primeiro momento por Agassiz, com a observação da tragédia de Canudos, demonstrou o quanto o pessimismo do naturalista suíço era injustificável; Roquette-Pinto referia-se à tese da inadequação da mistura de raças e da incapacidade de os mestiços atingirem a civilização.<sup>6</sup>

Para ele, a doutrina da desigualdade entre as raças servia aos ideais dos colonizadores; o teórico francês Gobineau teria lançado tese mais apurada ainda, alegando que “mesmo na raça branca” haveria “tipos destinados à servidão, e outros predestinados ao domínio: os dominadores seriam os celeberrimos arianos, gente escolhida que nunca ninguém conseguiu encontrar biologicamente caracterizada”. Na França, Lapouge, desde 1896 “proclamava que o tipo dominador tem caracteres definidos: é alto, tem crânio longo, cabelos louros e olhos claros. Mas, a teoria começou a infiltrar a política externa da Prússia, e foi citada para justificar o esmagamento impiedoso da França, em 1870, e para preparar a trituração da Bélgica em 1914; então, aterrorizados com a construção que tinham ajudado a erguer, os cientistas entusiastas caíram em si”.

Na avaliação de Roquette-Pinto, o valor de Euclides com relação à questão racial foi ter demonstrado com a análise de uma realidade concreta as incorreções de todas as teorias de desigualdades raciais. Se, nos primeiros capítulos de *Os Sertões*, Roquette-Pinto ainda encontrava influências dos teóricos racistas, com o decorrer da análise dos sertões, Euclides foi mudando radicalmente o seu ponto de vista. Para Roquette-Pinto, os teóricos europeus anteriores a Euclides haviam comentado realidades que não conheciam. Euclides a partir de um conhecimento efetivo de alguém que visitou as regiões dos sertões jogou a pá de cal que faltava para sepultar definitivamente tais teorias. Roquette-Pinto considerava que “os traços realmente originais, na contribuição naturalística da obra de Euclides da Cunha, achavam-se no capítulo terceiro de *Os Sertões*. São apenas trinta e cinco páginas, onde, em síntese suprema, ali está, esboçada, a etnografia sertaneja, naquele estilo cujo molde o crime partiu, há oito anos (...). E, no Palácio da Boa Vista, (...) a sala Euclides da Cunha documentava nos seus mostruários, a vida dos sertanejos”.

Embora abominasse a teoria das desigualdades raciais, Roquette-Pinto ainda apontava diferenças entre os mestiços do litoral e os do interior, valorizando os últimos em detrimento dos primeiros. Considerava ainda nefasta a “influência deletéria do cosmopolita ganancioso e desmoralizador, que turva o meio social, nos centros diretores da nação, para dominar mais depressa e enriquecer sossegado”. Discordava das interpretações que viam no sertanejo do norte, estudado por Euclides, a mestiçagem de branco com índio. “Euclides estudou o sertanejo na Bahia, pois Bahia e Minas são os dois estados da União em que mais se espalhou o africano.” Euclides teria-se esforçado “por mostrar que o isolamento, condicionado pelo meio físico, preservou a evolução do cruzamento que forneceu aquela variante admirável. É incontestável que a segregação fortalece as espécies (...). Todavia, elementos não faltam no livro de *Os Sertões* para provar que aqueles homens que “antes de tudo eram fortes”, tinham fartas gotas de sangue

negro. (...) É lícito, então, concluir: o sertanejo resultou da complexa mestiçagem; seu tipo sublimou-se numa completa adaptação às condições ecológicas: ele é um forte; representa um verdadeiro tipo de raça brasileira. Eis aí, nessas conclusões fatais da grande obra de Euclides, a justificativa da sua glorificação científica”.

Conclui o diretor do Museu Nacional que “*Os Sertões* não é um volume de literatura: é um livro de ciência e de fé. E são essas duas molas que faltam para o desencadear da nossa cultura popular: crer e aprender! (...) E quando o desânimo te infiltrar o coração, procura Euclides; ele te mostrará, com verdade e fulgor, o mundo de que és dono”.

Não se pode precisar ao certo até quando a Sala Euclides da Cunha e o Setor de Etnografia Sertaneja funcionaram nas dependências do Museu Nacional. De fato, as ciências naturais ali predominaram até pelo menos o final da década de 1930, quando foram fundadas as primeiras universidades no país. A antropologia, dedicada ao estudo do homem, era considerada um ramo das ciências naturais. Da administração de Ladislau Netto (1874) à de Batista de Lacerda (1895-1915), essa situação não se alterou significativamente. A ênfase era nos estudos de zoologia, botânica e geologia, havendo pouco espaço para a antropologia. A iniciativa da criação do Setor de Etnografia Sertaneja e da Sala Euclides da Cunha revela mudança embrionária nos objetivos da instituição. Em primeiro lugar, era conferido peso maior à antropologia. Em segundo lugar, começava a ser valorizado o estudo da antropologia *no Brasil*, redimensionando a tendência do saber enciclopédico, até então dominante na instituição. A idéia de começar estudando os sertanejos vinculava-se ainda ao predomínio das explicações raciais e sinalizava a crença de que os sertanejos em especial formariam um segmento com mais condições de expressar a singularidade nacional (“o cerne da nacionalidade”). O sertanejo reeditava a visão do índio romantizado de José de Alencar e Gonçalves Dias. Roquette-Pinto fazia questão de assinalar a presença do negro na mestiçagem do grupo estudado por Euclides da

Cunha nos sertões baianos. Contudo, também ele não escapava da visão de que o sertanejo era o herdeiro legítimo dos ancestrais indígenas, situando-o como um tipo ou mesmo uma espécie do mundo da natureza. Adaptado ao meio, ele era visto como parte de um ecossistema. Desse modo, estava associado ao primitivismo, à pureza, ao campo, ao interior, aos sertões e, por fim, à zoologia, à botânica, à geologia.

A iniciativa de Roquette-Pinto revelava dois aspectos importantes: primeiramente, Euclides era entronizado no panteão do naturalismo, ao lado de Humboldt. Em 1917, o naturalismo dominava ainda no campo científico, e o Museu Nacional era uma instituição prestigiada. A Sala Euclides da Cunha teve importante significado de glorificação científica de Euclides. O segundo aspecto diz respeito à apropriação que o antropólogo do Museu Nacional fez de Euclides para levar adiante o combate às teorias da desigualdade racial que tanto impregnaram os intelectuais brasileiros na virada do século. Schwarcz relata a atuação de Roquette-Pinto no Congresso Brasileiro de Eugenia, em 1929, quando se opôs fortemente à maioria dos participantes, que defendia a aplicação de uma política eugenista radical e a teoria “degeneracionista da mestiçagem”. Com Roquette-Pinto, assinala Schwarcz, “o Museu Nacional, cumpriu um papel estranho à sua antiga atuação, tão marcada pelos modelos da biologia e da frenologia. Começava a aglutinar uma vanguarda intelectual, que, ainda de forma frágil, se opunha fortemente ao racismo científico, moeda corrente em períodos imediatamente anteriores”.<sup>7</sup>

Com o “Plano de Campanha” dos euclidianos, lançado em 1917, *Os Sertões* era cada vez mais lido como “um livro de ciência e de fé”. Se, por um lado, era incluído como leitura obrigatória para intelectuais de vanguarda, como Roquette-Pinto, por outro, era objeto de culto religioso por parte de seus admiradores. *Os Sertões* transformava-se em ponto de partida para os estudos considerados sérios no país, ao mesmo tempo em que, como *A Bíblia*, admitia múltiplas interpretações e aproximações; podia ser

lido de várias maneiras, como literatura, como ciência, como tratado de geografia, de história ou de botânica, como um libelo a favor da inclusão dos “bárbaros” sertanejos no interior da nacionalidade, e assim por diante.

#### A ADESÃO DE SÃO PAULO AO MOVIMENTO EUCLIDIANO

Em 1918, o movimento ganhou novos e importantes adeptos: intelectuais paulistas. Com o intuito de difundir a palavra de Euclides, alguns membros do Grêmio dirigiram-se a São Paulo e, no dia 11 de abril, no salão nobre do Conservatório Dramático de São Paulo, Roquette-Pinto realizou a conferência “Euclides da Cunha naturalista”. Francisco Venâncio Filho relatou o evento na *Revista do Grêmio*, informando que um dos objetivos da ida a São Paulo foi angariar fundos para a construção do monumento em bronze do escritor no Morro da Babilônia, no Rio de Janeiro. Motivados pela conferência, diversos intelectuais aderiram ao movimento euclidiano, entre os quais Alfredo Pujol, Nestor Pestana, Adalgizo Pereira, Veiga Miranda, Amadeu Amaral, Pinheiro Júnior. Os euclidianos decidiram na ocasião proclamar as duas cidades, Rio de Janeiro e São Paulo, “cidades-irmãs no culto ao escritor”.

Em seu artigo, Venâncio Filho lembrava ainda que a adesão dos paulistas ao euclidianismo se fazia também numa outra cidade que, desde o ano de 1912, vinha cultuando, “com devoção rara, a memória de Euclides da Cunha”: São José do Rio Pardo, onde Euclides tinha escrito o livro consagrado durante a reconstrução da ponte que havia ruído sobre o Rio Pardo. Venâncio Filho relatava as homenagens que anualmente eram prestadas ao escritor naquela cidade, destacando a preservação da cabana onde Euclides escreveu sua obra, “ponto obrigatório de passagem para fotógrafos e artistas, sob a sombra da mesma paineira e outras árvores que ele mesmo plantou”. Na cabana havia sido colocada sua mesa de trabalho, doada pelo Dr. Jovino de Sylos, que a guardava desde o dia em que Euclides deixou a cidade. Venâncio Filho relatava que “no recanto deste ambiente euclidiano

lindamente ajardinado”, naquele mesmo ano, no dia 18 de maio, havia sido inaugurada uma herma em bronze, rememorando a passagem do escritor por São José do Rio Pardo.

Outro motivo para o fortalecimento do movimento foi a morte trágica do primogênito de Euclides, Euclides da Cunha Filho. No afã de vingar a morte do pai, Euclides Filho atacou a tiros Dilermando de Assis que, revivendo, matou o jovem rapaz a 4 de julho de 1916. A indignação cresceu nos meios euclidianos, provocando novos protestos e homenagens ao escritor. Euclides Filho transformou-se num segundo mártir.<sup>8</sup>

Em 1921, diversos intelectuais paulistas assinaram moção de apoio ao trabalho do Grêmio Euclides da Cunha, entre eles, Vicente de Carvalho, Francisco Escobar, Amadeu Amaral, Affonso d’E. Taunay, Plínio Barreto, Júlio de Mesquita, Júlio de Mesquita Filho, Antônio Mendonça, Monteiro Lobato, Otaviano Vieira (esposo da irmã de Euclides), Nestor Rangel Pestana, Alberto Souza, Henrique Coelho, Arthur Motta. Lá estavam, portanto, os diretores de *O Estado de São Paulo*, um parente, escritores e intelectuais.

Com a adesão de São Paulo ao movimento, os euclidianos ampliaram suas atividades, partindo para a organização de um grande “arquivo euclidianos”, que reunia “as reminiscências, os traços pessoais, as recordações votivas, a correspondência íntima do escritor”, enfim, “tudo que pertenceu a Euclides da Cunha”.<sup>9</sup> Outra tarefa consistiu em recolher os versos “que se espalhavam pelos jornais, revistas e mãos de amigos”.<sup>10</sup> Foi adquirida ainda uma coleção de fotografias de São José do Rio Pardo e da Amazônia. Por fim, os euclidianos conseguiram também adquirir a sua biblioteca que estava em poder de um de seus filhos e tinha sido doada para a Biblioteca Nacional. Não eram muitos os livros, dada a vida errante do escritor. As relíquias foram guardadas em armário que também lhe pertencera.

Além disso, os admiradores passaram a colher informações com todos os que conheceram o escritor para aprimorar os conhecimentos sobre sua vida. Até o final dos anos 1910, com o propósito de organizar uma bibli-

ografia euclidiana, a *Revista do Grêmio* noticiou alguns dos trabalhos que já começavam a surgir sobre o escritor, a maior parte deles, artigos de jornais e conferências.<sup>11</sup> Os euclidianos foram assim ocupando aos poucos vários espaços e, gradativamente, passaram a deter o controle sobre a difusão da memória e da obra do escritor.

Em 1914, o euclidiano Afrânio Peixoto encarregou-se de produzir a quinta edição de *Os Sertões*, seguindo as instruções deixadas pelo próprio Euclides em exemplar encontrado no arquivo do autor com a seguinte observação: “livro que deve servir para a edição definitiva”. Peixoto era na ocasião diretor da Francisco Alves, a editora que adquiriu os direitos autorais de *Os Sertões* após um incêndio ocorrido na Laemmert, no mesmo ano da morte do escritor. Após as três edições publicadas pela Laemmert, de 1902 a 1909, num total de 10.000 exemplares, a Francisco Alves havia publicado a quarta edição em 1911. A quinta edição da obra vinha com o selo da autenticidade, expressando o último desejo do escritor com relação a seu próprio trabalho. Obsessivo, Euclides corrigiu vários erros das primeiras edições até chegar ao livro que serviu de modelo para a edição de 1914, porta que se abriu para um número crescente de reedições pela Francisco Alves até o ano de 1969, quando o livro caiu em domínio público. A partir dessa data, a proliferação de edições de *Os Sertões* intensificou-se ainda mais. Até o ano de 1982, havia, só pela Francisco Alves, 28 edições.

#### A INVENÇÃO DA TRADIÇÃO EUCLIDIANA EM SÃO JOSÉ DO RIO PARDO

O historiador inglês Eric Hobsbawm detectou aspecto peculiar no estudo das tradições nas sociedades modernas. Muitas vezes tradições que parecem ou são consideradas antigas são bastante recentes, quando não inventadas. As tradições inventadas podem estar significando “reações a situações novas que ou assumem a forma de referência a situações anteriores, ou estabelecem seu próprio passado através da repetição quase obrigatória”.<sup>12</sup>

As tradições inventadas implicam automaticamente uma continuidade com relação ao passado. No processo de invenção das tradições, a legitimidade é alcançada por meio de repetições rituais de histórias sobre origens.

Hobsbawm assinala curioso paradoxo: “as nações modernas, com toda a sua parafernália, geralmente afirmam ser o oposto do novo, ou seja estar enraizadas na mais remota Antigüidade, e o oposto do construído, ou seja, ser comunidades ‘naturais’ o bastante para não necessitarem definições que não a defesa dos próprios interesses”.<sup>13</sup> Desse modo, a história relatada pelos “inventores” de uma tradição adquire os contornos de uma história mítica, cuja função consiste em construir um centro ou um ponto de referência a partir do qual todo o resto é inscrito numa relação de continuidade. Em outras palavras, a invenção de uma tradição (e também a construção de um *lugar de memória*) implica o estabelecimento de uma origem e de uma história. A permanência de uma tradição está também condicionada à sua permanente atualização. Para essa dinâmica, o simples ato de narrar a história de fundação constitui um dos pilares de sustentação.<sup>14</sup>

O culto a Euclides da Cunha em São José do Rio Pardo<sup>15</sup> constitui exemplo notável de invenção de uma tradição no Brasil, com ritual que se repete anualmente desde 1912. Os adeptos do culto situam como marco de origem o dia 15 de agosto de 1912, quando a morte trágica de Euclides completava três anos.

O que detonou o culto? Por que Euclides da Cunha passou a ser cultuado em São José do Rio Pardo? O motivo básico enunciado relaciona-se ao fato de ter sido naquela cidade que o escritor escreveu sua obra consagrada. Alguns riopardenses haviam conhecido o escritor e com ele mantido alguma proximidade. A passagem do aniversário de sua morte suscitava nessas pessoas o ensejo de uma homenagem póstuma. Alguém teve a idéia de sair de preto em direção à cabana nas margens do Rio Pardo. À hora combinada, um grupo de cerca de seis pessoas iniciou uma romaria da porta da Prefeitura Municipal até a cabana. Durante a caminhada, algumas

peças da cidade foram aos poucos aderindo à manifestação. Era o início da “romaria cívica” em prol da memória de Euclides da Cunha. Romaria que se prolongou por vários anos, transformando-se em festa oficial da cidade e do governo do Estado de São Paulo.

Os primeiros euclidianos, amigos de Euclides de São José do Rio Pardo, eram, entre outros, Francisco Escobar, Jovino de Sylos, Adalgizo Pereira, José Honório, Dr. Pedro de Aquino. A esses vieram juntar-se intelectuais das cidades próximas, que também tinham conhecido o escritor: Valdomiro Silveira e Lafayette de Toledo, de Casa Branca, e Humberto de Queiroz, de Mococa. As trajetórias dos primeiros euclidianos revelam que, em sua maioria, eles eram intelectuais locais que se destacavam em São José do Rio Pardo ou em municípios vizinhos. Quando Euclides desembarcou em São José, muitos fizeram questão de conhecer o engenheiro que lá chegava para reparar uma ponte, pelo fato de já terem lido seus artigos sobre Canudos em *O Estado de São Paulo*. Euclides recorreu a alguns deles para suas pesquisas, originando-se daí a amizade.<sup>16</sup>

O euclidiano Almeida Magalhães considera que o euclidianismo riopardense desde o início foi a expressão de “um bloco euclidiano de municípios”, com a liderança de São José do Rio Pardo. De fato, entre os precursores do movimento em São José estavam intelectuais de municípios paulistas fronteiriços, como Casa Branca, Caconde, Campinas e Mococa. Desde o início também o euclidianismo riopardense tem sido a expressão de intelectuais regionais com pouco acesso aos grandes centros de pesquisa nas áreas científica e literária.

Mas por que São José do Rio Pardo se colocou à frente desse bloco euclidiano? Segundo os euclidianos, em primeiro lugar, por ter tido “a glória de haver sido a oficina” de *Os Sertões* e, em segundo lugar, devido à tradição republicana e rebelde da cidade. “O aluno da Escola Militar que, num ato de insubordinação, quebrou o sabre diante do ministro da Guerra da Monarquia aliava-se à cidade rebelde que proclamou a República meses

antes do 15 de novembro.” O culto a Euclides da Cunha em São José do Rio Pardo era incorporado à tradição republicana da cidade. O mártir nacional era um mártir da nação republicana.

Localizada no oeste paulista, São José do Rio Pardo era durante o Império vila de um município de mesmo nome no distrito da Província de São Paulo.<sup>17</sup> Consta que, em agosto de 1889, três meses antes da mudança do regime político no país, riopardenses adeptos do movimento republicano proclamaram a República em São José do Rio Pardo. Os fatos se passaram da seguinte forma: Em agosto de 1889, Francisco Glicério dirigiu-se à cidade para fazer propaganda dos ideais republicanos. Alguns monarquistas que moravam na cidade, em atitude de represália, atacaram o Hotel Brasil, onde estava o propagandista republicano. No dia seguinte, 11 de agosto, manifestantes reagiram, conseguindo desarmar a força pública e prender as autoridades policiais. Proclamaram, então, a República. A bandeira idealizada por Júlio Ribeiro foi hasteada e, nas ruas, o povo eufórico cantou os compassos da *Marselhesa*. Mas, a República riopardense teve vida efêmera. Leão Veloso, então chefe da província, compareceu com um contingente de forças armadas, restabelecendo o regime monárquico. Na capital federal, a República foi proclamada três meses depois. Em homenagem à luta republicana travada em São José do Rio Pardo, a vila foi elevada a cidade com a denominação Cidade Livre do Rio Pardo. A iniciativa foi de Américo Brasiliense, então governador do Estado de São Paulo. Mais tarde, por pressões religiosas, a cidade voltou a se chamar São José do Rio Pardo.<sup>18</sup>

A “terra santa” de Euclides da Cunha foi sendo esculpida aos poucos. O primeiro trabalho para o cultivo de sua memória consistiu em limpar a área ao redor da cabana que, em situação de abandono, havia sido ocupada por um matadouro próximo. Prevaleceu a idéia de autenticidade. Os cidadãos riopardenses almejavam reconstituir o ambiente que cercou a criação de *Os Sertões*. Na cabana, foi instalada a mesa onde Euclides escreveu e o banco de madeira onde ele se sentou para escrever. Procurou-se resgatar o clima

sagrado da criação, preservando cada detalhe do entorno. A velha paineira sob cuja sombra Euclides, em outros tempos, descansava, e que aos poucos morreu, foi substituída por outra, semelhante.

Houve clara intenção de resguardar do esquecimento os objetos sagrados, os instrumentos que serviram para a criação da obra consagrada. Verificou-se até a preocupação em reter a paisagem que os olhos do escritor teriam conservado na retina. Os “comuns mortais” buscavam alcançar senão o gênio e a genialidade do escritor, ao menos tudo o que o circundava, a “aura” de Euclides. Os riopardenses inventavam uma nova qualidade para aquela cidade do interior de São Paulo, grande produtora de gêneros alimentícios. A partir de então, ela passou a ser a “Meca do euclidianismo”, atraindo os olhares de intelectuais e personalidades de todo o Brasil.

Dessa forma, a cidade foi magicizada, adquirindo nova significação no cenário nacional. Com a invenção de uma terra santa de um grande escritor nacional, São José do Rio Pardo adquiria feição incomum: a paisagem bucólica da cabana à beira do Rio Pardo indicava que fora ali, e não em qualquer outro lugar do Brasil, que Euclides da Cunha teria escrito *Os Sertões*. E *Os Sertões* era o grande livro nacional. Como assinalou Roquette-Pinto, se Portugal tinha *Camões* e *Os Lusíadas*, se a Espanha tinha *Cervantes* e *Dom Quixote*, o Brasil tinha Euclides da Cunha e *Os Sertões*.

Na invenção da tradição euclidiana estabeleceu-se claramente uma relação metonímica entre proprietário e propriedade e entre monumento e passado. Como assinalou Reginaldo Gonçalves, quando isso ocorre “monumentos são considerados parte orgânica do passado e, na medida em que os possuímos ou os olhamos, estabelecemos, por seu intermédio, uma relação de continuidade com esse passado”.<sup>19</sup> Na simbiose entre proprietário e propriedade, a nação era identificada com o escritor e seus atributos. A cidade de São José do Rio Pardo onde o escritor viveu e a cabana onde escreveu sua principal obra representavam testemunhos materiais de sua presença, evidenciando uma relação íntima entre coisas e espíritos.

Conservando os objetos mais “autênticos” do escritor, sua “aura” era preservada. A relação metonímica desses objetos com o passado do escritor era assim ampliada para uma relação metonímica do escritor e da cidade de São José do Rio Pardo com a identidade nacional.

A preocupação com a “autenticidade” disseminava-se por toda parte: o escritor “autenticamente” nacional, a obra que expressava a “autêntica” nacionalidade, focalizando um “povo autêntico”, a preservação do exato lugar onde Euclides escreveu o livro consagrado (a cabana “autêntica”, a paisagem “autêntica” que ele via enquanto escrevia), enfim, um conjunto de associações que terminava por transmitir a “verdade inquestionável e sagrada” de que São José do Rio Pardo guardava valiosa relíquia da nacionalidade. Nessa relação metonímica entre proprietário e propriedade, São José do Rio Pardo metamorfoseou-se numa cidade nacional por excelência – como Ouro Preto, do ponto de vista do patrimônio histórico e artístico nacional, cidade associada às relíquias do passado colonial no Brasil; como Aparecida, do ponto de vista de uma religiosidade nacional, cidade da “padroeira do Brasil”.

#### A CONQUISTA DO IMAGINÁRIO SOCIAL

Uma vez inventado o culto a Euclides da Cunha, como ele adquiriu legitimidade? Como se processaram as adesões? Assim como a instalação de novos regimes políticos implica “batalha de símbolos e alegorias” para a eleição daqueles que os identifiquem, também o culto a uma grande personalidade demanda a disputa de adesões. As “batalhas de símbolos e alegorias” têm como meta a conquista do imaginário social. Como ocorre em qualquer culto religioso, sua implantação depende de aceitação e eficácia. Segundo José Murilo de Carvalho, “um símbolo estabelece uma relação de significado entre dois objetos, duas idéias, ou entre objetos e idéias, ou entre duas imagens. Embora o estabelecimento dessa relação possa partir de um ato de vontade, sua aceitação, sua eficácia política vai depender da existên-

cia do que Baczko chamou de comunidade de imaginação, ou comunidade de sentido.<sup>20</sup> Inexistindo esse terreno comum, que terá suas raízes seja no imaginário preexistente, seja em aspirações coletivas em busca de um novo imaginário, a relação de significado não se estabelece e o símbolo cai no vazio, se não no ridículo.<sup>21</sup>

Como, efetivamente, o culto a Euclides da Cunha se implantou? Quais foram seus principais adeptos? De que maneira o culto se consolidou e se ampliou, chegando a completar 80 anos? A primeira romaria à cabana onde Euclides escreveu *Os Sertões* data de 1912. Contudo, segundo os euclidianos, “o culto riopardense à memória do grande escritor começou a revestir-se de um caráter popular e cívico, quando a 18 de maio de 1918, aniversário da inauguração da ponte metálica, foi erguido, na praça lindamente ajardinada, onde fica a choupana, o monumento em que está gravada uma placa de bronze com a imagem votiva do escritor. O monumento foi inaugurado pelo poeta e euclidiano Vicente de Carvalho”.<sup>22</sup>

O Grêmio Euclides da Cunha, criado no Rio de Janeiro, encontrava apoio decisivo em São Paulo. São José do Rio Pardo transformava-se no centro sagrado irradiador do culto a Euclides da Cunha. Como assinalou Almeida Magalhães, de um casebre de zinco, os riopardenses “fizeram uma igreja. Santificaram o local e mais tarde protegeram o casebre com uma moderna construção que é quase uma redoma de cristal. Deram o nome do escritor a um dos bairros mais populosos da cidade. Colégios e até associações desportivas ostentam nas suas insígnias o apelido glorioso”.<sup>23</sup>

Outra adesão significativa foi a de *O Estado de São Paulo*. O “Estadão” vinculava seu nome a um empreendimento que se imbricava com sua própria história, já que Euclides havia sido colaborador do jornal e “correspondente de guerra” durante a repressão a Canudos. O ingresso do jornal foi acompanhado de importante donativo ao monumento e à cidade: um medalhão em bronze com um verso autobiográfico esculpido, no qual Euclides se auto-representava como “misto de celta, tapuia e grego”. Esse

donativo não era casual. Com ele, o “Estadão” celebrava, por intermédio do famoso escritor, a mestiçagem, objeto de grandes debates no período. Lembremo-nos de que, ao morrer, Euclides teve seu cérebro retirado pelo dr. Afrânio Peixoto para estudos no Instituto Médico Legal e, posteriormente, no setor de arqueologia do Museu Nacional. Por meio do caso exemplar de Euclides da Cunha, também Roquette-Pinto advogou o valor positivo da mestiçagem. O cérebro ficava exposto na Sala Euclides da Cunha, do Museu Nacional, com a finalidade de celebrar o “mestiço genial”. Metaforicamente, o escritor passava a simbolizar o homem brasileiro, fruto da mestiçagem, como viável, capaz de atingir a civilização e até de produzir obras geniais. A produção de *Os Sertões* era também a comprovação empírica dessa capacidade do mestiço de atingir “as formas mais elevadas” de sociedade, de ascender aos “mais altos níveis” de abstração, teorização e compreensão dos fenômenos naturais e sociais. O mártir da nação republicana passava a encarnar também a genialidade e o alto potencial de criação de uma “raça mestiçada”. Da miscigenação nos trópicos, algo dera certo. O escritor simbolizava o homem brasileiro viável, possível e, mais do que isso, genial.<sup>24</sup>

Por meio do medalhão de bronze, *O Estado de São Paulo* marcava para sempre sua presença no culto a Euclides da Cunha, ao mesmo tempo em que enfatizava uma questão que se tornaria um dos principais aspectos do culto euclidiano. Cultuar Euclides da Cunha passou também a significar a difusão da crença num Brasil viável, posto que formado por brasileiros viáveis. Crença que implicava a condenação de outro Brasil, inviável ou, ao menos, pouco representativo da “autêntica” nacionalidade: o Brasil do litoral. Os admiradores de Euclides da Cunha faziam questão de repetir ritualmente a cada comemoração a visão euclidiana de que os mestiços do litoral, ao contrário dos sertanejos do interior, seriam incapazes de construir uma civilização autenticamente nacional devido à vulnerabilidade e à instabilidade causadas por ligações muito próximas com as grandes metrópoles da Europa e da América.

A adesão do “Estadão” sinalizava também outra característica. As elites paulistas reiteravam o “espírito bandeirante”. Por intermédio de um jornal paulista, o escritor fora enviado a Canudos; numa cidade paulista, concluíra o grande trabalho redentor da nacionalidade. São Paulo mais uma vez adiantava-se, fundando e patrocinando a memória do grande escritor. Em 1925, a Câmara Municipal aprovou projeto de lei instituindo o dia 15 de agosto feriado municipal em São José do Rio Pardo. A partir de então, a cidade passou a ter dois feriados: o dia 19 de março, data de sua fundação, e o dia 15 de agosto, data da morte de Euclides da Cunha.

Em 1928, a Prefeitura Municipal finalizou a redoma protetora para a cabana, preservando-a dos efeitos corrosivos do tempo. A redoma de vidro conferia aura toda especial ao barracão de zinco que serviu de refúgio para o escritor. “Ai que saudades do meu escritório de zinco em São José do Rio Pardo”, diria ele numa carta ao amigo riopardense Francisco Escobar. “Creio que se persistir nesta agitação estéril, nada mais produzirei de duradouro.” A frase de Euclides foi gravada e afixada na cabana, sinalizando novamente a oposição interior (sertões) / litoral; campo / cidade. O interior é o lugar da tranquilidade, da calma, da possibilidade de criação, enquanto a cidade, no litoral (Euclides escreveu a referida carta quando estava no Rio de Janeiro), é o lugar da agitação estéril. Afixando-se a frase no santuário euclidiano, acentuava-se a força mágica, o poder especial de criação da cabana de zinco, longe da qual Euclides nada mais havia produzido de duradouro, de eterno. Imortalizando a cabana, retinha-se seu fluxo sagrado. A cabana era uma relíquia da divina força poética que se manifestou no escritor. A redoma de vidro seria, então, capaz de imortalizar a cabana que imortalizou o escritor que produziu a obra imortal, pois para que existem as redomas, senão para proteger as relíquias ou as imagens dos santos e das divindades?

Em 1935, dois paulistas decidiram criar novos eventos, contribuindo decisivamente para a consolidação das comemorações em torno da figura

de Euclides da Cunha em São José do Rio Pardo. Um médico, dr. Oswaldo Galotti, então com cerca de 34 anos, instituiu as “semanas euclidianas”, organizando de forma sistemática comemorações que até então eram dispersas. Um professor de português, recém-formado na Universidade de São Paulo, Hersílio Ângelo, instituiu as “maratonas intelectuais euclidianas”, visando a atrair jovens de todo o país para participar de estudos euclidianos e, durante as semanas comemorativas, responder sobre o escritor. As “maratonas” foram organizadas de maneira a estimular a competição entre os jovens. Os cinco primeiros lugares passaram a receber prêmios.

Uma das tradições do evento era convidar, a cada ano, um intelectual de renome nacional para que proferisse uma conferência sobre o escritor. Com a ampliação do evento, após a instituição das “semanas” e das “maratonas euclidianas”, a conferência tornou-se o ponto alto, com a presença de grandes personalidades e renomados intelectuais na cidade. Em 1936, o convidado oficial foi o historiador Pedro Calmon. Nos anos seguintes, a cidade contou com a presença, entre outros, de Roquette-Pinto, Afonso Arinos, Alberto Rangel, Afrânio Peixoto, Menotti del Picchia, Cassiano Ricardo, Arthur Ramos, Plínio Salgado, Edison Carneiro, Dante Moreira Leite, Afrânio Coutinho, Alfredo Bosi e nomes que apontam para as múltiplas apropriações que foram feitas da obra euclidiana. Os conferencistas tratavam de temas diversos, como geografia, nacionalismo, biografia, poesia, antropologia, história militar, folclore, todos ligados pela valorização do regionalismo, do interior, dos sertões.<sup>25</sup>

Durante o período do Estado Novo (1937-1945), o movimento euclidiano de São José do Rio Pardo passou a receber verba do governo do Estado de São Paulo, possibilitando a institucionalização definitiva das “Semanas Euclidianas”. Segundo o pesquisador e “cronista da cidade”, Rodolpho del Guerra, “a verba era boa, dava p’ra manter os eventos”. Além disso, a população da cidade participava de forma definitiva, recebendo os conferencistas e as pessoas que chegavam de fora em suas próprias residên-

cias. Era o auge do movimento euclidiano. O culto ao escritor em São José do Rio Pardo coincidia com um momento político em que o governo federal tinha entre suas principais metas a virada para o interior, visando a colonizar regiões ainda pouco exploradas. Essa meta foi desenvolvida por Cassiano Ricardo, um dos ideólogos do Estado Novo, num livro intitulado *A Marcha para o Oeste*. Euclides da Cunha foi tomado como símbolo da “tradição de bandeirar”, e *Os Sertões*, como roteiro para os “bandeirantes modernos” do Estado Novo.

#### ESTADO NOVO, “A MARCHA PARA O OESTE” E O “BANDEIRANTE EUCLIDES”

Uma política deliberada de apoio ao euclidianismo por parte do Estado foi posta em prática. Medidas concretas foram tomadas. Entre elas, destacaram-se o tombamento e a transformação em monumento nacional pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional da cabana onde Euclides escreveu sua grande obra, já devidamente cercada e sacralizada pela redoma de vidro. Foi também iniciada a restauração da casa onde Euclides morou com sua família nos anos em que viveu em São José do Rio Pardo visando a sua transformação na Casa Euclidiana. Com o tombamento, também pelo SPHAN, da Casa Euclidiana, o local transformou-se num misto de museu e arquivo do escritor, passando a concentrar o acervo que estava sendo reunido pelos euclidianos desde os anos 1910. O governo do Estado de São Paulo contratou funcionários para trabalhar na Casa Euclidiana visando, de forma profissionalizada, a coordenar os trabalhos das “semanas euclidianas” e preservar a memória do escritor. Além disso, por diferentes motivos e de diferentes maneiras, o governo federal empenhou-se em divulgar a biografia e a obra de Euclides da Cunha. Veículos oficiais do governo, como o Instituto Nacional do Cinema Educativo (Ince) e o jornal *A Manhã*, encarregaram-se dessa tarefa. O Ince produziu um filme didático sobre Euclides da Cunha e *Os Sertões*. O suplemento literário do jornal

*A Manhã*, intitulado “Autores e Livros”, dedicou dois números especiais à memória do escritor durante as comemorações pela passagem de seu aniversário de morte em agosto de 1942.

#### EUCLIDES É O “NÚMERO UM” DE *AUTORES E LIVROS*

Além de apoiar explicitamente o movimento euclidiano, o governo federal elegeu Euclides da Cunha como “o número um” do projeto destinado a difundir a história da literatura e dos escritores no Brasil e realizado por intermédio de um suplemento literário, “Autores e Livros”, integrado ao porta-voz oficial do governo. O jornal *A Manhã* era dirigido por Cassiano Ricardo que, segundo leitura muito particular da história da literatura no Brasil, alinhou alguns escritores sequencialmente, elegendo-os como “vultos e patrimônios nacionais”.

Euclides da Cunha recebeu lugar de destaque, com dois números dedicados à sua trajetória, sendo apresentado como escritor “engajado” e inspirado em temática nacionalista. Por ter afirmado o binômio nacionalidade e território, o escritor foi valorizado como o que mais se teria aproximado do “Brasil real”, apregoando a virada para o interior. No panteão dos “grandes escritores nacionais” da série “Autores e Livros” estava o poeta euclidiano Vicente de Carvalho, o crítico literário Araripe Júnior, o escritor Machado de Assis, o poeta simbolista Cruz e Souza, o político e escritor Rui Barbosa, entre outros. O suplemento traçava o perfil de Euclides da Cunha por oposição a Machado de Assis. Enquanto Machado corporificava “o literato, cidadão litorâneo”, cuja obra se caracterizava pelo “cosmopolitismo dissolvente”, Euclides representava “o sociólogo que adentrou o sertão”. Seu pensamento era a expressão da “força original da terra”.<sup>26</sup> Reiterava-se o antigo confronto entre os que viam o Brasil do ponto de vista do litoral e da cidade e aqueles que o viam do ponto de vista do sertão e do interior. A literatura de Machado passaria a representar a parte falsa do Brasil, porque voltada para a cultura importada; a de Euclides seria a

expressão da nacionalidade autêntica. A valorização do mundo rural era concomitante à desqualificação do universo urbano. Fazer como Machado, que escolhia temas urbanos, era dar as costas ao “Brasil real”. Segundo Velloso, mais do que em qualquer outro período, no Estado Novo sofisticou-se a tese dos dois brasis, um esquema de interpretação da nacionalidade centrado na geografia e na noção de território. O ponto de partida para se traçar uma interpretação da nacionalidade deveria ser regional e rural.

Euclides da Cunha surgia, assim, como uma espécie de “personagem-modelo” para o projeto literário estadonovista. Sua vida era um livro aberto, suas origens, fartamente documentadas, sua obra, um retrato do Brasil. No perfil de Euclides traçado para a série de *A Manhã*, o autor era descrito como tendo a “vulgaridade mameluca” da nossa “humilde e boa caipiragem”. Ele não se “apavonava”; suas vestes eram simples, seu tipo, desprezioso.<sup>27</sup> Euclides era o intelectual “autêntico” porque falava sobre o meio rural, o sertão, o mameluco, de forma simples, objetiva, despreziosa e nacional: “as roupas de Euclides desconheciam os recortes da tesoura de Pool...”. Em contraposição a Machado de Assis, Euclides não negaria suas origens, não se envergonharia delas. Também não negaria as origens da nacionalidade. Euclides encarnava o “bom caipira” que “reconhecia o sertão como berço da nossa civilização, já que o nascedouro da nacionalidade também era o seu. Essa identidade fundamental que unia o autor à nação, sublinhando as “raízes interioranas” de ambos, era, segundo Mônica Velloso, um dos aspectos capitalizados pela ideologia estadonovista na consagração da obra euclidiana. Além disso, “conferindo papel decisivo à geografia como elemento modelador das diferenças regionais, defendendo o expansionismo territorial e o sertanismo, Euclides se transformou numa espécie de escritor-modelo do Estado Novo”.<sup>28</sup>

#### “CROMOS DO PAÍS”<sup>29</sup>

Outra iniciativa de criação de um panteão de heróis-escritores durante o Estado Novo foi a produção de curtas-metragens pelo Instituto Nacional

do Cinema Educativo, dirigido por Humberto Mauro, a partir de 1937. Ana Cristina César relata que “esses filmes configuram um grupo, revelam uma uniformidade, se integram a uma ofensiva oficial no campo da educação escolar e da cultura. Uma ofensiva digamos estadonovista, embora seja mais exato referi-la diretamente a Gustavo Capanema”.<sup>30</sup> Os primeiros contemplados com curtas-metragens do Ince foram Machado de Assis (1939), Euclides da Cunha (1944), Vicente de Carvalho (1945), Martins Pena (1947), Castro Alves (1948) e Rui Barbosa (1949). Entre os responsáveis pela implantação do projeto de filmes sobre escritores encontravam-se alguns euclidianos, como Francisco Venâncio Filho e Roquette-Pinto, além do primeiro conferencista da “Semana Euclidiana”, o historiador Pedro Calmon (que proferiu a conferência oficial de 1936). Os outros membros do grupo eram Vila-Lobos, Portinari e Santa Rosa.

Segundo Ana Cristina César, tratava-se de “um cinema pedagógico e dirigido. Ligado a uma preocupação oficial com a modernização da educação escolar; e a um ministro da Educação que atraía e protegia artistas e intelectuais, integrando-os a um esquema de amparo oficial, no interior do contraditório regime estadonovista”. Até a criação do Ince, em 1936, o cinema educativo ainda não tinha no Brasil organização com essas finalidades e recursos próprios. O ministro Gustavo Capanema levou em 1936 ao presidente Getúlio Vargas uma proposta elaborada por Roquette-Pinto para criação do Ince “a título de ensaio e em caráter de comissão”. Em 1937, o Ince passou a existir oficialmente. Nos termos da lei, subordinou-se diretamente ao ministro da Educação, Gustavo Capanema, durante os anos de seu mandato, de 1934 a 1945. A iniciativa fazia parte de um projeto mais ou menos articulado de intervenção do Estado na área da cultura. Capanema encarregou-se de “reestruturar a Universidade do Rio de Janeiro em Universidade do Brasil, criar o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e o Instituto Nacional do Livro. Autorizou o funcionamento da Faculdade Nacional de Filosofia. Criou a Faculdade Nacional de Arqui-

tutura e a Faculdade de Ciências Econômicas. Reformou o ensino secundário. Prestigiou a nova arquitetura no Brasil ao convidar Niemeyer e outros jovens arquitetos para colaborar com Le Corbusier no projeto do prédio do Ministério da Educação”.<sup>31</sup>

A criação do Instituto Nacional do Cinema Educativo representava iniciativa semelhante à da série “Autores e Livros”, de *A Manhã*: num momento de afirmação da identidade nacional, o Estado tomava para si a promoção e a organização da cultura de modo jamais visto. O pano de fundo era a tendência corporativista, tecnoburocrática, centralizadora do regime; a atuação modernizadora de Capanema; a mobilização de artistas e intelectuais, que passaram a colaborar com o governo. Os intelectuais responsáveis pela produção dos filmes elaboraram projeto com padrão normativo que devia servir como fio condutor da narrativa para todos os autores literários escolhidos. Segundo esse padrão, o filme era a duplicação do verbete enciclopédico, com linguagem racional, expositiva, seqüencial. O objetivo era fazer com que o livro saísse da estante em forma de filme e se abrisse às multidões, “cheio de luz, som e claridade”. Nesse contexto, a apresentação da obra era acompanhada da narrativa biográfica do autor com “função edificante e exemplar”.

O principal objetivo era a projeção nas escolas. Enfatizava-se o didatismo e a exaltação patriótica. Fazia-se dupla apologia, do vulto histórico e do moderno cinema educativo. Um clamor geral pela modernização do ensino agregava-se a uma organização estatal montada para “fazer vir à baila o claro filme escolar”. O texto em *off* com a voz cultivada e enfática de um locutor fornecia as informações biográficas de cada autor: “data e local de nascimento do autor, família, formação escolar, amigos célebres, realizações, trajetos, obras escritas, data e local da morte. Edificante, procurava exaltar os seus feitos: Machado de Assis era “poeta e escritor perfeito, ainda não igualado”. A obra de Castro Alves, “um verdadeiro sol a iluminar os caminhos da liberdade”. A vida de Euclides da Cunha, exemplo de “dedicação aos

mais elevados ideais humanos”. Vicente de Carvalho, “lírico dos mais emotivos e dos mais coloridos das letras do Brasil, deixou ao lado de composições cheias de sentimento e delicadeza, poemas de larga envergadura”. Entre-meando as biografias e exaltações, o elogio cívico da “Nação Brasileira”.<sup>32</sup>

Ana Cristina César referiu-se a esses filmes como um misto de filmes-conferências e de filmes-museus: “a imagem, ao som de acordes grandiosos ou seguindo o texto, procura os monumentos e sinais da passagem do escritor, tratados como relíquias que conservam a sombra e a memória do herói; estátuas e bustos em praça pública, edições de suas obras, objetos pessoais aureolados de autenticidade: a pena, a poltrona, o tinteiro, o *pince-nez* de Machado de Assis; a barraquinha que abrigou Euclides das intempéries e que o Estado por sua vez preserva com cimento. A imagem quer ter esse mesmo movimento preservador, esse gesto de museu, essa ilustração atenciosa das palavras do professor-narrador”.<sup>33</sup>

Mas a marcante presença de Humberto Mauro teria possibilitado certa quebra em alguns momentos da narrativa padronizada do projeto inicial. Curiosamente, Ana Cristina César qualifica o cineasta como artista em “busca artesanal de soluções”, partindo de “literalismo meio bárbaro que não é culto como o círculo de Capanema, nem moderno como quer a época. Humberto Mauro não é um intelectual, é um contador de histórias, que brinca com objetos, inventa sua eficácia cinematográfica, e mexe com literatura como quem conta histórias, encena personagens. Essa desneutralização, na sua teatralidade, dilui a intenção ideológica autoritária, mais presente em filmes documentários com técnica assegurada, e que se sustentam na imagem fluida e verossímil, nas tomadas *locais e verdadeiras*”.<sup>34</sup>

No filme *Euclides da Cunha*, a interferência de Humberto Mauro verifica-se nos planos em que aparece em cena um exemplar de *Os Sertões*, cujas folhas vão passando enquanto imagens do sertão se superpõem ao folhear. “O livro já não é mais o fetiche do livro, fixado no plano descritivo da capa ou da folha de rosto, tão recorrente em tudo que é documentário sobre

autor. É subitamente um brinquedo mágico, caixa de surpresas, objeto infantil que deixa escapar os bichos que guardava.”<sup>35</sup>

Humberto Mauro foi o principal responsável pela produção de filmes no Instituto Nacional do Cinema Educativo, realizando cerca de 300 documentários nos 18 anos de funcionamento do Instituto. Em 1966, o Ince passa a integrar o Instituto Nacional do Cinema na qualidade de Departamento do Filme Educativo, que, como outros organismos que o sucederam, não produziu nenhum filme sobre Euclides da Cunha ou sobre *Os Sertões*. O filme de Humberto Mauro<sup>36</sup> foi experiência única, viabilizada no momento de auge do movimento euclidiano, quando aquele autor foi transformado num dos personagens oficiais, passando a sintetizar uma concepção de nação que interessava ao regime: território, somatório de regiões, valorização do interior.

#### AS “COLEÇÕES BRASILIANAS”

Em estudo de Heloísa Pontes sobre as chamadas coleções brasileiras, livros editados a partir de 1930 com o objetivo de aumentar o conhecimento sobre o Brasil nos mais variados aspectos, revelou-se que a estrutura de *Os Sertões* foi particularmente apropriada. Três coleções foram analisadas: a *Brasiliana*, editada pela Companhia Editora Nacional, a *Documentos Brasileiros*, pela José Olympio, e a *Biblioteca Brasileira*, pela Martins. A autora concluiu que as três coleções, que dominaram o mercado editorial brasileiro nesse período, “semelhantes em vários aspectos, temáticos e formais, apresentam uma estrutura geral similar ao ‘modelo euclidiano’ de apreensão da realidade, tal como aparece em *Os Sertões*, isto é, trata-se de produção centrada sobretudo na caracterização da *Terra* (leia-se geografia, biologia, botânica, arqueologia), do *Homem* (viajantes e cronistas, antropologia e etnologia, folclore, memórias, etc.) e da *Luta* (tensão entre ensaios de interpretação sobre o Brasil e trabalhos de cunho historiográfico)”.<sup>37</sup>

Segundo Afrânio Garcia Jr., essas mesmas “coleções brasileiras” corresponderam ao esforço de vários editores para a formação de um campo edi-

torial brasileiro. Surgiam, pela primeira vez no país, coleções voltadas para a produção e difusão de autores representativos do período, e a reedição de autores **especialmente nacionais**. As “coleções brasileiras” constituíram verdadeiros panteões de valores nacionais. Muitos dos livros editados transformaram-se em ‘monumentos nacionais’.

E foi justamente a partir da difusão em larga escala de *Os Sertões* nesse período que foram inaugurados os chamados “estudos brasileiros”, gênero literário que se tornou muito prestigiado. O livro de Euclides da Cunha começou a ser lido como parábola da história brasileira, que demonstrava o desconhecimento dos brasileiros com relação a seu próprio território e sua história.<sup>38</sup>

Os anos 30 e, especialmente, as “coleções brasileiras” sinalizaram nova etapa na edição de livros no Brasil. A figura emblemática que abriu caminho para a renovação editorial dos anos 30 foi Monteiro Lobato, o “bandeirante” que afirmava: “Um país se faz com idéias e com livros”.<sup>39</sup> Os editores que surgiram nesse período estavam “empenhados em cumprir um papel social análogo ao dos intelectuais e escritores engajados (...) Verdadeiros “heróis culturais” a suprir as deficiências dos poderes públicos e a “civilizar” o país.”<sup>40</sup>

Uma das idéias centrais que moviam os novos editores era a do desconhecimento da “realidade brasileira”. O Brasil não conhecia o Brasil, imenso território formado por regiões diferenciadas que precisavam conhecer-se mutuamente. Seguindo a trilha do paulista Monteiro Lobato, os novos editores não mais se concentrariam no Rio de Janeiro. Haveria uma diversificação nesse sentido, embora a concentração continuasse sendo no Centro-Sul. Além de São Paulo, surgia um novo pólo editorial em Porto Alegre<sup>41</sup>. A mentalidade dos novos editores era a de que escritores de todo o país deveriam ser absorvidos, e os livros deveriam circular pelos mais diversificados pontos do território. Monteiro Lobato idealizava livros até mesmo em farmácias, só não podendo ser vendidos em açougues para não

ficarem sujos de sangue. Monteiro Lobato “desandou a imprimir livros de toda a gente como um alucinado, fracassando comercialmente, mas provando que os mais completos analfabetos do país eram os livreiros antigos”, observava H. Pongetti nos primeiros do período do Estado Novo.

A visão predominante do país como um somatório de regiões fez com que se originasse novo surto de escritores regionalistas, o que, segundo Antônio Cândido, propiciou “uma visão renovada, não convencional do país, visto como conjunto diversificado mas solidário”. O crítico literário considera que “foi notável a interpenetração literária em todo o Brasil, depois de 30, quando um jovem, digamos do interior de Minas, ia vivendo, numa experiência feérica e real, a Bahia de Jorge Amado, a Paraíba de José Lins do Rego, a Aracaju de Amando Fontes, a Amazônia de Abguar Bastos, a Belo Horizonte de Ciro dos Anjos, a Porto Alegre de Érico Veríssimo ou de Dionélio Machado, a cidade cujo rio imitava o Reno, de Viana Moog”.<sup>42</sup>

Sérgio Miceli assinala que foi a partir do final dos anos 30 que surgiu um personagem inédito no Brasil: “o romancista de tempo integral”, que deixou de escrever apenas nas horas livres, antes ou durante o “expediente”, e se tornou um profissional de literatura. Crescia a literatura de ficção em geral e a literatura brasileira em particular.<sup>43</sup> Crescia também o livro didático. E, nesse contexto de expansão do mercado de livros e de interesse renovado pelo Brasil, surgiram as “coleções brasileiras” com o objetivo explícito de revelar aspectos da “realidade brasileira”.

Coincidência ou não, o novo surto editorial foi liderado por São Paulo. Os editores mais importantes que o Brasil conheceu dos anos 20 aos anos 50 foram Monteiro Lobato, Octalles Marcondes Ferreira, José Olympio e José de Barros Martins. Monteiro Lobato era filho e neto de grandes proprietários de terras na região paulista do Vale do Paraíba. Começou sua carreira de editor com a morte do avô, quando vendeu a fazenda, apropriou-se da herança e mudou-se para a cidade de São Paulo, em 1917, junto com

a mulher e quatro filhos. Lá fundou a Monteiro Lobato e Companhia, imprimindo seus livros inicialmente na gráfica de *O Estado de São Paulo*. A “companhia” era Octalles Marcondes Ferreira, um mineiro de 18 anos, que trabalhou com Monteiro Lobato até sua falência em 1925. Em novembro desse mesmo ano, Octalles fundou a *Companhia Editora Nacional*. No início dos anos 30 era a maior editora de São Paulo e, em 1938, respondia por um terço de toda a produção do país. Em 1932, abriu uma filial no Rio de Janeiro.

José Olympio iniciou sua carreira de editor em São Paulo, por volta de 1918, trabalhando na Editora Garraux, ponto de encontro da intelectualidade local, graças a uma indicação do então governador do Estado de São Paulo, dr. Altino Arantes, seu padrinho de crisma e conterrâneo de Batatais. Em 1931, José Olympio abriu a sua livraria e, em 1932, editou seu primeiro livro. Funcionou em São Paulo até 1934, quando decidiu mudar-se para o Rio de Janeiro.

José de Barros Martins era, até 1937, escriturário do Banco do Brasil e estudante da Faculdade de Filosofia da USP (que não chegou a concluir, tendo posteriormente ingressado na Faculdade de Direito). Em 1937, pediu demissão do banco e abriu, em São Paulo, a Livraria Martins, que preencheu o lugar deixado pela Garroux, cujas portas foram fechadas em 1932. Em 1940, fundou a Editora Martins, aproveitando o “vazio cultural” provocado pela saída de José Olympio. O período era extremamente favorável para a produção de livros em São Paulo. A Universidade de São Paulo, em processo de consolidação, formava suas primeiras turmas, ampliando as perspectivas de conhecimento e de pesquisa. Aliado a isso, relata Pontes, o Departamento de Cultura, criado em 1935, por Mário de Andrade, funcionava como um centro de difusão de pesquisa e de debates culturais.

Octalles Marcondes Ferreira, da Companhia Editora Nacional, era um conservador em matéria de literatura, editando os nomes mais conhecidos e, em consonância com o regime político, como Guilherme de Almeida, Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia. Já Martins era um antigetulista

convicto, atraindo para sua editora muitos dos escritores perseguidos pela ditadura do Estado Novo. Recusava-se terminantemente a publicar o que quer que fosse favorável ao regime ou a sua filosofia. Tinha entre seus colaboradores importantes professores da Universidade de São Paulo ou integrantes do Departamento de Cultura, como Sérgio Milliet, Mário de Andrade, João Cruz Costa, Eurípedes Simões de Paula, Herbert Baldus, Pierre Monbeig, Rubens Borba de Moraes e Donald Pierson.

Martins, além de grande editor, notabilizou-se como “agitador cultural”, reproduzindo em sua residência um pouco do antigo clima dos salões da *Belle Époque*. Escritores, artistas e intelectuais, como Anita Malfatti, Tarsila do Amaral, Di Cavalcanti, Mário de Andrade, Sergio Buarque de Hollanda, Antônio Cândido, freqüentavam as inúmeras recepções promovidas por sua mulher, Edith Martins. No final da década de 1950, surgiu novo personagem no campo editorial que passaria a dividir o reinado com Martins: Ênio Silveira, da Civilização Brasileira.

Segundo Heloísa Pontes, as coleções constituíram “espaços privilegiados para a veiculação do pensamento da época”. Como os campos profissionais não estavam claramente delimitados, o que só iria ocorrer com a consolidação do sistema universitário, os intelectuais até a década de 1950 transitavam em várias disciplinas. Além do mais, voltavam-se para o Estado, “por reconhecê-lo como o espaço privilegiado por onde passava a questão nacional”. Nesse contexto, o esquema euclidiano foi hegemônico. Euclides da Cunha não apenas foi apropriado pelo regime estadonovista, como sua obra forneceu a estrutura para as coleções que visavam a traçar “retratos do Brasil”. Mais do que em qualquer outro período, consolidou-se a analogia de Euclides com o “mito do bandeirante”, do herói desbravador do território, analogia que servia, aliás, também para identificar os “heróis paulistas” que desbravaram o território ainda inexplorado das edições no Brasil, fundando as primeiras grandes editoras nacionais e editando as primeiras coleções voltadas para o conhecimento do país.

A primeira delas, a *Coleção Brasileira*, saiu pela Companhia Editora Nacional, em 1931. Fazia parte de um projeto editorial mais amplo, que incluía também a *Biblioteca Pedagógica Brasileira*. Octalles Marcondes Ferreira encarregou Fernando de Azevedo (1894-1974) de organizá-la. Advogado, formado pela Faculdade de Direito de Belo Horizonte, em 1917, Fernando mudou-se nesse mesmo ano para São Paulo, onde passou a lecionar latim e literatura, na Escola Normal. Posteriormente, ingressou no jornalismo, dedicando-se à crítica literária, primeiro no *Correio Paulistano* e depois em *O Estado de São Paulo*. Fernando notabilizara-se nos meios intelectuais paulistanos quando em 1926 promoveu grande inquérito sobre a instrução pública – discutindo a necessidade da criação da universidade. A partir dessa data, engajou-se no tema da educação e pela criação da Universidade de São Paulo, tendo sido um de seus fundadores, em 1934.<sup>44</sup>

Esse engajamento credenciava-o para dirigir uma coleção cujo objetivo era essencialmente pedagógico. Em 1934, Fernando de Azevedo endereçou carta a um dos líderes do movimento euclidiano, Francisco Venâncio Filho, solicitando sua colaboração para a organização da *Coleção Brasileira*. Venâncio Filho (1894-1946), apesar de formado em engenharia civil, não exercia a profissão, dedicando-se ao magistério e aos problemas da educação. Era professor do Colégio Pedro II (RJ) e diversas vezes presidente da Associação Brasileira de Educação.<sup>45</sup> Fernando de Azevedo solicitava que Venâncio Filho indicasse nomes para serem editados e o auxiliasse na escolha de professores para escrever livros escolares de todas as matérias que constituíam o ensino secundário. A educação ocupava o lugar central.

A *Coleção Brasileira* da Companhia Editora Nacional (1931) forneceu modelo seguido por outras duas coleções: a *Documentos Brasileiros* (1936), da José Olympio Editora, e a *Biblioteca Histórica Brasileira* (1940), da Livraria Martins Editora. Guardando diferenças e especificidades de cada uma, He-loísa Pontes considera que o ‘modelo euclidiano’, marca registrada dessas coleções, foi cada vez mais ampliado visando ao público estudantil.

A criação e a ampla difusão da “Coleção Brasileira”, aliada a outras iniciativas, como o empreendimento do jornal *A Manhã*, destacando no suplemento literário, “Autores e Livros”, a figura de Euclides da Cunha no panorama da produção intelectual no país (1942) e também a realização do filme didático sobre o autor pelo Instituto Nacional do Cinema Educativo (1944), representaram a definitiva fixação de *Os Sertões* como o grande clássico nacional e de Euclides da Cunha como um dos maiores heróis-escritores da nação brasileira. A transformação de *Os Sertões* de livro consagrado pela crítica em monumento nacional, sua elevação à categoria de livro sagrado, clássico ou *best-seller* na longa duração foi trabalho orquestrado e não produção do acaso. Nele, euclidianos como Roquette-Pinto e Francisco Venâncio Filho tiveram atuação decisiva. Se, nos primeiros anos do século, Euclides foi louvado e introduzido no rol dos escritores consagrados pela ação da trindade da “moderna” crítica literária, José Veríssimo, Araripe Júnior e Sílvio Romero, foi durante o Estado Novo que a obra e o nome de Euclides passaram definitivamente a fazer parte do currículo escolar e universitário como referências obrigatórias para o conhecimento do Brasil.

Além disso, *Os Sertões* passou a ser matriz para novas produções de “retratos do Brasil”. Reeditando antigos autores ou editando novos, como foi particularmente o caso da *Documentos Brasileiros*, da José Olympio, dirigida por Gilberto Freyre (1936-39) e Otávio Tarquínio de Souza (1939-59) e, mais tarde, por Afonso Arinos (a partir de 1962), as “coleções brasileiras” tornaram-se um modo de reeditar permanentemente *Os Sertões*, devido à estrutura dessas coleções, calcadas nas três partes que compõem aquele clássico.

A visão do Brasil enquanto **território** estava presente na capa da *Brasileira*: um contorno do mapa do Brasil, pontilhado de estrelas. A *Documentos Brasileiros* trazia um ícone bem ao gosto do romantismo, identificando a nação com a natureza: uma palmeira. De qualquer modo, os temas da virada para o interior e da natureza eram uma constante com a edição

maciça dos viajantes e cronistas, “sobretudo daqueles que, através de expedições científicas, percorreram o país ao longo do século XIX. Matizando a filosofia racionalista do século XVIII e as reflexões de natureza detratora para pensar e explicar a América (exemplarmente formuladas por Buffon), os viajantes, como Saint-Hilaire, Karl Martius, Johann Spix, Louis Agassiz, Louis Couty, entre outros, produziram uma nova visão do Brasil, expressa por meio de um conhecimento diversificado e sólido de múltiplos aspectos de sua realidade. (...) Os viajantes, por oferecerem um conhecimento seguro sobre a flora, a fauna, os costumes e a geografia física e humana do Brasil no século passado, tornaram-se uma fonte obrigatória de consulta para todos os que se propunham a interpretá-lo”.<sup>46</sup>

A *Brasíliana* editou, entre 1931 e 1960, 211 autores, entre eles Pedro Calmon e Saint-Hilaire, o que reflete a tônica das narrativas que oscilavam do gênero ensaístico para o gênero dos relatos de viajantes. Os gêneros privilegiados pela *Documentos Brasileiros* (memórias e biografias, ensaios “sociológicos” e historiográficos) eram semelhantes aos da *Brasíliana*. Segundo Heloísa Pontes, a diferença entre elas era sobretudo regional, a primeira mais ligada ao campo intelectual carioca e nordestino, a segunda ao movimento intelectual e cultural de São Paulo. Ambas, entretanto, estavam ligadas ao regime do pós-30, especialmente do Estado Novo. De 1937 a 1945 foi publicada grande parte dos livros, contando mesmo com decisivo apoio estatal. A *Documentos Brasileiros* foi dirigida por Gilberto Freyre até o volume 18 e por Octavio Tarquinio de Sousa a partir do seguinte. O primeiro volume foi *Raízes do Brasil*, de Sergio Buarque de Holanda. Foi nessa coleção que veio a público, em 1938, a polêmica biografia de Euclides da Cunha, escrita por Elói Pontes, *A vida dramática de Euclides da Cunha*. Na mesma coleção, Elói Pontes escreveu uma biografia de Machado de Assis, intitulada *A vida contraditória de Machado de Assis*. De Euclides da Cunha, a *Documentos Brasileiros* editou ainda *Canudos – diário de uma expedição*, e a segunda edição de *Peru versus Bolívia*. Sobre Euclides da Cunha foi edita-

do, em 1943, um ensaio de Gilberto Freyre encadernado com outros ensaios e intitulado *Perfil de Euclides e Outros Perfis*. Na década de 1940, a Martins criou a *Biblioteca Histórica Brasileira*, dedicando-se especificamente à reedição de alguns dos viajantes mais importantes, publicando até 1952 19 títulos ao todo.

Euclides da Cunha, talvez mais do que qualquer outro autor, foi especialmente apropriado durante o Estado Novo. Em parte porque seu livro representava o gênero ensaístico que predominava até então e que só mudaria com a consolidação da sociologia no país. O primeiro livro de sociologia no sentido estrito da palavra foi publicado pela *Brasiliense* em 1939: *Assimilação e Populações Marginais*, de Emílio Willems. Só na década de 1960, afirmaram-se novos paradigmas explicativos da “realidade brasileira” e novos projetos editoriais. Heloísa Pontes cita a coleção *Corpo e Alma do Brasil*, da Editora Difel, dirigida pelo sociólogo Fernando Henrique Cardoso e dedicada principalmente à divulgação da produção científica que passou a ser feita sob a forma de dissertações e teses em ciências sociais.

#### “O BANDEIRANTE EUCLIDES”

Em 1946, após a restauração e o tombamento da casa onde viveu Euclides com sua família em São José do Rio Pardo, representantes do governo do Estado de São Paulo, daquela cidade e do movimento euclidiano inauguraram a Casa Euclidiana. Getúlio Vargas não mais dirigia o país, o ciclo do Estado Novo estava encerrado, mas a Casa era claramente um legado desse período. O movimento euclidiano fixava-se definitivamente em São Paulo, com sede em São José do Rio Pardo, “berço de *Os Sertões*”.

Os procedimentos de organização da Casa Euclidiana seguiram o mesmo princípio adotado durante a restauração da “cabana”: preservar a *aura* de Euclides por meio de seus objetos mais autênticos. Como a maior parte dos móveis e pertences do escritor dispersou-se após sua morte, os organizadores poderiam ter optado por criar reconstruções e ambientações a par-

tir de documentos originais, o “falso absoluto” descrito por Umberto Eco, que parece predominar em toda a América do Norte em reconstruções de ruas, casas e muitas vezes cidades inteiras. Entretanto, mesmo deixando espaços vazios no interior da antiga residência do escritor, a preferência recaiu sobre a documentação “autêntica”. A Casa Euclidiana tendeu a constituir-se em pequeno museu um pouco desordenado, onde balas e armamentos usados em Canudos passaram a conviver lado a lado com fotografias do escritor e de sua família, árvores genealógicas, fotografias dos militares e dos sertanejos em Canudos, quadros pintados por artistas locais tematizando a paisagem bucólica de São José do Rio Pardo, com a ponte e a cabana em primeiro plano. Em vitrines, dispostas geralmente no meio e nos cantos das salas, passaram também a ser exibidos objetos antigos doados por famílias de riopardenses, sinalizando a busca de inserção no templo sagrado de Euclides da Cunha.

A Casa Euclidiana, nesse contexto, emergiu como um misto de museu e arquivo do escritor e antiquário da cidade. E foi a partir de sua criação, enquanto lugar de memória oficial, legitimado pelo governo do Estado de São Paulo, que pagava funcionários exclusivos, que o euclidianismo se institucionalizou definitivamente. A partir de então, tudo passou a ser arquivado, documentos e fotografias relativos à vida e à obra de Euclides da Cunha e toda a documentação do próprio culto euclidiano; o “dever da memória” fez-se presente. Os moradores de São José do Rio Pardo passaram a pesquisar obsessivamente sobre suas origens e possíveis relações de seus ancestrais com o ilustre escritor que ali habitou. Francisco Escobar, que exerceu o cargo de prefeito da cidade quando Euclides da Cunha por ali passou, foi retirado do limbo do esquecimento. Histórias começaram a ser relatadas sobre “a grande amizade entre os dois”. As filhas de Escobar foram incluídas nas comemorações como convidadas de honra. As famílias riopardenses remexiam seus baús, procurando toda sorte de objetos e documentos que lhes parecessem significativos sobre a passagem do escritor pela cidade, a origem da cidade e suas próprias histórias.

Em movimento análogo, a Casa Euclidiana recolheu ano após ano ampla documentação sobre Euclides, sua obra e o próprio culto. As conferências, os discursos, as fotos das semanas euclidianas, enfim, tudo ou quase tudo passou a ser armazenado. O euclidianismo escrevia sua própria história, seguindo o movimento sinalizado pelo historiador Pierre Nora, em que cada disciplina passou a percorrer sua própria constituição, reclamando sua própria história.<sup>47</sup>

O movimento euclidiano, iniciado no Rio de Janeiro, encontrava em São Paulo, especialmente em São José do Rio Pardo, sua sede definitiva. O projeto dos primeiros euclidianos de construir um monumento em bronze ficou no papel. A imagem de um Euclides à beira-mar, fixada num dos morros emblemáticos da cidade do Rio de Janeiro, foi definitivamente suplantada pela imagem de um Euclides *double* de engenheiro e escritor numa cabana às margens de um pequeno rio de uma cidade do interior paulista. Na batalha dos símbolos e alegorias, vencia o “Euclides nascido espiritualmente em São Paulo”, o “Euclides bandeirante”. E, para solidificar essa imagem, os organizadores do movimento convidaram no ano seguinte ao da inauguração da Casa Euclidiana Cassiano Ricardo para proferir a conferência oficial, cujo título não podia ser mais sugestivo: O bandeirante Euclides.

Cassiano Ricardo havia ocupado posição estratégica durante o Estado Novo: diretor de *A Manhã*, porta-voz do regime, e diretor do departamento cultural da Rádio Nacional, encampada pelo governo. Como intelectual integrava com Menotti del Picchia, Plínio Salgado e Cândido Motta Filho o grupo dos “verde-amarelos”, criado na década de 1920 e que atuou até a década de 1940, articulando um projeto de hegemonia paulista na organização nacional. Segundo Mônica Velloso, “sustentando a primazia intelectual de São Paulo sobre os demais estados da federação, e identificando a região como matriz da nacionalidade brasileira, esses intelectuais, inicialmente articulados no grupo Verde-Amarelo e Anta (década de 20), e mais tarde no grupo Bandeira (década de 30) mantiveram sempre viva a

defesa do nacionalismo de cunho autoritário e conservador. Sua produção literária se exerceu concomitantemente à atuação em cargos políticos de âmbito estadual: Menotti del Picchia e Plínio Salgado foram eleitos deputados pelo Partido Republicano Paulista (PRP), Cândido Motta Filho tornou-se assessor da bancada paulista à Constituinte e Cassiano Ricardo desempenhou funções de assessoria junto ao governo”.<sup>48</sup>

O projeto dos verde-amarelos encontrou expressão na Revolução Constitucionalista de 1932. Procuraram legitimá-lo recorrendo à história, tentando mostrar que o estado paulista sempre se colocara à frente do conjunto da nação nos momentos mais críticos. Para isso, inventaram a “tradição das bandeiras”, vinculada ao mito das origens, das profecias do destino, do culto ao heroísmo. Os bandeirantes formariam uma “raça de gigantes” que expressaria o nacional. O projeto, entretanto, sofreu duro golpe com a derrota da Revolução Constitucionalista de 1932, ainda que a tradição das Bandeiras como embasamento para o nacionalismo autêntico persistisse e adquirisse novos contornos. Como assinalou Mônica Velloso, o que se verificou foi “uma mudança de estratégia: o abandono dos ideais separatistas pela integração ao novo regime. De rebeldes passaram a governistas, mantendo sempre presente a questão da hegemonia paulista”.<sup>49</sup>

No Estado Novo, Cassiano Ricardo, Cândido Motta Filho e Menotti del Picchia ocuparam funções importantes no interior do aparelho de Estado por meio do DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda. “As idéias regionalistas dos verde-amarelos foram absorvidas pelo regime, que as integrou como dimensão constitutiva do nacional. O regionalismo deixou de ser visto como uma ameaça ao sentimento da unidade nacional ao sintetizar a própria brasilidade. O Estado Novo apareceu como o Estado Nacional, capaz de integrar as diversidades trazendo-as para o conjunto.” A “tradição das bandeiras” foi ampliada para um *ethos* bandeirante, passando a circunscrever “não apenas os paulistas nativos, mas todos aqueles dotados de senso de organização e arrojo”.

Em 1940, Cassiano Ricardo escreveu *Marcha para o Oeste*, defendendo a tese da bandeira como o nascedouro da nacionalidade brasileira. A bandeira passou a ser tomada em sentido mítico. Existiria, assim, um “bandeirante anônimo caminhando no sangue de cada um de nós”. O fenômeno das bandeiras deixava de se restringir a um tempo e um espaço precisos para encarnar a própria alma brasileira, a personalidade nacional. Em suma, Cassiano Ricardo pretendia identificar o caráter nacional como sendo bandeirante. As associações daí decorrentes foram inúmeras: as idéias de grandeza (de caráter), de pragmatismo, de espírito empreendedor, de heroísmo e de abnegação. Esses valores passaram a constituir o fundamento da própria doutrina do regime estadonovista.

Por outro lado, a obra de Cassiano Ricardo visava a legitimar o projeto de colonização do interior instituído por Vargas, que tomou a mesma denominação de seu livro. Enfatizava-se a relação entre o movimento bandeirante ocorrido no século 16 e a política de colonização do Estado Novo. Vargas aparecia como o novo bandeirante que reeditava a epopéia do expansionismo, garantindo as fronteiras nacionais.<sup>50</sup> Neide Esterici considera que Cassiano Ricardo foi “uma espécie do *myth maker* a que Leach se refere no seu estudo sobre os Kachins: alguém que como narrador da história assume a incumbência de prover uma base de legitimação do *status* e das ações de um grupo”. Segundo Esterici, o livro de Cassiano Ricardo analisa o processo de colonização no Brasil a partir de dois eixos: a colonização dos que permaneceram no litoral e a dos que partiram para o interior. A primeira gerou uma sociedade estagnada: “esta sociedade litorânea era bem cheia de pecados, costumes africanos, indolências. Foram suas características econômicas, a monocultura e a grande propriedade”. Em contraposição, a história do Brasil teria começado com as bandeiras: “Quando entra no sertão a primeira bandeira, termina a história de Portugal e começa a história do Brasil”. A empresa realizada pelo bandeirante teria sido tão extraordinária, que Cassiano Ricardo o denomina de “gigante das botas de sete

léguas". Diferentemente da sociedade estagnada gerada pela colonização do litoral, a sociedade criada pelas bandeiras no interior era dinâmica, baseada não numa empresa privada, mas numa empresa coletiva, não numa grande propriedade, mas numa pequena propriedade. O argumento central era de que as bandeiras não criaram primeiro propriedades, mas sim o **território**.<sup>51</sup> Além de constituir "a primeira democracia nascida da terra e o primeiro governo independente de Portugal", as bandeiras teriam criado "a nossa geografia", unindo "todas as raças" e povoando "nosso território". Cassiano Ricardo concluía que "somente um Estado moldado no espírito da bandeira" poderia "manter indissolúvel e eterna a nossa geografia".<sup>52</sup>

A nação era representada fundamentalmente como **território**, como **geografia**, e o Estado deveria ser o articulador das diversidades regionais sob a liderança de São Paulo. Essa representação que predominou durante o Estado Novo estava calcada na negação de um modelo de Estado e nação que teria dominado no período anterior segundo Cassiano Ricardo, "contaminado" pelos "ismos" europeus e construído pelas "cidades do litoral". Neide Esterci resume a idéia do autor: "Mas depois da Independência, na hora da elaboração do regime de Estado, a tarefa coube às cidades do litoral. Como estavam 'contaminadas' pelos 'ismos' europeus, perderam de vista a República de Piratininga: os 'intelectuais' e estadistas construíram um Estado liberal, que nada tinha a ver com a nossa realidade. (...) O país viveu então um período de anarquia 'dissolvente da nacionalidade'. Generalizando, Cassiano Ricardo afirmava que o mesmo teria ocorrido com 'a nossa literatura e pensamento'. Os escritores das cidades do litoral foram 'atacados de papagaismo, importando todas as escolas européias'. 'Esqueceram o chão em que pisavam e tornaram-se gregos, franceses, russos, não importa o quê, dizendo-se universais. Atacados de infecção cultural, cegos para a verdade ambiente'.<sup>53</sup>

A imagem da terra, do chão, do território, da geografia, do mapa que define e estabelece os contornos do Brasil era recorrente e reforçada pela

idéia de interior, cerne, centro. O Brasil teria “se dado conta do desvio” e começado “a volta às suas origens, ao interior, à bandeira, à sua democracia biológica. Literariamente, pelo “verdeamarelismo” e politicamente pela criação do Estado Novo. Era a retomada do “fio condutor” que a bandeira traçou no início da nossa formação.<sup>54</sup> A bandeira aparecia como modelo ideal e original, o bandeirante era o herói ancestral, conferindo legitimidade histórica ao projeto de colonização do interior e de afirmação de um Estado forte que contivesse as ameaças do liberalismo, do fascismo e do comunismo. A construção do bandeirante como herói ancestral retomava a antiga crença da determinação do meio físico, da natureza sobre os homens. Em certo sentido, era uma reedição da teoria da obnubilação de Araripe Júnior. Apenas a natureza tropical teria o poder de transformar o colonizador num brasileiro autêntico. Esse processo de transformação era explicado historicamente. Tudo teria começado com os índios, os tupis, “donos da casa”, parte da “realidade física”, da natureza. Os portugueses seriam os “descobridores”, os “colonizadores”. Haveria, ainda, os “outros europeus”, “os piratas”, “corsários terríveis”, representando a permanente ameaça do mundo externo. Os portugueses corriam duplo risco: permanecer no litoral seguindo a tradição de um povo “peninsular” e perder a terra para os “outros europeus”. A solução era apossar-se da terra, tornar-se brasileiro. Mas, para isso, o “colonizador” teve que “nascer de novo”. O sertão, o interior, com seus perigos significou o rito de passagem para a nova identidade. Entrando sertão adentro, passando pela prova dos perigos e, depois, por um período de “isolamento” que permitiu romper com os laços de origem, o “colonizador” nasceria de novo, transformando-se num “brasileiro autêntico”.

Cassiano Ricardo fazia distinção entre o “verdadeiro colonizador” e os “colonizadores” que não conseguiram romper com a “marca” de seu país de origem. O verdadeiro colonizador (o bandeirante) teria-se instalado no planalto, ponto geográfico de contato com o sertão e o litoral. Os “falsos

colonizadores” seriam os senhores-de-engenho. “A metáfora geográfico-espacial adquire pleno significado: o litoral é o ponto de “contaminação”: idéias e homens que vêm do litoral têm que passar pela “purificação” no planalto para serem brasileiros; todo brasileiro e a própria história têm que repetir o ciclo bandeirante: a partir do litoral, abrir caminho até o sertão, e voltar ao litoral através do planalto.”<sup>55</sup>

#### “O BRASIL ESTAVA LÁ DENTRO”

##### CASSIANO RICARDO EM SÃO JOSÉ DO RIO PARDO

Em 1947, Cassiano Ricardo foi o conferencista oficial da semana euclidiana. O título, “O bandeirante Euclides”, era sugestivo do lugar destinado a Euclides na “tradição das bandeiras”. O conferencista começava citando seu livro *A Marcha para o Oeste* e dizendo-se convencido de que a função dos intelectuais era “bandeirar”. Euclides da Cunha era apontado como modelo, “a nova marcha para o Oeste tinha que levar consigo, como roteiro, a obra do bravo escritor de *Os Sertões*”. O epíteto de “escritor bandeirante” ele atribuía à escritora Lúcia Miguel Pereira.

O conferencista estabelecia uma classificação entre os intelectuais brasileiros, dividindo-os em dois grupos: o primeiro, “preocupado com os problemas do nosso *hinterland*; o segundo, que sofria da “hemiplegia do litoral”. Euclides da Cunha e Machado de Assis seriam “os representantes típicos dessas duas tendências contrárias”. Desenvolvendo seu argumento, Cassiano Ricardo traçava genealogia dos “escritores bandeirantes”, incluindo Couto Magalhães, Tavares Bastos, Teodoro Sampaio, Barbosa Rodrigues, Valdomiro Silveira, Afonso Arinos. Entre os autores mais recentes estariam Roquette-Pinto, “que viajou pelo Brasil todo, que visitou a Serra do Norte e, com o material recolhido, escreveu a sua esplêndida *Rondônia*”, e também Rondon que, “do ponto de vista geográfico e etnográfico” muita coisa “revelou para o Brasil e para a nossa cultura”.

As “bandeiras de hoje” seguiriam, assim, uma longa e antiga tradição: “as bandeiras históricas” teriam descoberto o Brasil “em suas origens, em seu ‘folclore’, em suas paisagens nativas, em seus esconderijos quase bíblicos, nos cafundós de sua geografia e da sua etnografia, no estudo de suas riquezas naturais, na sua geopolítica, não faltando mesmo uma expedição, no século 18, expressamente destinada à exploração ‘científica’ do Tibagi”. Euclides da Cunha prossegue na “tradição das bandeiras”, sendo “um abridor de caminhos novos”. “Euclides, metido numas botas de cano alto, chapelão quebrado à testa e gibão de algodão, é uma imagem que todos aceitam; é mais que uma imagem, é uma realidade”.

Por oposição, estaria outra longa e antiga tradição: a dos “escritores do litoral” que ele classificava como “europeus, cosmopolitas, litorâneos”. Machado de Assis, segundo ele, o representante mais expressivo dessa tradição, sofreria do “negativismo próprio do litoral”, alheando-se dos “problemas brasileiros”. Cassiano Ricardo condenava “a sua sutileza, o seu pessimismo”, que “jamais lhe dariam o ímpeto, a coragem para afrontar o desconhecido”. Condenava também “o seu desejo de não parecer mestiço, escondendo a própria origem” e “o seu profundo desdém pelo sertão” que “o impediria de se meter com gente rústica ou de falar tupi”. Como prova definitiva das diferenças entre os dois autores, o conferencista sugeria que se fizesse uma comparação entre *Brás Cubas* e *Os Sertões*.

Cassiano Ricardo defendia que os verdadeiros heróis não estariam na cidade grande, mas no interior, e que o homem e a paisagem caminhavam juntos. Era a reedição da premissa da natureza como principal fonte de singularidade. “Atrás do tapuio, vão os rios que ainda não terminaram sua tragédia cósmica”, afirmou. Entre os heróis do interior, estariam “os seringueiros”, “os pescadores do norte”, “os caboclos miúdos do Vale do São Francisco”, “os cuiabanos”, “os canoeiros do Guaporé”, “os remadores do Tocantins”. Esses “heróis do interior” formariam “o cerne vigoroso da nacionalidade” porque teriam sabido adentrar o sertão. Na frente, na lide-

rança, estaria “o caboclo paulista”: “o caipira levou os seus cafezais em marcha batida, criando a maior indústria agrícola do mundo. À porta do sertão, ele é quem recebe o imigrante que chega. Os cafezais passaram pelo vale do Paraíba, logo depois que o caboclo paulista invadiu, à frente da soldadesca verde, o sertão sem esmeralda (...)”.

“O Brasil estava lá dentro”. Com essa afirmação, Cassiano Ricardo sintetizava a importância da “tradição bandeirante”. Euclides da Cunha teria percebido “a verdade interior do país”, diferentemente da “política do litoral, agravada em seus males” e com a visão deformada “pelo exótico”. “Foi Euclides o maior denunciador desse conflito entre o *hinterland* e a cidade. O estudo do homem brasileiro, hoje em voga, ele o realizou a golpes geniais de desbravador, ao fixar as populações sertanejas e o que elas significavam para a formação da nacionalidade.” Euclides teria compreendido “o aspecto geopolítico da obra realizada pelos nossos pioneiros”. Os paulistas seriam também pioneiros ao desarranjar toda a geografia política sul-americana para modelar o Brasil. Modelando o Brasil, o bandeirante teria modelado toda a América do Sul.

Mas, guardando o pioneirismo dos bandeirantes paulistas, a categoria bandeirante poderia ter seu sentido ampliado. Além do paulista, ele poderia incluir “os filhos do Rio, de Minas, do Paraná, de Goiás, Mato Grosso e Rio Grande que marcharam para o centro, apropriando-se do território”. Euclides, tal como os paulistas, teria sido um “bandeirante pioneiro”. E isso por vários motivos: a insubmissão republicana; o estilo agreste e retorcido (escreve como um cipó); o físico (ele era um caipira, um mameluco, com cerdas de bororó); o modo como escreveu *Os Sertões* (no rancho); a atitude de acompanhar o batalhão paulista a Canudos, como correspondente de guerra; e, por fim, quando Rio Branco o nomeou, em 1904, para chefe da comissão brasileira ao Alto Purus. “A sua viagem representou um esforço audaciosíssimo de penetração do nosso território, um dos atos de bandeirismo mais destemidos que essa pátria já viu.”

Assim como os bandeirantes históricos ao adentrar o sertão fizeram o rito de passagem para o autêntico brasileiro, Euclides da Cunha, por diversas ocasiões, teria seguido a mesma trajetória. Primeiro, com relação ao episódio da insubordinação na Escola Militar, quando após um período de prisão na Escola Militar, ele teria se convertido ao “mundo do interior” partindo para a cidade de São Paulo, onde “nasceu espiritualmente”, em seguida, partindo para os sertões da Bahia como “correspondente de guerra” e, por fim, para o interior do Estado de São Paulo, onde realizou diversas obras, entre as quais, sua obra máxima, *Os Sertões*.

#### CONSOLIDAÇÃO E ATUALIDADE DO MOVIMENTO EUCLIDIANO

Além de Cassiano Ricardo, outros “verde-amarelos” estiveram em São José do Rio Pardo participando do euclidianismo como conferencistas oficiais. Menotti del Picchia, em 1944, proferiu a conferência “Euclides da Cunha”; Plínio Salgado, em 1953, “A qualidade e as virtudes de Euclides da Cunha”. Contudo, não se pode afirmar que esse grupo tenha exercido hegemonia sobre o movimento. O que ocorreu foi que a visão de Euclides como “bandeirante” e a representação da nação essencialmente como **território** predominaram no movimento euclidianismo. Há nítidas razões para supor que esse domínio se deveu em grande parte ao ideário regionalista, principalmente paulista. Uma conjugação de fatores, entre os quais o projeto de colonização empreendido durante o Estado Novo, fez com que se exacerbasse essa visão de “Euclides bandeirante” e esse culto do interior como lugar da autêntica nacionalidade. Entretanto, essa foi uma leitura possível. Assim como Roquette-Pinto apropriou-se do já consagrado Euclides para impor suas idéias acerca do valor positivo da miscigenação racial no Brasil, também Cassiano Ricardo apropriou-se de *Os Sertões* para legitimar seu *A Marcha para o Oeste*.

Na “batalha de símbolos e alegorias”, os significados são **atribuídos** a objetos da realidade sensível, isto é, não são parte integrante dessa realidade. O livro *Os Sertões* e seu autor foram apropriados de diferentes maneiras.

Algumas delas tiveram duração mais longa e foram mais intensamente absorvidas do que outras. A apropriação de Euclides via “tradição bandeirante” foi uma leitura possível que, por atender a interesses específicos até de política governamental, orientou biografias, antologias, ensaios críticos, suplementos literários.

É importante chamar a atenção para outras leituras de Euclides da Cunha e de *Os Sertões* que não se tornaram tão emblemáticas. Gilberto Freyre, por exemplo, foi o autor de um ensaio publicado pela primeira vez em 1941, pela Casa do Estudante do Brasil, e depois, em 1943, numa coletânea de ensaios intitulada *Perfil de Euclides e Outros Perfis*. O ensaio, “Engenheiro físico alongado em social e humano”, não trabalha com a oposição sertão *versus* litoral. Freyre parte de visão conciliatória, chegando mesmo a desconsiderar a importância de se confrontar o sertão e o litoral. Do seu ponto de vista, tratava-se de “unir-se o sertão com o litoral para salvação do Brasil”, fazer “caminhos entre as cidades e os sertões”, criar comunicações entre o “deserto brasileiro” e o “litoral agrário”. Para Freyre, a questão que se deduzia a partir da leitura de Euclides era muito mais a necessidade de maior circulação entre as regiões do que a idéia de uma “marcha para Oeste” ou para dentro, uma “marcha” dos povos do litoral para alcançar o tesouro escondido no interior, o cerne da nacionalidade. Segundo Gilberto Freyre, inexistia a meta de purificação pela entrada nos sertões, porque simplesmente ele não parecia acreditar que houvesse algo a purificar. Em outras palavras, ele não parecia acreditar que o litoral fosse um lugar de contaminação.

“Porque ele (Euclides) foi a voz do que clamou a favor do deserto brasileiro: endireitai os caminhos do Brasil! (O Brasil era o seu “Senhor”). Os caminhos entre as cidades e os sertões. Esta foi a grande mensagem de Euclides: que era preciso unir-se o sertão com o litoral para salvação – e não apenas conveniência – do Brasil. O sertão era ‘salvador’: salvador dele, Euclides, e salvador do Brasil. Mensagem transmitida aos homens da República de 89 em palavras de artista interessado pela política. Mensagem

deformada depois pelos que fizeram dos sertões em si – e não de sua comunicação com o litoral agrário – quase uma mística, uma espécie de seita protestante (...).<sup>56</sup>

Em 1941, quando Freyre publicou pela primeira vez o ensaio sobre Euclides, já era um escritor consagrado. Já havia publicado *Casa-grande & Senzala* (1933) e *Sobrados e Mucambos* (1936), seus mais famosos livros, e desfrutava de uma posição até certo ponto privilegiada no campo intelectual. Descendente de grandes proprietários rurais ligados à economia açucareira, Gilberto Freyre nasceu em 1900 em Recife.<sup>57</sup> Com 18 anos foi para os Estados Unidos, onde entrou em contato com o antropólogo Franz Boas e bacharelou-se em Ciências Políticas e Sociais (Universidade de Colúmbia). O contato com o ambiente intelectual americano investiu-o de um capital intelectual significativo.<sup>58</sup> Ferrenho crítico da retórica francesa, Freyre ocupava na década de 1940 posição até certo ponto independente e muito prestigiada, único representante da moderna antropologia americana no Brasil, escritor consagrado e intelectual hábil e talentoso. Freyre aproximou-se da literatura de vanguarda de sua época de forma peculiar, praticando modernismo singular, anárquico e relativamente distante das formulações vanguardistas tão influentes em São Paulo. Essa posição singular de Gilberto Freyre explicaria até certo ponto sua “forma temperada de equilibrar os antagonismos”. Araújo destaca um trecho de *Casa-grande & Senzala*, em que Gilberto Freyre afirma: “somos duas metades confraternizantes que se vêm mutuamente enriquecendo de valores e experiências diversas... a potencialidade da cultura brasileira parece-nos residir toda na riqueza de antagonismos equilibrados (...)”<sup>59</sup>. O conceito de “antagonismos equilibrados” perpassa sua obra nos anos 30, sinalizando “a possibilidade de uma convivência relativamente harmônica de diferentes tradições dentro de si mesmo”.<sup>60</sup> Foi também esse conceito que embasou a leitura de Gilberto Freyre no ensaio sobre Euclides da Cunha publicado no início dos anos 40. Chamando Euclides de “El Greco da prosa brasileira”, Freyre observava que

o autor de *Os Sertões* se deixava atrair pelo “anguloso, o ossudo, o hirto dos relevos ascéticos ou, quando muito, secamente masculinos do *agreste* e dos *sertões*”, e que, inversamente, era tomado de repulsa pelo “gordo, o arredondado, o farto, o satisfeito, o mole das formas” da vegetação tropical e da paisagem dominada pelo engenho de açúcar, “seus macios como que de carne; o pegajento da terra; a doçura do massapê”. No seu entender, Euclides tirava das palavras “o máximo dos recursos esculturais”; requintava-se no “gosto do brônzeo, do escultural, do geométrico, do hirto, do anguloso” e procurava “evitar a carne, suas curvas, sua inconstância, o momento que passa, a banalidade quotidiana”.<sup>61</sup>

Freyre lastimava que Euclides tivesse deixado de lado boas coisas do brasileiro. Em Euclides da Cunha, “o brasileiro intensamente concentrado, retorcido e *agreste*” se apresentava “melancolicamente incompleto”. Porque faltava o gosto pelo outro lado da cultura brasileira, o lado doce, mole, arredondado da cultura do açúcar e da cultura produzida pelo litoral.

“Nem moças bonitas, nem danças, nem jantares alegres, nem almoços à baiana, com vatapá, caruru, efó, nem feijoadas à pernambucana, nem vinho, nem aguardente, nem cerveja, nem tutu de feijão à paulista ou à mineira, nem sobremesas finas segundo velhas receitas de iaiás de sobrados, nem churrascos, nem mangas de Itaparica, abacaxis de Goiana, açaí, sopa de tartaruga, nem modinhas ao violão, nem pescarias da Semana Santa, nem ceias de siri com pirão, nem galos de briga, nem canários do Império, nem caçadas de onça ou de anta nas matas das fazendas, nem banhos nas quedas d’água dos rios de engenho – em nenhuma dessas alegrias caracteristicamente brasileiras Euclides da Cunha se fixou. Nem mesmo no gosto de conversar e de cavaquear às esquinas ou à porta de lojas – tão dos brasileiros: desde a rua do Ouvidor à menor botica do centro de Goiás.”<sup>62</sup>

Contudo, nos anos 40, não foram os “antagonismos equilibrados” de Gilberto Freyre que predominaram entre os intérpretes do movimento euclidiano. Predominou a visão dicotômica da tese dos dois brasis, da qual Cassiano Ricardo foi um dos mais expressivos representantes. Mesmo que se tratasse de unir o país, de formar um todo, os bandeirantes e seus herdeiros deveriam ser os condutores do processo. Curiosamente, Gilberto Freyre não esteve na lista dos conferencistas oficiais das semanas euclidianas. Mas, é preciso assinalar que em São José do Rio Pardo circularam muitas tendências e diversos enfoques da contribuição de Euclides da Cunha. Foram muitos os conferencistas, e seria errôneo exagerar o papel de Cassiano Ricardo ou dos intelectuais que ressaltavam a importância de São Paulo no contexto nacional. Houve, sim, hegemonia desse grupo no contexto específico do Estado Novo. Também é fato que foi nesse período que a difusão da obra euclidiana se consolidou, passando a constituir matéria obrigatória nos currículos escolares. *Os Sertões* de fato ganhou o estatuto de patrimônio nacional nesse período, quando a própria noção de “patrimônio nacional” foi instaurada e institucionalizada no Brasil.

O movimento euclidiano teria vida longa. Além de definitivamente consagrada, a obra euclidiana tornara-se instituição nacional. No circuito das edições, proliferaram estudos, ensaios críticos e reedições de *Os Sertões*. No circuito do movimento propriamente dito, São José do Rio Pardo continuou sendo a “Meca do Euclidianismo”, embora o movimento perdesse muito da amplitude nacional que havia alcançado durante o período do Estado Novo. Durante os anos da ditadura militar, houve intervenção em São José do Rio Pardo, e funcionários designados pela ditadura tentaram impedir a realização das conferências. Os euclidianos lutaram arduamente para manter as semanas. Com o fim da ditadura, o movimento prosseguiu tendendo cada vez mais para os estudos e a formação de jovens estudantes dos municípios do interior do Estado de São Paulo. Na década de 1970, ocorreu a adesão de familiares de Euclides. Suas netas estiveram em São José

do Rio Pardo, pela primeira vez em 1972 e, desde então, descendentes do escritor vêm participando dos eventos.

Embora permaneça como ponto de referência para pesquisadores e estudiosos da obra euclidiana no Brasil e no exterior, o caráter local e regional do movimento em São José do Rio Pardo vem-se acentuando nos últimos anos. É possível distinguir algumas fases desse movimento em função de mudanças e permanências ao longo do tempo. A primeira correspondeu ao período de implantação e pode ser datada da morte trágica de Euclides da Cunha ao final dos anos 10, quando ocorreu a adesão dos euclidianos paulistas. Nessa fase, o movimento foi particularmente incrementado com a absolvição de Dilermando de Assis, o responsável pela morte do escritor. Dos anos 20 até meados dos anos 30, o movimento mudou de sede, do Rio de Janeiro para São José do Rio Pardo, em São Paulo, onde foi implantada a “Meca do Euclidianismo” com providências concretas, como a limpeza e o ajardinamento da área onde o escritor escreveu sua obra-prima. Em meados dos anos 30 iniciou-se a terceira fase, cujo ponto de partida foi a criação das semanas euclidianas, ou seja, a passagem de um dia de comemoração – o aniversário de morte do escritor – para uma semana, com a participação crescente da população da cidade e do governo municipal e estadual. Nela, um dado novo possibilitou que o “movimento euclidiano” ampliasse sua visibilidade nacional: o envolvimento do governo federal no período do Estado Novo. Nesse período, uma série de medidas oficiais efetivamente contribuíram para a consolidação de *Os Sertões* como um dos “grandes clássicos nacionais”. Ao final desse período, o “movimento euclidiano” viveu ainda algum tempo capitalizando os reflexos dessa importante fase. Os anos 50 foram marcados ainda pela glória. Contudo, nos anos 60, com o início da ditadura militar, o movimento sofreu sérios abalos. A sociologia se havia instalado nas universidades, as disciplinas científicas se autonomizaram. Ciência e literatura passaram a configurar mundos distintos. Sociólogos, cientistas políticos, escritores, críticos literários continuavam a se

referir a *Os Sertões* como um dos grandes clássicos produzidos no Brasil. O livro, entretanto, não era mais visto como “roteiro para a ação”, mas, essencialmente, como obra fundadora. As disciplinas passaram a afirmar sua autonomia e construir suas genealogias numa visão predominantemente evolutiva. Na literatura, por exemplo, o marco divisório entre o moderno e o passado era o modernismo. Os escritores passaram a ser lidos segundo esse critério. Euclides da Cunha era um precursor; Coelho Neto, um ultrapassado romântico que nem mesmo merecia figurar nas antologias; José de Alencar, um antepassado, quase uma relíquia, uma peça de museu... Outros seriam os reverenciados. Escritores modernistas e pós-modernistas, para os quais o culto adquiria outras formas, também mais modernas ou pós-modernas: teses, especiais para a televisão, ensaios, polêmicas literárias, artigos em jornais...

Euclides da Cunha continuaria a ser cultuado, mas como um “santo padroeiro” de uma vertente das ciências sociais no Brasil, um “precursor” da literatura moderna, em suma, um antepassado ilustre. Não era mais necessária a “roupa literária” para fazer ciência. Os cientistas, principalmente os cientistas sociais, já tinham suas próprias agências de consagração, não almejavam a consagração na Academia Brasileira de Letras ou, ao menos, não a tinham como única possibilidade. A obra-prima de Euclides da Cunha continuou a ser uma “bíblia”, obra sagrada, apropriada de diferentes maneiras por intelectuais de diversos matizes, mas o campo intelectual havia-se complexificado. A tendência do movimento euclidiano passou a ser cada vez mais de regionalização e de especialização. O culto, os eventos comemorativos em São José do Rio Pardo não mais arregimentariam intelectuais do perfil dos que para lá se dirigiram durante o Estado Novo. Dos anos 70 em diante (que coincidiram com a participação bastante atuante de familiares de Euclides da Cunha), o “movimento euclidiano” tornou-se uma alternativa de formação e de difusão de conhecimentos sobre literatura e estudos sociais para estudantes das cidades vizinhas a São José do Rio Pardo. Acentuou-se a participação de professores de colégios e de faculdades locali-

zadas em cidades do interior de São Paulo. Grandes turmas de alunos vêm sendo preparadas por esses professores durante todo o ano para participar da “maratona euclidiana” em São José do Rio Pardo. Essa tendência à regionalização verifica-se ainda com relação aos conferencistas convidados nos últimos anos. O perfil dos últimos conferencistas caracteriza-se predominantemente por intelectuais atuantes na Universidade de Campinas (cidade fronteiriça) ou na Universidade de São Paulo; familiares de Euclides da Cunha e ainda pesquisadores e professores de universidades da Bahia – estudiosos do movimento de Canudos e especializados em estudos sobre os sertões do norte. A tendência à especialização do movimento está ligada ao incremento de estudos de literatura brasileira, principalmente englobando a vertente “sertaneja”, e de estudos sobre o movimento de Canudos. Especialistas nesses temas encontram em São José do Rio Pardo um arquivo representativo.

#### OS EUCLIDIANISTAS HOJE

Os admiradores de Euclides da Cunha hoje já não colocam os mesmos objetivos dos fundadores do movimento nos anos 10 deste século. Pelo menos não da mesma forma. O “protesto” pela absolvição de Dilermando de Assis foi superado, embora os descendentes de Euclides da Cunha e de Ana Solon da Cunha prossigam em permanentes disputas envolvendo a memória dos dois. Dos descendentes do casal, apenas um filho sobreviveu e gerou descendentes. Duas netas, Eliete da Cunha Tostes e Norma da Cunha Póvoa, incorporaram-se ao movimento em 1972, e, com a morte delas, o marido de Eliete, Joel Bicalho Tostes, tornou-se o representante oficial da família no movimento.

Após a morte de Euclides, Ana casou-se com Dilermando, gerando longa descendência. Sua filha, Judith de Assis, escreveu um livro buscando resgatar a imagem maculada da mãe. O livro foi transformado, com sua aquiescência, num roteiro para a televisão, levado ao ar nos anos 80, e acusado por alguns euclidianistas de não retratar com fidelidade os fatos e traçar perfil

pouco lisonjeiro do grande escritor. O herdeiro da família Cunha escreveu um livro intitulado *Águas de Amargura* para responder a acusações desferidas a Euclides da Cunha por Judith de Assis, descendente de Ana e Dilermando, e o caso foi parar nos tribunais, perpetuando a saga trágica das duas famílias.

O segundo objetivo do movimento dos admiradores de Euclides da Cunha, o exercício da “adoração”, parece ter sobrevivido aos novos tempos. De fato, os euclidianistas percebem-se como apóstolos e discípulos, pregando e difundindo as lições do mestre. São também continuadores de sua missão intelectual, acrescentando, com novos trabalhos, aspectos inconclusos de sua obra. Entre os inúmeros artigos e ensaios publicados por eles, a *Enciclopédia de Estudos Euclidianos*, editada em 1982, durante a passagem dos 80 anos da publicação de *Os Sertões*, enuncia a dimensão da tarefa que esses intelectuais se impõem nessa direção. Nessa coletânea de textos, os autores se preocupam em prosseguir o trabalho do mestre, seguindo pistas que teriam sido deixadas por Euclides, em artigos como, por exemplo, “As trilhas que partem de *Os Sertões* e de Euclides” (Francisco Marins); “Revisão Histórica de *Canudos*” (Honório de Sylos); “As mulheres de *Os Sertões*” (José Calasans).

Mas, afinal, quem são os euclidianistas hoje? Qual a extensão do culto a Euclides da Cunha? O que visam a atualizar? Como difundem o pensamento e a obra de Euclides da Cunha?

Num levantamento preliminar, foram detectados cerca de 80 a 100 euclidianistas sistemáticos e fiéis. Esse grupo comparece às solenidades em São José do Rio Pardo e, eventualmente, mas não com a mesma frequência, a festividades comemorativas do nascimento do escritor em Cantagalo, no Rio de Janeiro.<sup>63</sup> Quando consideram necessário, percorrem outras cidades. Há basicamente quatro gerações de euclidianistas que se vêm sucedendo desde 1912. O recrutamento de novos adeptos faz-se de forma privilegiada, por meio das maratonas ou ciclos de estudos euclidianos. A eleição para as posições de destaque no euclidianismo ocorre com base no desempenho intelectual, entendido como alto grau de conhecimento da

vida e da obra do escritor (em que pesa a correta memorização de dados fatuais), capacidade de falar em público (a oratória é extremamente valorizada) e participação ativa nas solenidades.

Grande parte dos euclidianistas é egressa de cidades do interior e da capital paulista, de Belém, de Aracaju, de Serrinha (Bahia), do Rio de Janeiro. Recentemente, o movimento passou a contar com a adesão de representantes da cidade de Euclides da Cunha do interior da Bahia.<sup>64</sup>

Os descendentes do autor desempenham papel decisivo, conferindo legitimidade ao culto. O herdeiro oficial da família, Joel Bicalho Tostes, converteu-se de fato ao euclidianismo, passando a estudar e publicar sobre o escritor.

Em termos socioeconômicos, os euclidianistas estão situados nos estratos das camadas médias. Com relação ao campo intelectual, é comum encontrar entre eles profissionais liberais com certa “formação enciclopédica autodidata” exercendo várias atividades que se combinam. Advocacia, magistrado, jornalismo, política, literatura são as mais recorrentes. É curioso notar que suas trajetórias se aproximam bastante da trajetória do próprio Euclides, que combinava a engenharia com a literatura, o jornalismo, a sociologia, a formação militar. Os euclidianistas parecem sinalizar a sobrevivência e atualização de um modelo de intelectual, em que análises que se pretendem científicas aparecem mescladas a formas literárias. Para eles, que não são regidos pelos centros universitários e pela produção acadêmica, as “academias de letras” locais são parâmetros importantes, além de lugares privilegiados de produção do saber.<sup>65</sup>

Outra instância relevante para a veiculação de idéias dos euclidianistas é a imprensa local e regional, jornais de circulação restrita nas cidades onde atuam. Nesse jornais, os euclidianistas são intelectuais bastante considerados, ocupando um lugar muito valorizado e expressando-se na forma de ensaios ou “artigos de opinião”. Esses ensaios contêm forte carga de subjetividade. Neles, os euclidianistas emitem pareceres sobre os mais diferentes

aspectos da obra euclidiana com uma linguagem própria e variada. Os euclidianistas consideram esses artigos parte da estratégia pedagógica do culto: servem para difundir valores. A retórica é decisiva. Mais do que o tema, o conteúdo ou as idéias, explicita-se uma maneira de dizer em que os autores deixam claro o compromisso com seus ideais. Aspectos da trajetória de Euclides da Cunha são narrados de forma exemplar, permitindo a emissão de juízos de valor sobre a relação dos indivíduos com a nacionalidade. Em alguns casos esses artigos constituem verdadeiras “aulas de civismo”.

Os euclidianistas, de maneira geral, são intelectuais de renome em suas cidades de origem, mas que não participam da rede de relações e que não manipulam certos códigos dos grandes centros. É interessante observar que muitos deles são sócios e membros dos grêmios e academias literárias de cidades do interior, também agraciados com prêmios, medalhas e diplomas de distinção e louvor dessas instituições.<sup>66</sup> Entretanto, esses mesmos intelectuais não têm acesso a entidades de maior peso na hierarquia nacional. Eles não parecem dispor do capital necessário para entrar na concorrência no campo intelectual hegemônico: acesso a determinadas redes de relações, inserção e reconhecimento nos grandes centros acadêmicos.<sup>67</sup> Uma das estratégias acionadas consiste na permanente ênfase na importância do interior enquanto cerne da realidade nacional autêntica. Os euclidianistas buscam repetir a trajetória de Euclides da Cunha, um intelectual do interior que alcançou a posição do renome nacional.

Por outro lado, não deixa de ser significativo que o euclidianismo continue a crescer, angariando novos adeptos a cada ano, sobretudo entre os jovens. De fato, esse movimento vem ocupando extenso circuito de cidades, academias, jornais e tribunas do país. Independente das polêmicas com instituições de maior peso na hierarquia nacional, que por vezes ocorrem, o euclidianismo possui espaço próprio de realização já consolidado e institucionalizado. Nos últimos anos, elementos mais jovens e mais afinados

com novas tendências e correntes de pensamento difundidas pela Universidade de São Paulo e pela Universidade de Campinas vêm-se contrapondo aos mais velhos. Jovens euclidianistas chegaram a formar a Associação de Estudos Euclidianos e organizar eventos paralelos aos organizados pelos diretores da semana euclidiana. Seu objetivo principal consiste em trazer para São José do Rio Pardo professores universitários considerados mais modernos. Esse tem sido um foco de tensão entre os euclidianistas, provocando acirradas polêmicas durante os encontros. Pode também ser indício de renovação e da opção por um novo caminho.

## NOTAS

<sup>1</sup> Moraes, 1989:174.

<sup>2</sup> Roquette-Pinto ingressou como professor assistente de antropologia no Museu Nacional em 1906. Era formado em medicina. De 1907 a 1908 participou como naturalista da Missão Rondon, chefiada por Cândido Rondon, que tinha entre seus objetivos "o devassamento do Noroeste de Mato Grosso até o rio Madeira". Em 1912, participou de outra expedição aos Rios Juruema e Madeira. Resultados dessas expedições, expôs no livro *Rondônia*, publicado em 1917, dados sobre os índios parecis e nambiquaras. Publicou ainda *Seixos Rolados*, em 1927, e *Ensaio de Brasiliana*, em 1933. Defendeu com ardor o valor positivo da mestiçagem, colocando-se frontalmente contrário àqueles que a consideravam fator negativo para o desenvolvimento das sociedades e defendiam a tese da desigualdade racial. Em 1923, iniciou um trabalho em emissoras de rádio, convencido da importância da educação das massas. De 1937 a 1947 trabalhou no Instituto Nacional do Cinema Educativo, tendo dirigido a parte histórica do filme *O Descobrimto do Brasil*. Foi membro da Academia Brasileira de Letras (cadeira 17), do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do Partido Socialista Brasileiro. (*Grande Enciclopédia Delta Larousse*, RJ, Ed. Delta, 1970)

<sup>3</sup> No ensaio aqui analisado, datado de 1918, ele menciona que "no ano anterior" teria sido organizada a "sala Euclides da Cunha".

<sup>4</sup> "No armário, onde guardam os objetos de Canudos, foi colocado o retrato do seu

grande historiador, o mesmo retrato com que nós concorriamos, quase ao mesmo tempo, à outra sagração de Euclides da Cunha em São José do Rio Pardo. Como se tudo isso não bastasse, o Dr. Roquette-Pinto, de acordo com o Dr. Afrânio Peixoto, que piedosa e carinhosamente guardara, fez recolher à mesma sala o cérebro de Euclides da Cunha, que se achava no Gabinete Médico Legal. O Grêmio Euclides da Cunha, na campanha brasileira de glorificação do seu patrono, resolveu desde 1916, recolher material sertanejo para enriquecer as coleções do Museu. No dia da inauguração da sala, o Grêmio doou um cinto trazido pelo próprio Euclides de Canudos, presente do Dr. Otaviano Vieira, e dois objetos do Dr. Pacheco Leão, entre os quais, uma faca sertaneja.”

<sup>5</sup> Roquette-Pinto, 1933.

<sup>6</sup> Roquette-Pinto cita as próprias palavras de Agassiz para fazer sua crítica: “Ceux qui mettent en doute les pernecieux effets du mélange des races et sont tentés par une fausse philanthropie de briser toutes les barrières placées entre elles, devraient aller au Brésil. Il leur serait impossible de nier la décadence résultant des croisements, qui ont lieu dans ce pays plus largement que partout ailleurs. Ils y verraient que ce mélange efface les meilleures qualités soit du blanc, soit de l’indien, et produit un type métis indescriptible, dont l’énergie physique et mentale s’est affaiblie...”. (Roquette-Pinto, 1933:287)

<sup>7</sup> Schwarcz, 1993:96.

<sup>8</sup> A tragédia euclidiana perduraria ainda por muitos anos. Ana, viúva de Euclides, casouse com Dilermando e teve outros filhos do segundo casamento. Quanto aos filhos de Euclides, Euclides Filho, Solon e Manuel, apenas o último chegou à idade adulta. Solon morreu numa expedição à Amazônia ainda jovem, e Euclides Filho foi morto a tiros por Dilermando de Assis, em 1916. Causou indignação na época o fato de que, mesmo após a morte do filho, Ana continuasse casada com Dilermando, que foi absolvido pela segunda vez com base na mesma tese da legítima defesa.

<sup>9</sup> O arquivo foi iniciado pelo primeiro presidente de honra do Grêmio, Alberto Rangel, que doou 12 cartas e dois cartões de sua correspondência com o escritor. Otaviano Vieira, cunhado do escritor, fez a doação de cartas suas e de seu sogro, Manuel Rodrigues Pimenta da Cunha. Coelho Neto também doou as cartas que recebeu do escritor. A Academia Brasileira de Letras fez a doação das cartas que Euclides enviou a Machado de Assis. Lúcio de Mendonça doou duas, Vicente de Carvalho, oito. Por fim, representando a maior de

todas as doações, Francisco Escobar, presidente da Câmara de São José do Rio Pardo por ocasião da reconstrução da ponte, considerado “um de seus mais íntimos amigos e o seu melhor colaborador de *Os Sertões*”, doou 23 cartas.

<sup>10</sup> O Dr. Afrânio Peixoto fez a doação de cadernos de notas de sua vida desde os anos de preparação no Colégio Aquino até os últimos de engenheiro, de Lorena, de Canudos e do Rio. A maior preciosidade, também doada por Afrânio Peixoto, foi um caderno contendo seus primeiros versos, de 1883 a 1884, intitulado “Ondas”.

<sup>11</sup> Entre os trabalhos citados, estão: Miguel Melo, “Prestígio Súbito”, *Jornal do Commercio*, 1910; Oliveira Lima, “Impressões Pessoais”, *O Estado de São Paulo*, 1912; Escragnolle Dória, “Euclides da Cunha, sua vida”, Conferência, *Jornal do Commercio*, 1915; Roquette-Pinto, “Euclides Naturalista”, edição do Grêmio Euclides da Cunha, 1918.

<sup>12</sup> Hobsbawm, 1984:22.

<sup>13</sup> Hobsbawm, 1984:22.

<sup>14</sup> A expressão “lugar de memória” foi formulada por Pierre Nora para designar lugares especiais onde são armazenados os documentos e as relíquias que permitem a um grupo social lembrar fatos marcantes de sua memória. Segundo esse historiador, teria havido importante mudança com relação ao tema da memória com a passagem das sociedades tradicionais para as modernas. Enquanto nas primeiras a memória era encontrada de forma mais difusa no conjunto da sociedade, nas segundas tornou-se necessário organizar lugares próprios para o armazenamento dos objetos evocativos da memória. Museus, arquivos, bibliotecas e até datas, como as de aniversários, seriam considerados “lugares de memória”. (Nora, 1980)

<sup>15</sup> O Dr. Pedro de Aquino, por exemplo, era médico em São José. A ele Euclides solicitou alguns artigos publicados no *Jornal do Commercio*, conforme ficou atestado em carta de 23 de março de 1899. “Amigo Dr. Aquino, quando aqui estive o Dr. Derby recomendou-me uns artigos que têm aparecido (sem assinatura, mas, visivelmente de Capistrano de Abreu) nos últimos números do *Jornal do Commercio*. Referem-se a assunto pátrio. Se puder emprestar-me aqueles números do jornal – agradecerei muito (...). O amigo Euclides, 23-3-1899”, citado por Almeida Magalhães, In: *A Manhã*, 17 de maio de 1942, arquivo da Academia Brasileira de Letras. Lafayette de Toledo era “um advogado e erudito estudioso da história e etnografia, residente em Casa Branca”, escritor de diversas monografias e artigos para jornais e revistas, membro do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e da Sociedade de Etnografia e Civilização dos Índios, correspondente do Arquivo Público

Mineiro. Lafayette emprestou livros a Euclides e coligiu os artigos de “Canudos” publicados em *O Estado de São Paulo*. (Ver o artigo citado de Almeida Magalhães, 1942) Humberto de Queiroz era conhecido como “o historiador de Mococa”, tendo sido autor de um livro de história regional, com o qual ingressou no Instituto Histórico de São Paulo.

<sup>16</sup> Por doação do fazendeiro coronel Antônio Marçal Nogueira de Barros, foi construída uma capela sob a invocação de São José, em 19 de março de 1870. Ao redor da capela formou-se um povoado, que prosperou e cresceu, merecendo assim ser elevado à categoria de vila e distrito de paz. Como tal foi elevado, pela Lei n° 40, de 8 de maio de 1877.

<sup>17</sup> O Município de São José do Rio Pardo divide-se em duas áreas, uma urbana, outra rural. No censo de 1940, a população da área rural era mais de duas vezes superior à da área urbana, num total de quase 27.000 habitantes para todo o município. No censo de 1991, o contingente populacional do município atingiu 44.570 habitantes para uma área de 407 km<sup>2</sup>, e a tendência se inverteu: a população urbana superou a rural, num total de 31.481 habitantes da área urbana para um efetivo de 13.089 habitantes da área rural. A atividade econômica do município tradicionalmente é a agricultura, tendo tido grande produção cafeeira na virada do século e, atualmente, sendo grande produtor de gêneros alimentícios, especialmente cebola. O município desenvolve ainda atividades de pecuária (gado bovino e suíno) e de avicultura. As empresas participam do desfile oficial de abertura da “Semana Euclidiana” e contribuem com doações para a realização do evento. (Dados estatísticos retirados do Anuário Estatístico do IBGE)

<sup>18</sup> Gonçalves, 1988.

<sup>19</sup> Baczko, 1984.

<sup>20</sup> Carvalho, 1990.

<sup>21</sup> Magalhães, 1942.

<sup>22</sup> Magalhães, 1942. No Estado de São Paulo, além de São José do Rio Pardo, existem outras cidades com ruas, escolas e praças com o nome do escritor. Há também uma cidade chamada Euclides da Cunha no interior do Estado de São Paulo, e outra no interior da Bahia, próxima à região de Canudos.

<sup>23</sup> Como ressaltou Afrânio Garcia Jr., desde a segunda metade do século 19 os intelectuais brasileiros debatiam o tema da raça, a partir principalmente das questões postuladas por Gobineau e Lapouge, que consideravam a raça mestiça incapaz de atingir a civilização. *Os Sertões* representou um dos primeiros esforços de revalorização dos mestiços brasileiros. O próprio Euclides da Cunha via-se como mestiço, “misto de

celta, tapuia e grego”(Garcia Jr,1993:24). É interessante refletir sobre a recorrência de representações como “a grande criatividade do brasileiro”, sua grande capacidade de invenção e de adaptação a novas situações. Certamente, essas representações estão associadas a argumentações produzidas no início do século sobre o valor positivo da mestiçagem.

24 CONFERÊNCIAS OFICIAIS PROFERIDAS EM SÃO JOSÉ DO RIO PARDO:

1936 - Pedro Calmon (historiador)

1937 - Roquette-Pinto (antropólogo)

1938 - Francisco Pati (escritor) - “Como se dever ler *Os Sertões*”

1939 - Francisco Venâncio Filho - “A glorificação de Euclides”

1940 - Afonso Arinos de Mello Franco - “Reflexões sobre Euclides da Cunha”

1941 - Ulisses Paranhos (da Academia Paulista de Letras) - “Euclides da Cunha, o mestre do nacionalismo”

1942 - Alberto Rangel - “O homem e a cidade”

1943 - Afrânio Peixoto (da Academia Brasileira de Letras) - “O outro Euclides - o que sobra de *Os Sertões*”

1944 - Menotti del Picchia (escritor) - “Euclides da Cunha”

1945 - Raja Gabaglia (Diretor do Colégio Pedro II - RJ) - “Aspectos geográficos da obra de Euclides da Cunha”

1946 - Guilherme de Almeida (poeta, membro da Academia Paulista de Letras) - “A poesia de *Os Sertões*”

1947 - Cassiano Ricardo (membro da Academia Brasileira de Letras) - “O bandeirante Euclides”

1948 - Arthur Ramos (professor da Universidade do Brasil) - “Os grandes problemas da Antropologia brasileira”

1949 - Aroldo de Azevedo - “*Os Sertões* e a geografia”

1950 - Altino Arantes (presidente da Academia Paulista de Letras) - “Relendo Euclides”

1951 - Firmo Dutra - “O Euclides que eu conheci”

1952 - Ignácio Veríssimo - “O homem histórico”

1953 - Plínio Salgado - “A qualidade e as virtudes de Euclides da Cunha”

1954 - Mário Casassanta (professor da Universidade de Minas Gerais) - “Euclides da

Cunha e Francisco Escobar”

1955 - Umberto Peregrino (diretor da Biblioteca do Exército) - “*Os Sertões* como história militar”

1956 - Edison Carneiro (folclorista) - “O folclore na obra euclidiana”

1957 - Alceu de Amoroso Lima (crítico literário) - “Euclides da Cunha e Machado de Assis”

1958 - Agripino Grieco (crítico literário) - “Euclides da Cunha”

1959 - João Cruz Costa - “Euclides da Cunha e os filósofos”

1960 - Vinício Stein Campos

1961 - João Etienne Filho - “Euclides da Cunha - jornalista”

1962 - Carlos Burlamaqui Koke - “Euclides da Cunha e o processo do seu estilo”

1963 - Jorge Cândido de Sena (professor da Faculdade de Filosofia de Araraquara) - “Euclides da Cunha e a epopéia do fim do século XIX”

1964 - Waldedir Chagas de Oliveira - “Antônio Conselheiro, esboço de um perfil”

1965 - José Calasans Brandão da Silva - “Euclides da Cunha na Bahia”

1966 - Pedro Ribeiro Oliveira Neto - “A história de *Os Sertões*”

1967 - Mario Savelli (engenheiro) - “Euclides da Cunha, o titã acorrentado?”

1968 - Orlando Zancaner - “Euclides e a visão panorâmica do Brasil”

1969 -

1970 - Rolando Morel Pinto (Universidade de São Paulo)

1971 - Nathanael Pereira de Souza (secretário de Educação da Prefeitura Municipal de São Paulo)

1972 - Aureliano Leite (Academia Paulista de Letras) - “A passagem de Euclides por São Paulo”

1973 - J. A. Cesar Salgado - “*Os Sertões* de Euclides da Cunha e o Facundo de Sarmiento”

1974 - Dante Moreira Leite - “Euclides da Cunha e a literatura contemporânea brasileira”

1975 - Moisés Gicovate - “Extensão e fronteiras da revisão de Euclides”

1976 - Rolando Morel Pinto - “Euclides e suas obras menores”

1977 - Francisco Soares Amora

1978 - Oswaldo Galotti

- 1979 - Francisco Marins (Academia Paulista de Letras)  
 1980 - Afrânio Coutinho  
 1981 - Nogueira Moutinho  
 1982 - Enio Squeff (USP)  
 1983 - Marcio José Lauria (São José do Rio Pardo)  
 1984 - Honorio de Sylós  
 1985 - Adelino Brandão (Academia Jundiaense de Letras)  
 1986 - Alberto Venâncio Filho  
 1987 - Joel Bicalho Tostes (família de Euclides da Cunha)  
 1988 - Rodolpho José Del Guerra (São José do Rio Pardo) - "São José do Rio Pardo depois de Euclides"  
 1989 - Francisco Foot Hardman (Universidade de Campinas) - "Euclides e os sertões amazônicos"  
 1990 - José Santiago Naud (Universidade de Brasília)  
 1991 - Valentim Facioli (Universidade de São Paulo)  
 1992 - Antônio Arnoni Prado (Universidade de Campinas) - "Euclides e a Crítica Brasileira"  
 1993 - Renato Ferraz (Universidade Estadual da Bahia)  
 1994  
 1995 - Roberto Ventura (Universidade do Estado de São Paulo)

Além das conferências oficiais, participaram de conferências de abertura, entre outros, os folcloristas Renato Almeida (1955) e Joaquim Ribeiro (1956); o escritor Paulo Dantas (1958); o crítico literário Alfredo Bosi (década de 1960); a professora de literatura Walnice Galvão (1975); o geógrafo Moisés Gicovate (1976); o escritor da Academia Jundiaense de Letras Adelino Brandão (1988). (Informações colhidas em São José do Rio Pardo com Álvaro Ribeiro Neto, diretor da Casa Euclidiana, e com Rodolpho del Guerra, pesquisador e cronista da cidade.)

<sup>25</sup> Ricardo, 1941:549 citado por Velloso, 1988/2:245.

<sup>26</sup> Rangel, 1942 (Autores e Livros, 16 ago.) citado por Velloso, 1988/2:245.

<sup>27</sup> Velloso, 1988/2:258.

<sup>28</sup> Título retirado de César, 1980.

<sup>29</sup> César, 1980:10.

<sup>30</sup> Dados retirados em César, 1980:17-18. A autora acrescenta ainda que Capanema foi um ministro que teve atuação bastante singular, imprimindo visão muito própria de cultura. Convidou Carlos Drummond de Andrade para chefe de gabinete, Cândido Portinari para decorar as paredes do edifício do ministério, Roberto Burle Marx para projetar os jardins, e diversos escultores renomados para produzir as esculturas que passaram a adornar os interiores do prédio, que em si mesmo era um marco da arquitetura moderna.

<sup>31</sup> César, 1980:19.

<sup>32</sup> César, 198:20 (os grifos são meus).

<sup>33</sup> César, 1980: 20-21.

<sup>34</sup> César, 1980:20.

<sup>35</sup> O filme *Euclides da Cunha* foi realizado em 1944, com direção de Humberto Mauro, fotografia de Luiz Mauro, montagem de José Mauro, narração de Francisco Venâncio Filho, quadros de Cândido Portinari, esculturas de Correia Lima, música de Heitor Villa-Lobos, Pb, 16 e 35 mm, 14 min.

<sup>36</sup> Pontes, 1989: 387-388.

<sup>37</sup> Garcia Jr., 1993: 24.

<sup>38</sup> Contemporâneos, como José de Barros Martins, traçaram de Lobato o retrato de “um autêntico abridor de pegadas e caminhos”, “espiritualmente herdeiro da vocação ‘bandeirante’” empenhado em “dar ao movimento editorial brasileiro, até então esparso e sem unidade, um caráter de continuidade, e, o que nos parece mais importante, um sentido cultural bem marcante e construtivo”. Martins, citado por Pontes, 1989: 360.

<sup>39</sup> Pontes, 1989: 360.

<sup>40</sup> As seis maiores editoras independentes do período de 1938 a 1943 foram: Cia Editora Nacional (SP/RJ); Editora Globo (Porto Alegre); Livraria José Olympio Editora (RJ); Editora Irmãos Pongetti (RJ); Editora Francisco Alves (RJ); Editora Melhoramentos (SP).

<sup>41</sup> Cândido citado por Pontes, 1988: 367.

<sup>42</sup> Miceli citado por Pontes, 1988: 367.

<sup>43</sup> Mais tarde, foi secretário da Educação e Saúde do Estado de São Paulo (1945) e secretário da Educação e Cultura da Prefeitura de São Paulo, no mesmo ano em que se tornou professor emérito da USP. Em 1968, foi eleito para a Academia Brasileira de Letras. Dados retirados de Penna, 1987, e citados por Pontes, 388, n. 39.

<sup>44</sup> Venâncio Filho foi também diretor do Instituto de Educação do Rio de Janeiro

(1945-6). Escreveu sobre educação, sobre Euclides da Cunha e sobre o euclidianismo. Era um dos euclidianistas mais antigos e mais atuantes. Além de coligir as cartas e documentos do escritor, escreveu uma das primeiras biografias, e colaborou no projeto de Humberto Mauro do Instituto Nacional do Cinema Educativo. A inclusão de um filme sobre Euclides da Cunha foi iniciativa sua. Mais tarde, em 1966, foi também um dos principais responsáveis pela edição das obras completas, pela Aguilar.

<sup>45</sup> Pontes, 1988: 392-393.

<sup>46</sup> Nora, 1984.

<sup>47</sup> Velloso, 1990: 8.

<sup>48</sup> Velloso, 1990: 12.

<sup>49</sup> Velloso, 1990: 15-16.

<sup>50</sup> "A bandeira criou o seu próprio governo, 'o cabo de tropa', independente de Portugal. Desobedeceu ao Tratado de Tordesilhas, foi em busca de pedras verdes e do ouro. Para enfrentar os perigos e o isolamento deu toda força ao 'cabo de tropa' ao qual um séquito 'obediente e anônimo' seguia cegamente e desenvolveu-se o sentimento de solidariedade ampla. Ninguém dava valor à propriedade imobiliária porque o que tinha valor eram as esmeraldas. Por isso, a bandeira não criou primeiro a propriedade, mas sim o território; não uma empresa privada, mas uma empresa coletiva. Quando então, começou a fixar-se, o grupo criou a pequena e não a grande propriedade." (Esterci, 1972: 61)

<sup>51</sup> Esterci, 1972: 62.

<sup>52</sup> citado por Esterci, 1972:64.

<sup>53</sup> Esterci, 1972: 64.

<sup>54</sup> Esterci, 1972: 71-72.

<sup>55</sup> Segundo Ricardo Benzaquen de Araújo, "o vínculo com as ciências sociais, particularmente com a Antropologia Cultural filiada a Boas, será afirmado e reafirmado ao longo dos anos 30, culminando com a publicação em 1943, 10 anos depois de *Casa-grande & Senzala*, de *Problemas Brasileiros de Antropologia*, formado em boa parte por artigos e conferências na década anterior". (Freyre, 1987: 21)

<sup>56</sup> Segundo José Lins do Rego no Prefácio de *Região e Tradição*, publicado em 1941, "É Gilberto Freyre de ilustre família de Pernambuco, pois os seus avós vinham de antigos senhores rurais que se enobreceram plantando cana-de-açúcar", in: Meneses, 1944: 58-59.

<sup>57</sup> Araujo, 1993:266.

58 Citado por Araujo, 1993: 260.

59 Idem:261.

60 Freyre,1987:24-25.

61 Freyre,1987:40-41.

62 As comemorações em Cantagalo ocorrem na semana que engloba o dia 20 de janeiro, em que Euclides da Cunha nasceu. A Casa Euclidiana de Cantagalo possui alguma documentação sobre a vida e a obra do escritor.

63 As cidades do interior paulista que congregam euclidianistas são: Jundiá, Campinas, Ituverava, Bragança Paulista, Franca, Botucatu, Orlândia, São José do Rio Pardo, Dourado, Espírito Santo do Pinhal.

64 Um dos euclidianistas mais atuantes, por exemplo, é membro da Academia Jundiense de Letras.

65 Entre essas instituições, estão o Grêmio Euclides da Cunha, o Centro de Estudos Euclidianos de São Paulo, o de São José do Rio Pardo, o de Araçatuba, o de Jundiá, a Academia Paulista de Letras, a Academia Jundiense de Letras, a Academia Sorocabana de Letras.

66 Bourdieu, 1975.

# UM CLÁSSICO PARA



# PENSAR O BRASIL

Euclides da Cunha passou a ser reverenciado como o primeiro autor a escrever um “clássico” no Brasil, uma obra de peso, científica, digna, que até então só podia ser encontrada em autores e livros estrangeiros. Ter um “clássico nacional” tinha valor especial: igualava-nos às nações civilizadas do mundo moderno, principalmente à França, modelo mais difundido entre os intelectuais da segunda metade do século 19. Procurei compreender sociologicamente as razões pelas quais Euclides da Cunha, e não outro escritor do período, reuniu as condições necessárias para desempenhar esse papel e que condições foram essas. Partii também do princípio de que era possível analisar sociologicamente os motivos que levam a que determinados indivíduos sejam vistos e reverenciados como grandes singularidades. Procurei interagir com autores que refletiram nessa direção, notadamente Pierre Bourdieu (Flaubert), Norbert Elias (Mozart), Nathalie Heinich (Van Gogh).<sup>1</sup> Do mesmo modo que os autores citados, pretendi desnaturalizar noções que, embora socialmente construídas, muitas vezes têm escapado ao conhecimento racional, como a de “gênio”, “grande escritor nacional” e “artista inovador”. Situados num plano que os diferencia da massa dos indivíduos, esses “sujeitos especiais” passaram a ser reverenciados como deuses em nossa cultura. No contexto do individualismo moderno, em que o homem se tornou um deus para o próprio homem, como observou Durkheim, esses “indivíduos especiais” vêm encarnando modelos de individualidades. Algumas vezes, como no caso paradigmático de Van Gogh, as chamadas grandes singularidades constituem verdadeiras sacralidades, integrando um

culto que, embora laicizado, contém as mesmas características de culto religioso no sentido tradicional.

A análise dos chamados “grandes momentos” da história de um país ou da humanidade, quando um indivíduo singular descobre ou inventa algo considerado absolutamente novo e revolucionário, é útil para entendermos um pouco mais sobre a sociedade em que ocorrem. Tanto as invenções quanto seus autores são parte intrínseca dos contextos sociais em que nascem. O culto a indivíduos singulares e suas invenções *sui generis* expressa valores caros ao grupo que o professa. Os “grandes momentos” tornam-se lendários numa cultura. Uma vez consagrados, são inseridos num tempo mítico, diverso do tempo histórico. No tempo mítico, um fato é repetido milhares e milhares de vezes, porque ele não interessa como causador de outros, como mera *informação*, mas interessa o fato nele mesmo, como *experiência* no sentido atribuído por Walter Benjamin. Fala-se muitas vezes sobre o acontecimento, como se a cada relato fosse possível reviver um ato inaugural, não apenas pertinente ao indivíduo criador, mas a todo o grupo social. O momento de criação de *Os Sertões* faz parte do rol dos “grandes momentos” da história do Brasil. Não é por acaso que, percorrendo quase 100 anos da produção intelectual do país, o encontramos citado inúmeras vezes como o “livro número um” e seu autor como um dos escritores mais reverenciados do país.

Interminável retórica celebrativa acompanha, alimenta e atualiza há quase um século esse momento inaugural. Procurei demonstrar a existência de um conjunto de ações organizadas em torno da construção póstuma da figura do escritor. O discurso proferido na ocasião do enterro de Euclides da Cunha constituiu o primeiro movimento de construção e perpetuação da imagem do “grande escritor nacional”. Seguiram-se as primeiras biografias, as antologias escolares, as reedições de obras esgotadas, a confecção das chamadas obras completas, a citação freqüente de trechos e, por fim, o ritual que desde 1912 ocorre ininterruptamente numa pequena

cidade no interior de São Paulo para lembrar o escritor em seu aniversário de morte. Considero que esse ritual simboliza ou confere maior visibilidade ao que, de outro modo, vem ocorrendo em esferas diferentes da produção intelectual, como as citações, as biografias, as antologias escolares, as reedições, enfim, um conjunto de obras que convencionei chamar de “retórica celebrativa”. Em São José do Rio Pardo, a festa significa a suspensão temporária do cotidiano ou do ritmo normal da vida de seus agentes. Do mesmo modo, lendo silenciosamente ou escutando o relato lendário do “grande momento inaugural”, os indivíduos são induzidos a romper temporariamente com o tempo da informação para mergulhar num espaço de experiências. A criação do primeiro “clássico nacional”, de maneira diferente das informações que no cotidiano são friamente transmitidas pelos mais diversos meios de comunicação, tem sentido peculiar, pois faz parte dos acontecimentos-chave que criam e singularizam a sociedade brasileira. *Os Sertões* superou a si próprio na medida em que deixou de ser apenas um livro como os outros, para se transformar também em monumento. E os monumentos fazem parte do sagrado em uma cultura.

O momento da transformação dessa obra em “monumento nacional” e de seu escritor em “grande escritor nacional” expressa também uma mudança no plano dos valores da sociedade em que ela ocorreu. A análise do tênue limite que separou o antes e o depois da consagração de *Os Sertões* revela um conjunto de fatos e situações em que não apenas um escritor e sua obra passaram a ser reverenciados, mas também novos valores, que já estavam sendo gestados numa ordem anterior e que, a partir de então, puderam ser afirmados. A consagração de *Os Sertões* pode ser lida, por exemplo, como expressão da vitória do mérito e do esforço pessoal em detrimento da lógica até então dominante, a do privilégio e da “sociedade de corte”. A atuação de Sílvio Romero e, especialmente, seu discurso de recepção a Euclides da Cunha na Academia Brasileira de Letras sinalizam para essa direção.

Outro novo valor afirmado com a consagração de *Os Sertões* foi a positividade do tema do interior, dos sertões, do campo, de uma cultura rural. É possível perceber verdadeira orquestração que, mais do que valorizar, chega mesmo a transformar os sertões no lugar da “nacionalidade autêntica”. Estaria nesse movimento possível explicação para o sintoma constatado pela matéria da revista *Vêja*, de que o cânone da literatura “autenticamente brasileira” é rural e não urbano. O próprio Antônio Cândido já havia sinalizado nessa direção, ao constatar que “desde o início do nosso romance, (o regionalismo) constitui uma das vias de autodefinição da consciência local, com José de Alencar, Bernardo Guimarães, Franklin Távora, Taunay. (O regionalismo transformou-se) no conto sertanejo alcançando voga surpreendente. O ‘conto sertanejo’ seria um meio de encarar com olhos europeus nossas realidades mais típicas. Tratou o homem rural do ângulo pitoresco, sentimental e jocoso, favorecendo a seu respeito idéias-feitas perigosas tanto do ponto de vista social quanto, sobretudo, estético. É a banalidade dessorada de Catulo da Paixão Cearense, a ingenuidade de Cornélio Pires, o pretensioso exotismo de Waldomiro Silveira ou do Coelho Neto de *Sertão*; é toda a aluvião sertaneja que desabou sobre o país entre 1900 e 1930 e ainda perdura na subliteratura e no rádio. A publicação de *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, em 1902, assim como a divulgação dos estudos de etnografia e folclore, contribuíram certamente para esse movimento”.<sup>2</sup> Pela afirmação de Antônio Cândido, um dos críticos literários mais respeitados do país, é possível depreender a inclusão de *Os sertões* numa tradição literária e de estudos de etnografia e folclore que privilegiaram como tema o *sertão* e suas variantes, tradição em que predominou também a leitura regionalista do país. O momento de consagração de *Os Sertões* pode, então, ser considerado o coroamento de uma invenção que já vinha se processando há alguns anos: a invenção do *sertão*. Alguns fatores foram decisivos para que a obra-prima de Euclides da Cunha viesse a ocupar esse lugar. Um deles foi o fato de Euclides da Cunha vir apoiado em discurso

científico, novidade na época, que deu a seu livro autoridade superior e, ao mesmo tempo, legitimadora dos demais “livros sertanejos”. O sertão tornou-se via privilegiada para uma leitura do Brasil tanto do ponto de vista literário e artístico quanto do ponto de vista da tradição dos estudos de etnografia e folclore. Na esteira dessa via, estão Guimarães Rosa, Graciliano Ramos, Glauber Rocha e o movimento do cinema novo, bem como a tendência que privilegiou, nos anos 40 e 50, os estudos dos costumes e tradições dos sertões, e o estímulo à “arte popular” produzida no Nordeste do país, quando foram consagrados artistas “rústicos” e “primitivos”, como Mestre Vitalino, de Pernambuco.

Apoiado em argumentação científica, Euclides da Cunha deu condições para que idéias antes emitidas apenas como opinião ganhassem o novo estatuto de fatos “cientificamente” comprovados. Desse modo, foi possível perceber ao longo deste trabalho o fio que ligava *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, a *O Sertanejo*, de José de Alencar, obras apresentadas nas antologias e histórias da literatura filiadas a tradições diferentes. O fato de a grande crítica consagradora de *Os Sertões* ter sido formulada por Araripe Júnior, sobrinho e herdeiro intelectual de José de Alencar, forneceu uma primeira pista nesse sentido, que, explorada posteriormente, evidenciou a existência de laços de continuidade entre esses três intelectuais. O esforço dos críticos literários em tecer “histórias da literatura” montadas sobre a noção de “ruptura”, ou seja, enfatizando as mudanças “definitivas” produzidas por autores, escolas e correntes ao longo dos anos, tem ofuscado a percepção dos laços de continuidade. Em alguns casos, eles são mais fortes do que muitos gostariam de supor.

Cotejando a trajetória dos consagradores, foi possível perceber como a consagração de *Os Sertões* significou também estratégia de afirmação dos “escritores sertanejos”. Evidentemente, a atuação dos consagradores com relação à obra-prima de Euclides da Cunha foi diferenciada. Gostaria de salientar em especial a leitura predominantemente romântica de Araripe

Júnior, que levou às últimas consequências a valorização do interior, do sertão, do sertanejo enquanto fonte de pureza e de autenticidade. A identificação do interior como lugar da pureza em oposição ao litoral como lugar da contaminação foi especialmente enfatizada na crítica de Araripe que, como o próprio Euclides reconheceu, o consagrou como escritor. Desse modo, foi a partir de uma leitura romântica que Euclides se tornou um escritor consagrado, embora seja possível perceber outras leituras, com idéias da vertente iluminista. A célebre frase “Estamos condenados à civilização” seguida da afirmação “ou progredimos, ou desaparecemos” sinaliza esse duplo movimento, romântico e iluminista, em *Os Sertões*. Reconstituindo sua trajetória, ficaram evidenciadas a tensão e as várias tentativas de conciliação entre essas duas vertentes de pensamento. Se o Euclides da juventude foi formado essencialmente na vertente cientifizante e universalista de pensamento, a viagem para os sertões da Bahia colocou novas questões em seu espírito, e ele foi capaz até mesmo de registrar em seu diário de campo aspectos da “fala diferente” dos sertanejos, bem como assinalar aspectos curiosos de seus hábitos e costumes, quase antecipando a visão de um país formado por culturas diversificadas e plurais. Se, de um lado, o espírito empreendedor formado numa ciência em moldes positivistas e evolucionistas o fazia arauto do progresso e da civilização, de outro, não o satisfazia contribuir, como muitos engenheiros do período, para a edificação de uma civilização “de empréstimo”. Euclides da Cunha buscou incessantemente uma civilização “original”, “autenticamente brasileira”, fundindo dois movimentos, um que acreditava nos ideais do progresso e da civilização e outro que supunha uma “essência” nacional, perdida em algum lugar do território, preferencialmente no interior.

A estratégia de focalizar a consagração de *Os Sertões* permitiu observar com alguma clareza os contornos da formação de um campo intelectual. Ao analisar diferentes trajetórias de escritores da segunda metade do século 19, ficou bastante perceptível a constatação, com variações e nuances, de

que a maior parte dos escritores que freqüentavam os círculos literários da capital federal vinha de diferentes províncias do interior do país. Ficou nítido também o papel centralizador que o Rio de Janeiro exerceu durante todo esse período, até os anos 20, quando novos surtos editoriais e novas agências surgiram no país, especialmente em São Paulo. Foi esclarecedor perceber que os três consagradores de Euclides da Cunha vieram de províncias do norte do país e, em que pese suas diferenças, eram intelectuais comprometidos com o “resgate” de antigas tradições populares e regionais. Todos eles procuraram descrever costumes e tradições de suas regiões de origem, acreditando que justamente elas podiam servir de fonte para um modelo “autêntico” de nação. Esse ponto de vista opunha-se ao de grande parte dos reformadores urbanos e de um segmento das elites sediadas na capital federal que, buscando adequar-se a modelos cosmopolitas europeus, tinham os olhos voltados para o exterior. A posição periférica do Brasil no contexto das chamadas nações modernas do Ocidente levou a algumas particularidades constitutivas no campo intelectual brasileiro. Enquanto na França, por exemplo, como demonstrou Anne-Marie Thiesse, ocorreu nítida polarização entre “escritores provincianos” e “escritores parisienses”, no Brasil essa polarização não se deu do mesmo modo ou, ao menos, foi nuançada. “Escritores sertanejos” com capital econômico para viajar para o exterior entravam em contato direto com as novidades do “primeiro mundo”, muitas vezes desprezando a capital federal. Nesse caso estava, por exemplo, Afonso Arinos de Mello Franco, escritor designado como “caçador de matutos” que, como Euclides da Cunha, escreveu um livro sobre o tema de Canudos. Foi possível perceber que, do bloco dos “escritores sertanejos”, os mais aguerridos na luta pela afirmação do tema *sertão* em conjugação com o argumento de autoridade da ciência foram aqueles que, além de ser originários do interior, dispunham de condição econômica precária ou descendente, como Sílvio Romero e Euclides da Cunha. Para Antônio Cândido, a grande novidade de *Os Sertões* foi justa-

mente “o começo da análise científica aplicada aos aspectos mais importantes da sociedade brasileira”. Nesse aspecto, ele se distinguiria dos demais escritores da “voga sertaneja” para afirmar a novidade da ciência. Antônio Cândido, em livro de 1976, coloca Euclides da Cunha no lugar de pai fundador da sociologia no Brasil, tomando como natural a visão que distingue dois brasis, um do litoral e outro do interior. Segundo esse autor, “toda a onda (da voga sertaneja) vem quebrar n’ *Os Sertões*, típico exemplo de fusão, bem brasileira, de ciência mal digerida, ênfase oratória e intuições fulgurantes. Livro posto entre a literatura e a sociologia naturalista, *Os Sertões* assinalam um fim e um começo: o fim do imperialismo literário, o começo da análise científica aplicada aos aspectos mais importantes da sociedade brasileira (no caso, as contradições contidas na diferença de cultura entre as regiões litorâneas e o interior)”.<sup>3</sup>

O fato de Euclides ser fundamentalmente engenheiro formado na Escola Militar teve importante peso para que ele angariasse a simpatia de todos, formando unanimidade em torno de seu nome. Euclides, formado longe do centro dominante, onde ocorriam as principais disputas literárias, pôde trabalhar de forma mais distanciada e afirmar seus pontos de vista. Em grande parte respondendo a questões colocadas por seu próprio destino, pôde circular entre os diferentes pólos, alcançando renome e respeitabilidade em todos eles. Assim, a consagração de *Os Sertões* serviu também como peça importante em disputas nas quais Euclides da Cunha não estava envolvido diretamente. A análise do discurso de recepção de Euclides da Cunha na Academia Brasileira de Letras mostrou, por exemplo, como Sílvio Romero dele se apropriou em sua disputa com Machado de Assis, confrontando-o com o recepcionado.

Ao analisar a atividade de interpretação de Euclides da Cunha, procurei deter-me em algumas leituras, sabendo que existem muitas outras e não pretendendo dar conta de todas elas. Privilegiei fundamentalmente as “origens”, ou seja, a passagem de um tempo em que Euclides da Cunha não

existia como escritor para aquele em que se transformou num dos escritores mais consagrados do país. Procurei acompanhar os movimentos necessários para que *Os Sertões* se transformasse em um “clássico” da literatura brasileira. Com aguda percepção, Sílvio Romero constatou o ineditismo do caso de Euclides da Cunha. Até o ano de 1902, o jovem Euclides não tinha escrito um livro sequer, não freqüentava as rodas literárias da capital federal, não era conhecido nem patrocinado por nenhum dos grandes da literatura da época, como os escritores Machado de Assis e José de Alencar ou os editores Paula Brito, os Massow ou os Laemmert. Até essa época, ele passava longos períodos viajando por pequenas cidades do interior de São Paulo, como engenheiro de obras públicas, distante, portanto, da capital federal, onde “tudo acontecia”. Não circulava pelas livrarias ou confeitarias da Rua do Ouvidor, ritual que cumpriam aqueles que almejavam ingressar no mundo das letras. Enfim, ao analisar o caso Euclides da Cunha, Romero mostrava-se surpreendido pelo fato de um engenheiro completamente alheio e distante da forte concorrência que imperava no mundo das letras ter-se tornado, a partir do lançamento de seu primeiro livro, um dos escritores mais consagrados do país.

Na prática, o que a pesquisa parece ter constatado é que a consagração de Euclides da Cunha não foi um fato tão relâmpago e inesperado naqueles primeiros anos do século 20. A análise dessa passagem, em que num curto espaço de tempo um anônimo engenheiro e pouco conhecido jornalista transformou-se no maior *best-seller* do país, revelou dois fatos fundamentais: essa consagração-relâmpago foi impulsionada por alguns dos críticos literários mais importantes do país, como José Veríssimo, Araripe Júnior e o próprio Sílvio Romero; a boa aceitação de algumas das idéias-chave de *Os Sertões* relacionava-se com um longo trabalho de imposição de novas idéias e novos valores que já vinha sendo gestado no país há pelo menos 30 anos.

O estatuto de grandeza de um autor e de uma obra que se transformaram em monumentos nacionais tem ofuscado a percepção de um tempo

em que foi preciso lutar para impor as novidades contidas em *Os Sertões*. Sílvio Romero forneceu algumas pistas para que o enigma de *Os Sertões* pudesse ser desvendado, apontando que o estilo original, o assunto inesperado e o grande talento que nele eram afirmados serviam também para que o escritor contrapusesse dois grupos: o do “círculo das literatices da moda”, povoado por um “público sofrivelmente ignorante” que ele localizava no Rio de Janeiro, e outro grupo que apoiava Euclides da Cunha, sabendo o quanto seu assunto era relevante e admirando seu estilo. Em outras palavras, a análise da consagração de *Os Sertões* remeteu também para a luta entre interesses e construções de identidades diferenciadas. No momento da consagração, consagradores e admiradores, de forma privilegiada, pois que se tratava de uma estratégia de convencimento de idéias, expressavam seus pontos de vista e construía suas próprias identidades sociais. A aproximação de alguns intérpretes (e não outros) com a obra euclidiana foi reveladora. Para isso, tornou-se necessário estudar as trajetórias individuais dos principais consagradores e admiradores, e responder às indagações: Quem consagrou Euclides da Cunha? Quais as razões? Quais as estratégias de consagração? Quais os critérios? Quais os principais argumentos?

Outras obras literárias foram especialmente saudadas nos primeiros anos do século 20, como *Canaã*, de Graça Aranha, que, ao lado de *Os Sertões*, foi apontado por Araripe Júnior como um dos melhores lançamentos do ano de 1902. A obra de Graça Aranha não resistiu ao tempo. Outros escritores escreveram sobre a tragédia de Canudos, como Afonso Arinos, escritor conhecido por focalizar o tema dos sertões e contar histórias de sertanejos. O livro de Afonso Arinos, intitulado *Os Jagunços – novela sertaneja*, não ultrapassou 100 exemplares, embora muitos a considerem excelente publicação sobre o tema. Outros trabalhos sobre Canudos, como *O Rei dos Jagunços*, de Manoel Benício, só recentemente foram recuperados por pesquisadores.<sup>4</sup>

Ao remontar à época, percebe-se também que, embora Euclides da Cunha tivesse tido sucesso retumbante com seu livro, não era considerado

por seus contemporâneos o melhor de sua geração. *Os Sertões* era livro de grande ambigüidade, de difícil classificação, a meio caminho entre a literatura e a ciência, fatores que geraram certa dificuldade em entronizar Euclides da Cunha no panteão dos grandes da literatura. Essa dificuldade é bastante perceptível na análise de seu discurso de ingresso na Academia Brasileira de Letras, em que o autor se desculpa por não se considerar inteiramente escritor e se diz pouco à vontade numa casa de escritores.<sup>5</sup> É curioso perceber que, inversamente, um dos grandes escritores do período segundo critérios da época, Coelho Neto, foi não apenas esquecido, como teve seu nome vinculado a tudo o que havia de pior na literatura da virada do século, segundo a maior parte dos críticos literários posteriores ao movimento modernista. Se as lentes do modernismo em certo sentido “acabaram” com Coelho Neto, retrocedendo no tempo e procurando olhá-lo com as lentes de seus contemporâneos, encontramos um Coelho Neto bastante diferente do das “histórias da literatura brasileira” de grande parte das antologias. Um Coelho Neto que demonstra lucidez na análise dos círculos literários da capital federal e dos mecanismos de decisão e consagração do período num livro extraordinário como *A Capital Federal – impressões de um sertanejo*, publicado em 1893. Consagrado na época como “príncipe dos prosadores brasileiros”, Coelho Neto era admirado por Machado de Assis como o “contador das cousas do sertão”. Analisando sua trajetória, percebemos que ele não apenas foi um dos melhores amigos de Euclides da Cunha, como fazia parte do mesmo pólo de escritores preocupados com a temática dos sertões e do interior.

Ao procurar desnaturalizar as noções de “clássico” e sobretudo a de “clássico nacional”, tive que fazer necessárias e constantes referências a duas outras noções: “nação” e “autenticidade”. O tema da singularidade nacional e da busca da autenticidade estão presentes não apenas em *Os Sertões*, como na própria trajetória de Euclides da Cunha. Talvez a melhor definição para sua trajetória esteja no trecho em que, parafraseando Theodore Roosevelt, ele

afirmou: “mais vale ser um original do que uma cópia, embora esta valha mais do que aquele; o ser brasileiro de primeira mão, simplesmente brasileiro, malgrado a modéstia do título, vale cinquenta vezes mais do que ser a cópia de 2ª classe, ou servil oleografia, de um francês ou de um inglês”. Essa afirmação, com a qual ele procurou definir seu projeto de busca de singularidade para a nação brasileira, serve para definir o projeto de seus admiradores ao procurarem esculpir sua figura para a posteridade. Hoje, passado quase um século da consagração de *Os Sertões*, não é mais possível desvincular a obra da construção póstuma do escritor. Assim como a obra é considerada original por não estar ligada a nenhuma escola, nenhuma corrente, nenhum estilo conhecido, o escritor também passou a ser visto como único na medida em que não participava de nenhum grupo, nenhuma escola, nenhuma tendência na literatura. Euclides foi reverenciado enquanto superdotado, um gênio, que foi além de sua própria época. O livro, a nação e o escritor formariam um trio. Assim como a singularidade nacional só seria possível enquanto projeto original, também a construção de um indivíduo enquanto grande singularidade pressuporia a idéia de se estar diante de um original, indivíduo único, sem similares.

Após a morte de Euclides teve início processo de santificação do escritor. A análise da construção póstuma de Euclides da Cunha sinalizou fenômeno único na história da literatura brasileira, o culto ao escritor por uma legião de admiradores que se estendeu ao longo do tempo e chegou aos nossos dias. O embrião dessa santificação foi construído ainda em vida do escritor, durante a publicação e consagração de *Os Sertões*. Sílvio Romero já a havia antecipado ao afirmar que também ele sabia queimar incensos para os verdadeiros talentos. Romero textualmente iniciava a canonização de Euclides, laureando-o com qualidades atribuídas aos santos. Os demais críticos também apontaram as qualidades que forneceriam a base para construções posteriores. Euclides foi considerado por esses críticos um verdadeiro talento, um talento inato. Além de nunca ter tido mestres no ofício de escrever,

tendo sido autodidata e criador de estilo inovador, também não teria tido padrinhos. Euclides seria um valor tão autêntico, que escaparia à avaliação da crítica ordinária. Somente críticos modernos, munidos de instrumental científico de análise, como Romero, Araripe e Veríssimo, estariam à altura da obra, podendo julgá-la e apreciá-la. Desse modo, a consagração de *Os Sertões* significou também a consagração de uma crítica especializada, moderna e competente.

A questão da originalidade e da autenticidade estaria refletida em toda a sua obra que, em última instância, nada mais seria do que o reflexo de sua personalidade. Seu estilo é original e natural, ele escreve o que vem de dentro, como sente. Entretanto, Euclides procura diferenciar-se do escritor guiado apenas por sua subjetividade. Para isso, examina a realidade exterior com as lentes da ciência, procura o distanciamento. Alguns críticos apontam a relação de Euclides com essa mesma realidade exterior. “Euclides parece escrever com um cipó”, dizia Joaquim Nabuco, referindo-se à força da natureza tropical transposta para o estilo do escritor, do mesmo modo que Araripe falava em “frase encachoeirada”. Ele mesmo, em várias ocasiões, compara sua naturalidade com a de um caboclo, um sertanejo, um elemento das camadas populares ou de alguém que procura viver intensamente em comunhão com a realidade exterior do país em que vive e busca apreender. Então, na visão dos primeiros consagradores, sua naturalidade é brasileira. Euclides, mais do que qualquer outro, expressaria a natureza tropical com seus contrastes climáticos, geográficos e geológicos. Haveria, assim, uma relação metonímica entre o escritor, a natureza (fonte de nacionalidade) e o país.

Em certo sentido, o mesmo estilo que o consagrou foi o que o traiu em seus objetivos de fazer ciência. Euclides não teria conseguido despregar-se do subjetivismo que tanto combateu. Como também não teria conseguido deixar de ver-se e aos intelectuais do país como produtos de uma mistura de raças que, se não era totalmente incapaz de atingir a civilização, teria

muitas dificuldades nesse percurso. Seu estilo o colocou mais próximo do idealismo romântico do que do objetivo, por ele tão almejado, de fazer ciência, fato que não passou despercebido para Araripe Júnior: “(...) o estilo de Euclides da Cunha nada tem de inteiriço. A emoção anda-lhe muito por perto da crosta da terra onde pisa. A sua frase, portanto, dá a sensação, como se poderia dizer, de vales, montanhas, grutas, depressões e entusiasmo que determinam os belos aspectos da natureza morta ou viva da floresta, do homem, do oceano, ora desalentada pela fadiga ou pela ansiedade, senão angústia, oriunda da impossibilidade de alcançar de um salto a resolução do problema (...)”<sup>6</sup>.

Além do estilo autêntico e original, outra característica apontada pelos críticos foi seu ecletismo. Também nos assuntos estaria presente um traço já observado por Veríssimo: o jogo de oposições. Euclides nos escritos posteriores a *Os Sertões* tratou dos “assuntos mais opostos, psicologia, socialismo, religião, política, de envolta com problemas de história pátria, imigração, povoamento do solo, indústria, engenharia”, como chamou a atenção Araripe Júnior.<sup>7</sup>

A avaliação da obra como original, presente desde os primeiros consagradores, determinou que houvesse um interesse sobre a sua pessoa. Na medida em que sua obra escapou ao ordinário (excesso, personalidade, subjetividade, originalidade, jogo de oposições), extrapolou-se o interesse relativo ao autor para a própria pessoa. Com a morte trágica e romântica, em duelo com o amante da mulher, esse interesse cresceu. Euclides transformou-se em mártir. Seu processo de santificação revela um caso extraordinário. Euclides da Cunha, não sendo iniciado no ofício de escritor, não tendo percorrido todos os passos necessários à consagração no campo literário, não tendo construído gradativamente sua carreira, como Machado de Assis, corria sérios riscos com a publicação do livro. Riscos que ele avaliava e que o inquietavam, como fica explícito nas cartas ao pai e aos amigos nas vésperas da publicação do livro. Situava-se, assim, na tênue linha entre a

celebração e a estigmatização. A obra não apenas era diferente de tudo o que havia sido escrito sobre a Guerra de Canudos, como era diferente de tudo o que havia sido escrito até aquele momento. Essa excessiva particularidade poderia desaguar na aceitação e admiração da originalidade da obra ou na rejeição conservadora de um excesso inadmissível; não havia meio-termo possível. Ou a obra seria laureada, ou cairia em ostracismo, e dificilmente Euclides teria nova oportunidade no campo literário. Uma série de conjunções conspiraram para que vencesse a hipótese da consagração: o fato de ele ter estudado na Escola Militar, recebendo educação moderna, fundada nos princípios da ciência, particularmente por meio da relação positiva que estabeleceu com professores, como Benjamin Constant, e com alunos, como Cândido Rondon; o fato de ter-se indisposto com a direção da Escola Militar num ato de rebeldia e coragem contra o Império, num momento em que era iminente a proclamação da República; a passagem por um certo limbo que lhe deu condições para refletir e reafirmar suas posições científicas e republicanas; o convite para escrever no jornal *A Província de São Paulo*, porta-voz dos interesses dos setores de ponta da economia agroexportadora do café, principal riqueza do país naquela ocasião; a ida para Canudos quando pôde fazer a iniciação ao interior, aos sertões, a uma realidade diversa da vida na capital; a vida errante de engenheiro, possibilitando condições materiais que lhe garantiram via autônoma para suas reflexões (Euclides não precisou filiar-se a nenhum grupo literário ou científico); enfim, todas essas imponderáveis da vida conjugaram-se no sentido favorável para que Euclides viesse a ocupar a condição de escritor independente, com estilo próprio, obcecado com a questão da originalidade, a sua e a do país em que vivia.

As primeiras críticas insistiam em signos de raridade na obra, mostrando o quanto o texto escapava ao ordinário. Com a morte do autor, multiplicaram-se os ensaios críticos sobre a obra, sempre no mesmo sentido dos signos de raridade, das descobertas de verdades fundamentais para o desti-

no do país como 'a tese dos dois brasis' e a necessidade de uma virada para o interior, para o "Brasil real". O livro tinha forte conteúdo profético. Eram visões, antevisões a serem desdobradas em programas de ação. Esse duplo sentido, profano e sagrado, foi percebido por Roquette-Pinto que emitiu a opinião de que *Os Sertões* era um livro de ciência e de fé. Com o tempo, à análise da obra foi sendo agregada a análise do escritor, da pessoa de Euclides. O que se tornava cada vez mais visível era a idéia de irredutibilidade. *Os Sertões* não podia ser comparado a nenhum outro livro; era preciso, pois, estudar a pessoa de seu autor para que fosse possível a aproximação com a verdade sobre ele. Passou-se a acreditar que a verdade sobre a obra ocultava-se na pessoa de seu autor.

Os estudos mais conhecidos que tratam do tema das grandes singularidades, notadamente o de Nathalie Heinich sobre Van Gogh, o de Pierre Bourdieu sobre Flaubert e o de Norbert Elias sobre Mozart, sinalizam algumas semelhanças entre si. De diferentes maneiras, os três expressaram novos pontos de vista, provocaram rupturas, apontaram novos caminhos nas sociedades em que viveram. Da mesma forma, todos simbolizaram ou até foram usados como emblemas de visões de mundo e propostas que já existiam de forma potencial ou embrionária nas sociedades em que viviam. Tanto as propostas vanguardistas de pintura de Van Gogh, quanto a literatura inovadora de Flaubert ou o desejo de música independente da sociedade de corte preconizada por Mozart eram possibilidades que já começavam a se esboçar. Cada uma dessas grandes singularidades catalisava valores e trazia inovações que só se realizaram socialmente após a morte desses indivíduos. Também no caso de Euclides da Cunha podemos perceber esse fenômeno. Por diversos motivos cultuado como um precursor, entre eles o fato de que, talvez mais do que qualquer outro escritor do período, realizou o ideal romeriano de literatura científica. Ideal complexo e paradoxal, pois se de um lado a ciência se caracteriza pelo esforço coletivo, pela universalidade dos conceitos, pela idéia de progresso gradual e crescente de descobertas de

verdades universais, por outro, a literatura se caracteriza pelo estilo intransferível, original, único e pelo descompromisso com o real, com o universalismo e com a verdade. Assim, se Euclides deu um passo adiante na direção da ciência, ela não se realizou completamente, pois em grande parte a obra desse cientista era também a de um escritor, com grande carga do que ele próprio condenava, o subjetivismo.

Sua obra reivindicava a ciência, mas, para a história, ele ficará como grande singularidade ou, mesmo, santo reverenciado por seus admiradores. Duplo processo de particularização – artístico, pelo estilo, e biográfico, pela pessoa. À consagração de *Os Sertões* vieram sobrepor-se a construção póstuma, com a proliferação de biografias e homenagens póstumas, e a construção da obra do escritor. A partir da reunião de seus escritos, muitos inéditos, os admiradores teceram uma obra e lamentaram a morte trágica, deixando sua obra para sempre incompleta. A partir dessa base, abriu-se espaço para múltiplas interpretações. Não apenas *Os Sertões* era uma bíblia permanentemente aberta para interpretações, o que garantia sua permanência, como também o conjunto da obra inacabada e da própria biografia do escritor, morto de forma trágica no auge, ainda jovem. Muitos seguiram seus passos e procuraram escrever o que ele não teve tempo de completar. Além disso, o fato de ele se remeter a tantos assuntos diferentes possibilitou interpretações de várias áreas: geografia, história, literatura, biografia, geologia, engenharia, matemática, política. Euclides não deixou relíquias, não teve vida organizada, disperso de cidade em cidade a trabalhar como engenheiro, a escrever dentro dos bondes e montando cavalos, como ele dizia. O escritor deixou, assim, muitos enigmas sobre sua vida e obra, e desses enigmas os admiradores vêm-se abastecendo durante anos para as reuniões, os congressos, as semanas euclidianas. Como a dos santos, é preciso desvendar a vida de Euclides e, em muitos casos, seguir seu exemplo. Esse espaço de interpretações permite alargar a recepção do escritor no espaço e no tempo. Há ainda o estilo original que se tornou verdadeira

obsessão para os tradutores. Em algumas línguas, tradutores visam a superar traduções mais antigas, como é o caso das francesas e alemãs. Como traduzir uma obra original, de um estilo original, ou mesmo natural? Esse desafio é análogo ao de traduzir uma nação para outra. Os tradutores sentem como se tocassem a alma nacional, ao serem bem-sucedidos na tradução de Euclides.

A celebração biográfica retoma algumas das características da vida dos santos. Não se trata de informação, mas de celebração. Muito mais do que enriquecer o conhecimento de uma vida, observa-se sua celebração coletiva: comemorações, exposições, peregrinações ao túmulo do escritor, à cidade onde ele nasceu e onde escreveu o livro consagrado. As biografias repetem e enfatizam motivos que emanam das vidas dos santos. A infância triste (a morte da mãe, a ausência do pai, a morte da tia), o alheamento do menino, a vocação precoce (desde cedo fazia versos e se preocupava com o povo brasileiro), o isolamento, as atitudes excepcionais, a honestidade e a firmeza dos ideais, inaptidão à vida prática e social (dificuldades com a carreira de engenheiro e com relação à vida conjugal), a constante pobreza, o desinteresse pelas coisas deste mundo – conforto, riqueza material –, o trabalho desinteressado motivado por um ideal – o de construir a nação, o da ciência, o da República, o de uma sociedade do talento e do mérito –, o desprendimento dos bens terrestres e a elevação espiritual.

As cartas adquiriram valor inestimável, e sua correspondência pasou a ser levantada, publicada, como documento necessário à comprovação de seu caráter, seus elevados ideais, sua sinceridade e fidelidade aos amigos. Como modelo de santidade, celebra-se em Euclides o tema do amor ao próximo, de como ele se deixou tomar pela compaixão diante dos sertanejos dizimados pelo Exército republicano, mesmo que inicialmente tivesse acreditado na necessidade de conter o movimento de Canudos.

As virtudes que em geral compõem a vida dos santos estão presentes nas biografias e relatos sobre sua pessoa: amor ao próximo, sofrimento, paciên-

cia. Há ainda a dimensão sacrificial que aparece sob diferentes formas, tais como pobreza, humildade, renúncia, castidade (esse tema é bastante explorado após sua morte, relacionado ao fato de a mulher o ter traído com um amante, não compreendendo sua genialidade, seus nobres ideais).

Dois temas se conjugam, a renúncia da carne e a negação da sexualidade, refletindo aspecto muito comum na literatura romântica, da contigüidade das energias sexual e criadora e do necessário sacrifício da primeira à segunda. As biografias dessexualizam o escritor, exonerando-o de todos os prazeres da carne. A questão da negação da sexualidade é especialmente importante: as diferentes biografias não trazem muitas referências sobre sua vida conjugal. O casamento aparece como conseqüência da euforia com a mudança de regime. A associação de Ana com a República é simbolicamente importante nas biografias. Após a notícia do casamento, Ana desaparece das biografias, para só aparecer no momento da morte trágica do escritor, infiel, responsável pela morte, incompreensiva.

Euclides, um rapaz idealista que sonhou com a República, teria sofrido por diversas ocasiões a incompreensão dessa mesma República. A publicação da correspondência do escritor com seus amigos e parentes explora o tema da incompreensão. Primeiro, com os governantes militares, principalmente com Floriano Peixoto, que uma vez no poder cometeria abusos, traindo os ideais republicanos. Esse aspecto foi analisado por Nicolau Sevcenko. Euclides da Cunha e outros intelectuais, movidos pelos ideais de uma República democrática no país, foram pouco a pouco transformados em "paladinos malogrados", uma vez que não conseguiram fazer as reformas que julgavam necessárias para implantar o regime que pretendiam. Euclides da Cunha, Lima Barreto, Sílvio Romero, Araripe Júnior formavam essa geração, sendo obrigados a conviver o resto de suas vidas com um regime político repleto de ambigüidades, ao mesmo tempo republicano e oligárquico, e com uma sociedade que conjugava o fato de ser liberal e discricionária. Isso sem falar no processo de reconversão das elites que se havi-

am formado e acumulado fortunas durante o Império. No Brasil dos primeiros anos da República, para os “paladinos malogrados”, a sensação era de que, quanto mais lutavam para mudar a ordem das coisas, mais tudo continuava igual.<sup>8</sup>

O desencantamento com a República é parte do tema da incompreensão. O intelectual, dotado de considerável capital intelectual numa sociedade pouco letrada, vê-se marginalizado pelo que ele mesmo classifica de “a imbecilidade triunfante”. Euclides é visto por seus biógrafos e analistas como um ser “perdido no seu próprio presente”, “em busca de indícios de futuro”.<sup>9</sup> O tema da incompreensão dos poderosos da República com um “mosqueteiro intelectual” como Euclides mescla-se, em seu caso particular, com o casamento malsucedido. A figura de Ana passou a simbolizar a feição particular da República para ele. A rejeição e a incompreensão de Ana ao longo de sua vida conjugal somam-se e confundem-se com o seu desacereto com a República, que ele tanto idealizara.

O tema da incompreensão associa-se ao da renúncia. Tornada valor, a renúncia aos bens do mundo atesta a independência face a toda determinação exterior. Ele sabe pensar, ver e provar a partir de sua própria identidade, desdenhando alguns bens terrestres. O mundo exterior, a cidade, a vida de engenheiro, o dia-a-dia de trabalho em obras públicas e repartições são vistos como “agitação estéril” em contraposição à tranquilidade de um barracão de zinco que lhe possibilitava levar adiante o projeto criador. Essa necessidade de isolamento também pode ser associada ao tema da originalidade. Partindo para a solidão seria possível inventar um estilo original, falar sobre um tema bastante noticiado na época como o movimento de Canudos de uma maneira incomum. Heinrich associa, no caso de Van Gogh, essa busca da solidão à tradição dos anacoretas, aqueles que na Antiguidade partiram para a solidão a fim de reinventar cada um as formas de uma santidade que não era ditada pela lei comum. Dessa busca de excelência pela separação física e a renúncia ascética da comunidade, o eremitismo foi a forma mais extrema.

É curioso como Euclides via a possibilidade de ingresso na Academia Brasileira de Letras, importante passo para a consagração definitiva, para o sucesso material e mundano.<sup>10</sup> O importante nesse caso era a afirmação de uma sociedade movida pelo talento e inserir-se numa elite, num grupo de vanguarda dos grandes pensadores. Uma possível derrota poderia paradoxalmente representar triunfo, evidenciando a incompreensão da maioria quanto ao talento de uma pequena elite. Euclides cita o exemplo de um “grande” que um dia foi derrotado. Ao que aspira é estar entre “os grandes”, ser reconhecido por uma pequena elite “dos nossos homens de talento”, cujos nomes ele cita textualmente. Em outras palavras, aspira à notoriedade e não ao sucesso mundano.

Outro tema recorrente nas biografias de Euclides da Cunha consiste na ênfase na idéia de pureza, caráter, honestidade, fidelidade aos ideais e sinceridade. Fatos significativos de sua vida são obrigatoriamente relatados por todos os biógrafos, culminando com a circunstância de sua morte.<sup>11</sup>

Com sua morte trágica, acentuou-se a construção da figura do mártir. Um ser abnegado, talentoso, incompreendido, um precursor, um criador original e, sobretudo, alguém que soube renunciar aos prazeres da carne, da vida mundana, do sucesso fácil ao mesmo tempo em que lutou sob condições adversas. Alguém que deu a própria vida, em contínuas renúncias, em função de grandes e belos ideais, sobretudo o de construir uma nação original, autêntica, que não fosse “a servil oleografia de nações européias”. Sua retidão, seu caráter, sua postura sempre firme e correta lhe valeram tanto a consagração quanto a morte trágica, cujas condições foram interpretadas como semelhantes à de um mártir. A diferença com relação a um mártir no contexto religioso estrito senso é que os motivos, os ideais, as crenças eram diversos. No caso de Euclides, o motivo da fé era a ciência e a nação brasileira. Desse modo, biógrafos e governantes o transformam facilmente num grande mártir nacional. Com sua morte, o país ficou órfão, perdendo um grande talento consagrado às questões nacionais.

A figura do profeta aparece recorrentemente. Ainda em nossos dias, o nome de Euclides da Cunha é invocado para reafirmar essa qualidade de alguém que previu o que de fato aconteceu. Essas confirmações alimentam a crença na grandiosidade do escritor. Heinich menciona o fato de que, desde a Antigüidade e o Renascimento, se manifestaram fenômenos de divinização da arte, fazendo do criador e, sobretudo, do poeta o instrumento da inspiração divina. Com a época moderna, o tema do divino em sua forma explícita desaparece do domínio da arte. O reconhecimento supremo atribuído aos artistas não é mais em nome da religião, mas da criação, como se a arte se tivesse tornado em si mesma uma forma de religião. As condutas de admiração tradicionalmente cristalizadas no culto aos santos passam a exprimir-se, então, na celebração dos artistas. Nesse novo regime artístico, as virtudes selecionadas para a admiração são em geral passivas (vocaçãõ, paciência, amor ao próximo) e negativas (ascese, renúncia, sacrifício, sofrimento, incompreensão dos contemporâneos). Reaparece o motivo da incompreensão, em que martírio e perseguição são a passagem ao *leitmotiv* emblemático da construção essencialmente sacrificial operada pela hagiografização da biografia do artista.

Cabe mencionar ainda o efeito de singularização inerente a toda biografia: o fato de isolar um ser como objeto do discurso lhe confere especificidade que tende a acentuar o esforço para fazê-lo sair do terreno dos comuns mortais, para retirá-lo da banalidade ordinária dos seres sem particularidade, dos homens sem qualidade. Sacrifício e singularidade são, pois, os dois motivos maiores impressos sobre a vida do artista por sua hagiografia, da mesma forma que incompreensão e originalidade são duas chaves principais aplicadas à sua obra.

Sobre a proximidade do universo religioso e do universo artístico, concordo com Heinich quando considera que esses dois universos não são idênticos nem miméticos, mas, sim, homólogos: seus elementos são ligados por modelo ou matriz comum, que está no princípio da identidade estru-

tural. Tal homologia é o que torna possível a internalização pelo artista de modelos religiosos, a projeção desses modelos pelos biógrafos e sua assimilação pela posteridade. Essa homologia não é explicitada pelos hagiógrafos ao engendrar a experiência do criador santificado na arte moderna do mesmo modo que a do santo celebrado na tradição cristã.

Passados quase 100 anos da consagração de *Os Sertões*, a obra de Euclides da Cunha não pode mais ser dissociada da construção de sua figura particular e de sua santificação. A construção póstuma do escritor pode ser analisada passo a passo em seus principais momentos: enterro, reedições, traduções, biografias, celebrações e, finalmente, acompanhando uma nova tendência, os “reenterros”. Em 1982, os despojos de Euclides foram retirados da sepultura em que jaziam na Academia Brasileira da Letras e transferidos para túmulo especialmente construído em São José do Rio Pardo. Posteriormente, o cérebro do escritor foi transferido do Museu Nacional para um sacrário na Casa Euclidiana de Cantagalo, sua cidade natal. A análise desses momentos-chave permite compreender um complexo sistema de posições, em que críticos, biógrafos e admiradores atualizam no presente valores e ideais que tornaram possível a fabricação do primeiro grande clássico brasileiro.

Mas como enfrentar a questão da sua atualidade? Já em 1941, Gilberto Freyre apontava os problemas de *Os Sertões* diante de um movimento cada vez mais radical de mudança de eixo para a interpretação dos fenômenos sociais. Já àquela altura o conceito de raça, como conceito explicativo para o social, estava sendo posto por terra. As ciências sociais proclamavam sua autonomia com relação às ciências da natureza, notadamente a biologia. Mas, então, como e por que um livro como *Os Sertões*, que em grande medida tinha como quadro conceitual as ciências da natureza, se mantinha ainda atual e, mais do que isso, era especialmente glorificado em edições, reedições e como base para conceituação de coleções? Essa indagação, lançada por Gilberto Freyre em 1941, permanece ainda atual. Ao eleger um

livro como um clássico, estaríamos desculpando suas limitações conceituais, seus equívocos explicativos? Gilberto Freyre propõe uma resposta para essas indagações: concorda com os mais críticos que apontam no livro momentos em que o autor resvala no “pessimismo dos que descreem da capacidade dos povos de meio-sangue – ou de vários sangues – para se afirmarem em sociedades equilibradas e em organizações sólidas de economia, de governo e de caráter nacional. Descrença baseada em fatalismo de raça. Em determinismo biológico.” Segundo Freyre, Euclides seria marcado pelo pensamento da época: muitos de seus contemporâneos, como até mesmo Nina Rodrigues, não escaparam a exageros etnocêntricos na análise e na interpretação da sociedade brasileira. Esses exageros foram também cometidos por discípulos dos contemporâneos de Euclides da Cunha, como Oliveira Viana depois de 1920, quando, no Museu Nacional, Batista Lacerda e Roquette-Pinto trabalharam no sentido de reabilitar o mestiço de preconceitos cientificistas com aparências de verdades antropológicas. Ainda segundo Freyre, tais preconceitos foram gerais no Brasil de 1900, envolvendo até Sílvio Romero, “cuja vida de guerrilheiro das idéias está cheia de contradições”. As únicas exceções teriam sido Alberto Torres, o primeiro a citar Franz Boas, e Manoel Bonfim. Gilberto Freyre cita como exemplo de fatalismo étnico em Euclides da Cunha, a frase: “o mestiço é um desequilibrado... um decaído sem a energia física dos ascendentes selvagens, sem a altitude intelectual dos ascendentes superiores”, que demonstrava pendor para a crença na incapacidade biológica do mestiço.

Gilberto Freyre considera ainda que Euclides da Cunha teria conferido “importância exagerada ao problema étnico, parecendo não ter atinado com a extensão e a profundidade da influência da chamada ‘economia agrário-feudal’ sobre a vida brasileira”. Naqueles idos de 1940, Freyre já sinalizava o primado do fator cultural nos estudos das sociedades.<sup>12</sup>

Mas, se é certo que em Euclides da Cunha faltavam os estudos de antropologia física e cultural, mais do que os de geologia, e se é certo tam-

bém que o escritor resvalou para certo determinismo biológico calcado na predominância da noção de raça, Gilberto Freyre positiva o conjunto das análises empreendidas em *Os Sertões*. “Em Euclides da Cunha, o pessimismo diante da miscigenação não foi absorvente. Não o afastou de todo da consideração e da análise daquelas poderosas influências sociais a cuja sombra se desenvolveram, no Brasil, condições e formas feudais de economia e de vida já mortas na Europa Ocidental; traços (...) de patologia social, que o isolamento de populações no sertão, e mesmo nas proximidades do litoral, conservaria até os nossos dias.” Apesar de imerso num contexto intelectual onde predominava o determinismo biológico, Euclides da Cunha teve, no entender de Freyre, a lucidez de perceber que “o movimento do Conselho foi principalmente um choque violento de culturas: a do litoral modernizado, urbanizado, europeizado, com a arcaica, pastoril e parada dos sertões. E esse sentido social e amplamente cultural do drama, Euclides percebeu-o lucidamente, embora os preconceitos cientificistas – principalmente o da raça – lhe tivessem perturbado a análise e a interpretação de alguns dos fatos da formação social do Brasil que seus olhos agudos souberam enxergar, ao procurarem as raízes de Canudos”.

Ao tecer o perfil de Euclides como escritor que ia além de seu tempo, intuindo o primado do fator cultural no estudo das sociedades num ambiente intelectual em que predominava a noção de raça como elemento explicativo do social, Gilberto Freyre propõe nova atualidade para o escritor de *Os Sertões*. Freyre faz questão de criticar aqueles que, inversamente, colocaram em evidência exatamente as explicações deterministas fosse para desqualificar a mestiçagem, fosse para enaltecer a superioridade do sertanejo: “o perfil que ele traçou do sertanejo não é de um devoto absoluto de qualquer superioridade de raça”. Muitas dessas leituras que hipervalorizaram o sertanejo, os sertões, o interior, o Brasil rural apropriaram-se de maneira particular de Euclides da Cunha, exagerando alguns dos aspectos de seu consagrado livro em detrimento de outros. Não é por

acaso que a frase que mais sobressaiu nesses quase 100 anos seja “o sertanejo é antes de tudo um forte”, que, muitas vezes descontextualizada, já serviu a diversos interesses; entre os quais, como aponta Freyre, a “um etnocentrismo desdobrado em totalitarismo”. De fato, escritores e intelectuais “sertanejos” fizeram diferentes usos de *Os Sertões*. Alguns exageraram certas colocações. Mas, sem dúvida, o livro serviu para afirmar novos valores e novos temas de literatura e de ciência, assim como serviu a propósitos políticos explícitos. Além de clássico, permanece como bíblia, um livro com a rara qualidade de possibilitar aproximação plural e múltiplas leituras. À leitura “dura” de Cassiano Ricardo, da qual o herói sertanejo e bandeirante sai enaltecido, podemos, por exemplo, contrapor a leitura “macia” de Gilberto Freyre, que lastima o fato de Euclides não ter incorporado em suas interpretações de Brasil a conciliação dos antagonismos, reabilitando o litoral culturalmente rico e plural que só poderia sair renovado com a descoberta dos sertões.

## NOTAS

<sup>1</sup> Bourdieu, 1992; Elias 1991; Heinich, 1991.

<sup>2</sup> Cândido, 1976.

<sup>3</sup> Cândido, 1976:133.

<sup>4</sup> É o caso do historiador baiano José Calazans, que rejeita a visão cristalizada de Euclides da Cunha sobre o tema e investiga a história do movimento a partir de outras fontes. Segundo esse historiador, o movimento de Canudos teria ficado aprisionado na “gaiola dourada” de *Os Sertões*.

<sup>5</sup> Evidentemente, ao se “desculpar”, Euclides apresentava o grande trunfo de pertencer ao círculo dos “homens de ciência”. Mas, num período em que a literatura representava o fenômeno central da vida do espírito, como assinalou Antônio Cândido, é preciso não menosprezar a importância que, para Euclides, tinha o fato de ser consagrado como *escritor*.

<sup>6</sup> Araripe, in: Cunha, 1995, I:118.

<sup>7</sup> Idem.

<sup>8</sup> Nesse sentido, ver *A Fabricação do Imortal*, em que procuro mostrar, num estudo de caso, como as elites imperiais mantiveram-se na República por meio de sucessores modernizados (Abreu, 1996).

<sup>9</sup> Em carta a Francisco Escobar, de 24 de julho de 1903, ele afirmava poder contar com os votos de “Rio Branco, Machado de Assis, Artur Azevedo, João Ribeiro, Veríssimo, Lúcio de Mendonça, Afonso Celso, Coelho Neto, Filinto, Araripe, Raimundo Correia, Garcia Redondo e, provavelmente, Oliveira Lima, Laet e alguns outros. Dois, Arinos e Augusto de Lima, que eram certíssimos ainda não tomaram posse.” E comenta: “como vês – se não triunfar tenho em compensação a elite dos nossos homens de talento ao meu lado. Nem quero outra vitória. Sei que outros concorrentes *cavam* danadamente, e é possível que algum deles triunfe. Mas... o grande Paul-Louis também foi derrotado”. (Cunha, 1966, II:634)

<sup>10</sup> Entre os fatos obrigatórios narrados pelas biografias estão o incidente na Escola Militar; o encontro com Floriano Peixoto logo nos primeiros anos da Proclamação da República quando Euclides rejeitou peremptoriamente um cargo no governo e ainda ousou dizer ao marechal todo-poderoso que desejava apenas que se cumprisse a lei, reivindicando um modesto estágio como engenheiro na Estrada de Ferro Central do Brasil. Incidentes como esse desfilam inúmeros pelas biografias. E o próprio desfecho de sua vida, o duelo com o amante de sua esposa, é relatado como um último exemplo do caráter, da dignidade e da honra do escritor. “Vim para matar ou morrer”, disse ele no instante final. Retórica de um espírito radical que não se deixava dobrar, que seguia firme em seus princípios, que era absolutamente original no estilo literário e no estilo de vida.

<sup>11</sup> “(...) são recentíssimos, aliás, os estudos que vão estabelecendo o primado do fator cultural – inclusive o econômico – entre as influências sociais e de solo, de clima, de raça, de hereditariedade da família, que concorreram para a formação da sociedade brasileira, em geral, e particularmente, para as suas formas agrárias ou pastoris caracterizadas pelo latifúndio, pela exclusividade de produção e pelo trabalho escravo ou semi-escravo, com todos os seus concomitantes psicológicos de agricultura sem amor profundo à terra.” (Freyre, 1987)



# BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Regina (1990). *Sangue, nobreza e política no templo dos imortais*. Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - PPGAS, Museu Nacional, UFRJ.
- \_\_\_\_\_ (1992). "Emblemas da Nacionalidade: o Culto a Euclides da Cunha". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, n. 24.
- \_\_\_\_\_ (1994). "Entre a nação e a alma: quando os mortos são comemorados". *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 14.
- \_\_\_\_\_ (1996). *A Fabricação do imortal - Memória, história e estratégias de consagração no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco: Lapa.
- ALENCAR, José de (1960). *Obra completa*. Rio de Janeiro: Aguilar.
- ALMANAQUE Abril (1992). São Paulo: Abril.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de (1977). "Uma genealogia de Euclides da Cunha". In: *Arte e sociedade: ensaios de Sociologia da Arte*. Rio de Janeiro: Zahar.
- ANDRADE, Olímpio de Sousa (1966). "Instantâneo Intelectual". In: CUNHA, Euclides da (1966). *Obra completa*. Rio de Janeiro: Aguilar.
- ARARIPE JÚNIOR, Tristão de Alencar (1958 a 1970). *Obra crítica de Araripe Júnior*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa.
- \_\_\_\_\_ (1995). "Dois Grandes Estilos (Contrastes e Confrontos)". In: CUNHA, Euclides da. *Obras completas*. Rio de Janeiro: Aguilar, v.1.
- ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de (1988). "Ronda noturna: narrativa, crítica e verdade em Capistrano de Abreu". *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1.
- \_\_\_\_\_ (1993). *Guerra e paz - Casa Grande e Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Antropologia Social), PPGAS, Museu Nacional, UFRJ.

- ARIÈS, Philippe (1989). *Sobre a história da morte no Ocidente desde a Idade Média*. Lisboa: Theorema.
- ARINOS, Afonso (1969). *Obras completas*. Rio de Janeiro: Aguilar.
- ASSIS, Dilermando de (1946). *Um nome, uma vida, uma obra*. Rio de Janeiro: Ed. do Autor.
- ASSIS, Judith de (1987). *Anna de Assis: história de um trágico amor*. Rio de Janeiro: Irradiação Cultural.
- ASSIS, Machado de (1959). *Obra completa*. Rio de Janeiro: Aguilar.
- AZEVEDO, Artur (1987). *Teatro de Artur Azevedo*. Rio de Janeiro: INACEN. (Clássicos do Teatro Brasileiro).
- BACKZO, Bronislaw (1984). *Les imaginaires sociaux: mémoire et espoir collectifs*. Paris: Payot.
- BARROS, Myriam M. Lins de (1989). "Memória e família". *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 3.
- BELLAH, Robert N. (1975). *The Broken covenant: American civil religion in time of trial*. New York: Seabury.
- BENEDICT, Anderson (1983). *Imagined communities*. London: Routledge
- BENJAMIN, Walter (1987). "O narrador" e "A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica". In: *Obras escolhidas*. São Paulo: Brasiliense.
- BERNUCCI, Leopoldo M. (1995). *A Imitação dos sentidos – prógonos, contemporâneos e epígonos de Euclides da Cunha*. São Paulo: Edusp.
- BOSI, Ecléa (1979). *Memória e sociedade: lembrança de velhos*. São Paulo: ESP (Bibl. de Letras e Ciências Humanas).
- BOSI, Alfredo (1974). *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix.
- BOURDIEU, Pierre (1974). *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva.
- \_\_\_\_\_ (1975). "Le couturier et sa griffe: contribution à une théorie de la magie". *Actes de la recherche en sciences sociales*, Paris, n. 1, jan. 1975.
- \_\_\_\_\_ (1986). "L'illusion biographique". *Actes de la recherche en sciences sociales*, Paris, n. 62-63, p.69-72.
- \_\_\_\_\_ (1989). *La noblesse d'Etat*. Paris: Minuit.

- \_\_\_\_\_ (1992). *Les règles de l'art*. Genèse et structure du champ littéraire. Paris: Seuil.
- \_\_\_\_\_ (1993). "Esprits d'État: gênese et structure du champ bureaucratique". *Actes de la recherche en sciences sociales*, Paris, n. 96-97.
- BRANDÃO, Adelino (1982). *Enciclopédia de estudos euclidianos*. n. 1. São Paulo: Jundiaí.
- \_\_\_\_\_ (1990). *Águas de amargura*, R. J., Rio Fundo.
- BROCA, Brito (1975). *A vida literária no Brasil – 1900*. Rio de Janeiro: J. Olympio.
- BURKE, Peter (1989). *Cultura popular na Idade Moderna*. São Paulo: Cia das Letras.
- CALASANS, José (1984). *Canudos na literatura de cordel*. São Paulo: Ática.
- \_\_\_\_\_ (s/d) "Canudos não euclidiano".
- CANDIDO, Antonio (1963). *O método crítico de Sílvio Romero*. (Boletim n. 266. Teoria Literária e Literatura Comparada n. 1). São Paulo: USP.
- \_\_\_\_\_ (1976) *Literatura e Sociedade*. São Paulo: Companhia Editora Nacional: Edusp.
- CARVALHO, José Jorge de (1992). "O lugar da cultura tradicional na sociedade moderna". Rio de Janeiro: IBAC-FUNARTE. (Encontros e Estudos 1).
- CARVALHO, José Murilo de (1980). *A construção da ordem*. Rio de Janeiro: Editora Campus.
- \_\_\_\_\_ (1990). *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras.
- CARVALHO, Maria Alice Rezende de (1988). "O Clube de Engenharia e a utopia da cidade moderna na Belle Époque carioca". [Rio de Janeiro]. Texto mimeo.
- CASTRO, Celso (1995). *Os militares e a República – um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- CÉSAR, Ana Cristina (1980). *Literatura não é documento*. Rio de Janeiro: Funarte.
- COELHO NETO, Henrique (1915). *A capital federal* (impressões de um sertanejo). Porto: Chardon.
- \_\_\_\_\_ (1926) [1896]. *Sertão*. 5. ed. Porto: Chardon.
- COUTINHO, Afrânio (1968). *A tradição afortunada* (o espírito da nacionalidade na crítica brasileira). Rio de Janeiro: J. Olympio.

- CUNHA, Euclides da (1966). *Obra completa*. Rio de Janeiro: José Aguilar.
- \_\_\_\_\_ (1982). *Os sertões*. São Paulo: Abril Cultural.
- \_\_\_\_\_ (1993). *Hautes terres – la guerre de Canudos*. Paris: Métailié.
- DARNTON, Robert (1986). “Os leitores respondem a Rousseau: a fabricação da sensibilidade romântica”. In: *O grande massacre dos gatos*. Rio de Janeiro: Graal.
- DUARTE, Luiz Fernando Dias (1983). “Três ensaios sobre pessoa e modernidade”. *Boletim do Museu Nacional: Nova Série*, Rio de Janeiro, n.41.
- \_\_\_\_\_ (1986). “Os males da civilização”. Mimeo.
- DUMONT, Louis (1985). *O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Rocco.
- EDMUNDO, Luiz (1957). *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Rio de Janeiro: Conquista.
- ELIADE, Mircea (1972). *Mito e realidade*. São Paulo: Perspectiva.
- ELIAS, Norbert (1990) [1939]. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Zahar.
- ELIAS, Norbert (1991). *Mozart: sociologie d'un génie*. Paris: Seuil.
- ESTERCI, Neide (1972). *O mito da democracia no país das bandeiras: análise simbólica dos discursos sobre imigração e colonização do Estado Novo*. Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), PPGAS, Museu Nacional, UFRJ.
- FARIA, Luiz de Castro (1991). *A obra de Oliveira Vianna*. Rio de Janeiro: UFRJ-PPGAS. Texto mimeo.
- FOOT HARDMAN, Francisco (1988). *A modernidade na selva: trem fantasma*. São Paulo: Cia. das Letras.
- FOUCAULT, Michel (1969). “Qu'est-ce qu'un auteur”. *Bulletin de la Société Française de Philosophie*, Paris.
- \_\_\_\_\_ (1971). “Sobre a arqueologia das ciências: resposta ao Círculo Epistemológico”. In: *Estruturalismo e teoria da linguagem*. Petrópolis: Vozes.
- FREYRE, Gilberto (1987). *Perfil de Euclides e outros perfis*. Rio de Janeiro: Record
- GALVÃO, Walnice Nogueira (1976). *Saco de gatos – ensaios críticos*. São Paulo: Duas Cidades.

- \_\_\_\_\_ (1985). *Edição crítica de Os Sertões*. São Paulo: Brasiliense.
- GARCIA, Marcia Japor de Oliveira; FURSTENAU, Vera Maria (1995). *O acervo de Euclides da Cunha na Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional; Campinas: Editora da Unicamp.
- GARCIA JR, Afrânio (1993). "Les intellectuels et la conscience nationale au Brésil". *Actes de la recherche en sciences sociales*, Paris, n. 98.
- GONÇALVES, José Reginaldo (1988). "Autenticidade, memória e ideologias nacionais". *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 2.
- \_\_\_\_\_ (1991) "O jogo da autenticidade: nação e patrimônio cultural no Brasil". In: *Ideólogos do patrimônio cultural*. Rio de Janeiro: IBPC.
- GOULEMOT, Jean-Marie; ERCI, Walter (1986). "Les centennaires de Voltaire et de Rousseau". In: NORA, Pierre (org). *Les lieux de la mémoire*. Paris: Gallimard.
- GUIMARÃES, Manoel L. S. (1988). "Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional". *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 1.
- GUSDORF, Georges (1982). *Fondements du savoir romantique*. Paris: Payot.
- HALBWACHS, Maurice (1968). *La mémoire collective*. Paris: PUF.
- HALLEWELL, Laurence (1982). *O livro no Brasil (sua história)*. São Paulo: T.A. Queiroz: Edusp.
- HEINICH, Nathalie (1991). *La gloire de Van Gogh – essai d'anthropologie de l'admiration*. Paris: Minuit.
- HOBSBAWM, Éric (1984). *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra.
- \_\_\_\_\_ (1988). *A era dos impérios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- \_\_\_\_\_ (1991). *Nações e nacionalismo desde 1870*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- HOLANDA, Sergio Buarque de (direção) (1969). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: DIFEL.
- KOSELLECK, Reinhart (1985). "Historia magistra vitae: the dissolution of the topos into the perspective of a modernized historical process". *Futures Pas*. Cambridge: MIT.
- LANA, Marcos (1995). *A dívida divina, troca e patronagem no nordeste brasileiro*.

- Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas.
- LEAL, Victor Nunes (1948). *Coronelismo, enxada e voto*. Rio de Janeiro. Revista Forense
- LEPENIES, Wolf (1990). *Les trois cultures – entre science et littérature l'avènement de la sociologie*. Paris: Maison des Sciences de l'Homme.
- LEVINE, Robert M. (1995). *O sertão prometido – o massacre de Canudos*. São Paulo: EDUSP.
- LIMA, Antonio Carlos de Souza (1985). *Aos fetichistas, ordem e progresso*. Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – PPGAS, Museu Nacional, UFRJ.
- LINS DE BARROS, Myriam Moraes. 1989. "Memória e família". *Estudos históricos*, São Paulo, n.3.
- LLOSA, Mário Vargas (1990). *A guerra do fim do mundo*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- MACEDO, Rogério Ribeiro de (1981). "Campanha de Canudos". Rio de Janeiro: Centro de Estudos do Exército. Texto mimeo.
- MACHADO NETO, A. L. (1973). *Estrutura social da República das Letras – sociologia da vida intelectual brasileira – 1870-1930*. São Paulo: Grijaldo.
- MAGALHÃES, Almeida (1942). "São José do Rio Pardo e o culto de Euclides da Cunha". *A Manhã*, 17 maio, 1942.
- MALINOWSKI, Bronislaw (1976). "*Argonautas do Pacífico Ocidental*". São Paulo: Abril Cultural. (Os Pensadores).
- MATOS, Cláudia Neiva de (1994). *A poesia popular na República das Letras*. Rio de Janeiro: Funarte: Editora UFRJ.
- MATTA, Roberto da (1986). *O que faz o Brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de (1994). *O tempo Saquarema*. Rio de Janeiro: Access.
- MAUSS, Marcel (1969). "La Nation". In: *Cohésion social et divisions de la sociologie*. Paris: Minuit. v.3.
- MELLO E SOUZA, Marina de (1991). *Os missionários da nacionalidade*. Rio de Janeiro: CIEC: UFRJ. (Papéis Avulsos; n. 36).
- MENESES, Diogo de Melo (1944). *Gilberto Freyre*. Rio de Janeiro: CEB.

- (Estudos Brasileiros).
- MEYERSON, Ignace (1960). "Le temps, la mémoire et l'histoire". In: *Coloque du Centre de Recherches de Psychologie Comparative*. Paris.
- MOMIGLIANO, Arnaldo (1983). *Problèmes d'historiographie ancienne et moderne*. Paris: Gallimard.
- MONTENEGRO, Olívio (1958). "Apresentação". In: *José Veríssimo*. Rio de Janeiro: Agir. (Nossos Clássicos, 21).
- MORAIS, Evaristo de (1989). *Reminiscências de um rábula criminalista*. Introdução de Evaristo de Moraes Filho. Rio de Janeiro: Briguiet (Minerva, v. 1) 1ª edição em 1914.
- NAMER, Gerard. (1987). *Mémoire et Société*. Paris: Méridien Klincksieck.
- NEDELL, Jeffrey (1988). "A ascensão do fetichismo consumista". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v.3, n. 8.
- NEVES, Margarida de Souza e HEIZER, Alda (1991). *A ordem é o progresso*. Rio de Janeiro: Atual.
- NORA, Pierre (1984). "Entre mémoire et histoire". In: *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard.
- NOSSO Século 1990/1910 (1985). São Paulo: Abril Cultural.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi (1990). *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense.
- PAIXÃO, Fernando (coord.) (1996). *Momentos do livro no Brasil*. São Paulo: Ática.
- PEIXOTO, Afrânio (1966). "Para o conhecimento de Euclides da Cunha". In: CUNHA, Euclides da (1966). *Obra completa*. Rio de Janeiro: Aguilar.
- PEIRANO, Marisa (1991). *Uma antropologia no plural*. Brasília: UnB.
- PEREIRA, Lúcia Miguel (1988). *Machado de Assis*. São Paulo: Edusp.
- PETERSON, Richard (1992). "La fabrication de l'authenticité: la country music". *Actes de la recherche*, Paris, n. 93.
- PINTO, Louis (1995). *Les neveux de Zarathoustra – la réception de Nietzsche en France*. Paris: Seuil.
- POLANYI, Karl (1980). *A grande transformação*. Rio de Janeiro: Campus.
- POMIAN, K. (1983). "Coleção". In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa

- Nacional. Casa da Moeda.
- PONTES, Heloísa (1989). "Retratos do Brasil: editores, 'Coleção Brasileira' nas décadas de 30, 40 e 50". In: MICELI, Sérgio (org). *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice: Idesp: Finep.
- PRATT, Mary Louise (1991). "Humboldt e a reinvenção da América". *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p.151-165.
- PRISCO, Francisco (1937). *José Veríssimo, sua vida e suas obras*. Rio de Janeiro: Bedeshi.
- PROENÇA, M. Cavalcanti (1969). "Biografia". In: Coelho Neto, Henrique (1969). *Turbilhão*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro.
- RABELLO, Sylvio (1944). *Itinerário de Sylvio Romero*. Rio de Janeiro: J. Olympio. (Documentos Brasileiros).
- RABELLO, Sylvio (1983). *Euclides da Cunha*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- RICARDO, Cassiano (1940). *Marcha para Oeste*. Rio de Janeiro: J. Olympio (Documentos Brasileiros).
- \_\_\_\_\_ (1947). "O Bandeirante Euclides". In: SEMANA Euclidiana de 1947 – Conferência de encerramento: Arquivo da "Casa Euclidiana". Texto mimeo.
- REIS, Irene Monteiro (1971). *Bibliografia de Euclides da Cunha*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro.
- REIS, João José (1991). *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XX*. São Paulo: Cia. das Letras.
- ROMERO, Sílvio (1906). Discurso pronunciado aos 18 de dezembro de 1906, por ocasião da recepção do Dr. Euclides da Cunha, Porto, Off. do Comércio do Porto, 1907. *Revista da Academia Brasileira de Letras*. Rio de Janeiro, v. 2, abr. 1911.
- \_\_\_\_\_ (1936). *Machado de Assis*. 2. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio.
- \_\_\_\_\_ (1943). *História da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: J. Olympio. v.5.
- ROQUETTE-PINTO, E. (1927). *Seixos rolados (estudos brasileiros)*.
- \_\_\_\_\_ (1933). *Ensaio de Antropologia Brasileira*. São Paulo: Nacional.

- (Biblioteca Pedagógica Brasileira, série 5. Brasileira, v. 22).
- SAINT-MARTIN, Monique de (1992). "A nobreza em França: a tradição como crença". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 7, n. 20.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz (1993). *O espetáculo das raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Cia. das Letras.
- \_\_\_\_\_ (1995). "Complexo de Zé Carioca – notas sobre uma identidade mestiça e malandra". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, n. 29.
- SEVCENKO, Nicolau (1983). *Literatura como missão*. São Paulo: Brasiliense.
- SIMMEL, Georg (1971). *On individuality and social forms*. Chicago: The University of Chicago Press.
- SODRÉ, Néelson Werneck (1966). "Revisão de Euclides da Cunha". In: *Obra Completa*. Rio de Janeiro: José Aguilar.
- STEIN, Stanley J. (1985). *Vassouras, um município brasileiro do café, 1850-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- TAUNAY, Visconde de (1928). *Visões do sertão*. 2. ed., São Paulo: Melhoramentos.
- TÁVORA, Franklin (1902). *Literatura do Norte, O Cabeleira*. Rio de Janeiro: Paris: H. Garnier.
- THIESSE, Anne-Marie (1988-3). "Le mouvement littéraire régionaliste". *Revue de l'Ethnologie Française*, Paris, n. 18, p. 220-223, Jui./Sep.
- TODOROV, Tzvetan (1989). *Nós e os outros – a reflexão francesa sobre a diversidade humana – 1*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- TRILLING, Lionel (1972). *Sincerity and authenticity*. Cambridge: Harvard University Press.
- VELHO, Gilberto (1977). org. *Arte e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar.
- VELLOSO, Mônica (1988). "A literatura como espelho da nação". *Estudos Históricos*, São Paulo, n. 2.
- \_\_\_\_\_ (1990) "A Brasilidade verde-amarela: nacionalismo e regionalismo paulista". Rio de Janeiro: FGV – CPDOC. Texto mimeo.
- VENÂNCIO FILHO, Francisco (1931). *Euclides da Cunha: retrato humano – ensaio bio-bibliográfico*. Rio de Janeiro: Industrial.

- VENEU, Marcos Guedes (1986). "A cruz e o barrete – tempo e história no conflito de Canudos". In: *Religião e Sociedade*. v. 13. n. 2.
- VENTURA, Roberto (1991). *Estilo tropical – história cultural e polêmicas literárias no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras.
- \_\_\_\_\_ (1995). "Três visões de Canudos". *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 06 nov. 1995. Jornal de Resenhas.
- VERÍSSIMO, José (1910). *Estudos de literatura*. 5. ed. Rio de Janeiro.
- \_\_\_\_\_ (1958) *José Veríssimo: Crítica (antologia)*. Rio de Janeiro: Agir. (Nossos Clássicos. n. 21).
- \_\_\_\_\_ (1969) *História da literatura brasileira – de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908)*. 5. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio.
- VIANNA JR., Hermano Paes (1994). *A descoberta do samba – música popular e identidade nacional*. Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – PPGAS, Museu Nacional, UFRJ.
- VILHENA, Luiz Rodolfo (1995). *Projeto e missão: o movimento folclórico brasileiro (1947- 1964)*. Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – PPGAS, Museu Nacional, UFRJ.
- VILLA, Marco (1995). *Canudos, o povo da terra*. São Paulo: Ática.
- ZILLY, Berthold (1996). "Um depoimento brasileiro para a História Universal: traduzibilidade e atualidade de Euclides da Cunha". *Revista Humboldt*, Bonn, v. 38, n. 72.



# ILUSTRAÇÕES

DETALHES DE XILOGRAVURAS DE JOEL BORGES,  
ACERVO DO MUSEU DE FOLCLORE EDISON CARNEIRO

Página 8 – “XIII Estação”, do álbum *A via sacra de Antônio Conselheiro*

Páginas 36 e 406 – “O Nosso Folclore”

Página 10 – “Nordeste em Tempo de Seca”

Página 18 – “VI Estação”, do álbum *A via sacra de Antônio Conselheiro*

Página 64 – “Coragem de um Sertanejo”

Páginas 106 e 366 – “Os Retirantes”

Páginas 160 e 405 – “Isto é Sertão”

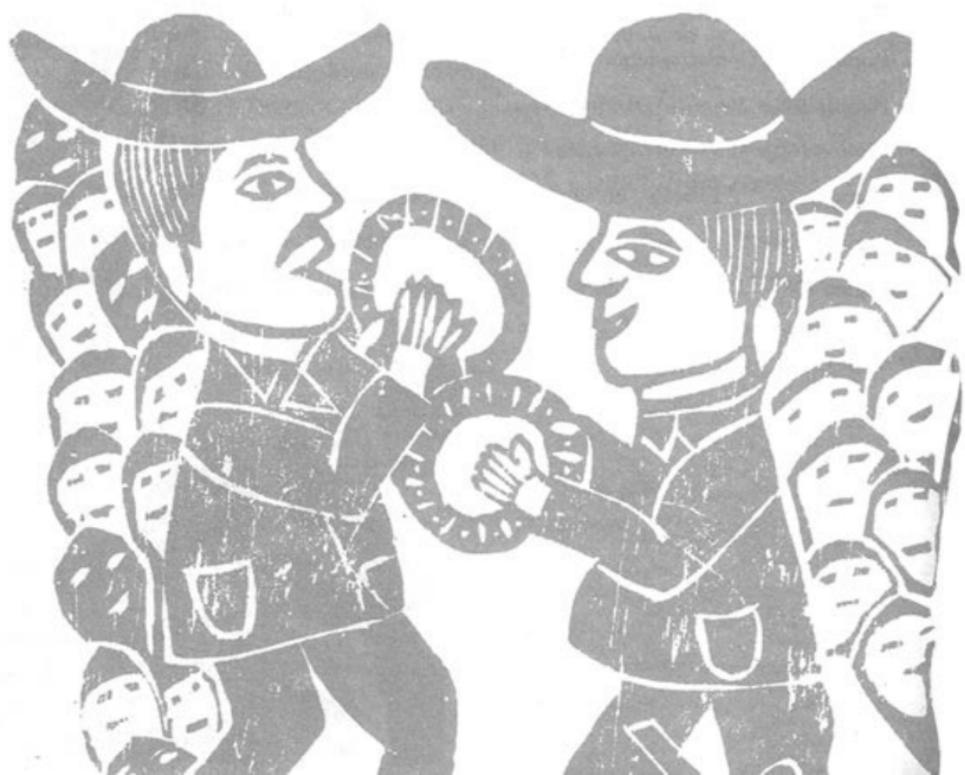
Página 206 – “V Estação”, do álbum *A via sacra de Antônio Conselheiro*

Página 268 – “II Estação”, do álbum *A via sacra de Antônio Conselheiro*

Página 298 – “III Estação”, do álbum *A via sacra de Antônio Conselheiro*

Página 394 – “Fartura no Sertão”





# AGRADECIMENTOS

Este livro é uma versão da tese de Doutorado em Antropologia Social defendida em fevereiro de 1997 no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRJ - Museu Nacional. Tanto o livro quanto a tese só foram possíveis graças a diversas parcerias ao longo do tempo. A idéia que deu origem a este trabalho surgiu na década de 1980, quando realizei com Noilton Nunes uma pesquisa sobre Euclides da Cunha. Nessa época, tive a oportunidade de conhecer os descendentes de Euclides da Cunha e também os de Ana e Dilermando de Assis. Pude também travar contato com alguns dos euclidianos e estudiosos do tema. Mais tarde, em 1992, quando já cursava o Doutorado no Museu Nacional, fui levada a rever minhas notas de pesquisa durante um curso sobre "Pensamento Social Brasileiro" ministrado pelos professores Luiz de Castro Faria e Afrânio Garcia Jr. Na ocasião, fui até São José do Rio Pardo participar de uma "Semana Euclidiana", o que resultou no trabalho "Emblemas da Nacionalidade - o culto a Euclides da Cunha" que, posteriormente, saiu publicado na *Revista Brasileira de Ciências Sociais* nº 24, de fevereiro de 1994. Agradeço a ambos os professores pelas idéias e sugestões que foram incorporadas à versão final do artigo. O referido trabalho foi também apresentado numa reunião do Grupo de Trabalho "Pensamento Social Brasileiro" na ANPOCS. Sou muito grata às contribuições do grupo nessa e em outras ocasiões, especialmente a Ângela Castro Gomes, Lúcia Lippi de Oliveira, José Reginaldo Gonçalves e Ricardo Benzaquen de Araújo.

O professor Luiz Fernando Dias Duarte, orientador do projeto desta tese, foi (e espero que continue sendo) importante interlocutor, acompanhando com muita elegância todas as fases do trabalho, da pesquisa à redação final. O professor Gilberto Velho, mestre e amigo, vem partilhando com generosidade momentos importantes e decisivos de minha trajetória. O professor Roberto da Matta iniciou-me no ofício da Antropologia há quase 20 anos atrás, ensinando-me que para fazer antropologia é preciso ter uma boa dose de ousadia e criatividade. Aos demais professores do PPGAS gostaria de expressar minha gratidão. Não citarei todos os nomes porque para mim a qualidade e o nível de excelência do “museu” vem justamente do espírito de corpo e da união dos esforços e das capacidades individuais que formam um todo solidário. Cada um, a seu modo, tem sido para mim indispensável em minha própria aventura intelectual. Espero que eu também possa estar dando minha modesta contribuição. Agradeço também aos funcionários da Biblioteca e da Secretaria que, em sua dedicação permanente e assídua, viabilizam esse importante setor da “Antropologia carioca”. Faço menção especial à Tânia que não mediu esforços sempre que precisei de seu conhecimento competente junto aos órgãos administrativos. Sou muito grata ao CNPq que custeou minhas despesas no período inicial do curso de Doutorado.

De julho de 1994 a julho de 1995 pude desfrutar do ambiente acadêmico estimulante do Centre de Sociologie de l'Éducation et de la Culture da École des Hautes Études en Sciences Sociales em Paris. Sou especialmente grata à professora Monique de Saint-Martin que me acolheu no “Centre”. Agradeço ainda aos participantes do Seminário por ela dirigido, onde apresentei os primeiros esboços deste trabalho, quando pude constatar o grande interesse que os intelectuais franceses demonstram com relação a pesquisas que desenvolvemos no Brasil. Foi na Biblioteca da “École” e na Biblioteca da École des Hautes Études en Amérique Latine que realizei parte das pesquisas sobre o tema da consagração das obras de arte e

sobre o nascimento da “moderna” crítica literária no Brasil. Alguns contatos com pesquisadores franceses foram especialmente estimulantes, entre eles destaque Nathalie Heinich, Pierre Nora, Louis Pinto, Anne-Marie Thiesse, Catherine Bertho-Lavenir, Marie-Vic Ozouf Marignier e Daniel Nordman. Algumas conversas nos tradicionais cafés parisienses com Afrânio Garcia, sempre muito rápidas mas nem por isso menos estimulantes, foram decisivas para confirmar minhas suposições sobre os momentos-chaves que eu deveria focalizar para entender o fenômeno de *Os Sertões*. Agradeço sua extrema generosidade e o grande interesse que sempre demonstrou pelo meu trabalho. Para a estada em Paris foi fundamental uma bolsa da CAPES e uma licença por um ano da Coordenação de Folclore e Cultura Popular da FUNARTE.

Agradeço aos professores Lígia Sigaud e Federico Neiburg do PPGAS, Gláucia Villas Boas do IFICS-UFRJ e Ricardo Benzaquen de Araújo do IUPERJ que, prontamente, aceitaram o convite do professor Luiz Fernando Dias Duarte para integrarem a banca examinadora.

Da Coordenação de Folclore e Cultura Popular da FUNARTE eu não poderia deixar de citar cada pessoa pois todas, sem exceção, são importantes para que aquela instituição funcione de forma mais do que exemplar. O medo de cometer alguma injustiça leva-me a omitir os nomes. Faço apenas uma ressalva, citando os meus colegas da pesquisa, Ricardo Gomes Lima, Guacira Waldeck, Filomena Chiaradia, Rosa Zamith, Raul Lody, Edina Sarmiento e, muito especialmente, Elisabeth Travassos, companheira da mesma aventura antropológica, com quem discuti muitas das idéias contidas neste trabalho. Sou muito grata ainda a Marina de Mello e Souza, Lígia Segalla, Ângela Mascelani e Patrícia Monte-Mór que freqüentam a instituição e, graças a Deus, freqüentam também a minha amizade. A coordenadora Claudia Marcia Ferreira, especialmente sensível à relevância da atividade de pesquisa na CFCP, revelou-se grande parceira, abrindo com coragem e energia os caminhos para a concretização da pesquisa e do livro.

Luiz Rodolfo da Paixão Vilhena, de saudosa memória, muito me incentivou para levar adiante o trabalho.

Gostaria de agradecer aos euclidianos que em todos os momentos se mostraram receptivos a minhas perguntas e curiosidades. Aproveitei a ocasião para expressar meu respeito e admiração pelo trabalho que realizam, especialmente o Dr. Oswaldo Galotti, Joel Bicalho e Álvaro Ribeiro O. Netto.

Cida da Costa e Daniele Nigromonte auxiliaram-me nas pesquisas na Biblioteca Nacional e na Academia Brasileira de Letras. Particularmente, a Cida foi meu braço direito em muitas idas e vindas. Sem o apoio decisivo de Marluce da Silva Rezende no cotidiano da minha casa, este trabalho não teria tido as mínimas condições para se realizar. Ângela Coutinho, Tânia Kolker e Suelena são magas que, em diferentes momentos desta jornada, me ajudaram a criar, inventar e estabelecer correlações quase impossíveis.

A amizade mantida desde “os tempos da PUC” com Adriana Benedict, Marilú Vilmar, Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti, Christina Guido, Valéria da Vinha e Maria Paula Nascimento Araújo tem sido vital em todos esses anos.

Por fim, agradeço aos meus familiares. Em especial, à minha mãe, Regina, ao meu pai, Jorge, e às minhas irmãs, Ana, Cristina, Helena e Vera que me incentivaram nos momentos mais difíceis. Aos meus pequenos grandes seres Pedro Sol e Nina Lys que tornam mais bonita e completa a minha vida. Ao Noilton, que é “bárbaro” e me “devolveu” *Os Sertões* e Euclides da Cunha.

Este livro foi impresso na Editora JPA Ltda.  
Av. Brasil, 10.600 - Rio de Janeiro - RJ  
em março de 1998  
para a Editora Rocco Ltda.

O momento de criação de *Os Sertões* faz parte do rol dos 'grandes momentos' da história do Brasil. Não é por acaso que, percorrendo quase 100 anos da produção intelectual do país, o encontramos citado inúmeras vezes como o 'livro número um' e seu autor como um dos escritores mais reverenciados do país.

A análise dos chamados 'grandes momentos' da história de um país ou da humanidade, quando um indivíduo singular descobre ou inventa algo considerado absolutamente novo e revolucionário, é útil para entendermos um pouco mais sobre a sociedade em que ocorrem. Tanto as invenções quanto seus autores são parte intrínseca dos contextos sociais em que nascem. O culto a indivíduos singulares e suas invenções *sui generis* expressa valores caros ao grupo que o professa. Os 'grandes momentos' tornam-se lendários numa cultura. Uma vez consagrados, são inseridos num tempo mítico, diverso do tempo histórico.

Picco



FUNARTE

ISBN 85-325-0826-X



9 788532 508263